

MARIA ALICE PEREIRA SANTOS

**A sociologia da representação político-diplomática
no Portugal de D. João I**

Doutoramento em História Medieval
Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa

Universidade Aberta
Lisboa – Janeiro de 2015

PROLEGÓMENOS

A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I, tema da Tese de Doutoramento que agora se apresenta, vem na sequência da Dissertação de Mestrado intitulada *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*¹. Como se sabe, este armorial foi escrito, em 1416, pelo arauto Constantinopla a propósito do concílio de Constança. A presença da delegação portuguesa nesta reunião conciliar assume particular relevância pelo discurso do Doutor Gil Martins sobre o sucesso da empresa de Ceuta conduzida por D. João I. Este concílio, que representa o fim do Cisma do Ocidente iniciado em 1378, marca um novo ciclo de unidade da Cristandade com a eleição do papa Martinho V, em novembro de 1418.

A partir do momento em que tomámos contacto com a realidade do espaço europeu descrita, de forma parcelar, é certo, pelo olhar e experiência de um arauto, apercebemo-nos da necessidade de analisar a política externa de afirmação delineada por D. João I e as alianças com os diversos reinos da Europa. Esta percepção levou-nos a escrever que “seria importante preencher espaços vazios sobre o estudo da história político-diplomática de Portugal no início do século XV e, determinar, igualmente os princípios conducentes a uma sociologia do poder e da cultura, a fim de contribuir para a compreensão conjuntural dos mecanismos de estruturação política da Europa de Quatrocentos”².

¹ Realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Interdisciplinares da Universidade Aberta e defendida em 2000.

² Cf. Maria Alice Pereira dos SANTOS, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2008 [Lisboa, Universidade Aberta, 2000 (Dissertação de Mestrado)]*, p. 148.

O presente trabalho de investigação pretende contribuir para dar algumas respostas ao propósito exposto, tendo como espaço temporal o reinado de D. João I (1383-1433), e, como objecto de estudo, os representantes diplomáticos ao serviço deste monarca. Desde cedo ficou claro para nós que não interessava apenas as deslocações realizadas e o âmbito político que as justificava, mas sobretudo averiguar quem eram estes emissários e qual a sua posição política e social no reino.

A investigação sobre as ligações familiares e sócio-políticas existentes entre estes indivíduos revelou-se bastante complexa e exigiu tempo, o recurso a metodologias adequadas e grande dose de paciência solitária. Por outro lado, os trabalhos de pesquisa foram sempre conjugados com a atividade profissional de docência no Ensino Básico e Secundário sem sabática ou equiparação a bolsa. Assim, reconhecemos que o resultado final tem fragilidades que a consulta de outra documentação existente em arquivos nacionais e estrangeiros poderia colmatar. No entanto, tudo o que se apresenta resulta de uma investigação tão coerente quanto possível para culminar num trabalho científico digno de merecer o reconhecimento académico a que se propõe.

*

A meu pai, António Barbosa dos Santos (1912-1988), o
“diplomata dos meus afetos”

Neste percurso de aprendizagens e de construção de um trabalho académico, torna-se imperativo reconhecer o contributo dos muitos que me ajudaram neste longo percurso. Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, para a minha orientadora, a professora doutora Adelaide Millán da Costa, pela sua inestimável colaboração e incentivo. Depois vem o aconchego do lar: o Jorge, a Catarina e a Mariana, o núcleo duro do dia a dia, do refúgio e do apoio incondicional. Não esqueço também as minhas amigas de sempre e os meus amigos, pelo ânimo em todos os momentos.

Por fim, na memória dos ausentes, os agradecimentos projetam-se na certeza da felicidade sentida, e vertida na intemporalidade da imagem de eterno companheirismo.

RESUMO

Partindo do quadro da eleição D. João, Mestre de Avis como rei nas Cortes de Coimbra em 1385, a **sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I** começa por mostrar as linhas orientadoras presentes neste reinado, de modo a enfatizar a vertente política e diplomática. Com Castela, ressalta a ação armada, intercalada com várias tréguas, mas que só termina com a paz perpétua assinada em 1432. Com outros reinos da Cristandade, como a Inglaterra e a Flandres, procuram-se alianças militares e comerciais, cimentadas por contratos matrimoniais, que se estendem também ao reino de Aragão. Com a Santa Sé, desenvolvem-se diligências para legitimar o monarca, marca-se presença nos concílios, e afirma-se o espírito de Cruzada. A composição das diferentes embaixadas permite perceber não só os motivos que a elas subjazem, mas, e sobretudo, analisar os homens que as constituíam, com recurso ao método prosopográfico.

Palavras-chave

Diplomacia, embaixadores, relações externas, prosopografia.

ABSTRACT

Starting from the election of D. João, Master of Avis as king in Coimbra's Courts in 1385, the **sociology of the political-diplomatic representation in Portugal on the age of D. João I** begins to reveal the guidelines present in this kingdom, in order to emphasize the political and diplomatic aspects. With Castela, the armed action is highlighted, interspersed with several truces, but that only ends with perpetual peace signed in 1431. With other Christian kingdoms, like England and Flanders, military and commercial alliances are sought, cemented by matrimonial contracts, which are also extended to the kingdom of Aragon. With the Church, diligences are developed to legitimize the monarch, the presence in the councils is set and the Crusade spirit is stated. The content of the different embassies allows understanding not only the reasons that underlies them, but, above it all, to consider the men who were a part of it, with the use of the prosopographical method.

Key-words:

Diplomacy, ambassadors, foreign relations, prosopography.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
1. A problemática da tese no âmbito da História Política.....	10
2. A evolução dos estudos sobre a diplomacia.....	20
3. Os métodos, as fontes e a estrutura do trabalho.....	28
I.º CAPÍTULO:.....	35
A CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL.....	35
1. Do poder: a Legitimação de um Rei.....	36
2. Do Reinado: Perspectivas e bases de Governação.....	45
2.º CAPÍTULO:.....	60
A CONSTRUÇÃO de uma DIPLOMACIA: PROBLEMÁTICAS e DESTINOS.....	60
1. Castela.....	62
2. Aragão.....	76
3. Inglaterra.....	79
4. Borgonha.....	90
5. Roma.....	95
3.º CAPÍTULO:.....	101
OS REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS.....	101
1. Os embaixadores régios na Idade Média.....	102
2. A prosopografia dos diplomatas portugueses no reinado de D. João I.....	109
2.1. A integração nas instâncias superiores do poder régio.....	110
2.2. Formação e condição sócio-económica.....	120
2.3. As famílias.....	131
2.4. Síntese.....	139
CONCLUSÃO.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	147

ANEXOS.....	189
I - CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO	190
II- GENEALOGIA DOS EMBAIXADORES	506
III – LISTAGEM DAS MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA	528
IV – QUADRO GERAL DAS MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA	534

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º1 – Vínculos dos emissários às instâncias superiores do poder régio	111
Quadro n.º 2 – Duração da vida pública dos emissários	113
Quadro n.º 3 – Duração da carreira no Desembargo dos emissários	114
Quadro nº 4 – Doações régias aos emissários	127

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Destinos das embaixadas	61
Tabela 2 – Embaixadores de D. João I que foram membros do Conselho Régio	115
Tabela 3 – Embaixadores de D. João I que foram titulares de cargos militares	118
Tabela 4 – Emissários régios que participaram em acções militares	119
Tabela 5 – Formação académica dos embaixadores de D. João I	121
Tabela 6 – Estatuto dos embaixadores de D. João I	124

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Moradores da casa de D. João I	125
--	-----

INTRODUÇÃO

1. A problemática da tese no âmbito da História Política

A primeira questão a colocar diz respeito ao título desta tese. O que pretendemos quando nos referimos à *sociologia da representação político-diplomática*?

Em termos gerais, a resposta remete-nos para a importância da relação entre os fenómenos sociais e o exercício do poder político. Em termos muito concretos, referimo-nos ao estudo de um grupo determinado de agentes da coroa, os que estão envolvidos em missões externas, durante o reinado de D. João I.

O recurso à designação do presente trabalho implica uma explicação mais detalhada. A sua primeira influência recai na perspectiva weberiana da análise do poder político³. A forma como o autor determina as categorias interpretativas no âmbito da Sociologia Política, permite-nos compreender os conceitos operatórios explicativos das relações de poder por parte dos agentes sociais. Referimo-nos à conhecida trilogia, dominação⁴, território e obediência⁵.

Weber estabelece como elemento fundamental da sua teoria a dominação⁶. O autor enfatiza a dominação política corporizada num espaço material (território) determinada por uma linha espaço-temporal que se expressa pelo exercício activo do poder. Neste campo, Weber dá particular ênfase às formas de legitimação

³ Cf. Max WEBER, *Économie et société*, 1 vol., Paris, Librairie Plon, 1995, pp. 64 e 96-97; Jean BOUDAIN, *Introdução à Sociologia Política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 60.

⁴ Cf. Max WEBER, *op. cit.*, pp. 345-349.

⁵ Cf. IDEM, p. 285; Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 59.

⁶ Cf. Max WEBER, *op. cit.*, p. 285; Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 61.

tanto das autoridades políticas como das decisões centrais⁷. Tendo em atenção a questão da obediência aos governantes, concebe um modelo de dominação suportado na legitimidade⁸. A forma como WEBER teoriza este denominador, remete-nos, em particular, para uma das tipologias de dominação, a legal-racional, pela sua sustentabilidade no aparelho administrativo e burocrático⁹.

Esta pequena síntese do pensamento de Weber explica-se pela importância que adquiriram as suas teorias acerca da administração burocrática¹⁰, por ele considerada o verdadeiro germe da construção do Estado Moderno¹¹. Ainda que seja para refutar muito dos conceitos por ele formulados, as teorias de Weber estão presentes no pensamento dos investigadores em ciências sociais e humanidades, nomeadamente nos historiadores do Político.

⁷ Cf. Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 62.

⁸ WEBER entende por dominação “la chance, pour des ordres spécifiques (ou pourfontes tous les autres), de trouver obéissance de la part d’un groupe determine d’individus. [...] Tout véritable rapport de domination comporte un minimum de volonté d’obéir par conséquent ou intérêt, extérieur ou intérieur, à obéir”, cf Max WEBER, *op. cit.*, p. 285; Boudain define legitimidade como “a crença na validade e autoridade dos seus actos” - cf. Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 62.

⁹ Max WEBER, *op. cit.*, pp. 294-301; Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 62.

¹⁰ Cf. Max WEBER, *op. cit.*, p. 298; Jean BOUDAIN, *op. cit.*, p. 61. Aliás, a propósito das suas teorias sobre a burocracia, Weber tem sido considerado (erradamente) como o pai fundador da sociologia das organizações. A propósito dos erros de interpretação das teorias sociológicas de Max Weber, nomeadamente quanto à burocracia, cf. o dossier da revista *Trivium*, 7, (2010) (sobretudo o artigo de Hubert TREIBER, “État moderne et bureaucratie moderne chez Max Weber”. Disponível em <http://trivium.revues.org/3757>.

¹¹ Refira-se que a definição de Estado Moderno de Weber é a seguinte - “Nous entendons par *État* une *entreprise* politique de caractère *institutionnel* [*politischer Anstaltssbetrieb*] lorsque et tant que sa direction administrative revendique avec succès, dans l’application des règlements, le *monopole* de la contrainte physique *legitime*” *apud*. Hubert TREIBER, *op. cit.*.

Este trabalho encontra-se mais diretamente influenciado pela investigação desenvolvida pelos medievalistas, sobretudo nos anos oitenta e noventa do século XX, a propósito da construção do Estado Moderno¹². Nessa época, a história política renovada¹³ transformara-se numa história social do político, com a análise das instituições, dos seus actores e das suas práticas.

Em 1997, Jean-Philippe GENET faz uma reflexão sobre o projeto europeu “Genèse de l’État Moderne”, afirmando, ao contrário de Weber, que não é por ter o monopólio legal da violência e por desenvolver uma burocratização eficaz que um estado é moderno¹⁴. Segundo ele, esta organização política corresponde a:

“un État dont la base matérielle repose sur une fiscalité publique acceptée par la société politique (et ce dans une dimension territoriale supérieure à celle de la cité), et dont tous les sujets sont concernés”¹⁵.

¹² Jean-Philippe GENET, “La genèse de l’État moderne [Les enjeux d’un programme de recherche], *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118, (juin 1997). pp. 3-18. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3219. Texto semelhante a “La genèse de l’État Moderne. Genèse d’un programme de recherche”, in Maria Helena da Cruz COELHO, Armando Luís Carvalho HOMEM (coord.), *A Génese do Estado Moderno tardo-medieval. Ciclo de conferências*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 21-51.

¹³ A renovação na história política tinha começado a desenvolver-se já desde os anos 50 (Armando Carvalho HOMEM, “Central Power: institutional and Political History in the Thirteenth – Fifteenth Centuries”, in José MATTOSO (dir.), Maria de Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA, Maria João BRANCO (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, p. 189.

¹⁴ Jean-Philippe GENET, “La genèse de l’État moderne ...”, *op. cit.*, p. 9.

¹⁵ IDEM, *IBIDEM*, p. 3.

Acrescentando que o termo:

“ne correspond ni à une localisation, ni à une périodisation précise, mais caractérise un type. La réalité du dialogue, et donc le caractère « moderne » de l'État, est prouvée par la réalité de l'existence d'une société politique cohérente plus que par des aspects institutionnels formels”.

E termina afirmando:

“ce dialogue est stimulé, activé et conditionné par la guerre, puissant agent de cohésion de la société politique, qui joue un véritable rôle moteur dans l'évolution de l'État moderne”¹⁶.

Como é por demais conhecido, Portugal acompanhou esta renovação verificada na história política, bem com o questionamento sobre a construção do Estado Moderno, o que estava ligado, nas palavras de António Manuel HESPANHA, “a um certo contexto de reflexão sobre a sociedade e o poder”¹⁷.

Armando Luís de Carvalho HOMEM foi o grande impulsionador, no âmbito dos estudos medievais, do recurso à nova conceção de história política e das metodologias de análise que a sustentam, aplicadas às instâncias superiores do poder¹⁸.

¹⁶ IDEM, *IBIDEM*, p. 4.

¹⁷Cf. António Manuel HESPANHA e Armando Carvalho HOMEM, “O Estado Moderno na recente historiografia portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores “tout court”, in Maria Helena da Cruz COELHO, Armando Luís Carvalho HOMEM (coord.) *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval*, op. cit., p. 53.

¹⁸ Desde logo no artigo “Da diplomática régia à História do Estado dos finais da Idade Média – um rumo de investigação”, in *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 15-31. Veja-se a

Na sua tese de doutoramento¹⁹, datada de 1985, o autor sistematiza a evolução da perspectiva de abordagem do *político* entre o século XIX e a 2ª metade do século XX. Desde a análise positivista dos grandes acontecimentos, competindo ao historiador a tarefa de se sujeitar apenas ao estabelecimento dos documentos escritos; passando pelas alterações no início do século XX, em que quer a visão marxista, quer a Escola dos *Annales* não consideram prioritário o estudo da história política; passando, ainda, pelo domínio das Ciências Sociais que abre caminhos de investigação no campo da Sociologia e do Direito; culminando na segunda metade do século XX, quando a semântica do conceito *político* se alarga de forma a permitir novas abordagens, como as de Joseph STRAYER, Raymond CAZELLES, Bernard GUENÉE e Philippe CONTAMINE, entre outros, tornando relevante a história política.

A releitura, 30 anos depois, da introdução da tese²⁰ de Carvalho HOMEM, permite-nos concluir que as linhas de abordagem propostas nessa altura pelos historiadores já continham todas as ideias que seriam mais tarde desenvolvidas: não apenas o estudo dos atores sociais do Estado através da

sistematização dos trabalhos de Armando Carvalho Homem em Judite Gonçalves de FREITAS, “Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca.1970 - ca. 2000)”, *BUCEMA - Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, 8 Varia (2003-2004), pp.1-26. Disponível em <http://cem.revues.org/927>. IDEM, “La médiévistique au Portugal (1970-2005): genèses, heritages et innovations”, in Eliana MAGNANI, (dir.), *Le Moyen Âge vu d’ailleurs: voix croisées d’Amérique latine et d’Europe*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2010, pp. 151-173.

¹⁹ *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, pp. 12-17.

²⁰ O autor explica, na primeira pessoa, os fundamentos da escolha da abordagem da sua tese – cf. “Central Power: institutional and Political History in the Thirteenth – Fifteenth Centuries”, *op. cit.*, pp. 190 e ss.

prosopografia mas também da sociedade política, da geografia política, das mentalidades políticas, da propaganda ou dos sentimentos nacionais²¹.

Quanto aos estudos realizados em Portugal, Carvalho HOMEM sempre defendeu que “The renewal of the *political* in Portugal has been achieved more on *tradition* than on the *historiographical revolution*”²². E o autor sintetizou detalhadamente esta evolução da *nova história política* em Portugal, em vários textos, nomeadamente em 1997²³. Aliás, a preocupação que o autor demonstra pela consideração das correntes historiográficas e os seus representantes²⁴, tem vindo a contribuir para uma tomada de consciência dos condicionalismos com que se faz a História²⁵.

²¹ *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 17. Pela mesma altura, Françoise AUTRAND, Dominique BARTHÉLEMY e Philippe CONTAMINE consideravam essencial o estudo da História Política no âmbito da História das Mentalidades: “à toutes les époques, l'histoire politique a fourni les « cadres sociaux de la mémoire » : à ce titre, elle a partie liée avec l'histoire des mentalités”, cf. “L'espace français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e” in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'Enseignement Supérieur Publique*, 20^e Congrès, Paris, 1989, p. 102. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/shmes_1261-9078_1991_act_20_1_1506. Os autores enfatizavam ainda a importância da representação simbólica dos poderes (real, eclesiástico, senhorial, municipal) pois estes projectam a forma de pensamento medieval com a sua estreita ligação ao sagrado ou sobrenatural e a forma de informação e propaganda política (IBIDEM, pp. 107-108). Bernard Guenée também chamou a atenção para a importância da propaganda política na Idade Média. Bernard GUENÉE, *O Ocidente nos séculos XIV e XV*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1981, pp. 67, 69 e 70.

²² Cf. “Central Power: institutional and Political History in the Thirteenth – Fifteenth Centuries”, *op. cit.*, p. 184.

²³Cf. “Uma “nova História política” da Idade Média portuguesa” (António Manuel Hespanha e Carvalho Homem, “O Estado Moderno na recente historiografia portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores “tout court”), in Maria Helena da Cruz COELHO, Armando Luís Carvalho HOMEM (coord.) *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval op. cit.*, 63-76.

²⁴ “Os Historiadores, esses desconhecidos”, *Revista Portuguesa de História*, 33, 1994, pp. 33-53; “Gama Barros. Historiador das Instituições Administrativas (“No I Centenário do

Em termos de investigação concreta sobre as instâncias superiores de poder em Portugal, desenvolveram-se estudos sobre o Desembargo régio²⁶, o

início da publicação da História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”, in *Portugal nos finais da Idade Média op. cit.*, pp., 35-47; “Raymond Cazelles (1917-1985)”, in *Portugal nos finais da Idade Média op. cit.*, pp. 48-53; “Bernard Guenée (1927-2010)”, *Medievalista*[Em linha]. Nº11, (janeiro - junho 2012). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\homem1102.html>. , retomando o texto “Nos 70 anos de Bernard Guenée”, *Revista de História da Faculdade de Letras – História, Série II, Vol. 14, Porto, 1997*, pp. 705-706. Disponível em <http://ler.letras.uppt/uploads/ficheiros/2098.pdf>.

²⁵ No que tem vindo a ser seguido por Judite de Freitas - cf. “Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais *op. cit.*; IDEM, “Ser historiador e cidadão hoje”, *História Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, pp. 357-375. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6744.pdf>.

²⁶ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*; Maria Eugénia Pereira da MOTA, *Do “Africano” ao “Príncipe Perfeito” (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1989; Armando Luís de Carvalho HOMEM, Luís Miguel DUARTE, Eugénia Pereira da MOTA, “Percurso na burocracia régia (séculos XIII-XV)”, in Francisco BETHENCOURT; Diogo Ramada CURTO (eds.), *[Atas do colóquio] A Memória da Nação*. Lisboa, Sá da Costa, 1991. pp. 403-423; Judite Gonçalves de FREITAS, *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, 1996; IDEM, “Teemos por bem e mandamos”. *A burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vol., Cascais, 2001; Vasco Machado VAZ, *A Boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1995; Ana Paula Godinho ALMEIDA, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1462*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1996; Armando Carvalho BORLIDO, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1463*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1996; Helena Matos MONTEIRO, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais (1464-1465)*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1997; Luís Miguel DUARTE, “Órgãos e servidores do poder central: os «funcionários públicos» de Quatrocentos”, in Maria Helena da Cruz COELHO; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval*, *op. cit.*, pp. 133-150; António Teixeira de CARVALHO, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001; Hugo Ribeiro CAPAS, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001; Eliana Diogo FERREIRA, *1473: um ano no Desembargo do Africano*, 2 vol. Dissertação de

exercício da justiça²⁷, o Conselho do rei²⁸, a legislação régia²⁹, sociedade de corte³⁰ e as cortes³¹. E todas estas investigações não eram alheias ao problema da génese da construção do Estado Moderno³².

mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001; Isabel Moreira de BRITO, *A Burocracia Régia tardo-Afonsina. A administração central e os seus oficiais em 1476*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001; Maria Manuela da Silva DURÃO, *1471: um ano africano no Desembargo de D. Afonso V*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2002; Pedro Nuno Pereira CAETANO, *A Burocracia Régia como Veículo para a Titulação Nobiliárquica. O caso do Dr. João Fernandes da Silveira*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2011; Diogo FARIA, *A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da Chancelaria Régia e dos seus oficiais*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2013.

²⁷ Luís Miguel DUARTE, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Lisboa, 1999. Esta obra ocupa-se das instâncias da Justiça de forma transversal, incluindo também os tribunais superiores. Refira-se, ainda, entre outros títulos do autor “A justiça medieval portuguesa (Inventário de dúvidas)”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, 11, Madrid, UCM, 2004, pp. 87-97; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)”, *Medievalista*, nº 6, (julho de 2009). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-homem.htm>.

²⁸ Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *Revista de História da Faculdade de Letras – História*, Série II, Vol. 4, Porto, 1987, pp. 9-64; Rita Costa GOMES, “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, in Cedric MICHON (dir.), *Conseils. Conseillers dans l’Europe de la Renaissance. v. 1450-v. 1550*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, pp. 147-174 Disponível em file:///C:/Users/Adelaide/Downloads/Conseils_Conseillers-libre.pdf .

²⁹ Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II série XI, 1994, p. 11-110; IDEM, “Législation et compilation législative au Portugal du début du XV^e siècle. La genèse des Ordonnances d’Alphonse V”, in F. AUTRAND, C. GAUVARD et J.-M. MOEGLIN, *Saint-Denis et la Royauté. Études offertes à Bernard Guenée, Membre de l’Institut*, Paris, 1999, p. 617-89; IDEM, “Estado Moderno e Legislação Régia: Produção e Compilação Legislativa em Portugal (XIII^e-XV^e séculos)”, in *A Génese do estado Moderno no Portugal tardo-medieval, op. cit.*, p. 111-130; IDEM, “Ofício régio e serviço ao Rei em finais do século XV: norma legal e prática institucional”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II sér., XIV, 1997, p. 123-37; IDEM, “Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média portuguesa”. *En la España Medieval*. N.º 22 (1999). pp. 177-185. José

Voltemos a esta problemática. Segundo Judite Gonçalves de FREITAS³³, a origem do Estado Moderno assenta na capacidade de operacionalizar “um

DOMINGUES, *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de direito medieval (1211-1512)* Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Ed. José Domingues e Zéfiro, 2008. Disponível em http://www.academia.edu/3123263/As_Ordenacoes_Afonsinas_-_Tres_Seculos_de_Direito_Medieval_1211-1512_

³⁰ Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Lisboa, 1995; e, entre outros títulos, IDEM, “L'ordre domestique et l'ordre politique: la société de cour dans le Portugal du bas Moyen Age”, in François FORONDA; Ana Isabel CARRASCO (ed.), *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et Sociétés politiques dans la Péninsule Ibérique de la Fin du Moyen Âge*, CNRS, 2007, pp. 245-261 Disponível em

https://www.academia.edu/5388416/Lordre_domestique_et_lordre_politique_la_soci%C3%A9t%C3%A9_de_cour_dans_le_Portugal_du_bas_Moyen_Age

³¹ Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vol., Porto, 1990; IDEM, “O Parlamento Medieval Português: perspectivas novas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, VII, 1990, p. 47-58; IDEM., “Estado e Comunidade: Representação e Resistências”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval, op. cit.*, pp. 293-313; IDEM, “O Discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras História*, II série, II, Porto, 1985; Luís Miguel DUARTE, “The Portuguese Parliament: are we asking the right questions?”, *e-JPH*, vol. 1, number 2, winter (2003). Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/html/duarte_main.html; *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006.

³² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Estado, Instituições, Poderes nos finais da Idade Média: para uma visão de conjunto”, *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa. Série História*, V/VI (2000-2001), p. 349-355.

³³ Cf. Judite A. Gonçalves de FREITAS, *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*, Lisboa, Alétheia, 2012; veja-se também da mesma autora os seguintes estudos; IDEM, “Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de quatrocentos” *História Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 7, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 51-67 [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3403.pdf>]; IDEM, “The Royal Chancellery at the end of the Portuguese Middle Ages: diplomacy and political society”, *JPH*, Vol. 7, number 2, Winter 2009 – Disponível em:

sistema de governo e meios de ação próprios”. Assim, a otimização do aparelho burocrático permite que as áreas de competência do governo sejam mais amplas; verifica-se um processo de redimensionação e alargamento dos poderes régios, consolidando-se a separação da esfera do poder político do poder privado. Segundo a autora, os fatores que permitem essa consolidação são:

“a definição das prerrogativas régias; a afirmação do papel da Corte como um complexo organismo institucional do poder régio; a consolidação da Chancelaria enquanto órgão de registo das atividades do Estado; o aparecimento da sociedade política e o seu papel quanto ao reconhecimento da legitimidade de uma autoridade superior (poder régio); a emergência da *res publica*; a constituição das assembleias representativas e o reconhecimento do *ius scriptum* como prerrogativa régia”³⁴.

Para além dos aspectos *supra* mencionados, lembremos que GENET insistia na guerra e na concorrência entre os estados como mote da difusão do modelo de Estado Moderno³⁵, ou seja, a diplomacia constitui uma das bases do Estado Moderno³⁶.

http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue14/pdf/jfreitas.pdf, pp. 1-23.

³⁴ Judite A. Gonçalves de FREITAS, *O Estado em Portugal, op. cit.* p. 94.

³⁵ Jean-Philippe GENET, “La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche”, *op. cit.*, pp. 9-10.

³⁶ Cf. Miguel Ángel LADERO QUESADA, “Guerra y paz: teoría y práctica en Europa Occidental. 1280-1480”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480. Estella 19-23 de Julio 2004*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2005, pp. 61 e ss.

Face a esta panorâmica sobre o desenvolvimento da história política, devemos adiantar que a tese agora apresentada se insere numa primeira fase desse desenvolvimento. Com efeito, em 1997, Carvalho HOMEM vaticinou uma evolução historiográfica para os estudos a realizar em Portugal, formulada nos seguintes termos: a viragem dos medievalistas do campo das “sociedades políticas” para o das “mentalidades políticas”³⁷. Este trabalho não avança para essas novas problemáticas, tendo por objetivo o conhecimento dos atores que dão corpo às instituições, neste caso, os emissários régios durante o reinado de D. João I.

2. A evolução dos estudos sobre a diplomacia

Explicada a influência historiográfica que este trabalho sofreu, é importante considerar a evolução dos estudos sobre a Diplomacia, a atividade que transmite coerência ao grupo de indivíduos que vamos analisar.

A Diplomacia³⁸ na Europa medieval tem vindo a merecer a atenção de vários investigadores, desde o século XIX.

³⁷ Armando Luís de Carvalho HOMEM, “A Génese do Estado Moderno ...”, *op. cit.*, pp. 72 e ss.

³⁸ O vocábulo diplomacia provém do francês *diplomatie*, a partir do adjectivo *diplomatique*, utilizado desde os finais século XVIII, cf. José Pedro MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1967, Vol. II, p. 820. Sobre este étimo francês ver também Stéphane PÉQUIGNOT que regista a rápida adopção do vocábulo nas diferentes vertentes linguísticas europeias (inglês, espanhol, português, neerlandês, italiano e alemão) e considera-o, de forma global “comme l’ensemble des activités de représentation, d’échanges et de négociations politiques menées au nom d’un pouvoir auprès d’autres pouvoirs” no mundo medieval do Ocidente entre os séculos XIII-XV, cf. Stéphane PÉQUIGNOT “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles” in *Les*

PEGUINOT, autor que passaremos a seguir, considera que existem três períodos associados à história da Diplomacia³⁹.

O primeiro período, no século XIX, está ligado à emergência dos Estados-Nação, num tempo em que as questões de fronteira assumem importância, no quadro político da afirmação dos nacionalismos na Europa. Estes estudos, elaborados por antigos embaixadores, como Maulde La Clavière ou o Visconde de Santarém, constituem marcos de referência para uma abordagem de “formes et [...] méthodes d’une diplomatie ancienne”⁴⁰. Também o positivismo influenciou as pesquisas nesta área, centradas nas grandes personagens⁴¹. De entre as principais obras do século XIX apresentadas por Stéphane PÉQUIGNOT, destacamos os trabalhos desenvolvidos pela mão de embaixadores, como Alfred von REUMONT (1808-1887), diplomata e historiador alemão, secretário do embaixador da Prússia em Florença e Roma. Este autor analisa a diplomacia italiana entre os séculos XIII e XVI, com realce para Florença⁴² e Veneza⁴³. Alfred von REUMONT procura mostrar a diversidade de situações políticas inerentes à estrutura política dos vários

relations diplomatiques au Moyen Âge. XIe Congrès de la SHMESP (Lyon, 4-6 juin 2010), Paris, Publications de la Sorbonne, 2011 p. 47.

³⁹ A apresentação das principais obras de referência na historiografia europeia ocidental do século XIX e XX é-nos dada por Stéphane PÉQUIGNOT, cf. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles”, *op. cit.*, pp. 48-66.

⁴⁰ “La diplomatie: bilan historiographique, tendances récentes et questions à considérer”, comunicação apresentada à *Negotiating Europe Conference 2012. Practices, Languages. Ideology in Diplomacy (13th - 16th centuries)*, Centro de Ciencias de Benasque Pedro Pascual, Benasque, 17-21 setembro de 2012. Disponível em http://www.history.ox.ac.uk/fileadmin/ohf/images/Wellcome/Stephane_Pequignot.pdf

⁴¹ Cf. Stéphane PÉQUIGNOT, “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles”, *op. cit.*, pp. 49-52.

⁴² Alfred REUMONT, *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença, 1857, pp. 11-62.

⁴³ IDEM, *IBIDEM*, pp. 112-134.

reinos da Europa Ocidental, particularmente a partir do século XIV; elucidamos sobre a forma como se nomeiam os embaixadores, o tipo de missões de que eram incumbidos, as instruções diplomáticas, a atribuição de credenciais, as viagens e deslocações, o cerimonial e as precedências, o despacho e envio de missivas, as ofertas, as condições financeiras, a duração das missões, os secretários das embaixadas e agentes secretos⁴⁴.

Durante o século XX, os estudos na área da História da Diplomacia acompanharam as vicissitudes das correntes historiográficas que se sucederam. Assim, no que corresponderá ao seu segundo período de evolução, e sob influência da escola dos *Annales*, a história da Diplomacia viu-se rejeitada.

E só a partir dos anos 80⁴⁵ se assiste a uma fase de renovação dos estudos desenvolvidos nesta área, quando transversalmente se atribui importância à história política, social e cultural⁴⁶. Lança-se um novo “olhar” pela época tardo-medieval e as relações diplomáticas assumem-se como objecto de estudo, não apenas no âmbito do poder real mas num campo lato onde intervêm interesses políticos mais localizados, como os centros urbanos, as ordens militares ou as universidades⁴⁷.

⁴⁴ IDEM, *IBIDEM*, pp. 135-252.

⁴⁵ Cf. a exaustiva recolha bibliográfica feita por Marcelino BEROIZ e Iñigo MUGETA, “Guerra y diplomacia en el Occidente Europeo. Aproximación bibliográfica”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental op. cit.*, pp. 423-467

⁴⁶ Cf. Stéphane PÉQUIGNOT, “La diplomatie: bilan historiographique, tendances récentes et questions à considérer”, *op. cit.*,

⁴⁷ IDEM, “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles”, *op. cit.*, pp. 53-57.

Um nome incontornável nos recentes estudos sobre diplomacia é precisamente o de Stéphane PÉQUIGNOT⁴⁸. Os seus trabalhos, sobretudo centrados na coroa de Aragão, têm vindo a despertar o interesse para a importância das relações diplomáticas na Europa ocidental durante os séculos XIII, XIV e XV. A sua abordagem histórica insere-se no campo da análise das práticas e das mentalidades políticas, ao considerar como objecto de análise não só as instituições e os intervenientes, como também os métodos de negociação e os valores. Péquignot considera que a representação diplomática implica, através dos embaixadores, a projecção imagética do poder pela comunicação. Segundo este autor, os emissários são portadores da palavra do poder que representam, pois são como que o espelho da missão de que estão incumbidos. Ao dar realce à importância do discurso, “*viva vox*”, Péquignot destaca a importância das instruções dadas às embaixadas, considerando-as fontes privilegiadas para o estudo da diplomacia⁴⁹.

O contraste entre as perspectivas de abordagem feitas por Alfred Von REUMONT e Stéphane PEQUIGNOT demonstra o longo caminho que os estudos sobre Diplomacia percorreram desde o século XIX até aos nossos dias.

Voltemos a nossa atenção para a investigação realizada em Portugal.

Tendo sido elaborado em 2011 um aprofundado estado da arte sobre os estudos de diplomacia em Portugal desde 1950⁵⁰, julgámos desnecessário

⁴⁸ Cf. Stéphane PÉQUIGNOT, *Au nom du roi – pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques d’Aragon (1291-1327)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2009.

⁴⁹ Cf. Stéphane PÉQUIGNOT, “Les instructions aux ambassadeurs des rois d’Aragon (XIIIe-XVe siècles). Jalons pour l’histoire de la fabrique d’une parole royale efficace”, *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*, N°31, 2008. pp. 17-43. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2008_num_31_1_1858.

⁵⁰ E com incursões em períodos anteriores a esta data.

repetir as reflexões e a síntese que os autores fizeram⁵¹. Nestas circunstâncias, apenas iremos referir alguns trabalhos historiográficos que se relacionam directamente com o nosso tema, os emissários externos durante o reinado de D. João I, remetendo para esse artigo a análise da evolução da história da diplomacia no nosso país.

Começemos com uma citação de Maria João BRANCO que, apesar de se referir a um período específico da historiografia e a uma cronologia de estudo determinada, poderá aplicar-se às pesquisas sobre diplomacia em Portugal, em grande parte do século XX: "In Truth, it seems that diplomatic relations are destined for treatment in a form that we can designate "indirect" rather than direct manner"⁵². Com efeito, foram muitos os títulos que, de modo indirecto, se relacionaram com a história da diplomacia.

Apenas iremos referir alguns, começando com os que recolhem, publicam e sistematizam fontes.

Manuel Francisco de Barros e Sousa, 2.º VISCONDE DE SANTARÉM⁵³ elaborou o levantamento das relações políticas e diplomáticas de Portugal

⁵¹ Cf. Maria João BRANCO e Mário FARELO, "Diplomatic Relations: Portugal and the Others" in José, MATTOSO (dir.); Maria de Lurdes ROSA, Bernardo de Vasconcelos SOUSA, e Maria João BRANCO, (eds.) *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 248-259.

⁵² Maria João BRANCO, op. cit., p. 242.

⁵³ *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, XVIII volumes, obra editada em Paris, entre 1842 e 1854, e continuada por Luís Augusto Rebelo da Silva, entre 1858 e 1860 (tomos XVI a XVIII). Na estrutura da obra encontramos, no 1.º volume, a introdução e o plano geral, bem com as relações diplomáticas com a Espanha entre 1227 e 1495; no 2.º, a continuação das relações com a Espanha de 1495 a 1712; nos volumes III a VIII, as relações políticas e diplomáticas com a França; os volumes IX a XIV ocupam-se das relações de Portugal com a Cúria romana e os restantes com a Inglaterra. Na Introdução da obra, o visconde de Santarém sustenta a necessidade de conhecimento pleno do funcionamento e justificação das embaixadas em termos políticos e militares entre as diversas nações da Europa através da leitura de autores como Abraham van

desde os primeiros tempos da monarquia até ao século XIX e, na mesma linha de pesquisa, Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE sistematizou os manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico⁵⁴ que constituem uma fonte indispensável para a História das relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra. Pela sua importância no contexto das relações de Portugal com a Cúria Romana, consideramos a obra *Portugaliae Monumenta Vaticana* uma referência imprescindível pelos documentos e notas existentes⁵⁵.

Em termos trabalhos globais sobre a história da Diplomacia em Portugal registe-se a obra de Jorge Borges de MACEDO⁵⁶. Ainda que não se pretenda

WICQUEFORT [*L'ambassadeur et ses fonctions*, Colónia, Pierre Marteau, 1715, Vol. I, como modelo didáctico de embaixador], e de outros, defensores do direito natural, como Wattel, Grotius, Pufendorf, Barbeirac, Wolff e Hobbes, cf. *op. cit.*, Tomo I, p. XXV. Sobre a figura e obra do Visconde de Santarém consulte-se Maria João Violante BRANCO, "The diplomatic relations ...", *op. cit.*, pp. 232-233

⁵⁴ Cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscritos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853. Consulta o acervo documental das bibliotecas Harleiana (pp. 1-48) com manuscritos dos séculos XVI a XVIII; Cottoniana (pp. 49-128) com manuscritos dos séculos XIV a XVI; Landswniana (pp. 129-161) com manuscritos dos séculos XVI e XVII; as colecções Sloana (pp. 162-167) com manuscritos do século XVII; Birch (pp. 168-178) e Jorge IV (pp.179-182) com manuscritos do século XVII; bibliotecas Cole (pp. 183-186) com manuscritos do século XVIII; Regia (pp. 187-188) e Burneiana (pp. 189-192) com manuscritos do século XVI e Egertoniana (pp. 193-256) com manuscritos do século XVII; Manuscritos Adicionais (pp. 257-322) dos séculos XV e XIX e Escrituras e Rolos (pp. 323-330), com documentos dos séculos XVI a XVIII.

⁵⁵ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), IV Volumes, Editoral Franciscana, 1968-1982. 1.º Vol. Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V; 2.º Vol. Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX; 3.º 1: A Península Ibérica e o cisma do Ocidente. Repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV; Vol. 3.º: Súplicas do pontificado de Martinho V: anos 1 a 7; 4.º Vol.: Súplicas do pontificado de Martinho V: anos 8 a 14.

⁵⁶ Cf. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*, s/l, Instituto da Defesa Nacional, 1988; Joaquim Veríssimo SERRÃO et al., *A diplomacia na História de Portugal* [actas do colóquio], Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. Cf., ainda, sob a perspectiva legal dos historiadores do Direito, Pedro Soares MARTÍNEZ, *História*

particularizar os estudos, é obrigatório referir os mais relevantes, como os de Virgínia RAU sobre as relações diplomáticas de Portugal no reinado de D. Afonso V, com Itália e com o mundo mediterrânico⁵⁷ e o de Maria José e Jorge FARO sobre as embaixadas enviadas pelos reis de Portugal entre 1415 e 1473, através da consulta de manuscritos da Biblioteca da Ajuda e do manuscrito *Dos registos dos Reis de Portugal*⁵⁸. Saliente-se, ainda, a obra de Peter RUSSELL⁵⁹ sobre as relações de Inglaterra com os reinos da Península Ibérica desde 1362 até 1415, à luz da problemática da Guerra dos Cem Anos, bem como o livro de Salvador DIAS ARNAUT sobre a crise de 1383-85⁶⁰.

Se nos escusamos a referir aqui toda a bibliografia sobre relações externas do reino de Portugal em contextos de guerra e paz, em finais do século XIV e inícios do século XV, salientamos os trabalhos que permitem conhecer melhor os emissários de D. João I: casos de Lourenço Anes

Diplomática de Portugal, Lisboa, Verbo, 1992 e a síntese de Fernando de Castro BRANDÃO, *Para uma bibliografia da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.

⁵⁷ Cf. Virgínia RAU, “Relações diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V” in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 66-80; IDEM, *Portugal e o Mediterrâneo no século XV – Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1973. Sobre o assunto cf. Maria João Branco e Mário Farelo, “Diplomatic relations”, *op. cit.*, respetivamente, p. 238 e 248-249.

⁵⁸ Cf. Maria José e Jorge FARO, “Embaixadas enviadas pelos Reis de Portugal de 1415 a 1473” in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961. Este artigo vem posteriormente integrado na obra de Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965.

⁵⁹ Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

⁶⁰ *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, Coimbra, 1960.

Fogaça⁶¹, João das Regras⁶², João Fernandes da Silveira⁶³, Lançarote Esteves⁶⁴ e João Esteves de Azambuja⁶⁵.

Terminamos com as recentes biografias dos reis, nomeadamente de D. Fernando⁶⁶, D. João I⁶⁷ e D. Duarte⁶⁸, e das rainhas como as de Leonor

⁶¹ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 221-240.

⁶² IDEM, “O doutor João das Regras no desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas”, in *Portugal nos finais da Idade Média, op. cit.* pp. 149-158; António Domingues de Sousa COSTA, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, 77 (Julho-Setembro 1972), p. 232-259

⁶³ Cf. Humberto Baquero MORENO, “Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira”, in *A Diplomacia na História de Portugal, Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 93-103.

⁶⁴ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *Itinerarium*, III, 1957, pp.202-220. Outro estudo de referência diz respeito à presença de estudantes portugueses em Bolonha, no colégio de S. Clemente, na primeira metade do século XV, entre os quais o Doutor Vasco Pires e Fernando Gonçalves Beleágua (IDEM, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, Lisboa, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, n.º 1, 1969).

⁶⁵ Carlos Eduardo Verdier GRAF, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2011. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57438/2/TESEMESCARLOSGRAF000148741.pdf>.

⁶⁶ Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, Lisboa, Temas e Debates, 2009; Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor. Um reinado mal(dito)*, Lisboa, Chiado Editora, 2013.

⁶⁷ Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. ed. 2. Lisboa, Temas e Debates, 2008.

Teles⁶⁹, de Filipa de Lencastre⁷⁰ e de Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra⁷¹ que muito permitem descobrir sobre as alianças políticas e diplomáticas do Ocidente medieval.

Os autores do recente estado da arte sobre a história das relações diplomáticas terminam afirmando que nos últimos anos colóquios e livros conjuntos trouxeram para a ordem do dia as relações diplomáticas⁷². E sabe-se que os trabalhos académicos de maior fôlego também se desenvolvem neste momento.

3. Os métodos, as fontes e a estrutura do trabalho

Esboçada a problemática a desenvolver neste estudo e referido o estado da arte quanto à história da Diplomacia, é agora tempo de nos determos no método e nas fontes.

A explicação, dada logo no início deste trabalho, de que iríamos estudar o grupo de agentes da coroa que estão envolvidos em missões externas durante o reinado de D. João I pressupõe que o método escolhido para a sua análise seja a prosopografia. Com efeito, a prosopografia está

⁶⁸ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requem para um rei triste*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

⁶⁹ Cf. Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S. CAMPOS, *Leonor Teles, uma mulher de poder?* [Dissertação de Mestrado em História Medieval], Lisboa, Faculdade de Letras, 2008.

⁷⁰ Cf. Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

⁷¹ Cf. Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

⁷² CF. Maria João BRANCO; Mário FARELO, *op. cit.*, pp. 244-245 e 252 e ss.

intrinsecamente ligada à reconstituição dos quadros do Estado Moderno e é muito devedora das abordagens de cariz sociológico⁷³. Faremos uma breve síntese acerca das suas principais características⁷⁴ enunciadas pelos seus precursores modernos⁷⁵.

⁷³ Cf. Jean BOUDAIN, *Introdução à Sociologia Política*, op. cit., p. 69-72; veja-se a este propósito Joseph R. STRAYER, *As origens medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s/d; Norbert ELIAS, *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 1975.

⁷⁴ É muito vasta a bibliografia de reflexão sobre este método e a sua aplicação. Destacamos os seguintes títulos: Françoise AUTRAND, *Naissance d'un grand corps d'État - les gens du Parlement de Paris - 1345-1454*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981; IDEM, *Prosopographie et genèse de l'état moderne, actes de la table-ronde CNRS et ENSJF, Paris, 22-23 octobre 1984*, Paris, ENSJF, 1986; Neithard BULST, Jean-Philippe GENET, *La Ville, la Bourgeoisie et la Genèse de l'État Moderne (XIIe-XVIIIe). Actes du Colloque de Bielefeld (29 novembre-1^{er} décembre 1985)*, Paris, Editions du CNRS, 1988; Neithard BULST, Jean-Philippe GENET, *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, Kalamazoo, Western Michigan University, 1986; Neithard BULST, "Prosopography and the Computer: problems and possibilities" in *History and Computing II*, Manchester, Manchester University Press, 1989; Jean-Philippe GENET, "Pour l'informatisation des dictionnaires biographiques, une expérience", *Histoire et Mesure*, vol. 1, n^o 2, 1986, 99-110; IDEM, *L'État Moderne et les Élités. XIII^e-XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*. Actes du colloque international CNRS-Paris I, (16-19 octobre 1991), Paris, Publications de la Sorbonne, 1996; KEATS-ROHAN, K. S. B., *Prosopography: Approaches and Applications. A Handbook*, Oxford, Prosopographica e Genealogica, 2007; Hélène MILLET, "Notice biographique et enquête prosopographique", *Mélanges de École française de Rome*, t. 100 – I, 1988, pp. 87-111; IDEM, "L'ordinateur et la biographie ou la recherche du singulier", in *Problèmes & méthodes de la biographie. Actes du colloque*. Paris, 1985, pp. 115-127; IDEM, *Informatique et prosopographie*, Paris, CNRS, 1985; Lawrence STONE, "Prosopography", *Daedalus*, 1971, n^o 100, pp. 46-79; *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006.

⁷⁵ Remonta a meados do século XIX a utilização do método prosopográfico em estudos sobre o Império Romano e Bizantino. Apenas nos anos 50 do século XX, o historiador alemão Gerd TALLENBACH salienta a importância deste método para a história política e social da Alta Idade Média. Cf. Ursula VONES-LIEBENSTEIN, "El método prosopografico como punto de partida de la historiografía eclesiástica", *Anuario de la Historia de la Iglesia*, 14, 2005, pp. 351-364

Lawrence Stone, em 1971, considera que a prosopografia investiga as características de um conjunto de indivíduos, utilizando para tal um questionário comum que é aplicado a todos os elementos do grupo⁷⁶.

Hélène MILLET, anos 80 do século XX, numa altura em que ainda era recente esta perspectiva de análise de grupos, sistematiza as várias etapas subjacentes a este tipo de abordagem⁷⁷. Ao mesmo tempo que distingue os pressupostos inerentes a um inquérito prosopográfico e a uma biografia⁷⁸, a autora afirma que o objectivo é o de estudar grupos sociais – o todo – a partir de cada uma das pessoas que os compõem – a unidade⁷⁹.

Mais recentemente, desde os anos 90 do século XX, a historiografia inglesa através da Universidade de Oxford, tem na ação editorial de Katharine KEATS-ROHAN⁸⁰ uma dinâmica de investigação e difusão da prosopografia.

⁷⁶ Lawrence STONE, “Prosopography”, *op. cit.*, p. 48.11

⁷⁷ Veja-se Hélène MILLET, “From sources to Data: the construction of a prosopographic Data-bank”, in Peter DENLEY, Deiam HOPKIN (Editores), *History and computing*, Manchester University Press, 1987, pp. 63-67 e “Notice biographique et enquête prosopographique”, *op. cit.*, pp. 87-111.

⁷⁸ Sobre a distinção entre Prosopografia, Biografia e Genealogia cf. o artigo de Claude NICOLET, “Prosopographie et histoire sociale: Rome et l’Italie In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 25e année, N. 5, 1970. p. 1226: “la biographie ou la généalogie ne ressortissent pas de la prosopographie, ou du moins n’en sont pas qu’une étape. Méthode propre d’abord à l’histoire politique [...], étendue maintenant à l’histoire sociale, la prosopographie suppose la mise en série, elle ne met en évidence l’individuel et l’exceptionnel que pour dégager, par contraste, le collectif et le normal”.

⁷⁹ Cf. Hélène MILLET, “Notice biographique et enquête prosopographique”, *op. cit.*, p. 90.

⁸⁰ Veja-se a informação sobre este assunto no portal de investigação prosopográfica da Universidade de Oxford. Disponível em http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/course_syllabuses.htm.

No artigo publicado em 2007⁸¹, KEATS-ROHAN considera que a prosopografia deve compreender em primeiro lugar a compilação de uma série de perfis biográficos dos grupos sob investigação e depois a aplicação de técnicas aos dados reunidos, de acordo com as questões subjacentes à pesquisa⁸². Assim, definidos os grupos de estudo há que estabelecer os critérios para a consulta de fontes, que devem ser abrangentes; posteriormente, procede-se à formulação das questões, sendo as respostas a base de trabalho a partir da qual se pode elaborar um catálogo prosopográfico⁸³.

Ursula VONES-LIEBENSTEIN adianta que a prosopografia só tem utilidade e eficácia se for capaz de responder a questões de carácter político e sócio-institucional⁸⁴. Assim, consideramos importante que este método permita a racionalização dos dados e não uma simples coleção de nomes desligados do contexto social e político do nosso estudo: são indivíduos da época, para a época e com a época.

Quanto a Portugal, a menção a estudos prosopográficos remete-nos, em primeiro lugar, para Humberto Baquero MORENO. No seu livro sobre a batalha de Alfarrobeira, o autor elabora biografias dos partidários do regente, do infante D. Pedro, e de D. Afonso V⁸⁵. A obra de referência é da autoria de

⁸¹ K.S.B KEATS-ROHAN, "Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of the Individual in Prosopography" in K.S.B KEATS-ROHAN (ed.) *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*, Oxford, 2007, pp. 139-181. Consulte-se igualmente o texto de Claude NICOLET, "Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 25e année, N. 5, 1970. *op. cit.*, pp. 35-70.

⁸² K.S.B KEATS-ROHAN, "Biography, Identity and Names ...", *op. cit.* p. 146.

⁸³ IDEM, *IBIDEM*, pp. 146-147.

⁸⁴ Ursula VONES-LIEBENSTEIN, "El método prosopografico ..", *op. cit.*, p. 356

⁸⁵ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, 2 Volumes, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979-1980.

Luís Adão da FONSECA sobre o Condestável D. Pedro⁸⁶, que segue a mesma linha.

Para além destes precursores, a relevância da atividade académica e científica desenvolvida por Armando Luís de Carvalho HOMEM contribui decisivamente para uma nova fase na aplicação da análise prosopográfica às instâncias superiores do poder régio⁸⁷. E é fundamental voltar a salientar que muitos foram os trabalhos se seguiram, desde os anos noventa do século passado, orientados pelo autor nesta temática⁸⁸ e que ele acompanhou a evolução da aplicação do método pelos seus discípulos⁸⁹. Ainda que a prosopografia tenha estado inicialmente ligada à reconstituição dos quadros do Estado Moderno⁹⁰, tem vindo a ser aplicada a universos populacionais,

⁸⁶ Cf. Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

⁸⁷ Vejam-se de Armando Luís de Carvalho HOMEM as obras, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.* e “Prosopographie et histoire de l’Etat. La bureaucratie des rois portugais au XVI et XV siècles: recherches faites, recherches à faire in Philippe GENET, Güther LOTTES (ed.), *L’État Moderne et les Élités – XIII – XVIII Siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 29-38.

⁸⁸ Cf. nota 24.

⁸⁹ Armando Luís de Carvalho HOMEM, Judite Gonçalves de FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados” in Filipe Themudo BARATA (ed.), *Élites e redes clientelares na Idade Média. Actas do Colóquio*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 171-210.

⁹⁰ Apesar de o estudo se referir à Idade Moderna, a análise dos representantes diplomáticos no Antigo Regime feita por Nuno MONTEIRO e Pedro CARDIM apresenta um interesse particular pelos pressupostos e metodologia utilizada relativamente à caracterização do perfil social e político destes embaixadores, cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, Pedro CARDIM, “La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 30, Madrid, Universidad Complutense, 2005, pp. 7-40 Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/23313>.

como sejam as elites urbanas, as ordens militares ou as elites eclesiásticas, quer o trabalho resulte de investigação pessoal ou de projectos conjuntos⁹¹.

A pesquisa a que procedemos, com vista a organizar um catálogo prosopográfico dos agentes enviados em funções de representação externa no reinado de D. João I, apresenta fragilidades evidentes. Por um lado, apesar da variedade das fontes compulsadas, a investigação é quase toda feita em documentação publicada⁹², nomeadamente nas chancelarias régias, nas mais diversas coletâneas documentais portuguesas e estrangeiras e na cronística portuguesa, castelhana, aragonesa, francesa e inglesa. Mas a maior fragilidade corresponde ao facto de não termos coligido documentação em arquivos estrangeiros, o que nos teria fornecido um novo olhar sobre a problemática.

Reiteramos que este trabalho pretende estudar os emissários régios externos enquanto grupo. De qualquer forma, a análise prosopográfica não poderia ser apresentada de modo descontextualizado, sem estar relacionada quer com as estruturas de organização central do reino, quer com as conjunturas políticas internas e externas.

Por esta razão, dividimos a tese em três capítulos.

O primeiro destina-se à contextualização política da ação dos agentes régios enviados em missão externa. Assim, relembra-se factos bem conhecidos da vida portuguesa de finais do século XIV e XV. Recua-se ao reinado de D. Fernando porque muitos dos problemas internos e motivações para as relações com outros reinos ou o papado dependem de sucessos

⁹¹ Cf. A síntese desses trabalhos nos vários artigos temáticos que se inserem na obra - José MATTOSO (dir.), Maria de Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA, Maria João BRANCO (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, nomeadamente: Maria Helena da Cruz COELHO, "Municipal Power", pp. 209-230; Hermínia Vasconcelos VILAR e Maria de Lurdes ROSA, "The Church and Religious Practices", pp. 323-347; Luís Filipe OLIVEIRA, Luís Adão da FONSECA, Maria Cristina PIMENTA e Paula Pinto COSTA, "The Military Orders", pp. 427-457.

⁹² Com exceção da do arquivo de Simancas.

ocorridos nesse período. À medida que se acompanham os diversos acontecimentos políticos, destaca-se já a participação dos emissários, quer atuem nessa qualidade ou noutra qualquer, no âmbito público. Com efeito, alguns iniciaram o seu percurso no reinado do “Formoso”. E, como se sabe, nos estudos prosopográficos, cruza-se o período de tempo específico que garante unidade à análise, neste caso um reinado, com os marcos biográficos de cada um destes homens.

O segundo capítulo é especificamente dedicado às missões diplomáticas, com ênfase nos agentes e nos destinos, registando as várias diligências efetuadas nos reinos de Castela, Aragão, Inglaterra, o ducado de Borgonha e na Cúria Romana.

O terceiro capítulo corresponde à análise dos representantes diplomáticos de D. João I. Após uma breve definição de vários conceitos enunciados, exploram-se os dados da matriz prosopográfica elaborada, não esquecendo alguns comportamentos peculiares que deixam transparecer as emoções que os homens experimentam.

I.º CAPÍTULO:

A CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

1. Do poder: a Legitimação de um Rei

Em dezembro de 1383, a saída de D. Leonor Teles de Lisboa para Alenquer, acompanhada das figuras políticas da Corte de D. Fernando, assume-se como um momento de rutura definitiva⁹³. Podemos dizer que, neste contexto, decorre a primeira diligência diplomática interna desencadeada por D. João Mestre de Avis Regedor e Defensor do Reino, ao enviar a esta vila os seus delegados Álvaro Pais⁹⁴ e **Álvaro Gonçalves Camelo** com o objetivo de apresentar uma proposta de casamento à rainha viúva⁹⁵. A rejeição deste projeto traduz-se no subsequente auxílio solicitado pela rainha ao monarca de

⁹³ D. Leonor sai de Lisboa acompanhada dos membros do Conselho e do Desembargo do rei D. Fernando, bem como de donas e donzelas de sua Casa, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, William J. ENTWISTLE e Luís F. Lindley CINTRA (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, Cap. XVI, pp. 32-33; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 145.

⁹⁴ Cf. sobre a sua carreira no Desembargo cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Em torno de *Portugal nos finais da Idade Média*, *op. cit.*, pp. 108-119.

⁹⁵ A proposta de casamento com o Mestre de Avis revela-se um ato político fracassado, pois D. Leonor não aceita uma solução que inviabilize a governação de D. Beatriz como rainha de Portugal e, por outro lado, podemos dizer que os nomeados para esta missão, especialmente Álvaro Pais, ainda fortalecem mais a sua atitude de rejeição, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXV, pp. 43-45; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, Cap. XXX, pp. 160-161. Cf. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor. Um reinado mal(dito)*, Lisboa, Chiado Editora, 2013, pp. 435-440. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que recolheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 49-50.

Castela que abre caminho a uma intervenção militar para dar cumprimento ao legado de um trono, na figura da sua filha D. Beatriz⁹⁶.

Com a morte de D. Fernando, em outubro de 1383, D. Leonor Teles, na situação de regente, cumpre uma das cláusulas do Tratado de Salvaterra, isto é, aclama reis de Portugal D. Beatriz e D. João de Castela⁹⁷. Inicia-se a chamada crise ou revolução de 1383-1385⁹⁸ que tem como epicentro inicial a

⁹⁶ Cf. Emílio MITRE FERNÁNDEZ, “Castilla ante la Guerra de los Cien Años: actividade militar y diplomática de los orígenes del conflicto al fin de las grandes tréguas (c. 1340- c. 1415)”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental*, *op. cit.*, pp. 213-215.

⁹⁷ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. XV, pp. 88-89.

⁹⁸ São inúmeros os estudos sobre este período da História de Portugal; a sistematização bibliográfica sobre esta temática pode encontrar-se em Alfredo Pinheiro MARQUES, *Guia da História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, p. 67. Referem-se os seguintes: Marcello CAETANO, *Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa, Verbo, 1985; A. H. de Oliveira MARQUES, “Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, *Nova História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Presença, 1989, pp. 279-334; José MATTOSO, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, in *Jornadas sobre Portugal medieval*, Leiria, 1983, pp. 161-170; Armindo de SOUSA, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, Vol. II, Porto, Universidade de Porto, 1985, pp. 9-44 – disponível em [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1938.pdf>]; Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, Vol. 12, Lisboa, Sá da Costa, 1983, pp. 45-89; Salvador Dias ARNAUT, *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, Vol. I: *A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1960; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 48-77; Luís Adão da FONSECA, “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, pp. 57-74; Joel SERRÃO, *O carácter social da Revolução de 1383*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976; António Borges COELHO, *A revolução de 1383. Tentativa de caracterização*, Lisboa, Ed. Caminho, 1984; Valentino VIEGAS, *Uma revolução pela independência nacional nos finais do século XIV*, 2 vols policopiados. Lisboa, FLUL, 1996.

cidade de Lisboa⁹⁹. Um conjunto de acontecimentos que ocorrem entre outubro e dezembro de 1383 determina a atuação de forças sociais que ou apoiam a ação de Leonor Teles ou lutam contra a conjuntura política de união com Castela¹⁰⁰. Para esta situação é decisivo o assassinato de João Fernandes Andeiro, em dezembro de 1383, fidalgo galego e conde de Ourém, embaixador de Portugal em Inglaterra, influente, sobretudo, junto da rainha¹⁰¹. Álvaro Pais surge como a figura organizadora do crime, juntamente com D. João Afonso conde Barcelos e para perpetrar o ato é escolhido D. João Mestre de Avis. O Mestre será nomeado Regedor e Defensor do Reino pelos habitantes de Lisboa¹⁰².

A determinação política da rainha D. Leonor Teles advém da ação governativa do rei D. Fernando, resultado da sua política externa e da ingerência em Castela¹⁰³. De facto, as lutas entre Pedro o *Cruel* e Henrique de Trastâmara estabelecem uma correlação de forças que se revela

⁹⁹ Cf. José MATTOSO e Armindo SOUSA, *História de Portugal*, II Volume, *op. cit.*, p. 494. Além de Lisboa, outros lugares do reino manifestam a sua oposição à proclamação de D. Beatriz e D. João de Castela como reis de Portugal, como Santarém e Elvas, cf., Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal*, *op. cit.*, Cap. XV, pp. 89-92.

¹⁰⁰ Cf. Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, pp. 59-63 e 65-66, 71-72.

¹⁰¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capz. V e IX, pp. 10-11, 16-19; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. Capz. XVII, XX, pp. 100-102.111-116. Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, p. 73

¹⁰² Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XIV, pp. 29-31; Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, p. 72.

¹⁰³ Cf. Judite A. Gonçalves de Freitas e Maria Cristina Almeida e Cunha, “Homens de Estado, crises políticas e guerra: Portugal, século XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, *op. cit.*, pp. 121- 139.

desastrosa para Portugal¹⁰⁴. Quando, em 1369, Henrique de Trastâmara é reconhecido monarca de Castela¹⁰⁵, D. Fernando assume-se como candidato ao trono desse reino¹⁰⁶ e desencadeia uma ação militar¹⁰⁷ que termina em 1371, com a assinatura do Tratado de Alcoutim¹⁰⁸, após intervenção do papa

¹⁰⁴ A situação política em Castela aparece-nos relatada em Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s/d, capítulos VI a XXIV, pp. 23-74. Cf. César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudos Gallegos “Padre Sarmiento”, 2005; Luis SUÁREZ FERNANDEZ, “Castilla (1350-1406)”, in Ramón MENENDEZ ESPIDAL, (dir.), *Historia de España*, Volume XIV, Madrid, Espasa-Calpe, 1987, pp. 3-378; Juan Luis de la MONTAÑA CONCHIÑA, “E levaram captivos, e derribaram o logar todo”. La guerra en la frontera castellano-portuguesa (siglos XIV-XV), *Norba. Revista de Historia*, Vol. 21, 2008, pp. 11-28. Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3209758.pdf; Emílio MITRE FERNÁNDEZ, “Castilla ante la Guerra de los Cien Años ...”, *op. cit.*, pp. 208-212.

¹⁰⁵ Sobre o processo político conduzido por Henrique de Trastâmara até ao seu reconhecimento como rei, bem como as formas de consenso – nomeadamente as Cortes de Burgos em 1367 – e de legitimidade que o tornam o governante do trono de Castela, veja-se José Manuel NIETO SORIA, “El consenso como representación en la monarquía de la Castilla Trastámara: contextos y prácticas”, *Edad media. Revista de Historia*, nº 11, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010, pp. 37-62.

¹⁰⁶ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Caps. XXV e XXVIII, pp. 75 e 80-81; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 86-87; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*, *op. cit.*, p. 26; Fátima FERNANDES “Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”, *En la España Medieval*, n.º 23, 2000, pp. 101-115.

¹⁰⁷ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Caps. XLVII e XLIX, pp. 127-128 131-132. Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 24 e 344.

¹⁰⁸ Sobre os tratados de paz entre Portugal e Castela neste período consulte-se Armando Martins, “Depois da guerra, a difícil arte de fazer a paz. D. Fernando (1367-1383), in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, *op. cit.*, pp. 69- 76.

Gregório XI¹⁰⁹. Além de renunciar ao trono de Castela, D. Fernando ajusta um contrato de casamento com a filha de Henrique II de Castela¹¹⁰, mas acaba por não o cumprir ao casar com Leonor Teles, em 1372¹¹¹. Perante esta mudança de estratégia política, Portugal e Castela ratificam o Tratado de Alcoutim através da assinatura do Acordo de Tui em 1372¹¹². Ainda neste ano desencadeiam-se novas disputas, em virtude da aproximação de Portugal e Inglaterra¹¹³. O rei de Castela invade Portugal, chega a Lisboa e D. Fernando vê-se obrigado a assinar um acordo de rendição em Santarém, em março de

¹⁰⁹ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Caps. LIII e LIV, pp. 139-144; Fátima Regina FERNANDES, Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”, *op. cit.*, p. 104; Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor., op. cit.*, pp. 215-235

¹¹⁰ Fátima Regina FERNANDES, Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”, *op. cit.*, p. 104; Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, Vol. 12, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 47.

¹¹¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Cap. LVII, pp. 153-155. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor., op. cit.*, pp. 236-237, 273-274.

¹¹² Significa isto regressar às fronteiras luso-castelhanas que existiam antes do início da contenda, cf. José MATTOSO e Armindo SOUSA, *História de Portugal*, II Volume, *op. cit.*, p. 492.

¹¹³ Referimo-nos ao Tratado de Tagilde assinado a 27 de Novembro de 1372. Este instrumento de paz e amizade assinado por D. Fernando e o rei inglês Eduardo III tem como procuradores, núncios e embaixadores portugueses o nobre João Fernandes Pacheco e Vasco Domingues chantre da igreja de Braga; é depois ratificado a 1 de junho de 1373, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Londres, Georgeii Holmes, 1740, Volume III, Partes II, pp. 208-209 e III, p. 7; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, pp. 224-226; Luís Adão da FONSECA, “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”, *op. cit.*, pp. 61-66. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor., op. cit.*, pp. 237-238.

1373, pelo qual politicamente tem de apoiar a causa franco-castelhana e repudiar a inglesa¹¹⁴.

A questão cismática iniciada em 1378 coloca novamente D. Fernando numa posição de indefinição, apoiando Roma ou Avinhão consoante os seus interesses políticos e diplomáticos¹¹⁵. Assim se compreende que em 1380 D. Fernando, através do conde de Andeiro¹¹⁶, procure nova guerra pelo apoio dado às pretensões do duque de Lencastre ao trono de Castela, a troco do auxílio militar chefiado pelo conde de Cambridge¹¹⁷.

¹¹⁴ Cf. José MATTOSO e Armindo SOUSA, *História de Portugal*, II Volume, *op. cit.*, p. 492; Regina Fátima FERNANDES, "Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal", *op. cit.*, p. 106. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor.*, *op. cit.*, pp. 238-24

¹¹⁵ Cf. TAVARES, Maria José Ferro, "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385", *op. cit.*, p. 52.

¹¹⁶ Em carta datada de 23 de maio de 1380, confirmam-se as alianças entre Portugal e Inglaterra, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Londres, Georgeii Holmes, *op. cit.*, Volume III, Parte III, pp. 99-100; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXV, pp. 325-327. Cf. Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre ... op. cit.*, p. 95.

¹¹⁷ Em Estremoz a 15 de julho de 1381 D. Fernando envia três documentos ao rei de Inglaterra: o primeiro consiste na ratificação do tratado assinado em 1372; o segundo a pretensão de auxiliar o duque de Lencastre além de prometer ao conde de Cambridge apoio se este vier para Portugal com "mil homens de armas e "mil arqueiros" e assim "cometaremos Guerra abertament, por Mar, & por Terra, contra os Reynos de Castellias, em a judado dicho Rey *dom Joham*, e da dicha *Reynha Ssua Molhir*, a nosso leal poder, & a Nossas Proprias costages, a ca que de los quesiera que Seia cobrudos os dichos Reynos, ou a moor parte d'elas"; o terceiro refere-se ao memorando do matrimónio da infanta D. Beatriz com o filho do duque de Cambridge, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Londres, Georgeii Holmes, *op. cit.*, Volume III, Parte III, pp. 103-104. Cf. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor.*, *op. cit.*, pp. 359-367. Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, pp. 96-98.

Antes de se concretizar a chegada do contingente inglês¹¹⁸, Henrique II invade Portugal. A presença da força militar inglesa não surte os efeitos desejados, não só porque estão de maio e dezembro sem desenvolver atividades bélicas, como conseguem granjear a inimizade dos habitantes do termo de Lisboa¹¹⁹. A derrota da armada portuguesa em Saltes determina a assinatura da paz com Castela em agosto de 1382, pela qual se estabelece o casamento de D. Beatriz com o herdeiro de Castela¹²⁰. Porém, a assinatura do Tratado de Salvaterra em 1383 acaba por criar as condições de sucessão ao trono dos dois reinos, pelo casamento de D. Beatriz com D. João I¹²¹.

Deste modo, a situação política decorrente da morte do “Formoso” gera apoios sociais de vários sentidos. Se Castela conta com a força da nobreza subordinada à dominação legítima tradicional¹²², outras colocam-se ao

¹¹⁸ A chegada do conde de Cambridge a Portugal ocorre em maio de 1381, conforme carta emitida a 12 de maio pelo rei inglês, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Londres, Georgeii Holmes, *op. cit.*, Volume III, Parte III, p. 119.

¹¹⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Caps. CXXXI e CXXXII, pp. 364-369.

¹²⁰ A assinatura da paz com Castela em Elvas realiza-se sem o conhecimento dos ingleses, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Caps. CLIV a CLVI, pp. 424-435; José MATTOSO e Armindo SOUSA, *História de Portugal*, II Volume, *op. cit.*, p. 494; Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, p. 51. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor.*, *op. cit.*, pp. 367-380. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*, *op. cit.*, pp. 28-32.

¹²¹ Por morte da rainha de Castela, D. Fernando envia uma embaixada liderada por João Fernandes conde de Ourém ao rei de Castela, para que este case com D. Beatriz e se anule a anterior intenção de casamento com o infante D. Fernando, filho de D. João de Castela, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLVII, pp. 437-438. Maria José Ferro TAVARES, *Fernando e Leonor.*, *op. cit.*, pp. 407-423.

¹²² Utilizamos o conceito de Max WEBER que considera a validade de dominação tradicional “reposant sur la croyance quotidienne en la santeté de traditions valables de tout temps et en la legitimité de ceux qui sont appelés à exercer l’autorité par ces moyens” in *Économie et société*, *op. cit.*, Vol. 1, p. 269.

serviço do Mestre de Avis. Os apoios da nobreza portuguesa não se manifestam de forma homogénea, nem linear. Se do lado da rainha D. Leonor estão, num primeiro momento, condes, ricos-homens, cavaleiros e escudeiros, mestres das ordens militares e clero, o mesmo já não acontece quando se dirige de Lisboa para Santarém. Alguns abraçam a causa do Mestre de Avis, como **Lourenço Anes Fogaça** e **Fernando Afonso de Albuquerque**, outros regressam a suas terras, como Gonçalo Mendes de Vasconcelos¹²³. De entre a família dos Pereira verifica-se uma divisão entre Pedro Álvares Pereira, prior do Crato seguidor da Castela, e **Nuno Álvares Pereira**¹²⁴ e Diogo Álvares Pereira seguidores da causa do Mestre de Avis¹²⁵. Este tem entre os membros da média e pequena nobreza os seus primeiros apoiantes, além de contar com os partidários do infante D. João e de outros que acabam por o servir e também, em alguns casos, trair¹²⁶.

A realidade político-militar mostra-nos um Mestre de Avis Regedor e Defensor do Reino que conta com as forças oligárquicas do concelho de

¹²³ Cf. Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, pp. 73-79.

¹²⁴ Sobre esta figura veja-se Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Caps. XXXII a XXXIX, pp. 56-66; *Estória de Dom Nuno Alvrez Pereira*, Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, Introdução de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, Lisboa, Guimarães Editores, 1984; Fátima Regina FERNANDES, “A construção da sociedade política de Avis à luz da trajectória de Nuno Álvares Pereira”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, pp. 421-446. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. op. cit.* pp. 39 – 40

¹²⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXVI, pp. 62-64.

¹²⁶ Cf. Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, pp. 82-84.

Lisboa cidade que é cercada pelo rei de Castela em 1384, bem como de outros importantes centros urbanos¹²⁷.

Levantado o cerco em setembro de 1384, Castela recua mas não desiste. Por outro lado, verifica-se um crescente apoio à causa do Regedor e Defensor do Reino¹²⁸. Assim se compreende que a ação militar e política abra caminho às Cortes de Coimbra em 1385¹²⁹. Há que legitimar o poder e consumir a obediência do reino, numa perspectiva de dominação racional¹³⁰.

¹²⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXII, pp. 208-210. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. op. cit.* pp.42-45.

¹²⁸ Maria José Ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *op. cit.*, pp. 75-77. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que recolheu Boa Memória*, *op. cit.*, pp. 53-5t.

¹²⁹ Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 78-147.

¹³⁰ Utilizamos o conceito de Max WEBER que considera a validade de dominação legal “reposant sur la croyance en la légalité des règlements arrêtés et du droit de donner des directions qu’ont ceux qui sont appelés à exercer la domination par ces moyens” in *Économie et société*, *op. cit.*, Vol. 1, p. 269.

2. Do Reinado: Perspectivas e bases de Governação

Tal como no parágrafo anterior, o nosso objetivo ao sistematizar dados já muito trabalhados pelos investigadores é o de situar, no contexto político, indivíduos que rodeavam D. João I e aos quais foram acometidas embaixadas diplomáticas durante o seu reinado.

Situemos esta breve síntese nas cortes de Coimbra de 1385¹³¹, acontecimento que nos servirá de ponto de partida para abordar as alterações verificadas ao nível da administração central mas também na dinâmica da defesa do reino e na atribuição de mercês régias¹³².

Para além da novidade do auto de eleição de D. João I¹³³, os capítulos gerais apresentados pelos concelhos em 1385, estudados por Armindo de SOUSA, permitem-nos compreender a importância política de alguns aspetos que nos interessam particularizar.

¹³¹ Sobre as cortes de Coimbra cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, pp. 59-68; Marcello CAETANO, *Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa, Verbo, 1985.

¹³² Cf. Armindo de SOUSA, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385” in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Vol. II, Porto, Universidade de Porto, 1985, pp. 9-44. Veja-se igualmente Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op.cit.*, Cap. I, pp. 4-7; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “ A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto”, in *En la España Medieval*, n.º 12, Madrid, Universidad Complutense, 1989, pp. 231-241; Marcello CAETANO, *Crise Nacional de 1383-1385, op. cit.*; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, pp. 69-73.

¹³³ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 20-35.

Comecemos pelo Conselho régio¹³⁴. Os capítulos gerais propõem a composição de um Conselho estamental¹³⁵, ou seja, um corpo político representativo dos quatro estados; mais concretamente, os “povos” sugerem os nomes de dois prelados, quatro fidalgos, quatro legistas e quatro cidadãos para que “amdassem sempre com elle (rei), pera seu regimento seer mais perfeito e o regno mantheudo em dereito e em justiça”¹³⁶.

De entre os conselheiros nomeados pelo Mestre de Avis durante a regência, incluem-se os seguintes nomes que irão desempenhar missões de representação externa: **João Afonso de Azambuja, João Anes, Gil do Sem, Vasco Martins de Melo e João das Regras**¹³⁷. Após a eleição régia, D. João I

¹³⁴ O Conselho régio foi especialmente estudado por Armando Luís de Carvalho HOMEM (“Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *Revista de História da Faculdade de Letras – História, Série II, Vol. 4*, Porto, 1987, pp. 9-64), mas também Rita Costa GOMES, cf. uma síntese da evolução do Conselho régio desde o século XIII até D. Manuel, Rita Costa GOMES, “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, in *Conseils. Conseillers dans l’Europe de la Renaissance. v. 1450-v. 1550*, Cedric MICHON (dir.), Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, pp. 149-174 – Disponível em https://www.academia.edu/5388382/Le_Conseil_Royal_au_Portugal

¹³⁵ Utilizamos o termo na aceção proposta por Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei ...”, *op. cit.*, p. 32. Registe-se o facto de a novidade política deixar transparecer a consciência de governo e exercício do poder, sobretudo pelas elites das oligarquias municipais, especialmente a de Lisboa, cf. Armindo SOUSA, *op. cit.*, pp. 37-38. Rita Costa GOMES, “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, *op. cit.*, pp. 152-153.

¹³⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op.cit.*, Cap. I, p. 7.

¹³⁷ Carvalho Homem, “O doutor João das Regras no desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas”, in *Portugal nos finais da Idade Média*, *op. cit.* pp. 149-158; António Domingues de Sousa COSTA, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, 77 (Julho-Setembro 1972), p. 232-259.

ratifica seis dos catorze nomes propostos nas cortes, mantendo os mesmos indivíduos que serão seus embaixadores durante bastante tempo¹³⁸.

Vejamos o que escreve Carvalho HOMEM sobre a condição de conselheiro régio:

“[...] parece-nos bem diferenciada, embora antes de mais pela negativa, da dos oficiais régios. O conselheiro não é, enquanto tal, detentor de um ofício, como o Conselho é órgão de funcionamento documentado de forma bem mais espaçada que o das outras instâncias da Corte”¹³⁹.

Sabemos que a eficácia governativa dos reis na Europa medieval dos séculos XIV e XV se fundamenta na organização da burocracia e na profissionalização do Conselho régio¹⁴⁰. No contexto dos reinos peninsulares, os conselheiros do rei não se enquadram numa matriz politicamente estruturada, mas articulam-se com a governação régia, que a eles recorre em situações específicas (legislação, finanças, conflitos bélicos)¹⁴¹. É um facto que o Conselho desenvolve atividade muito importante sobretudo no âmbito das relações diplomáticas.

¹³⁸ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, pp. 30-34. Segundo Carvalho Homem, apesar de não vir referido em Fernão Lopes, o Doutor João Afonso de Azambuja, será conselheiro régio (p. 31).

¹³⁹ “Conselho real ou conselheiros do rei? ...”, *op. cit.*, p. 22.

¹⁴⁰ Cf. Joseph R. STRAYER, *As origens medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s/d, p. 100.

¹⁴¹ Rita Costa GOMES, “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, *op. cit.*, p. 154.

Carvalho HOMEM analisou o evoluir da composição social do Conselho régio ao longo dos vários reinados¹⁴². A situação criada pela Crise de 1383-85 e a eleição do Mestre de Avis traz consigo uma integração mais ou menos equilibrada de membros da nobreza, clérigos e letrados¹⁴³. Se avançarmos ao longo do reinado de D. João I notam-se diversas alterações. Depois da conquista de Ceuta emergem novos conselheiros provenientes de descendência familiar, de serviço prestado nessa empresa e de elementos associados à Casa dos Infantes¹⁴⁴. Após 1420, verifica-se a crescente influência de membros da nobreza ou de nobilitados, sendo praticamente excluídos letrados e clérigos¹⁴⁵.

Para além dos nomeados logo no início do seu reinado, são os seguintes os membros do Conselho de D. João I que serão incumbidos de missões de representação externa.

Álvaro Gonçalves Camelo¹⁴⁶ (1383), **Álvaro Gonçalves de Ataíde**¹⁴⁷, **Fernando de Castro** (1423-1434)¹⁴⁸, **Fernando Gonçalves Beleáguas**¹⁴⁹, **Gil**

¹⁴² Armando Luís Carvalho HOMEM, *IBIDEM*, pp. 26-30.

¹⁴³ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *IBIDEM*; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 156.

¹⁴⁴ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *IBIDEM*, p. 37; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, pp. 157-158.

¹⁴⁵ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *IBIDEM*. Veja-se o que escreve Rita Costa GOMES sobre o tipo de nobreza do Conselho de D. João I ao longo do seu reinado (“Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, *op. cit.*, pp. 162-163), e sobre os critérios de inclusão no Conselho régio (IDEM, *IBIDEM*, pp. 157-158).

¹⁴⁶ Vide biografia 3.

¹⁴⁷ Vide biografia 6.

¹⁴⁸ Vide biografia 12,

¹⁴⁹ Vide biografia 13.

do Sem¹⁵⁰, **Gonçalo Vasques de Melo**¹⁵¹ (1399-1403), **João Afonso de Azambuja**¹⁵², **João Anes**¹⁵³, **João das Regras**¹⁵⁴ (1383-1404), **João Gomes da Silva**¹⁵⁵ (1403-1433), **João Vasques de Almada**¹⁵⁶ (1423-1417), **João Xira**¹⁵⁷, **Luís Gonçalves Malafaia**¹⁵⁸, **Martim Afonso de Melo**¹⁵⁹ (1399-1428), **Martim do Sem**¹⁶⁰ (1406-1428), **Nuno Álvares Pereira**¹⁶¹ (1385), **Pedro de Noronha**¹⁶², **Pedro Gonçalves Malafaia**¹⁶³ (1426-1433), **Rui Galvão**¹⁶⁴, **Rui Lourenço**¹⁶⁵ (1384),

¹⁵⁰ Vide biografia 16.

¹⁵¹ Vide biografia 21.

¹⁵² Vide biografia 22.

¹⁵³ Vide biografia 24.

¹⁵⁴ Vide biografia 25.

¹⁵⁵ Vide biografia 26.

¹⁵⁶ Vide biografia 28.

¹⁵⁷ Vide biografia 30.

¹⁵⁸ Vide biografia 35.

¹⁵⁹ Vide biografia 36.

¹⁶⁰ Vide biografia 38.

¹⁶¹ Vide biografia 39.

¹⁶² Vide biografia 41.

¹⁶³ Vide biografia 43.

¹⁶⁴ Vide biografia 48.

¹⁶⁵ Vide biografia 49.

Mas, para além dos conselheiros do rei, a mudança dinástica implicará alterações, no conjunto da sociedade política¹⁶⁶ nomeadamente nas suas matrizes burocrática, guerreira e doméstica, para utilizar a terminologia proposta por Carvalho HOMEM. Segundo este autor, nos séculos XIV e XV assiste-se a uma especialização da organização do funcionamento dos órgãos e dos ofícios da administração central¹⁶⁷.

A vertente burocrática, o Desembargo Régio, encontrar-se-ia perfeitamente estruturada no final do reinado de D. Fernando¹⁶⁸. Nos “anos revolucionários”, que Carvalho Homem prolonga até ao fim da década de 90, verificou-se uma reformulação nos quadros do Desembargo¹⁶⁹, entrando

¹⁶⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto”, *En la España medieval*, 12, 1989, pp. 231-242; IDEM, “État, institution, société politique sous Jean 1er et Édouard 1er (1383-1438)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, 1989, pp. 35-48.

¹⁶⁷ Sobre a sociedade de corte, consulte-se Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Lisboa, 1995.

¹⁶⁸ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Uma crise que sai d’“A Crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380, *op. cit.*, p. 53.

¹⁶⁹ Segundo Carvalho Homem, trata-se do “conjunto de funcionários e serviços que, junto do monarca, assegura por um lado a publicitação das respectivas leis, por outro o despacho dos assuntos correntes da Administração, ou seja, a resposta aos feitos e petições que à Corte forem presentes, traduzida na leitura das cartas respectivas, de «justiça» e de «graça» ou de «fazenda» (*O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 25, p. 25. Veja-se também os trabalhos deste autor “Uma crise que sai d’“A Crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380 in *Revista de História*, Vol. 7, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, pp. 53-92; *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990. Veja-se igualmente as dissertações de mestrado sob orientação de Armando Luís de Carvalho HOMEM: Judite Gonçalves de FREITAS, *A burocracia do Eloquentes (1433-1438)*, os textos, as normas, as gentes, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991; Maria Helena Matos MONTEIRO, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais (1461/1465)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997; Hugo Alexandre Ribeiro CAPAS, *A chancelaria e os seus oficiais no ano de 1469*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

elementos que são considerados “homens novos”: entre eles, contam-se alguns que virão a desempenhar funções diplomáticas como: o doutor **João das Regras**, chanceler-mor¹⁷⁰, **Rui Lourenço**, licenciado em Degredos e deão de Coimbra e **Álvaro Peres**, bacharel em Leis¹⁷¹.

Também na chamada 3.^a geração dos elementos do Desembargo, em inícios da década de 20 do século XV¹⁷², surgem nomes como **Pero Gonçalves Malafaia**, **Diogo Afonso**, **Fernando Afonso da Silveira** e **Rui Fernandes** que serão emissários externos do monarca¹⁷³.

Vejamos, agora, a matriz guerreira¹⁷⁴. Após a revolução de 1383-85, além da escolha de **Nuno Álvares Pereira** para condestável do reino¹⁷⁵, **Afonso Furtado** será nomeado capitão-mor¹⁷⁶.

¹⁷⁰ Como João Esteves de Azambuja se encontrava Inglaterra, o Doutor João das Regras assume as funções durante a sua ausência. Em 1400 sucede-lhe Álvaro Gonçalves, outro oficial do governo do rei D. Fernando. Veja-se o estudo de Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Um percurso singular do Desembargo Régio – Álvaro Gonçalves (1368-1406)”, in *Jornadas sobre Portugal medieval*, Leiria, 1983, pp. 65-77.

¹⁷¹ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Uma crise que sai d’“A Crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380, *Revista de História*, Vol. 7, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, p. 76; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 154-156

¹⁷² IDEM, *IBIDEM*.

¹⁷³ Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 157.

¹⁷⁴ Os cargos de condestável e marechal foram criados no contexto das guerras fernandinas com Castela.

“He o Condestable em Portugal o General da Milicia, seu lugar no Exercito he o da vanguarda; e conforme ao seu titulo, que està no Regimento da guerra; a elle dà EIREy as ordens do que se deve fazer no Exercito, e elle as cõmette ao Marichal, para que as execute, e a elle pertence fazer os Coudeis dos Bèsteiros, e os homens de pè, cada hum com 30 soldados”. O primeiro condestável do reino de Portugal foi D. Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, cf. Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Borges, 1740, Discurso II, § II, p. 36.

Na vertente doméstica, registam-se as escolhas de **João Rodrigues de Sá**, camareiro-mor e **João Gomes da Silva**, copeiro-mor¹⁷⁷.

A consolidação da estrutura e da legitimidade do poder concretiza-se igualmente pela constituição das casas da rainha D. Filipa e dos infantes¹⁷⁸, num período posterior. Quanto à primeira, ordenada após o casamento em fevereiro de 1387, verifica-se a nomeação de oficiais do Desembargo¹⁷⁹, bem como do séquito de aias e donzelas¹⁸⁰. Quanto à constituição da casa dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, D. João I convoca as Cortes de Évora, em 1408, para informar das moradias que atribui a cada um deles,

O primeiro marechal do reino foi Gonçalo Vaz de Azevedo: “Ao Marichal pertence pelo Regimento da guerra repartir os alojamentos de seu exército; depois que pelo Aposentador do Condestable for assinado o lugar, onde se houver de assentar; e para isso tem também o Marichal seu Aposentador, e provê de outros para as cavalgadas; manda ter cuidado das vèlas ao tempo de comer, assim de dia, como de noite”, cf. Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, op. cit., Discurso II, § III, p. 38

¹⁷⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op.cit., Cap. I, p. 4; sucede no cargo a Álvaro Pires de Castro conde de Arraiolos.

¹⁷⁶ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁷⁷ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁷⁸ Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 141-144.

¹⁷⁹ Destacamos a nomeação de Lourenço Anes Fogaça como vedor da Fazenda, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op.cit., Cap. XCVII, p. 96; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal*, op. cit., pp. 180-188;

¹⁸⁰ Registe-se na presença feminina ligações familiares aos nobres que estão ao serviço de D. João I. cf. *Monumenta Henricina*, Volume I, Coimbra, 1960, doc. 122, p.289; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, op. cit., pp. 38-40; para o caso que nos interessa saliente-se D. Joana, filha do Mestre Fernando Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem Militar de Santiago, cf. Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal*, op. cit., p. 183 -186; IDEM, “A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média”, *Revista Signum*, 11-2, 2010, pp. 207-227 – Disponível em <http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignum11/article/view/29/28>

recorrendo, para isso, à retoma do terço das sisas de Lisboa¹⁸¹. A constituição da casa dos infantes e a nomeação dos respetivos governadores¹⁸² tem como consequência a existência de maior número de dependentes para a esfera do poder central¹⁸³. Veja-se o que escreve Rita Costa GOMES sobre a sociedade de corte e as casas dos reis e dos infantes¹⁸⁴.

Voltemos às Cortes de 1385. A ação política emergente prende-se, também, com tomada de decisões relativas à defesa do reino e ao financiamento da guerra com Castela¹⁸⁵. Após a eleição, o rei organiza as suas atividades bélicas¹⁸⁶ para consolidar a legitimidade como governante de

¹⁸¹ Cf. *Monumenta Henricina*, Volume I, *op. cit.*, doc. 134, pp.316-319.

¹⁸² Como governador temos o Doutor Martim do Sem para a casa do infante D. Duarte, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. V, p. 49, Álvaro Gonçalves de Ataíde para a do infante D. Pedro, cf. *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, Lisboa, 1905, p. 402, e D. Fernando de Castro para a do infante D. Henrique, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 652..

¹⁸³ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI” in *Penélope*, N.º 29, 2003, p. 34.

¹⁸⁴ Cf. Rita Costa GOMES, «L'ordre domestique et l'ordre politique : la société de cour dans le Portugal du bas Moyen Age », in François FORONDA; Ana Isabel CARRASCO (ed.), *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et Sociétés politiques dans la Péninsule Ibérique de la Fin du Moyen Âge*, CNRS, 2007, pp. 250-253. Disponível em - https://www.academia.edu/5388416/Lordre_domestique_et_lordre_politique_la_soci%C3%A9t%C3%A9_de_cour_dans_le_Portugal_du_bas_Moyen_Age

¹⁸⁵ Cf. Armindo SOUSA, *op. cit.*, pp. 15-16 Cf. Marcello CAETANO, *op. cit.*, pp. 57 e 60; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op.cit.*, Caps. XLVIII-XLIX, pp. 85-88.

¹⁸⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op.cit.*, Caps. XIV-XVII, pp. 28-34. Cf. sobre as atividades bélicas levadas a cabo neste período vd. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp.73-86; Humberto Baquero MORENO, “A campanha de D. João I contra as fortalezas da Região de Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 1985, p. 45

forma exercer o poder e a dominar todo o território¹⁸⁷. Em contrapartida, as investidas de Castela fazem sentir-se através de entradas na fronteira que têm como objectivo a pilhagem e o saque de bens, dirigindo-se depois a Viseu e a Trancoso onde ocorre a batalha com o mesmo nome. Esta batalha pode considerar-se o prenúncio de Aljubarrota e representa ao mesmo tempo a conjugação de esforços militares dos principais fidalgos da Beira para a legitimidade do poder de D. João I¹⁸⁸.

O culminar das investidas de Castela dá-se com a batalha de Aljubarrota¹⁸⁹. A vitória sobre o exército castelhano não significa o fim das contendas, que se prolongam por mais de uma década até à assinatura das tréguas por um período de dez anos, em 1402¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Utilizamos os conceitos operatórios de Max Weber, cf. Max WEBER, *Économie et société*, Vol. I, *op. cit.*, p. 95.

¹⁸⁸ IDEM, Caps. XX-XXI, pp. 39-45; Ruy D'Abreu TORRES, "Batalha de Trancoso". in Joel SERRÃO (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI, Porto, Livraria Figueirinha, 1981, pp. 191-192; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, p. 123.

¹⁸⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op.cit.*, Cap. XXXVIII-XLII, pp. 84-99; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LI, pp. 112-121; Cf. Luís Adão da FONSECA, "Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV", *op. cit.*, e bibliografia citada pelo autor. Veja-se sobretudo as obras de João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, e *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.

¹⁹⁰ Cf. AGS PR, Leg. 49 fls. 3, 4, 7 e 9; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op.cit.*, Cap. CLXXXVII, pp. 402-404; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, pp.29-33;. registe-se o facto de desde 1393 se terem encetado contatos para o estabelecimento de tréguas entre Portugal e Castela, mas a viabilidade da sua concretização revela-se impossível pelas excessivas contrapartidas de ambas as partes. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 90-94 e 103-111.

A convergência de auxílio e de apoios a D. João I permite compreender a concessão de mercês aos que ajudaram a sua causa, doando-lhes bens expropriados aos opositores.

Esta política de recompensa é socialmente transversal. No cimo da escala hierárquica surge **Nuno Álvares Pereira** beneficiado com várias mercês e doações de terras, confirmadas por carta de D. João I passada em Lisboa a 30 de março de 1387¹⁹¹. Possuidor de um vasto território e de vassallos que o servem, podemos dizer que a casa senhorial do Condestável surge como uma expressão de poder em paralelo com a Coroa. Desta forma, também percebemos a sua atuação ao conceder terras e rendas aos que o serviram¹⁹² e o desagrado que mostra a D. João I quando este pretende comprar as terras aos fidalgos¹⁹³.

Verifica-se, assim, que os que estiveram desde a primeira hora com o Mestre de Avis foram por ele agraciados. Neste sentido destacamos **João Gomes da Silva** a quem D. João I doa, a 5 de setembro 1385, os bens

¹⁹¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., doc. 29, pp. 210-211; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, Lisboa, Guimarães Editora, 1984, p. 253.

¹⁹² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op.cit., Cap. CLII, pp. 319-320; esta política de Nuno Álvares Pereira não reúne consenso político, pois o Doutor João das Regras e Álvaro Gonçalves Camelo manifestam ao rei ao rei o seu desagrado por esta atitude, "accusando ao Condestavel de querer competir com a mesma Magestade, e arrogarse a sua regalia", cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CXLIV, p. 719.

¹⁹³ IDEM, Cap. CLIII, pp. 320-322; Nuno Álvares Pereira pretende abandonar o reino e D. João I tenta demovê-lo desta intenção enviando ao seu encontro sucessivamente Rui Lourenço, o Mestre de Avis, D. João bispo de Évora, Martim Gonçalves, Luís Gonçalves; o Condestável acaba por ceder e na sua posse ficam apenas as terras doadas de juro e herdade, IDEM, Cap. CLIV, pp. 322-324.

pertencentes a seus tios, Aires Gomes da Silva e D. Urraca Tenório¹⁹⁴; **João Rodrigues de Sá** que recebe diversas mercês e bens de Pero Esteves, prior de Alenquer, a 2 agosto de 1384¹⁹⁵ e de D. Gonçalo Teles de Meneses, conde de Neiva, a 24 de janeiro de 1386¹⁹⁶; e **Vasco Martins de Melo** que obtém do Mestre de Avis os bens da Condessa, de Pedro de Castro seu filho e do conde D. Pedro seu genro¹⁹⁷. Muitos dos que servem D. João I, e que irão exercer funções diplomáticas, são agraciados com mercês e doações¹⁹⁸. A política de doações a descendentes da mesma família ou a terceiros circunscreve-se, na análise de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, ao apontar para a fragmentação e dispersão do património linhagístico e para a mobilidade no interior da nobreza, pois “o serviço do rei, a proximidade face à corte régia, as carreiras eclesiásticas ou nas ordens militares, as ligações a grupos urbanos, as

¹⁹⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XIII, p. 27; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo” *op. cit.*, Cap. L, p. 544; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, fl. 91v; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 229.

¹⁹⁵ IDEM, documento 179, p. 90.

¹⁹⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 171; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 110-111; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, fl. 104.

¹⁹⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXVIII, p. 336.

¹⁹⁸ Falamos de Afonso Furtado, Álvaro Gonçalves Camelo, Álvaro Gonçalves da Maia, Álvaro Gonçalves de Ataíde, Diogo Lopes Pacheco, Fernando de Castro, Gonçalo Gomes da Silva, João Afonso de Azambuja, João das Regras, Lourenço Anes Fogaça, Martim Afonso de Melo, Vasco Martins de Melo, entre outros, sem esquecer a ordem de Avis.

políticas de aliança associadas a estes factos, serão elementos decisivos para a renovação e hierarquização da nobreza”¹⁹⁹.

Assim, na organização da estrutura da governação da política interna desenvolvida por D. João I salientam-se os seguintes aspectos: a legitimação do poder através da defesa do território, da nomeação de membros do Conselho régio e da organização e funcionamento dos órgãos da burocracia e da sua Casa; a congregação social através do relacionamento privilegiado com as oligarquias municipais e do reconhecimento do poder régio pelos senhores laicos e eclesiásticos; a capacidade de gestão financeira; o exercício do poder militar pela obediência dos nobres detentores de vassalos; a concessão de bens e mercês de forma transversal ao tecido social da prelazia, nobreza e burguesia.

Verificamos então a progressiva interdependência entre o rei e os senhores, particularmente os nobres que cada vez mais se aproximam da corte²⁰⁰. Segundo Norbert ELIAS assistimos a uma “curialização dos guerreiros” pois não faz mais sentido o exercício bélico de ação individual, mas sim o servir o rei em função de uma obediência e sujeição que se traduz na concessão de rendimentos fundiários²⁰¹ e na projeção social de uma elite²⁰². Esta realidade demonstra-se pela criação de um grande número de dependentes em torno da corte e pela existência das casas senhoriais dos

¹⁹⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA, “Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)”, *Hispania*, vol. LXVII, n.º 227, 2007, pp. 894-897.

²⁰⁰ Cf. Norbert ELIAS, *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 1975, p. 219. Cf. Sobre a corte enquanto lugar de aquisição de nobilitação - Rita Costa GOMES, “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”, *op. cit.*, pp. 161 e ss.

²⁰¹ Vejam-se as moradias das casas régias e senhoriais, cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI”, *Penélope*, N.º 29, 2003, p. 34.

²⁰² Cf. Norbert ELIAS, *La dynamique de l'Occident*, *op. cit.*, pp. 229-230.

infantes e de outras famílias nobres²⁰³, que determinam uma hierarquia social ditada pelas regras da precedência²⁰⁴. Por outro lado, a forma endógena de garantir a territorialidade e a sucessão de linhagens está presente na política de casamentos que assegura essa “concentração de bens”²⁰⁵.

O exercício do poder iniciado em 1383 implica ter em conta um processo de renovação e de continuidade.

Referir renovação significa a possibilidade de assumir o poder através de uma forma de eleição que quebra as normas do *status quo* desde a fundação do reino de Portugal. A eleição de um novo rei²⁰⁶ pressupõe a

²⁰³ Referimo-nos, sobretudo, à casa de Bragança através dos bens de Nuno Álvares Pereira, à casa dos Meneses, dos Noronha e dos Coutinho que possuem domínios fundiários com expressiva área territorial, cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI”, *op. cit.*, p. 34.

²⁰⁴ A este propósito parece-nos importante registar o que o rei D. Afonso V estabelece quanto às regras das precedências em cerimónias político-diplomáticas e outras, na sua capela: “O assentamento das dignidades na capela do rei obedece a uma ordenação: 1.º o lugar onde o rei se senta deverá ser o oposto onde estiver a cortina, abaixo do banco dos prelados, de modo que fique à direita da cortina, de forma a que os prelados não vejam a boca da dita cortina, para não verem o que o rei faz dentro. O banco dos prelados deverá dispor-se no sentido do altar, o mais perto possível dele e afastado do banco dos embaixadores [...]. Quanto ao assentamento dos duques seus vassallos na capela real, determinou o conselho régio que fosse em banco direito e não atravessado e não tivesse cadeiras; esta maneira também serve para as cortes ou outros lugares em que haja assentos [...]”, cf. “Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa, Academia Real das Ciências, Tomo III, 1793, pp. 420-421.

²⁰⁵ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI”, *op. cit.*, p.34.

²⁰⁶ Veja-se o discurso proferido pelo Doutor João das Regras nas Cortes de Coimbra sobre as qualidades de um governante “de boom linhagem, e de grãde coração pêra defender a terra; desi, que aja amor aos subditos; e com isto bomdade e devaçam”, que de todos os pretendentes ao trono somente o Mestre de Avis as reunia para ser eleito, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, *op. cit.*, 1.ª Parte, Cap. CXCI, p. 369.

representação de novas forças políticas que convergem no interesse de fazer valer uma ordem que emerge através de agentes sociais²⁰⁷ que interagem na congregação de uma imagem personificada pelo monarca. Deste modo, D. João I vem dar corpo a um conjunto de interesses que o procuram projetar numa forma de afirmação da independência do reino. O próprio rei tem esta imagem especular²⁰⁸ e este capital simbólico²⁰⁹ chama a si a possibilidade de intervir como força congregadora de forma a confluir na renovação que urge implementar. Porém, este pressuposto não implica uma rutura. Com efeito, o modo como se consubstancia esta governação assenta na aceitação do adquirido. Por isso, assiste-se a uma continuidade na forma de assumir o poder, particularmente no Desembargo Régio, ao manter no exercício de funções alguns dos oficiais que as exerciam no reinado de D. Fernando²¹⁰.

²⁰⁷ Entendemos agentes sociais como um grupo de indivíduos que veicula uma vontade política em consonância com o representante legítimo do poder.

²⁰⁸ Veja-se o ensinamento tomístico de Baldus sobre a figura do rei como indivíduo e como dignidade: “two things concur in the king: the person and the signification [i.e. the Dignity]. And the signification, which is something appealing to the intellect, miraculously perseveres forever, though not corporeally: for let the king be deficient to his flesh, he nevertheless functions holding the place of two persons”, cf. Ernst H. KANTOROWICZ, *The King's Two Bodies*, Princeton, Princeton University Press, ,1997, p. 400.

²⁰⁹ Os conceitos de *habitus*, *campus* e capital simbólico constituem a base da teoria de sociológica de Pierre Bourdieu, onde procura “explicar os fundamentos da dominação social e da ordem social”, cf. Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, Lisboa, Edições 70, 2011, pp. 3-12 e 149-154; José Manuel FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, “Capital simbólico, dominación y legitimidad. Las raíces weberianas de la sociologia de Pierre Bourdieu”, Universidad Complutense Madrid, 2013, sobretudo pp. 37 e 38.

²¹⁰ Falamos de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor de D. Fernando e depois nomeado para o mesmo cargo por D. João I e do Doutor Gil do Sem, vide biografias 33 e 16, respetivamente.

2.º Capítulo:

A Construção de uma Diplomacia: Problemáticas e Destinos

As relações de poder e a consolidação das estruturas do Estado implicam, como já foi escrito anteriormente, a articulação de dois elementos que se apresentam, por vezes, indissociáveis: a guerra e a diplomacia²¹¹. É tendo em conta esta realidade que iremos percorrer as principais conjunturas que desencadearam relações diplomáticas durante o reinado de D. João I. O capítulo será organizado em função dos destinos das embaixadas portuguesas e das problemáticas em que se integravam.

A tabela 1, que a seguir se apresenta, ilustra os destinos das missões diplomáticas.

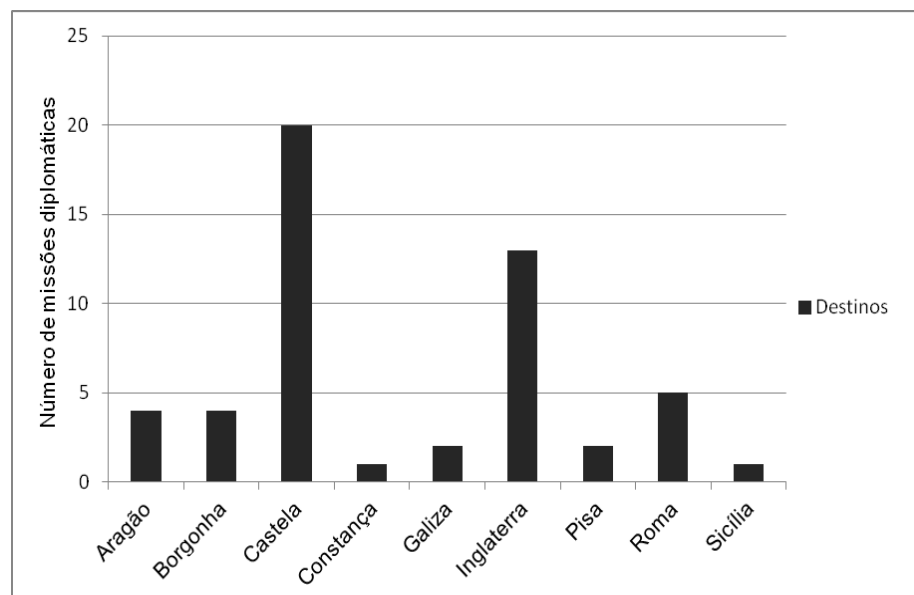


Tabela 1 – Destino das Embaixadas

²¹¹ Veja-se o estudo de Bernard GUENÉE, *O Ocidente nos séculos XIV e XV*, *op. cit.*, pp. 171-181 e Philippe CONTAMINE, “Guerre, État et société: une révision à la lumière de la crise politique et militaire dans la France du deuxième quart du XVe siècle”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental*, *op. cit.*, p. 119; *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols (cf. sobretudo sobre as práticas da negociação o artigo de Pau CATEURA BENNÁSSER incluído neste livro, “Negociar la paz en el siglo XIV”, *op. cit.*, pp. 11-36).

1. Castela

Ao pretendermos analisar o modo como D. João I desenvolve a sua política externa é necessário atender à relação transversal com Castela.

Dadas as linhas da ação político-militar emergente da conjuntura de 1383, as Cortes de Coimbra de 1385, e a batalha de Aljubarrota, verifica-se a necessidade de salvaguardar o território do reino, de consolidar as fronteiras e ainda de viabilizar períodos de tréguas e assinar tratados de paz²¹². Por outro lado, deve ter-se presente a conjugação de forças decorrentes da Guerra dos Cem Anos²¹³ e as influências do Cisma do Ocidente.

²¹² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, caps. CXXI, pp. 289-290, CL-CLI, pp. 312-318, CLXXVII-CLXXXIII, pp. 381-394, CLXXXV a CXCVII, pp. 398-441; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp. 17-49; IDEM, “Castilla (1350-1406)” in Ramón MENENDEZ ESPIDAL (dir.), *Historia de España*, Volumes XIV, Madrid, Espasa-Calpe, 1987, pp. 248-378; IDEM, “Relaciones diplomáticas entre Portugal y castilla en la Edad Media”, in I^{as} jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, Lisboa, 1990, pp. 215-235; Isabel Beceiro PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. XIII, Porto, Universidade do Porto, 1996, pp. 150-185. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2159.pdf>; César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudos Gallegos “Padre Sarmiento”, 2005, pp. 111-186.

²¹³ Cf. sobre esta conjuntura, Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que recolheu Boa Memória*, *op. cit.*, pp. 23- 26; cf. uma visão mais geral sobre esta problemática – Emílio MITRE FERNÁNDEZ, “Castilla ante la Guerra de los Cien Años: actividade militar y diplomática de los orígenes del conflicto al fin de las grandes tréguas (c. 1340- c. 1415)”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental*, *op. cit.*, pp. 199-235; Adrian MUHAJ, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*, Lisboa, Tese de Doutoramento, Policopiada, Lisboa, 2013.

De 1389 até 1411 as diligências para cessar as hostilidades entre os dois reinos são marcadas por períodos de tréguas, lutas, e conversações que se prolongam por meses.

As primeiras tréguas estabelecidas entre Portugal e Castela decorrem das assinadas a 18 de junho de 1389, em Leulingham, entre a França, Castela e Inglaterra²¹⁴. O rei de Castela procura um acordo que, segundo AYALA²¹⁵, não é aceite de imediato pelo seu congénere português. Este, contudo, acaba por assinar tréguas pelo período de seis anos em Monção, a 29 de novembro de 1389 através dos seus emissários frei **Álvares Gonçalves Camelo**, prior do Hospital, e **Lourenço Anes Fogaça** seu chanceler-mor estando presente, por parte de Castela, frei Fernando de Ilhescas, franciscano e privado do rei²¹⁶.

²¹⁴ Cf. Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Juan el Primero”, *Collecion de las crónicas y memorias de los reis de Castilla*, Madrid, 1780, Año undécimo, Cap. IV, pp. 288-289; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, Cap. LXXV, p. 637; César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*, *op. cit.*, p. 105.

Estas tréguas cessam as hostilidades por três anos, permitindo o comércio e livre navegação. Nestas circunstâncias, compreende-se a actuação de Ricardo II ao prescindir da proteção das naus portuguesas que patrulhavam o Canal da Mancha comandadas por Afonso Furtado, cf. Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 565. Para estas tréguas, Álvaro Martins surge na qualidade de “chivaler, Auditeur del Audience du Roy de Castelle, de Leon, & de Portugal, Alie du Roy de France dessus nomme, & son Vice Chancelleur”, o que denota a assunção do reino de Portugal e o não reconhecimento do rei eleito nas Cortes de Coimbra em 1385, pelo rei D. João de Castela, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Parte IV, *op. cit.*, pp. 39-40.

²¹⁵ Cf. Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Juan el Primero” *op. cit.*, Año undécimo, Cap. IV, p. 289.

²¹⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXLI, pp. 289-290; Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Juan el Primero”, *op. cit.*, Año undécimo, Cap. VI, pp. 290-291; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que*

O monarca castelhano justifica, nas Cortes de Guadalajara, convocadas em junho de 1390, as condições estipuladas nas referidas tréguas, considerando-as uma forma de desanuviar o clima de guerra e, sobretudo, dos custos a ela inerentes. O rei manifesta o desejo de providenciar meios financeiros para retomar as hostilidades e apresenta, inclusivamente, ao seu Conselho, a hipótese de renunciar ao trono a favor do filho Henrique. Porém, esta intenção não se concretiza devido aos vários argumentos aduzidos pelos seus conselheiros, nomeadamente a menoridade de Henrique e a fragilidade política decorrente da repartição do reino²¹⁷.

A viabilidade do estabelecimento da paz não se colocava, pois mantinha-se a questão de legitimidade de poder: D. João de Castela considera-se rei de Portugal não aceitando assim D. João I como monarca. Ao mesmo tempo, este último, procura não só conservar a sua condição de eleito, mas garantir a renúncia do direito ao trono de Portugal quer de D. Beatriz, quer do infante D. Dinis²¹⁸.

Em 1393 assinam-se novas tréguas por um período de quinze anos, envolvendo, por parte de Castela²¹⁹, Pedro Lopes Ayala²²⁰ e o Doutor António

comprehendem o governo delrey D. João I, Tomo II, op. cit., Cap. CLXXXVII, p. 932. As condições abrangem, nos primeiros três anos, o estipulado nas tréguas de Leulingham, e, nos segundos, Castela teria como aliada a França e Portugal a Inglaterra. Verifica-se, ainda, a entrega de lugares por ambas as partes.

²¹⁷ Cf. Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Juan el Primero” *op. cit.*, Año doceno, Caps. II, pp. 293-302 e V, pp. 306-311; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte, op. cit.*, Cap. CXLII, pp. 290-291; Juan Carlos FLORES AUÑON, “Cortes de Guadalajara de 1390”, *Wad-al-Hayara, Revista de Estudos de Guadalajara*, n.º 7, 1980, pp. 239-240.

²¹⁸ Cf. César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara, op. cit.*, p. 105.

²¹⁹ Nesta altura já sucedera a João I de Castela, Henrique III que reina entre 1390 e 1406. Segue-se a regência de D. Catalina e Fernando de Antequera durante a menoridade de D. João II, até 1419.

Sanches e, por parte de Portugal, o Doutor **João das Regras** e **Álvaro Gonçalves Camelo**²²¹. Verificando-se uma série de atropelos sobre o cumprimento de certas cláusulas²²², nomeadamente a questão dos prisioneiros e das indemnizações estipuladas, D. João I opta por uma investida militar, que se traduz na conquista de Badajoz a 12 de maio de 1396²²³.

Após a conquista de Tui em julho de 1398²²⁴ pelo monarca português²²⁵, o rei de Castela procura formas de entendimento com Portugal, que se

²²⁰ Cf. Emílio MITRE FERNÁNDEZ, “Castilla ante la Guerra de los Cien Años: actividade militar y diplomática de los orígenes del conflicto al fin de las grandes tréguas (c. 1340- c. 1415)”, in *Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental, op. cit.*, pp. 221-224.

²²¹ Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fl. 1; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CL, pp. 312-315; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460, op. cit.*, pp. 17-19.

²²² Em 1394, Pedro Luna assume o papado de Avinhão como Benedito XIII o que vem dar novo alento à causa legitimista de D. Beatriz, traduzindo-se numa série de benefícios para muitos clérigos cismáticos portugueses refugiados em Castela, sem descuidar os benefícios extensíveis também aos prelados castelhanos, cf. César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara, op. cit.*, p. 121.

²²³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLVIII, pp. 330-334; Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Enrique Tercero” in *Collecion de las crónicas y memorias de los reis de Castilla*, Madrid, 1780, Año Sexto, p. 582; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCI, pp. 952-953.

Procura-se uma solução através de uma reunião em Badajoz que fracassa e, como represália, os castelhanos tomam naus portuguesas no cabo de S. Vicente e fazem investidas militares no território português, cf. Luis SUAREZ FERNANDEZ, “Castilla (1350-1406)”, in Ramón MENENDEZ ESPIDAL (dir.), *Historia de España, op. cit.*, p. 353.

²²⁴ Nesse mesmo ano, alguns nobres portugueses saem para Castela e reconhecem o infante D. Dinis como rei de Portugal, o que pode significar uma fragilidade política de D. João I Referimo-nos a Martim Vasques da Cunha e seu irmão Lopo Vasques, João Afonso Pimentel, João Fernandes Pacheco e Álvaro Gonçalves Camelo, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXII, pp. 365-367; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460, op.*

desenrolam nos anos subsequentes, mas que não se traduzem na assinatura da paz. Assim, a 9 de fevereiro de 1399, os procuradores dos dois reinos encontram-se entre Olivença e Vilanova de Barcarrota e apenas se consegue uma trégua de seis meses²²⁶; em dezembro desse mesmo ano, através dos representantes de Portugal, o bispo de Coimbra [**João Afonso de Azambuja**], o Condestável **Nuno Álvares Pereira**, **Gonçalo Vasques de Melo**, **Álvaro Peres**, **Pedro Eanes Lobato** e, de Castela, o bispo de Palência e o marechal Diego Fernandes, estabelece-se uma trégua até 1 de março de 1400, que se prolonga até outubro de 1401²²⁷.

cit., pp. 24-25. Sobre João Afonso Pimentel veja-se Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, pp. 294-302.

²²⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXIV, pp. 372-375; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXIX, pp. 654-655.

²²⁶ Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 47, fl. 31 e Leg. 49, fl. 12; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 26; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCI, p. 953 onde descreve da seguinte forma o aparato militar que rodeia o encontro: “[...] trazendo cada hum dos partidos cincoenta cavallos de escolta, que ficarão à vista dos conferencistas em proporcionada distancia, e alem destes dois mais, todos armados, os quaes eraõ só os que haviaõ de acompanhellos ao lugar de conferencias”; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXX, pp. 656-657. Veja-se ainda o estudo de Juan Luis de la MONTAÑA CONCHIÑA, “E levaram captivos, e derribaram o logar todo”. La guerra en la frontera castellano-portuguesa (siglos xiv-xv)”, *Norba. Revista de Historia*, Vol. 21, 2008, pp. 11-21, para uma compreensão sobre a forma como se desenrolam as relações político-militares nas fronteiras dos reinos de Castela e Portugal, dando particular ênfase ao papel das Ordens Militares, à forma de preservação e desenvolvimento dos lugares raianos por parte dos monarcas portugueses e aos lugares chave como, por exemplo, Noudar, Albuquerque e Badajoz.

²²⁷ Cf. Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 28.

Uma embaixada portuguesa, composta por **João Esteves de Azambuja**, **João Vasques de Almada** e o Doutor **Martim do Sem**, procura obter em Segóvia, no ano de 1402, a assinatura de uma paz permanente com Castela, mas tal não foi possível devido às exigências apresentadas pelos embaixadores de Henrique III, acordando-se uma trégua por um período de dez anos²²⁸. Apesar de não se ter estabelecido a paz, obtém-se a garantia, por parte de rei de Castela, de desistir da pretensão ao trono de Portugal por D. Beatriz e de não apoiar a causa do infante D. Dinis. Ratifica-se a liberdade de comércio, exceto metais preciosos, armas e cavalos, com supervisão nas zonas de fronteira, e ainda se acorda a restituição de praças por ambas as partes²²⁹.

A morte de Henrique III em 1406 e o facto de a governação ter sido entregue à rainha D. Catalina e a Fernando de Antequera²³⁰, por menoridade do rei D. João II, abrem caminho a conversações. Assim, em 1408, em S. Felizes dos Galegos, em zona de fronteira entre os dois reinos, desenrola-se um encontro que se revela ineficaz, apesar de existir flexibilidade quanto à

²²⁸ As negociações prolongam-se por meses e o Doutor Martim do Sem tem de regressar a Portugal para procurar, junto de D. João I, novas instruções, cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fls. 3 e 4; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, caps. CLXXXV-CLXXXVII, pp. 398-404; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCI, pp. 954-955; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXIX, pp. 658-659. Veja-se o estudo de Isabel Beceiro PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, pp. 150-185; Luis SUAREZ FERNANDEZ, “Castilla (1350-1406)”, in Ramón MENENDEZ ESPIDAL (dir.), *Historia de España*, *op. cit.*, p. 353. Registe-se a discrepância de datas entre as fontes portuguesas e espanholas, pois as primeiras referem a data de 1401 e as espanholas a de 1402, tendo optado por referirmos as últimas que se reportam ao AGS *Patronato Real*, Leg. 47 e 49.

²²⁹ IDEM, *IBIDEM*.

²³⁰ Sobre o desenrolar destes acontecimentos em Castela veja-se Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.*, pp. 26-36.

questão dos exilados portugueses em Castela e das indemnizações solicitadas por este reino. **D. João de Azambuja**, arcebispo de Lisboa, **Martim Afonso de Melo** e o **Doutor Gil Martins** apresentam-se como emissários do rei de Portugal, e D. João bispo de Sigüenza, D. Pedro Viegas e o Doutor Pedro Sanches, como embaixadores de Castela²³¹.

Finalmente, é assinado um tratado de paz, em Ayllón no ano de 1411, na presença dos Doutores **Martim do Sem** e **Fernando Gonçalves Beleáguas** e **João Gomes da Silva**, alferes-mor, emissários do rei D. João I, e do almirante-mor de Castela, D. Afonso Henriques, Pero Afan de Ribeira, “adelantado mayor” da fronteira²³², Diego Fernandez, marechal, Juan Alvarez Osorio, guarda-mor do rei e D. frei Juan Enriquez, bispo de Lugo, representantes de Castela²³³. Para este sucesso diplomático, realce-se o

²³¹ Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fl. 14; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, caps. CLXXXIX-CXC, pp. 406-416; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCII, pp. 957-958; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, pp. 35-36; Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, pp. 244-245.

²³² Cargo político-militar de grande relevância, com plenos poderes militares e diplomáticos nas zonas de fronteira, cf. Béatrice LEROY, *Sociedades e poderes políticos na Península Ibérica medieval*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 17.

²³³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXCVI, pp. 435-437; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCII, pp. 957-958; *Monumenta Henricina*, Vol. II, Coimbra, 1960, doc. 5, pp. 7-32; *As Gavetas da Torre do Tombo*, V (Gav. XV, Maços 16-24), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, 4576, XVIII, 11-4, p. 627; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, *op. cit.*, pp. 288-291; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXXI, p. 661; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. XII,

papel desempenhado pela rainha D. Catalina de Lencastre que Fernão LOPES refere como figura determinante, não só pela sua relação de parentesco com D. Filipa de Lencastre, mas pela intervenção ativa que desempenha na recepção dos embaixadores portugueses e na correspondência mantida com a sua irmã, rainha de Portugal²³⁴. Por issi, compreende-se a intenção política de D. Catalina, ainda no ano de 1411, ao solicitar auxílio a D. João I para a guerra contra Granada, através do envio de galés²³⁵, a que este rei responde, no ano seguinte, oferecendo ajuda²³⁶.

Encerra-se o primeiro ciclo de negociações que, segundo Luis SUAREZ FERNANDEZ, representa o fim da intervenção de Portugal e Castela na Guerra dos Cem Anos e o reconhecimento da legitimidade do poder do rei português²³⁷.

Porto, Faculdade de Letras, 1995, pp. 135-140; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 37.

²³⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXCI, p. 416; veja-se também o estudo de Manuela Santos SILVA “Filipa e Catalina de Lencastre e as negociações de paz de 1411 entre Portugal e Castela – segundo os cronistas portugueses”, in Isabel DEL VAL VALDEVIESO e Cristina SEGURA (coord) *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*, Madrid, Almudayna, 2011, pp. 281-291; Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, pp. 245-250; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa”, *op. cit.*, pp. 135-150.

²³⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXCVII, pp. 437-441; *Monumenta Henricina*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 7, pp. 35-39.

²³⁶ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. VII, p. 52; *Monumenta Henricina*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 9, pp. 48-49.

²³⁷ Cf. Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 37. O rei Carlos VI de França confirma as tréguas entre Portugal e Castela por carta passada em Paris a 15 de julho de 1411, cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fl. 15.

A situação desenrola-se de forma singular durante os anos seguintes. Após a morte de Fernando de Antequera²³⁸, em 1416, e da rainha D. Catalina, em 1418, D. João II, ao assumir o trono de Castela, adia a ratificação do Tratado de 1411. Em 1418²³⁹ e 1419²⁴⁰, os emissários portugueses que se deslocam a Castela, os mesmos nas duas datas, **João Gomes da Silva** e os Doutores **Martim do Sem** e **Fernando Gonçalves Beleáguas**, são confrontados com a questão da maioria do rei²⁴¹. Apenas em 1423, D. João II dá o aval a este Tratado, em Ávila, a 30 de abril na presença dos representantes portugueses **D. Fernando de Castro** e **Fernando Afonso da Silveira**²⁴².

²³⁸ Rei de Aragão, entre 1412 e 1416, representa a ascensão dos Trastâmara ao trono deste reino e a estreita ligação ao papa Benedito XIII, cf. Béatrice LEROY, *Sociedades e poderes políticos na Península Ibérica medieval*, op. cit., p. 21.

²³⁹ Cf. Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Féran peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenço galindes de caravagia ...]. Impressa en ... Logroño...: por Arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517], Año XVIII, Cap. CCLXVII, fol. Liiii; Duarte Nunes LEÃO, "Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo", *Crónicas dos Reis de Portugal*, op. cit., Cap. XCVIII, p. 708; *Monumenta Henricina*, Vol. II, op. cit., doc. 150, p. 308; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, op. cit., p. 38.

²⁴⁰ Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, op. cit., Año XIX, Cap. CCLXXIX, fol. Lvi v.; Duarte Nunes LEÃO, "Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo", *Crónicas dos Reis de Portugal*, op. cit., Cap. XCVIII, p. 709; *Monumenta Henricina*, Vol. II, op. cit., doc. 158, pp. 318-319; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CXCII, p. 961.

²⁴¹ Sobre estes acontecimentos vd. Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, op. cit., pp. 36-47.

²⁴² Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fl. 18; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CXCVI, p. 436; *Monumenta Henricina*, Vol. III, op. cit., documentos 37, pp. 60 e 68, e 38, pp. 69-70; Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, op. cit., Año XXIII, Cap. LIX, fol. LXXXI v.; Duarte Nunes LEÃO, "Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o

D. João I envia a Castela, em 1431, os seus embaixadores **Pedro e Luís Gonçalves Malafaia**, o Doutor **Rui Fernandes**, e **Rui Galvão** como secretário, para propor a assinatura de pazes perpétuas entre os dois reinos, o que se concretiza em Medina del Campo a 30 de outubro de 1431, na presença dos representantes do Conselho régio de D. João II de Castela, Álvaro de Luna, condestável de Castela, D. Fradique, almirante-mor, D. Rodrigo Afonso Pimentel, conde de Benavente, D. Garcia Fernandes Manrique, conde de Castañeda, D. Pedro Fernandez Velasco, conde de Haro, Pedro Manrique, “adelantado mayor” do reino de Leão, D. Pedro Nyño, conde de Buelna, D. Pedro Manuel, Pedro Garcia Herrera, marechal de Castela, Pedro Carrillo de Toledo, copeiro-mor do rei de Castela, Juan de Rojas, Fernão Lopez de Saldanha, contador-mor, camareiro e chanceler do rei de Castela, e os doutores Pedro Anes e Diogo Rodrigues²⁴³. Saliente-se, neste contexto, a

Décimo”, *op. cit.*, Cap. XCIX, p. 714; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 961; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 40. Entre 1421-1423 permanece em Portugal o embaixador de Castela, D. Alfonso de Cartagena, bispo de Burgos eminente figura das Humanidades que estabelece com o infante D. Duarte uma ligação de amizade a quem dedica, em 1422, a obra *Memoriale Virtum* e a tradução da obra de Cícero a *Retórica*, cf. *Monumenta Henricina*, Vol. VI, *op.cit.*, documento 57, nota 7, pp. 144-14; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa”, *op. cit.*, pp. 140-141.

²⁴³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXCVI, p. 436; Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, *op. cit.*, Año 1431, Cap. CCXIII, fol. CXXVI v.; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, Cap. CII, p. 114; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. CII, p. 724; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 962; *Monumenta Henricina*, Vol. IV, *op.cit.*, documento 9, pp. 18-53; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 43. Veja-se ainda o estudo de César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*, *op. cit.*, pp. 186-193; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa”, *op. cit.*,

ação política de **Pedro Gonçalves Malafaia** que envida todos os esforços diplomáticos para coroar de êxito a sua missão, chegando mesmo a acompanhar o rei de Castela numa investida militar contra o reino de Granada²⁴⁴. A ratificação do Tratado é feita em Almeirim, a 27 de janeiro de 1432, por D. João I e pelos infantes seus filhos, na presença do embaixador de Castela o Doutor Diogo Gonçalves Franco, ouvidor e do Conselho do rei D. João II²⁴⁵.

A política interna de Castela caracteriza-se, a partir de 1420, por uma rivalidade entre D. João II e os reis de Aragão e de Navarra, sem esquecer o

pp. 142-143; IDEM, *IBIDEM* - quanto à embaixada enviada em 1411 informa sobre o percurso de João Gomes da Silva (pp.135-140); a de 1423 sobre D. Fernando de Castro (pp. 140-141)).

²⁴⁴ Esta conduta justifica-se pelo facto de ter sido infrutífero o encontro, em Palência, com os conselheiros do rei de Castela, nomeadamente o conde de Benavente e os doutores Pedro Anes e Diogo Rodrigues, que levou a embaixada portuguesa a deslocar-se a Córdova e a perceber que o D. João II estava mais interessado na guerra contra os Mouros do que em receber em audiência a comitiva portuguesa, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, pp. 944-945; Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, *op. cit.*, año XXXI, Caps. CXCIII e CCV, fols. CXXv e CXXIIIv, respetivamente; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa BROCARD (ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, Cap. 26, 2.ª Parte, p. 654; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.*, pp. 96-97.

²⁴⁵ Cf. Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, *op. cit.*, Año XXXI, Cap. CCXIIIj, fol. CXXVi_v; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, *op. cit.*, pp. 315-316; *Monumenta Henricina*, Vol. IV, *op.cit.*, doc. 15, pp. 60-89. Cf., relativo a período seguinte, Julieta Maria Aires de Almeida ARAÚJO, *Portugal e Castela (1431-1475). Ritmos de uma paz vigilante*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

papel dos infantes de Aragão D. Henrique e D. Pedro²⁴⁶. Na prática, verificam-se sucessivas contendas militares em que Álvaro de Luna, figura controversa e influente junto da corte, condestável de Castela e privado do rei²⁴⁷, desempenha um papel preponderante²⁴⁸. Neste contexto, o monarca português

²⁴⁶ A herança de Henrique II de Trastâmara conduz a uma situação política peninsular de procura de supremacia. No caso do reino de Portugal verifica-se essa tentativa de legitimidade política pelo casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz e a intenção de valer os seus direitos ao trono de Portugal; o reino de Castela, com a subida ao trono de D. João II, estabelece uma ligação matrimonial com a sua parentela mais próxima através do seu casamento com a sua prima co-irmã D. Maria, filha de Fernando de Antequera, rei de Aragão; o sucessor deste rei, o seu filho D. Afonso V segue a mesma linha de ligação pelo matrimónio com D. Maria, irmã de D. João II de Castela, enquanto os outros filhos de Fernando de Antequera, como D. João II governa o reino de Navarra pelo seu casamento com D. Branca, e os infantes de Aragão D. Henrique e D. Pedro, procuram enfraquecer a atividade política do rei de Castela para engrandecer a superioridade da linha dos Trastâmaras através de Afonso V de Aragão; o conflito só terminará em 1445 na batalha de Olmedo com a derrota dos infantes de Aragão; veja-se o estudo de Francisco de Paula CAÑAS GÁLVEZ, “La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancillería real en las embajadas regias” *Anuario de Estudios Medievales*, Vol. 40/2, 2010, pp. 691-706; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.*, pp. 44-46. Sobre a postura do reino de Portugal nesta conjuntura cf. Julieta Araújo e Esteves, “Portugal face às guerras internas de Castela em 1429: os antecedentes da paz”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, *op. cit.*, pp. 141- 158.

²⁴⁷ Veja-se o estudo de François FORONDA, “La privanza, entre monarquia y nobleza” in, José Manuel NIETO SORIA (dir.) *La monarquia como conflicto en la corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)*, *op. cit.*, pp. 73-132; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.*, pp. 49-50

²⁴⁸ Cf. Josef Miguel DE FLORES, *Cronica de D. Alvaro de Luna: condestable de los reynos de Castilla y de Leon, maestre y administrador de la orden y caballeria de Santiago*, Madrid, 1784; César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*, *op. cit.*, pp. 178-182.

propõe-se intervir como mediador no conflito²⁴⁹, enviando, em 1429, como embaixadores a D. João II de Castela **Álvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira**²⁵⁰. Esta diligência não teve efeito, pois os reis de Castela, Aragão e Navarra, celebram entre si um período de tréguas por cinco anos, em 1430²⁵¹.

Em 1432, o monarca envia de novo a Castela, em seu nome e no do infante D. Duarte, **Pedro Gonçalves Malafaia**, na qualidade de mediador, para concertar junto do rei D. João II do reino vizinho a libertação do infante Pedro de Aragão²⁵². O emissário português estabelece contactos necessários

²⁴⁹ Sobre a arbitragem como forma de resolução de conflitos veja-se Pau CATEURA BENNÁSSER, “Negociar la paz en el siglo XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média*, *op. cit.*, pp. 13- 15.

²⁵⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 146, pp. 309-310 Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, *op. cit.*, año XXIX, Cap. CLIII, fol. CIX; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, p. 48; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.* pp. 92-95.

²⁵¹ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, *op. cit.*, p. 307; o rei de Castela dá conhecimento desta trégua a D. João I através dos seus embaixadores Pedro Lopes de Ayala, aposentador-mor, e o Doutor Diogo Gonçalves Franco, ouvidor, bem como informações sobre o pedido que a rainha D. Leonor de Aragão havia solicitado sobre a sua permanência no Mosteiro de Santa Clara em Tordesilhas e a restituição dos seus bens, IDEM, pp. 309-310; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. CI, pp. 722-723; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, *op. cit.*, p. 98.

²⁵² Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, *op. cit.*, pp. 317; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CLXXXIX, p. 945; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, documentos 21, nota 1 da p. 100 e 31, pp. 141-142; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, *op. cit.*, Cap. CXXX, pp. 133-134; Férrnan PÉREZ de GUZMAN,

e delega no infante D. Pedro a responsabilidade de o reter e encaminhar para fora de Castela, ao mesmo tempo que o infante D. Henrique de Aragão se compromete a entregar ao rei de Castela todos os lugares e fortalezas que possuía neste reino²⁵³. Entre novembro e dezembro de 1432 desenrolam-se sucessivos contactos, de forma a salvaguardar os interesses do rei de Castela na recuperação dos lugares que se encontram em posse do infante D. Henrique de Aragão. Ao mesmo tempo, D. João II pretende assegurar o cumprimento da intervenção de D. João I e dos infantes portugueses sobre a libertação e custódia do infante Pedro de Aragão, que é entregue ao infante D. Pedro e, posteriormente, segue para o reino de Nápoles²⁵⁴.

Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre, op. cit., año XXXII, fol. CXXXIIv.

²⁵³ Cf. Pedro Carrillo de. HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II, op. cit.,* Cap. CXLIII, 141; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, Tomo I, op. cit.,* pp. 317-318; *Monumenta Henricina, IV, op. cit.* documento 39, pp. 162-163.

²⁵⁴ Registamos o facto de os embaixadores de D. João I Pedro Gonçalves Malafaia e o Doutor Rui Fernandes assumirem também a função de procuradores do infante D. Pedro e do infante D. Henrique de Aragão; por um lado procuram resolver junto do rei de Castela a situação de recusa de entrega do castelo de Alconchel pela viúva de Fernando de Sotto Mayor, por outro assegurar em nome de D. João I e dos seus filhos infantes o compromisso perante o rei de Castela de não dar apoio aos rebeldes de Alconchel; cf. *Monumenta Henricina, IV, op. cit.,* documentos 46, pp. 176-178, 51, pp. 192-194, 52, pp. 195-200, 53, pp. 200-204, 54, pp. 205-208, e 55, pp. 208-210; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460, op. cit.,* pp. 48-49.

2. Aragão

Mantendo-nos no contexto ibérico, importa sistematizar o modo como se desenrola a política externa de D. João I face ao reino de Aragão²⁵⁵.

As relações políticas de D. João I devem ser enquadradas no contexto das casas reinantes de Castela e Aragão. A subida ao trono de Henrique II de Castela, em 1369, inicia a dinastia dos Trastâmara, que estendem a sua influência a Aragão quando Fernando de Antequera é proclamado rei em 1412, ao afastar do poder Jaime de Urgel²⁵⁶. As rivalidades entre os dois reinos desenham-se a partir de 1420 quando os infantes de Aragão pretendem anular o poder de João II de Castela e exercer uma hegemonia política²⁵⁷. Acresce ainda o facto de Castela e Aragão pretenderem conquistar o reino de Granada²⁵⁸.

O sucessor de D. Fernando de Antequera, o seu filho Afonso V, estende o seu domínio pelo Mediterrâneo ao assegurar territórios geoestratégicos

²⁵⁵ Os contactos comerciais, no caso em apreço, os realizados com Valência, têm registo frequente a partir de 1380, sem contudo existir formalmente um tratado de comércio entre os dois reinos. As vicissitudes geográficas do Mediterrâneo andaluz devido à proximidade com o Norte de África tornam as atividades comerciais condicionadas quer pelo aprisionamento de barcos e mercadorias, pela prática de pirataria e de corso, quer pela proibição de comércio com os Mouros. Esta situação conduz muitas vezes a queixas de mercadores junto dos reis para verem ressarcidos os seus prejuízos, cf. José HINOJOSA MOLTAVO, “De Valencia a Portugal y Flandes: relaciones durante la Edad Media”, *Annales de la Universidad de Alicante*, Universidade de Alicante, 1982, 1, pp. 149-159.

²⁵⁶ Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas, op. cit.*, pp. 36-37.

²⁵⁷ Referimo-nos aos reinos de Castela e Leão, Navarra e Aragão.

²⁵⁸ Cf. Roser SALICRÚ I LLUCH, “La treva de 1418 amb Granada: la recuperació de la tradició catalanoaragonesa”, *Anuario de Estudios Medievales*, 27/2, 1997, pp. 989-1020

como a Sicília e o reino de Nápoles²⁵⁹. A sua ação bélica leva-o a deslocar-se e a permanecer ausente do reino de Aragão²⁶⁰.

Neste contexto, D. João I procura sempre em Aragão um aliado conveniente, sendo visível esta atuação política em dois campos: a estratégia militar e a política de casamentos.

Quanto à primeira, verificamos o cuidado demonstrado por D. João I em dar a conhecer ao monarca de Aragão a conquista de Ceuta, em 1415, enviando-lhe **João Escudeiro**, homem da sua Casa, e depois **Álvaro Gonçalves da Maia**, vedor da fazenda da cidade do Porto. Em simultâneo, oferece ajuda ao rei de Aragão caso pretendesse conquistar o reino de Granada²⁶¹.

Quanto à segunda, há uma realidade política que não deixa de ser polémica e contraditória. O infante D. Duarte casa com D. Leonor, irmã de D. Afonso V de Aragão, assegurando assim uma aliança que permite reajustar o jogo de forças com Castela²⁶². D. **Pedro de Noronha**, arcebispo de Lisboa, desloca-se a Aragão em 1427²⁶³, incumbido de tratar do contrato de

²⁵⁹ Cf. Bruno ANATRA, “Guerra e diplomazia di Alfonso il Magnanimo nel Mediterraneo”, in *Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental, op. cit.*, pp. 361-371,

²⁶⁰ Cf. Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas, op. cit.*, pp. 48-49.

²⁶¹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta, op. cit.*, Cap. XCI, pp. 263-264.

²⁶² Segundo Ana Maria S. A. RODRIGUES, a primeira referência documental a este possível casamento é de 1422 (*As tristes rainhas, op. cit.*, p. 43).

²⁶³ Cf. Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, LOPEZ, *op. cit.*, Tomo 5, Livro XIII, p. 680; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. C, p. 717; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, op. cit.*, p. 299; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, *op. cit.*, 1967, Livro XIII, p. 681; Padre Francisco da, FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, *op. cit.*, p. 285; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’el-rei Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do*

casamento. D. Leonor inicia a sua viagem para Portugal em fevereiro de 1428 e visita o monarca castelhano em Valladolid²⁶⁴. A cerimónia do matrimónio com D. Duarte realiza-se em Coimbra, em setembro do mesmo ano, e, deste modo, a linha dos Trastâmara une-se à de Avis, fechando um ciclo de conflitos iniciado no reinado de D. Fernando²⁶⁵.

Por outro lado, o infante D. Pedro delega, em setembro de 1428, nos seus procuradores, Aires Gomes da Silva e o Doutor Estêvão Afonso, a feitura do contrato do seu casamento com D. Isabel de Aragão, filha do conde de Urgel, unindo-se a linha de Avis à linhagem de Urgel, de rivalidade latente com a casa reinante de Aragão²⁶⁶.

Serenissimo Principe Dom Theodosio, op. cit., Livro V, pp. 404-405. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 130-131; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, op. cit., p. 49

²⁶⁴ Cf. Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, op. cit., Livro XIII, p. 681; *Monumenta Henricina III*, op. cit. documento 96, p. 203; Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre*, op. cit., Año XXVIII, Cap. CI, fol. XCIII; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, Cap. I, pp. 18-19. Cf. sobre a posição tomada pelo monarca castelhano sobre este enlace, Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, op. cit., pp. 49 e ss. e 56-57)

²⁶⁵ *Monumenta Henricina III*, op. cit. documento 125, pp. 256-258. Cf. sobre o contrato matrimonial (Ana Maria S. A. RODRIGUES, *As tristes rainhas*, op. cit., pp. 53-56). E sobre o casamento (IDEM, IBIDEM, pp. 67-80).

²⁶⁶ Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 132-133. Cf. Isabel BECEIRO PITA, “La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón, 1412-1465”, in *Relaciones de la Corona de Aragón con los estados cristianos peninsulares (siglos XIII-XV)*. XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón, Actas tomo II, Zaragoza, 1997, pp. 441-445.

3. Inglaterra

Recuemos ao reinado de D. Fernando.

A 15 de julho de 1380, confirmam-se as alianças entre Portugal e Inglaterra, realizadas pelo rei inglês antecessor, através dos procuradores portugueses João Fernandes de Andeiro²⁶⁷ e Vasco Domingues, chantre de Braga²⁶⁸. D. Fernando deseja o auxílio inglês e pretende ainda reforçá-lo com o casamento de sua filha D. Beatriz com o filho do conde de Cambridge, o príncipe Eduardo. Com este objectivo, envia a Inglaterra, em 1381, o seu chanceler-mor, **Lourenço Anes Fogaça**²⁶⁹. A vinda do conde de Cambridge a Portugal não tem os resultados esperados, uma vez que D. Fernando, após D. João I de Castela ter invadido Portugal, acaba por assinar a paz com este

²⁶⁷ Lembremos que o monarca solicita a João Fernandes Andeiro, exilado em Inglaterra, que faça diligências junto do rei Ricardo II para obter apoios na guerra com Castela, com a promessa de auxiliar o duque de Lencastre a reclamar o trono deste último reino. Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Cap. CXV, pp. 325-327; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, pp. 329-331; José MATTOSO, Armindo SOUSA, *História de Portugal, II Volume, op. cit.*, pp. 493-494.

²⁶⁸ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Parte III, *op. cit.*, p. 103. A aliança de paz e amizade entre D. Fernando e Henrique III data de 27 de Novembro de 1372, e a 1 de junho de 1373 assina-se um Tratado de paz, aliança e convenções entre os reinos de Portugal e Inglaterra; a 6 de junho do mesmo ano, Eduardo III confirma este Tratado, na presença dos embaixadores portugueses João Fernandes Andeiro e Vasco Domingues; IDEM, Vol. III, parte II, p. 208 e parte III pp. 6-7 e 8-9, respetivamente.

²⁶⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Cap. CXV, pp. 357-359; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, pp. 331-333.

monarca, sem conhecimento dos ingleses, ao mesmo tempo que estabelece o contrato de matrimónio da sua filha D. Beatriz com o rei castelhano²⁷⁰.

Com a morte de D. Fernando em 1383 e a situação política que se gera pela nomeação do Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino, abre-se novamente caminho para um auxílio inglês, utilizando-se o mesmo argumento, isto é, dar apoio militar à pretensão do duque de Lencastre de reclamar o trono de Castela. O Mestre de Avis delega a missão de se deslocarem à corte inglesa, a fim de apresentarem as suas pretensões, **Lourenço Anes Fogaça**, chanceler-mor e **Fernando Afonso de Albuquerque**, Mestre de Santiago²⁷¹. Estes embaixadores obtêm auxílio militar de Ricardo II²⁷² traduzido na vinda de duas naus que chegam a Lisboa em abril de 1385²⁷³. Os emissários permanecem em Inglaterra até 1386 e, apesar de não conseguirem arregimentar mais homens de armas, negociam o Tratado de

²⁷⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Caps. CLIV, pp. 424-427, e CLVI, pp.432-435.

²⁷¹ Lourenço Anes Fogaça e Fernando Afonso de Albuquerque seguem a rainha D. Leonor Teles até Santarém onde se encontra o rei de Castela, mas acabam por se colocar ao serviço do Mestre de Avis. A ida destes embaixadores a Inglaterra ocorre em março de 1384 e reforça a iniciativa diplomática formada por Lourenço Martins, criado do Mestre, e o mercador inglês de Bristol, Thomas Daniell, cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, Cap. XLVII, pp. 83-85; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CLXXXVI, pp. 921-925; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 399; Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal.*, op. cit, p. 98; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*, op. cit, pp. 42,90,

²⁷² O rei inglês envia cartas aos responsáveis do porto de Plymouth para garantir o recrutamento em segurança, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. III, Parte IV, op. cit., pp. 176 e 179-180.

²⁷³ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2ª Parte, op. cit., Cap. IV, p. 11; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 75; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, op. cit, p. 99.

aliança e amizade e comércio com Inglaterra, em Windsor, em abril e maio desse ano²⁷⁴. Este Tratado representa uma aliança política, militar e económica entre Portugal e Inglaterra que deve ser compreendido no contexto da Guerra dos Cem Anos. A Inglaterra pretende instalar no trono de Castela o duque de Lencastre de modo a “colocar a França no meio de dois blocos que lhe fossem hostis”²⁷⁵. O acordo corresponde, ainda, a um prelúdio do contrato de casamento de D. Filipa de Lencastre com D. João I²⁷⁶.

Verificando-se o interesse do duque de Lencastre em reclamar o trono de Castela, uma armada sai de Plymouth juntamente com a esquadra do

²⁷⁴ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXXXII, pp. 185-187; cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. III, Parte III, *op. cit.*, pp. 200-203; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944, 48, p. 67; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, 4501, XVIII, 7-28, p.109; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII (Gav. XVIII, Maços 1-6), *op. cit.*, 4282, XVIII, 1-3, p. 3; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 202; Luís Adão da FONSECA, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1986; Humberto Baquero MORENO, “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, *Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro de 1986)*, Porto, Instituto de Estudos Ingleses, Faculdade do Porto, 1988, pp. 213-219; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de, MIRANDA, “Pour bone alliance et amiste faire” – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, *Cultura Espaço & Memória – Revista do CITCEM*, n.º 1, *op. cit.*, pp. 115-116; IDEM, “Por prol e serviço do reino”? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, *op. cit.*, pp. 209- 227; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 94-97; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, pp. 100-101.

²⁷⁵ Humberto Baquero MORENO, “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, *op. cit.*, p. 216.

²⁷⁶ “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, *op. cit.*, pp. 216-217.

Afonso Furtado²⁷⁷, formada por seis galés e doze naus portuguesas, chegando à Corunha a 25 de julho de 1386²⁷⁸. **Lourenço Anes Fogaça** e **Fernando Afonso de Albuquerque**, que vêm na esquadra, chegam ao Porto e são recebidos por D. João I²⁷⁹. O monarca envia à Galiza, ao duque de Lencastre, como mensageiros, o mesmo **Lourenço Anes Fogaça** e **Vasco Martins de Melo**, “cuja finall conclusom era que lhe prazia muyto de sua vimda e da tençom que tragia, e que compriaa de se ueerem ambos por comcordar e auer conselho que maneira auiam de teer no prosequimento da guerra de Castella”²⁸⁰. Combina-se o encontro entre o rei português e o duque de Lencastre em Ponte de Mouro, que acaba por ocorrer a 1 de novembro de

²⁷⁷ A presença da esquadra de Afonso Furtado significa a resposta de D. João I a um pedido de auxílio militar por parte do duque de Lencastre que enviou a Chaves, em Janeiro de 1386, um cavaleiro inglês, cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXV, pp. 155-157. Veja-se uma explicação pormenorizada destes acontecimentos, viagem, recepção dos Lencastre na Galiza e negociações com João I de Castela em Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, op. cit., p. 101-111.

²⁷⁸ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., pp. 452-456.

²⁷⁹ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. XC, p. 200; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CCLXX, p. 1323; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., p. 99; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, op. cit., p. 111.

²⁸⁰ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. XCI, pp. 200-201; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, op. cit., Cap. LXVII, p. 611; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, op. cit., p. 267; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Capítulos CLXXXVII, p. 930 e CCLXX, p. 1323; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 474; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 116.

1386. Estabelecem-se as formas de ajuda militar a prestar ao duque e também se acorda o matrimónio de D. João I com D. Filipa de Lencastre²⁸¹. Este contrato de casamento é ratificado pela duquesa de Lencastre e por Filipa no Mosteiro de Celanova, para onde D. João I enviado como procuradores o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, **Vasco Martins de Melo** e **João Rodrigues de Sá**²⁸².

A celebração do matrimónio tem lugar na Sé do Porto, em fevereiro de 1387, e, apesar dos esforços diplomáticos para conseguir a dispensa de votos de Mestre da Ordem de Avis junto da cúria papal, a situação não foi resolvida de imediato, justificando-se esta demora pela alegada atuação junto do papa Urbano VI de um servidor do duque de Lencastre. D. João I envia ao pai de D. Filipa o Doutor **Gil do Sem** para esclarecer esta situação²⁸³. Gorada a pretensão do duque de Lencastre ao trono de Castela, pelo casamento de sua filha D. Catalina com Henrique III de Castela, verifica-se o seu regresso a Inglaterra, no ano de 1387²⁸⁴.

Em 1388, com o objectivo de obter a ratificação final do Tratado de Windsor, **Rui Cravo** acompanha o embaixador Faryngdon de regresso a Londres, pois este representante de Ricardo II deslocara-se a Portugal para

²⁸¹ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Caps. XCII, pp. 202-203, e XCIII, pp. 203-205. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 97-99; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, pp. 111-116.

²⁸² Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I, *op. cit.*, p. 270; Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, pp. 119-123.

²⁸³ VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas*, *op. cit.*, p. 271; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, p. 118.

²⁸⁴ Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, pp. 130 e ss.

que D. João I assinasse o referido Tratado²⁸⁵. Uma vez que não se concretiza esta diligência política, o rei português nomeia, neste mesmo ano, o seu irmão, o **infante D. Dinis de Castro**, como embaixador à corte inglesa, para conseguir a ratificação final desse Tratado, e receber, igualmente, o acordo de Ricardo II para o estabelecimento de tréguas entre Portugal e Castela. A viagem do infante não corre da melhor forma, pois ao chegar a Dartmouth, as autoridades locais arrestam o navio, tendo-lhes o rei Ricardo II escrito uma carta, com a data de 29 de julho, para conceder livre-trânsito de circulação ao infante, à sua comitiva, às mercadorias e ao navio²⁸⁶.

Ainda em 1388, **Fernão Gonçalves**, licenciado em Direito Civil, desloca-se a Inglaterra como embaixador de D. João I com plenos poderes para estabelecer junto do rei Ricardo II as condições de livre-trânsito de

²⁸⁵ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 552.

²⁸⁶ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. III, Parte IV, *op. cit.*, p. 28; a explicação do desenrolar dos acontecimentos não é uniforme. Fernão LOPES apresenta como razão primeira da ida deste infante a Inglaterra um pretexto para D. João I o mandar matar, e por isso regressa a Portugal, sendo feito prisioneiro por corsários bretões, que exigem um resgate de 100.000 francos. D. João I não paga o resgate e os corsários acabam por soltar o infante que vai para Castela, cf. *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXX, pp. 268-269. Peter RUSSEL, *op. cit.*, pp. 553-554, reitera a versão de Fernão LOPES; Conde de TOVAR em *A Embaixada do Infante D. Denis à Corte de Inglaterra em 1388*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, refere que, após a libertação, o infante é recebido na corte inglesa, e, no regresso a Portugal, é preso por corsários flamengos; rejeita a interpretação do cronista relativamente à intenção de D. João I pretender matar o infante com base na análise do documento que contém as instruções da embaixada, e delas nada deixa transparecer que se trata de uma conspiração, antes o delegar no infante uma missão séria para conseguir junto do rei inglês o consentimento para a assinatura de tréguas com Castela. Cf. Salvador Dias ARNAUT, *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, Vol. I: *A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1960; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 103-104; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, p. 223.

mercadores, burgueses e cidadãos que pretendam comerciar em Portugal²⁸⁷. **Fernão Gonçalves** regressa a Inglaterra, em 1390, como portador do traslado autenticado das tréguas assinadas em Monção em novembro de 1389, entre Portugal e Castela, por um período de seis meses, para que seja dado conhecimento ao rei inglês da sua participação, caso assim o entendesse²⁸⁸.

Por outro lado, a situação de salvaguarda de mercadores e de mercadorias portuguesas levam o monarca de Avis a enviar **Pedro João** a Inglaterra, em 1399, para apresentar uma carta de protesto quanto aos danos causados pelos corsários ingleses e a pressionar o monarca inglês para tomar medidas que garantissem a segurança das transacções comerciais²⁸⁹ entre os dois reinos²⁹⁰.

²⁸⁷ Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, pp. 138-141.

²⁸⁸ A cópia autenticada do original foi apresentada pelo Chanceler Lourenço Anes Fogaça: nele se estipula que entrassem nas ditas tréguas, se assim o entendessem, os reis de Inglaterra, França e Escócia (cópia datada de 15 de março de 1390 e contempla o acordado nas tréguas de Monção assinadas em novembro de 1389). Há ainda uma carta de D. João I dirigida ao conselho privado de Inglaterra a informar que Fernão Gonçalves é portador do dito documento, cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catálogo dos Manuscritos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, pp. 59-60 e 71-72.

²⁸⁹ Portugal mantém com a Inglaterra contactos comerciais, desde o início do século XIII. São conhecidos os privilégios concedidos aos mercadores portugueses pelo rei João Sem Terra em 1202-1203 e os inúmeros salvo-condutos passados por Henrique III, em 1226, cf. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*, coord. Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, p. 514. No início do século XIV, Henrique III em carta datada de 3 de outubro de 1308 dirigida ao rei D. Dinis estabelece um acordo relativo aos mercadores portugueses que terão salvo-conduto para se deslocar a Inglaterra (Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume I, Parte IV, *op. cit.*, p. 129). Assim se compreende que, em 1353, D. Afonso IV e o rei Eduardo tenham assinado a 5 de julho uma confederação de comércio para mercadores, naus e marinheiros que venham de Portugal para Inglaterra (IDEM, Volume III, Parte II, *op. cit.*, p. 85) e a 20 de outubro uma convenção de livre navegação e circulação de gentes e mercadorias por um período de

No contexto das tréguas com Castela confirmadas em Segóvia em setembro de 1402, o Doutor **Martim do Sem** e o alferes-mor **João Gomes da Silva** apresentam, no início de 1403, ao rei Henrique IV a ratificação de D. João I das tréguas de Segóvia entre Portugal e Castela, em que a Inglaterra também está incluída²⁹¹. Em 1404, o rei Henrique IV confirma a 16 de fevereiro o Tratado de Windsor assinado pelo rei Ricardo II²⁹², e a 27 do mesmo mês as tréguas assinadas entre Portugal e Castela²⁹³.

Apesar das vicissitudes da presença em Castela do duque de Lencastre, a política externa de D. João I manifesta-se também pelas alianças

cinquenta anos (está presente o procurador do rei português, Afonso Martim Alho, com a missão *De Treter des Amistes, fermes Alliances, entre le dit Roi d'Engleterre & de Franuce, pur lui, & pur ses Subgitz, & les Gentz, Marchnmtz, Mariners, & Comunaltes de la Marisme, des Citees & Villes, de Ulixbon, & du Portde Portugal, avaunt dities, pur eux & chescun de eux perpetuement, ou au certain tems* - IDEM, Parte II, p. 88; Flávio MIRANDA, *Portugal and the medieval Atlantic: commercial diplomacy, merchants, and trade, 1143-1488*, Porto, Tese de doutoramento, Policopiada, 2012; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de, MIRANDA, "Pour bone alliance et amiste faire" – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média", *Cultura Espaço & Memória*, op. cit., pp. 111-112).

²⁹⁰ Cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, op. cit., pp. 57-59; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., XCIII-XCIV e pp. 125-133.

²⁹¹ Cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, op. cit., p. 60; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., p. 134; registre-se a discrepância de datas entre as fontes portuguesas e inglesas. Cf. Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, op. cit, p. 232.

²⁹² Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte I, op. cit., p. 62; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, op. cit., p. 58; Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Volume 4, op. cit., p. 428.

²⁹³ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., p. 64.

matrimoniais que se consubstanciam no casamento da sua filha natural D. Beatriz, em 1405, com o conde de Arundel. As cláusulas do contrato de casamento são estabelecidas pelos procuradores de D. João I **João Vasques de Almada**, que se encontrava em Inglaterra, e pelo Doutor **Martim do Sem**²⁹⁴. A fim de tratar das questões financeiras deste enlace desloca-se a Inglaterra **Martim Afonso Dinis**²⁹⁵.

De novo, as questões comerciais surgem em 1407, quando ingleses causam danos a um navio castelhano que aporta em Lagos. O rei de Castela considera a ocorrência bastante danosa e exige a D. João I o pagamento dos prejuízos causados. Assim, perante esta situação é enviado a Londres **João Viegas** que procura junto de Henrique IV uma resposta. Porém, diplomaticamente, considera que serão compensados dos danos os que se deslocarem a Inglaterra reclamar de sua justiça, tendo para tal fim os salvo-condutos necessários²⁹⁶.

A Inglaterra revela-se, ainda, uma aliada no fornecimento de material bélico, como se verifica pela carta de Henrique IV, de 20 de janeiro de 1415,

²⁹⁴ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CCIV, pp. 458-461; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVIII, pp. 935-936; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, pp. 64-70; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 147-150; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 129-130; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal*, *op. cit.*, pp. 232-237.

²⁹⁵ Cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, p. 63; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 152.

²⁹⁶ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, pp. 159-160.

em que autoriza **João Vasques de Almada** a transportar para Portugal seis arneses completos para seis homens de armas e 350 lanças, livres de impostos²⁹⁷, certamente destinados à empresa de Ceuta que D. João I, preparada desde 1412²⁹⁸, e concretizada em agosto de 1415²⁹⁹. A mesma razão leva **Pedro Eanes Lobato** a obter autorização de transporte para Portugal de trezentas lanças a entregar ao infante D. Henrique destinadas a combater os infiéis, e ainda três palafreiros e um arnés para o mesmo infante, por carta de Henrique V datada de 12 de julho de 1417³⁰⁰. Em 1421, **Pedro Lopes do Quintal** e o Doutor **Rui Fernandes** obtêm um salvo-conduto do rei inglês para transportar, nos dois navios portugueses ancorados em

²⁹⁷ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte II, *op. cit.*, p. 101; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, pp. 164-165: surge com a data de 26 de Janeiro de 1415, mas não coincide com a fonte supracitada [20 de Janeiro], que indica na nota 181, da p. 165; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Supl., *op. cit.*, 661, p. 462.

²⁹⁸ Reportamo-nos à deslocação, em 1412, de Afonso Furtado de Mendonça e Álvaro Gonçalves Camelo à ex-rainha da Sécilia a fim de lhe propor casamento com o infante D. Pedro, mas que serviu de pretexto para observar e colher informações sobre Ceuta, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XVII, p. 84; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 10, pp. 49-50; registamos ainda a reunião convocada por D. João I em junho de 1414 em Torres Vedras para discutir com os seus conselheiros a organização da empresa de Ceuta, cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 32, pp. 85-87; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 174; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa*, *op. cit.*, pp. 252-253.

²⁹⁹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. LXVI, p. 233.

³⁰⁰ Estes bens estão isentos de impostos, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte III, *op. cit.*, p. 5; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 165; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 136, p. 266.

Southampton, sessenta lanças, cavalos e arneses³⁰¹. Estas diligências de reforço de meios militares justificam-se pela política expansionista de D. João I e também pela necessidade de defesa da praça de Ceuta, reiteradamente alvo de ataques dos Mouros que procuram a todo o custo reaver a cidade³⁰².

As relações entre Portugal e Inglaterra estruturam-se na dimensão do político, do económico e do militar; a primeira depreende-se e contextualiza-se no desenrolar da Guerra dos Cem Anos; a segunda na salvaguarda de interesses comerciais, e, a terceira, na forma de intervenção directa na Hispânia, e, indirecta, no norte de África.

³⁰¹ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte IV, *op. cit.*, p. 34; *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 175; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 13, p. 22; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Lisboa, Supl., *op. cit.*, 694, p. 470.

³⁰² Veja-se sobre este assunto Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa BROCARD, (ed.), *op. cit.* Sobre a conquista de Ceuta veja-se Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa*, *op. cit.*, p. 252 e ss.

4. Borgonha

Outra realidade da política externa de D. João I relaciona-se com o ducado de Borgonha, particularmente com a Flandres³⁰³, condado que, desde os finais do século XII, regista a presença de mercadores portugueses³⁰⁴. Em 1384, Filipe II confirma o privilégio comercial estabelecido pelo seu antecessor sobre a facilidade de importação de todas as mercadorias portuguesas e a exportação de produtos comprados, pagando apenas os impostos de transação³⁰⁵.

A situação decorrente da assinatura do Tratado de Windsor, em 1386, coloca Portugal como aliado de Inglaterra e, por isso mesmo, em situação desvantajosa em relação a Borgonha, aliada de França. A resolução comercial surge com a concessão de um salvo-conduto, em 1387, com a duração de um ano para os mercadores portugueses, de forma a dar continuidade às trocas

³⁰³ O condado de Flandres une-se ao ducado de Borgonha pelo casamento de Filipe de Valois, irmão mais novo do rei Carlos V de França, com Margarida da Flandres, filha única do conde Luís II, ocorrido a 19 de junho de 1369. O duque Filipe, o audaz, só toma plena posse do condado, em 1384 após a morte de Luís II. Veja-se a este propósito A. KLEINCLAUSZ *Histoire de Bourgogne*, Paris, Hachette, 1909, p. 140 e Amable-Guillaume-Prosper Burgière, baron de BARANTE, *Histoire des ducs de Bourgogne de la maison de Valois (1364-1477)*, vol. I, Paris, Ladvocat, 1824, pp. 39-40 e 235.

³⁰⁴ Cf. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*, op. cit., p. 512.

³⁰⁵ Cf. Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Volume 4, op. cit., p. 408; Robert Van ANSWAARDEN, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1991, pp. 38-39; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 133.

comerciais existentes³⁰⁶. De facto, os mercadores portugueses procuram obter privilégios conducentes a lograr uma autonomia jurídica. A 20 de março de 1389, o duque de Borgonha, Filipe II, assina um tratado de comércio entre a Flandres e Portugal, através do embaixador português o doutor **Fernão Gonçalves**³⁰⁷. Em 1390 é concedido para a “colónia” de Middelbourg um estatuto jurídico aplicável à resolução de conflitos entre os mestres de navios portugueses presentes na circunscrição da cidade e respectivos portos. Este privilégio é alargado em 1411 à cidade de Bruges pelo duque de Borgonha, João Sem Medo, por tempo indeterminado³⁰⁸, confirmado por Filipe III, a 26 de fevereiro de 1421, na cidade de Gand³⁰⁹.

A atividade comercial constitui uma forma de consolidação da política externa, através do desenvolvimento de contactos que fomentam a troca de bens e a presença de portugueses neste ducado e, em contrapartida, a presença de mercadores flamengos em Portugal com privilégios idênticos; porém, não se revela a única.

³⁰⁶ Cf. Robert Van ANSWAARDEN, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, *op. cit.*, p. 39; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 136.

³⁰⁷ Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, pp. 1145-146.

³⁰⁸ IDEM, pp. 39-42; Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Volume 4, *op. cit.*, p. 409; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 8, pp. 39-47. A concessão do privilégio de João Sem Medo resulta de um pedido do seu camareiro, Álvaro Gonçalves Coutinho, cavaleiro português ao serviço do duque.

³⁰⁹ Cf. Robert Van ANSWAARDEN, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, *op. cit.*, p. 44. Registe-se que em 1438, Filipe III concede à “nação” portuguesa na Flandres a possibilidade de elaborar os seus próprios estatutos, e os seus representantes, os “cônsules” têm como funções prestar assistência social e jurídica aos seus membros, nomeadamente no fornecimento de documentos legais e de empréstimos (IDEM, p. 46).

A partir de 1420, verificam-se diligências relativas ao casamento da infanta D. Isabel, filha de D. João I, com Filipe III o Belo, duque de Borgonha. Para tal, em 1424, deslocam-se à Flandres **Álvaro Gonçalves de Abreu** bispo de Silves o doutor **Fernando Afonso da Silveira**³¹⁰. Novamente em 1428, e com o igual objectivo, esses emissários regressam à Flandres³¹¹. No mesmo ano, Filipe o Bom envia à Península Ibérica uma embaixada para providenciar o seu casamento, primeiro a Aragão³¹², junto do rei Afonso V, e depois a Portugal. Os embaixadores flamengos, o senhor de Roubais, mordomo-mor do duque, o senhor Bauduin de Landoy, cavaleiro, André de Tholonjon, escudeiro, o senhor de Moulembais, governador de Lille, senhor de Mornay, conselheiros e mordomos, e mestre D' Escournay, Doutor em decretos e preboste de Harlebeque, chegam a Lisboa a 18 de Dezembro de 1428 para

³¹⁰ Os contactos iniciados por D. João I, primeiro através de cartas e depois pela presença desta embaixada, desenrolam-se entre 18 de julho de 1423 e 14 de maio de 1424, cf. Werner SCHULZ, *AndreasKreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, Universidade de Freiburg, 1976, pp. 75-76; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, op. cit., pp. 29 e 196-197. A missão não teve sucesso, pois o duque de Borgonha casa a 30 de novembro de 1424 com Bonne de Artois, que morre a 17 de setembro do ano seguinte; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 127-128.

³¹¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CLXXXIX, pp. 942-943; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo III, op. cit., pp. 42-43; J. Cardoso GONÇALVES, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*, op. cit., p. 14.

³¹² A forma se desenrolam esta missão permite perceber que primeiro se procura negociar o casamento de Filipe III com a irmã do rei de Aragão Afonso, a infanta D. Leonor, o que não tem sucesso pelo facto de esta infanta estar prometida ao infante D. Duarte de Portugal, cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, op. cit., p. 31.

estipular as cláusulas do contrato matrimonial de Filipe III e D. Isabel³¹³. A estada desta embaixada, composta por um numeroso séquito e pelo pintor Van Eyck³¹⁴, dura vários meses, tendo assistido em Estremoz, a 25 de dezembro, à recepção preparada por D. João I a D. Duarte e D. Leonor de Aragão³¹⁵. Depois de celebrada a cerimónia do casamento de D. Isabel a 25 de julho, em Lisboa, a saída da nova duquesa de Borgonha para Écluse faz-se em outubro de 1429. Acompanham D. Isabel o infante D. Fernando, o conde de Ourém e **Álvaro Gonçalves de Abreu** bispo de Évora³¹⁶.

A forma como se desenrolam as relações com o ducado de Borgonha permite afirmar que existe uma forte componente comercial através da

³¹³ Cf. Jean LE FÉVRE [Seigneur de Saint-Remy], *Chronique*, Tomo II, François MORAND, (ed.), Paris, 1881, Cap. CLXI, pp. 150-151; Joaquim de VASCONCELLOS, «Relação da Embaixada Flamenga 1428-1430 – Viagem de Jehan Van-Eyck a Portugal», *Revista de Guimarães* n.ºs de Janeiro a outubro de 1897, pp. 8-11.

³¹⁴ A missão de Van Eyck consiste na feitura de dois retratos da infanta D. Isabel para serem enviados ao duque de Borgonha, um por mar, pelo escudeiro Pierre de Vauldrey e o passavante Renti, e outro por terra, pelo escudeiro Jean de Baissi e o passavante Portejoie. Em julho de 1429 regressa a Portugal Pierre de Vauldrey com o parecer favorável de Filipe III; só depois se estabelecem as cláusulas do contrato de casamento; cf. Joaquim de VASCONCELLOS, «Relação da Embaixada Flamenga 1428-1430 – Viagem de Jehan Van-Eyck a Portugal», *op. cit.*, pp. 14 e 46-47.

³¹⁵ A recepção de D. João I decorre do casamento de D. Duarte celebrado em Coimbra em setembro do mesmo ano em que D. João não esteve presente, mas o relato da cerimónia chega ao seu conhecimento através de uma carta pormenorizada enviada pelo infante D. Henrique, cf. Joaquim de VASCONCELLOS, «Relação da Embaixada Flamenga 1428-1430 – Viagem de Jehan Van-Eyck a Portugal», *op. cit.* pp. 10-12; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 125, pp. 255-259.

³¹⁶ Joaquim de VASCONCELLOS, «Relação da Embaixada Flamenga *op. cit.*, p. 47; Rita Costa GOMES, “ La cour de Bourgogne et la cour de Portugal au XVe siècle “, in Werner PARAVICINI (ed.), *La cour de Bourgogne et L’Europe. Le rayonnement et les limites d’un modèle culturel*, Ostfildern (Thorbecke) 2013, (Beihefte der Francia, 73), pp. 635-639. Disponível em https://www.academia.edu/5388486/La_cour_de_Bourgogne_et_la_cour_du_Portugal_a_u_XVe_si%C3%A8cle.

concessão de privilégios a mercadores portugueses na Flandres³¹⁷. Além disso, verificam-se constantes trocas de cartas e concessão de mercês a portugueses que se deslocam³¹⁸ ou permanecem no ducado³¹⁹. O facto de a infanta D. Isabel se tornar duquesa de Borgonha fortalece não só os laços económicos, mas também os políticos, os religiosos, os militares e os culturais³²⁰.

³¹⁷ Vejam-se, entre outras, as obras de Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, e de Robert Van ANSWAARDEN, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, *op. cit.*

³¹⁸ Registamos as ofertas concedidas a D. Álvaro de Abreu e aos outros elementos da embaixada portuguesa quando estiveram no ducado em 1423, IDEM, pp.196-197.

³¹⁹ Sobre os portugueses no ducado de Borgonha veja-se Jacques PAVIOT, *op. cit.*, e Werner SCHULZ, *AndreasKreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, *op. cit.*

³²⁰ A duquesa de Borgonha representa uma forma de ligação com Portugal que se estende para além do reinado de D. João I; a presença de portugueses na corte de Borgonha ultrapassa o séquito que a acompanha em 1429, pois existem vários registos de serviços prestados por portugueses, nomeadamente a construção de embarcações destinadas ao comércio borgonhês no Mediterrâneo; realçamos a forma como recebe na corte os filhos do infante D. Pedro após a batalha de Alfarrobeira. Cf. sobre os vários tipos de influência entre as cortes de Borgonha e de Portugal consulte-se - Rita Costa Gomes, “La cour de Bourgogne et la cour de Portugal au XV^e siècle”, *op. cit.*, pp. 631-648.

5. Roma

A legitimação do poder em termos de política externa prende-se com a necessidade de reconhecimento no contexto da Cristandade. Assim, após a eleição de D. João I como rei, nas Cortes de Coimbra em 1385, torna-se imperativo que o papa o aceite como monarca e, ao mesmo tempo, lhe conceda a dispensa de votos para que possa contrair matrimónio. Este processo iniciou-se em 1385 com a ida à Cúria papal de **João Anes**, bispo de Évora e de **Gonçalo Gomes da Silva**³²¹, não tendo estes representantes obtido resposta concludente de Urbano VI³²². Em 1388, de novo o bispo de Évora, agora acompanhado por **João Afonso de Azambuja**³²³, deslocam-se a Roma com o mesmo objectivo, mas sem sucesso, pois papa afirma que “nom auyam por que se agrauar, ca elle auya el-Rey de Portugal por asolto e com

³²¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXXIX, pp. 181-182; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 687; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. I, p. 223; Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* FREIRE, Volume II, *op. cit.*, p. 45; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 67 e 116.

³²² Cf. Sobre as razões porque o Papa não tinha passado a carta - Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal.*, *op. cit.*, pp. 117-118.

³²³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, pp. 253-254; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6; Carlos Eduardo Verdier GRAF, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes ...* *op. cit.*, pp. 48-51.

eele despensado compridamente em todallas as cousas que lhe mandara pedir, posto que as leteras tam çedo feitas nom fossem”³²⁴.

No ano de 1389 sucede no papado de Roma Bonifácio IX e D. João I envia como emissários **João Afonso de Azambuja**³²⁵ e **João Rodrigues de Sá**³²⁶ de forma a obter a assinatura das bulas *Divina disponente clementia* expedida a 27 de janeiro, legitimando a nomeação de D. João I como rei de Portugal, e *Quia rationi congruit*, datada 28 de janeiro de 1391, dispensando o monarca português dos votos e considerando legítimo o seu casamento com D. Filipa de Lencastre³²⁷. As bulas foram solenemente publicadas na Sé de Lisboa no dia 9 de julho de 1391 “por tirar de suspeita o que alguns jnorantes fallauom”³²⁸.

Como já foi escrito, as conjunturas relacionais dos reinos cristãos da Europa ocidental nos finais do século XIV tem de se enquadrar no Grande Cisma³²⁹ e nas frentes hostis da Guerra dos Cem Anos. O facto de existir o papado de Avinhão e o de Roma está profundamente ligado aos interesses

³²⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 253.

³²⁵ Carlos Eduardo Verdier GRAF, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes ... op. cit.*, pp. 55-56.

³²⁶ IDEM, pp. 254-255.

³²⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, Editorial Franciscana, 1970, p. CVIII; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo IX, *op. cit.*, pp. 393-396; Domingos MAURÍCIO, “A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre”, *Brotéria* Vol. LXXXVII, Lisboa, 1968, pp. 299 e 305-306; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo IX, *op. cit.*, pp. 393-396.

³²⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 255.

³²⁹ Cf. Maria Alice Pereira dos SANTOS, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*, *op. cit.*, pp. 43-46.

políticos de França e Inglaterra. A congregação de aliados de um e de outro reino configura uma Igreja dividida, não por dissidências teológicas mas por interesses dominantes que determinam a existência de seguidores de um e de outro papa, em função das alianças. Se a França e Castela apoiam o papa de Avinhão, Inglaterra e Portugal seguem o de Roma. Esta divisão da Igreja procura ser resolvida no Concílio de Pisa convocado em 1409.

D. João I envia, em 1409, uma delegação ao concílio formada por **João Afonso de Azambuja**, arcebispo de Lisboa, **Gonçalo Gonçalves**, bispo de Lamego, Mestre **Lourenço Afonso**, eremita de Santo Agostinho, Frei **João Xira**, franciscano e confessor do rei, os Doutores **Lançarote Esteves** e **Diogo Martins**³³⁰, e, em 1410, os cavaleiros **João Afonso de Brito** e **Álvaro Afonso Nogueira**³³¹.

Os delegados reunidos em Pisa elegeram, em 1409, um novo papa, Alexandre V, procurando, assim, pôr fim ao Cisma iniciado em 1378. Na realidade, o que emerge deste concílio é uma Igreja tricéfala, pois tanto o

³³⁰ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, "D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa", *op. cit.*, p. 44; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, p. 40; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, 2005, p. 211. Sobre a presença portuguesa no Concílio veja-se o estudo de Hélène MILLET "La participation du Portugal au Concile de Pise: 1409", in *Colóquio Internacional "A Igreja e o clero português no contexto europeu"*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, p. 233-254.

³³¹ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 140, p. 325; P. António Domingues de Sousa COSTA, "D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa", *op. cit.*, p. 44; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo IX, *op. cit.*, p. 402.

papa de Avinhão, Benedito XIII, como o de Roma, Gregório VII não abdicam da sua condição, reunindo o apoio de alguns reinos da Europa³³².

Entre 1409 e 1418 prolonga-se a fragilidade da Igreja enquanto uma e representada universalmente por um papa.

A resolução desta situação começa a delinear-se em logo em 1410, com a eleição de João XXIII e a sua ação governativa que desagrada a pensadores como Jean Gerson que propõe a realização de um novo concílio³³³. Assim se compreendem as diligências político-diplomáticas do imperador Sigismundo, que pressiona João XXIII a convocar uma reunião ecuménica.

A abertura do concílio de Constança ocorre em novembro de 1414, e nela está presente, como representante do rei português, **João Afonso de Azambuja**, arcebispo de Lisboa e D. Fernando da Guerra, bispo do Porto, que se encontrava em Bolonha³³⁴. Neste concílio desempenham uma ação de moderadores os doutrinadores conciliares Pierre D'Ailly, Jean Gerson e Guilherme Fillastre, que procuram numa argumentação eclesiológica

³³² Cf. Denys HAYS, *Europe in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*, Londres, Longman, 1989, p. 90.

³³³ Cf. Oliver O'DONAVAN e Joan Lockwood O'DONAVAN (ed.), *From Irenaeus to Grotius. A sourcebook in Christian political thought-100-1625*, Michigan/Cambridge, William B. Eerdmans Publishing Company, 1999, pp. 517-518.

³³⁴ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, "D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa", *op. cit.*, pp. 2 e 55; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, pp. 44-45; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, *op. cit.*, p. 54; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.* I, nota 1, p. 687; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, documento 114, nota 1, p. 238.

estabelecer a superioridade do concílio sobre o papa, no que respeita à fé e às “reformas da igreja na sua cabeça e nos seus membros”³³⁵.

D. João I nomeia embaixadores ao Concílio de Constança, **Fernando de Castro**, governador da casa do infante D. Henrique, **Álvaro Gonçalves de Ataíde**, governador da casa do infante D. Pedro, e os doutores **Vasco Peres** e **Gil Martins**³³⁶, que ali chegam em junho de 1416. A delegação diplomática portuguesa apresenta como trunfo político, através do discurso do Doutor Gil Martins, a conquista de Ceuta projectada como triunfo da Cristandade na luta contra o infiel³³⁷.

Durante quatro anos os embaixadores dos vários reinos da Europa apresentam-se em Constança onde se procura, além da solução do poder papal, combater as heresias e condenar os movimentos críticos em relação à autoridade do papa. A eleição de Martinho V, em 1418, significa o fim do Cisma. Portugal enceta um novo campo de negociações com a Santa Sé

³³⁵ Cf. Jean GAUDEMET, “Conciliarismo”, in *Dicionário de Política*, Norberto BOBBIO, Nicola MATTENCI *et al* (ed.), México, Siglo XXI Editores, 2005, p.280.

³³⁶ Cf. António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, pp. 40-41; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 141; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 114, pp. 237-239.

³³⁷ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, *op. cit.*, 671, pp. 91-94; Virgínia RAU, “Relações diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V”, in *Estudos de História Medieval*, *op. cit.*, p. 6; Jacob CARRETANO, “Journal”, *op. cit.*, p. 519; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, 1958, p. 689; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, documentos 143, pp. 282-287 e 157, nota 1, p. 317; Maria Alice Pereira dos SANTOS, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Aautos*, *op. cit.*, pp. 55-57.

através da obtenção de sucessivas bulas de cruzada que legitimam as acções militares no Norte de África e a exploração da costa ocidental africana³³⁸.

³³⁸ Cf. Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *Revue d'histoire ecclésiastique*, *op. cit.*, pp. 690-691.

3.º CAPÍTULO:

OS REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS

1. Os embaixadores régios na Idade Média

Ao longo do texto, utilizámos, de forma indiscriminada, a designação de emissário ou de embaixador para nos referirmos aos homens que assumiram, em nome de D. João I, a representação externa, durante o seu reinado. Trata-se de uma opção que é por alguns historiadores considerada uma liberdade de linguagem não aceitável³³⁹. Com efeito, como é por demais conhecido, não existiam embaixadas permanentes apesar de, desde o século XIV, se registar esta ocorrência, particularmente em Veneza³⁴⁰.

Nestas condições, a conceção geralmente aceite pela historiografia é a de que, durante a Idade Média, a incumbência de tratar diversos assuntos de política externa de cariz político, militar, religioso e mesmo económico recaía

³³⁹ Cf. Miguel Ángel LADERO QUESADA, “Guerra y paz: teoría y práctica en Europa Occidental. 1280-1480”, *op. cit.*, p. 61.

³⁴⁰ Cf. Alfred REUMONT, *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, *op. cit.*, p. 68; Bernard Guenée, *O Ocidente nos Séculos XIV e XV*, *op. cit.*, 180. Veja-se também Donald E. QUELLER que aponta a situação de embaixadores residentes associados a motivos de intensidade diplomática, o que justifica a sua permanência prolongada: refere, como exemplos, o envio, em 1316, pelo Senado de Veneza, de quatro embaixadores à Cúria romana e permitir a permanência de um deles; e o do embaixador enviado a Francesco Sforza, que ficou no ducado de Milão por tempo indeterminado sendo as informações entre as partes transmitidas por um secretário veneziano expressamente nomeado para o efeito, cf. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, *op. cit.*, 1967, pp. 83 e 88; Abraham van WICQUEFORT (1598-1682) procura estabelecer a ligação do cargo ao direito público, dado que até à data da publicação da sua obra não regista um estudo no âmbito da História Política sobre embaixadores, pois considera-o um ministro essencial para o Estado, e o direito de embaixada representa a forma mais ilustre de soberania, cf. *L’ambassadeur et ses fonctions*, Colónia, Pierre Marteau, 1715, Vol. I, p.1 ; cf. Stéphane PÉQUIGNOT “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles” in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge*, *op. cit.*, pp. 47-66.

sobre “embaixadores *ad hoc*”³⁴¹, nomeados pelo rei para uma missão temporalmente balizada. E a grande transformação ocorreria na Época Moderna, com a instituição das embaixadas permanentes. Atualmente considera-se que a análise da atividade diplomática medieval deve ser enquadrada na longa duração, pois as pesquisas recentes apontam cada vez mais para um evanescimento da “dicotomia clássica entre a diplomacia da Idade Média e a da Idade Moderna”

Assim o refere PEQUIGNOT:

“Les recherches déjà effectuées fragilisent donc la dichotomie classique entre la diplomatie du Moyen Age et celle de l’époque moderne. Par le déploiement de multiples échelles d’analyse, elles font progressivement apparaître en ce domaine d’autres altérités médiévales, un pratique ambivalente pour des protagonistes qui n’accordent pas tous la même valeur à l’échange. Elles indiquent aussi la persistance de certains usages dans un très longue durée”³⁴².

³⁴¹ Cf. Bernard GUENÉE, *O Ocidente nos Séculos XIV e XV*, *op.cit.*, p. 179; Armando Luís de Carvalho HOMEM em “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 223. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5422.pdf>.

³⁴² Cf. Stéphane PÉQUIGNOT “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles”, *op.cit.*, p. 65.

Quanto à expressão embaixadas “ad hoc”, Isabel BECEIRO PITA, nos seus estudos sobre as relações entre Portugal e Castela³⁴³ discorda da utilização da terminologia, enfatizando o perfeito conhecimento por parte dos emissários da conjuntura a debater ou a negociar³⁴⁴.

Com efeito, ao estudar as relações estabelecidas entre Castela e Portugal em 1399, mas tendo em conta o intervalo temporal que se prolonga entre 1380 e 1410, a autora considerou que as negociações desenroladas entre os representantes dos dois reinos se enquadram numa tendência crescente de especialização³⁴⁵. Ou seja, o mesmo indivíduo assume uma incumbência por um período temporal de sete a dez anos, sendo depois substituído por outro ou outros, existindo assim uma certa estabilidade dos quadros humanos destacados para as missões. Ainda segundo a autora, constata-se a existência de um elemento que desempenha a tarefa de fazer de elo de ligação entre a antiga e a nova delegação.

Isabel BECEIRO propõe uma tipologia dos vários contactos exteriores estabelecidos entre os reinos, de acordo com as categorias que esquematizámos no seguinte quadro:

³⁴³ Cf. Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*; IDEM, “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)”, in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos, 1391-1445. Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval*, Sevilha, 1997, vol. 2, pp. 1735-1744.

³⁴⁴ A autora refere a existencia de varios especialistas que, “a partir de la segunda mitad del XIV, conocen con anterioridad, directa ou indirectamente, el objecto de la embajada y, además, extienden su actividad a asuntos internos o exteriores ligados a él” (“Las negociaciones entre Castilla y Portugal ...”, *op. cit.*, p. 150).

³⁴⁵ Sobre a escolha criteriosa dos titulares das embaixadas, consulte-se Pau CATEURA BENNÁSSER, “Negociar la paz en el siglo XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, *op. cit.*, pp. 20-23.

Funções	Assunto	Intervenientes
De representação	Próprio ou comum dos reinos	Correios Mensageiros Procuradores Embaixadores
De arbitragem	Respeitante a outros reinos (ou não)	Mediadores “Terceiros” Juízes árbitros
Derivadas da natureza militar e territorial de um tratado	Operacionalização de tratados	Mandatários
Vinculadas a Alianças matrimoniais	Alianças Matrimoniais	Procuradores e gestores de dispensas de casamento
De chancelaria		Escrivão ou secretário da delegação (ou do reino visitado)
De solenização e ratificação do acordo		Protagonistas de juramentos Testemunhas e confirmantes
De carácter protocolar e público		Cortesãos, oficiais, elementos nobiliárquicos e guerreiros mais destacados do séquito

Já outros autores se tinham dedicado especificamente às funções de representação e à discriminação dos seus intervenientes.

Donald E. QUELLER fez a distinção entre núncios (*nunciis*), entendidos como mensageiros que transmitem oralmente as informações e se constituem como meros veículos de informação; procuradores ou plenipotenciários que assumem qualidades de representantes diplomáticos, dispendo de autoridade plena para concluir e fechar negociações; embaixadores no sentido de alguém que é enviado numa missão³⁴⁶.

Também Pierre CHAPELAIS estabeleceu as diferenças entre núncios e procuradores acrescentando que os termos *nunciis solempnes* e *ambassiatoris solempnes* se aplicam a altos dignitários laicos e eclesiásticos³⁴⁷.

As mesmas diferenciações são reiteradas por PEQUIGNOT. Contudo, o autor salienta que apenas nos escritos jurídicos estes vários estatutos se encontram discriminados sendo difícil, com base noutra tipo de documentação, definir a que título está a actuar o embaixador³⁴⁸. Com efeito, nem sempre se sabe exactamente quando os emissários agem na qualidade de núncios³⁴⁹, procuradores³⁵⁰ ou mandatários³⁵¹. Por outro lado, ainda que o

³⁴⁶ *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, Princeton, Princeton University Press, 19679. Cf. também John FERGUSON, *English Diplomacy, 1422-1461*, Oxford, 1972.

³⁴⁷ *English diplomatic practice in the Middle Ages*, Londres e Nova Iorque, Cambridge University Press, 2003 (1ª ed. Patrice, Londres, 1982, pp. 153-155).

³⁴⁸ Cf. Stéphane PÉQUIGNOT, *Au nom du roi – pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques d’Aragon (1291-1327)*, *op. cit.*, pp. 173-174.

³⁴⁹ Em 1377, Pedro Cavaleiro e Lourenço Anes Fogaça, designados por *ambaxiatores et nuncij*, recebem do papa Gregório XI a bula *Accedit nobis* para D. Fernando. Ao surgirem como *nuncij*, estes indivíduos, à luz do direito canónico, não possuem personalidade jurídica, enquanto que o termo *ambaxiatores* lhes confere um estatuto de prestígio (Cf. *Monumenta Henricina*, Volumes I, *op. cit.* documento 107, p. 254).

³⁵⁰ Quanto a procuradores ou gestores de dispensas de casamento, aparecem inúmeros exemplos, em todas as diligências efectuadas com vista ao estabelecimento de

nosso conhecimento se possa cingir aos aspectos protocolares de uma embaixada, outras funções terão sido desempenhadas pelos seus membros³⁵².

alianças matrimoniais. É o caso do casamento de D. Beatriz, filha natural de D. João I, com o conde de Arundel. As cláusulas deste contrato são negociadas em Inglaterra por João Vasques de Almada e Martim do Sem. A comitiva portuguesa que acompanha, em 1405, D. Beatriz estabelecerá depois em Inglaterra a formalização jurídica do contrato, através de plenos poderes concedidos por D. João I aos seus embaixadores.

Salientem-se as deslocações de Álvaro Gonçalves de Abreu em 1423 e 1428, para conseguir estabelecer a possibilidade de matrimónio da infanta D. Isabel e o duque de Borgonha Filipe, o Belo. Este propósito será somente concretizado em 1429 com a vinda a Portugal de uma embaixada do duque Filipe, o Bom. A duquesa de Borgonha levará na sua comitiva embaixadores com poderes para selar em Bruges as cláusulas deste matrimónio.

Também no caso dos casamentos do infante D. Duarte com D. Leonor, e do infante D. Pedro com D. Isabel, os contratos matrimoniais são tratados, com Aragão, por embaixadores diferentes, com estatuto de procuradores.

³⁵¹ Será o caso dos elementos que actuam nas importantes reuniões ocorridas entre as delegações portuguesa e castelhana sempre em locais de fronteira. Pela especificidade do assunto, estão sempre presentes altos dignitários militares, como o condestável Nuno Álvares Pereira e o marechal da hoste Álvaro Gonçalves Camelo, por Portugal, o mesmo acontecendo pelo lado castelhano. A discussão de tréguas conduz à nomeação de juizes que estabelecem as condições de suspensão de conflitos e, ao mesmo tempo, tratam da devolução de terras e da libertação de prisioneiros. Acresce ainda a situação de poderem existir reféns de ambas as partes para garantir a validade do acordo. Estas delegações podem assumir o papel de juizes árbitros ou de mandatários caso se trate de operacionalizar as tréguas.

Martim do Sem, um dos embaixadores portugueses a Castela, tem de regressar a Portugal para consultar D. João I. Pressupomos que este doutor possuía poderes como procurador, mas não dispunha de plena capacidade de negociação

³⁵² Nas relações do reino com a Cúria romana apontamos as missões de carácter protocolar, que correspondem às embaixadas de obediência aos papas João XXIII, em 1410, e Martinho V, em 1418, por Sebastião de Meneses, e em 1455 ao papa Calisto III por Luís Gonçalves Malafaia.

Por fim, sabe-se os típicos elementos que constituíam uma delegação, podem ser substituídos de acordo com os destinatários³⁵³.

Optámos por incluir a sistematização sobre relações diplomáticas apresentada por Isabel BECEIRO PITA e por referir as distinções que a historiografia estabelece entre emissários régios externos, na medida em essas categorizações podem influir directamente no universo de indivíduos que vamos observar. Assim, analisar como um todo uniforme os vários agentes envolvidos na diplomacia, com estatutos diferentes, pode influenciar as conclusões.

³⁵³ Neste sentido Roser SALICRÚ I LLUCH afirma que a historiografia assume o facto de as embaixadas solenes serem compostas por um nobre, um eclesiástico e um letrado, e que o domínio de saberes especializados constitui um elemento fundamental para a sua composição. Porém, nas relações entre poderes cristãos e muçulmanos este paradigma não se verifica, pois o que emerge é o conhecimento e a proximidade do “outro”. Este princípio de alteridade requer uma necessidade de recrutamento mais cuidado e específico para cada ocasião, uma vez que os embaixadores se fazem acompanhar de emissários, tradutores e notários (“La diplomacia y las embajadas como expresión de los contactos interculturales entre cristianos y musulmanes en el Mediterráneo occidental durante la Baja Edad Media”, *Estudios de Historia de España*, 9 (2007), pp. 77-80, <http://digital.csic.es/bitstream/10261/7705/1/art%20Roser-pub-pdf.pdf>.) Da mesma autora veja-se o estudo “La treva de 1418 amb Granada: la recuperació de la tradició catalanoaragonesa”, *Anuario de Estudios Medievales*, 27, 1997, pp. 989-1019 - Disponível em <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/630/641>. Registamos também o estudo de Juan Francisco JIMENÉZ ALCÁZAR “Relaciones interterritoriales en el sureste de la Península Ibérica durante la baja Edad Media: cartas, mensajeros y ciudades en la frontera de Granada”, *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2, 2010, pp. 562-602 - Disponível em <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/316/320>, onde considera que nas relações entre reinos cristãos e muçulmanos o enfoque diplomático residia na escolha dos mediadores, por possuírem características específicas de comunicação. Deste modo, o sucesso ou insucesso das missões diplomáticas estava na capacidade maximizar a sua capacidade de ação, pois ao estabelecer o primeiro passo no processo de aproximação, abriam depois caminho a ulteriores contactos.

2. A prosopografia dos diplomatas portugueses no reinado de D. João I.

A análise que nos propomos fazer baseia-se na sistematização das informações organizadas a partir dos vários itens do catálogo prosopográfico, relativas ao universo de 53 representantes diplomáticos que desempenharam funções durante o reinado de D. João I.

Esta abordagem permite-nos quantificar os vínculos mais ou menos formais deste conjunto de indivíduos à esfera do poder régio entre os reinados de D. Fernando e de D. Afonso V, uma vez que a pesquisa acompanhou a duração das suas carreiras. Interessou-nos registar, tanto quanto as fontes disponíveis o permitiram, a sua origem social, formação, o tipo de cargos exercidos, a sua ação militar, os seus proventos económicos, rendas e mercês. Detivemo-nos, também, nas ligações estabelecidas entre as diferentes famílias a que estes indivíduos pertencem.

Será importante salientar que, ao aplicar um questionário comum a um grupo constituído por indivíduos com vários estatutos sociopolíticos e que desempenharam papéis diferentes nas missões diplomáticas, desde simples mensageiros a procuradores, podemos chegar conclusões deturpadas. Por outro lado, este universo foi constituído à medida das informações pontuais que a documentação nos forneceu e estamos conscientes de que não temos acesso à composição total de cada embaixada nem ao seu número exato.

2.1. A integração nas instâncias superiores do poder régio

A data de nascimento de praticamente todos os elementos deste grupo permanece uma incógnita no final da nossa investigação³⁵⁴. O mesmo não ocorre com o óbito. Assim, vinte e dois embaixadores morrem antes do final do reinado de D. João I, doze após 1433 e, quanto aos restantes dezanove, não nos foi possível obter dados.

O exercício de funções públicas para três destes indivíduos remonta ao reinado de D. Fernando³⁵⁵, e, para seis deles, prolonga-se até ao reinado de D. Afonso V³⁵⁶.

Sabendo que o papel de embaixador se coordena com o exercício de funções político-administrativas, militares, e outras desenvolvidas no âmbito da corte, procurámos sistematizar, no quadro 1, os vínculos destes homens à esfera das altas instâncias régias. Ao fazermos uma distinção entre Corte e Defesa, utilizámos as categorias propostas por Carvalho Homem, sobre as várias matrizes que se individualizaram na *entourage* do rei, nomeadamente a “doméstica” e, a partir desta, a vertente guerreira. Para além do mais, a

³⁵⁴ A exceção recai em Dinis de Castro e Nuno Álvares Pereira. Vide biografias 8 e 39, respetivamente.

³⁵⁵ Falamos de Afonso Furtado como anadel-mor, vide biografia 1; de Gil do Sem como Vedor, vide biografia 16; de Lourenço Anes de Fogaça como alvazil, ouvidor e chanceler, vide biografia 33.

³⁵⁶ Trata-se de Álvaro Gonçalves de Abreu, membro do Conselho Régio de D. Duarte e D. Afonso V; Álvaro Gonçalves de Ataíde, mordomo-mor de D. Afonso V; Luís Gonçalves Malafaia, membro do conselho de D. Afonso V; Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade de D. Duarte e D. Afonso V; Rui Fernandes, do conselho de D. Duarte e D. Afonso V; Rui Galvão, secretário e membro do Conselho Régio de D. Afonso V, vide biografias 5, 6, 35, 40, 47 e 48, respetivamente.

autonomização da área da defesa explica-se pela intrínseca ligação entre a guerra e a diplomacia³⁵⁷.

Quadro n.º 1

Vínculos dos emissários às instâncias superiores do poder régio

REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS	DESEMBARGO	CONSELHO	CORTE	DEFESA
1. Afonso Furtado				X
2. Álvaro Afonso Nogueira				
3. Álvaro Gonçalves Camelo		X		X
4. Álvaro Gonçalves da Maia	X			
5. Álvaro Gonçalves de Abreu	X	X		
6. Álvaro Gonçalves de Ataíde		X	X	
7. Álvaro Peres	X			
8. Dinis de Castro			X	
9. Diogo Martins	X			
10. Fernando Afonso da Silveira	X			
11. Fernando Afonso de Albuquerque		X		
12. Fernando de Castro	X	X	X	X
13. Fernando Gonçalves Beleáguas		X		
14. Fernão Fogaça	X	X		
15. Fernão Gonçalves	X			
16. Gil do Sem	X	X		
17. Gil Martins	X			
18. Gonçalo Eanes de Abreu				
19. Gonçalo Gomes da Silva				X
20. Gonçalo Gonçalves				
21. Gonçalo Vasques de Melo		X		X
22. João Afonso de Azambuja	X	X		
23. João Afonso de Brito				
24. João Anes		X		
25. João das Regras	X	X		
25b. João Escudeiro				
26. João Gomes da Silva		X	X	X
27. João Rodrigues de Sá			X	X

³⁵⁷ Cf. Armando Luís Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I, *op. cit.*, p. 20.

28. João Vasques de Almada		X		X
29. João Viegas				
30. João Xira		X	X	
31. Lançarote Esteves	X		X	
32. Lourenço Afonso				
33. Lourenço Anes Fogaça	X			X
34. Luís Fernandes				
35. Luís Gonçalves Malafaia	X	x	X	
36. Martim Afonso de Melo		X		X
37. Martim Afonso Dinis				
38. Martim do Sem	X	X	X	
39. Nuno Álvares Pereira		X		X
40. Nuno Martins da Silveira	X	X	X	
41. Pedro de Noronha		X	X	
42. Pedro Eanes Lobato	X	X		
43. Pedro Gonçalves Malafaia	X	X		
44. Pedro João			X	
45. Pedro Lopes do Quintal	X			
46. Rui Cravo				
47. Rui Fernandes	X	X		
48. Rui Galvão	X	X	X	
49. Rui Lourenço	X	X		
50. Sebastião de Meneses				
51. Vasco Martins de Melo		X		X
52. Vasco Peres	X			

Tendo em conta este panorama geral, procurámos avaliar o tempo médio de duração das carreiras deste grupo de indivíduos. Para esta contabilização, utiliza-se a primeira e a última referência cronológica em que cada um deles aparece em qualquer uma das esferas de atuação referidas. Trata-se de uma análise pouco sólida, uma vez que os testemunhos sobre cada um destes homens nem sempre permitem um acompanhamento da sua vida pública.

Quadro n.º 2

Duração da vida pública dos emissários

Duração das carreiras ³⁵⁸	N.º de emissários
Superior a 30 anos	10
Entre 20 a 30 anos	10
Entre 10 a 20 anos	7
Até 10 anos	18
Apenas a duração da missão diplomática	8
	Total: 53

Da análise do quadro n.º 2 concluímos que 57% dos emissários externos de D. João I têm uma carreira pública desenvolvida nas instâncias superiores do poder ao longo de mais de 10 anos³⁵⁹. Quanto aos oito indivíduos restantes, é possível matizar este número atendendo às vicissitudes da sua vida e à qualidade da sua pessoa³⁶⁰, ao facto de poderem ser simples mensageiros³⁶¹ e de terem desempenhado funções no âmbito do oficialato de Lisboa³⁶², por exemplo.

³⁵⁸ Para o estabelecimento dos períodos de 10 anos, seguimos o que afirma Armando Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 187-189.

³⁵⁹ Para além desta esfera, incluímos os membros altos dignitários do clero que não desenvolvem a sua carreira no âmbito da Corte.

³⁶⁰ Caso de Dinis de Castro (biografia 8).

³⁶¹ Casos de João Escudeiro (biografia 25b), João Viegas (biografia 30), e Luís Fernandes (biografia 34).

³⁶² Casos de João Afonso de Brito (biografia 23), e Rui Cravo (biografia 46).

Trata-se, assim, de um leque de personalidades solidamente inseridas no aparelho político-administrativo e conhecedoras dos meandros das linhas de ação do monarca.

Podemos ainda contabilizar a duração das carreiras dos membros do Desembargo régio que foram embaixadores. Os testemunhos que permitem a fixação das carreiras dos elementos desta vertente burocrática do poder régio são mais sólidos, de acordo com o tipo de função que desempenham, ou seja, o facto de serem redatores de cartas.

A análise refere-se apenas ao reinado de D. João I.

Quadro n.º 3

Duração da carreira no Desembargo dos emissários

Duração das carreiras ³⁶³	N.º de emissários
Superior a 30 anos	1
Entre 20 a 30 anos	4
Entre 10 a 20 anos	9
Até 10 anos	7
	Total: 21

Pela análise do quadro 3 constatamos que a maioria dos emissários que foram membros do Desembargo Régio no reinado de D. João I teve uma carreira longa. Mais uma vez se conclui que a função diplomática é atribuída preferencialmente a indivíduos bem integrados na esfera do poder régio.

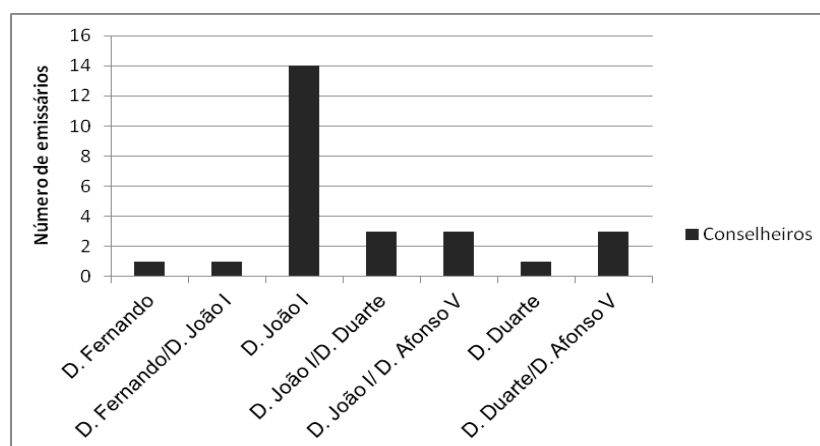
³⁶³ Para o estabelecimento dos períodos de 10 anos, seguimos o que afirma Armando Carvalho Homem, cf. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., pp. 187-189.

Ainda relativamente ao embaixadores que pertenceram ao Desembargo pensamos que se desenha um peso considerável na função de representação externa de chanceleres³⁶⁴ e de escrivães da câmara do rei³⁶⁵.

Os indivíduos enviados em delegações externas por D. João I encontram-se também vinculados ao Conselho Régio, como se pode constatar na tabela seguinte.

Tabela 2

Embaixadores de D. João I que foram membros do Conselho Régio



³⁶⁴ João das Regras (biografia 25) e Lourenço Anes Fogaça (biografia); Diogo Martins (biografia 9); Fernando Afonso da Silveira (biografia 10), Fernão Fogaça (biografia 14); Fernão Gonçalves (biografia 15), Gil Martins (biografia 17), Martim do Sem (biografia 38), Rui Fernandes (biografia 47), Vasco Peres é identificado com “Logoteente” de chanceler-mor (biografia 52)

³⁶⁵ Álvaro Gonçalves da Maia (biografia 4). Lançarote Esteves (biografia 31), Rui Galvão (biografia 48).

Esta tabela representa um universo de vinte e seis indivíduos, no âmbito do qual, um grupo de vinte pertence ao Conselho Régio de D. João I³⁶⁶. Mais especificamente, distribuem-se da seguinte forma pelos reinados: um é membro do conselho de D. Fernando³⁶⁷, e outro integra o deste rei e o de D. João I³⁶⁸; catorze fazem apenas parte do Conselho do reinado de D. João I³⁶⁹, três integram o deste rei e o de D. Duarte³⁷⁰, três desempenham esta função no reinado de D. João I e D. Afonso V³⁷¹; um integra o conselho de D. Duarte³⁷² e três estão no conselho de D. Duarte e D. Afonso V³⁷³.

³⁶⁶ Sobre o Conselho de D. Fernando e a sua ligação à Diplomacia cf. ³⁶⁶ Cf. Judite A. Gonçalves de Freitas e Maria Cristina Almeida e Cunha, “Homens de Estado, crises políticas e guerra: Portugal, século XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, op. cit., pp. 121- 139.

³⁶⁷ Fernando Afonso de Albuquerque (biografia 11).

³⁶⁸ Gil do Sem (biografia 16). Para Carvalho Homem este Doutor não integra propriamente o conselho de D. Fernando, mas é ouvido por ele, e afirma que nenhum membro do conselho de D. Fernando passa para o conselho de D. João I; cf. Armando Luís Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I, op. cit., p.52; posição diferente tem Mário Farelo que o considera membro do Conselho Régio de D. João I, cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 686.

³⁶⁹ Consideramos o conjunto Mestre de Avis e D. João I; referimo-nos a Álvaro Gonçalves Camelo (biografia 3), Fernando Gonçalves Beleágua (biografia 13), Gonçalo Vasques de Melo (biografia 21), João Afonso de Azambuja (biografia 22), João Anes (biografia 23), João das Regras (biografia 25), João Vasques de Almada (biografia 28), João Xira (biografia 30), Martim Afonso de Melo (biografia 36), Martim do Sem (biografia 38), Nuno Álvares Pereira (biografia 39), Pedro de Noronha (biografia 41), Rui Lourenço (biografia 49) e Vasco Martins de Melo (biografia 51).

³⁷⁰ Fernando de Castro (biografia 12), João Gomes da Silva (biografia 26) e Pedro Gonçalves Malafaia (biografia 43).

³⁷¹ Álvaro Gonçalves de Ataíde (biografia 6), Luís Gonçalves Malafaia (biografia 35) e Rui Galvão (biografia 48).

³⁷² Fernão Fogaça (biografia 14).

Tentámos analisar o momento em que estes indivíduos são embaixadores face às datas limite do seu *cursus honorum*. De qualquer modo, esta análise não transmitiu dados dignos de registo.

Relativamente a indivíduos que ocupam cargos na Corte régia, no âmbito do que Carvalho Homem designou como a vertente doméstica, os efetivos são menores: trata-se de um confessor³⁷⁴, dois mordomo-mor³⁷⁵, dois camareiros-mor³⁷⁶ e um copeiro-mor³⁷⁷.

Vejamos, por fim, os ofícios que se integram na “matriz guerreira” da Corte representados na tabela 5. Estes indivíduos foram titulares de cargos como os de alcaide³⁷⁸, alcaide-mor³⁷⁹, alcaide-mor e alferes-mor³⁸⁰, alcaide-mor e guarda-mor³⁸¹ anadel-mor e capitão do mar³⁸², capitão-mor³⁸³, coudel-mor,³⁸⁴ condestável³⁸⁵, guarda-mor³⁸⁶ marechal da hoste e alcaide-mor³⁸⁷.

³⁷³ Álvaro Gonçalves de Abreu (biografia 5), Nuno Martins da Silveira (biografia 40) e Rui Fernandes (biografia 47).

³⁷⁴ João Xira é confessor de D. João I (biografia 30).

³⁷⁵ Álvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Álvares Pereira (biografia 6 e 39).

³⁷⁶ João Rodrigues de Sá e Pedro de Noronha (biografias 27 e 41).

³⁷⁷ João Gomes da Silva (biografia 26).

³⁷⁸ Álvaro Gonçalves de Ataíde foi nomeado em 1415 alcaide de Monforte de Rio Livre, de Coimbra, de Vinhais e de Atouguia (biografia 6).

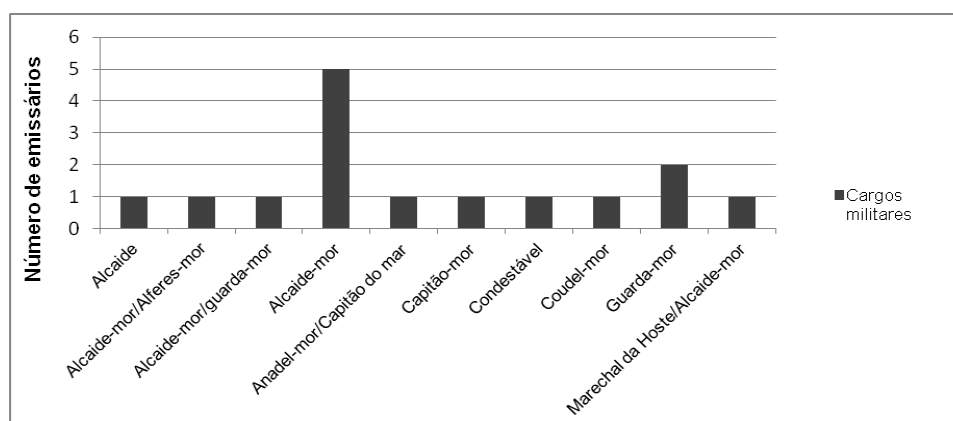
³⁷⁹ Temos como alcaides-mor Fernando de Castro na Covilhã (biografia 12), Gonçalo Gomes da Silva em Montemor-o-Velho e Sabugal (biografia 19), Gonçalo Vasques de Melo em Beja (biografia 21), João Rodrigues de Sá no Porto e Melgaço (biografia 27) e Lourenço Anes Fogaça em Lisboa (biografia 33).

³⁸⁰ João Gomes da Silva (biografia 26).

³⁸¹ Martim Afonso de Melo (biografia 36).

Tabela 3

Embaixadores de D. João I que foram titulares de cargos militares



Os emissários externos de D. João I também participaram em acções desenvolvidas no contexto político-militar emergente da crise de 1383-1385, que se traduziu por uma intensa movimentação militar, na tomada de lugares e nas lutas contra Castela. Por outro lado, alguns destes homens integraram a armada da empresa de Ceuta, em 1415 e a expedição a Tânger, em 1437. Além disso, na luta política entre D. Afonso V e o infante D. Pedro também se

³⁸² Afonso Furtado (biografia 1).

³⁸³ João Vasques de Almada (biografia 28).

³⁸⁴ Nuno Martins da Silveira é nomeado, em 1448) coudel-mor por D. Afonso V (biografia 40).

³⁸⁵ Nuno Álvares Pereira (biografia 39).

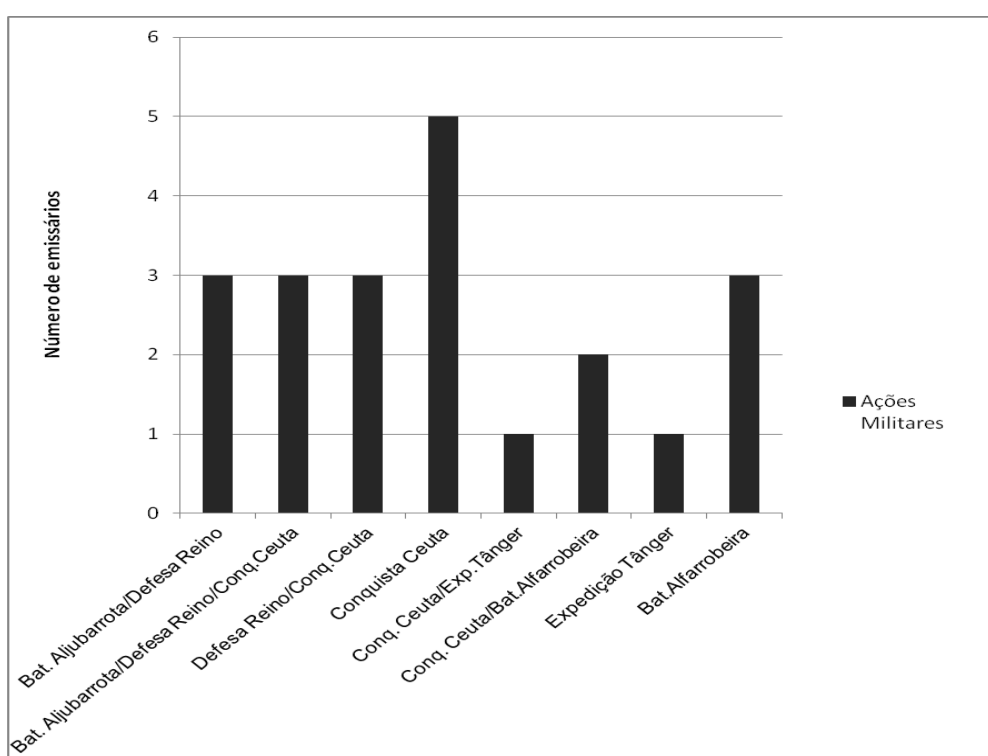
³⁸⁶ Vasco Martins de Melo (biografia 51).

³⁸⁷ Álvaro Gonçalves Camelo (biografia 3).

regista a intervenção de alguns destes representantes na batalha de Alfarrobeira³⁸⁸ inseridos nas hostes reais.

Tabela 4

Emissários régios que participaram em acções militares



³⁸⁸ Referimo-nos a Rui Fernandes e Rui Galvão (biografias 47 e 48).

2.2. Formação e condição sócio-económica

No que diz respeito à carreira académica dos embaixadores de D. João I, registamos a formação nas áreas do Direito Civil e Direito Canónico para dezasseis emissários.

Com estudos no reino, surge um bacharel em Teologia e Mestre nas Escolas Gerais³⁸⁹, e um escolar em Direito Canónico³⁹⁰ no Estudo Geral em Coimbra. Tendo passado pela Universidade de Bolonha, nomeiam-se: três Doutores em Leis³⁹¹, um bacharel³⁹², um licenciado³⁹³, um Doutor em Direito Canónico³⁹⁴ e três Doutores em Direito Civil³⁹⁵.

Para cinco deste indivíduos não conseguimos identificar o local da sua formação académica, sendo um licenciado em Direito Civil³⁹⁶, um bacharel em

³⁸⁹ João Xira (biografia 30).

³⁹⁰ Lourenço Anes Fogaça (biografia 33).

³⁹¹ Diogo Martins, Fernando Afonso da Silveira e Gil do Sem (biografias 9, 10 e 16, respetivamente).

³⁹² João Afonso de Azambuja (biografia 22).

³⁹³ Rui Lourenço (biografia 49).

³⁹⁴ Fernando Gonçalves Beleágua (biografia 13).

³⁹⁵ Gil Martins, João das Regras e Lançarote Esteves (biografias 17, 25 e 31, respetivamente).

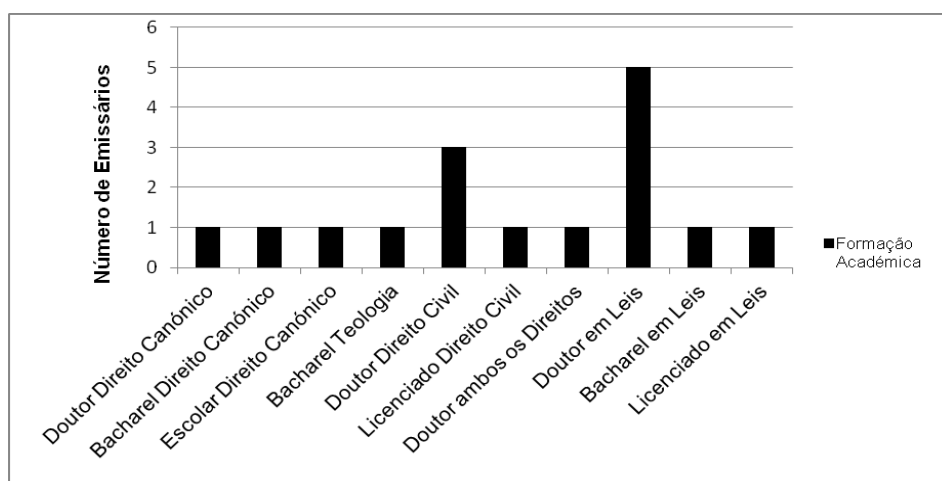
³⁹⁶ Fernão Gonçalves (biografia 15).

Direito Canónico³⁹⁷, dois Doutores em Leis³⁹⁸ e um Doutor em ambos os Direitos³⁹⁹.

No cômputo geral podemos agrupar a carreira universitária na tabela 5. Verifica-se a predominância de Doutores em Leis. Além do exercício de cargos e funções na área política, alguns destes indivíduos desenvolvem ainda atividade docente tanto no reino⁴⁰⁰, como fora dele⁴⁰¹.

Tabela 5

Formação académica dos embaixadores de D. João I



³⁹⁷ Gonçalo Gonçalves (biografia 20).

³⁹⁸ Martim do Sem e Rui Fernandes (biografias 38 e 47).

³⁹⁹ Vasco Peres (biografia 52).

⁴⁰⁰ Gil do Sem surge como professor de Leis no Estudo Português (biografia 16) e Rui Fernandes como professor de Direito (biografia 47).

⁴⁰¹ Fernando Gonçalves Beleágua ocupa o cargo de Reitor do S. Clemente em Bolonha (biografia 13); Fernão Gonçalves exerce atividade como professor na Universidade de Orleães (biografia 15).

Verificamos que estes emissários desempenham funções que aliam a particularidade da sua qualificação académica à especificidade do assunto da missão para que foram nomeados.

Deste modo, podemos dizer que as funções de carácter protocolar e público se revelam na representação diplomática conciliar em Pisa (140-1410), onde temos a presença de cinco Doutores⁴⁰², e em Constança (1414 e 1416) com a participação de três⁴⁰³. É também um destes emissários que procura obter junto do papa a dispensa de votos para o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, em 1388 e 1390⁴⁰⁴

As alianças matrimoniais expressam-se nas negociações dos contratos de casamento com os filhos de D. João I. Assim, há a representação por procuração para a concretização dos casamentos de D. Beatriz com o conde de Arundel⁴⁰⁵, do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão⁴⁰⁶, e da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁴⁰⁷. Saliente-se a particularidade da deslocação de Martim do Sem a Inglaterra, em 1405: além do objetivo da negociação matrimonial procura ainda junto de Henrique IV garantir a inclusão da Inglaterra nas tréguas com Castela.

As funções de arbitragem revelam-se na importância conferida a estes emissários na forma como estabelecem as condições de suspensão das hostilidade entre Portugal e Castela nas sucessivas tréguas assinadas entre

⁴⁰² Diogo Martins, Gonçalo Gonçalves, João Afonso de Azambuja, João Xira e Lançarote Esteves (biografias 9, 20, 22, 30 e 31 respetivamente).

⁴⁰³ Gil Martins, João Afonso de Azambuja e Vasco Peres (biografias 17, 22 e 52 respetivamente).

⁴⁰⁴ João Afonso de Azambuja (biografia 22).

⁴⁰⁵ Martim do Sem (biografia 38)

⁴⁰⁶ Rui Fernandes (biografia 47)

⁴⁰⁷ Fernando Afonso da Silveira (biografia 10)

1389 e 1402⁴⁰⁸. Decorrente deste contexto surgem os mandatários que acabam por estabelecer as cláusulas nos Tratados de paz em 1411⁴⁰⁹, com a sua ratificação em 1423⁴¹⁰, e em 1431⁴¹¹ com a assinatura da paz perpétua entre os dois reinos.

Registamos ainda a função de mediador de Rui Fernandes, procurador plenipotenciário de D. João I e dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, na intervenção em 1432 junto do rei de Castela no contexto da contenda deste monarca com os infantes de Aragão D. Henrique e D. Pedro⁴¹².

Em síntese, os embaixadores detentores de uma formação académica superior ocupam na política externa um lugar de charneira, pois estão transversalmente presentes na discussão dos interesses mais prementes da governação joanina.

Procurámos igualmente reunir algumas informações a respeito do estatuto social⁴¹³ deste “corpo diplomático”.

⁴⁰⁸ Destacamos neste processo João Afonso de Azambuja (biografia 22) e Martim do Sem (biografia 38); participaram também Fernando Afonso da Silveira, João das Regras e Lourenço Anes Fogaça (biografias 10, 25 e 33 respetivamente).

⁴⁰⁹ Fernando Gonçalves Beleágua, Gil Martins e Martim do Sem (biografias 13, 17 e 38 respetivamente)

⁴¹⁰ Fernando Afonso da Silveira e Martim do Sem (biografias 10 e 38)

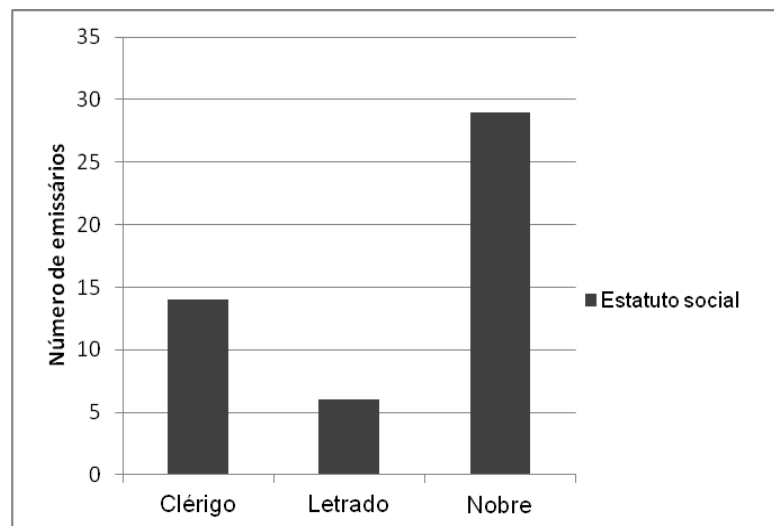
⁴¹¹ Gil Martins e Rui Fernandes (biografias 17 e 47)

⁴¹² Vide biografia 47.

⁴¹³ Seguimos a análise apresentada por Carvalho HOMEM relativamente às origens sociais do oficialato régio. Assim os clérigos “que encontramos na Corte de D. João I nos anos 80 e 90 apresentam carreiras minimamente duradouras”; os letrados são aqueles que detêm “uma habilitação mínima, uma familiaridade com assuntos jurídicos susceptíveis de público reconhecimento, como seja o facto de aparecer na documentação que tais oficiais apresenta como redatores; os nobres são sobretudo os de linhagem recente, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 178, 181 e 185.

Tabela 6

Estatuto dos embaixadores de D. João I



Assim, de acordo com os dados da tabela 5, registam-se treze clérigos maioritariamente pertencentes ao clero secular, dois elementos das Ordens Militares⁴¹⁴, e do secular e regular⁴¹⁵; seis letrados⁴¹⁶, que exercem funções burocráticas relacionadas com a sua formação académica; vinte e nove representantes da nobreza.

⁴¹⁴ Álvaro Gonçalves Camelo prior da Ordem do Hospital (biografia 3) e Fernando Afonso de Albuquerque Mestre da Ordem de Santiago (biografia 11).

⁴¹⁵ João Xira, franciscano (biografia 30), e Sebastião Meneses, trinitário, (biografia 50).

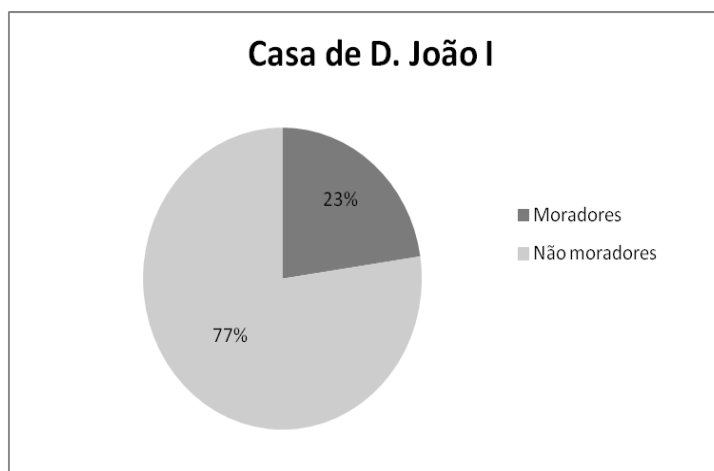
⁴¹⁶ Referimo-nos a Fernando Gonçalves Beleágua, Fernão Gonçalves, Gil Martins, João das Regras, Martim do Sem e Rui Fernandes (biografias 13, 15, 17, 25, 38 e 47, respetivamente).

Analisemos, de seguida, os dados que foi possível recolher sobre a condição sócio-económica dos diplomatas que actuaram no reinado de D. João I.

Verifica-se, antes de mais, que 15 dos embaixadores são moradores da casa de D. João I, o que corresponde a 29% da população estudada. Neste universo de indivíduos verificamos a existência de elementos das suas famílias como moradores da Casa de D. João I⁴¹⁷ e da Casa de D. Filipa de Lencastre⁴¹⁸.

Gráfico 1

Emissários que foram *Moradores da Casa D. João I*



⁴¹⁷ Referimo-nos a João de Castro, irmão de Fernando de Castro (biografia 12); a Vasco de Ataíde, irmão de Álvaro Gonçalves de Ataíde (biografia 6); a João Fogaça, filho de Lourenço Anes Fogaça, (biografia 33); a Gonçalo Vasques de Melo, irmão, e Estêvão Vasques, primo de Martim Afonso de Melo (biografia 36).

⁴¹⁸ Registamos D. Catarina de Ataíde e D. Filipa de Ataíde, irmãs de Álvaro Gonçalves de Ataíde, (biografia 6); Leonor Pereira mulher de Gil Martins (biografia 17); D. Joana de Albuquerque, filha de Fernando Afonso de Albuquerque (biografia 11).

Os demais elementos relativos aos emissários diplomáticos mostram-nos uma diversidade de situações quanto aos seus rendimentos, incluindo os que resultaram de mercês e privilégios régios.

Em primeiro lugar, num total de 53 representantes, regista-se a existência de quatro detentores de morgadios. Esta forma de vínculo linhagístico e fundiário remonta, para um deles, aos ascendentes paternos⁴¹⁹ e os restantes são autorizados por cartas outorgadas pelo rei D. João I e D. Duarte⁴²⁰.

Por outro lado, numa prática de concessão de mercês quando ocorrem conflitos internos ou externos, os reis D. Fernando, D. João I e D. Afonso V, procedem ao confisco de bens dos seus opositores e à posterior doação dos mesmos a quem lhes prestou serviços. Nestas circunstâncias, onze dos representantes diplomáticos são agraciados com bens provenientes desta prática e que identificados no quadro 4. Além disso, D. João I também doou bens e direitos a treze embaixadores como forma de recompensa por serviços prestados.

⁴¹⁹ João Afonso de Brito é o 5.º senhor do morgadio de Santo Estevão de Beja (biografia 23).

⁴²⁰ Falamos de João Esteves de Azambuja e de Martim do Sem (biografias 22 e 38); Fernando de Castro vê instituído o morgadio de Boquilobo por carta do rei D. Duarte (biografia 12).

Quadro nº 4

Doações régias aos emissários

Representantes diplomáticos	Doação bens confiscados	Doação de bens e direitos
1. Afonso Furtado	X	X
3. Álvaro Gonçalves Camelo		X
6. Álvaro Gonçalves de Ataíde	X	X
11. Fernando Afonso de Albuquerque	X	X
14. Fernão Fogaça		X
16. Gil do Sem	X	X
19. Gonçalo Gomes da Silva	X	X
26. João Gomes da Silva	X	X
27. João Rodrigues de Sá	X ⁴²¹	X
33. Lourenço Anes Fogaça		X
39. Nuno Álvares Pereira	X	X
40. Nuno Martins da Silveira	X	X
48. Rui Galvão	X	
51. Vasco Martins de Melo ⁴²²	X	X

Os reis D. João I, D. Duarte e D. Afonso V concederam outros benefícios a estes indivíduos, sobretudo rendas, como a as das judiarias de Castelo Branco, Atouguia, Castelo de Coimbra, Campo da Valada e julgado de Penelas a **Álvaro Gonçalves de Ataíde**⁴²³; da barca do porto de Muge a **Gil do Sem**⁴²⁴; dos varejos de Lisboa e a concessão da encomenda dos mouros de Évora a **Nuno Martins da Silveira**⁴²⁵; a dízima da correição de Vagos e os

⁴²¹ Mais do que uma doação.

⁴²² IDEM.

⁴²³ Vide biografia 6.

⁴²⁴ Vide biografia 16.

⁴²⁵ Vide biografia 45.

direitos que entram pela foz de Buarcos a **João Gomes da Silva**⁴²⁶; as rendas das judiarias do reino, as rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa e a doação das rendas dos tabeliados de Lisboa a **Lourenço Anes Fogaça**⁴²⁷; a renda anual dos judeus de Beja e das rendas de pão e vinho, com relego, relativas às terras reguengueiras a **Vasco Martins de Melo**⁴²⁸.

Verifica-se ainda a autorização régia para a compra de terras a **Álvaro Gonçalves da Maia**, e a **João Afonso de Azambuja**⁴²⁹, este último com o objectivo de construir uma capela. Além disso, situação inversa também ocorre quando o rei D. Duarte compra a **Martim do Sem**⁴³⁰ os bens que este doutor possui em Montemor-o-Novo, no Azinhal e em seus termos.

Consideramos igualmente importante a situação de fomento das atividades económicas do sector primário e terciário, através de autorização régia. Assim, **Álvaro Gonçalves Camelo** obtém permissão para a criação de cavalos na ilha da Testada em Aveiro⁴³¹; a **Álvaro Gonçalves da Maia**⁴³² é concedida a extração de sal em Caminha, a pesca numa ilha do Douro e a construção de moinhos de maré em Aldeia Galega; **João Gomes da Silva**⁴³³ recebe uma carta de feira franca para o lugar de Unhão; **Pedro de Noronha**⁴³⁴ possui uma nau para o comércio de cereais na Sicília.

⁴²⁶ Vide biografia 26.

⁴²⁷ Vide biografia 33.

⁴²⁸ Vide biografia 51.

⁴²⁹ Vide as biografias 4 e 22, respetivamente.

⁴³⁰ Vide biografia 38.

⁴³¹ Vide biografia 3.

⁴³² Vide biografia 4.

⁴³³ Vide biografia 26.

⁴³⁴ Vide biografia 41.

No contexto socioeconómico observamos a concessão de privilégios reais para o povoamento de lugares pertencentes a quatro embaixadores. Deste modo, **Álvaro Gonçalves de Ataíde**, como alcaide de Monforte de Rio Livre, tem autorização de D. João I para ali receber cinquenta homiziados; **João Gomes da Silva** obtém duas cartas de privilégio, uma para trinta lavradores da quinta de S. Silvestre e outra para quinze na quinta de Lanhelas; **Martim Afonso de Melo** recebe uma carta de mercê para vinte povoadores na quinta de Água de Peixes; uma carta de protecção para os caseiros e lavradores na herdade do termo de Alenquer e uma carta de couto do rei D. Duarte para uma azenha no termo de Évora são concedidas a **Nuno Martins da Silveira**⁴³⁵.

Outra forma de obter riqueza regista-se pela prática do corso, como o apresamento de uma carraca efectuado por **Luís Gonçalves Malafaia**⁴³⁶.

Por outro lado, também verificamos que **Lourenço Anes Fogaça** surge na condição de proprietário de várias casas em Lisboa e **Fernando de Castro** deixa transparecer uma saudável riqueza financeira pelo empréstimo monetário ao abade de Alcobaça e pela sua condição de fiador a um escudeiro da casa do infante D. Henrique⁴³⁷.

Quanto aos privilégios no âmbito jurisdicional, é concedida a correição e jurisdição cível e crime das terras da Ordem de Santiago a **Fernando Afonso de Albuquerque**, da vila de Odemira a **Lourenço Anes Fogaça** e depois a **Fernão Fogaça**, e da vila e termo de Aldeia Galega a **Vasco Martins de Melo**. **Nuno Álvares Pereira**⁴³⁸ também usufrui deste privilégio para Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo, Almada, Vila nova de Anços, Paiva, Tendões e Lousada. Quanto à jurisdição cível

⁴³⁵ Vide biografias 26 e 40.

⁴³⁶ Vide biografia 35.

⁴³⁷ Vide 33 e 12.

⁴³⁸ Vide biografia 39.

Álvaro Gonçalves de Ataíde exerce-a na vila de Cernache; **João Gomes da Silva** em Cantanhede; **João Afonso de Azambuja** na vila de Aveiras; **João Gomes da Silva** na terra de Meinedo; **Nuno Álvares Pereira** no castelo de Montalegre, na vila de Chaves, em Alter do Chão, Vila Formosa, Chancelaria, Assumar; **Nuno Martins da Silveira**⁴³⁹ na vila de Terena.

Ainda no foro jurídico, enquanto privilégios, destacamos a carta de D. Duarte para **Nuno Martins da Silveira** de autorização de porte de armas aos moradores estrangeiros da vila de Lavar, e a isenção de aposentadoria para **João Gomes da Silva** nas terras de Tentúgal.

Revela-se igualmente importante o registo para a construção de locais de culto ou associados a ordens religiosas. Neste sentido, **João Afonso de Azambuja**⁴⁴⁰ funda o mosteiro S. Salvador de freiras dominicanas, em Lisboa. Além disso, em Roma, providencia a fundação de um mosteiro da ordem de S. Jerónimo. **João Gomes da Silva**⁴⁴¹ institui uma capela na quinta de S. Silvestre e funda o convento de S. Marcos na vila de Tentúgal. Por seu lado, **João Rodrigues de Sá**⁴⁴² obtém do papa autorização para a fundação de uma capela numa igreja dos franciscanos ou dominicanos.

Ainda que não seja viável quantificar estes dados, os elementos apresentados testemunham a elevada condição social destes indivíduos e o favor régio de que beneficiavam.

⁴³⁹ Vide respetivamente as biografias 6, 22, 26,39 e 40, respetivamente.

⁴⁴⁰ Vide biografia 22.

⁴⁴¹ Vide biografia 26.

⁴⁴² Vide biografia 27.

2.3. As famílias

A análise das ligações familiares permite-nos perceber o vínculo transversal que este grupo de representantes estabelece entre si. A vivência cortesã, a proximidade resultante do exercício da atividade política e dos interesses de união entre famílias conduz a uma teia social entrelaçada.

Além disso, a consolidação destes laços, projecta-se numa elite que irá ocupar lugares privilegiados na esfera do poder no reinado de D. Afonso V.

Procuramos aprofundar as ligações que se estabelecem com as famílias de alguns destes representantes diplomáticos, pois nem sempre se verifica a informação documental para todos. Através das uniões matrimoniais e dos cargos políticos exercidos, tentamos perceber de que forma se estende a influência destes homens no domínio do político e do social, durante o século XV⁴⁴³.

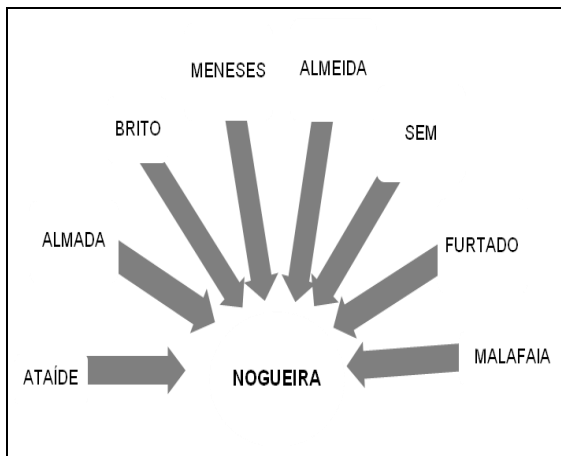
Começemos por analisar a família **FURTADO**.

Verifica-se uma ligação à família dos Nogueira através do casamento de Afonso Furtado filho.



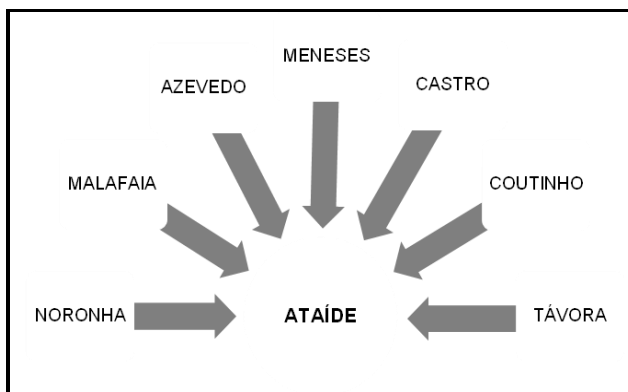
Os seus descendentes, por linha masculina, ocupam cargos nas cortes de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II; por linha feminina, Violante Nogueira é donzela da infanta Catarina, irmã de D. Afonso V.

⁴⁴³ Nas biografias encontram-se as referências documentais que sustentam estas ligações.



Os **NOGUEIRA** estendem as suas ligações familiares por via colateral de Álvaro Afonso Nogueira. Em primeiro lugar o seu casamento liga-o à família dos MALAFAIA, que assume um papel de relevo na condução da política externa de D. João I, a partir de 1420.

Por outro lado, os numerosos irmãos que tem fazem estender a teia social a outras famílias, como os MENESES, por casamento de Rui Nogueira com uma filha natural de D. Pedro de Meneses; os BRITO, pelo matrimónio de Violante Nogueira com João Afonso de Brito, senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja; os ALMEIDA, por casamento de D. Teresa Nogueira com Diogo Fernandes de Almeida, membro do Desembargo Régio e do Conselho dos reis D. Duarte e D. Afonso V.

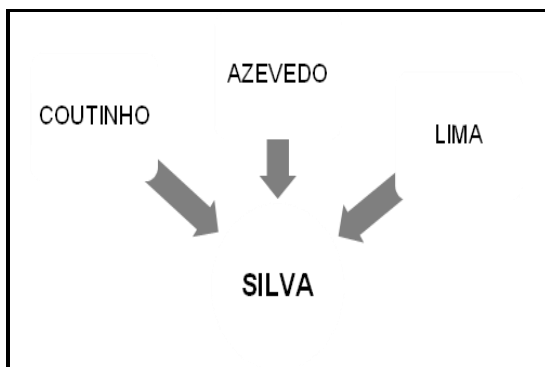


Álvaro Gonçalves de ATAÍDE liga-se por casamento à família CASTRO. D. Guiomar de Castro, irmã de D. Fernando de Castro, tem um papel importante na educação de D. Leonor, irmã de D. Afonso V.

Além disso, faz igualmente parte do séquito que acompanha D. Joana a Castela aquando do seu casamento com o rei Henrique IV de Castela.

Dos seus irmãos, D. Isabel de Ataíde reforça a ligação aos CASTRO ao casar com D. Fernando de Castro; D. Filipa e D. Catarina de Ataíde são donzelas da casa da rainha D. Filipa de Lencastre.

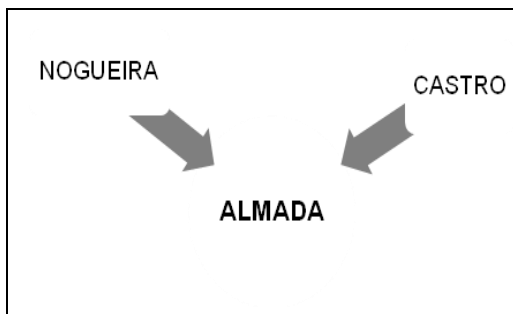
Sobre os seus descendentes, o primogénito, além de herdar o título de conde de Atouguia, liga-se aos CASTRO, pelo primeiro matrimónio, com D. Catarina de Castro, viúva de D. Álvaro Vaz de Almada, e, pelo segundo, aos MALAFAIA pela união com D. Filipa de Azevedo. Outro dos seus filhos, D. Álvaro de Ataíde liga-se à família NORONHA pelo primeiro casamento com D. Leonor, e à dos Távora, pelo segundo matrimónio; D. Joana de Castro une-se aos Coutinho, uma das principais famílias da nobreza portuguesa, ao casar com D. Fernando Coutinho, marechal do reino; D. Filipa reforça a ligação aos **NORONHA** pela sua união com D. João, filho do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha.



Gonçalo Gomes da SILVA, pelo seu casamento com Leonor Gonçalves Coutinho, liga-se à família Coutinho

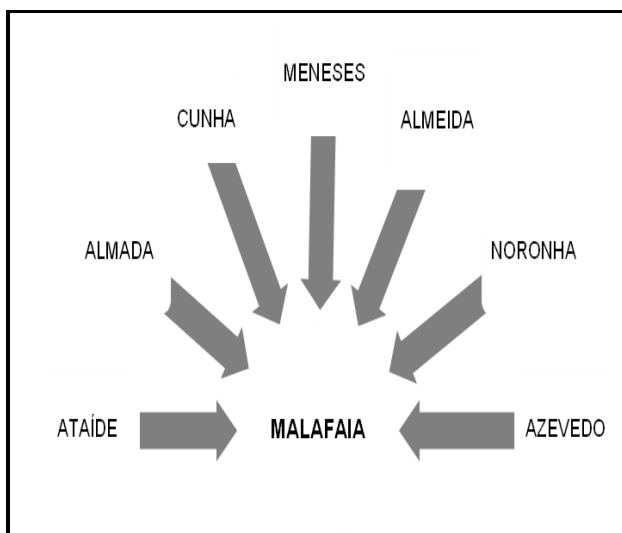
Seu filho, **João Gomes da SILVA** através da descendência directa, por linha feminina, a ligação aos Lima.

Referimo-nos a D. Teresa da Silva e ao seu casamento com Fernão Eanes de Lima, e ao facto de ao seu filho, Leonel de Lima, ser atribuído por D. Afonso V o título de 1.º visconde de Vila Nova da Cerveira.



Uma irmã de João Vasques de **ALMADA** casa com Afonso Anes de Nogueira ou o das “Leis”, o que permite um acesso privilegiado à corte de D. João I.

Os seus filhos exercem uma activa ação militar na praça de Ceuta, e têm uma forte ligação aos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, e, particularmente, João Vaz de Almada surge como membro do Desembargo Régio no reinado de D. Afonso V.

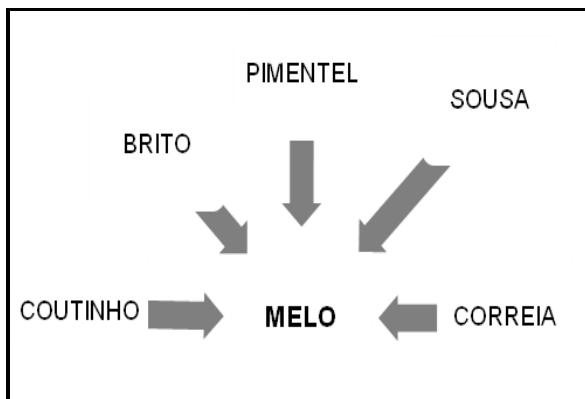


Luís **Gonçalves**

MALAFAIA casa com Filipa de Azevedo, e a filha homónima liga-se aos condes de Atouguia pelo casamento com D. Martinho de Ataíde.

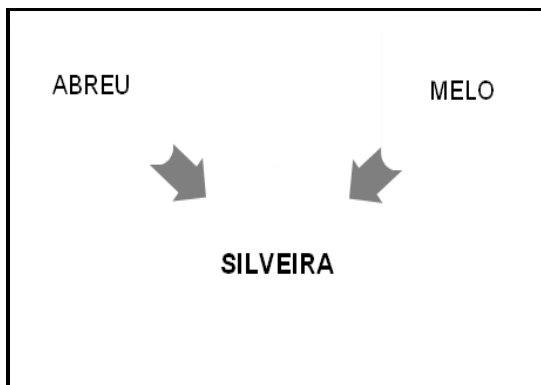
O seu irmão, **Pedro Gonçalves MALAFAIA** casa com D. Isabel Gomes da Silva, filha natural de João Gomes da Silva. Uma das filhas deste matrimónio D. Beatriz,

camareira-mor das rainhas D. Joana e D. Isabel, casa com Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes, e membro do Desembargo Régio de D. Afonso V.

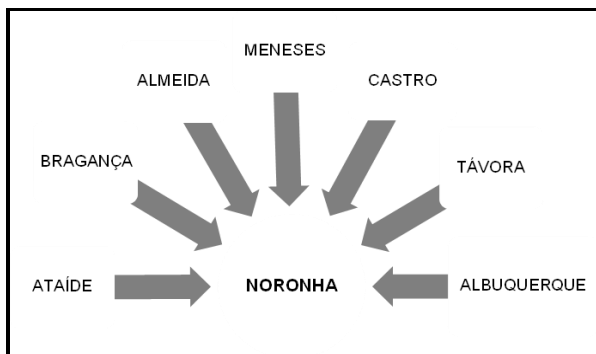


Vasco Martins de MELO, pelo seu segundo casamento, une-se à família BRITO, e uma das suas filhas, Inês Vasques de Melo, casa com Martim Afonso Pimentel. O seu filho, Martim Afonso de MELO, pelo primeiro casamento, reforça a ligação aos Pimentel. Por seu lado,

a sua filha, D. Beatriz de Sousa, torna-se 2.^a condessa de Marialva ao casar-se com Gonçalo Vasques Coutinho. Ainda outro filho de Martim Afonso de Melo faz parte do Conselho Régio de D. Afonso V.



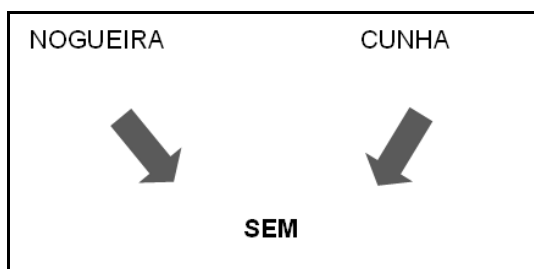
Nuno Martins da SILVEIRA casa com Leonor Gonçalves de Abreu. Um dos filhos desta união, Fernão da Silveira, desempenha funções como membro do conselho, do desembargo e embaixador de D. Afonso V; e outra filha, D. Isabel de Abreu, associa-se à família MELO pelo seu casamento com Vasco Martins de Melo.



D. Pedro de NORONHA tem ligações familiares às casas reais de Portugal e Castela. Quanto aos seus irmãos, D. Fernando de Noronha, exerce atividade militar em Ceuta e casa com D. Isabel de Meneses; D. Sancho é nomeado

1.º conde de Odemira e está muito próximo de D. Afonso V; D. Constança une-se à casa de Bragança pelo seu casamento com D. Afonso conde de Barcelos.

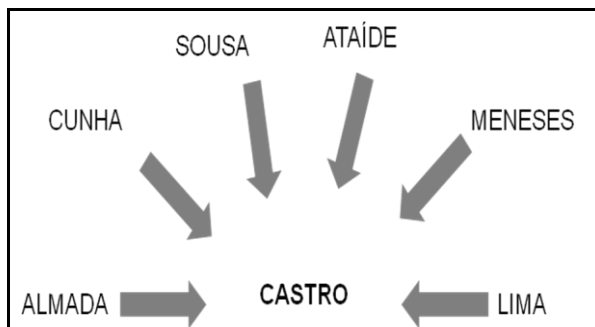
Por outro lado, os filhos do arcebispo de Lisboa estendem a sua influência política na corte de D. Afonso V e D. João II: D. Pedro de Noronha está ao serviço de D. João II e é seu embaixador, e D. Inês de Noronha liga-se aos Almeida pelo casamento com D. João de Almeida 2.º conde de Abrantes.



Gil do SEM casa com Branca Anes de Nogueira, o que lhe possibilita a ligação a uma família muito próxima da corte e da administração.

O seu filho, **Martim do SEM**, casa com D. Maria da Cunha, e sucede-lhe

nas funções políticas. O seu neto, João do Sem, além de herdar o morgadio por ele instituído, ocupa os mesmos cargos no Desembargo Régio, no reinado de D. Afonso V.

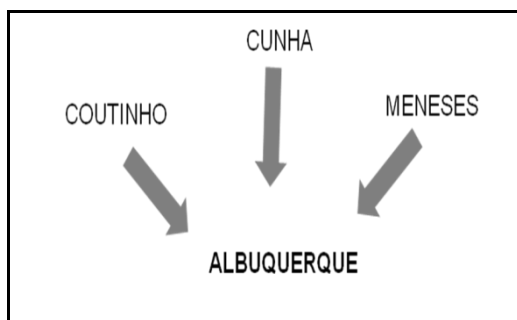


Fernando de **CASTRO**, pelo 1.º casamento liga-se à família Ataíde, e, pelo 2.º à família Sousa.

Dos seus irmãos, João de Castro casa com D. Leonor da Cunha, viúva do Doutor João das Regras;

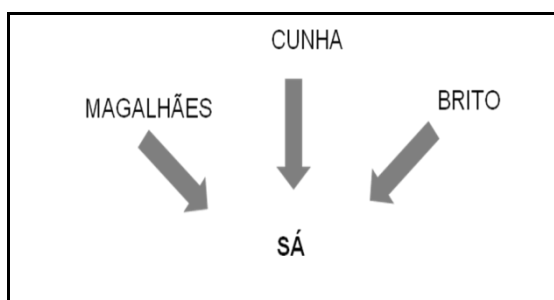
D. Guiomar torna-se 1.ª condessa de Atouguia pelo casamento com **Álvaro Gonçalves de Ataíde**; D. Isabel de Castro liga-se aos Sousa pelo casamento com Diogo Lopes de Sousa.

Da sua numerosa prole, Álvaro de Castro, homem da corte de D. Duarte e D. Afonso V de quem recebe o título de 1.º conde de Monsanto, une-se aos Cunha, pelo casamento com D. Isabel da Cunha; Garcia de Castro liga-se aos Lima pela união com D. Brites da Silva, filha de Leonel Lima; Maria de Castro casa com Álvaro de Sousa, mordomo-mor de D. Duarte; Isabel de Castro liga-se aos Meneeses ao casar com D. Duarte de Meneeses conde de Viana; Catarina de Castro liga-se pelo 1.º matrimónio aos Almada e pelo 2.º aos Ataíde; Margarida de Castro, dama da infanta D. Isabel, acompanha-a a Borgonha aquando do seu casamento com Filipe o Belo.



Por ascendência, Fernando Afonso de **ALBUQUERQUE** tem afinidades familiares com os reis D. Dinis e Sancho IV de Castela. As suas irmãs, Beatriz e Maria Afonso de Albuquerque ligam-se aos Teles de Meneeses, irmãos da rainha D. Leonor Teles.

Joana e Teresa de Albuquerque são filhas naturais de Mestre de Santiago. A primeira liga-se aos Coutinho pelo casamento com o marechal do reino, Gonçalo Vasques Coutinho; a segunda aos Cunha, pelo casamento com Martins Vasco da Cunha, do qual descende Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, homem do desembargo, do conselho e embaixador de D. Afonso V.



Dos descendentes de João Rodrigues de **SÁ** destacamos Fernão de Sá, homem da corte dos reis D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, que casa com D. Filipa Vasques da Cunha;

Gonçalo Gomes de Sá que se une aos Magalhães pelo casamento com Isabel de Magalhães; D. Inês da Cunha que pelo seu casamento com Luís de Brito Nogueira, 9.º senhor dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e S. Lourenço de Lisboa, se une a esta família.

As ligações familiares destes indivíduos permitem constituir uma rede de influências e poder clientelar que perdura ao longo do século XV. Com efeito, assinala-se uma continuidade no exercício de funções no desembargo, na corte e na atividade diplomática entre elementos da mesma família.

2.4. Síntese.

Para além de todos estes dados mais ou menos sistematizáveis existem os homens concretos e as peripécias das suas vidas que, por vezes, as fontes nos permitem conhecer.

Registam-se casos de incompatibilidades. Como aconteceu com **João Vasques de Almada** que, 1401, se ausenta para Inglaterra por desentendimento com Gonçalo Pires Malafaia, que na qualidade de Regedor da Casa da Suplicação, o afronta⁴⁴⁴. A saída do reino de **João Vasques de Almada** e a sua estada em Inglaterra acabam por ser politicamente vantajosas para os interesses de D. João I.

Outros emissários não assumem convenientemente as suas funções. Assim, **Pedro Lopes do Quintal**⁴⁴⁵, em 1422 desloca-se a Roma, na qualidade de procurador, o que lhe confere capacidade de negociar pela especificidade dos poderes atribuídos – *procuratium* –⁴⁴⁶. Contudo, o papa Martinho V endereça uma missiva a D. João I, datada de 26 de setembro de 1423, sobre a conduta pouco adequada⁴⁴⁷ deste representante, caracterizando-o como “homo impatiens animi ac preceps consilii, usus est pluries verbis parum descentibus et que, cum in oratore regio non bene residerent”⁴⁴⁸. Esta observação do papa remete-nos para uma das qualidades essenciais do perfil

⁴⁴⁴ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 347; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁴⁵ Vide biografia 41.

⁴⁴⁶ Cf. Stéphane PEQUIGNOT, *Au Nom du Roi, op. cit.*, p. 174.

⁴⁴⁷ Sobre o perfil dos representantes diplomáticos e a sua forma de conduta, que devem pautar-se pela discrição, contenção de palavras e sobriedade, cf. Abraham van WICQUEFORT, *L'ambassadeur et ses fonctions*, Vol. II, pp. 86-87.

⁴⁴⁸ Cf. *Monumenta Henricina*, Volumes III, *op. cit.* documento 41, p. 74.

de um embaixador, a discrição e moderação de voz e a não assunção de um comportamento de *stomachatus et loquator alta voce*⁴⁴⁹.

Refira-se, também, um exemplo de ineficácia de liderança no cumprimento de uma missão diplomática, na pessoa do arcebispo de Lisboa **Pedro de Noronha**. Em 1428, depois de negociar as cláusulas do casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão, o bispo regressa com o séquito da infanta, passando por Valladolid onde a comitiva é recebida pelo rei de Castela. Segundo a crónica de HUETE⁴⁵⁰ esta comitiva engloba um total de duzentas e noventa pessoas. A entrada no reino de Portugal faz-se da pior forma, pois há uma luta entre os criados do arcebispo de Lisboa e os do arcebispo de Santiago, resultando em mortos e feridos. O infante D. Duarte castiga os infratores e, apesar de **Pedro de Noronha**⁴⁵¹ ter tentado pôr fim a este desentendimento, não se livra de uma chamada de atenção⁴⁵² e, na realidade, não o encontramos em mais nenhuma missão diplomática.

Quanto a outros emissários temos notícia das suas mortes em trânsito diplomático. Caso de **João Afonso de Azambuja**, vindo do Concílio de Constança⁴⁵³, ou de **Fernando de Castro**, alvo de um ataque de corsários

⁴⁴⁹ Cf. Stéphane PEQUIGNOT, *Au Nom du Roi*, *op. cit.*, pp. 109 e 188; expressão utilizada pelo embaixador de Jaime II de Aragão, Miguel de Corral, para caraterizar o discurso do rei francês Filipe o Belo.

⁴⁵⁰ Cf. Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, *op. cit.*, Cap. IX, p. 29.

⁴⁵¹ Vide biografia 33.

⁴⁵² Cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 111, pp. 223-224.

⁴⁵³ No Livro dos Aniversários da Sé de Évora a data da sua morte é a 22 de Janeiro, cf. Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, II, Lisboa, Oficina de António Borges, 1791, & VI, p. 228; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 26.

genoveses a caminho de Ceuta para tentar resolver a situação de cativo do infante D. Fernando⁴⁵⁴.

Em síntese, e de acordo com os estudos já realizados sobre o reinado de D. João I que temos vindo a referir, sabe-se que a estrutura do poder régio demonstra a existência de um oficialato organizado em função dos diversos cargos e ofícios da administração central. O aparelho burocrático do Estado tende a especializar-se, ao mesmo tempo que o rei se rege por princípios de vontades expressas no cumprimento de regras ditadas pelo direito público e privado. Porém, esta sociedade política⁴⁵⁵ não contempla a existência de um grupo de oficiais especificamente direccionados para a diplomacia.

Para se perceber a opção concreta por um emissário num momento dado, é necessário equacionar a sua trajectória, contextualizar a sua vida pública e privada. Ou seja, seria o perfil de cada desembargador, conselheiro, membro da Casa do Rei ou outros, relacionado com a natureza da embaixada e dos seus destinatários que ditava as escolhas dos monarcas, dentro de um leque de indivíduos da sua confiança. Muitas vezes tratava-se de homens que acompanhavam a situação política ou militar, que tinham um conhecimento muito forte de todas as *nuances* do problema e uma especial apetência para lidar com o assunto. Contudo, há indivíduos que parecem ter adquirido, durante alguns anos, um estatuto preferencial de embaixadores, sem se “especializarem” num destino ou numa problemática, sendo pelo contrário incumbidos de várias e distintas missões. Salientem-se os casos de **João Afonso de Azambuja, João Gomes da Silva, João Vasques de Almada, Lourenço Anes Fogaça, Luís Gonçalves Malafaia** ou **Martim do Sem**.

⁴⁵⁴ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 652; Frei João ÁLVARES, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Edição crítica da obra de D. Fr. João Alvarez segundo um códice Ms. do séc. XV por Mendes dos Remédios, Coimbra, F. França Amado – Editor, 1911, Cap. XXV, p. 72; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VII, pp. 33-39; *Monumenta Henricina*, VII, *op. cit.*, documento 77, p. 110, nota 1.

⁴⁵⁵ Na tradicional acepção formulada por Raymond Cazelles

É possível afirmar que a política externa joanina contava, principalmente, com um núcleo de indivíduos restrito que circulava nas mais altas esferas do poder e na proximidade do monarca.

CONCLUSÃO

O estudo do reinado de D. João I na perspectiva da sua representação diplomática traduziu-se num desafio de vontades que durou mais de uma década a ter forma de texto. A recolha de elementos sustentou-se na pesquisa em fontes documentais, na sua maioria impressas, e os estudos já realizados permitiram obter um vasto conjunto de informações que complementaram a sustentabilidade do objecto de investigação. Este manancial de dados abriu caminho à construção de um grupo constituído por cinquenta e três indivíduos que se cruzaram nas missões de representação externa *em nome* do monarca.

Face à conhecida inexistência de embaixadas permanentes, procurámos, pela leitura sistemática e repetida das diversas fontes, organizar os contactos diplomáticos estabelecidos no reinado que constitui o nosso objecto de estudo.

A primeira preocupação consistiu na contextualização política e institucional, nomeadamente relembrando a organização do Conselho Régio, do Desembargo e das restantes vertentes da Casa do Rei, que se ia cada vez mais tornando complexa.

Chegámos, depois, à descrição das linhas condutoras que Portugal desenvolve com os diversos reinos da Cristandade. Procurámos organizar numa linha cronológica as diversas embaixadas que D. João I envia e entender os propósitos destas diligências. Esta tarefa resultou numa listagem das delegações, permitindo perceber que a grande preocupação da política externa deste monarca esteve associada à paz com Castela, em primeiro lugar; em segundo lugar as missões a Inglaterra prenderam-se sobretudo com o auxílio militar para a defesa do reino, e, posteriormente, a ajuda militar na defesa de Ceuta, após 1415. Além disso, as embaixadas à Santa Sé pretenderam a obtenção de dispensa de votos para o casamento do rei e, depois, a angariação de bulas de cruzada. Disto é prova a participação da delegação portuguesa no Concílio de Constança, entre 1416 e 1418.

Ao mesmo tempo, surgiam uma série de personalidades envolvidas na ação diplomática. Queríamos compreender a importância política e social que

estes embaixadores possuíam no quadro da realidade que se construía durante o período em causa.

Organizámos um catálogo prosopográfico em torno de diferentes itens que permitiram verificar as incidências no domínio da família, da inserção social, dos estudos, das missões diplomáticas, dos cargos políticos, da vida militar, da vida pública, da vida privada e dos bens patrimoniais. A tarefa não se revelou fácil, pois muitas vezes, a análise exaustiva das fontes significava retirar apenas um ou dois apontamentos significativos.

Após a sua elaboração, procedeu-se à análise do catálogo, para tentar definir o perfil dos embaixadores que D. João I nomeou ao longo do seu reinado. As personalidades envolvidas nestas missões prefiguram-se no círculo próximo do monarca, pois são escolhidas no Conselho Régio, acumulando, muitas vezes, cargos no desembargo e ou na Corte. Em termos da composição social verificou-se o predomínio de elementos da nobreza e do clero e, em menor número, de letrados. Este grupo de personalidades vinculava-se ao monarca através do recebimento de moradias, jurisdições, bens e privilégios vários.

As ligações familiares destes embaixadores permitiram estabelecer a sua ascendência e descendência. Mais do que a reconstituição genealógica, procurávamos a possibilidade de constatar várias dominantes. Sabe-se que o exercício de cargos no Desembargo e na Corte se mantém numa linha de nomeação directa ou colateral para os descendentes de algumas famílias. Relativamente às nomeações para missões diplomáticas também se verificou, em alguns casos, a permanência de algumas famílias desde o reinado de D. João I até ao de D. Manuel.

Constituiu igualmente um fator relevante as teias sociais resultado da política de casamentos, que representaram, de certa forma, a fusão social entre as famílias de linhagem e outras que se afirmaram pela visibilidade de cargos e mercês régios. Esta análise resultou do registo de matrimónios dos representantes diplomáticos, dos seus descendentes e colaterais com outras

famílias. Assim, foi possível registar que entre o grupo das treze famílias identificadas se verificou uma ligação de parentesco entre elas, exceto os Silva, os Melo, os Albuquerque e os Sá. Fora do grupo, os Meneses ligam-se a seis das famílias (Nogueira, Ataíde, Castro, Malafaia, Noronha e Albuquerque), os Coutinho a quatro (Ataíde, Silva, Melo, Albuquerque) e os Azevedo a três (Ataíde, Silva e Malafaia). A influência política que este grupo alargado exerceu durante o reinado de D. João I virá a consolidar-se com D. Afonso V, após 1449, se exceptuarmos os Silva e os Almada.

Regista-se, também, a relevância da atividade política dos letrados com formação académica no estrangeiro, sobretudo em Bolonha.

O percurso público de vários dos emissários externos de D. João I já era conhecido, em função de estudos, prosopográficos e de outro tipo, previamente realizados. Assim, não existe especial novidade na biografia de cada indivíduo, apenas existe na tentativa da sua apreensão enquanto grupo, durante um período de tempo que corresponde a um reinado. E uma das conclusões a tirar é precisamente a da reduzida dimensão deste conjunto de homens, face aos inúmeros elementos que actuavam nas instâncias superiores da administração régia.

Estamos conscientes de que o grande deficit desta tese é o facto de não terem sido feitas pesquisas no estrangeiro que permitiriam olhar de uma outra perspectiva o nosso objecto de estudo, bem como a forma algo apressada com que a análise do catálogo prosopográfico foi feita.

De qualquer forma, julgámos ter contribuído para um melhor conhecimento dos homens que, em cada conjuntura, terão sido considerados os mais bem preparados para “falar em nome do rei” com poderes externos ao reino.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Inéditas

Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Leg. 47 e 49.

GÓIS, Damião, COUTINHO, Diogo de Castilho, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes, que segue ao Conde D. Pedro, que tem cento, e noventa, e cinco folhas com seu alfabeto encadernado como os demais*] [Manuscrito], 1616.

GÓIS, Damião, COUTINHO, Diogo de Castilho, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes, que segue ao Conde D. Pedro, que tem cento, e noventa, e cinco folhas com seu alfabeto encadernado como os demais*] [Manuscrito], 1616. Disponível em Biblioteca Nacional Digital.

2. Fontes Publicadas

Archivo Historico Portuguez, Vol. II e III, Lisboa, 1904-1905.

Chancelarias Portuguesas – D. João I, DIAS, João Alves, (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2004-2006.

Chancelarias Portuguesas – D. Duarte, DIAS, João Alves, (ed.), Volume I, Tomo 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1998.

Chartularium Universitatis Portugalensis, SÁ, Artur Moreira de (documentos compilados e publicados.), Volumes II-V, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969-1975.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), IV Volumes, Lisboa, Editorial Franciscana, 1968-1982.

Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História, MARQUES, João Martins da Silva (ed.), 2 Volumes, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944.

Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, Biblioteca do Visconde Trindade, cota V. T. 19 – 8 – 12.

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, AZEVEDO, Pedro de (ed.), 2 Tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Reis, I, Lisboa 1957.

EUBEL, Conrad, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volumes I-II, Monasterii, 1913-1914. Disponível em <https://archive.org/details/hierarchiacathol02eubeuoft>.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, 12 Volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

Livro Linhagens do Século XVI, FARIA, António Machado de (ed.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946.

Monumenta Henricina, ALMEIDA, Manuel Lopes, BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa, DINIS, António Joaquim Dias (ed.), Volumes I – VII, Coimbra, 1960-1965.

Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482), PAVIOT, Jacques (ed.), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995.

Portugaliae Monumenta Historica – Livro de Linhagens do conde D. Pedro, MATTOSO, José, (ed.), Vol. I/II, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta – Livros I e II de D. João I (1384-1433), MARTINS, Miguel Gomes (ed.), Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa (Número 1), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s/d.

O Livro de Recenseamento de 1470 da Chancelaria da Câmara, PERES, Damião (ed.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974.

Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, VISCONDE de SANTARÉM (Coord.), 18 volumes, J. P. Aillaud, Paris, 1842-1854.

Foedera, conventiones, literae, RYMER, Thomas (ed.), Volume III, Partes III e IV, Londres, Georgeii Holmes, 1740. Disponível em <http://www.archive.org/details/fderaconventione03ryme>.

Rymer's *Foedera with Syllabus*, *Rymer's Foedera*, Vol. 8-10. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=115134>.

SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, Madrid, Melchr Alvarez, y Matteo Llanos, 1685.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa,, Officina Sylviana da Academia Real, 1789.

SYLVA, Joseph Soares da, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

3. Crónicas

Chronica do Infante Santo D. Fernando, Edição crítica da obra de D. Fr. João Alvarez segundo um códice Ms. do sec. XV por Mendes dos Remédios, Coimbra, Editor F. França Amado, 1911.

CARRETANO, Jacob, “Journal”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in NUNDY, J. H., WOODY, K. M., *The Council of Constance. The Unification of the Church*, Nova Iorque-Londres, Colombia University, 1961, pp. 466-531.

Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, Introdução FARIA, António Machado de, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1972.

DE FLORES, Josef Miguel, *Cronica de D. Alvaro de Luna: condestable de los reynos de Castilla y de Leon, maestro y administrador de la orden y caballeria de Santiago*, Madrid, 1784.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, Introdução CALADO, Adelino de Almeida, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991.

FILLASTRE, Guillaume, “Diary of the Council of Constance”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in NUNDY, J. H., WOODY, K. M., *The Council of Constance. The Unification of the Church*, Nova Iorque-Londres, Colombia University, 1961, pp. 200-465.

FROISSART, Sire Jean, *Les Chroniques qui traitent des merveilles entreprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, BUCHON, J. A. C. (ed.), Librairie Ch. Delagrave, s/d.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, RODRIGUES, Graça Almeida (ed.) Lisboa, Universidade Nova, 1977.

HUETE, Pedro Carrillo de, *Crónica del Halconero de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006.

Journal d'un bourgeois de Paris, 1405-1449, Alexandre TUETÉY (ed.), Paris, H. Champion, 1881.

LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro*, Bibliotheca de Clássicos Portugueses, 3 Volumes., Lisboa, 1892-1894.

LEFÉVRE, Jean, *Chronique*, Tomo II, MORAND, François (ed.), Paris, 1881.

LEFEBVRE, Jean [de Saint-Remy], "Memoires, de 1407 a 1435" in BUCHON, J. A. C. (ed.) in *Choi de Chroniques et Mémoires sur L'Histoire de France*, Paris, Auguste Desrez, 1838, pp. 319-562.

LEÃO, Duarte Nunes "Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX" in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.329-415.

_____, Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo", *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.438-733.

_____, “Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.736-779.

_____, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.781-1002.

“Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa, Academia Real das Ciências, Tomo III, 1793, pp. 393 – 540.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s/d.

_____, *Crónica de D. João I*, 2 Volumes, Entwistle, William J. e Cintra, Luís F. Lindley (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.

LOPEZ AYALA, Pero, “Cronica del Rey Don Juan el Primero”, *Collecion de las crónicas y memorias de los reis de Castilla*, Madrid, 1780.

Pero LOPEZ AYALA, “Cronica del Rey Don Enrique Tercero” in *Collecion de las crónicas y memorias de los reis de Castilla*, Madrid, 1780

MENEZES, Dom Fernando de, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’EIRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, M DC LXXVII.

PÉREZ de GUZMAN, Féran, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Fernan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenzo galindes de caravaglia ...]. Impresa en ... Logroño...: por Arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517].

PINA, Rui de *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914.

_____, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1977, pp. 583-880.

_____, “Chronica d’ El Rey D. João II”, in *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portuguesa, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1792, Tomo II, pp. 5-204.

RICHENTAL, Ulrich, “The Chronicle of the Council of Constance”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in NUNDY, J. H., WOODY, K. M., *The Council of Constance. The Unification of the Church*, Nova Iorque-Londres, Colombia University, 1961, pp.84-199.

S. TOMÁS, Frei Leão de, *Beneditina Lusitana*, (ed. fac-similada), 2 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974. Edição.

SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*, 2 Volumes, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

_____, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1978.

_____, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, BROCARD, Maria Teresa (ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

_____, *Crónica de Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1994.

ZURITA, Jerónimo, *Anales de la Corona de Aragón*, LOPEZ, Tomo IV, CANELLAS, Angell (ed.), Saragoça, Institución “Fernando el Católico”, 1967.

4. Estudos

ALMEIDA, Ana Paula Godinho, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1462*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1996.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Coimbra, Imprensa Académica, 1910.

ANATRA, Bruno, “Guerra e diplomazia di Alfonso il Magnanimo nel Mediterraneo”, in *Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental*, *op. cit.*, pp. 361-371.

ANSWAARDEN, Robert, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1991.

ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida, *Portugal e Castela (1431-1475). Ritmos de uma paz vigilante*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

AUTRAND, Françoise, *Naissance d'un grand corps d'État - les gens du Parlement de Paris - 1345-1454*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981.

_____, *Prosopographie et genèse de l'état moderne, actes de la table-ronde CNRS et ENSJF, Paris, 22-23 octobre 1984*, Paris, ENSJF, 1986.

AUTRAND, Françoise, BARTHÉLEMY, Dominique e CONTAMINE, Philippe, “L'espace français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e” in *Actes des congrés de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur, publique*, 20^e Congrès, Paris, 1989, pp. 101-125. Disponível em

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/shmes_1261-9078_1991_act_20_1_1506.

BAUDOUIN, Jean, *Introdução à Sociologia Política*, Lisboa, Estampa, 2000.

BAPTISTA, Júlio César, “Portugal e o Cisma do Ocidente”, *Lusitana Sacra*, Lisboa, 1956, pp. 65-203. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/5020>.

BAPTISTA, Maria do, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1618.

BARANTE, Amable-Guillaume-Prosper Burgière, baron de, *Histoire des ducs de Bourgogne de la maison de Valois (1364-1477)*, vol. I, Paris, Ladvocat, 1824.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Volume 7, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949.

BECEIRO PITA, Isabel, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. XIII, Porto, Universidade do Porto, 1996, pp. 150-185. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2159.pdf>.

_____, “La tendència a la especializión de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón, 1412-1465”, in *Relaciones de la Corona de Aragón con los estados cristianos peninsulares (siglos XIII-XV)*. XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón, Actas tomo II, Zaragoza, 1997, pp. 441-445.

_____, “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)”, in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos, 1391-1445*. Actas de

las III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval, Sevilha, 1997, vol. 2, pp. 1735-1744.

_____, “La Recepcion de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avis” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, II Volume, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 221-235. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4856.pdf>.

_____, “Portugal en la Edad Media: la identidad nacional en la comunidad del occidente peninsular: Introducción”, *HISPANIA*. Revista Española de Historia, vol. 67, 2007, pp. 789-794. Disponível em <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/61/61>.

BLACK, Antony, *Political Thought in Europe, 1250-1450*, Cambridge University Press, 1992.

BORLIDO, Armando Carvalho, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1463*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1996.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70, 2011.

BRANCO, Maria João e FARELO, Mário, «The late medieval ages: from external relations to diplomatic practice» in «Diplomatic Relations: Portugal and the Others» in MATTOSO, José, (dir.); ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e BRANCO, Maria João, eds. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 231-259

BRANDÃO, Fernando de Castro, *Para uma bibliografia da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.

BRANDÃO, Francisco, *Conselho e voto da senhora dona Filipa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias & guerras de Castela*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anvers, Anno de MDCXXXIII.

BRANDÃO, Frei Francisco, *Monarquia Lusitana*, Partes Quinta e Sexta, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1976-1980.

BRÁSIO, António, “As “razões” de João das Regras nas Cortes de Coimbra”, in *Lusitania Sacra*, Lisboa, 1958, pp. 7-40. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/5018>.

BRITO, Isabel Moreira de, *A Burocracia Régia tardo-Afonsina. A administração central e os seus oficiais em 1476*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001.

BULST, Neithard, GENET, Jean-Philippe, *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, Kalamazoo, Western Michigan University, 1986.

BULST, Neithard, GENET, Jean-Philippe, *La Ville, la Bourgeoisie et la Genèse de l'État Moderne (XIIe-XVIIIe). Actes du Colloque de Bielefeld (29 novembre-1^{er} décembre 1985)*, Paris, Editions du CNRS, 1988.

BULST, Neithard, “Prosopography and the Computer: problems and possibilities” in *History and Computing II*, Manchester, Manchester University Press, 1989.

CAETANO, Marcello, *Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa, Verbo, 1985.

CAETANO, Pedro Nuno Pereira, *A Burocracia Régia como Veículo para a Titulação Nobiliárquica. O caso do Dr. João Fernandes da Silveira*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2011.

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S., *Leonor Teles, uma mulher de poder?*, Tese de Mestrado em História Medieval, Lisboa, Faculdade de Letras, 2008. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1751/1/21996_ulfl062047_tm.pdf.

CAMPOS, Filipe Queirós de, “Uma chefia de duas cabeças – a relação entre o poder secular e o poder clerical em Portugal na dinastia de Avis” in *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*, Ano VI, N.º 18, Juiz de Fora, 2012, pp. 62-85. Disponível em <http://www.sophiaweb.net/repositorio/iberica/iberica18/clerical-secularcampos.pdf>.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula, “La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la Cancillería Real en las embajadas regias”, *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*, N.º 40/2, 2010, pp. 691-722. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3332265>.

CAPAS, Hugo Ribeiro, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001.

CARVALHO, António Teixeira de, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001.

CATEURA BENNÁSSER, Pau, “Negociar la paz en el siglo XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols, pp. 11-36.

CHAPLAIS, Pierre, *English diplomatic practice in the Middle Ages*, Londres e Nova Iorque, Cambridge University Press, 2003.

COELHO, António Borges, *A revolução de 1383. Tentativa de caracterização*, Lisboa, Ed. Caminho, 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “O Poder concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico”, *História Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 7, pp. 19-34, 2006. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3401.pdf>.

_____, *D. João I*, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.

_____, “Municipal Power”, in José MATTOSO (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, pp. 209-230.

CONDE de S. PAIO (D. António), “A baixela dum grande senhor português do século XV”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 1.ª série, vol. IX, Lisboa, 1945, pp.199-208.

CONDE de TOVAR, *A Embaixada de D. Denis à Corte de Inglaterra em 1388*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

CONDE de VILLA FRANCA, *D. João I e a Aliança Inglesa, Investigações Historico-Sociaes*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884.

CONTAMINE, Philippe, *Le Moyen Âge, le roi, l'Église, les grands, le peuple*, Paris, Editions du Seuil, 2002.

CORDEIRO, Luciano, *Descobertas e Descobridores – Diogo D’Azambuja*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

COSTA, Adelaide Millán da, « Vereação » e « Vereadores » - o governo do Porto em finais do século XIV, Porto, Câmara Municipal/Arquivo Histórico, 1993.

_____, “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga” in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 77-85. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4799.pdf>.

COSTA, António Domingos de Sousa, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *Itinerarium*, III, 1957, pp.202-220.

_____, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana, 1960.

_____, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, n.º 1, 1969.

_____, “O célebre Conselheiro e Chanceler régio Doutor João das Regras Clérigo conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, XVIII, nº 77, 1972, pp. 232-259.

_____, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, Braga, Editorial Franciscana, 1986.

_____, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo II, Vol.IV/2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1989.

COSTA, P. Antonio Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas*

observaçoes, Braga, Typografia de Domingues Gonçalves Gouvea, 3 volumes, 2.^a edição, 1868-1869.

COSTA, Avelino de Jesus da, “Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438”, *Revista de História da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. XIII, Porto, 1996, pp. 71-101. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2156.pdf>.

COSTA, Paula Pinto, “As adaptações das Ordens Militares aos desafios da “crise” tardo-medieval”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III Série, Vol. 5, 2004, pp. 143-154. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2380.pdf>.

CUNHA, Rodrigo da, *Catálogo dos bispos do Porto*, Porto, Oficina Prototypa, 1742.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI”, *Penélope*, N.º 29, 2003, pp. 33-48. Disponível em www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_29/29_05_MCunha.pdf.

DEPREUX, Philippe, *L'historiographie des élites politiques*, Paris, 2003. Disponível em <https://lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/depreux.pdf>.

DIAS DINIS, A. J., *Estudos Henriquinos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de direito medieval (1211-1512)* Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Ed. José Domingues e Zéfiro, 2008 Disponível em http://www.academia.edu/3123263/As_Ordenacoes_Afonsinas_-_Tres_Seculos_de_Direito_Medieval_1211-1512_.

DUARTE, Luís Miguel, “Órgãos e servidores do poder central: os «funcionários públicos» de Quatrocentos”, in COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, A

Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval, Ciclo de conferências, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 133-150.

_____, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Lisboa, 1999.

_____, DUARTE, Luís Miguel, “The Portuguese Parliament: are we asking the right questions?”, *e-JPH*, vol. 1, number 2, winter (2003), Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/html/duarte_main.html.

_____, “A justiça medieval portuguesa (Inventário de dúvidas)” *Cuadernos de Historia del Derecho*, 11, Madrid, UCM, 2004, pp. 87-97.

_____, *D. Duarte*, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

_____, *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006.

DURÃO, Maria Manuela da Silva, *1471: um ano africano no Desembargo de D. Afonso V*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2002.

ELIAS, Norbert, *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 1975.

_____, *La société de cour*, s/l, Flammarion, 1985.

ESTEVES, Julieta Araújo e, “Portugal face às guerras internas de Castela em 1429: os antecedentes da paz”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols, pp. 141-158.

ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volumes I-II, Lisboa, Oficina de CraesbeeKiana, 1656.

FARIA, Diogo, A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da Chancelaria Régia e dos seus oficiais, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2013.

FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Borges, 1791.

FARIA, Tiago Viúla de, "Por prol e serviço do reino"? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412", in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols, pp. 209-227.

FARIA, Tiago Viúla de, MIRANDA, Flávio de, "Pour bone alliance et amiste faire" – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média", *Cultura Espaço & Memória* - Revista do CITCEM , n.º 11, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, pp. 109-127. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349id2379&sum=sim>.

FARO, Maria José, FARO, Jorge, "Embaixadas enviadas pelos Reis de Portugal de 1415 a 1473" in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, s/l, 1961.

FARELO, Mário Sérgio da Silva, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2008.

FERNANDES, Fátima Regina, "Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal", *En la España Medieval*, n.º 23, 2000, pp. 101-115. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=484&clave_busqueda=11728.

_____, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV”, *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, Vol. 7, 2006, pp. 263-284 [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3416.pdf>].

_____, “A construção da sociedade política de Avis à luz da trajectória de Nuno Álvares Pereira”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, pp. 421-446.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, José Manuel, “Capital simbólico, dominación y legitimidad. Las raíces weberianas de la sociología de Pierre Bourdieu”, Madrid, Universidad Complutense, 2013, pp. 33-60. Disponível em papers.uab.cat/article/view/v98-n1-fernandez/pdf.

FERREIRA, Eliana Diogo, *1473: um ano no Desembargo do Africano*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001.

FIGUEIREDO, António Pereira de, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1787.

FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de, *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza : desde 1143 até 1603*, 2 Vol., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790.

FLORES AUÑÓN, Juan Carlos, “Las Cortes de Guadalajara de 1390”, *Wad-al-Hayara Revista de estudios de Guadalajara*, N.º 7, 1980, pp. 233-240. Disponível em <http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/CECLM/ARTREVISTAS/Wad/wad07Flores.pdf>.

FONSECA, Luís Adão da, “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)”, *Revista da Faculdade de Letras Série de História*, Porto, Vol. III, 1972, pp. 51-112.

_____, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

_____, “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, 2003, pp. 53-61. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12581.pdf>.

_____, “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, pp. 57-74.

FONSECA, Padre Francisco da, *Évora Gloriosa*, Roma, Oficina Komarekiana, 1728.

FONTES, João Luís Inglês, “Cruzada e Expansão: A Bula *Sane Charissimus*”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 7, 1995, pp. 403-420. Disponível em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS_S2_07_JoaoLIFontes.pdf.

FORONDA, François, “La privanza, entre monarquia y nobleza” in NIETO SORIA, José Manuel (dir.), *La monarquia como conflicto en la corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)*, Madrid, Silex Ediciones, 2006, pp. 73-132.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *As Sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

_____, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de, *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, 1996.

_____, “Teemos por bem e mandamos”. *A burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vol., Cascais, 2001.

_____, “Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca.1970 - ca. 2000)”, 2003, pp.1-26. Disponível em <http://cem.revues.org/927>.

_____, “Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de quatrocentos”, *História Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 7, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 51-67. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3403.pdf>.

_____, “Ser historiador e cidadão hoje”, *História Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, pp. 357-375. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6744.pdf>.

_____, “The Royal Chancellery at the end of the Portuguese Middle Ages: diplomacy and political society (1970 – 2005)”, *e-JPH*, Vol.7, n. ° 2, Porto, 2009, pp. 1-23. Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue14/pdf/jfreitas.pdf.

_____, “La médiévistique au Portugal (1970-2005): genèses, heritages et innovations”, in MAGNANI, Eliana (dir.), *Le Moyen Âge vu d’ailleurs: voix croisées d’Amérique latine et d’Europe*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2010, pp. 151-173.

_____, *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*, Lisboa, Alétheia Editores, 2011.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de, Freitas, CUNHA, Maria Cristina Almeida e, “Homens de Estado, crises políticas e guerra: Portugal, século XIV”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols, pp. 121-139.

GAUDEMET, Jean, “Conciliarismo” in *Dicionário de Política*, BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola, *et al.* (ed.), México, Siglo XXI Editores, 2005, p.280.

GENET, Jean-Philippe, “Prosopographie et Genèse de L’État Moderne”, pp. 9-12. Disponível em <http://excerpts.numilog.com/books/2859290230.pdf>.

_____, “Pour l’informatisation des dictionnaires biographiques, une expérience”, *Histoire et Mesure*, vol. 1, nº 2, 1986, 99-110.

_____, *L’État Moderne et les Élités. XIII^e-XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*. Actes du colloque international CNRS-Paris I, (16-19 octobre 1991), Paris, Publications de la Sorbonne, 1996.

_____, “La genèse de l’État moderne [Les enjeux d’un programme de recherche], *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 118, (juin 1997). pp. 3-18. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3219.

_____, “La Genèse de L’ Etat Moderne: genèse d’un programme de recherche”, in COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Luís Armando de Carvalho (coord) *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 21-51.

GOMES, Saul António, "A LITTERA PYTHAGORAE E A SUA SIMBOLOGIA CRISTOLÓGICA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA", *Humanitas* 60, 2008, pp. 177-203.

Disponível

em

http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas60/12_Gomes.pdf.

GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

_____, "Letters and letter-writing in fifteenth century Portugal" in SCHULTE, Regina; VON TIPPELSKIRCH, Xenia (ed.), *Reading, Interpreting and Historicizing: Letters as Historical Sources*, European University Institute, 2004, pp. 11-37. Disponível em <http://hdl.handle.net/1814/2600>.

_____, *D. Fernando*, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

_____, "L'ordre domestique et l'ordre politique: la société de cour dans le Portugal du bas Moyen Age", in François FORONDA; Ana Isabel CARRASCO (ed.), *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et Sociétés politiques dans la Péninsule Ibérique de la Fin du Moyen Âge*, CNRS, 2007, pp. 245-261 - Disponível em https://www.academia.edu/5388416/Lordre_domestique_et_lordre_politique_la_soci%C3%A9t%C3%A9_de_cour_dans_le_Portugal_du_bas_Moyen_Age.

_____, "Les déplacements de la cour portugaise deux axiomes et quatre hypothèses pour une comparaison des monarchies ibériques ", *e-Spania*, 2009, pp. 1-29. Disponível em <http://e-spania.revues.org/18853>.

_____, "Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)", in Cedric MICHON (dir.), *Conseils. Conseillers dans l'Europe de la Renaissance. v. 1450-v. 1550*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, pp. 147-174. Disponível em file:///C:/Users/Adelaide/Downloads/Conseils_Conseillers-libre.pdf.

_____, “ La cour de Borgogne et la cour de Portugal au XVe siècle “ in Werner PARAVICINI (ed.), *La cour de Bourgogne et L'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel*, Ostfildern (Thorbecke) 2013, (Beihefte der Francia, 73), pp. 635-639. Disponível em https://www.academia.edu/5388486/La_cour_de_Bourgogne_et_la_cour_du_Portugal_a_u_XVe_si%C3%A8cle.

GONÇALVES, J. Cardoso, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1930.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago, “El Consejo Real de Castilla durante la minoría de Juan II”, *En la España Medieval*, vol. 34, 2011, pp. 181-214. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/36294/35143>.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em <http://www.yumpu.com/pt/document/view/14629721/d-joao-esteves-da-azambuja-repositorio-aberto-da-universidade->.

GUENÉE, Bernard, *O Ocidente nos séculos XIV e XV*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1981.

HAYS, Denys, *Europe in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*, Londres, Longman, 1989.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Caminhos do Desembargo: 1472, um ano na burocracia do “Africano”*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 2001.

HESPANHA, António R, HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “ O Estado Moderno na recente Historiografia portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores “tout court”, in

COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Luís Armando de Carvalho (coord) *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 23-76.

HINOJOSA MOLTAVO, José, “De Valencia a Portugal y Flandes relaciones durante la Edad Media”, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, N.º 1, 1982, pp. 149-168. Disponível em http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/7189/1/HM_01_08.pdf.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Da Diplomática Régia à História do Estado dos fins da Idade Média – um rumo de investigação”, in *Revista de História Económica e Social*, Vol. 8, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, pp. 11-25.

_____, “Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto – A carreira de D. João Afonso Aranha” in “humanidades”, nº 1, Porto, Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982, pp. 7-14.

_____, “Uma crise que sai d’“A Crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380” in *Revista de História*, Vol. 7, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, pp. 53-92. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6512.pdf>.

“Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *Revista de História da Faculdade de Letras – História, Série II*, Vol. 4, Porto, 1987, pp. 9-64. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf>.

_____, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 221-240. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>.

_____, “ A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto”, in *En la España Medieval*, n.º 12, Madrid, Universidad Complutense, 1989, pp. 231-241.

_____, “État, institution, société politique sous Jean 1er et Édouard 1er (1383-1438)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, 1989, pp. 35-48.

_____, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

_____, *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

_____, “No I Centenário do início da publicação da História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”, in *Portugal nos finais da Idade Média*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, pp., 35-47.

_____, HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Raymond Cazelles (1917-1985)”, in *Portugal nos finais da Idade Média*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990., pp. 48-53.

_____, “Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II série XI, 1994, p. 11-110.

_____, “Os Historiadores, esses desconhecidos”, *Revista Portuguesa de História*, 33, 1994, pp. 33-53

_____, “Prosopographie et histoire de l’Etat. La bureaucratie des rois portugais au XVI et XV siècles: recherches faites, recherches à faire”, in Philippe GENET, Güther LOTTES (ed.), *L’État Moderne et les Élités – XIII – XVIII Siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 29-38.

_____, “Nos 70 anos de Bernard Guenée” in *Revista de História da Faculdade de Letras – História*, Série II, Vol. 14, Porto, 1997, pp. 703-713. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2098.pdf>.

_____, “Ofício régio e serviço ao Rei em finais do século XV: norma legal e prática institucional”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II sér., XIV, 1997, p. 123-37.

_____, “Législation et compilation législative au Portugal du début du XV^e siècle. La genèse des Ordonnances d’Alphonse V”, in AUTRAND, F., GAUVARD, C. et MOEGLIN, J.-M., *Saint-Denis et la Royauté. Études offertes à Bernard Guenée, Membre de l’Institut*, Paris, 1999, pp. 617-89.

_____, “Estado Moderno e Legislação Régia: Produção e Compilação Legislativa em Portugal (XIII^e-XV^e siècles) ”, in COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval, Ciclo de conferências*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 111-130.

_____, “Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média portuguesa”, *En la España Medieval*. N.º 22 (1999), pp. 177-185.

_____, “Estado, Instituições, Poderes nos finais da Idade Média: para uma visão de conjunto”, *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa. Série História*, V/VI (2000-2001), pp. 349-355.

_____, “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)”, *Medievalista [Em linha]*. N.º6, (Julho de 2009). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>.

_____, “Central Power: institutional and Political History in the Thirteenth – Fifteenth Centuries”, in José MATTOSO (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, pp. 179-207.

_____, “Bernard Guenée (1927-2010)”, *Medievalista*[Em linha]. Nº11, (Janeiro - junho 2012). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\homem1102.html>.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, DUARTE, Luís Miguel, MOTA, Eugénia Pereira da, “Percurso na burocracia régia (séculos XIII-XV)”, in BETHENCOURT, Francisco, CURTO, Diogo Ramada (eds.), *[Atas do colóquio] A Memória da Nação*. Lisboa, Sá da Costa, 1991. pp. 403-423.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, FREITAS, Judite Gonçalves de, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados”, in BARATA, Filipe Themudo (ed.) *Elites e redes clientelares na Idade Média. Actas do Colóquio*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 171-210.

JESUS, Frei Rafael de, *Monarquia Lusitana*, Parte Sétima, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco, “Relaciones Interterritoriales en el Sureste de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media: cartas, mensajeros y ciudades en la frontera de Granada” in *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2, julio-diciembre de 2010, pp. 565-602. Disponível em <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/316/320>.

KEATS-ROHAN, K.S.B, "Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of the Individual in Prosopography" in K.S.B KEATS-ROHAN (ed.) *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*, Oxford, 2007, pp. 139-181. Disponível em <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/06%20KKR.pdf.pdf>.

KANTOROWICZ, Ernst H., *The King's Two Bodies*, Princeton, Princeton University Press, 1997.

KLEINCLAUSZ, A., *Histoire de Bourgogne*, Paris, Hachette, 1909.

LA FIGANIÈRE, Frederico Francisco de, *Catalogo dos Manuscritos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminário de Historia Medieval, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel, "Guerra y paz: teoría y práctica en Europa Occidental. 1280-1480", in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480. Estella 19-23 de Julio 2004*, Pamplona, Governo de Navarra, 2005, pp. 21-68.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1610.

LENFANT, Jacques, *Histoire du Concile de Pise*, Vol. I, Utreque, Corneille Guill. Lefebvre, 1731.

LEROY, Béatrice, *Sociedades e poderes políticos na Península Ibérica medieval*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

LIMA, João Paulo de Abreu e, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, *Tabardo* n.º 3, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada, 2006, pp. 199-222.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, 4 Volumes, Lisboa, 1930-1935.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, *Guia da História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, *Nova História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Presença, 1989, pp. 279-334.

MARQUES, A. H. de Oliveira, et al, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

_____, “Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid”, in *Jornadas sobre Portugal medieval*, Leiria, 1983, pp. 137-158.

_____, “Braga na crise de 1383-1385”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, pp. 235-256.

MARQUES, João Francisco, “Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses nas duas Primeiras Dinastias – Espiritualidade e Política”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal

nos sécs. XVI-XVII, Porto, 1993, pp. 53-60. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8031.pdf>.

MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1992.

MARTINS, Armando, “Depois da guerra, a difícil arte de fazer a paz. D. Fernando (1367-1383), in *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2009, 2 vols, pp. 69-76.

MARTINS, Miguel Gomes, *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s/d.

MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1922.

MATTOSO, José, “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. XV-2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1019-1044. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf>.

_____, “Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa”, *Revista de História das Ideias. A cultura da nobreza*, Vol. 19, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 7-37.

_____, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, *Jornadas sobre Portugal medieval*, Leiria, 1983, pp. 161-170.

_____, “Introdução: Legitimação e linhagem”, *e-Spania* juin 2011, pp. 1-14. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20258>.

_____, *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

MATTOSO, José, SOUSA, Armindo, *História de Portugal*, II Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MAURÍCIO, Domingos, “A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre” in *Brotéria* Vol. LXXXVII, Lisboa, 1968, pp. 296-307.

MIGUEL GARCÍA, Isidoro, ANDRÉS CASABÒN, Jorge, CASORRÁN BERGES, Ester “En la estela de Cisma de Occidente, dos nuevas Bulas del papa Luna en los Archivos Capitulares de Zaragoza”, *Aragón en la Edad Media*, XX, 2008, pp. 479-503. Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2875648.pdf.

MILLET, Hélène, “L’ordinateur et la biographie ou la recherche du singulier”, in *Problèmes & méthodes de la biographie. Actes du colloque*. Paris, 1985, pp. 115-127.

_____, Hélène, *Informatique et prosopographie*, Paris, CNRS, 1985.

_____, “From sources to Data: the construction of a prosopographic Data-bank”, in DENLEY, Peter, HOPKIN, Deiam (Editores), *History and computing*, Manchester University Press, 1987, pp. 63-67.

_____, Notice biographique et enquête prosopographique”, in *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes*, T. 100, N°1. 1988. pp. 87-111. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_0223-5110_1988_num_100_1_2959.

_____, “La participation du Portugal au Concile de Pise: 1409” in *Colóquio Internacional "A Igreja e o clero português no contexto europeu"*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, p. 233-254. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/7388>.

MIRANDA, Flávio, *Portugal and the medieval Atlantic: commercial diplomacy, merchants, and trade, 1143-1488*, Porto, Tese de doutoramento, Policopiada, 2012.

MITRE FERNÁNDEZ, Emílio, “Castilla ante la Guerra de los Cien Años: actividade militar y diplomática de los orígenes del conflicto al fin de las grandes tréguas (c. 1340- c. 1415)”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental*, Estella 19-23 de Julio 2004, Pamplona, Governo de Navarra, 2005, pp. 213-215.

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, 12 volumes, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

MONTEIRO, Helena Matos, *A Chancelaria Régia e os seus oficiais (1464-1465)*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1997.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

_____, João Gouveia, *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro, “La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 30, Madrid, Universidad Complutense, 2005, pp. 7-40. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/23313>.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, 2 Volumes, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979-1980.

_____, “A campanha de D. João I contra as fortalezas da Região de Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 1985, pp. 45-57. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1946.pdf>.

_____, “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas” in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 213-219. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>.

_____, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. XII, Porto, Faculdade de Letras, 1995, pp. 135-150. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2025.pdf>.

_____, “Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. XIII, Porto, Faculdade de Letras, 1996, pp. 187-203. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2160.pdf>.

MOTA, Maria Eugénia Pereira da, *Do “Africano” ao “Príncipe Perfeito” (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1989.

MUHAIJ, Adrian, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*, Lisboa, Tese de Doutoramento, Policopiada, Lisboa, 2013.

NIETO SORIA, José Manuel, DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge, “Elites y Clientelas Eclesiásticas (siglos XIII al XV): propostas metodológicas desde al caso castellano” in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média. Actas do Colóquio*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 109-139.

NIETO SORIA, José Manuel, “El consenso como representación en la monarquía de la Castilla Trastámara: contextos y prácticas”, *Edad media. Revista de historia*, n.º 11, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010, pp. 37-62.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia Historica, 1999.

_____, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, s/l, Universidade do Algarve, 2009.

OLIVEIRA, Luís Filipe, FONSECA, Luís Adão da, PIMENTA, Maria Cristina, COSTA, Paula Pinto, in José MATTOSO (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, “The Military Orders”, pp. 427-457.

OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudos Gallegos “Padre Sarmiento”, 2005.

PÁQUET, Martin, “Appréhender le problème historique de l'État sous l'approche de la culture politique. Éléments de réflexion”, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 25, 1998, pp. 309-336. Disponible en www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/.../17597.

PÉQUIGNOT, Stéphanne, *Au nom du roi – pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques d'Aragon (1291-1327)*, Madrid, Casa de Velásquez, 2009.

_____, “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècles” in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. XLII^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 4-6 juin 2010)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 47-66.

_____, “La diplomatie: bilan historiographique, tendances récentes et questions à considérer”. Disponível em http://www.history.ox.ac.uk/fileadmin/ohf/images/Wellcome/Stephane_Pequignot.pdf.

_____, “Les instructions aux ambassadeurs des rois d'Aragon (XIIIe-XVe siècles). Jalons pour l'histoire de la fabrique d'une parole royale efficace”, in *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, N°31, 2008. pp. 17-43. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2008_num_31_1_1858.

PISANO, Mestre Mateus de, “Livro da Guerra de Ceuta”, in *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portuguesa, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790, Tomo I, pp. 3-57.

PINA, Isabel Castro, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, *Penélope*, n.º 12, 1993, pp. 9-26. Disponível em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_12/12_05_IPina.pdf.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, Porto [Edição de autor], 1997. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>.

_____, “Linhagem e estruturas de parentesco”, *e-Spania*, 2011, pp. 1-32. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20366>; DOI: 10.4000/e-spania.20366.

QUELLER, Donald E., *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, Princeton, Princeton University Press, 1967.

RAU, Virgínia, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, in *Separata de Do Tempo e da História*, V, Lisboa, 1972.

RAU, Virgínia, “Relações diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp.66-80.

REUMONT, Alfred, *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença, Barbèra, Bianchi e Comp., 1857.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

RUSSELL, Peter E., *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SALICRÚ I LLUCH, Roser, “La treva de 1418 amb Granada: la recuperació de la tradició catalanoaragonesa”, *Anuario de Estudios Medievales*, 27, 1997, pp. 989-1019 Disponível em <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/630/641>.

_____, “La diplomacia y las embajadas como expresión de los contactos interculturales entre cristianos y musulmanes en el Mediterráneo occidental durante la Baja Edad Media”, *Estudios de Historia de España*, 9 (2007), pp. 77-106. Disponível em <http://digital.csic.es/bitstream/10261/7705/1/art%20Roser-pub-pdf.pdf>.

SANCHÉZ SESA, Rafael, “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”, pp. 307-320. Disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4923.pdf.

SANTARÉM, 2.º Visconde de, *Opusculos e Esparsos*, FREITAS, João de (Coord.), 3 volumes, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910.

SANTOS, Maria Alice Pereira dos, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Aautos*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2008 [Lisboa, Universidade Aberta, 2000 (Dissertação de Mestrado)].

SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

SCHULZ, Werner, *AndreasKreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, Universidade de Freiburg, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, et al., *A diplomacia na História de Portugal* [actas do colóquio], Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.

SERRÃO, Joel, *O carácter social da Revolução de 1383*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

SILVA, Manuela Santos, “A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média”, *Revista Signum*, 11-2, 2010, pp. 207-227. Disponível em <http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignum11/article/view/29/28>.

_____, “Filipa e Catalina de Lencastre e as negociações de paz de 1411 entre Portugal e Castel – segundo os cronistas portugueses” in Isabel DEL VAL VALDEVIESO e Cristina SEGURA (coord) *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*, Madrid, Almudayna, 2011, pp. 281-291.

_____, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

SOUSA, António Caetano de, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, 4.^a edição, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933.

_____, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1952.

SOUSA, Armindo de, “O Discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, II, Porto, 1985, pp. 9-44, disponível em [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1938.pdf>].

_____, “Estado e Comunidade: Representação e Resistências”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval*, Ciclo de conferências, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 133-150, pp. 293-313.

SOUSA, Armindo de, “A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)”, *Lucerna*, (número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), Porto, Centro de Estudo Humanísticos, 1984, pp. 417-487

_____, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, Vol. II, Porto, Universidade de Porto, 1985, pp. 9-44 [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1938.pdf>].

_____, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vol., Porto, 1990.

_____, “O Parlamento Medieval Português: perspectivas novas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, VII, 1990, p. 47-58.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

_____, “Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)”, *Hispania*, vol. LXVII, n.º 227, 2007, pp. 882-898.

STONE, Lawrence, “Prosopography”, *Daedalus*, 1971, n.º 100, pp. 46-79.

STRAYER, Joseph R., *As origens medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s/d.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique (1393-1460)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1960.

_____, “Castilla (1350-1406), ” in MENENDEZ ESPIDAL, Ramón (dir.), *Historia de España*, Volumes XIV, Madrid, Espasa-Calpe, 1987, pp. 3-378.

_____, “Relaciones diplomáticas entre Portugal y castilla en la Edad Media”, in I^ªs jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, Lisboa, 1990, pp. 215-235.

SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, 2 Tomos, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1730-1731.

TAVARES, Maria José Ferro, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, Vol. 12, Lisboa, Sá da Costa, 1983, pp. 45-89.

_____, *Fernando e Leonor. Um reinado mal(dito)*, Lisboa, Chiado Editora, 2013.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco, BAENA, Visconde Sanches de, *Memorias Histórico-Genealogicas dos Duques Portugueses do século XIX*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883.

TORRES, Ruy D'Abreu, “Batalha de Trancoso”, in Joel SERRÃO (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI, Porto, Livraria Figueirinha, 1981, pp. 191-192.

VALLECALLE, Jean-Claude, *Messages et ambassades dans l'épopée française medieval*, Paris, Honoré Champion, 2006.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, 2 volumes, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

VASCONCELLOS, Joaquim de, “Relação da Embaixada Flamenga 1428-1430 – Viagem de Jehan Van-Eyck a Portugal”, *Revista de Guimarães* n.ºs de Janeiro a Outubro de 1897.

VAZ, Vasco Machado, *A Boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*, 2 vol. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1995.

VENTURA, Margarida Garcez, *João da Silveira, diplomata português do século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983.

_____, *Estudos sobre o poder (séculos XIV e XV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

VIEGAS, Valentino, *Uma revolução pela independência nacional nos finais do século XIV*, 2 vols policopiados. Lisboa, FLUL, 1996.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, ROSA, Maria de Lurdes, “The Church and Religious Practices”, in José MATTOSO (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.), *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, série Estudos, 2011, pp. 323-347.

VISCONDE de SANTARÉM (Col.), *Memorias chronologicas authentica dos alcaides mores da villa de Santarem, desde o principio da monarchia até o presente*, Lisboa, Typographia de R. J. de Carvalho, s/d.

VONES-LIEBENSTEIN, Ursula, "El método prosopográfico como punto de partida de la historiografía eclesial", *Anuario de la Historia de la Iglesia*, 14, 2005, pp. 351-364. Disponible en <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=35514020>.

WICQUEFORT, Abraham van, *L'ambassadeur et ses fonctions*, 2 Volumes, Colônia, Pierre Marteau, 1715.

WITTE, Charles Martial de, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, 1958, pp. 689-691.

WEBER, Max, *Économie et société*, 2 vol., Paris, Librairie Plon, 1995.

WERNER, Karl-Ferdinand, "Du nouveau sur un vieux thème. Les origines de la "noblesse" et de la "chevalerie", in *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n.º 1, 1985. pp. 186-200. Disponible en http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai_0065-0536_1985_num_129_1_14253.

_____, "L'historien et la notion d'État", in *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n.º 4, 1992, pp. 709-721. Disponible en http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai_0065-0536_1992_num_136_4_15149.

ANEXOS

I - CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO

Matriz do Catálogo prosopográfico dos representantes diplomáticos no Portugal de D. João I⁴⁵⁶.

1. Elementos cronológicos
 - 1.1. Nascimento e óbito

2. Inserção social
 - 2.1. Família
 - 2.1.1. Geração precedente
 - 2.1.2. Colaterais⁴⁵⁷
 - 2.1.3. Casamento
 - 2.1.4. Descendência
 - 2.2. Estatuto social
 - 2.2.1. Da geração precedente
 - 2.2.2. Do indivíduo
 - 2.2.3. Da geração seguinte
 - 2.2.4. Da (s) família (s) aliada (s)

3. Carreira universitária
 - 3.1. Nacional
 - 3.2. Internacional

4. Carreira burocrática/profissional
 - 4.1. Local

⁴⁵⁶ Matriz elaborada com base no trabalho de Judite Gonçalves de Freitas, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, Judite Gonçalves de FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados” in Filipe Themudo BARATA (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média. Actas do Colóquio*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 190-191.

⁴⁵⁷ Entende-se por colateral todas as relações de parentesco, apesar de não coincidir com o termo jurídico.

- 4.2. Central
- 4.3. Subscrição documental
- 5. Carreira diplomática
 - 5.1. Embaixador
 - 5.2. Secretário
 - 5.3. Mensageiro
 - 5.4. Destinos
- 6. Carreira eclesiástica
- 7. Carreira militar
- 8. Conselho Régio
- 9. Vida pública
- 10. Vida privada
- 11. Nível económico
 - 11.1. Usufruto e posse de bens
 - 11.2. Jurisdições
 - 11.3. Aquisições
 - 11.4. Bens móveis
 - 11.5. Rendimentos
 - 11.6. Doações
 - 11.7. Privilégios
 - 11.8. Remunerações
 - 11.9. Atividades mercantis
- 12. Observações

Catálogo prosopográfico dos representantes diplomáticos no Portugal de D. João I

1. Afonso Furtado
2. Álvaro Afonso Nogueira
3. Álvaro Gonçalves Camelo
4. Álvaro Gonçalves da Maia
5. Álvaro Gonçalves de Abreu
6. Álvaro Gonçalves de Ataíde
7. Álvaro Peres
8. Dinis de Castro
9. Diogo Martins
10. Fernando Afonso da Silveira
11. Fernando Afonso de Albuquerque
12. Fernando de Castro
13. Fernando Gonçalves Beleágua
14. Fernão Fogaça
15. Fernão Gonçalves
16. Gil do Sem
17. Gil Martins
18. Gonçalo Eanes de Abreu
19. Gonçalo Gomes da Silva
20. Gonçalo Gonçalves
21. Gonçalo Vasques de Melo
22. João Afonso de Azambuja
23. João Afonso de Brito
24. João Anes
25. João das Regras

- 25b**⁴⁵⁸. João Escudeiro
- 26.**João Gomes da Silva
- 27.**João Rodrigues de Sá
- 28.**João Vasques de Almada
- 29.**João Viegas
- 30.**João Xira
- 31.**Lançarote Esteves
- 32.**Lourenço Afonso
- 33.**Lourenço Anes Fogaça
- 34.**Luís Fernandes
- 35.**Luís Gonçalves Malafaia
- 36.**Martim Afonso de Melo
- 37.**Martim Afonso Dinis
- 38.**Martim do Sem
- 39.**Nuno Álvares Pereira
- 40.**Nuno Martins da Silveira
- 41.**Pedro de Noronha
- 42.**Pedro Eanes Lobato
- 43.**Pedro Gonçalves Malafaia
- 44.**Pedro João
- 45.**Pedro Lopes do Quintal
- 46.**Rui Cravo
- 47.**Rui Fernandes
- 48.**Rui Galvão
- 49.**Rui Lourenço
- 50.**Sebastião Meneses
- 51.**Vasco Martins de Melo
- 52.**Vasco Peres

⁴⁵⁸ O recurso a esta numeração resultou de um lapso de referência deste emissário na fase inicial da ordenação das informações do catálogo.

1. Afonso Furtado

1.

1.1. (?) – 1423 (?)⁴⁵⁹.

2.

2.1.

2.1.1.

Fernão Furtado, bisavô paterno⁴⁶⁰.

Guiomar Afonso, bisavó materna⁴⁶¹.

Rui Furtado, avô⁴⁶².

Leonor Martins, avó⁴⁶³.

Fernão Furtado, pai⁴⁶⁴.

Sancha Anes da Cunha, mãe⁴⁶⁵.

⁴⁵⁹ Por carta de mercê de D. João I data de 23 de junho de 1423 é nomeado capitão-mor da frota real Álvaro Vasques de Almada, sucedendo a Afonso Furtado, cf. MARQUES, Silva *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Volume I, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944, 245, pp. 262-263.

⁴⁶⁰ Natural de Alava, em Navarra; acompanha a Portugal a rainha D. Beatriz mulher de D. Afonso II; gentil-homem da câmara de D. Dinis, cf. *Portugaliae Monumenta Historica – Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, José MATTOSO, (ed.), Vol. II/I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 428; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 692.

⁴⁶¹ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 692.

⁴⁶² Fidalgo da casa de D. Afonso IV, IDEM, *IBIDEM*.

⁴⁶³ Cf. *Portugaliae Monumenta Historica – Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, Vol. II/2, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁶⁴ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 692.

2.1.2.

Afonso Furtado, tio⁴⁶⁶.

Fernão Furtado, irmão⁴⁶⁷.

2.1.3.

Casa com D. Isabel Osório (?)⁴⁶⁸.

2.1.4.

Afonso Furtado de Mendonça⁴⁶⁹, Fernão Furtado⁴⁷⁰ filhos.

⁴⁶⁵ IDEM, *IBIDEM*.

⁴⁶⁶ Anadel-mor e capitão do mar. Ofícios que passam depois a ser exercidos por Afonso Furtado, cf. João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco TORRES e Visconde Sanches de BAENA, *Memorias Histórico-Genealogicas dos Duques Portugueses do século XIX*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883, p. 763.

⁴⁶⁷ Senhor da honra de Pedroso, IDEM, *IBIDEM*; morador da casa de D. João I na qualidade de escudeiro com a moradia de 1 200 libras, cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 122, p. 284; não deixa descendentes, cf. Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 253v.

⁴⁶⁸ Cf. João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco TORRES e Visconde Sanches de BAENA, *Memorias Histórico-Genealogicas dos Duques Portugueses do século XIX*, *op. cit.*, p. 763; a informação quanto ao seu casamento não se apresenta uniforme, pois também é referido o nome de D. Maria Gonçalves de Moreira, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 692.

⁴⁶⁹ Anadel-mor dos besteiros de conto de D. Duarte e D. Afonso V e do conselho de D. Afonso V; casa com D. Constança Nogueira filha de Afonso Anes Nogueira, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2002, doc. 284, p. 186; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 692; *Livro Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, p. 272; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobilário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 438; Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 253v.

⁴⁷⁰ Por carta de doação de D. João I datada de Lisboa, a 30 de março de 1389, recebe, a título perpétuo e hereditário, a quinta de Guarra no termo de Vila Relá, confiscada a Diogo Garcia por este estar ao serviço de Castela; morreu sem deixar descendentes, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 338, pp. 184-185; João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco TORRES e Visconde Sanches de BAENA, *Memorias Histórico-Genealogicas dos Duques Portugueses do século XIX*, *op. cit.*, p. 763.

Nuno Furtado de Mendonça⁴⁷¹, Duarte Furtado de Mendonça⁴⁷², Violante Nogueira⁴⁷³, Diogo de Mendonça⁴⁷⁴, João de Mendonça⁴⁷⁵, netos.

2.2.

2.2.1.

Nobre⁴⁷⁶.

2.2.2.

Nobre⁴⁷⁷.

⁴⁷¹Aposentador-mor de D. Afonso V, cf. P. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, Braga, Typografia de Domingues Gonçalves Gouvea, 1869, Tratado VII, Cap. IV, p. 376; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 172; António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, Coimbra, Atlântida, 1947, p. 25.

⁴⁷² Membro do conselho de D. João II, anadel-mor dos besteiros do conto, sucedendo a seu pai; comendador do Torrão da Ordem de Santiago, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 172; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *op. cit.* Vol. II, p. 148; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobilário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 450.

⁴⁷³ Donzela da infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso V e comendadeira de Santos, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 272; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, , p. 172; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *op. cit.* Vol. II, p. 164.

⁴⁷⁴ Alcaide-mor de Mourão a anadel-mor dos besteiros do conto, sucedendo a seu irmão, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 173.

⁴⁷⁵ Alcaide-mor de Chaves, IDEM, *IBIDEM*.

⁴⁷⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 692.

⁴⁷⁷ Pela ascendência paterna.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1412)

5.4.

Sicília

1412 – Agosto – Propor casamento do infante D. Pedro com a ex-rainha
D. Branca da Sicília⁴⁷⁸.

7.

1381 – Anadel-mor de D. Fernando⁴⁷⁹.

1383 – Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino⁴⁸⁰.

1384 – Membro da armada que sai de Lisboa para o Porto a fim de
combater os galegos castelhanos⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Cap. XV, p. 79 ; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, Angell Canellas Lopez (ed.), Saragoça, Institución “Fernando el Católico”, 1967, Livro XII, p. 422; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXXII, p. 665; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro V, pp. 352-355; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volumes II, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, Cap. XIX, p. 903; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCXC, p. 1409; Mestre Mateus de PISANO, “Livro da Guerra de Ceuta”, *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Tomo 1, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790, pp. 17-18; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 232.

⁴⁷⁹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, p. 388; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, M DC LXXVII, Livro I, p. 14.

⁴⁸⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, ed. William J Entwistle. e Luís F. Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, Cap. CLXI, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCXXV, p. 1149.

⁴⁸¹ As galés de Lisboa e do Porto “amdarom estomçe per aquella costa [da Galiza] tomamdo muito rrefresco, fazendo todo mall e dano que podiam”, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*,

- 1384 – Agosto – Vem na armada do Porto para Lisboa para combater a combater a armada castelhana no estuário do Tejo⁴⁸².
- 1385 – Capitão-mor do mar⁴⁸³.
- 1386 – Comandante da esquadra que D. João I envia a Inglaterra para trazer o duque de Lencastre até à Galiza⁴⁸⁴.
- 1386 – Chegada da armada a Fowey (Cornualha)⁴⁸⁵.
- 1386 – Plymouth, julho, 9 – Saída da armada do duque de Lencastre, reforçada pela esquadra portuguesa⁴⁸⁶.
- 1389 – Abril – Capitão de quatro galés portugueses que patrulham o Canal da Mancha⁴⁸⁷.

Capítulos CXX, p. 205 e CXXIV, pp. 213-214; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume III, *op. cit.*, Cap. CCXIV, p. 1095.

⁴⁸² IDEM, Cap. CXXXIX, pp. 243-244; IDEM, Cap. CCXXIX, p. 1118.

⁴⁸³ Nomeado por D. João I, após as Cortes de Coimbra, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, p.4; Duarte Nunes de LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 548.

⁴⁸⁴ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d’armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, J. A. C. BUCHON (ed.), Librairie Ch. Delagrave, s/d., Livro III, Cap. XXII, p. 486; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 609; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 157; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCLXVI, pp. 1304-1305; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 438, nota 6.

⁴⁸⁵ Esta armada vem reforçar o auxílio ao duque de Lencastre. Afonso Furtado encontra-se em Inglaterra com Lourenço Anes Fogaça, um dos embaixadores de D. João I, cf. Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXIII, p. 187; Soares da Sylva indica como local de chegada da armada portuguesa o porto de Plymouth e informa que dali saíram em direcção à Corunha onde terão chegado a 25 de julho de 1386, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCLXIX, p. 1317; Peter E RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 452.

⁴⁸⁶ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 129.

1415 – Participa na empresa de Ceuta⁴⁸⁸.

9.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presente, como vizinho de Lisboa, na cerimónia de homenagem ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa⁴⁸⁹.

1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra⁴⁹⁰.

1393 – Lisboa, maio, 15 – Testemunha da assinatura de tréguas entre Portugal e Castela⁴⁹¹.

11.

11.2.

1383 – Lisboa, setembro, 12 – Escudeiro de D. Fernando encarregue de zelar pelo bom-nome das freguesias de Lisboa⁴⁹².

⁴⁸⁷ Cf. Peter E RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 565.

⁴⁸⁸ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Cap. L, p.178; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, 1676, Livro V, pp. 372-373.

⁴⁸⁹ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, *op. cit.*, 1988, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁴⁹⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXII, p. 344; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLIV, p. 538; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 12; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 37.

⁴⁹¹ Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fol. 1.

⁴⁹² Controlava, através de uma rede de informadores, os indivíduos que se desviam do padrão social. Dava-lhes ordem de prisão e entregava-os posteriormente à justiça, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s/d., Prólogo, p. 6.; *Documentos do Arquivo Histórico da cidade de Lisboa – Livro de Reis, I*, Lisboa, 1957, doc. 25, p. 359.

11.6.

- 1384 – Carta de mercê do Mestre de Avis de duas quintas confiscadas a Gonçalo Vasques de Azevedo⁴⁹³.
- 1391 – Gouveia, agosto, 8 – Carta de doação, enquanto fosse mercê de D. João I, da lezíria de Alfimara com todas as suas rendas e direitos⁴⁹⁴.
- 1395 – Vila Real, novembro, 6 – Carta de confirmação da doação de uma quinta na Ulmeira pertença de José Romão e de outra na Telhada com seus moinhos que foram de Gonçalo Vasques de Azevedo que morreu ao serviço de Castela⁴⁹⁵.
- 1402 – Montemor-o-Novo, fevereiro, 8 – Carta de doação de D. João I, a título vitalício, de umas casas em Lisboa, na freguesia da Sé, como forma de remuneração por serviços prestados ao rei⁴⁹⁶.
- 1414 – Abril, 2 – Carta de D. João I de doação, enquanto fosse mercê do rei, da lezíria de Santa Maria da Valada com todos os direitos e rendas⁴⁹⁷.

⁴⁹³ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XX, p. 623; João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco TORRES e Visconde Sanches de BAENA, *Memórias Histórico-Geneológicas dos Duques Portugueses do século XIX*, *op. cit.*, pp. 763-764.

⁴⁹⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 527, p. 279.

⁴⁹⁵ IDEM, Tomo 2, Vol. II, documento 903, p. 159.

⁴⁹⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 177, pp. 86-87; Silva MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Volume I, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944, 205, p. 214 e 225, p. 613

⁴⁹⁷ IDEM, Tomo 3, Vol III, documento 1086, p. 167; IDEM, 225, p. 613.

2. Álvaro Afonso Nogueira

2.

2.1.1.

Mestre João das Leis, avô paterno⁴⁹⁸.

Constança Afonso, avó paterna⁴⁹⁹

Afonso Anes Nogueira, "o das leis", pai⁵⁰⁰.

Joana Vaz de Almada, mãe⁵⁰¹.

2.1.2.

Rui Nogueira⁵⁰², Gomes Nogueira⁵⁰³, Afonso Nogueira⁵⁰⁴, Violante

⁴⁹⁸ Membro do conselho dos reis D. Afonso IV e D. Pedro, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, *op. cit.*, p. 94.

⁴⁹⁹ Filha de Afonso Esteves de Azambuja, IDEM, *IBIDEM*.

⁵⁰⁰ Por carta de doação de D. João I, datada de Santarém a 22 de agosto de 1385, recebe de juro e herdade, a título perpétuo, Mondim, Cerva, Atei e Ferrarias, com todos os direitos, rendas e pertenças, exceto as alçadas das apelações e agravos; por carta datada de Santarém a 30 de junho de 1397, recebe, a título perpétuo e hereditário, o quarto da quinta de Oeiras; por carta datada de Lisboa a 6 de junho de 1399 recebe de juro e herdade casas em Lisboa e vem referido como membro do conselho régio, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 591, p. 38, e Tomo 3, Vol. II, documento 1224, pp. 101-102, e documento 1248, pp. 121-122; senhor do morgadio de S. Lourenço de Lisboa e alcaide-mor de Lisboa, em 1400, por carta de D. João I datada de Braga a 15 de outubro, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1373, p. 180; *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 355; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, pp. 349, nota 1 e 377; Miguel Gomes MARTINS, *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s/d, pp. 45 e 107;

⁵⁰¹ Filha de Vasco Lourenço de Almada, *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 355.

⁵⁰² Casa com Aldonça Meneses, filha natural de D. Pedro de Meneses; alcaide-mor de Lisboa em 1426, cavaleiro da casa do infante D. Duarte; senhor do morgadio de S. Lourenço de Lisboa; cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136; Miguel Gomes MARTINS, *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433), op. cit.*, pp. 41-42 e 108; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, *op. cit.*, p. 98; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 44v.

Nogueira⁵⁰⁵, Constança Nogueira⁵⁰⁶, Maria Nogueira⁵⁰⁷, Teresa Nogueira⁵⁰⁸, irmãos.

2.1.3.

Casa com Catarina Gonçalves Malafaia⁵⁰⁹.

⁵⁰³ Acompanha o seu irmão a Pisa e dedica-se a atividades mercantis; participa na expedição a Tânger, e na batalha de Alfarrobeira com o seu primo D. Álvaro Vasques de Almada, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 135-136; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98.

⁵⁰⁴ Fundador da congregação de S. João Evangelista, em 1425, nomeado bispo de Coimbra, em 1453, e depois arcebispo de Lisboa, em 1460; senhor do morgadio de S. Lourenço de Lisboa, cf. Frei João de S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, Coimbra, Officina de Diogo Gomes Lourenço, 1644, Tratado II, Parte IV, Cap. XXVI, p. 405; *Livro de Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 355; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 391, nota 2; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 44v.

⁵⁰⁵ Casa com João Afonso de Brito senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja; por morte de seu irmão D. Afonso Nogueira recebe o morgadio de S. Lourenço de Lisboa, cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 355; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98.

⁵⁰⁶ Segundo Rita Costa GOMES casa com Duarte Furtado, cf. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 136; no *Livro de Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 355 refere o seu casamento com Vasco Furtado; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 391, nota 2, diz que casa com Afonso Furtado de Mendonça e a mesma informação é veiculada por Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98.

⁵⁰⁷ Casa com Vasco Martins de Albergaria, cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 355; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98.

⁵⁰⁸ Casa com Diogo Fernandes de Almeida, senhor do Sardoal, rico-homem, vedor da fazenda, alcaide-mor de Abrantes e do conselho de D. Duarte e D. Afonso V, cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 355; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, pp. 347-349; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, op. cit., p. 98.

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro⁵¹⁰.

2.2.3.

Fidalgos⁵¹¹.

2.2.4.

Malafaia, Meneses⁵¹².

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1410).

5.4.

Pisa

1410 – Enviado ao concílio de Pisa⁵¹³.

1410 – Bolonha, janeiro, 7 – Bula *Cum dilectos filios* do papa Alexandre V de acolhimento e de isenção do pagamento de direitos⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 355; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume III, op. cit.*, p. 98; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...]*, fl. 44v.

⁵¹⁰ Cf. *Monumenta Henricina, I, op. cit.* documento 140, p. 325.

⁵¹¹ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 136.

⁵¹² Pelas alianças matrimoniais, IDEM, *IBIDEM*.

⁵¹³ Cf. *Monumenta Henricina, I, op. cit.* documento 140, p. 325; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 135; Hélène MILLET, “La participation de Portugal au Concile de Pise: 1409”, *op. cit.*, pp. 233-254.

⁵¹⁴ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, Tomo 9, op. cit.*, p. 402.

3. Álvaro Gonçalves Camelo

1.

1.1.

(?) – 1423⁵¹⁵

2.

2.1.1.

Gonçalo Nunes Camelo, pai⁵¹⁶.

D. Aldonça Rodrigues Pereira, mãe⁵¹⁷.

Rui Gonçalves Pereira, avô materno⁵¹⁸.

Elvira Garcia Pinçoa, avó materna⁵¹⁹.

Nuno Gonçalves Camelo, avô paterno⁵²⁰.

Inês Martins Pimentel, avó paterna⁵²¹.

⁵¹⁵ Segundo inscrição funerária gravada na secção lateral da tampa do seu sarcófago, que se encontra na Igreja Matriz de S. Pedro da Sertã, cf. Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa, op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, pp. 2145-47.

⁵¹⁶ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, Tratado III, Cap. XIII, pp. 356-357; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 317.

⁵¹⁷ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, pp. 356-357.

⁵¹⁸ Cf. Fátima Regina FERNANDES, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, Vol. 7, 2006, p. 276, nota 87.

⁵¹⁹ IDEM, p. 276.

⁵²⁰ Cavaleiro da corte de D. Afonso IV, Cf. José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens medievais portuguesas : genealogias e estratégias 1279-1325*, Porto [Edição de autor], 1997, p. 987; *Portugaliae Monumenta Historica – Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, José MATTOSO, (ed.), Vol. II/I, p. 399.

⁵²¹ IDEM, *IBIDEM*.

Álvaro, Gonçalo e Rui Pereira, tios⁵²².

Mor Nunes Camelo, tia⁵²³.

2.1.2.

Nuno Gonçalves Camelo⁵²⁴, Vasco Gonçalves Camelo⁵²⁵, e Guiomar Gonçalves Camelo⁵²⁶, irmãos.

2.1.4.

Álvaro Gonçalves Camelo, filho natural⁵²⁷.

⁵²² Senhores da Feira e filhos de Rui Gonçalves Pereira, cf. Fátima Regina FERNANDES,, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV, *op. cit.*, p. 276.

⁵²³ Monja em Arouca entre 1327 e 1331, cf. Maria Filomena Pimentel de Carvalho ANDRADE, *in oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura* a Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs XIII-XIV), Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade em História Económica e Social Medieval), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 587; Luís Miguel RÊPAS, “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais e familiares”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 17, 2005, pp. 69-70.

⁵²⁴ Foi cónego de Braga e não deixou descendentes, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, Porto, Livraria Fernando Machado, s/d, p. 317; José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens medievais portuguesas : genealogias e estratégias 1279-1325*, *op. cit.*, p. 988.

⁵²⁵ Por carta do Mestre de Avis, passada em Lisboa a 22 de agosto de 1384, recebe os direitos e foros dos judeus do Porto, Monchique e Gaia, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, documento 219, Tomo 1, Vol. 1, p. 111; por carta datada de Coimbra a 5 de abril de 1385 recebe todos os bens móveis e de raiz que Fernão Lourenço de Passo possuía no julgado de Baião e outros lugares por este apoiar Castela, *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 837, p. 168; faz-lhe doação, por carta datada de Santarém, a 30 de agosto de 1385, de juro e herdade, das terras de Baião, Lágea e S. Salvador, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 595, pp. 39-40; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fol. 90; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 235; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 317.

⁵²⁶ Abadessa do convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios, entre 1343 e 1364, cf. José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens medievais portuguesas : genealogias e estratégias 1279-1325*, *op. cit.*, p. 988, Maria Filomena Pimentel de Carvalho ANDRADE, *in oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura* a Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs XIII-XIV), *op. cit.*, p. 587.

Lúis Álvares de Sousa⁵²⁸, Fernão de Sousa Camelo, Fernão Pereira Camelos⁵²⁹, netos.

2.2.1.

Cavaleiro⁵³⁰.

2.2.2.

Clero⁵³¹.

2.2.4.

Pereira⁵³².

⁵²⁷ Recebe de D. João I, por morte de seu tio Vasco Gonçalves Camelo, as terras de Baião e Lágea que lhe foram confiscadas por ir para Castela e novamente doadas quando regressa, por carta de D. João I, datada de Santarém, a 3 de março de 1403; Vedor da Fazenda do Porto; casa com D. Inês de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa Chichorro e de D. Maria de Briteiros, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1498, pp. 254-255; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 235; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, pp. 356-357; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 318.

⁵²⁸ Recebe, por morte de seu pai, a confirmação da doação das terras de Baião, Lágea e S. Salvador por carta de D. João I datada de Sintra a 23 de outubro de 1412; casa com D. Filipa Coutinho filha de Fernão Martins Coutinho, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento 884,p.51; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 57v.

⁵²⁹ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 318.

⁵³⁰ Os seus ascendentes surgem como cavaleiros da corte dos reis D. Afonso IV e D. Pedro, cf. José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens medievais portuguesas : genealogias e estratégias 1279-1325, Vol II, op. cit.*, pp. 987-988.

⁵³¹ Criado do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, esteve sempre ligado a esta Ordem Militar, cf. Fátima Regina FERNANDES, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV, *op. cit.* nota 87, p. 276.

⁵³² As ligações a esta família estabelecem-se por via materna e também pelas ligações à Ordem do Hospital, particularmente ao priorado de Álvaro Gonçalves Pereira e Pedro Álvares Pereira.

4.

4.1.

1391 – 1399 – Meirinho-mor da Beira e Trás-os Montes⁵³³.

1403 – Nomeado por D. João I como 1.º donatário de Guimarães⁵³⁴.

1406 – Meirinho-mor da comarca de Entre-Douro-E-Minho⁵³⁵.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1389-1412).

5.3.

Mensageiro do Mestre de Avis

1383 – Alenquer – Apresentar à rainha D. Leonor Teles proposta de casamento com o Mestre de Avis⁵³⁶.

5.4.

Castela e Sicília

Castela / Portugal

⁵³³ Exerceu este cargo até exilar-se temporariamente em Castela, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit., p. 318*; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit., p. 95*.

⁵³⁴ Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES, Amélia Aguiar ANDRADE, *Atlas de cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional e Investigação Científica, 1990, p. 18.

⁵³⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, *op. cit.* documento 973, p. 229.

⁵³⁶ Esta missão não teve qualquer sucesso, quer pelo propósito, quer pelos agentes nomeados, particularmente Álvaro Pais, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 1.ª Parte, op. cit., Cap. XXV, p. 44*; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, Cap. IX, p. 455; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, 1676, Livro I, pp. 67-68; *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, documento 10, pp. 49-53; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo 5, Edicion preparada por Angell Canellas LOPEZ, Saragoça, Institución “Fernando el Católico”, 1967, Livro XII, p. 422; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XXIX, p. 159; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit., p. 49*.

- 1389 – Monção, novembro, 29 – Outorgar tréguas com Castela por um período de seis anos⁵³⁷.
- 1390 – Brihuega, junho – Obter do rei de Castela assinatura das tréguas de Monção⁵³⁸
- 1393 – Lisboa, maio, 15 – Representante de D. João I para reiterar, com os embaixadores enviados pelo rei de Castela, a assinatura de um período de tréguas por quinze anos⁵³⁹.
- Sicília
- 1412 – Agosto – Propor casamento do infante D. Pedro com a ex-rainha D. Branca da Sicília⁵⁴⁰.

⁵³⁷ Este tratado é ratificado por D. João I a 21 de dezembro de 1389; cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXI, pp. 289-90; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXV, p. 637; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro III, p. 295; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Caps. CLXXVII, p. 933 e CXC, p. 948; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 141.

⁵³⁸ Cf. Pero LOPEZ AYALA, “Cronica de D. Juan I” *op. cit.*, Año doceno, Cap. XIV, p. 339.

⁵³⁹ Na sequência da assinatura das tréguas, os reféns de Castela, ficam sob sua custódia em Santarém, cf. Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Leg. 47-29; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CL, pp. 314-315; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXV, pp. 639-640; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro III, p. 300; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CXC, pp. 948-949; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, II, Vol.IV/2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1989, p. 23; 2.º Visconde de SANTARÉM, *Opusculos e Esparsos*, João de FREITAS (Coligidos e Coordenados), Volume I, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910, p. 20.

⁵⁴⁰ Considerada esta embaixada uma estratégia para recolher informações sobre o porto de Ceuta, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Cap. XV, p. 79 ; ZURITA, Jerónimo, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, *op. cit.*, Livro XII, p. 422; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de*

6.

Comendador de Poiares⁵⁴¹.

Prior da Ordem do Hospital / Crato⁵⁴².

7.

1384 – Cerco de Torres Novas. Feito prisioneiro e levado para Santarém⁵⁴³.

1385 – Outubro – Participa na batalha de Valverde ao lado de Nuno Álvares Pereira⁵⁴⁴.

1386 – Julho, 15 – Nomeado marechal da hoste por D. João I⁵⁴⁵.

Portugal, op. cit., Cap. LXXXII, p. 665; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D'ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio, op. cit.*, Livro V, pp. 352-355; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volumes II, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, Cap. XIX, p. 903; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCXC, p. 1409; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 232; Oliveira MARTINS, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Parceria A. M Pereira, 1922, pp. 22 e 25.

⁵⁴¹ Possuía esta comenda e outras quando morreu frei Álvares Gonçalves Pereira, prior do Hospital, cf. *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1972, Cap. VII, p. 18; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II *op. cit.*, Cap. CXXII, p. 640.

A nomeação para o priorado não foi linear. Por morte de Álvaro Gonçalves Pereira, D. Fernando nomeia para este cargo Pedro Álvares Pereira, o que foi contestado por Álvaro Gonçalves Camelo. Esta disputa levou a que procurassem cada um deles apoio em Roma ou Avinhão. Contudo, Álvaro Gonçalves Camelo só ascendeu ao priorado por morte de Pedro Álvares Pereira, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXV, p. 62; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CXXII, p. 640; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 235; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 144; Rita Costa GOMES, *D. Fernando, op. cit.*, p. 180.

⁵⁴³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXX, pp. 319-320; *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, op. cit.*, Cap. LIII, p. 148. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXXVII, p. 1160.

⁵⁴⁴ Estava na retaguarda do exército do Condestável, Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXL, p. 702; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 318.

- 1386 – Acompanha D. João I num alarido a Vilariga⁵⁴⁶.
- 1387 – Presente na vanguarda da hoste portuguesa que auxilia o duque de Lencastre em Castela⁵⁴⁷.
- 1388 – Janeiro – Participa no cerco de Melgaço ao lado de D. João I⁵⁴⁸.
- 1393 – Alcaide-mor de Santarém⁵⁴⁹ e de Marvão⁵⁵⁰.
- 1400 /1401 – Exílio em Castela. Luta contra D. João I⁵⁵¹.
- 1415 – Lisboa, julho – Cabo de uma das oito galés que o infante D. Pedro apresenta na barra de Lisboa para receber a armada do infante D. Henrique proveniente do Porto⁵⁵².

⁵⁴⁵ Esta nomeação decorre da morte do anterior marechal, Álvaro Pereira. Quando decidiu ir para Castela, entre 1400 e 1401, o cargo passou a ser exercido por Gonçalo Vasques Coutinho, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXVIII, p. 180; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Caps. CVIII, p. 554 e CCLXVIII, p. 1316; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XLVIII, p. 381; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, 95.

⁵⁴⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXI, p. 166.

⁵⁴⁷ IDEM, Cap. C, p. 215; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, nota 20, p. 492.

⁵⁴⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXXIV, p. 275.

⁵⁴⁹ Cf. 2.º Visconde de SANTARÉM, *Opusculos e Esparsos*, João de FREITAS (Coligidos e Coordenados), Volume I, *op. cit.*, p. 20; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 318.

⁵⁵⁰ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 318; VISCONDE de SANTARÉM (Col.), *Memorias chronologicas authentica dos alcaides mores da villa de Santarem, desde o principio da monarquia até o prezente*, Lisboa, Typographia de R. J. de Carvalho, s/d., p. 13.

⁵⁵¹ Durante o tempo em que está em Castela é nomeado outro prior, Lourenço Esteves, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXIV, p. 398; *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXXIII, p. 222; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 657; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXXVII, p. 1394; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 222.

1415 – Agosto – Participa na empresa de Ceuta. Vai na armada de D. João I⁵⁵³.

8.

1383 – Membro do conselho de D. João I⁵⁵⁴.

9.

1384 – Coimbra – Presente no momento em que o conde D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor Teles, decide não seguir o partido de Castela⁵⁵⁵.

1384 – Durante o cerco de Lisboa fica como refém até ao regresso do mensageiro de Castela⁵⁵⁶.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presta homenagem e juramento ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa⁵⁵⁷.

⁵⁵² Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 60, p. 150.

⁵⁵³ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 78; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXXVIII, p. 680; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I, II*, *op. cit.*, Cap. CCCI, p. 1455; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op.cit.*, p. 201; Mestre Mateus de PISANO, “Livro da Guerra de Ceuta”, *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portuguesa, dos Reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Afonso V e D. Joaõ II*, Tomo 1, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790, pp. 17-18; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I, II*, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455.

⁵⁵⁴ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 32, p. 86; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 95.

⁵⁵⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Joaõ I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXIII, p. 125; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. XIX, p. 477; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I, II*, *op. cit.*, Cap. CCXI, p. 1029.

⁵⁵⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Joaõ I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXL, p. 249.

⁵⁵⁷ IDEM, Cap. CLIV, p. 285; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom Joaõ I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro II, pp. 179-180; cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. XXXVIII, p. 525; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava,

- 1385 – Santarém – Sai da prisão após a batalha de Aljubarrota⁵⁵⁸.
- 1386 – Coimbra, agosto, 12 – Presente na ratificação do Tratado de Windsor feita por D. João I através Guilherme de Farynge, embaixador do rei inglês Ricardo II⁵⁵⁹.
- 1387 – Coimbra, Agosto, 27 – Testemunha da carta de D. João I endereçada ao rei Ricardo II de Inglaterra de confirmação da Liga estabelecida entre Portugal e Castela⁵⁶⁰.
- 1393 – Manifesta a D. João I desagrado pela atitude de o Condestável repartir as terras recebidas por aqueles que o serviram⁵⁶¹.
- 1397 – Mandado prender por D. João I por suspeita de traição⁵⁶².
- 1398 – Julho – Fuga da prisão. Nuno Álvares Pereira encontra-o no

op. cit., Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 215; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1145.

⁵⁵⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. L, p. 122; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CCLXIII, p. 1288; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXVIII, p. 639.

⁵⁵⁹ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes IV, *op. cit.*, p. 15-16; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, pp. 101-102.

⁵⁶⁰ Cf. *Foedera, conventiones, literae*, RYMER, Thomas (ed.), Volume III, Parte IV, Londres, Georgeii Holmes, 1740, p. 15. Disponível em <http://www.archive.org/details/fderaconvention03ryme>.

⁵⁶¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXLIV, p. 719.

⁵⁶² Ficou sob a responsabilidade de Martim Afonso de Melo, alcaide de Évora, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLX, p. 338; *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 189; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXVII, p. 647; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro III, p. 318; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXXIV, pp. 1383-1384.

- Crato e leva-o consigo para se reconciliar com D. João I⁵⁶³.
- 1414 - Torres Vedras, junho – Convocado, por D. João I, para uma reunião sobre os preparativos da empresa de Ceuta⁵⁶⁴.
- 10.
- 1415 – Lisboa, julho, 21 – Responsável por alguns desacatos na organização da partida para Ceuta⁵⁶⁵.
- 1415 – Ceuta, setembro, 2 – Intercede a favor de D. Pedro de Meneses para que este seja nomeado capitão da praça de Ceuta⁵⁶⁶.
- 11.
- 11.1.
- Senhor de Baião, Lágua e S. Salvador⁵⁶⁷.
- 11.2.
- 1386 – Ponte da Barca, dezembro, 8 – Jurisdição cível e crime de Penela, em Riba de Lima⁵⁶⁸
- 11.6.

⁵⁶³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CCXXIV, p. 375; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXIX, p. 177; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXIX, pp. 655; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CCXXIV, p. 375; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 215; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II *op. cit.*, Cap. CXLVI, p. 734.

⁵⁶⁴ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 100; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 32, p. 86; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCXCIV, p. 1444.

⁵⁶⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 66, p. 162.

⁵⁶⁶ IDEM, documento 100, p. 211.

⁵⁶⁷ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCXCIII, p. 1426; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 232; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 317.

⁵⁶⁸ Cf. Chancelarias Portuguesas – D. João I, *op. cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1270, p.171.

- 1386 – Ponte da Barca, dezembro, 8 – Carta de doação de D. João I da terra de Penela, em Riba de Lima com todas as rendas e direito⁵⁶⁹.
- 1388 – Évora, dezembro, 14 – Carta de doação de D. João I dos bens pertencentes a seu irmão Álvaro Gonçalves Camelo, que morreu sem deixar descendentes⁵⁷⁰
- 1390 – Coimbra, março, 15 – Carta de doação perpétua e hereditária de D. João I, de umas casas em Coimbra⁵⁷¹.
- 1391 – Évora, fevereiro, 22 - Carta de doação de D. João I de Ouguela com todas as suas rendas, em vida⁵⁷².
- 1395 – Tentúgal, junho, 13 – Carta de doação do castelo de Marvão com todas as suas rendas⁵⁷³.
- 1397 – Santarém, agosto, 31 – Carta de doação de todos os bens móveis e de raiz confiscados a Fernando Afonso de Ulveira por servir o rei de Castela⁵⁷⁴
- 1405 – Sintra, julho, 8 – Carta de confirmação de D. João I de um escambo de terras em Aveiro⁵⁷⁵.
- 1407 – Santarém, maio, 7 – Carta de doação de D. João I da ilha de Testada em Aveiro, enquanto for mercê do rei⁵⁷⁶.

⁵⁶⁹ IDEM, *IBIDEM*,

⁵⁷⁰ IDEM., Tomo 1, Vol. II, documento 308, pp.172-173.

⁵⁷¹ IDEM, Tomo 1, Vol. II, documento 78, p. 48; estas casas pertenciam a Martim Malho, almoxarife em Coimbra nos reinados de D. Pedro e D. Fernando e foram-lhe confiscadas por motivos de dívida.

⁵⁷² IDEM, documento 493, p. 260; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 124v.

⁵⁷³ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 878, p. 147.

⁵⁷⁴ IDEM, Tomo 3, Vol. II, documento 1233, p. 109; Humberto Baquero MORENO, “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. IV, Porto, Faculdade de Letras, 1996, p. 111.

⁵⁷⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 305, pp. 188-190.

11.8.

1391 – Porto, fevereiro, 26 – Carta da vereação da cidade do Porto, de acordo com as Cortes de Évora, a autorizá-lo a construir nesta cidade estalagens para os Grandes e honrados⁵⁷⁷

4. Álvaro Gonçalves da Maia

1.

(?) – depois de 1450⁵⁷⁸.

2.

2.1.1.

Martim da Maia⁵⁷⁹, pai (?)

Ana Anes, mãe⁵⁸⁰

Álvaro Fernandes⁵⁸¹.

⁵⁷⁶ Nesta carta de doação, D. João I autoriza a criação de cavalos (oito a dez éguas), IDEM, Tomo 2, vol. III, documento 598, pp. 135-136; *Archivo Historico Portuguez*, vol. II – n.º 2, Lisboa, 1904, I, p. 61.

⁵⁷⁷ Cf. João Pedro RIBEIRO, *Additamentos e retoques á Synopse Chronologica*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1829, p. 85.

⁵⁷⁸ A 27 de novembro de 1450 há notícia de uma sentença desfavorável a Álvares Gonçalves da Maia, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, *op. cit.*, 777, III, 10-15, p. 53.

⁵⁷⁹ Contador de D. Fernando e Vedor da Fazenda de D. João I e de D. Filipa até 1397, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 133; por carta de doação de D. João I datada de Lisboa a 26 de novembro de 1395 recebe casas em Lisboa, de juro e herdade, situadas na rua da Sapataria a par da Madalena, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1075, pp.11-12; Cristóvão Alão de MORAIS regista-o como pai, cf. *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 296; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 367-368.

⁵⁸⁰ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 296.

2.1.4.

Fernando Álvares da Maia⁵⁸², Gil Vaz da Maia, Domingos Anes da Maia, João da Maia⁵⁸³, filhos.

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro⁵⁸⁴.

4.

4.2.

Escrivão da câmara de D. João I (1385?-1414)⁵⁸⁵.

Vedor da casa de D. João I no Porto (1415)⁵⁸⁶.

Provedor da Fazenda de D. Duarte, na cidade do Porto⁵⁸⁷.

⁵⁸¹ Criado de Martim Afonso de Miranda, residente no Porto, cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 69, p. 130.

⁵⁸² Senhor da Trofa e Aguiar de Pena; está ao serviço do infante D. Pedro; morre na batalha de Alfarrobeira, cf. cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 296.

⁵⁸³ Não deixam descendentes, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 296.

⁵⁸⁴ Assim designado em carta de D. Duarte datada de Almeirim em 31 de dezembro de 1433, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 19, pp. 14-15; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 281.

⁵⁸⁵ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 281; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 133; MORENO, Baquero, "O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas", *op. cit.*, p. 135.

⁵⁸⁶ Provedor da fazenda no Porto, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CIV, p. 555; Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, II, *op. cit.*, p. 654; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 281.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1415).

5.2.

Escrivão de D. João I (1411).

5.3.

Mensageiro (1411/1412).

1411/1412 – Portador de duas cartas: uma de D. Catarina de Castela

dirigida a D. João I a solicitar auxílio na luta contra os mouros de Granada e outra da resposta de D. João I à rainha regente de Castela sobre este assunto⁵⁸⁸.

5.4.

Castela

1411 – Aylon outubro, 31 - Escrivão do rei D. João I na embaixada

portuguesa para a assinatura da Paz perpétua com Castela⁵⁸⁹.

⁵⁸⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 19, pp. 14-15 e Volume III, doc. 195, p. 143; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 296.

⁵⁸⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXCVII, p. 439; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 291; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 7, pp. 35-39.

⁵⁸⁹ Estão presentes os escrivães de Portugal e Castela, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4576, XVIII, 11-4, p. 627; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 5, p. 31; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 288; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Capítulos CXCII, p. 960; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. V, p. 50; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXI, p. 661; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXXCV, pp. 431-435.

Aragão

1415 – Évora, outubro, 20 – Embaixador ao rei de Aragão para lhe oferecer o porto e a praça de Ceuta como pontos de apoio militar da guerra contra Granada⁵⁹⁰.

11.

11.1.

1405 – Carta de D. João I a autorizá-lo a construir moinhos de maré junto a Aldeia Galega no Ribatejo⁵⁹¹.

1411 – Carta de D. João I a permitir-lhe a exploração de marinhas de sal em Caminha⁵⁹².

1433 – Almeirim, dezembro, 31 – Carta de confirmação de D. Duarte da compra da terra e lugar da Ponte de Almiara com seus casais de Castrovães a Afonso de Ulmeira⁵⁹³.

11.6.

1415 – Carta de D. João I de doação perpétua de uma ilha no rio Douro para a atividade piscatória⁵⁹⁴.

⁵⁹⁰ Trata-se de uma segunda embaixada, pois D. João I já tinha enviado ao rei aragonês João Escudeiro para lhe dar conhecimento do sucesso da empresa de Ceuta; nesta sequência apresenta a D. Fernando de Aragão uma proposta de aliança peninsular para a conquista do reino de Granada; depreende-se que outros assuntos a apresentar recaem sob a responsabilidade do vedor da fazenda que se desloca a Aragão “pera fallar couosco algũas cousas da nossa parte”, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, op. cit., Cap. XCI, p. 263; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Capítulos CLXXXIX, p. 940 e CCCVI, p. 1503; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, op. cit., pp. 295-296; *Monumenta Henricina*, II, op. cit., documentos 97, pp. 206-207, 107, pp. 225-226, e 108, pp. 226-229.

⁵⁹¹ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 144 e 175, nota 293.

⁵⁹² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 3, Vol. III, documento 881, pp. 47-48; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 144 e 175, nota 293.

⁵⁹³ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. Duarte*, Volume I, Tomo 1, op. cit. documento 19, pp. 14-15.

11.8.

1433 (?) – Morador da casa de D. João I com a moradia de 7 000 libras⁵⁹⁵.

5. Álvaro Gonçalves de Abreu

1.

1.1.

(?) – 1440⁵⁹⁶.

2.

2.2.

Clero⁵⁹⁷.

4.

4.2.

1430 – 1435 – Regedor das Justiças da Casa da Suplicação⁵⁹⁸.

⁵⁹⁴ Desta doação, o rei reserva para si o pagamento dos direitos das pescarias e a dízima para as suas galés, cf. *Archivo Historico Portuguez*, vol. II – n.º 2, Lisboa, 1904, p. 61; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 144 e 175, nota 293.

⁵⁹⁵ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 218; *Monumenta Henricina*, IV, op. cit. documento 64, p. 229.

⁵⁹⁶ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, Braga, Editorial Franciscana, 1986, p. 1; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, op. cit., p. 22, nota 74; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 150; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, op. cit., p. 557.

⁵⁹⁷ Pelas funções desempenhadas na esfera eclesiástica.

⁵⁹⁸ Em carta de 2 de Novembro de 1430, D. João I refere-o com o “cargo da Casa da Relação e justiça em a Corte”. Braamcamp Freire regista-o como o mais antigo regedor encontrado na documentação por ele pesquisada, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 150; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, op. cit., doc. 513, p. 366.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1423-1430)

5.4.

Borgonha

1423 / 24 – Borgonha – Tentativa de negociação do casamento entre o duque de Borgonha e a infanta D. Isabel⁵⁹⁹.

1428 – França / Borgonha – Contrato de casamento de Filipe o Belo com a Infanta D. Isabel⁶⁰⁰.

6.

Cónego de Lisboa e deão de Évora⁶⁰¹.

1419 – Agosto, 21 – Bispo de Lamego, delega no seu procurador D. Garcia de Meneses⁶⁰².

1421 – Junho, 25 – Nomeado bispo de Silves⁶⁰³.

⁵⁹⁹ Os contactos iniciados por D. João I, primeiro através de cartas e depois pela presença desta embaixada, desenrolam-se entre 18 de julho de 1423 e 14 de maio de 1424, cf. Werner SCHULZ, *AndreasKreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, Universidade de Freiburg, 1976, pp. 75-76; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 29 e 196-197.

⁶⁰⁰ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1731, Cap.CLXXXIX , p. 943; J. Cardoso GONÇALVES, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1930, p. 14; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, p. 22, nota 74; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 169.

⁶⁰¹ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 1.

⁶⁰² Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, Ratisbona, Altera, 1913, p. 291.

1429 – Fevereiro, 11 – Nomeado bispo de Évora⁶⁰⁴.

7.

1437 – Agosto, 17 – Participa na expedição a Tânger⁶⁰⁵.

8.

1438 / 1440 – Membro do conselho de D. Duarte⁶⁰⁶ e de D. Afonso V⁶⁰⁷.

9.

1429 – Lisboa, julho, 25 – Celebração da cerimónia de casamento da infanta D. Isabel, por palavras de presente, com o duque de Borgonha através do seu embaixador/procurador, o senhor de Roubais⁶⁰⁸.

⁶⁰³ IDEM, *IBIDEM*; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 29, nota 17.

⁶⁰⁴ IDEM, *IBIDEM*; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 22, nota 74; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 35.

⁶⁰⁵ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap.VIII, p. 751; Rui de PINA *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914, Cap. XXI, p. 149; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 22, nota 74; António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 48; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, p. 224; *Monumenta Henricina*, VI, *op. cit.* documento 69, p. 219; Frei João ÁLVARES, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, F. França AMADO (ed.), 1911, Cap. XIV, p. 34; Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), *op. cit.*, LXXVI, pp. 107-108; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 427.

⁶⁰⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 513, p. 366.

⁶⁰⁷ Por carta de perdão a um escudeiro do bispo de Évora, passada em Santarém a 18 de setembro de 1440, este é apontado como elemento do conselho régio, cf. Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), *op. cit.*, CXXVI, pp. 175-176.

⁶⁰⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4182, XVII, 6-3, pp. 156-158; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 177; Joseph Soares da SYLVA,

- 1429 – Outubro – Acompanha a duquesa de Borgonha na viagem até Écluse⁶⁰⁹.
- 1429 – Dezembro, 25 – Chegada da comitiva a Écluse⁶¹⁰.
- 1430 – Écluse, janeiro, 7 – Testemunha de ratificação do casamento dos duques de Borgonha, cerimónia conduzida pelo bispo de Tournais, Jean de Thoisy.⁶¹¹
- 1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de Paz assinado em Medina del Campo 30 de outubro de 1431⁶¹².
- 1433 – Lisboa, agosto, 15 – Discurso na cerimónia de aclamação do rei D. Duarte no terreiro do Paço da Alcáçova⁶¹³.
- 1433 – Vila Franca, outubro, – Missa em pontifical na trasladação do corpo de D. João I da Sé de Lisboa para o Mosteiro da Batalha⁶¹⁴.

Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I, op. cit., p. 188; António Domingues de Sousa COSTA, Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463), Tomo 1, op. cit., p. 40; Humberto Baquero MORENO, A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico, Volume I, op. cit., p. 22, nota 74; Fortunato de ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, Vol. II, op. cit., p. 557.

⁶⁰⁹ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 22 ,nota 74; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 170.

⁶¹⁰ Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482),op. cit.*, p. 35.

⁶¹¹ Cf. Jean LE FÉVRE, *Chronique*, II, François MORAND (ed.), Paris, 1881, Cap. CLXIII, pp. 163-164; J. Cardoso GONÇALVES, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro, op. cit.*, p. 25; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 22 nota 74; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 557.

⁶¹² Cf. *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra, 1960, documento 15, p. 86.

⁶¹³ Cf. Rui de PINA *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, *op. cit.*, Cap.II, p. 80; António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 48; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 69, p. 247; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, op. cit.*, p. 138.

- 1433 – Batalha, outubro, – Missa em pontifical na cerimónia de trasladação do corpo de D. João I da Sé para a Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha⁶¹⁵.
- 1433 – Outubro – Discurso de abertura nas Cortes de Leiria/ Santarém para o juramento e obediência ao rei D. Duarte⁶¹⁶.
- 1438 – Torres Novas – Cortes de Torres Novas. Discussão do regimento do reino. Surge como representante do clero, na qualidade de conselheiro⁶¹⁷.
- 1439 – Lisboa, novembro, 1 – Recebe juramento do infante D. Pedro como regente do reino⁶¹⁸.

10.

- 1437 – Nomeado pelo infante D. Fernando responsável pela sua sepultura, caso o infante D. Henrique ou o conde de Arraiolos não pudessem cumprir o disposto no testamento⁶¹⁹.

11.

11.4.

- 1424 – Oferta do duque de Borgonha de um osculatório de ouro

⁶¹⁴ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 85, pp. 277-278; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, pp. 149-150; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 382.

⁶¹⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 85, pp. 277-278

⁶¹⁶ Rui de PINA *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, *op. cit.*, cap.VI, p. 95; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, p. 22 nota 74; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, pp.156-157.

⁶¹⁷ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, pp. 21-22.

⁶¹⁸ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap.LX, p. 327.

⁶¹⁹ Cf. Frei João ÁLVARES, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, *op. cit.*, p. 135; *Monumenta Henricina*, VI, *op. cit.* documento 52, pp. 113-114.

e de duas peças e meia de veludo⁶²⁰.

11.7.

1423/24 – 1960 dobras para deslocação a França⁶²¹.

11.8.

Morador da casa de D. João I com a moradia de 4 900 libras⁶²².

6. Álvaro Gonçalves de Ataíde

1.

1.1.

(?) – 1452⁶²³.

2.

2.1.1.

Martim Gonçalves de Ataíde, pai⁶²⁴.

⁶²⁰ Esta oferta, encomendada de propósito para oferta a Álvaro Abreu, é descrita como “une paix de fin or bien riche, esmaillee au millieu d’une ymage de Nostre Dame, au dessus de laquelle paix a une croix aussi esmaille[e] d’une autre ymage et autour de ladicté ymage a quatre bien grosses perles”; toda a comitiva portuguesa foi agraciada, nomeadamente o doutor Fernando Afonso, o arauto do infante D. Duarte, o cavaleiro, dois gentis-homens, o escudeiro e os palfreiros; o duque recebeu de D. João I quatro ginetes, cf. Werner SCHULZ, *Andreaskreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, op. cit., p. 76; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, op. cit., pp. 196-197.

⁶²¹ A verba é partilhada com o doutor Fernando Afonso, cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 75; Maria José e Jorge Faro, “Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473 – subsídios documentais” in Congresso *Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, p. 13; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 225.

⁶²² *Monumenta Henricina*, I, op. cit. documento 122, p. 282.

⁶²³ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., pp. 81 e 83.

⁶²⁴ O seu casamento teve a ação da rainha D. Leonor que lhe dá o castelo de Chaves, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, s/d, Cap. LXV, p. 172; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia Historica, 1999, p. 35. Em maio de 1384

Mécia Vasques Coutinho, mãe⁶²⁵.

D. Pedro de Castro, sogro⁶²⁶.

D. Leonor Teles de Meneses, sogra⁶²⁷.

Gonçalo Vasques Coutinho, tio⁶²⁸.

2.1.2.

Vasco Fernandes de Ataíde⁶²⁹, D. Isabel de Ataíde⁶³⁰, D. Helena de Ataíde⁶³¹, D. Filipa de Ataíde⁶³² e D. Catarina de Ataíde⁶³³, irmãos.

participa, com o arcebispo de Santiago. numa investida contra o Porto. Como resultado foram-lhe confiscados todos os seus bens e doados a Fernando Afonso de Mascarenhas. Em dezembro de 1385, D. João I pôs cerco a Chaves e recusou-se a entregar o castelo e só entregará a vila em finais de 1386, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXIII, p. 153; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 76-77 e 79.

⁶²⁵ Irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do reino; depois de viúva foi aia dos infantes, filhos de D. João I; por carta de 23 de setembro de 1391, D. João I manda restituir à viúva e aos seus filhos os bens que possuíam à data da morte do rei D. Fernando, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 535, pp. 281-282; *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXIII, p. 153; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 603; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 80-81; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 223; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, p. 35.

⁶²⁶ Senhor do Cadaval, filho de D. Álvaro Pires de Castro, conde de Viana e Arraiolos, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, p. 92; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, p. 407.

⁶²⁷ Filha de João Afonso Telles de Meneses, conde de Ourém e de Barcelos, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, p. 407.

⁶²⁸ Marechal do reino, Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 603.

⁶²⁹ Governador e Vedor da casa do infante D. Henrique; em 1415 é um dos capitães das galés da frota armada que sai do Porto, comandada pelo infante D. Henrique; morre na conquista de Ceuta; morador da casa de D. João I com a moradia de 5 400 libras; não deixou descendentes, cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 60, p. 148; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 84; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documentos 122, p. 282.

2.1.3.

Casa, em 1412, com D. Guiomar de Castro⁶³⁴.

2.1.4.

Martinho de Ataíde⁶³⁵, João⁶³⁶, Vasco⁶³⁷, Álvaro⁶³⁸, Joana de Castro⁶³⁹, Filipa⁶⁴⁰, Mécia de Castro⁶⁴¹ e Leonor de Meneses⁶⁴², filhos legítimos.

⁶³⁰ Casa com D. Fernando de Castro, senhor do paul de Boquilobo; presente no casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão, a 22 de setembro de 1428 em Coimbra, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 84; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 125, p. 258.

⁶³¹ Casa com Pedro Vaz da Cunha, senhor de Angeja e Pinheiro, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 84.

⁶³² Casa com Gonçalo Anes Chichorro, 3.º senhor de Mortágua; moradora da casa da rainha D. Filipa com a moradia de 1200 libras, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 84; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documento 102, p. 289 e IV, documento 64, p. 231; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 190.

⁶³³ Moradora da casa da rainha D. Filipa com a quantia de 1200 libras, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 64, p. 231; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 190.

⁶³⁴ Irmã de D. Fernando de Castro fica com a guarda de D. Leonor, filha do rei D. Duarte, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1977, Cap. LXVI, p. 667; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. IX, p. 812; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 86. Em 1455, juntamente com o seu filho D. Martinho, acompanhou a Castela a infanta D. Joana para o seu casamento com o rei Henrique IV, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. CXXXVI, p. 769; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, 1975, Cap. XXV, p. 862; Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 86-87, nota 158; fundadora do convento de S. Francisco de Xabregas em terras reguengueiras doadas por D. Afonso V por carta de 17 de outubro de 1455, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 275.

⁶³⁵ Herda o título de conde por morte de seu pai; D. Afonso V concede-lhe a judiaria de Castelo Branco, cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 183; casa a primeira vez com D. Catarina de Castro, condessa de Avranches, e a segunda vez com D. Filipa Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 277; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 223v.

Pedro, filho natural⁶⁴³.

João de Ataíde, Pedro de Ataíde, António de Ataíde, Álvaro, netos⁶⁴⁴.

2.2.

2.2.1.

Nobre⁶⁴⁵.

⁶³⁶ Prior do Crato; embaixador de D. Afonso V ao papa Nicolau V em 1448; cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 605; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *op. cit.* Vol. II, p. 32.

⁶³⁷ Sucede a seu irmão como prior do Crato, cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 605.

⁶³⁸ Casa primeiro com D. Leonor de Noronha e depois com D. Violante Távora; condenado à morte a 9 de agosto de 1485 na conjura contra D. João II perpetrada por D. Diogo duque de Viseu foge para Castela e regressa a Portugal em 1497 no reinado de D. Manuel, vindo a falecer em 1500, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 418-419; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 224.

⁶³⁹ Casa com D. Fernando Coutinho, marechal e alcaide-mor de Pinhel, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, pp. 213-214.

⁶⁴⁰ Casa com D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos, filho do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, pp. 213-214.

⁶⁴¹ Casa com Fernão de Sousa, alcaide-mor de Montalegre e senhor de Gouveia, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, pp. 213-214.

⁶⁴² Casa com Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vilaverde, cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 606; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 198.

⁶⁴³ Abade de Penalva, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 214; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 223.

⁶⁴⁴ Cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fls. 223_v-224_v.

2.2.2.

Cavaleiro⁶⁴⁶. 1.º conde de Atouguia⁶⁴⁷.

2.2.3.

Nobre⁶⁴⁸.

2.2.4.

Coutinho⁶⁴⁹, Noronha⁶⁵⁰.

4.

4.2.

Governador da casa do infante D. Pedro⁶⁵¹.

Aio dos infantes D. Afonso V e de D. Fernando⁶⁵².

Mordomo-mor de D. Afonso V⁶⁵³.

⁶⁴⁵ A ascendência por via materna entronca na família Coutinho, fidalgos de terras da Beira doadas no reinado de D. Fernando, cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia Historica, 1999, pp. 33-34.

⁶⁴⁶ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 900, pp. 367-369; *Monumenta Henricina*, II, Coimbra, 1960, documento 128, p. 275.

⁶⁴⁷ Feito conde de Atouguia por D. Afonso V a 12 ou 17 de dezembro de 1448. A partir desse momento passa a chamar-se D. Álvaro de Ataíde, cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 4; Francisco BRANDÃO, *Conselho e voto da senhora dona Filipa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias & guerras de Castela*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anvers, Anno de MDCXXXIII, pp. 17-18; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.* nota 4, p. 193.

⁶⁴⁸ As alianças matrimoniais permitem consolidar o estatuto privilegiado alcançado com a titularidade de conde de Atouguia.

⁶⁴⁹ O casamento de D. Joana com D. Fernando Coutinho, 1.º conde de Marialva fortalece os laços entre os Coutinho.

⁶⁵⁰ Dois casamentos com filhos do arcebispo de Lisboa permite uma ligação à família Noronha.

⁶⁵¹ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op.cit.*, Cap. XLVII, p. 640.

⁶⁵² Por determinação do regente D. Pedro, em detrimento de Nuno Martins da Silveira, cf. *Arquivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, *op. cit.*, p. 402; *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, pp. 213-214; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.* nota 1, p. 84; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 203 e 274.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1416-1429).

5.3.

1439 – Incumbido pelo infante D. Pedro de trazer a rainha D. Leonor e o rei D. Afonso V às Cortes de Lisboa⁶⁵⁴.

5.4.

Constança

1416 – Concílio de Constança, como elemento da comitiva real⁶⁵⁵.

1416 – Janeiro, 21 – Carta de D. João I ao rei de Aragão a solicitar o salvo-conduto dos embaixadores portugueses ao concílio⁶⁵⁶.

Castela.

1429 – Castela, dezembro – Enviado como mediador para a resolução do conflito entre os reis de Castela, Aragão e Navarra, e os

⁶⁵³ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 312.

⁶⁵⁴ D. Leonor recusa e sua presença nas Cortes depende da anulação do regimento do reino atribuído, em Lisboa, ao infante D. Pedro, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op.cit.*, Cap. XLVII, p. 640; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 803; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume I. Bibliotheca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1892-1894, Cap. XXIX, p. 130; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 58; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 282.

⁶⁵⁵ Cf. António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1787, pp. 41-42; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, Lisboa, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, n.º 1, 1969, p. 13, intercede junto do papa para que D. Fernando Martins Coutinho seja nomeado bispo de Coimbra, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume I, Editorial Franciscana, 1968, p. XX.

⁶⁵⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 114, p. 238.

infantes de Aragão (D. Henrique e D. Pedro)⁶⁵⁷.

7.

1415 – Participa na conquista de Ceuta⁶⁵⁸.

Alcaide de Monforte de Rio Livre⁶⁵⁹.

Alcaide de Coimbra⁶⁶⁰.

Alcaide de Atouguia⁶⁶¹.

Alcaide de Vinhais⁶⁶².

1449 – Maio, 20 – Participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D.

Afonso V⁶⁶³.

8.

Membro do conselho de D. João I⁶⁶⁴.

Apontado como conselheiro do regimento do reino no segundo

⁶⁵⁷ IDEM, III, documento 146, p. 309; Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Férrnan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenço galindes de caravagia ...]. *op. cit.*, Año XXIX, Cap. CLIII, fol. CIX; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 93.

⁶⁵⁸ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 680; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Cap. L, p. 179.

⁶⁵⁹ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 413; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.* nota 1, p. 81.

⁶⁶⁰ IDEM, p. 410; IDEM, p. 82.

⁶⁶¹ IDEM, p. 409.

⁶⁶² IDEM, p. 418.

⁶⁶³ IDEM, p. 525.

⁶⁶⁴ Cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 128, p. 275; Armando Luís de Carvalho, HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, pp. 47-48.

quadrimestre jurado nas Cortes de Torres Novas (1438)⁶⁶⁵.

Membro do conselho de D. Afonso V⁶⁶⁶.

9.

1418 /19 – Constança – Recebe, em nome do infante D. Pedro, a marca de Treviso dada pelo imperador Sigismundo⁶⁶⁷.

1418 – Intervenção junto do papa para a nomeação de D. Luís Coutinho como bispo de Viseu⁶⁶⁸

1428 – Zamora, setembro, 5 – Testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Aires Gomes da Silva e a Estêvão Afonso para tratarem do casamento deste infante com D. Isabel de Urgel⁶⁶⁹.

1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha da atribuição de arras a D. Leonor de Aragão⁶⁷⁰.

1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha da reforma de alguns capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com D.

⁶⁶⁵ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 110.

⁶⁶⁶ Cf. *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, *op. cit.*, p. 402; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369.

⁶⁶⁷ Acompanhou o infante D. Pedro nas campanhas contra o Turco ao serviço do imperador Sigismundo, cf. Francisco BRANDÃO, *Conselho e voto da senhora dona Filipa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias & guerras de Castela*, *op. cit.*, pp. 17-18; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 139, p. 271; Oliveira MARTINS, *Os filhos de D. João I*, *op. cit.*, p. 85.

⁶⁶⁸ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, pp. 63-64.

⁶⁶⁹ Cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 121, p. 243.

⁶⁷⁰ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, V (Gav. XV, Maços 16-24), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, 4073, XVII, 1-2, pp. 468-469; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 302; *Monumenta Henricina*, II, Coimbra, 1960, documento 128, p. 275.

Leonor de Aragão⁶⁷¹.

- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor, aprovado por D. João I⁶⁷².
- 1432 – Segura, novembro, 8 e 13 – Testemunha do infante D. Pedro sobre a ratificação do juramento prestado em Almeirim, a 7 de novembro de 1431, por D. João I de manter o tratado de paz e amizade com Castela⁶⁷³.
- 1432 – Castelo Branco, novembro, 15 – Testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Pedro Gonçalves Malafaia e ao Doutor Rui Fernandes para estes tratarem, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel⁶⁷⁴
- 1432 – Nisa, dezembro, 10 – Testemunha da carta enviada pelo infante D. Pedro ao rei de Castela sobre os infantes de Aragão⁶⁷⁵.
- 1432 – Nisa, dezembro, 10 – Testemunha do instrumento notarial do compromisso do infante D. Pedro perante o rei de Castela sobre o castelo de Alconchel⁶⁷⁶.
- 1439 – Novembro – Acompanha o infante D. Pedro quando este sai de Coimbra para as Cortes de Lisboa⁶⁷⁷.

⁶⁷¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 238; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 129, p. 279.

⁶⁷² Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369.

⁶⁷³ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 43, p. 173.

⁶⁷⁴ IDEM, documento 46, p. 177.

⁶⁷⁵ IDEM, documento 50, p. 191.

⁶⁷⁶ IDEM, documento 51, p. 194.

⁶⁷⁷ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” , *op. cit.*, Cap. XLV, p. 636; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. VII, p. 801; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, pp. 51-52.

1441 – Conduz o jovem rei D. Afonso V a um local onde encontra Álvaro Vaz de Almada e o seu exército que se dirigem a Amieira⁶⁷⁸.

1452 – Enviado a Ceuta com outros fidalgos para fazer regressar ao reino o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V⁶⁷⁹.

11.

11.1.

1438 – Lisboa, janeiro, 24 – Renovação do contrato das arras do seu casamento, confirmada pela rainha D. Leonor e pelo infante D. Pedro⁶⁸⁰.

1438 – Avis, julho, 28 – Confirmação da posse da Quinta da Foz, em Benavente, por carta de couto passada em Lisboa a 2 de junho de 1391⁶⁸¹.

11.2.

1420 – Tentúgal, outubro, 10 – D. João I autoriza-o, como alcaide do castelo de Monforte do Rio Livre, a ter 50 homiziados como moradores da vila para a povoar⁶⁸².

1439 – Fevereiro, 18 - Jurisdição da vila de Cernache⁶⁸³.

⁶⁷⁸ O rei estava em Alenquer e o encontro ocorreu perto de Castanheira, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LXXI, p. 671; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume II, *op. cit.*, Cap. XXVIII, p. 90.

⁶⁷⁹ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” , *op. cit.*, Cap. CXXXIV, p. 767; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. XXIV, p. 835; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, *op. cit.*, p. 286.

⁶⁸⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 82.

⁶⁸¹ Há outra carta de confirmação passada em Évora a 1 de dezembro de 1449, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 81-82.

⁶⁸² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.* nota 1, p. 81.

⁶⁸³ Cf. MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 312.

11.5.

Rendas dadas por D. Afonso V: 30 000 cruzados da judiaria de Castelo Branco, 30 000 de Atouguia, 15 000 do Castelo de Coimbra, 40 000 do Campo de Valada, 30 000 do julgado de Penela⁶⁸⁴.

11.6.

1391 – Viseu, setembro, 23 – Confirmação, por D. João I, dos bens que a família possuía no reinado de D. Fernando⁶⁸⁵.

1398 – Porto, outubro, 16 – Doação, por D. João I, para sempre da quinta de Randufe no termo de Chaves, confiscada a João Afonso Pimentel⁶⁸⁶.

1425 – Lisboa, junho, 15 – Doação, pelo infante D. Pedro, dos casais de Chança e do Carvalhal, e de Cernache⁶⁸⁷.

1448 – Dezembro – Doação, por D. Afonso V, da vila de Atouguia⁶⁸⁸.

11.8.

1416 – Concílio de Constança – 11 mil dobras para despesas⁶⁸⁹.

– 21 mil dobras para despesas⁶⁹⁰.

1402 – Morador da casa de D. João I com a moradia de 8 300 libras⁶⁹¹.

⁶⁸⁴ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 173.

⁶⁸⁵ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., p. 80.

⁶⁸⁶ IDEM, p. 80.

⁶⁸⁷ IDEM, p. 81.

⁶⁸⁸ Cf. *Monumenta Henricina*, VIII, op. cit., documento 161, p. 251, nota 1.

⁶⁸⁹ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 74.

⁶⁹⁰ Montante atribuído a Álvaro Gonçalves de Ataíde e a D. Fernando de Castro, cf. *Monumenta Henricina*, IV, op. cit. documento 65, p. 235.

1433 (?) – Morador da casa de D. João I com a moradia de 808 libras⁶⁹².

11.9.

1445 – Participa, com uma caravela, numa expedição do infante D. Henrique, na costa da Guiné, “terra de negros”⁶⁹³.

7. Álvaro Peres

2.

2.2.

Clérigo⁶⁹⁴

3.

3.1.

Bacharel em Leis⁶⁹⁵.

4.

4.1.

Desembargador⁶⁹⁶.

Juiz dos feitos de D. João I (1391-1405)⁶⁹⁷.

⁶⁹¹ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 31; *Monumenta Henricina*, I, op. cit. documento 122, p. 281.

⁶⁹² Cf. *Monumenta Henricina*, IV, op. cit. documento 64, p. 227.

⁶⁹³ Cf. *Monumenta Henricina*, VIII, op. cit. documento 221, pp. 340-341.

⁶⁹⁴ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p.283.

⁶⁹⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, op. cit., Tomo 2, Volume II, documento II-826, pp. 117-119; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 207; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 283.

⁶⁹⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, op. cit., Tomo 2, Volume II, documento II-826, pp. 117-119.

⁶⁹⁷ IDEM, *IBIDEM*.

Ouvidor (1388)⁶⁹⁸

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1399)

5.4.

Castela

1398/1399 – Olivença – Negociar nova trégua [de nove meses]
entre Portugal e Castela⁶⁹⁹.

6.

Cónego de Lisboa⁷⁰⁰.

8. Dinis de Castro

1.

1.1.

1353⁷⁰¹ - 1403

⁶⁹⁸ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 207; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit.*, p.283.

⁶⁹⁹ O rei Henrique III emite salvo-conduto para se negociarem as tréguas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte, op. cit.*, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394 . P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 22-23; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, Tomo 1, op. cit.*, pp. 281-282; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I, Tomo II, op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op.cit.*, Cap. LXXX, p. 657; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. LXXII, pp. 182-184; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares, op. cit.*, p. 274; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, p. 151.

⁷⁰⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Volume II, documento II-826, pp. 117-119.

2.

2.1.

2.1.1.

D. Afonso IV, avô paterno⁷⁰².

D. Beatriz de Castela, avó paterna⁷⁰³.

D. Pedro I, pai⁷⁰⁴.

D. Inês de Castro, mãe⁷⁰⁵.

2.1.2

D. Fernando⁷⁰⁶, D. João⁷⁰⁷, D. Beatriz⁷⁰⁸, D. João Mestre de Avis⁷⁰⁹, irmãos.

⁷⁰¹ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., nota 54, p. 552; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 339.

⁷⁰² Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 85; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 51.

⁷⁰³ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 85.

⁷⁰⁴ Rei de Portugal, sucessor de D. Afonso IV; veja-se Fernão LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, Porto, Livraria Civilização, s/d.

⁷⁰⁵ Filha de Pedro Fernandes de Castro; acampanha o séquito de D. Constança Manuel quando esta casa com o rei D. Pedro I; assassinada a mando do rei D. Afonso IV, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, op. cit., Capítulos. XVI, p. 75, XXVIII, p. 131, e XXVII, p.125; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 85.

⁷⁰⁶ Filho do rei D. Pedro I e de D. Constança Manuel; sucede a seu pai D. Pedro I. Veja-se Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit.; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit.; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, Coimbra, [s.n.], 1960.

⁷⁰⁷ Filho do rei D. Pedro I e D. Inês de Castro; casa com Maria Teles de Meneses, irmã de D. Leonor Teles; refugia-se em Castela após ter assassinado sua mulher; feito prisioneiro pelo rei de Castela após a morte de D. Fernando em 1383; casa com D. Constança, filha natural do rei Henrique de Castela; cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Capítulos C-CIII, pp. 271-284; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., pp.152-154, 185-186,223.

⁷⁰⁸ Filha do rei D: Pedro I e D. Inês de Castro; casa com D. Sancho de Albuquerque no contexto da paz negociada em 1373 entre Portugal e Castela, cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 37.

2.1.3.

Casa com Joana Cifunte⁷¹⁰.

2.1.3.

D. Pedro e D. Beatriz, filhos⁷¹¹

2.2.

2.2.1.

Nobreza

2.2.2.

Nobreza

2.2.3.

Família Real

5

5.1. Embaixador

Inglaterra

1388 – Portador de instruções para obter a ratificação do Tratado de Windsor⁷¹².

Julho – Chegada a Darmouth. Detido pelos oficiais ingleses⁷¹³.

⁷⁰⁹ Filho do rei D. Pedro I e Teresa Lourenço; aclamado rei nas Cortes de Coimbra em 1385. Veja-se Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, op. cit.*; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV, op. cit.*

⁷¹⁰ Tia de Henrique III de Castela, cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV, op. cit.*, p. 261.

⁷¹¹ IDEM, *IBIDEM*.

⁷¹² Cf. Conde de TOVAR em *A Embaixada do Infante D. Denis à Corte de Inglaterra em 1388, op.cit., pp. 18-20*; Rita Costa GOMES, *D. Fernando, op. cit.*, p. 225-226; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, p. 552; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 137.

⁷¹³ Cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV, op. cit.*, p. 233.

Julho, 29 – Carta de Ricardo II dirigida às autoridades de
Darmouth para libertar o infante D. Dinis, a comitiva,
a mercadoria e os navios⁷¹⁴.

Julho – Sai de Inglaterra por não ter salvo-conduto que lhe
permita chegar em segurança a Londres. Não
cumpre a missão diplomática⁷¹⁵. Assaltado no
estuário do Escalda é feito prisioneiro e encarcerado
em Biervliet⁷¹⁶.

7.

1369– Nomeado por D. Fernando fronteiro-mor *Antre Tejo e Odiana*⁷¹⁷.

1398 – Invade Portugal e toma o título de rei⁷¹⁸

9.

1371 – Porto, maio – Presta juramento e menagem aos capítulos do
Tratado de Alcoutim, juntamente com o rei D. Fernando, D. João
Afonso conde de Ourém e D. Afonso bispo do Porto⁷¹⁹

⁷¹⁴ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. III, Parte IV, *op. cit.*, p. 28; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, p. 233;

⁷¹⁵ Cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, pp. 233-234; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 37; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 554.

⁷¹⁶ Cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, p. 234; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 22.

⁷¹⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. XXXVI, p. 97; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, p. 144; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 258.

⁷¹⁸ A incursão política do infante D. Dinis conta com o apoio de alguns nobres portugueses exilados em Castela, destacando-se a figura de João Afonso Pimentel, cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, p. 250; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, pp. 299, 301 e 313;

- 1372 – Recusa-se a beijar a mão da rainha D. Leonor Teles⁷²⁰.
Refugia-se em Castela e são-lhe confiscados os bens⁷²¹.
- 1373 – Perdoado pelo rei D. Fernando ao abrigo da cláusula obrigatória do Tratado de Santarém, assinado entre Portugal e Castela⁷²².
- 1373 – Fica ao serviço do rei Henrique de Castela⁷²³.
- 1387 – Porto, novembro, 25 – solicita proteção ao rei D. João I⁷²⁴.
- 1388/1389 – Preso em Biervilet. O conde de Flandres encarrega-se da sua libertação, mediante o pagamento da soma de 3000 florins⁷²⁵.

⁷¹⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. LIX, p. 160.

⁷²⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. LXII, p. 166; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 25; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, op. cit., p. 222; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., pp. 37-37; Fátima Regina FERNANDES, “Dinis, o infante, e Nuno, o condestável: dois modelos de nobre na época de Aljubarrota”, *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 1, jul-dez., 2011, p. 58.

⁷²¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. LXVI, p. 176; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 346; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 7.

⁷²² Cf. Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 8; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 156; Fátima Regina FERNANDES, “Dinis, o infante, e Nuno, o condestável: dois modelos de nobre na época de Aljubarrota”, op. cit., p. 59.

⁷²³ Neste processo de aproximação teve influência directa Diogo Lopes Pacheco, cf. Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 123; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. LXXI, p. 187; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, op. cit., p. 271.

⁷²⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CXXXI, p. 269; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 156; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 13; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, op. cit., p. 231; Fátima Regina FERNANDES, “Dinis, o infante, e Nuno, o condestável: dois modelos de nobre na época de Aljubarrota”, op. cit., p. 62.

⁷²⁵ D. João I recusa-se a pagar o resgate de seu irmão, alegando que a missão diplomática não tinha sido cumprida, cf. Conde de TOVAR em *A Embaixada do Infante D. Dinis à Corte de Inglaterra em 1388*, op. cit., p. 24; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 226; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do*

1391 – Regressa a Castela, passando pelo reino de Navarra⁷²⁶.

9. Diogo Martins

2.

2.1..

Martim Lourenço, pai⁷²⁷.

Afonso Lourenço, tio⁷²⁸.

2.

2.1.

Gil Martins, irmão⁷²⁹.

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro⁷³⁰.

século XIV, *op. cit.*, p. 235; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, pp. 22 e 151-154.

⁷²⁶ Cf. Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, p. 241.

⁷²⁷ Ajudou o Mestre de Avis na defesa do reino e esteve presente nas Cortes de Coimbra, em 1386, como representante do concelho de Lisboa cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, *op. cit.*, Capítulo. CLXI, p. 305 e CLXXXI, pp. 341-342.

⁷²⁸ IDEM, Cap. CLXXXI, pp. 314-315.

⁷²⁹ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, II, Vol.IV/2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1989, pp. 37-38, nota 117; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 290.

⁷³⁰ Assim designado na documentação a partir de 1410, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 411, nota 410; *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, s/d., doc. 114, p. 245.

3.

3.2.

Doutor em leis pela Universidade de Bolonha⁷³¹.

4.

4.2.

1407-1430 – Desembargador de D. João I⁷³².

1427 – Chanceler-mor de D. João I⁷³³.

5.1.

Embaixador de D. João I (1409).

5.4.

Pisa

1409 – Embaixador ao concílio de Pisa⁷³⁴.

9.

1408 – Évora, maio, 21 – Presente na confirmação do contrato
absolvição do arcebispo de Braga, Martinho Afonso da
Charneca⁷³⁵.

1428 – Estremoz, setembro, 15 – Testemunha da procuração de D.
João I ao infante D. Duarte para que este possa estabelecer

⁷³¹Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 290.

⁷³² IDEM, p. 41; IDEM, *IBIDEM*; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Reis, I*, Lisboa, 1957, doc. 20, p. 205.

⁷³³ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, *op. cit.*, doc. 114, p. 245.

⁷³⁴ IDEM, p. 44; IDEM, p. 291; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 282.

⁷³⁵ IDEM, p. 41.

- arras para o seu casamento com D. Leonor de Aragão ⁷³⁶.
- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da confirmação da reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão⁷³⁷.
- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da confirmação de D. João I do contrato de mantimento feito em Coimbra a 4 de novembro de infante D. Duarte a D. Leonor de Aragão⁷³⁸.
- 1429 – Lisboa, julho, 24 – Testemunha da cerimónia de casamento por palavras de presente da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁷³⁹.

10. Fernando Afonso da Silveira

2.

2.1.1.

D. Afonso Martins, pai⁷⁴⁰.

D. Maior Rodrigues, mãe⁷⁴¹.

⁷³⁶ Cf. A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 124, p. 255.

⁷³⁷ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 131, pp. 283-284

⁷³⁸ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 238; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, II, *op. cit.* documento 132, p. 284;

⁷³⁹ IDEM, p. 177; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 189.

⁷⁴⁰ Prior-mor da Canónica de Santa Cruz de Coimbra entre 1393 e 1414, cf. Saul António GOMES, "A LITTERA PYTHAGORAE E A SUA SIMBOLOGIA CRISTOLÓGICA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA", *Humanitas* 60, 2008, p. 185; D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933, p.

2.1.3.

Casa com Catarina Teixeira⁷⁴².

2.1.4.

João Fernandes da Silveira, filho⁷⁴³.

Fernão da Silveira⁷⁴⁴, João da Silveira⁷⁴⁵, D. Diogo da Silveira⁷⁴⁶, D.

Felipe de Sousa⁷⁴⁷, D. Martinho da Silveira⁷⁴⁸, D. João da Silveira, D.

⁷⁴¹ De acordo com as informações aduzidas por António Caetano de Sousa, Afonso Martins, antes de abraçar a vida religiosa teria casado com D. Maior Rodrigues, filha de Rui Vasques Rodrigues, cf. D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, op. cit., pp. 295-296.

⁷⁴² Camareira-mor da infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, e filha de Estêvão Peres, alcaide-mor de Torres Vedras, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 307; D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, op. cit., pp. 295-296; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª parte, op. cit., p. 29; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, 2.ª Parte, op. cit., p. 9.

⁷⁴³ Chanceler-mor e escrivão da puridade de D. Afonso V; chanceler-mor, escrivão da puridade, regedor da Casa da Suplicação e Vedor da Fazenda de D. João II; 1.º barão de Alvito; enviado em várias missões diplomáticas em representação destes reis; padrinho de baptismo da infanta D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I; casa duas vezes: a primeira com d. Violante Pereira, e a segunda com D. Maria de Sousa Lobo, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, op. cit., Tratado II, Cap. XII, pp. 328-329; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume II, op. cit., p. 29; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, 2.ª Parte, op. cit., pp. 9-11; Margarida Garcez VENTURA, *Estudos sobre o poder (séculos XIV e XV)*, op. cit., p. 151; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª parte, op. cit., pp. 29-30.

⁷⁴⁴ Escrivão da puridade de D. João II; participa na conjura do duque de Viseu e foge de Portugal; morto em Avinhão, em 1489, pelo duque de Palhares, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª parte, op. cit., p. 31.

⁷⁴⁵ Clérigo, IDEM, p. 30.

⁷⁴⁶ Vedor da Fazenda de D. Manuel I e D. João III; 2.º barão de Alvito casa com D. Joana de Noronha filha de D. João de Almeida, 2.º conde de Abrantes, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª parte, op. cit., p. 33.

Álvaro da Silveira⁷⁴⁹, D. Isabel de Sousa⁷⁵⁰, netos⁷⁵¹.
João da Silveira, bisneto⁷⁵².

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro⁷⁵³.

2.2.4.

Nobre⁷⁵⁴.

3.

3.2.

Doutor em leis pela Universidade de Bolonha⁷⁵⁵.

⁷⁴⁷ Membro do conselho régio de D. João III; casa com D. Filipa da Cunha, filha de Gil Vaz da Cunha, IDEM, p. 49.

⁷⁴⁸ Casa com D. Leonor de Vasconcelos, IDEM, pp. 55 e 129.

⁷⁴⁹ Faz serviço na Índia, IDEM, p. 30.

⁷⁵⁰ Leva em dote o ofício de Vedor da Fazenda; casa duas vez: a primeira com D. Pedro de Castro “o negligências” que recebe o ofício em dote, e a segunda com D. Rodrigo de Meneses comendador de Grândola, IDEM, pp. 30-31.

⁷⁵¹ Cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, pp. 307-308.

⁷⁵² Filho de Fernão da Silveira e de D. Brites de Sousa, trinchante-mor de D. Manuel, capitão-mor de uma armada para a Índia, e embaixador de D. Manuel e de D. João III, cf. Margarida Garcez VENTURA, *João da Silveira, diplomata português do século XVI, op. cit.*, pp. 7-19 e *Estudos sobre o poder (séculos XIV e XV), op. cit.*, pp. 150-155.

⁷⁵³ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, p. 299.

⁷⁵⁴ Pelo facto de o seu filho ter recebido de D. Afonso V o título de barão por carta de 27 de abril de 1475, confirmado depois por D. João II, por carta de 1 de abril de 1482, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, pp. 300-301.

⁷⁵⁵ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal, op. cit.*, p. 295; os estudos em Bolonha levam seu pai, D. Afonso Martins a contrair *pesadas dívidas junto de mercadores e mesmo no seio da alta-nobreza do tempo. Como garantia de crédito, penhorava peças do*

4.

4.2.

1419-1420 – Desembargador dos feitos de D. João I⁷⁵⁶.

1423-1432 – Desembargador “tout court”⁷⁵⁷.

1430-1432 – Chanceler-mor de D. João I⁷⁵⁸.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1422-1431).

5.4.

Castela e França

Castela

1422 – Santarém, março, 13 – Carta de D. João I a delegar poderes para se firmar e jurar as pazes com Castela⁷⁵⁹.

1423 – Ávila, abril, 30 – Carta de D. João II de Castela a aprovar e ratificar o Tratado de Paz de 31 de outubro de 1411⁷⁶⁰.

tesouro da igreja de Santa Cruz, cuja recuperação não se fez sem grandes dificuldades, cf. Saul António GOMES, "A LITTERA PYTHAGORAE E A SUA SIMBOLOGIA CRISTOLÓGICA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA", *op. cit.*, p. 186.

⁷⁵⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 298; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 209.

⁷⁵⁷ IDEM, *IBIDEM*; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 964, pp. 37-38.

⁷⁵⁸ IDEM, p. 299; IDEM, 968, p. 42; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 42, p. 169; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 209.

⁷⁵⁹ Nesta carta constam os nomes de Fernando Afonso da Silveira e D. Fernando de Castro, cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.*, documento 16, p. 26, nota 2.

⁷⁶⁰ Cf. Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por...Féran peres de guzman, señor de Batres..., corregida por... Lorenzo galindes de caravaglia ...]. Impresa en... Logroño...: por arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517], año XXIII, Cap. LIX, fl. LXXXI^o; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXCVI, p. 436; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, Lisboa, *op. cit.*,

França / Borgonha

1423 / 24 – Borgonha – Tentativa de negociação do casamento entre o duque de Borgonha e a infanta D. Isabel⁷⁶¹.

1428 – Tratar do contrato de casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁷⁶².

9.

1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Ratifica, como elemento do desembargo régio, o instrumento de validação feito por D. João I e pelos infantes seus filhos do Tratado de Paz com Castela, assinado a 30 de outubro de 1431, em Medina del Campo⁷⁶³.

1432 – Almeirim, novembro, 7 – Testemunha do termo original do Tratado de Paz com Castela feito em Almeirim a 27 de janeiro de 1432⁷⁶⁴.

Capítulos CLXXXIX, p. 941 e CXCII, p. 961; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XCIX, p. 714; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 298; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.*, documentos 37, pp. 60 e 68, e 38, pp. 69-70; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 9.

⁷⁶¹ Os contactos iniciados por D. João I, primeiro através de cartas e depois pela presença desta embaixada, desenrolam-se entre 18 de julho de 1423 e 14 de maio de 1424, cf. Werner SCHULZ, *Andreaskreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der Burgundische Kreuzzug*, Universidade de Freiburg, 1976, pp. 75-76; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 29 e 196-197.

⁷⁶² Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, pp. 942-943; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, III, *op. cit.*, pp. 42-43; J. Cardoso GONÇALVES, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*, *op. cit.*, p. 14; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 169.

⁷⁶³ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 15, p. 86.

⁷⁶⁴ IDEM, documento 65, p. 169.

11

11.8.

1423– 2675 dobras para despesas em Castela⁷⁶⁵.

1428 – 1960 dobras para despesas em França⁷⁶⁶.

11.Fernando Afonso de Albuquerque

1.

1.1.

(?) – 1386⁷⁶⁷ / 1387⁷⁶⁸.

2.

2.1.

2.1.1.

Afonso Sanches, filho natural do rei D. Dinis, avô⁷⁶⁹.

⁷⁶⁵ Cf. Jorge, FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 74; Maria José FARO, Jorge FARO, “Embaixadas enviadas pelos Reis de Portugal de 1415 a 1473”, op. cit., p. 13.

⁷⁶⁶ IDEM, p. 75; IDEM, *IBIDEM*.

⁷⁶⁷ Fernão LOPES refere que o Mestre faleceu pouco tempo depois de chegar ao Porto no ano de 1386, no cumprimento da sua missão diplomática em Inglaterra, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. XC, p.200; idêntica informação é registada por Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, Universidade do Algarve, 2009, p. 270, nota 373.

⁷⁶⁸ Anselmo Braamcamp FREIRE diz que o Mestre é substituído no mestrado em 3 de fevereiro de 1387 por D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 197; Rita Costa GOMES regista a data da sua morte em 1387, *D. Fernando*, op. cit., 2005, p. 187.

⁷⁶⁹ Mordomo-mor de seu pai. Entrou em guerra com seu irmão, o rei D. Afonso IV e, depois de feitas as pazes, foram-lhe restituídos os seus bens. Fundou, com sua mulher, o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Terá morrido em 1329, cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., pp.193-194; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craebeeck de Melo, 1666, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. I, pp. 165-166;

D. Teresa Martins Telo, neta de Sancho IV, rei de Castela, avó⁷⁷⁰.

D. João Afonso de Albuquerque, “o do ataúde”, pai⁷⁷¹.

2.1.2.

Beatriz de Albuquerque⁷⁷² e Maria Afonso de Albuquerque⁷⁷³, irmãs.

Martinho de Albuquerque, irmão consanguíneo⁷⁷⁴.

Rainha D. Leonor Teles, cunhada⁷⁷⁵.

Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVI, p. 923.

⁷⁷⁰ Os laços que o ligam à casa real de Castela provêm da linha materna, pois a mãe de D. Teresa Martins Telo, D. Teresa Sanches, era filha natural do rei D. Sancho IV. Sucedeu a seu pai, D. João Afonso Telo 1.º conde de Barcelos, no senhorio de Albuquerque, cf. Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XIV, p.517; A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p.193; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. I, pp. 165-166.

⁷⁷¹ Aio e mordomo-mor de D. Pedro I de Castela, veio para Portugal por desentendimento com o rei de Castela. Casa com D. Isabel de Molina. Teve de Maria Rodrigues Barba três filhos naturais: D. Fernando Afonso de Albuquerque, D. Beatriz de Albuquerque e D. Maria Afonso de Albuquerque. Por testamento de seus pais, datado de 13 de junho de 1354, acabou a construção do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, em particular a galilé e as capelas, cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp.195-196; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, pp. 167; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, .Cap. CLXXXVI, p. 924; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 300.

⁷⁷² D. Beatriz de Albuquerque Casa com D. João Afonso Telo, conde de Barcelos, irmão da rainha D. Leonor Teles, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 172; A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p.196; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 296 e 300.

⁷⁷³ Legitimada por carta de 23 de outubro de 1372. Casa com D. Gonçalo Teles, conde de Neiva, irmão da rainha D. Leonor Teles, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 172; A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p.196; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 296 e 300.

⁷⁷⁴ D. João Afonso de Albuquerque, “o do ataúde”, casa com D. Isabel de Molina. Desta união nasceu D. Martinho de Albuquerque, que morreu sem deixar geração. Cf. A. Braamcamp FREIRE *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p.196; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 300.

2.1.4.

Joana⁷⁷⁶ e Teresa de Albuquerque⁷⁷⁷, filhas naturais⁷⁷⁸.

⁷⁷⁵ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, p. 267.

⁷⁷⁶ D. Joana de Albuquerque faz ainda parte do grupo de donas e donzelas com moradia na Casa da Rainha D. Filipa de Lencastre, com 1200 libras. Casa com o marechal do reino, Gonçalo Vasques Coutinho, entre 1402 e 1410, o que permitiu fortalecer a influência dos Coutinhos junto do poder real e consolidar os bens patrimoniais através de escambo de terras com D. João I. Tiveram como filhos, Isabel Coutinho, Luís Coutinho e Fernão Coutinho, cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, doc. 146, p. 335 e doc. 149, pp. 339-342; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXX, p. 1323; Frei Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op.cit.*, Livro XXIII, Cap. XIV, pp. 517-518; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, p. 40; Rita COSTA GOMES, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 52; A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 197; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 190; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, doc. 122, p. 289; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 186.

⁷⁷⁷ D. Teresa de Albuquerque foi a 2.ª mulher de Vasco Martins da Cunha, o Velho, 7.º senhor de Tábua. Tiveram como filhos Isabel de Albuquerque e Pero Vasques da Cunha. Desta linhagem descende Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, camareiro-mor, regedor da justiça da Casa do Cível de Lisboa, cavaleiro do conselho de D. Afonso V e seu embaixador a Castela, em 1474, e ao Papa Cisto IV, em 1477; por morte do seu marido, recebe por carta de D. João I, datada de Évora a 4 de março de 1409, a jurisdição cível e crime do lugar da Castanheira, tal como o seu marido a tinha; cf. Frei Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op.cit.*, Livro XXIII, Cap. XIV, pp.517-518; *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, p.146; A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, *op. cit.*, Volumes I, p. 496 e II, pp. 172 e 197; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 370; 2.º VISCONDE de SANTARÉM, *Opusculos e Esparsos*, Volume I, João de FREITAS (Coord.), Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910, p. 51; Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. III, documento 482, pp. 56-57.

⁷⁷⁸ Fernão LOPES informa que D. Fernando Afonso de Albuquerque, durante a sua estada diplomática em Inglaterra, manteve uma ligação amorosa com uma inglesa de nome Laura e, no seu regresso a Portugal, em 1386, trouxe uma filha, de nome Joana. Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, cap. XC, p. 200; A. Braamcamp FREIRE regista a mesma informação, mas acrescenta que trouxe duas filhas, Joana e Teresa, cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 197. As duas filhas, após a sua morte em 1386/87, permanecem na corte do rei D. João I.

2.2.

2.2.1.

Nobreza⁷⁷⁹.

2.2.2.

Clero⁷⁸⁰.

2.2.3.

Nobreza⁷⁸¹.

2.2.4.

Teles de Meneses⁷⁸².

5.

5.1.

Embaixador ao serviço do Mestre de Avis / D. João I com o objetivo de obter ajuda militar na guerra contra Castela (1384-1386)⁷⁸³.

⁷⁷⁹ Seu pai, D. João Afonso de Albuquerque, “o do ataúde”, rico-homem, 6.º senhor de Albuquerque, foi aio e mordomo-mor do rei D. Pedro I de Castela. Cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 195-196. Fundou com sua mulher D. Teresa Martins o mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde. Por Testamento datado de 13 de junho de 1354 determinou que D. João Afonso acabasse a construção do dito mosteiro, o que se concretizou na galilé e nas capelas. Cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, p. 167.

⁷⁸⁰ Manteve sempre posição privilegiada junto da corte do rei D. Fernando. Cf. A. Braamcamp FREIRE *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 197; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, p. 267. Apoia a causa do Mestre de Avis logo em 1383, cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 83.

⁷⁸¹ A sua descendência, por via matrimonial, estabelece laços com os Coutinho e os Cunha, famílias representativas das elites sociais joaninas.

⁷⁸² A ligação matrimonial de suas irmãs à família da rainha D. Leonor, a circunstância de girar na esfera do poder do rei D. Fernando e o facto de apoiar e seguir D. Leonor, em 1383, representam os elos de união aos Teles de Meneses. Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. LXV, p. 172; Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XVI, p. 32.

5.4.

Inglaterra

1384

Março – Saída de Lisboa com Lourenço Anes Fogaça⁷⁸⁴.

Abril – Chegada ao porto de Plymouth⁷⁸⁵.

Maior – Apresentação formal das propostas, em nome do Mestre de Avis,
ao rei Ricardo II⁷⁸⁶.

Julho, 28 – Autorização formal de Ricardo II para o recrutamento militar
de 200 homens de armas e arqueiros⁷⁸⁷.

⁷⁸³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, pp. 83-84 e 2ª Parte, Cap. LXIX, pp. 181-182; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, 1975, Cap. XIV, p. 465; CONDE de VILLA FRANCA, *D. João I e a Alliança Ingleza, Investigações Historico-Sociaes*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884, p. 7; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro I, p. 92; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, p. 517; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume II, Editorial Franciscana, 1970, p. CCCLXVIII; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVI, pp. 922-923; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 55 e 125.

⁷⁸⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXIX, p. 181; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 399; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, pp. 88-89.

⁷⁸⁵ IDEM, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 83; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVI, p. 924.

⁷⁸⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, pp. 84-85. Pela carta que o rei de Inglaterra escreve ao Mestre de Avis, transcrita por Fernão LOPES, percebe-se que o Mestre de Avis é reconhecido como Regedor e dos reinos de Portugal e do Algarve e existe vontade política inglesa em viabilizar o pedido de auxílio militar ao autorizar o recrutamento de “homeës darmas e frecheiros por seu solldo, quamtos e quaees lhe proguesse.”

⁷⁸⁷ O recrutamento e transporte dos homens para ajudar militarmente o Mestre de Avis será da responsabilidade dos embaixadores portugueses, cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes III e IV, *op. cit.*, p. 169; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 401. Complementa este autor que, nesta diligência, recebem os dois

Agosto, 22 – Emissão de cartas pelo rei inglês de protecção aos homens recrutados pelo embaixador português⁷⁸⁸.

Outubro – Concretização do recrutamento de homens para auxiliar o Mestre de Avis na guerra com Castela⁷⁸⁹.

1385

Janeiro, 8 – Carta de Ricardo II dirigida a William Newport em que lhe dá conhecimento do nome de cinco capitães de navios responsáveis por regimentar os homens de armas e arqueiros que sairão do porto de Plymouth para Portugal⁷⁹⁰.

Fevereiro, 16 – Carta de Ricardo II dirigida a John de Kentwood e Martin Ferrers para promover o recrutamento de forma pacífica dos homens de armas e arqueiros para Portugal e, em caso de rebelião, devem intervir, prendendo, castigando ou punindo os infratores⁷⁹¹.

Abril, 2 – Chegada a Lisboa de duas naus provenientes do porto de Plymouth⁷⁹².

Abril, 15 – Envio de instruções por D. João I: informar Ricardo II da sua condição de rei eleito nas Cortes de Coimbra e da renovação da sua adesão ao papa Urbano VI. Reunião com o duque de

embaixadores o auxílio de Lourenço Martins, escudeiro do Mestre de Avis, enviado a Inglaterra com Thomas Daniell, mercador inglês, pelo Mestre de Avis, em dezembro de 1384, p. 398; Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 83; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de MIRANDA, “Pour bone alliance et amiste faire” – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, *op. cit.*, p. 115.

⁷⁸⁸ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 401.

⁷⁸⁹ IDEM, p. 404. Os homens contratados são de diferentes nacionalidades e não houve critério para a sua selecção. IDEM, p. 406.

⁷⁹⁰ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, *op. cit.*, p. 176.

⁷⁹¹ IDEM, pp. 179-180.

⁷⁹² Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. IV, p. 11.

Lencastre: reiterar o processo de reclamar o trono de Castela⁷⁹³.

Maio, 26 – Carta de Ricardo II dirigida a John Folymoud prefeito de Southampton e a Rober Beckerton, alferes, sobre o arresto de um navio português por causa das dívidas dos embaixadores portugueses⁷⁹⁴.

Agosto – Após vitória na batalha de Aljubarrota, D. João I reforça instruções: informar o duque de Lencastre da conjuntura favorável à sua pretensão ao trono de Castela⁷⁹⁵.

Outubro, 20 – Salvo-conduto do rei Ricardo II destinado a proteger os enviados portugueses de uma situação de prisão devido às dívidas por eles contraídas⁷⁹⁶.

Dezembro – Infrutífero o recrutamento de mais homens para auxílio ao exército português⁷⁹⁷.

1386

Abril, 12 – Início da redação do Tratado de Windsor⁷⁹⁸.

⁷⁹³ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 411.

⁷⁹⁴ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., pp. 183.

⁷⁹⁵ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. LXVII, p. 609; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 436.

⁷⁹⁶ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., p. 186; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 412.

⁷⁹⁷ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 412.

⁷⁹⁸ Para esta confederação real e perpétua entre Portugal e Inglaterra D. João I enviou uma procuração passada em Coimbra a 15 de abril de 1386 a dar poderes aos embaixadores portugueses para o representar, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., pp. 200-202; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit. p. 450; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 127-128.

Maio, 9 – Assinatura do Tratado de Windsor⁷⁹⁹.

Maio, 17 – Formalização do Tratado de Windsor com os selos dos embaixadores portugueses na “Star Chamber” de Westminster⁸⁰⁰.

Julho, 25 – Chegada à Corunha. Está na armada do duque de Lencastre⁸⁰¹.

Agosto (?) – Chegada ao Porto. Recebido por D. João I⁸⁰².

6.

1381 – Nomeado Mestre da Ordem de Santiago⁸⁰³.

8.

Não existe informação sobre a sua pertença ao Conselho Régio.

⁷⁹⁹ IDEM, p. 202; Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXXXII, pp. 185-187; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, *op. cit.*, 48, p. 67; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, 4501, XVIII, 7-28, p.109; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII (Gav. XVIII, Maços 1-6), *op. cit.*, 4282, XVIII, 1-3, p. 3; Humberto Baquero MORENO, “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, *op. cit.* p. 215.

⁸⁰⁰ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 450; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.* p. 96; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 111.

⁸⁰¹ Cf. Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.* Cap. LXXXIII, p. 188.

⁸⁰² IDEM, Cap. XC, p. 200; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLXX, p. 1323; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 130.

⁸⁰³ Cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 196-197; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, pp. 267-268. Fernão LOPES refere esta circunstância num contexto político em que Leonor Teles, após o seu casamento com o rei D. Fernando, promove um conjunto de medidas sociais e políticas, nomeadamente de casamentos e nomeações de fidalgos que lhe estavam familiarmente próximos: *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, cap. LXV, pp. 171-172; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 185.

Saliente-se, porém, a recepção de uma carta de 1383 enviada pelo rei D. Fernando a notáveis do reino relativa aos capítulos do contrato celebrado entre D. Fernando e D. João de Castela sobre o casamento deste rei com D. Beatriz, filha de D. Fernando⁸⁰⁴.

9.

1383 – Maio, 21 – Acompanha, como procurador, D. Beatriz de Elvas a Badajoz, para a cerimónia de casamento com o rei de Castela a realizar na catedral de Badajoz. Deste séquito fazem também parte a rainha D. Leonor e outros fidalgos e prelados⁸⁰⁵.

1383 – Dezembro – Mantém-se fiel à rainha D. Leonor e acompanha-a quando esta sai de Lisboa para Alenquer, após a morte do conde de Andeiro ocorrida a 6 de dezembro de 1383⁸⁰⁶.

1383 – Dezembro – Integra o séquito de D. Leonor quando sai de Alenquer em direcção a Santarém ao encontro do rei de Castela que, entretanto, invadira Portugal para fazer valer os interesses de D. Beatriz como rainha de Portugal⁸⁰⁷.

1384 – Janeiro – Abandona a causa de Castela e oferece os seus

⁸⁰⁴ Carta de 25 de maio de 1383. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, (Gav. XVII, Maços 3-9), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 4189, XVII, 6-10, p. 231.

⁸⁰⁵ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. Fernando*, Cap. CLXI, *op. cit.*, pp. 447-448; Frei Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, cap.L, p. 396; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas II, *op. cit.*, pp. 467-468; Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXXXVIII.

⁸⁰⁶ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, *op. cit.*, cap. IX, p. 19 e cap. XVI, pp. 32-33; Duarte Nunes de LEÃO “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. VIII, pp. 83-84; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 145.

⁸⁰⁷ IDEM, Cap. XXX, p.54. Não está expresso o nome do Mestre de Santiago, mas deduz-se pelo facto de o cronista registar que acompanharam D. Leonor cavaleiros e escudeiros; Frei Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XII, p. 502.

serviços a D. João Mestre de Avis e, em 1384⁸⁰⁸.

10.

Situação de endividamento na sua estada em Inglaterra⁸⁰⁹.

Sinais exteriores de riqueza na chegada ao Porto, em 1386⁸¹⁰.

11.

11.2.

1381 – Outubro – Carta de D. Fernando de confirmação da correição e jurisdição cível e crime das terras da Ordem de Santiago⁸¹¹.

⁸⁰⁸ Segundo Fernão LOPES, o Mestre da Ordem de Santiago ter-se-á dirigido a Palmela onde reuniu suas gentes e se dirigiu para Lisboa. Em Santarém terá manifestado descontentamento pela atitude política de D. Leonor e acabou por ficar ao serviço do Mestre de Avis como seu vassalo. *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 83; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1147.

⁸⁰⁹ A questão das dívidas contraídas em Inglaterra constitui um assunto bastante delicado e que chegou mesmo a envolver os reis de Inglaterra Ricardo II e Henrique IV. Segundo RUSSELL, os empréstimos destinaram-se a comprar produtos de luxo. Cf. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 405. Ricardo II emitiu, no final do ano de 1385, um salvo-conduto de protecção ao Mestre de Santiago e a Lourenço Anes Fogaça para evitar a humilhação da prisão por dívidas. Henrique IV envia várias cartas a D. João I sobre este assunto, uma de 16 de fevereiro de 1404, outra de 16 de março do mesmo ano e outra de 10 de Janeiro de 1405. Cf. VISCONDE de SANTARÉM, VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 69. Também há o registo de uma carta de quitação dada a Tomaz Godim, mercador inglês residente em Londres, relativa a um empréstimo aos embaixadores de Portugal, datada de 22 de agosto de 1404. Cf. João Martins da Silva MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, *op. cit.*, 620, p. 452; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de MIRANDA, “Pour bone alliance et amiste faire” – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, *op. cit.*, p. 124. Mesmo Fernão Lopes, na sua finura vocabular, deixa transparecer que a riqueza mostrada pelo Mestre à chegada ao Porto, em 1386, se deve muito às dívidas contraídas junto dos mercadores ingleses. Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, cap. XC, p. 200.

⁸¹⁰ “O Mestre vinha muy garnido de roupas e armas e apostamentos de casa...”, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, cap. XC, p. 200.

⁸¹¹ Cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 197.

11.4.

1373 – Julho/ agosto– Recebe rendas e direitos na comarca da Estremadura e, no mês seguinte, é-lhe entregue o castelo da Guarda e várias rendas da mesma cidade⁸¹².

11.6.

1379 – Julho, 1 – Carta de doação pelo rei D. Fernando, a título perpétuo, dos bens confiscados a João Lourenço da Cunha⁸¹³.

1385 – Setembro, 8 – Carta de D. João I em que refere a pertença da vila de Arruda ao Mestre de Santiago⁸¹⁴.

12. Fernando de Castro

1.

1.1. (?) – 1441⁸¹⁵.

2.

2.1.1.

Álvaro Pires de Castro⁸¹⁶, avô.

⁸¹² Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, p. 267.

⁸¹³ Cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, *op. cit.*, Volumes I, p. 189 e II, p. 197; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, p. 267.

⁸¹⁴ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta – Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, *op. cit.*, doc. 10, p. 45.

⁸¹⁵ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 652; *Monumenta Henricina*, VII, *op. cit.* documento 174, p. 259.

⁸¹⁶ Irmão de Inês de Castro; recebe, em 1371, o título de conde de Arraiolos; nomeado 1.º condestável do reino por D. Fernando, em 1382, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Capítulos LXV, p. 172 e CL, p. 416; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno*

Maria Ponce de Leão⁸¹⁷, avó.

Pedro de Castro “o torto”⁸¹⁸, pai.

Leonor Teles de Meneses⁸¹⁹, mãe.

D. Álvaro de Castro, D. Beatriz de Castro, tios paternos⁸²⁰

João de Castro⁸²¹, Guiomar de Castro⁸²² e Isabel de Castro⁸²³, irmãos.

de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, Tomo II, *op. cit.*, Tratado IX, Cap. IX, p. 272; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 67; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 75.

⁸¹⁷ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portugueza e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo II, *op. cit.*, Tratado IX, Cap. IX, p. 272.

⁸¹⁸ Senhor do Cadaval por carta de D. João I passada em Lisboa a 30 de abril de 1388; recebe a título perpétuo e hereditário o lugar de Cadaval com todas as aldeias do termo do mesmo lugar, que antes pertenciam ao conde de Ourém, D. João Afonso Teles de Meneses; no cerco de Lisboa, em 1384, pretende traír o Mestre de Avis e dar entrada aos castelhanos por uma das portas da cidade de Lisboa, a de Santo Agostinho, mas é descoberta esta intenção, sendo preso e perdoado; participa na conquista de Ceuta, em 1415, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 333, pp. 182-183; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXXVIII, pp. 239-242; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXXVI, p. 140; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 69; *Livro de Linhagens do século XVI*, *op. cit.*, p. 92; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 114v.

⁸¹⁹ Filha de D. João Afonso Teles de Meneses conde de Ourém, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portugueza e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, II, *op. cit.*, Tratado IX, Cap. IX, p. 272; *Livro de Linhagens do século XVI*, *op. cit.*, p. 92.

⁸²⁰ Cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 113.

⁸²¹ Casa com D. Leonor da Cunha, viúva do Doutor João das Regras, e morre em 1437, no desastre de Tânger; morador da casa de D. João I com a quantia de 9 800 libras, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 161; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade*

2.1.2.

Primeiro casamento com D. Isabel de Ataíde⁸²⁴.

Segundo casamento com D. Mécia de Sousa⁸²⁵.

2.1.4.

Álvaro de Castro⁸²⁶, Henrique de Castro⁸²⁷, Garcia de Castro⁸²⁸, Maria

Média, op. cit., p. 76; *Livro de Linhagens do século XVI*, op. cit., pp. 92-93; *Monumenta Henricina*, I, op. cit., documentos 122, p. 281.

⁸²² Casa com Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde de Atouguia; aia da infanta D. Leonor, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., p. 119; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, op. cit., p. 107.

⁸²³ Casa com Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mor de D. Duarte, cf. *Livro de Linhagens do século XVI*, op. cit., p. 92; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 115.

⁸²⁴ Filha de Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide-mor de Chaves e de D. Maria Vasques Coutinho, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, II, op. cit., Tratado IX, Cap. IX, p. 272; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., p. 84.

⁸²⁵ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, op. cit., pp. 135-136; Cristóvão Alão de MORAIS identifica-a como filha de Fernão Martins Coutinho senhor da Ericeira e de Mafra, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 110.

⁸²⁶ Alcaide-mor de Lisboa e da Covilhã, senhor do Castelo de Mendo; casa com D. Isabel da Cunha, filha de D. Afonso senhor de Cascais e herdeira do morgadio de S. Mateus e S. Eutrópio de Lisboa; camareiro-mor e do conselho de D. Afonso V, após 1449; 1.º Conde de Monsanto, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, op. cit., Cap. LIV, p. 652; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, II, op. cit., Tratado IX, Cap. IX, p. 272; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., p. 354; *Livro de Linhagens do século XVI*, op. cit., pp. 93-94; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 111; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 116.

de Castro⁸²⁹, Isabel de Castro⁸³⁰, Catarina de Castro⁸³¹, Margarida de Castro⁸³², D. Violante Coutinho⁸³³, filhos.

D. João de Castro, D. Jorge de Castro, D. Joana de Castro, D. Leonor de Castro, D. Rodrigo de Castro “o de Monsanto”, D. Guiomar de Castro, D. Margarida de Castro, netos⁸³⁴.

⁸²⁷ Homem da casa do infante D. Henrique, IDEM, *IBIDEM*, prior do Crato, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, op. cit. Vol. II, pp. 32 e 70.

⁸²⁸ Casa com D. Beatriz da Silva, filha de Leonel de Lima 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira; membro do conselho de D. Afonso V, após 1449; obteve o paul de Boquilobo por sentença contra sua sobrinha D. Joana de Castro, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p.76; *Livro de Linhagens do século XVI*, op. cit., p. 96; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 116.

⁸²⁹ Casa com Álvaro de Sousa filho de Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mor de D. Duarte, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., pp. 285-286; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p.67; *Livro Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 39.

⁸³⁰ Casa com D. Duarte de Meneses, conde de Viana do Alentejo, cf. Fr. Fernando SOLEDADE, *Historia Serafica cronologica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Tomo 1, op. cit., Livro IV, p. 447; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1978, Cap. III, p. 50.

⁸³¹ Casa a primeira vez com D. Álvaro de Almada conde de Avranches, e a segunda vez com D. Martinho de Ataíde 2.º conde de Atouguia, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, op. cit., pp. 272-273; *Livro de Linhagens do século XVI*, op. cit., p. 93.

⁸³² Filha do segundo casamento de D. Fernando de Castro; dama da infanta D. Isabel, que a acompanha a Borgonha; casa com João de Neufchastel, cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, op. cit., pp. 77-78.

⁸³³ Segundo Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 110 é filha do segundo casamento de D. Fernando de Castro, solteira e senhora da Mafra.

⁸³⁴ Filhos de Álvaro de Castro, IDEM, p. 111; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 117.

2.2.

2.2.1.

Nobreza⁸³⁵.

2.2.2.

Nobreza⁸³⁶.

2.2.3.

Nobreza⁸³⁷.

2.2.4.

Ataíde, Meneses, Coutinho⁸³⁸.

4.

4.2.

Governador da casa do infante D. Henrique⁸³⁹.

1441 – Regedor da Casa do Cível⁸⁴⁰.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1416 -1423) e de D. Afonso V (1441).

5.4.

Constança

1416 – Constança – Integra a comitiva ao concílio de Constança⁸⁴¹.

⁸³⁵ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*; pp. 74-76.

⁸³⁶ IDEM, *IBIDEM*.

⁸³⁷ IDEM, *IBIDEM*.

⁸³⁸ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 220.

⁸³⁹ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 652.

⁸⁴⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 171; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVIII, p. 937; *Monumenta Henricina*, II e VII, *op. cit.*, documentos 114, pp. 237-238, e 174, p. 259.

Castela

1422 – Santarém, março, 13 – Carta de D. João I a delegar poderes para se firmar e jurar as pazes com Castela⁸⁴².

1423 – Ávila, abril, 30 – Carta de D. João II de Castela a aprovar e ratificar o Tratado de Paz de 31 de outubro de 1411⁸⁴³.

Reino de Fez

1441 – Expedição a Fez para a entrega de Ceuta a troco da libertação do infante D. Fernando⁸⁴⁴.

7.

Alcaide-mor da Covilhã⁸⁴⁵.

⁸⁴¹ Cf. António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, op. cit., pp. 40-41; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, op. cit., p. 141; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 282.

⁸⁴² Nesta carta constam os nomes de Fernando Afonso da Silveira e D. Fernando de Castro, cf. *Monumenta Henricina*, III, op. cit., documento 16, p. 26, nota 2.

⁸⁴³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, op. cit., Cap. CXVI, pp. 435-437; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. XCIX, p. 714; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Capítulos CLXXXIX, p. 941 e CXCII, p. 961; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, op. cit., p. 298; D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, op. cit., pp. 295-296; Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...*, op. cit., Cap. LIX, fol. LXXXI; *Monumenta Henricina*, III, op. cit., documentos 37, pp. 60 e 68, e 38, pp. 69-70; Humberto Baquero; MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, op. cit., p. 141.

⁸⁴⁴ Não chega a cumprir a sua missão, porque é morto na sequência de um ataque de corsários genoveses, que pilham o galeão português, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, op. cit., Cap. LIV, p. 652; Frei João ÁLVARES, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Edição crítica da obra de D. Fr. João Alvarez segundo um códice Ms. do séc. XV por Mendes dos Remédios, Coimbra, F. França Amado – Editor, 1911, Cap. XXV, p. 72; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume II, op. cit., Cap. VII, pp. 33-39; *Monumenta Henricina*, VII, op. cit., documento 77, p. 110, nota 1.

- 1415 – Julho – Participa na conquista de Ceuta⁸⁴⁶.
- 1423 – Capitão de uma nau de guerra para combater o corso castelhana⁸⁴⁷.
- 1424 – Capitão-mor de uma expedição às Canárias⁸⁴⁸.
- 1437 – Participa na expedição a Tânger⁸⁴⁹.

8.

- 1434 – Membro do conselho de D. João I⁸⁵⁰ e de D. Duarte⁸⁵¹.

9.

- 1430 – Écluse, janeiro, 6 – Presente no casamento do duque de Borgonha com a infanta D. Isabel⁸⁵²

⁸⁴⁵ Cf. *Livro de Linhagens do século XVI, op. cit.*, p. 93.

⁸⁴⁶ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta, op. cit.*, Cap. L, p. 178; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 680; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1456; cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 95, p. 204.

⁸⁴⁷ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXI, p. 857; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses, op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. VII, p. 551.

⁸⁴⁸ Expedição promovida pelo infante D. Henrique para a conquista da Gran Canária, em que o rei D. João I dispense a quantia de 34 mil dobras, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica de Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1994, Cap. LXXIX, p. 337; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 67; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. LXXXVI, p. 439; *Monumenta Henricina*, II e III, *op. cit.*, documento 113, p. 235, nota 1 e documento 51, pp. 92-97.

⁸⁴⁹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo”, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 751.

⁸⁵⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 15, p. 86; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 961; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I” , *op. cit.*, p. 50.

⁸⁵¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 302, pp. 161-163.

- 1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de Paz de 30 de outubro de 1431 celebrado em Medina del Campo, realizado pelo rei D. João I e pelos infantes seus filhos⁸⁵³.
- 1432 – Segura, novembro, 13 – Testemunha do infante D. Pedro sobre a ratificação do juramento prestado em Almeirim, a 7 de novembro de 1431 por D. João I, de manter o tratado de paz e amizade com Castela⁸⁵⁴.
- 1432 – Castelo Branco, novembro, 15 – Testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Pedro Gonçalves Malafaia e ao Doutor Rui Fernandes para estes tratarem, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel⁸⁵⁵.
- 1437 – Consultado por D. Duarte sobre a expedição a Tânger⁸⁵⁶.
- 1438 – Torres Novas, novembro, 10 – Apontado como um dos conselheiros do regimento do reino, nas Cortes de Torres Novas⁸⁵⁷.
- 1440 – Gaietà, setembro, 13 – Carta de D. Afonso V de Aragão sobre a concórdia entre a rainha D. Leonor e o infante D. Pedro⁸⁵⁸

⁸⁵² Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 35.

⁸⁵³ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 15 pp. 84 e 86-87; Humberto Baquero; MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 141.

⁸⁵⁴ IDEM, documento 43, p. 173.

⁸⁵⁵ IDEM, documento 46, p. 177.

⁸⁵⁶ Cf. Rui de PINA, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, *op. cit.*, Cap. XV, p. 126.

⁸⁵⁷ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, pp. 17-19.

⁸⁵⁸ D. Afonso V dirige esta carta a mais dignitários do reino com o objetivo de os sensibilizar para a necessidade de se mostrarem favoráveis à concórdia entre D. Leonor e o infante D. Pedro, cf. *Monumenta Henricina*, VII, *op. cit.* documento 108, pp. 169-170.

10.

1431 – Viseu, março, 31 – Fiador de Pedro Nunes Homem, escudeiro da casa do infante D. Henrique, pelo foro anual do couto de Canas de Senhorim⁸⁵⁹

1432 – Tomar, outubro, 22 – Empréstimo de 100.000 reais brancos ao abade do mosteiro de Alcobaça⁸⁶⁰.

11.

11.6.

1432 – Almeirim, fevereiro, 10 – Carta de D. João I de doação de sesmaria do paul de Trava, no termo de Santarém, a título hereditário⁸⁶¹.

1432 – Torres Novas, julho, 31 – Carta da infanta D. Leonor de cedência de direitos no paul de Boquilobo⁸⁶².

1434 – Santarém, março 31 – Carta de D. Duarte de confirmação da troca do paul de Trava pelo de Boquilobo, a título hereditário⁸⁶³.

⁸⁵⁹ Este emprazamento estabelece-se entre o escudeiro e o cabido da Sé de Viseu e representa uma quantia anual de sete marcos de prata; são também fiadores Lopo Gonçalves e João Lourenço, cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 66, pp. 339-340.

⁸⁶⁰ Deste empréstimo é passado recibo notarial, ao mesmo tempo que fica, como caução, na posse de objectos de ouro e prata, nomeadamente cruces e cálices, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 41, pp. 165-167.

⁸⁶¹ Carta validada por D. Duarte a 30 de março de 1434, Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 302, pp. 161-163; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, pp. 17-18, nota 50; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 19, pp. 95-96.

⁸⁶² A razão deste pedido reside no facto de ter trocado com o infante D. Henrique o paul de Trava pelo de Boquilobo, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 32, pp. 143-144.

⁸⁶³ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 302, pp. 161-163; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, documentos 126 e 127, pp. 331-334; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 120..

1436 – Montemor-o-Novo, junho, 4 – Carta de D. Duarte de instituição do morgadio de Boquilobo⁸⁶⁴.

11.8.

1402 /1433 (?) – Morador da casa de D. João I com a moradia de 8 000 libras⁸⁶⁵.

1416 – Constança – 21 000 dobras para despesas⁸⁶⁶.

1423 – Castela – 2675 dobras para despesas⁸⁶⁷.

12.

“homẽ gramde e nobre ã estes rregnos”⁸⁶⁸.

13. Fernando Gonçalves Beleágua

1.

1.1.

(?) - 1442⁸⁶⁹.

2. 1.

2.1.1.

⁸⁶⁴ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI, 1.ª Parte, *op. cit.*, pp. 217-221.

⁸⁶⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, I e IV, *op. cit.*, documentos 122 e 64, pp. 281 e 227; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 215.

⁸⁶⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 65, p. 235.

⁸⁶⁷ IDEM, *IBIDEM*.

⁸⁶⁸ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op.cit.*, 2.ª Parte, Cap. VII, p. 551.

⁸⁶⁹ A data referida relaciona-se com o pedido feito na cúria romana pelo infante D. Pedro, através de Álvaro Afonso doutor em decretos e clérigo da diocese de Coimbra, que pretende a entrega do deado de Coimbra a Pedro de Ataíde, em virtude da morte do Doutor Beleágua, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume II, Editorial Franciscana, 1970, p. CCLXXIX.

Gonçalo Eanes Beleágua, pai⁸⁷⁰.

Florença Domingues, mãe⁸⁷¹.

2.1.2.

Diogo Gonçalves Beleágua⁸⁷², Florença Dias Beleágua⁸⁷³, irmãos.

2.2.

2.2.2.

Letrado.

3.

3.2.

1401-1402 – Reitor do Colégio de S. Clemente em Bolonha⁸⁷⁴.

1408 – Estudante na Universidade de Bolonha⁸⁷⁵.

1426-27 - Doutoramento em Direito Canónico pela Universidade de Bolonha⁸⁷⁶.

4.

4.2.

1415 – Encarregue de alguns regimentos do reino na ausência de D.

⁸⁷⁰ Morador na cidade do Porto, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 347.

⁸⁷¹ IDEM, p. 348.

⁸⁷² Frade dominicano; fundador do Mosteiro de S. Domingos de Benfica, juntamente com frei Vicente de Lisboa, IDEM, p.349.

⁸⁷³ IDEM, p.348.

⁸⁷⁴ Cf. Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.* nota 258, p. 174.

⁸⁷⁵ Cf. Virgínia RAU, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, in *Separata de Do Tempo e da História*, V, Lisboa, 1972, p. 32; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, Lisboa, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, n.º 1, 1969, p. 77.

⁸⁷⁶ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *op. cit.*, p. 77.

João I aquando da conquista de Ceuta⁸⁷⁷.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1411-1419).

5.4.

Castela

1411 – Ayllón, outubro, 31 – Assinatura do Tratado de Paz⁸⁷⁸.

1418 – Ratificação do Tratado de 1411⁸⁷⁹.

1419 – Ratificação do Tratado de 1411⁸⁸⁰.

6.

Chantre de Coimbra⁸⁸¹.

Deão de Coimbra⁸⁸².

⁸⁷⁷ Cf. Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), *op. cit.*, 456.

⁸⁷⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, V (Gav. XV, Maços 16-24), *op. cit.*, 4576, XVIII, 11-4, p. 627; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 423 e Cap. CXVI, pp. 435-437; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXI, p. 661; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. V, p. 49; Mestre Mateus de PISANO, “Livro da Guerra de Ceuta”, Volume I, *op. cit.*, p. 9; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 288-291.

⁸⁷⁹ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 296.

⁸⁸⁰ IDEM, p. 297.

⁸⁸¹ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 864, pp. 328-329; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *op. cit.*, p. 77.

⁸⁸² A permuta da chantria pelo deado de Coimbra com João Afonso concretiza-se por bula de Martinho V, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 870, pp. 335-336.

8.

Membro do Conselho Régio de D. João I⁸⁸³.

9.

1408 – Bolonha – Executor das letras apostólicas em que D. Fernando da Guerra recebe o mestre-escolado de Lisboa⁸⁸⁴.

10.

1426 – Outubro, 5 – Súplica ao papa para trocar com João Afonso a chantria pelo deado de Coimbra⁸⁸⁵.

1427 – Março, 1 – Renovação da súplica de troca da chantria pelo deado de Coimbra⁸⁸⁶.

1427 – Março, 1 – Bula de Martinho V a conceder-lhe o deado de Coimbra⁸⁸⁷.

O Doutor Gil do Sem nomeia-o seu testamenteiro⁸⁸⁸

11.

11.1.

Morada em Lisboa próximo da porta da Moeda⁸⁸⁹.

⁸⁸³ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4576, XVIII, 11-4, p. 627.

⁸⁸⁴ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *op. cit.*, p. 60; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, *op. cit.*, pp. 46 e 51.

⁸⁸⁵ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 864, pp. 328-329; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, pp. 146-147.

⁸⁸⁶ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 870, pp. 334-335; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, pp. 186-187.

⁸⁸⁷ IDEM, pp. 335-336.

⁸⁸⁸ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 377.

⁸⁸⁹ IDEM, p. 37.

14. Fernão Fogaça

2. 1.

2.1.1.

Lourenço Anes Fogaça, pai⁸⁹⁰.

Leonor Rodrigues, mãe⁸⁹¹.

2.1.2.

Pedro Fogaça e João Fogaça, irmãos⁸⁹².

2.1.4.

Diogo Fogaça, filho (?)⁸⁹³.

2.2.

2.2.1.

Cavaleiro⁸⁹⁴.

2.2.2.

Escudeiro da casa de D. João I⁸⁹⁵.

Cavaleiro⁸⁹⁶.

⁸⁹⁰ Chanceler-mor dos reis D. Fernando e D. João I, cf. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 109; Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, p. 4.

⁸⁹¹ Filha de Álvaro Vasques de Pedra Alçada e Violante Gomes, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume II, *op. cit.*, p. 620; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XIV, pp. 518-519.

⁸⁹² Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume II, *op. cit.*, p. 620.

⁸⁹³ Filiação hipotética, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 139.

⁸⁹⁴ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4187, XVII, 6-8, p. 186; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 354; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 355.

⁸⁹⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, Volume I, *op. cit.* documento 122, p. 282.

4.

4.2.

Vedor da casa do infante D. Duarte⁸⁹⁷.

1435 – Chanceler-mor de D. Duarte⁸⁹⁸.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1414).

5.4.

Borgonha / Holanda

1414 – Apresentar ao duque de Holanda e conde de Flandres uma carta de desafio de D. João I devido ao aprisionamento de navios portugueses⁸⁹⁹.

8.

Membro do conselho de D. Duarte⁹⁰⁰.

11.

11.1.

⁸⁹⁶ Cf. Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XIX, p. 903.

⁸⁹⁷ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Caps. CLXXXVIII, p. 938; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXVIII, p. 111; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, p.49; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 234.

⁸⁹⁸ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, *op. cit.*, p. 276; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 140; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 234.

⁸⁹⁹ Considerada esta diligência, uma manobra política para justificar a movimentação militar desenvolvida em Portugal ligada à expedição a Ceuta, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Capítulos. CLXXVII, p. 938 e CCXCIV, pp. 1430-1431; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXVIII, pp. 111-114; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XIX, p. 903; Oliveira MARTINS, *Os filhos de D. João I*, *op. cit.*, pp. 34-35;

⁹⁰⁰ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 140.

1416 – Estremoz, abril, 7 – Jurisdição cível e crime da vila de Odemira⁹⁰¹.

1435 – Alenquer, julho, 16 – Carta de confirmação de D. Duarte da jurisdição cível e crime da vila de Odemira⁹⁰²

11.6.

1416 – Estremoz, abril, 7 – Carta de doação de D. João I de Odemira⁹⁰³.

1435 – Alenquer, julho, 16 – Carta de confirmação de D. Duarte da doação da vila de Odemira⁹⁰⁴.

11.8.

1402 – Escudeiro da casa de D. João I com a moradia de 5400 libras⁹⁰⁵.

1433– Morador da casa de D. João I com a moradia de 504 libras⁹⁰⁶.

15. Fernão Gonçalves

2.1.

2.1.2.

Mestre João “das Leis”, tio⁹⁰⁷.

⁹⁰¹ Tal como acontecera com seu pai, Lourenço Fogaça, e seu irmão, Pedro Fogaça, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, Tomo 3, Volume III, *op. cit.* documento 151, pp. 208-209; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, *op. cit.* documento 734, pp. 26-27.

⁹⁰² Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 637, pp. 467-468.

⁹⁰³ Por sucessão de seu pai e irmão e confirmada por D. Duarte em carta passada no Porto a 22 de fevereiro de 1435, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, *op. cit.* documento 738, pp. 25-27.

⁹⁰⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 637, pp. 465-468.

⁹⁰⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, Vol. I, *op. cit.* documento 122, p. 282.

⁹⁰⁶ IDEM, Vol. IV, documento 64, p. 227.

2.1.3.

Casa com Margarida Esteves⁹⁰⁸.

2.2.

2.2.2.

Letrado.

3.

3.1. Licenciado em Direito Civil⁹⁰⁹.

3.2. Professor na Universidade de Orleães⁹¹⁰.

4.

4.2.

1387 – Juiz ordinário do cível na cidade de Lisboa⁹¹¹.

1383 – 1386 – Desembargador de D. João I⁹¹².

1387 – 1388 – Alvazil / juiz do cível da cidade de Lisboa⁹¹³.

1391 – 1407 – Desembargador de D. João I⁹¹⁴.

⁹⁰⁷ 3.º senhor do morgadio de S. Lourenço de Lourenço de Lisboa criado em 1296 por mestre Pedro Pires [Nogueira], clérigo, médico e chanceler de D. Dinis; considerou o seu sobrinho como testamenteiro e concedeu-lhe a administração de um dos seus morgadios, cf. João Paulo de Abreu e LIMA,, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV” in *Tabardo* n.º3, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada, 2006, p. 209; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 407.

⁹⁰⁸ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 409.

⁹⁰⁹ Surgem igualmente referências como bacharel em Leis e Licenciado em Leis, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXVI, p. 112; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 139; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 300; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 112.

⁹¹⁰ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 112.

⁹¹¹ IDEM, p. 407.

⁹¹² IDEM, *IBIDEM*.

⁹¹³ IDEM, *IBIDEM*

1402 – Oficial da relação de D. João I⁹¹⁵.

1407 – 1414 – Chanceler do rei⁹¹⁶.

5.1.

Embaixador de D. João I (1388-1390).

5.4.

Inglaterra

1388 – Embaixador junto de Ricardo II para assegurar tréguas políticas e comerciais decorrentes do tratado assinado com Inglaterra⁹¹⁷.

1389 – Abril, 1 – Carta credencial de D. João I de apresentação deste embaixador junto do conselho régio do rei inglês⁹¹⁸.

1390 – Entrega do traslado da carta de proposta de tréguas entre Portugal e Castela por um período de seis meses⁹¹⁹.

⁹¹⁴ IDEM, *IBIDEM*; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 300; *Monumenta Henricina*, Volume I, op. cit. documento 122, p. 285.

⁹¹⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, Volume I, op. cit. documento 130, p. 311.

⁹¹⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 300; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 407; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, op. cit., doc. 283, p. 185.

⁹¹⁷ Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, op. cit., pp. 138-141; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., pp. 552.

⁹¹⁸ VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., p. 103.

⁹¹⁹ A cópia autenticada do original foi apresentada pelo chanceler Lourenço Anes Fogaça onde se estipula que entrassem nas ditas tréguas, se assim o entendessem, os reis de Inglaterra, França e Escócia, datada de 15 de março de 1390 e contempla o acordado nas tréguas de Monção assinadas em novembro de 1389, cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscritos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, op. cit., pp. 59-60 e 71-72.

Borgonha

1388- Junho, 6 – Formalizar as relações comerciais com a Flandres e a Bretanha no contexto do Tratado de Windsor⁹²⁰.

11.

11.6.

1393 – Lisboa, março, 29 – Carta de doação da aldeia de Algiraz, no julgado da terra de Senhorim, e a terra do Barreiro, como dote de casamento⁹²¹.

1393 – Lisboa, março, 31 – Carta de doação de casais e quintas na terra de Senhorim, a título perpétuo e hereditário, como dote de casamento⁹²².

11.8.

1402 – Oficial da Casa de D. João I com a moradia de 7000 libras⁹²³.

16. Gil do Sem

1.1.

(?) – 25 de Novembro de 1387⁹²⁴.

2.

2.1.

⁹²⁰ Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, pp. 21-22, 57, 138-140; o tratado de comércio entre a Flandres e Portugal foi assinado a 20 de março de 1389 na sequência da missão deste diplomata, IDEM, pp. 145-146.

⁹²¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 742, pp. 74-76.

⁹²² IDEM, documento 741, pp. 72-73.

⁹²³ Cf. *Monumenta Henricina*, Volume I, *op. cit.* documento 122, p. 285; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 218.

⁹²⁴ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 53; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 137; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 1928.

2.1.1.

Pero do Sem, avô⁹²⁵.

João do Sem, familiar⁹²⁶.

João Peres do Sem, pai⁹²⁷.

2.1.2.

Mestre João Afonso Anes de Nogueira “das Leis”, sogro⁹²⁸.

Catarina do Sem, irmã⁹²⁹.

2.1.3.

Casa com Branca Anes de Nogueira⁹³⁰.

⁹²⁵ Chanceler-mor de D. Afonso IV, ouvidor dos feitos do rei e seu embaixador à Cúria romana e a Castela; referido como um dos mais proeminentes oficiais da primeira metade do século XIV, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 136-137; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., pp. 372-373; Frei Rafael de JESUS, *Monarquia Lusitana*, Parte Sétima, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, Livro VIII, Cap. XVII, p. 423; Rui de PINA, *Chronica de Elrey Dom Afonso o quarto do nome, e sétimo dos reis de Portugal*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1653, Cap. XXXIII, p. 117; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, pp. 376-377; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, Livro II, Coimbra, Atlântida, 1952, p. 413; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 684.

⁹²⁶ Capelão do papa, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 137.

⁹²⁷ Clérigo, provavelmente filho de Maria do Sem, clarissa de Santarém em 1358, cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 685.

⁹²⁸ Membro do Desembargo régio de D. Afonso IV e do conselho de D. Fernando; apontado como especialista em Direito Civil, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 135 e *D. Fernando*, op. cit., p. 149.

⁹²⁹ IDEM, p. 137.

⁹³⁰ IDEM, p. 377; cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 135; recebe de D. João I uma carta de couto de uma quinta de pinhais em Sarilhos de Ribatejo datada de

2.1.4.

Pedro Gil do Sem⁹³¹, Martim Gil do Sem⁹³², Catarina do Sem⁹³³ e
Guiomar do Sem⁹³⁴, filhos.
João do Sem, neto⁹³⁵.
Beatriz de Almeida, neta⁹³⁶.
António do Sem, bisneto⁹³⁷.

Santarém, a 20 de Novembro de 1402, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1492, pp. 250-251.

⁹³¹ Escudeiro do Mestre de Avis, que lhe fez mercê de chantas em Santarém, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op.cit.*, Livro XXIII, Cap. XXVI, p. 622; por carta de tença, datada de Braga a 1 de dezembro de 1387, recebe a terra de Soaz com todas as rendas e direitos, e por carta datada de Coimbra a 29 de março de 1390, D. João I faz-lhe doação de vinhas e herdades em Gaia, *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol.1, documento 1369, e Tomo 1, Vol. II, pp. 49-50.

⁹³² Membro do desembargo régio, do conselho de D. João I e seu embaixador a Inglaterra e Castela. Governador da casa de D. Duarte e seu chanceler-mor, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, 1119, p. 201.

⁹³³ Casa com Álvaro Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Torres Novas, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op.cit.*, pp.368-369; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 137.

⁹³⁴ Morreu solteira e sem descendência, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 378-379.

⁹³⁵ Filho de Catarina do Sem, casa com Beatriz Gomes de Lemos; herdou de seu tio, o Doutor Martim do Sem o morgadio por ele instituído; Doutor em Decretos e clérigo em Lisboa, chanceler-mor e membro do conselho de D. Afonso V e seu embaixador a Castela, cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, pp. 290-291; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, 1099, p. 181 e 1156, p. 239; *Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume II, op. cit.*, doc. 100, pp. 142-143; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 394; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, 2.^a Parte, *op. cit.*, p. 417.

⁹³⁶ Filha de Catarina do Sem, casa com João de Sousa e herdou de seu avô a quinta de Vinhó, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.* nota 5, p. 375.

⁹³⁷ Filho de João do Sem e membro do conselho régio de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I; casa com D. Filipa de Sousa, filha de Rui de Sousa senhor de Beringel; cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da*

2.2.

2.2.1.

Nobreza⁹³⁸.

2.2.2.

Cavaleiro⁹³⁹.

2.2.4.

Nogueira⁹⁴⁰.

3.

3.1.

1377 – Professor em Leis no Estudo português⁹⁴¹.

3.2.

Doutoramento em Leis pela Universidade de Bolonha⁹⁴².

4.

4.1.

1382 – Vedor ao serviço do rei em Lisboa⁹⁴³.

Sala de Sintra, Volume II, *op. cit.*, pp. 391 e 396; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 62.

⁹³⁸ A nobilitação fez-se sobretudo pelos serviços prestados à Coroa através do exercício de cargos no Desembargo régio ou de ofícios muito próximo dos monarcas, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 107.

⁹³⁹ Conforme o registo epigráfico do seu túmulo, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 376.

⁹⁴⁰ Com o seu casamento estabeleceu-se uma ligação à família Nogueira, também ela com ocupação de cargos políticos de estreita confiança régia, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 135.

⁹⁴¹ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 686.

⁹⁴² Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 1.

⁹⁴³ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 685.

1383 – Regedor do concelho de Lisboa⁹⁴⁴.

1384 – Santarém, janeiro – Nomeado membro do Desembargo Régio pelo rei de Castela⁹⁴⁵.

5.

5.1.

Embaixador de D. Fernando e de D. João I (1371-1387)⁹⁴⁶.

5.4.

Castela

Galiza

Castela

1371 – Toro, agosto, 10 - Confirmação das pazes com D. Henrique de Castela. Ratificação do Tratado de Alcoutim, assinado em 31 de março de 1371⁹⁴⁷.

1380 – Sória, agosto – Confirmação do contrato de casamento de D. Beatriz, filha do rei D. Fernando com o infante D. Henrique, filho do rei D. João de Castela⁹⁴⁸.

1380 – Setembro – Cortes convocadas pelo rei D. João de Castela onde os altos dignitários prestaram juramento, preito e homenagem

⁹⁴⁴ IDEM, p. 683.

⁹⁴⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXVI, p. 112.

⁹⁴⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 678.

⁹⁴⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. LIII, p. 142; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX”, *op. cit.*, p. 346; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 13; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, Livro III, Cap. VII, p. 159 e Livro V, Cap. I, p. 574.

⁹⁴⁸ Este casamento não se concretizou, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXII, pp. 313-315; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XLIII, p. 345.

nas mãos dos embaixadores portugueses, ao contrato de casamento entre o infante D. Henrique e a infanta D. Beatriz⁹⁴⁹.

1380 – Outubro – Apresentar protesto ao rei de Castela pelo facto de ter acolhido na corte o infante D. João, filho de Inês de Castro⁹⁵⁰.

Galiza

1387 – Esclarecer junto do duque de Lencastre a situação respeitante ao impasse da cúria de Roma no envio das bulas para validar o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre⁹⁵¹.

7.

1384- 1385 - Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino⁹⁵².

1385 – Julho – Participa na tomada de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém⁹⁵³.

1385 – Agosto – Acompanha o rei no assentamento da batalha de Aljubarrota⁹⁵⁴.

⁹⁴⁹ Os embaixadores portugueses são curadores da infanta D. Beatriz, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXII, p. 315; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), *op. cit.*, 4190, XVII, 6-11, pp. 259-261.

⁹⁵⁰ Cf. Luis SUÁREZ FERNANDEZ, “Castilla (1350-1406)”, *op. cit.*, pp. 221-222.

⁹⁵¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIII, p. 252; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 931; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume II, *op. cit.*, p. CXVI; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, Secção XV, pp. 270-271; Salvador Dias ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *op. cit.*, p. 35.

⁹⁵² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 304; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1147; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748.

⁹⁵³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXIII, p. 47.

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota⁹⁵⁵.

8.

Membro do Conselho Régio de D. Fernando⁹⁵⁶ e de D. João I⁹⁵⁷.

9.

1379 – Medina del Campo, dezembro, 12 – Testemunha de uma sentença sobre a nulidade do casamento de D. Isabel, filha natural do rei D. Fernando, com D. Afonso conde de Gijón, filho natural do rei D. Henrique II de Castela⁹⁵⁸.

1380 – Portalegre, maio, 10 – Testemunha do contrato de casamento de D. Beatriz com o infante D. Henrique de Castela, estabelecido entre os procuradores de Portugal e Castela⁹⁵⁹.

⁹⁵⁴ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LIII, p. 564; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 143.

⁹⁵⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIX, p. 88; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 579; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234.

⁹⁵⁶ Cf. Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 149.

⁹⁵⁷ Nomeado após as Cortes de Coimbra, em abril de 1385, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, 385, pp. 128-129; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. II, p. 8; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume II, *op. cit.*, pp. CXXXIX-CXL; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. CLIII, p. 231; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 678; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 93; Armando Luís de Carvalho HOMEM,, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 52.

⁹⁵⁸ Cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I” *op. cit.*, p. 52.

- 1380 – Portalegre, maio, 12 – Testemunha de uma carta escrita pela rainha D. Leonor sobre a salvaguarda dos bens da infanta D. Beatriz nas cláusulas do seu casamento com o infante D. Henrique de Castela⁹⁶⁰.
- 1382 – Reunião como rei D. Fernando sobre a questão cismática, nomeadamente o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII⁹⁶¹.
- 1384 – Acompanha a rainha D. Leonor Teles a Santarém e está presente quando ali chega o rei D. João de Castela⁹⁶².
- 1384 – Outubro, 6 – Presente na homenagem feita pelo Mestre de Avis à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco levado a cabo pelo rei de Castela⁹⁶³.
- 1385 – Coimbra, abril, 10 – Testemunha da carta de D. João I à cidade de Lisboa de confirmação dos privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores⁹⁶⁴.

⁹⁵⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXII, pp. 313-314; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 4190, XVII, 6-11, p. 255.

⁹⁶⁰ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), *op. cit.*, 4190, XVII, 6-11, p. 258.

⁹⁶¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLVI, pp. 434-435; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 1-2; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 375; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 686. Segundo Sousa Costa, D. Fernando foi o primeiro rei da Península Ibérica a declarar obediência ao papa de Avinhão, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume III, Editorial Franciscana, 1982, p. 169; Júlio César BAPTISTA, “Portugal e o Cisma do Ocidente in *Lusitana Sacra*, Lisboa, 1956, pp. 151-152

⁹⁶² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXVI, pp. 111-112; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, *op. cit.*, Cap. CCV, p. 1009.

⁹⁶³ Apontado como vizinho da cidade do Porto, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, p. 622.

- 1385 – Agosto – Intervenção no sentido de D. João I ordenar batalha contra Castela⁹⁶⁵.
- 1386 – Coimbra, agosto, 12 – Presente na ratificação do Tratado de Windsor feita por D. João I através Guilherme de Farynge, embaixador do rei inglês Ricardo II⁹⁶⁶.
- 1387 – Babe, março, 26 – Testemunha na doação feita a D. João I pelos reis de Castela e duques de Lencastre de todos os direitos que lhes pertencessem em Portugal⁹⁶⁷.
- 1387 – Coimbra, agosto, 27 – Testemunha da carta de D. João I endereçada ao rei Ricardo II de Inglaterra de confirmação da Liga estabelecida entre Portugal e Castela⁹⁶⁸.

10.

Morador em Lisboa, próximo da porta da Moeda⁹⁶⁹.

11.

11.5.

1371 – Junho, 22 – Rendas da barca do Porto de Muge, por

⁹⁶⁴ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, op. cit., doc. 5, p. 32.

⁹⁶⁵ A sua intervenção junto de D. João I levou este rei a reunir o seu conselho para decidir sobre a iniciativa bélica contra Castela, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. XXXI, p. 65; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCLI, p. 1228; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 78-79.

⁹⁶⁶ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes IV, op. cit., p. 15-16.

⁹⁶⁷ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, op. cit., 4186, XVII, 6-7, p. 163; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, op. cit., 399, p. 152; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, op. cit., p. 22; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 71.

⁹⁶⁸ Cf. *Foedera, conventiones, literae*, RYMER, Thomas (ed.), Volume III, Parte IV, Londres, Georgeii Holmes, 1740, p. 15. Disponível em <http://www.archive.org/details/fderaconvention03ryme>.

⁹⁶⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 376.

mercê do rei D. Fernando⁹⁷⁰.

1386 – Abril, 18 – Carta de doação de D. João I “em préstamo da renda do mordomado de Santarém”⁹⁷¹.

11.6.

1386 – Chaves, janeiro , 30 – Renovação da mercê de doação perpétua e hereditária da quinta de Vinhó, pelo rei D. João I⁹⁷².

17. Gil Martins

2.

2.1.1.

Martim Lourenço, pai⁹⁷³.

Afonso Lourenço, tio⁹⁷⁴.

⁹⁷⁰ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Lisboa, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XVIII, p. 128; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 374; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, foles. 107_v-108 e 111.

⁹⁷¹ IDEM, *IBIDEM*.

⁹⁷² A quinta foi doada com todos os seus pertences a Gil do Sem, pois o seu anterior proprietário, Afonso Gomes da Silva, abraçou a causa de Castela, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol I, documento 1050, pp. 108-109; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, op. cit.*, Livro V, Cap. I, pp. 576-577; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 375.

⁹⁷³ Ajudou o Mestre de Avis na defesa do reino e esteve presente nas Cortes de Coimbra, em 1386, como representante do concelho de Lisboa cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, *op. cit.*, Capítulo. CLXI, p. 305 e CLXXXI, pp. 341-342.

⁹⁷⁴ IDEM, Cap. CLXXXI, pp. 314-315.

2.1.2.

Diogo Martins, irmão⁹⁷⁵.

2.1.3.

Casado com Leonor Pereira⁹⁷⁶.

2.1.4.

Pedro Pereira⁹⁷⁷, filho.

2.2.

2.2.2.

Letrado⁹⁷⁸.

3.

3.1.

Protector da Universidade de Lisboa⁹⁷⁹.

1388 – Março – Escolar de Leis em Lisboa⁹⁸⁰.

3.2.

Estudante em Itália⁹⁸¹.

1388 – Setembro, 19 – Exame de Direito Civil, em Bolonha⁹⁸².

⁹⁷⁵ Doutor em Leis; frequentou também a Universidade de Bolonha, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 309.

⁹⁷⁶ No livro da casa dos moradores surge com a moradia de 6 000 libras, no item damas e senhoras da casa da rainha D. Filipa, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 64, p. 231; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 190.

⁹⁷⁷ Clérigo em Lisboa, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 681, p. 117.

⁹⁷⁸ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 32.

⁹⁷⁹ Sucedeu ao Doutor João das Regras, cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 207.

⁹⁸⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, 405, p. 157.

⁹⁸¹ Cf. Virgínia RAU, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *Separata de Do Tempo e da História*, V, Lisboa, 1972, p. 31.

1388 – Outubro, 2 – Doutoramento em Direito Civil, na Universidade de Bolonha⁹⁸³.

4.

4.2.

1408 – 1416 – Desembargador régio⁹⁸⁴.

1421-1431 – Chanceler-mor de D. João I⁹⁸⁵.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1407-1431).

5.4.

Castela e Constança

Castela

1407 – Março/abril – Negociar tratado de paz⁹⁸⁶.

1411 – Tratado de paz com Castela⁹⁸⁷.

⁹⁸² Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 409, p. 162.

⁹⁸³ IDEM, 414, p. 169.

⁹⁸⁴ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 309; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI, 1.ª Parte, *op. cit.*, p. 188.

⁹⁸⁵ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, 953, p. 24 e 927, pp. 396-397; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 309; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, *op. cit.*, p. 120.

⁹⁸⁶ Não se chega a acordo devido às propostas dos embaixadores castelhanos, cf. Fernão LOPES,, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, pp. 406-409; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXI, p.660; COSTA, P. António Domingues de Sousa, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 32; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 285-286.

1431 – Medina del Campo, outubro, 31 – Assinatura do Tratado de paz com Castela⁹⁸⁸.

Constança

1416 – Concílio de Constança, como elemento da comitiva real⁹⁸⁹.

1416 – Janeiro, 21 – Salvo-conduto pedido por D. João I ao rei de Aragão para a embaixada portuguesa se deslocar ao concílio⁹⁹⁰.

1416 – Junho, 1 – Chegada a Constança⁹⁹¹.

1416 – Junho, 5 – Discurso, em latim, dirigido aos conciliares⁹⁹².

1416 – Outubro, 15 – Protesto solene sobre as concessões feitas aos embaixadores de Aragão⁹⁹³.

⁹⁸⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 35; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documento 152, nota 3, p. 350.

⁹⁸⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 964, p. 37.

⁹⁸⁹ Cf. António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concílios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concílios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, pp. 41-42; Maria Helena da Cruz, COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 282; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 310.

⁹⁹⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 114, pp. 237-238.

⁹⁹¹ Cf. Jacob CARRETANO, “Journal”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in J. H. NUNDY, K. M. WOODY, *The Council of Constance. The Unification of the Church*, Nova Iorque-Londres, Colombia University, 1961, p. 518.

⁹⁹² Neste discurso, refere a presença, em 1414, início do concílio, do cardeal de Lisboa João Afonso de Azambuja e dá particular ênfase à conquista de Ceuta “que portis et clavis est tocius Africe”, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, *op. cit.*, 671, pp. 91-94; Virgínia RAU, “Relações diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p.6; Jacob CARRETANO, “Journal”, *op. cit.*, p. 519; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, 1958, p. 689; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, documentos 143, pp. 282-287 e 157, nota 1, p. 317; Maria Alice Pereira dos SANTOS, *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Aautos*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000 (Dissertação de Mestrado) [Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2008], pp. 55-57.

1417 – Regresso a Portugal⁹⁹⁴.

9.

1384 – Outubro, 6 – Presta homenagem e juramento ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa⁹⁹⁵.

1385 – Coimbra, abril, 6 – Presente nas Cortes de Coimbra⁹⁹⁶

1408 – Évora, maio, 21 – Testemunha do contrato que iliba D. Martinho⁹⁹⁷.

1427 – Lisboa, dezembro, 5 – Presente nos capítulos das Cortes de Lisboa⁹⁹⁸.

1429 – Lisboa, julho, 23 – Testemunha das condições do casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁹⁹⁹.

1429 – Lisboa, julho, 24 – Testemunha dos autos esponsais da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha¹⁰⁰⁰.

⁹⁹³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 673, pp. 100-107; Guillaume FILLASTRE, “Diary of the Council of Constance”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in J. H. NUNDY, K. M. WOODY, *The Council of Constance. The Unification of the Church*, *op. cit.*, p. 299.

⁹⁹⁴ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana, 1960, p. 7.

⁹⁹⁵ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁹⁹⁶ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 37.

⁹⁹⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 41.

⁹⁹⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 892, p. 357.

⁹⁹⁹ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVII, Maços 3-9), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, 4074, XVII, 1-3, p. 480.

¹⁰⁰⁰ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), *op. cit.*, 4182, XVII, 6-3, p. 157; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 177; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 908, pp. 376-377; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 189.

1430 – Santarém, novembro, 27 – Presente nas Cortes de Santarém¹⁰⁰¹.

10.

Tutor de D. Branca, filha do Doutor João das Regras¹⁰⁰².

1417 – Constança, novembro, 27 – Súplica ao concílio de concessão de canonicato e prebenda para o seu filho Pedro Pereira, clérigo em Lisboa¹⁰⁰³.

1429 – Dezembro, 19 – Súplica de D. João I a favor deste doutor que, depois de ter enviuvado, pretende receber as ordens sacras e respectivos benefícios¹⁰⁰⁴.

11.

11.8.

1402 – Morador da casa de D. João I com 7 000 libras¹⁰⁰⁵.

1405 / 1406 – Morador da casa de D. João I com 5 500 libras¹⁰⁰⁶.

¹⁰⁰¹ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 927, pp. 396-397.

¹⁰⁰² Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 2.

¹⁰⁰³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 681, p. 117.

¹⁰⁰⁴ IDEM, 921, pp. 390-391; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, Editorial Franciscana, 1970, pp. 496-497.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 122, p. 285.

¹⁰⁰⁶ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 584, p. 306 e 587, p. 308; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, 1965, p. 36; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 218.

18. Gonçalo Eanes de Abreu

2.

2.2.

Cavaleiro

5.

5.1. Embaixador de D. João I

5.4.

Castela

1398/1399 – Olivença – Negociar nova trégua [de nove meses]
entre Portugal e Castela¹⁰⁰⁷.

7.

1385– Participa na batalha de Valverde¹⁰⁰⁸.

10.

Senhor de Castelo de Vide¹⁰⁰⁹

Morador em Évora¹⁰¹⁰.

¹⁰⁰⁷ O rei Henrique III emite salvo-conduto para se negociarem as tréguas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394 . P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 22-23; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 281-282. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op.cit.*, Cap. LXXX, p. 657; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXXII, pp. 182-184; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p. 274; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, p. 151.

¹⁰⁰⁸ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 132.

¹⁰⁰⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1330, pp. 200-201.

11.

11.6.

1393 – Doação de Nuno Álvares Pereira de Alter do Chão com seu castelo e todas as suas rendas¹⁰¹¹.

1407 – Santarém, maio, 10 – Carta de confirmação de D. João I de uma quinta a par de Sacavém¹⁰¹²

11.7.

1386 – Penamacor, julho, 2 – Carta de confirmação da doação de D. João I da vila de Castelo de Vide e seus termos¹⁰¹³.

1389 – Lisboa, julho, 2 – Carta de tença de D. João I, enquanto for sua mercê, dos direitos e rendas que Afonso Domingues d’Aveiro “traz no termo de Coimbra”¹⁰¹⁴.

19. Gonçalo Gomes da Silva

1.

1.1.

(?) – 10 de dezembro de 1386¹⁰¹⁵.

2.

¹⁰¹⁰ IDEM, Tomo 2, Vol. III, documento III-584, p. 114.

¹⁰¹¹ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXI, p. 148.

¹⁰¹² Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. III, documento III-621, pp. 149-150.

¹⁰¹³ IDEM., Tomo 3, Vol. I, documento 1330, pp. 200-201.

¹⁰¹⁴ IDEM., Tomo 1, Vol. II, documento II-358, p. 195.

¹⁰¹⁵ Cf. Vergílio CORREIA, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Coimbra – IV*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 70; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 45.

2.1.1.

Gomes Pais da Silva, avô¹⁰¹⁶.

D. Mécia Dade, avó¹⁰¹⁷.

João Gomes da Silva, pai¹⁰¹⁸.

D. Leonor Afonso, mãe¹⁰¹⁹.

2.1.2.

Aires Gomes da Silva, irmão consanguíneo¹⁰²⁰.

2.1.3.

Casa com Leonor Gonçalves Coutinho¹⁰²¹.

2.1.4.

João Gomes da Silva¹⁰²², Diogo Gomes da Silva¹⁰²³, Fernão da Silva¹⁰²⁴ e Joana Gomes da Silva¹⁰²⁵, filhos.

¹⁰¹⁶ Alcaide-mor de Guimarães e do conselho de D. Afonso III, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VI, Cap. I, p. 3.

¹⁰¹⁷ IDEM, Livro VI, Cap. I, p. 3.

¹⁰¹⁸ IDEM, Livro VI, Cap. I, p. 5; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 205.

¹⁰¹⁹ Filha de Afonso Clérigo de Évora e de Constança Gil. Foi a segunda mulher de João Gomes da Silva, cf. Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* FREIRE, Volume II, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰²⁰ João Gomes da Silva casa a primeira vez com D. Senhorinha Alves Redondo e tiveram um filho, Aires Gomes da Silva, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁰²¹ Filha de Gonçalo Martins da Fonseca Coutinho e de D. Joana Martins de Melo, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. I, p. 225; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, p. 24; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, *op. cit.*, Livro I, Cap. XXIV, p. 113 e Livro III, Tratado V, Cap. VI, p. 186; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 687.

Aires Gomes da Silva, D. Teresa da Silva “a Boa”, Diogo da Silva, Pedro da Silva, Lopo da Silva, Isabel Gomes da Silva, netos¹⁰²⁶.

2.2.

2.2.1.

Cavaleiro¹⁰²⁷.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁰²⁸.

2.2.3.

Cavaleiro¹⁰²⁹.

¹⁰²² Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, Livro I, Cap. XXIV, p. 113 e Livro III, Tratado V, Cap. VI, p. 186; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana, Parte Oitava, op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIII, p. 687; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas, op. cit.*, p. 207.

¹⁰²³ Alferes-mor, por sucessão a seu irmão João Gomes da Silva; alcaide-mor de Montemor-o-Velho; participa na conquista de Ceuta; casa com D. Isabel Vaz de Sousa, filha de Afonso Vasques de Sousa “o cavaleiro”, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, 2.ª Parte, op. cit.*, Livro VIII, Cap. I, p. 226; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 225; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 162v.

¹⁰²⁴ Cavaleiro dos reis D. Duarte e D. Afonso V, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁰²⁵ Casa com Lopo Dias de Azevedo, senhor de Aguiar, Pena, Jales e S. João do Rei, cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 191.

¹⁰²⁶ Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 193; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 152.

¹⁰²⁷ Pelo exercício da função de alcaide-mor.

¹⁰²⁸ Pelo exercício da função de alcaide-mor, por sucessão de pai.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1385)

5.4.

Roma / Inglaterra

1385 – Solicitar ao papa Urbano VI a dispensa de votos de D. João I para este poder contrair matrimónio¹⁰³⁰.

1386 – Abril, 13 – Salvo-conduto passado pelo rei inglês Ricardo II, com a duração de um ano, para os representantes de Portugal que estão em trânsito para se deslocarem a Roma “tratar de certos negócios”¹⁰³¹.

7.

1379 – Fronteiro de Ciudad Rodrigo no contexto das guerras fernandinas¹⁰³².

¹⁰²⁹ Pelo facto de receberem o cargo de alcaide-mor e estarem ao serviço dos reis D. Duarte e D. Afonso V.

¹⁰³⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXIX, p. 182; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 687; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. I, p. 223; Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* FREIRE, Volume II, *op. cit.*, p. 45; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 88 e 116; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 115; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 207; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929. O papa Urbano VI não concede as súplicas por escrito, tendo nessa atitude a influência do representante inglês na cúria.

¹⁰³¹ A deslocação desta embaixada a Inglaterra permite colocar algumas questões sobre a atuação do representante inglês na cúria pontifícia que condiciona o papa Urbano VI na concessão das Bulas solicitadas por D. João I e ainda qual o momento de saída de Portugal destes representantes, cf. RYMER, Thomas (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes III e IV, Londres, Georgeii Holmes, 1740, p. 198; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 486, nota 1.

¹⁰³² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. XXXVI, p. 98; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. VIII, p. 221.

Alcaide-mor de Montemor-o-Velho¹⁰³³.

Alcaide-mor de Sabugal¹⁰³⁴.

9.

1383 – Salvaterra de Magos, abril, 2 – Juramento dos capítulos do casamento de D. Beatriz com o rei de Castela¹⁰³⁵.

1383– Lisboa, abril, 30 – Presente, na câmara do rei D. Fernando, na cerimónia do casamento da infanta D. Beatriz com o rei de Castela, por palavras de presente, através do procurador D. João, arcebispo de Santiago¹⁰³⁶.

1385 – Toma partido pelo Mestre de Avis. Sai de Montemor-o-Velho e acompanha-o às Cortes de Coimbra¹⁰³⁷.

1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra¹⁰³⁸.

1385 – Coimbra, abril, 10 – Testemunha da carta de D. João I à cidade de Lisboa de confirmação dos privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores¹⁰³⁹.

¹⁰³³ Cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. VIII, p. 222.

¹⁰³⁴ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 44.

¹⁰³⁵ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, II, *op. cit.*, p. 445.

¹⁰³⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLX, p. 446; Isabel Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, *op. cit.*, p. 146.

¹⁰³⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXI, p. 342; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XXXVI, p. 201; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. VIII, p. 222; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 85.

¹⁰³⁸ IDEM, Cap. CLXXXII, p. 344; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 11; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 36.

11.

11.1.

1.º senhor de Vagos, Unhão, Tentúgal e Gestaço¹⁰⁴⁰.
Senhor das terras de Gondim¹⁰⁴¹.

11.2.

1384 – Lisboa, agosto, 31 – Carta do Mestre de Avis a atribuir-lhe a
jurisdição de Cantanhede¹⁰⁴².

11.5.

1385 – Coimbra, abril, 18 – Carta de doação de D. João I de todas as
rendas e direitos reais e reguengueiros do lugar de Montemor-o-Velho,
enquanto fosse mercê do rei¹⁰⁴³.

11.6.

1379/80 – Carta de mercê de D. Fernando das terras de Gestaço e da
alcaidaria de Montemor-o-Velho¹⁰⁴⁴.

1384 – Lisboa, março, 18 – Carta de doação do Mestre de Avis de
Tentúgal e Buarcos¹⁰⁴⁵ de juro e herdade com todos os direitos e

¹⁰³⁹ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, op. cit., doc. 5, p. 32.

¹⁰⁴⁰ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume I, op. cit., Livro I, Cap. XXIV, p. 113.

¹⁰⁴¹ Informação expressa numa carta de mercê do Mestre de Avis, datada de 27 de novembro de 1384, aos povoadores das terras de Nespereira e Povolide, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I, Tomo 1, op. cit., doc. 529, p. 277.

¹⁰⁴² IDEM, doc. 262, pp. 133-134.

¹⁰⁴³ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 2, Vol. I, documento 892, p. 204.

¹⁰⁴⁴ Cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, op. cit., Livro VIII, Cap. VIII, p. 222.

rendas dos ditos lugares¹⁰⁴⁶.

1384 – Lisboa, agosto, 31 – Carta de doação do Mestre de Avis do lugar de Cantanhede e seu termo por juro e herdade para si e seus descendentes directos¹⁰⁴⁷.

1385 – Coimbra, abril, 17 – Carta de doação de D. João I a título perpétuo de todos os bens móveis e de raiz da cidade de Coimbra e seu termo, que foram de Lopo Afonso, escrivão da rainha D. Leonor Teles¹⁰⁴⁸.

1385 – Porto, outubro, 24 – Carta de D. João I de confirmação de todas as doações graças, mercês, privilégios e liberdades atribuídas quando foi Mestre de Avis, Regedor e Defensor do Reino¹⁰⁴⁹

20. Gonçalo Gonçalves

1.

(?) - 1419¹⁰⁵⁰.

¹⁰⁴⁵ Por carta de doação do Mestre de Avis, passada em Lisboa a 24 de agosto de 1384 a Álvaro Gonçalves de Azevedo de Buarcos, com direitos de mar e terra, anula a doação do mesmo lugar a Gonçalo Gomes da Silva, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I, Tomo 1, *op.cit.*, doc. 205, pp. 103-104.

¹⁰⁴⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, cap. XC, p. 200., p. 20; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 44; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, fl. 71_v.

¹⁰⁴⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I, Tomo 1, *op.cit.*, doc. 262, pp. 133-134.

¹⁰⁴⁸ IDEM, Tomo 2, Vol. I, documento 891, p. 203; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 45.

¹⁰⁴⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, II, Vol. I, documento 567, p. 22.

¹⁰⁵⁰ A 21 de agosto de 1419, Álvaro de Abreu é nomeado bispo de Lamego pelo papa Martinho V, por óbito de “Gonçalves”, cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 291; Fortunato

2.2.

2.2.2.

Clero

3.

3.1.

Licenciado em Decretos e Bacharel em Leis pelo Estudo de Avinhão¹⁰⁵¹.

5.1. Embaixador de D. João I (1409).

5.4.

Pisa

1409 – Embaixador ao concílio de Pisa¹⁰⁵².

6.

Clérigo da diocese de Lamego (1378)¹⁰⁵³

Deão do cabido da Sé de Lamego¹⁰⁵⁴.

Bispo de Lamego (1394 - 1419)¹⁰⁵⁵.

de ALMEIDA regista a data da sua morte a 9 de fevereiro de 1419, cf. *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 569.

¹⁰⁵¹ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. 40; envia súplica ao papa Clemente VII para receber as insígnias doutorais em decretos no Estudo de Avinhão, IDEM, p. 75.

¹⁰⁵² IDEM, *IBIDEM*; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concílios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concílios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, p. 40; Jacques LENFANT, *Histoire du Concile de Pise*, Tomo 1, Utreque, Corneille Guill. Lefebvre, 1731, p. 179.

¹⁰⁵³ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. 40.

¹⁰⁵⁴ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 1; Hélène MILLLET, “La participation du Portugal au Concile de Pise: 1409” in *Colóquio Internacional "A Igreja e o clero português no contexto europeu"*, *op. cit.*, p. 244.

¹⁰⁵⁵ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 291.

9.

1418 – Janeiro, 26 – Encarregue de entregar o pálio arcebispal a D. Fernando da Guerra, concedido pelo Martinho V pela bula *Cum pallium insigne*¹⁰⁵⁶.

11.

11.1.

Administrador dos territórios portugueses da diocese de Cidade Rodrigo¹⁰⁵⁷.

1400 – Maio, 8 – Emprazamento de uma propriedade do cabido a um particular¹⁰⁵⁸.

1401 – Maio, 8 – Escambo de propriedades entre o cabido e o abade de S. Pedro das Águias¹⁰⁵⁹.

11.2.

1402 – Março, 2 – Processo de apelação para a Sé metropolitana de Lisboa¹⁰⁶⁰.

1404 – Julho, 28 – D. João I ordena aos oficiais de justiça régios a custódia de clérigos, sob prisão, ao bispo de Lamego, sempre que fosse requerido pelo cabido¹⁰⁶¹.

1417 – Setembro, 1 – Carta de sentença deliberativa sobre contenda entre o cabido da Sé de Lamego e um particular¹⁰⁶².

¹⁰⁵⁶ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo1, *op. cit.*, p. 52, nota 2g; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 60.

¹⁰⁵⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 1.

¹⁰⁵⁸ IDEM, p. 3

¹⁰⁵⁹ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁰⁶⁰ IDEM, p. 11.

¹⁰⁶¹ IDEM, p. 7.

11.7.

1378 – Novembro, 22 e 29 – Súplica ao papa Clemente VII sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa de prebenda¹⁰⁶³.

21. Gonçalo Vasques de Melo

1.

1.1. – (1410?)¹⁰⁶⁴

2.

2.1.1.

Martim Afonso de Melo, avô¹⁰⁶⁵.

Marinha Vasques, avó¹⁰⁶⁶.

Vasco Martins de Melo, pai¹⁰⁶⁷.

Teresa Correia, mãe¹⁰⁶⁸.

¹⁰⁶² IDEM, p. 10.

¹⁰⁶³ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, pp. 40 e 71-72.

¹⁰⁶⁴ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 416.

¹⁰⁶⁵ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 486.

¹⁰⁶⁶ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁰⁶⁷ Guarda-mor de D. Fernando e do conselho de D. João I, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LI, p. 400; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 385, pp. 128-129; *Livro de Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 60.

¹⁰⁶⁸ Filha de Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes-mor de D. Afonso IV na batalha do Salado, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 229v.

Martim Afonso de Melo, tio¹⁰⁶⁹.

2.1.2.

Martim Afonso de Melo¹⁰⁷⁰, Vasco Martins de Melo “o Moço”¹⁰⁷¹, Maria Afonso¹⁰⁷²,
Inês Vasques de Melo¹⁰⁷³, irmãos.

2.1.3.

Casa com Constança Martins¹⁰⁷⁴.

2.1.4.

Gonçalo Vaz de Melo¹⁰⁷⁵, Leonor Gomes¹⁰⁷⁶, filhos.

¹⁰⁶⁹ Senhor de Melo, Linhares, Ceia, Gouveia e Penamacor. Na cidade da Guarda, em 1384, apresenta-se como o primeiro fidalgo a prestar homenagem ao rei de Castela quando este entra em Portugal; está ao seu lado no cerco de Lisboa e na batalha de Aljubarrota; os seus bens móveis e de raiz foram doados a seu filho, Pedro Afonso de Melo por carta passada pelo Mestre de Avis em Lisboa, a 1 de outubro de 1384, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LVIII, pp. 100-101; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 409-410; *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, doc. 283, p. 147.

¹⁰⁷⁰ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 60.

¹⁰⁷¹ Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino, está presente nas Cortes de Coimbra, em 1385, e morre na batalha de Aljubarrota, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CXXIV e CLXXXII, pp. 213 e 344 e 2.ª Parte, Cap. XLV, p. 109; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLV, p. 1252.

¹⁰⁷² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415.

¹⁰⁷³ Casa com Martim Afonso Pimentel, vassalo de D. João I; segue o partido de Castela em 1398 juntamente com seu irmão João Afonso Pimentel, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 417; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, p. 300.

¹⁰⁷⁴ Filha de Gil Quaresma, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 487; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 416.

¹⁰⁷⁵ Sucede na casa de seu pai; casa com Isabel de Albuquerque, filha Vasco Martins da Cunha, “o velho”, senhor de Angeja e outras terras, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I,

Martim Vaz de Melo¹⁰⁷⁷, Pero Vaz de Melo¹⁰⁷⁸, Teresa Albuquerque¹⁰⁷⁹,
Leonor de Albuquerque¹⁰⁸⁰, netos.

2.2.

2.2.1.

Nobreza¹⁰⁸¹.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁰⁸².

2.2.4.

Albuquerque¹⁰⁸³.

op. cit., p. 416; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 229v..

¹⁰⁷⁶ Casa com João Álvares Pereira, vassalo de D. João I, senhor da terra de Santa Maria, IDEM, *IBIDEM*; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 229v.

¹⁰⁷⁷ Filho de Gonçalo Vaz de Melo, sucede na casa de seu pai, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁰⁷⁸ Filho de Gonçalo Vaz de Melo, regedor da Casa do Cível e conde de Atalaia, IDEM, pp. 416-417.

¹⁰⁷⁹ Donzela da casa da Rainha; casa com Luís Álvares, mestre-sala de D. João I, IDEM, pp. 479-480.

¹⁰⁸⁰ Casa com João Gonçalves de Gomide, senhor de Vila Verde, que morreu degolado por a ter assassinado, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 230.

¹⁰⁸¹ Vasco Martins de Melo, seu pai, está nas Cortes de Coimbra, em 1385, como membro da nobreza, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344; veja-se ainda a linhagem dos senhores de Melo em Isabel Castro PINA, "Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média", in *Penélope*, n.º 12, 1993, pp. 9-26.

¹⁰⁸² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 176, pp. 85-86.

¹⁰⁸³ Pelo casamento de seu filho com Isabel de Albuquerque.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1399).

5.4.

Castela

1399 – Ajuste de tréguas com Castela¹⁰⁸⁴.

7.

1384 – Alcaide-mor de Beja¹⁰⁸⁵.

1384 – Membro da armada que sai de Lisboa para o Porto a fim de combater os galegos castelhanos¹⁰⁸⁶.

8.

Membro do Conselho Régio de D. João I¹⁰⁸⁷.

9.

1385 – Presente nas Cortes de Coimbra para a eleição do Mestre de Avis como rei¹⁰⁸⁸.

1405 – Lisboa – Testemunha do casamento, por palavras de presente, de D. Beatriz com o Conde de Arundel¹⁰⁸⁹.

¹⁰⁸⁴ Cf. Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, op. cit., p. 28; estas tréguas prolongam-se até outubro de 1401; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, op. cit., p. 151.

¹⁰⁸⁵ Cf. Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, op. cit., pp. 88-89.

¹⁰⁸⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Capítulo CXXIV, pp. 213-214; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume III, op. cit., Cap. CCXIV, p. 1095.

¹⁰⁸⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. III, documento 176, pp. 85-86.

¹⁰⁸⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. CLXXXII, p. 344; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, op. cit., p. 487.

11.

11.2.

1389 – Lisboa, maio, 16 – Jurisdição cível de Lamas, Freixeiro e Ruelas¹⁰⁹⁰.

11.7.

1384 – Lisboa, agosto, 22 – Carta do Mestre de Avis de doação de juro e herdade das rendas da portagem, dos tabeliães e judeus e mouros de Serpa e seu termo¹⁰⁹¹.

1385 – Santarém, agosto, 23 – Carta de confirmação dos direitos de Serpa e seu termo¹⁰⁹².

1388 – Coimbra, maio, 9 – Carta de doação de Vasco Martins de Melo a seu filho de todas as herdades e bens que havia recebido dos reis D. Fernando e D. João I¹⁰⁹³

1389 – Lisboa, maio, 16 – Carta transmissão de doação de D. João I, a título perpétuo e hereditário, da quinta de Alcanhões e do reguengo de Tojosa¹⁰⁹⁴.

1389 – Lisboa, maio, 16 – Carta de doação de todos bens móveis e de raiz que a condessa de Arraiolos, mulher de Álvaro Pires de Castro, D. Pedro de Castro, seu filho, e o conde D. Pedro, seu genro, possuíam no reino¹⁰⁹⁵.

¹⁰⁸⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CCIV, p. 459.

¹⁰⁹⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. III, documento 150, p. 150.

¹⁰⁹¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. I, documento 317, pp. 164-165.

¹⁰⁹² IDEM, Tomo 2, Vol. II, documento 689, p. 88.

¹⁰⁹³ IDEM, Tomo 2, Vol. III, documento 1311, pp. 190-191.

¹⁰⁹⁴ IDEM, Tomo 1, Vol. III, documento 149, pp. 89-91.

¹⁰⁹⁵ IDEM, *IBIDEM*, documento 150, p. 150.

1399 – Lisboa, agosto, 17 – Carta de confirmação de terras doadas a sua filha Leonor Gomes pelo casamento com João Álvares Pereira¹⁰⁹⁶.

1402 - Montemor-o-Novo, abril, 22 – Carta de D. João I de doação, a título vitalício e hereditário, dos padroados das igrejas de Cheleiros¹⁰⁹⁷.

11.9.

Morador da casa de D. João I com a moradia de 27 400 libras¹⁰⁹⁸.

22. João Afonso de Azambuja

1.

1.1.

(?) – Bruges: 23 de janeiro de 1413¹⁰⁹⁹ /22 janeiro de 1415¹¹⁰⁰ /23 de janeiro de 1415¹¹⁰¹.

¹⁰⁹⁶ IDEM, Tomo 3, Vol.II, documento 1336, pp. 161-162.

¹⁰⁹⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 176, pp. 85-86.

¹⁰⁹⁸ Cf. *Monumenta Henricina, IV, op. cit.*, doc. 64, p. 226.

¹⁰⁹⁹ Conforme epitáfio da sepultura junto ao Coro do Mosteiro de S. Salvador de Lisboa, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo III, *op. cit.*, Tratado VIII, Cap. II, pp. 242-243; Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1618, Livro I, Cap. VI, p. 15.; Jacques LENFANT, *Histoire du Concile de Pise*, Utreque, Corneille Guill. Lefebvre, 1731, Livro V, Cap. VIII, p. 67.

2.

2.1.1.

João Esteves de Azambuja, avô¹¹⁰².

Afonso Esteves, senhor de Salvaterra de Magos, pai¹¹⁰³.

João Esteves, "o privado", alcaide-mor de Lisboa, tio¹¹⁰⁴.

Violante Lopes de Albergaria, tia¹¹⁰⁵.

¹¹⁰⁰ No Livro dos Aniversários da Sé de Évora a data da sua morte é a 22 de janeiro, cf. Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, II, Lisboa, Oficina de António Borges, 1791, & VI, p. 228; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 26.

¹¹⁰¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 584; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descriçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XI, p. 33; Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 33; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 757.

¹¹⁰² Vassalo do rei D. Pedro, o Cruel, cf. Rodrigo da CUNHA, *Catálogo dos bispos do Porto*, Porto, Oficina Prototypa, 1742, II Parte, p. 144.

¹¹⁰³ Reposteiro-mor do rei D. Pedro e vassalo do conde D. João Telo; capitão da armada que participou na guerra contra Castela, em 1380; ajudou o Mestre de Avis na defesa do reino, cf. Fernão. LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, *op. cit.*, Capítulos LXV, p. 172 e CXXIV, p. 347; Duarte Nunes LEÃO, "Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX", *op. cit.*, pp. 351 e 378; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 581; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2124.

¹¹⁰⁴ O cognome "o privado", assim chamado na corte, advém da sua proximidade com o rei D. Fernando. Mandou erigir uma capela na freguesia de Benfica e, por testamento, doou-lhe bens; casa com Violante Lopes de Albergaria, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 581; Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão*, *op. cit.*, Livro I, Cap. VI, p. 14_v; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VII, p. 756; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. III, *op. cit.*, p. 216.

2.1.2.

Constança Afonso, irmã¹¹⁰⁶.

Beatriz Eanes de Albergaria, prima¹¹⁰⁷.

Lourenço Esteves de Azambuja, primo¹¹⁰⁸

Álvaro Afonso, deão de Coimbra, sobrinho¹¹⁰⁹.

Álvaro Ferreira, arcediogo de Lisboa, abade comendatário do mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo da diocese do Porto e da colegiada de S. Pedro de Ferreira da mesma diocese, deão e bispo de Coimbra, familiar¹¹¹⁰.

2.1.4.

Rodrigo Eanes, filho natural¹¹¹¹.

Afonso Gonçalves, neto¹¹¹².

¹¹⁰⁵ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 583.

¹¹⁰⁶ Segunda mulher de João das Leis Nogueira, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 699.

¹¹⁰⁷ Filha herdeira de João Esteves de Azambuja, “o privado”, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 583.

¹¹⁰⁸ Alcaide-mor de Salvaterra, IDEM, Vol. III, p. 216.

¹¹⁰⁹ De acordo com as disposições testamentárias, determina que a administração do Padroado e do Morgadio fique a cargo de seu sobrinho, Álvaro Afonso, filho de Pedro Francisco de Távora, cf. Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 757; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 41-42.

¹¹¹⁰ Identificado como nobre e presente na cúria papal, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 57.

¹¹¹¹ Filho de Constança Anes, legitimado por carta de D. João I datada de Santarém a 9 de abril de 1403, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1514, p. 273; Luciano CORDEIRO, *Descobertas e Descobridores – Diogo D’Azambuja*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 16.

2.2.1.

Nobre¹¹¹³.

2.2.2.

Clero¹¹¹⁴.

3.

3.1.

Bacharel em decretos¹¹¹⁵.

4.

4.2.

Desembargador da chancelaria do Mestre de Avis (1384-1385)¹¹¹⁶ e de D. João I¹¹¹⁷.

¹¹¹² Solicita a abertura do testamento de João de Azambuja; detentor, por herança, do casal do Rossio no termo de Alenquer; cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 112-113; Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 585, p. 420.

¹¹¹³ Os seus ascendentes estiveram sempre ligados aos circuitos cortesãos, possuindo bens fundiários, como a instituição de um morgadio, característicos da condição nobre, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 582; Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão*, *op. cit.*, Cap. VI, p. 14v.

¹¹¹⁴ O percurso na hierarquia do clero secular, de cónego a cardeal, projectaram-no para uma posição privilegiada como alto dignitário junto de D. João I e do papa.

¹¹¹⁵ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 2 e 44; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, p. 5; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2124.

¹¹¹⁶ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XXXIII, p. 174; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 2; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 206.

¹¹¹⁷ Confirmação da nomeação após as Cortes de Coimbra de 1385, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap.

1384/1395 – Membro do Desembargo Régio¹¹¹⁸.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1388-1414).

5.4.

Roma, Castela, Pisa e Constança.

Roma

1388 – Obtenção de Bulas do papa Urbano VI para a dispensa de votos de D. João I¹¹¹⁹.

1390 – Obtenção de Breves do papa Bonifácio IX sobre a dispensa de votos de D. João I¹¹²⁰.

Castela

XLIII, p. 231. No testamento feito a 9 de abril de 1409 menciona o exercício de oficial da chancelaria atribuído por D. João I, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 41-42; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 121-122.

¹¹¹⁸ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM “Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto – A carreira de D. João Afonso Aranha” in “humanidades”, nº 1, Porto, Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982, p. 9, nota 2; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa, op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2125.

¹¹¹⁹ O papa não expediu as bulas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 253; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6.

¹¹²⁰ Obtêm do novo papa a expedição das bulas, passadas em finais de Janeiro de 1391, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 254; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 930; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 59; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6; Domingos Maurício, “A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre”, *Brotéria* Vol. LXXXVII, Lisboa, 1968, p. 305.

- 1399 – Olivença, fevereiro, 2 – Ajuste de tréguas¹¹²¹.
- 1399 – Maio – Salvo-conduto de Henrique III que lhe permite ir à fronteira tratar das tréguas com Castela¹¹²².
- 1401 – Segóvia, junho – Assinatura de tréguas com Castela¹¹²³.
- 1402 – Abril, 23 – Assinatura de tréguas com Castela¹¹²⁴.
- 1402 – Segóvia, agosto, 15 – Negociar tréguas com Henrique III, que se compromete a respeitar o acordado¹¹²⁵.
- 1402 – Segóvia, outubro, 6 – Henrique III assina o compromisso de tréguas com Portugal¹¹²⁶
- 1407 – Março/abril – Negociar tratado de paz¹¹²⁷.

¹¹²¹ Na discussão deste ajuste de tréguas gastaram-se nove meses e não se chegou a qualquer conclusão, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXVIII, p. 384; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 548; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2125; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, p. 151.

¹¹²² Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 21.

¹¹²³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXV, pp. 388-400; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, pp. 657-658; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 935; Rodrigo da CUNHA, *Catálogo dos bispos do Porto*, Porto, *op. cit.*, p. 147.

¹¹²⁴ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 22 e 27.

¹¹²⁵ IDEM, p. 27.

¹¹²⁶ IDEM, p. 28.

¹¹²⁷ Não se chegou a acordo devido às propostas dos embaixadores castelhanos, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 406; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 660; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 937; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as*

Pisa

1409 – Maio /junho – Concílio de Pisa¹¹²⁸.

Constança

1414 – Constança, novembro, 5 - Presente na abertura do concílio de
Constança¹¹²⁹.

6.

Cónego de Évora¹¹³⁰.

Prior da igreja de Monção em Entre-Douro-e-Minho¹¹³¹.

1386 - Prior da Alcáçova de Santarém¹¹³².

diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 285-286; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 34.

¹¹²⁸ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 584; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 756; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, p. 39; Virgínia RAU, “Relações diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V”, *op. cit.*, pp.67-68; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 756; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 503; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2126.

¹¹²⁹ Juntamente com D. Fernando da Guerra, apresenta ao papa João XXIII o projecto da conquista de Ceuta, Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 2 e 55; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, *op. cit.*, pp. 44-45; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, *op. cit.*, p. 54; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.* I, p. 687, nota 1.

¹¹³⁰ Cf. Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, II, *op. cit.*, Discurso VIII, & VI, p. 253.

¹¹³¹ IDEM, p. 226; Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, Tomo II, Lisboa, 1931, p. 600.

1389 – Maio, 11 - Bispo de Silves¹¹³³.

1391 – Fevereiro, 15 - Bispo do Porto¹¹³⁴.

1399 – Fevereiro, 25 - Bispo de Coimbra¹¹³⁵.

1402 – Maio, 29 - Arcebispo de Lisboa¹¹³⁶.

1411 – Junho, 6 - Cardeal de S. Pedro *ad vincula* do título de Santa Eudóxia, nomeado pelo papa João XXIII¹¹³⁷.

7.

1383-1385 – Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino¹¹³⁸.

1385 – Julho – Participa na tomada de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém¹¹³⁹.

1385 – Agosto – Acompanha o rei no assentamento da batalha de Aljubarrota¹¹⁴⁰.

¹¹³² Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 2.

¹¹³³ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 452.

¹¹³⁴ IDEM, p. 406; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 6-8.

¹¹³⁵ Sucede no bispado a D. Martim Afonso da Charneca, cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 196; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 20.

¹¹³⁶ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, pp. 506-507.

¹¹³⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 49-50; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.*, pp. 687-688, nota 2; Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op. cit.*, p. 33; Jacques LENFANT, *Histoire du Concile de Pise*, *op. cit.*, Livro V, Cap. VIII, p. 67.

¹¹³⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 305.

¹¹³⁹ IDEM, 2.^a Parte, Cap. XXIII, p. 47.

8.

1383 – Dezembro – Membro do conselho do Mestre de Avis quando este foi nomeado Regedor e Defensor do reino¹¹⁴¹.

1385 – Coimbra, abril – Confirmado como membro do conselho de D. João I nas Cortes de Coimbra¹¹⁴².

9.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presente como membro do conselho do Mestre de Avis, quando este quer gratificar a cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco de Lisboa¹¹⁴³.

1385 – Abril, 6 – Presente nas Cortes de Coimbra¹¹⁴⁴.

1391 – Lisboa, julho, 9 – Assiste, na Sé, à leitura pública das Bulas do Papa Bonifácio IX¹¹⁴⁵.

¹¹⁴⁰ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LIII, p. 564.

¹¹⁴¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 48; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. IX, p. 457; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro I, pp. 76-77; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. X, p. 479; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 50 e 206

¹¹⁴² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, pp. 54-55; Rodrigo da CUNHA, *Catálogo dos bispos do Porto*, *op. cit.*, p. 144.

¹¹⁴³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLIV, p. 287; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. IX, p. 287; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹¹⁴⁴ IDEM, Cap. CLXXXII, p. 344; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLIV, p. 538; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, *op. cit.*, p. 12; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se autorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 37.

¹¹⁴⁵ As bulas são emitidas a 27 de janeiro de 1391, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do

- 1401 – Guimarães, janeiro, 23 – Sagração, a pedido de D. João I, do corpo da igreja de Nossa Senhora da Oliveira¹¹⁴⁶.
- 1402 – Santarém, novembro, 18 – Testemunha da confirmação das tréguas entre Portugal e Castela¹¹⁴⁷.
- 1406 – Abril, 13 – Confirma a concórdia entre D. João I e o cabido do Porto¹¹⁴⁸.
- 1408 – Abril, 7 – Presente nas Cortes de Évora em que se estabelecem as casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique¹¹⁴⁹.
- 1408 – Évora, maio, 21 – Confirma o contrato entre D. João I e o cabido do Porto¹¹⁵⁰.

10.

- 1391 – Leiria, julho, 1 – Fundador do mosteiro de S. Salvador de freiras dominicanas, em Lisboa¹¹⁵¹.

Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 930.

¹¹⁴⁶ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XI, p. 33; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa, op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 2057.

¹¹⁴⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 28.

¹¹⁴⁸ Está concórdia havia sido assinada em Montemor-o-Novo a 13 de fevereiro de 1405, IDEM, pp. 39-40.

¹¹⁴⁹ IDEM, p. 34; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 134, p. 317.

¹¹⁵⁰ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 41.

¹¹⁵¹ Por carta de mercê de D. João I, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 583; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume II, *op. cit.*, Capítulos III, p. 741 e IV, p. 745; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do

- 1409 – Abril, 20 – Testamento, escrito em Arganil, onde refere a ida ao Concílio de Pisa e a Jerusalém¹¹⁵².
- 1411 – Roma, novembro – Encontra-se nesta cidade¹¹⁵³.
- 1412 – Bolonha – Veneração ao patriarca S. Domingos¹¹⁵⁴.
- 1412 – Roma, março, 18 – Acordo para a construção de um mosteiro da ordem de S. Jerónimo¹¹⁵⁵.
- 1414 – Bolonha – Está com o papa João XXIII¹¹⁵⁶.
- 1414 – Bolonha, agosto, 16 – Assiste ao doutoramento em teologia do dominicano Frei Manuel Lourenço de Portugal¹¹⁵⁷.

11.

Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 2-4; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 290; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre, op. cit.*, p. 212.

¹¹⁵² Testamento escrito antes de sair de Portugal para estar presente no concílio de Pisa, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 46-47; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos, Volume II, op. cit.*, Cap. VIII, p. 757.

¹¹⁵³ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 6, pp. 32-33.

¹¹⁵⁴ Cf. Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos, Volume II, op. cit.*, Capítulos VIII, p. 756; Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, II, *op. cit.*, p. 600; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXIII, p. 584.

¹¹⁵⁵ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 51; Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão, op. cit.*, 1618, Livro I, Cap. VI, p. 16.

¹¹⁵⁶ Cf. Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.* pp. 687-688, nota 2.

¹¹⁵⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *op. cit.*, pp. 22-24; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 55.

11.1.

1393 – Lisboa, julho, 10 – Compra de bens, autorizada por D. João I, no valor de mil dobras, para dotar uma capela, em Lisboa¹¹⁵⁸.

1408 – Isenção de cumplicidade em caso de contacto com cismáticos. Arrendamento de bens da mesa episcopal¹¹⁵⁹.

1408 – Estremoz, janeiro, 12 – Carta de D. João I aos tabeliães dos bispados de Évora, Silves, Guarda e Lamego de respeitarem o arcebispado de Lisboa como metropolitano¹¹⁶⁰

Bens na cidade de Lisboa, seu termo e outras comarcas¹¹⁶¹.

Vizinho de Lisboa¹¹⁶².

Morgadio para a igreja de S. Salvador¹¹⁶³.

11.2.

1407 – Santarém, abril, 24 – Carta de D. João I de jurisdição da vila de Aveiras, a título perpétuo e hereditário¹¹⁶⁴.

¹¹⁵⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 762, p. 86; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 15.

¹¹⁵⁹ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 32.

¹¹⁶⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. III, documento 429, p. 13.

¹¹⁶¹ Em 1390, enquanto permanece em Roma, D. João encarrega João Lobato da guarda dos bens de João de Azambuja, IDEM, p. 6.

¹¹⁶² Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹¹⁶³ Cf. Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memoria, que nelle acontecerão, op. cit.*, Livro I, Capítulo VI, pp. 17-17v.

¹¹⁶⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1263, pp. 131-133; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 9-10.

11.4.

Imagem de Nossa Senhora e relicário na igreja de S. Salvador¹¹⁶⁵.

11.7.

1391 – Leiria, julho, 1 – Carta de doação de D. João I, a título perpétuo, do padroado da igreja de S. Salvador de Lisboa¹¹⁶⁶.

1393 – Lisboa, junho, 16 – Carta de doação de Salvaterra, de Sacarabotão e da lezíria da Atalaia com todas as rendas e direitos¹¹⁶⁷

1394 – Julho, 25 – Confirmação da mercê das dízimas da igreja de S. Paulo de Salvaterra, por carta de D. João I¹¹⁶⁸.

1394 – Porto, setembro, 6 – Carta de D. João I a autorizar que dos bens herdados de seu pai faça doação irrevogável e perpétua da quarta parte das rendas da igreja de Salvaterra ao mosteiro por ele fundado, da igreja de S. Salvador de Lisboa¹¹⁶⁹.

1395 – Porto, julho, 20 – Carta de D. João I de doação do castelo de

¹¹⁶⁵ Cf. Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memória, que nelle acontecerão, op. cit.*, Livro I, Capítulos III, p. 6_v e XI, p. 45_v.

¹¹⁶⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 405, pp. 216-217; Maria do BAPTISTA, [Priora do mesmo Mosteiro] *Livro da Fundação do Mosteiro de S. Salvador da cidade de Lisboa, & de alguns casos dignos de memória, que nelle acontecerão, op. cit.*, 1618, Livro I, Cap. VI, p. 18; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 9-10; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CIV, p. 535.

¹¹⁶⁷ Esta doação já havia sido feita a seu pai, mas D. João I esclarece que após a morte do bispo do Porto, estes bens não são herdados pela igreja, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 756, pp. 83.

¹¹⁶⁸ IDEM, Livro I, Cap. XII, pp. 47-47_v.

¹¹⁶⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 209, pp. 118-119.

Alenquer¹¹⁷⁰.

1411 – Doação perpétua à igreja de S. Salvador de Lisboa da terceira parte do pontifical das freguesias de S. Salvador e de Benfica, e da quarta parte do pontifical da igreja de S. Paulo de Salvaterra¹¹⁷¹.

11.8.

Cem mil libras como embaixador a Castela¹¹⁷².

23. João Afonso de Brito

1.

(?) – 1437(?)¹¹⁷³.

2.

2.1.1.

João Afonso de Brito, “o velho”, pai¹¹⁷⁴.

¹¹⁷⁰ IDEM, Tomo II, Vol. II, documento 886, p. 150.

¹¹⁷¹ IDEM, Livro I, Cap. XIII, p. 64.

¹¹⁷² Informação aduzida a partir da leitura da carta de quitação de 25 de setembro de 1404 passada a Luís Esteves, morador de Coimbra, que, por pedido outorgado ao rei pelas Cortes de Braga, emprestara a João Esteves de Azambuja “quando foy a castella com nossa embaixada”, cf. João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Supl., *op. cit.*, 621, p. 452; cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 25.

¹¹⁷³ Neste ano renuncia a posse do morgadio de Santo Estêvão de Beja a favor de seu filho, pelo que a sua morte é posterior a esta data, cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 461, nota 3085.

¹¹⁷⁴ Senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja, cf. João Paulo de Abreu e LIMA,, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, *op.cit.*, p. 208; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 461.

Maria Gonçalves, mãe¹¹⁷⁵.

2.1.2.

Estêvão Brito, Álvaro de Brito e Ousenda de Brito, irmãos¹¹⁷⁶.

Álvaro Afonso Nogueira, cunhado¹¹⁷⁷.

2.1.3.

Casa com Violante Afonso Nogueira¹¹⁷⁸.

2.1.4.

Mem de Brito Nogueira¹¹⁷⁹, Álvaro Brito Nogueira¹¹⁸⁰, Afonso Nogueira de Brito¹¹⁸¹, Isabel de Brito¹¹⁸², Joana de Brito¹¹⁸³, Catarina Nogueira¹¹⁸⁴,

¹¹⁷⁵ Filha de Gonçalo Esteves de Azambuja, IDEM, *IBIDEM*.

¹¹⁷⁶ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 463.

¹¹⁷⁷ Filho de Afonso Anes Nogueira, “o das leis” e de Joana Vaz de Almada, cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 355.

¹¹⁷⁸ Filha de Afonso Anes Nogueira; aia da infanta D. Catarina, filha de D. Duarte; 7.^a senhora do morgadio de S. Lourenço de Lisboa; através deste matrimónio juntam-se os bens deste morgadio com o de Santo Estêvão de Beja, Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 355; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 349, nota 1; João Paulo de Abreu e LIMA,, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, *op.cit*, p. 208; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 462.

¹¹⁷⁹ Sucede a seu pai na administração do morgadio de Santo Estêvão; casa com D. Grimaneza de Mello filha de Estêvão Soares de Mello, cf. João Paulo de Abreu e LIMA,, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, *op.cit*, p. 214; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 463; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 228; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 45_v.

¹¹⁸⁰ Casa com D. Isabel de Almeida filha de Diogo Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Abrantes, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, *op. cit.*, p. 240.

¹¹⁸¹ Casa com D. Isabel Jaques filha de Diogo Jaques de Lagos, IDEM, p. 241.

filhos.

Luís Nogueira de Brito¹¹⁸⁵, João de Brito¹¹⁸⁶, Álvaro Nogueira de Brito¹¹⁸⁷, Gomes Nogueira¹¹⁸⁸, Inês de Mello¹¹⁸⁹, Violante de Brito¹¹⁹⁰, João Fogaça¹¹⁹¹, Simão de Brito, Catarina de Almeida, Maria, Violante, Francisco Nogueira, João de Brito, Teresa Nogueira, Maria Nogueira, Joana de Brito, Catarina Nogueira, netos¹¹⁹².

2.2.

2.2.2.

¹¹⁸² Casa duas vezes: a primeira com Gonçalo de Ataíde, e a segunda com Diogo Fogaça Almojarife da Alfândega de Lisboa, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, op. cit. Vol. II, p. 34; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, op. cit., p. 228; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 45.

¹¹⁸³ Casa com Fernão Martins de Sousa, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, op. cit., p. 228.

¹¹⁸⁴ Casa duas vezes: a primeira com Pedro Barreto, a segunda com Pedro Jaques comendador de Bouças, IDEM, *IBIDEM*; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 45.

¹¹⁸⁵ Filho de Mem de Brito, sucede nos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e Santo Estêvão de Beja; casa com D. Isabel da Cunha filha de Fernão de Sá alcaide-mor do Porto, IDEM, p. 229.

¹¹⁸⁶ Filho de Mem de Brito casa com D. Maria de Mendonça filha de Afonso Furtado de Mendonça anadel-mor dos besteiros, IDEM, p. 236.

¹¹⁸⁷ Filho de Mem de Brito; casa com D. Isabel Pacheco, IDEM, p.240.

¹¹⁸⁸ Filho de Mem de Brito, clérigo, IDEM, p. 229.

¹¹⁸⁹ Filha de Mem de Brito; casa com Gonçalo Vaz de Mello, IDEM, *IBIDEM*.

¹¹⁹⁰ Filha de Mem de Brito; casa com o Doutor João Lopes desembargador da Casa do Cível, IDEM, *IBIDEM*.

¹¹⁹¹ Filho de D. Isabel de Brito, IDEM, p. 228.

¹¹⁹² Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. IV, op. cit., p. 229-241.

Cavaleiro¹¹⁹³.

2.2.4.

Nogueira¹¹⁹⁴.

4.

4.2.

1414-1415 – Juiz eleito da cidade de Lisboa¹¹⁹⁵.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1410)

5.4.

Pisa

1410 – Enviado ao concílio de Pisa¹¹⁹⁶.

1410 – Bolonha, janeiro, 7 – Bula *Cum dilectos filios* do papa Alexandre

V de acolhimento e de isenção do pagamento de direitos¹¹⁹⁷.

10.

Morador de Lisboa¹¹⁹⁸.

11.

11.1.

¹¹⁹³ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 140, p. 325.

¹¹⁹⁴ Pelas alianças matrimoniais, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 136.

¹¹⁹⁵ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 462.

¹¹⁹⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 140, p. 325; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44.

¹¹⁹⁷ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 9, *op. cit.*, p. 402.

¹¹⁹⁸ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 462.

5.º senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja¹¹⁹⁹.

Senhor da aldeia de Aveiras “de fundo” no termo de Santarém¹²⁰⁰.

11.8.

1402– Escudeiro da casa de D. João I com a moradia de 4900 libras¹²⁰¹.

24. João Anes

1.

(?) – 1404 (?)¹²⁰²/ 1412 (?)¹²⁰³

2.1.

2.1.4.

Gonçalo Anes, filho natural¹²⁰⁴.

2. 2.

2.2.2. Clero¹²⁰⁵.

¹¹⁹⁹ Cf. João Paulo de Abreu e LIMA,, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, *op.cit*, p. 214.

¹²⁰⁰ Localidade anteriormente senhoriada por João Afonso de Azambuja, cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 462.

¹²⁰¹ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 122, p. 282.

¹²⁰² A 6 de fevereiro de 1404, Gil Martins é nomeado bispo de Évora, pelo papa Bonifácio IX, por óbito de “Joannis”, cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, Ed. Altera, Monasterii, Regensburgo, 1913, p. 236;

¹²⁰³ Fortunato de ALMEIDA refere a o ano de óbito em 1412 como suposição, cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 555.

¹²⁰⁴ Por carta de doação de D. João datada de Coimbra a 17 de junho de 1392, recebe a alcaidaria de Alenquer, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 617, p. 318; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 685.

5.1. Embaixador de D. João I (1386-1388).

5.4. Roma / Inglaterra

1385 – Solicitar ao papa Urbano VI a dispensa de votos de D. João I para este poder contrair matrimónio¹²⁰⁶.

1386 – Abril, 13 – Salvo-conduto passado pelo rei inglês Ricardo II, com a duração de um ano, para os representantes de Portugal que estão em trânsito para se deslocarem a Roma “tratar de certos negócios”¹²⁰⁷.

1388 – Obtenção de Bulas do papa Urbano VI para a dispensa de votos de D. João I¹²⁰⁸.

6.

Bispo de Évora (1385 - 1404)¹²⁰⁹.

¹²⁰⁵ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 685.

¹²⁰⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. LXXIX, p. 183; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXXII, p. 680; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. I, p. 223; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 45; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 88 e 116; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 115; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, *op. cit.*, p.284; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, pp. 320-321 e 554.

¹²⁰⁷ A deslocação desta embaixada a Inglaterra permite colocar algumas questões sobre a atuação do representante inglês na cúria pontifícia que condiciona o papa Urbano VI na concessão das Bulas solicitadas por D. João I e ainda qual o momento de saída de Portugal destes representantes, cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes III e IV, *op. cit.*, p. 198; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 486, nota 1.

¹²⁰⁸ O papa não expediu as bulas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 253; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 929; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6.

Deão de Viseu¹²¹⁰.

8.

Membro do conselho de D. João I¹²¹¹

9.

1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra¹²¹².

1396 – Intercede, a pedido de D. João I, junto de Nuno Álvares Pereira para o dissuadir de sair do reino¹²¹³.

11

11.1.

1385 – Guimarães, maio, 25 – Carta de doação perpétua, extensiva aos outros bispos de Évora, do Castelo Velho de Évora intramuros, que funciona como prisão¹²¹⁴.

1391 – Évora, maio, 17 – Carta de couto da Ribeira de Coruche na qualidade de bispo de Évora¹²¹⁵

12.

“prelado de muita virtude e autoridade”¹²¹⁶.

¹²⁰⁹ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, op. cit., p. 236.

¹²¹⁰ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 685.

¹²¹¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. II, documento 518, p. 273; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 93.

¹²¹² IDEM, *IBIDEM*; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, op. cit., p.284; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, op. cit., p. 13; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 36.

¹²¹³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CLIV, p. 323; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, op. cit., p.285; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, op. cit., p. 555.

¹²¹⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 2, Vol. I, documento 761, p. 129.

¹²¹⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. II, documento 518, pp. 273-274.

25. João das Regras

1.1.

(?) – 3 de maio de 1404¹²¹⁷.

2.

2.1.

2.1.1.

Lopo Afonso das Regras, pai (?)¹²¹⁸.

Silvestre Esteves, mãe¹²¹⁹.

Álvaro Pais, padrasto¹²²⁰.

2.1.3.

1389 – Casa com D. Leonor da Cunha¹²²¹.

¹²¹⁶ Cf. Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, *op. cit.*, p.284.

¹²¹⁷ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 703; Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, 2 Volume, Lisboa, 1931, p. 672; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 90 e 407.

¹²¹⁸ Informação deduzida por Frei Manuel SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 702.

¹²¹⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXIV, pp. 589-590.

¹²²⁰ Através da leitura do testamento feito a 9 de junho de 1390, Silvestre Esteves indica que é casada com Álvaro Pais e institui como herdeiro seu filho, João das Regras, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXIV, pp. 589-590; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 45.

¹²²¹ Filha herdeira de Martim Vasques da Cunha, senhor das terras de Besteiro, Ceia, Gouveia, Penalva e Lousada, e de D. Teresa Teles de Girão; D. João I deu-lhe os bens confiscados a seu pai, que por motivos políticos se passou para Castela; após a morte de João das Regras casa com D. João de Castro, irmão de D. Fernando de Castro; cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LIII, p. 407; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXIV, p. 636; Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, II Vol., *op.cit.*, Cap. XVII, pp. 879-880;

2.1.4.

D. Branca da Cunha, filha¹²²².

D. Afonso de Cascais, genro¹²²³.

D. Isabel da Cunha, neta¹²²⁴.

2.2.

2.2.1.

Nobreza¹²²⁵.

2.2.2.

Letrado¹²²⁶/Clérigo¹²²⁷.

Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit., pp. 92-93; por carta datada de Lisboa a 10 de julho de 1417 solicita a D. João I as rendas do dízimo dos judeus e dos dinheiros das cabeças dos mouros, e as rendas dos tabeliães de Lisboa, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento 1240, pp. 270-273; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 90.

¹²²² Casa com D. Afonso de Cascais, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LIII, p. 408.

¹²²³ Filho natural do infante D. João, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXXIV, p. 256; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. V, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 105.

¹²²⁴ Casa com D. Álvaro de Castro, senhor de Cascais e da Lourinhã e primeiro conde de Monsanto, alcaide-mor de Lisboa e camareiro-mor de D. Afonso V, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LIII, p. 408; *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 93. D. Duarte confirma-lhe o senhorio da Lourinhã fora da Lei Menta, cf. Frei Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, *op. cit.*, p. 145; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra, op. cit.*, p. 120.

¹²²⁵ O apelido Regras remonta ao reinado de D. Afonso II; em 1402 surge o nome de um fidalgo Lopo Afonso das Regras morador em Lisboa na freguesia de Santa Marinha, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 702.

¹²²⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 678; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, XCVIII-XCIX.

¹²²⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 1-2.

1385 – Armado cavaleiro por D. João I antes da batalha de Aljubarrota¹²²⁸.

2.2.4.

Cunha¹²²⁹.

Castro¹²³⁰.

3.

3.1.

1400 – Nomeado protector da Universidade de Lisboa, por D. João I¹²³¹.

3.2.

Estudante de Direito na Universidade de Bolonha¹²³².

Doutoramento em Direito Civil pela Universidade de Bolonha¹²³³.

4.

4.1.

1383 – Dezembro – Nomeado chanceler-mor pelo Mestre de Avis¹²³⁴.

1385/1404 – Chanceler-mor de D. João I¹²³⁵.

¹²²⁸ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234.

¹²²⁹ Pelo seu casamento com Leonor da Cunha.

¹²³⁰ Pelo casamento de sua neta com D. Álvaro de Castro.

¹²³¹ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 90.

¹²³² Cf. Virgínia RAU, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *op. cit.*, p. 31.

¹²³³ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 409

¹²³⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 48; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. X, p. 457; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. X, p. 479; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. XXXIII, p. 174; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 50, 89 e 206.

5.

5.1.

Embaixador D. João I (1393).

5.4.

Castela

Castela

1393 – Maio – Assinatura de tréguas por um período de 15 anos¹²³⁶.

6.

1383 – Prior da Colegiada de Guimarães¹²³⁷.

1388 – Nomeado promotor e requeredor dos interesses do Mosteiro da
Batalha¹²³⁸.

7.

1384 - 1385 - Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino¹²³⁹.

¹²³⁵ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. XLIII, p. 231; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 155.

¹²³⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CL, pp. 312-313; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I*, Livro III, *op. cit.*, p. 300; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXV, p. 639; António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 23; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Capítulos CLXXXVII, pp. 932-933, e CXC, pp. 948-949; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 90.

¹²³⁷ Sucede a Gonçalo Vasques morto em 1383 juntamente com o bispo “cismático” D. Martinho de Zamora, nos tumultos de Lisboa a favor do Mestre de Avis, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, XCIX; António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 1-2.

¹²³⁸ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 267.

¹²³⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 304; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1147; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748.

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota¹²⁴⁰.

1387 – Acompanha D. João I na tomada de Tui¹²⁴¹.

8.

1383 – Dezembro – Membro do conselho do Mestre de Avis¹²⁴²

1385/1404 – Membro do conselho de D. João I¹²⁴³.

9.

1382 – Reunião como rei D. Fernando sobre a questão cismática,
nomeadamente o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII¹²⁴⁴.

1383 – Opõe-se à ida do Mestre de Avis para Inglaterra¹²⁴⁵.

¹²⁴⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIX, p. 88; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 576; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748.

¹²⁴¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXX, p. 1366.

¹²⁴² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 48; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I*, Livro I, *op. cit.*, p. 77; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. X, p. 457; cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, CCCLXVIII; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo I, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 288; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 206.

¹²⁴³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. II, p. 8; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 385, pp. 128-129; *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, documento 95, pp. 54-55; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 71.

¹²⁴⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLVI, pp. 434-435; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II *op. cit.*, p. 375; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, p. 398; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XLII, p. 335; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, CXXXIX-CXL; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 410.

- 1384 – Outubro, 6 – Presente na homenagem feita pelo Mestre de Avis à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco levado a cabo pelo rei de Castela¹²⁴⁶.
- 1384 – Outubro – Solicita ao Mestre de Avis liberdades para o Estudo de Lisboa¹²⁴⁷.
- 1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra onde profere um discurso argumentativo de fundamentação jurídica para a eleição do Mestre de Avis como rei¹²⁴⁸.
- 1385 – Coimbra, abril, 10 – Testemunha da carta de D. João I à cidade de Lisboa de confirmação dos privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores¹²⁴⁹.
- 1386 – Coimbra, agosto, 12 – Presente na ratificação do Tratado de Windsor feita por D. João I através Guilherme de Farynge, embaixador do rei inglês Ricardo II¹²⁵⁰.
- 1387 – Babe, março, 26 – Testemunha na doação feita a D. João I pelos

¹²⁴⁵ Cf. *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, op. cit., Cap. XX, p. 55; . Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CXXIII, p. 646.

¹²⁴⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. CLIV, p. 287; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. XXXVIII, p. 526; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹²⁴⁷ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 74.

¹²⁴⁸ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, op. cit., CCCLXVIII; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., pp. 81-88.

¹²⁴⁹ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, op. cit., doc. 5, p. 32; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 157.

¹²⁵⁰ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes IV, op. cit., p. 15-16; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., pp. 101-102.

reis de Castela e duques de Lencastre de todos os direitos que lhes pertencessem em Portugal¹²⁵¹.

1387 – Acompanha D. Filipa de Lencastre a Monção¹²⁵².

1390 – Coimbra, março, 15 – Testemunha do instrumento público do traslado das tréguas feita em Monção, a 29 de novembro de 1389 entre os reis de Portugal e Castela¹²⁵³.

1393 – Discorda da atitude de Nuno Álvares Pereira de repartir as terras por aqueles que o serviram¹²⁵⁴.

10.

Benfeitor do convento de S. Domingos de Benfica¹²⁵⁵.

11.

11.1.

Vizinho da cidade de Lisboa¹²⁵⁶.

¹²⁵¹ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4186, XVII, 6-7, p. 163; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 399, p. 152; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 22; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 71; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 607.

¹²⁵² Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 119.

¹²⁵³ Este instrumento público resulta de uma ordem de Lourenço Anes Fogaça que requer esta cópia autenticada, na qualidade de chanceler-mor, para a entregar ao embaixador Fernão Gonçalves que se dirige a Inglaterra, cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, p. 71-72.

¹²⁵⁴ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXLIV, p. 719.

¹²⁵⁵ Cf. Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Vol. II, *op.cit.*, Cap. XVII, p. 879; Saul António GOMES, "A LITTERA PYTHAGORAE E A SUA SIMBOLOGIA CRISTOLÓGICA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA", *op. cit.*, pp. 202-203.

¹²⁵⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

11.2.

1396 – Lisboa, maio, 29 – Carta de D. João I de confirmação da jurisdição da Lourinhã¹²⁵⁷.

11.4.

Doação à Colegiada da igreja de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães de uma cruz processional e de uma imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo¹²⁵⁸.

11.6.

1388 – Lisboa, julho, 10 – Carta de doação, a título perpétuo e hereditário de todas as rendas e direitos régios na portagem de Beja¹²⁵⁹.

1391 – Évora, abril, 10 – Carta de doação das dízimas das sentenças condenatórias da cidade de Évora¹²⁶⁰.

11.7.

1386 – Santarém, dezembro, 14 – Carta de doação de D. João I de Cascais e seu termo e do reguengo de Oeiras¹²⁶¹.

1390 – Santarém, setembro, 25 – Carta de confirmação e doação

¹²⁵⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 1008, pp. 214-216; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 90.

¹²⁵⁸ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 274.

¹²⁵⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1316, pp. 193-194; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 90.

¹²⁶⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 510, pp. 269-270.

¹²⁶¹ IDEM, documento 188, p. 118; João das Regras queixa-se a D. João I pelo facto de alguns funcionários da rainha D. Filipa tomarem posse dos ditos lugares alegando pertencerem ao termo da vila de Sintra. Por carta de doação datada de Coimbra a 7 de agosto de 1387 reafirma a doação e considera que Cascais e seu termo e o reguengo de Oeiras não pertencem ao termo de Sintra, IDEM, documento 261, pp. 151-152; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 90.

perpétua de uns Paços e casas em Lisboa, a par de Santa Marinha¹²⁶².

1395 – Tentúgal, junho, 9 – Carta de D. João I em que manda entregar o seu castelo de Castelo Rodrigo a João das Regras, que dele fez menagem¹²⁶³.

1396 – Doação de D. João I do senhorio da Lourinhã¹²⁶⁴.

1399 – Lisboa, maio, 22 – Carta de doação de D. João I, a título perpétuo dos Paços e quinta de Benfica para a fundação de um mosteiro¹²⁶⁵.

11.7.

1393 – Paços da serra a par de Atouguia, dezembro, 23 – Carta de doação de D. João I do padroado da igreja de S. Pedro de Penalva, no bispado de Viseu¹²⁶⁶.

12.

Tradução do Código Justiniano¹²⁶⁷.

¹²⁶² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 444, pp. 235-236.

¹²⁶³ IDEM, Tomo 2, Vol. II, documento 876, p. 144.

¹²⁶⁴ Após a sua morte, a sua filha D. Branca da Cunha herda o senhorio, cf. Frei Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, *op. cit.*, p. 145.

¹²⁶⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1468, pp. 230-231; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLV, p. 534.

¹²⁶⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 687, pp. 38-38.

¹²⁶⁷ Cf. Jozé Anastasio de FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza : desde 1143 até 1603*, Vol 1, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790, p. 38.

25b. João Escudeiro

4.

4.1.

Homem da casa do rei D. João I¹²⁶⁸

5.

5.1. Embaixador de D. João I

5.4.

Aragão

1415 – Comunicar a D. Fernando, rei de Aragão, o sucesso da empresa de Ceuta¹²⁶⁹.

26. João Gomes da Silva

1.

1.1.

(?) – 26 de março de 1445¹²⁷⁰.

2.

2.1.1.

Gonçalo Martins da Fonseca Coutinho, avô materno¹²⁷¹.

¹²⁶⁸ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, op.cit., Cap. XCI, p. 263; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume I, op. cit., Cap. CCXXX, p. 940; *Monumenta Henricina*, II, op. cit. documentos 96 e 97, pp. 204-207.

¹²⁶⁹ IDEM, *IBIDEM*; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, op. cit., p. 295.

¹²⁷⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 48; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, op. cit., Livro VIII, Cap. II, p. 235.

D. Joana Martins de Mello, avó materna¹²⁷².

Aires Gomes da Silva, tio paterno¹²⁷³.

Gonçalo Gomes da Silva, pai¹²⁷⁴.

D. Leonor Gonçalves Coutinho, mãe¹²⁷⁵.

Egas Coelho, sogro¹²⁷⁶.

D. Maior Afonso Pacheca, sogra¹²⁷⁷.

2.1.2.

Diogo Gomes da Silva¹²⁷⁸ e Fernão da Silva¹²⁷⁹ e Joana Gomes da

¹²⁷¹ IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁷² Mestre sala de D. João I, IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁷³ Aio do infante D. Fernando, vassalo e alferes-mor do rei D. Fernando, do seu conselho, embaixador a Castela, e alcaide-mor de Guimarães, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Capítulos LII, p. 138, LXII, p. 166, LXXXII, p. 216, e XCVI, p. 262; Anselmo Braamcamp FREIRE, Volume II, *op. cit.*, pp. 37-39 e 44; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 85; Isabel Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?, op. cit.*, p. 120.

¹²⁷⁴ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, Vol. I, Livro I, Cap. XXV, p. 113 e Vol. 3, Tratado V, Cap. VI, p. 186; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana, Parte Oitava, op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 695.

¹²⁷⁵ IDEM, Cap. XXV, p. 113.

¹²⁷⁶ IDEM, *IBIDEM*; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, 2.ª Parte, op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 235:

¹²⁷⁷ IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁷⁸ Casa com Isabel Vasques de Sousa. Lutou na batalha de Aljubarrota e participou na conquista de Ceuta, onde foi armado cavaleiro pelo infante D. Henrique; recebeu, de seu irmão, o ofício de alferes-mor, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, 2.ª Parte, op. cit.*, Livro X, pp. 421-422; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I, II, op. cit.*, Cap. CCCVII, p. 1507; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume II, op. cit.*, pp. 46 e 128.; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 162v.

Silva¹²⁸⁰, irmãos.

2.1.3.

Casa com D. Margarida Coelho¹²⁸¹.

2.1.4.

Aires Gomes da Silva¹²⁸² e D. Teresa da Silva¹²⁸³, filhos legítimos.

Diogo Gomes¹²⁸⁴, João Gomes¹²⁸⁵, Rodrigues Gomes¹²⁸⁶, Lopo da

¹²⁷⁹ Ocupou o cargo de estribeiro-mor nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 46.

¹²⁸⁰ Cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, 1946.

¹²⁸¹ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, *op. cit.*, Vol. I, Livro I, Cap. XXV, p. 113; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 48; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 235.

¹²⁸² Senhor de Vagos, Unhão e Gestaço, participou na conquista de Ceuta e foi armado cavaleiro pelo infante D. Pedro, IDEM, *IBIDEM*; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, pp. 235-236.; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCCVII, p. 1507; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 98, p. 208.

¹²⁸³ Dama da rainha D. Filipa de Lencastre; casa com Fernão Eanes de Lima, senhor das terras de Valdevez e Coura, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume III, *op. cit.*, Livro IV, Cap. II, p. 382; *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, *op. cit.*, p. 124; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 235; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, *op. cit.*, p. 433.

¹²⁸⁴ 3.º senhor de Vagos e tesoureiro-mor de D. Afonso V; escolar em Leis, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 236; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 49.; cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume IV, *op. cit.*, 834-835, p. 12.

¹²⁸⁵ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 124; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volumes I, *op. cit.*, pp. 20-21, nota 70.

Silva¹²⁸⁷, Pedro da Silva¹²⁸⁸, Isabel Gomes da Silva¹²⁸⁹, filhos naturais.
João da Silva¹²⁹⁰, Fernão Teles de Meneses¹²⁹¹, Isabel¹²⁹²,
Margarida¹²⁹³, Leonel de Lima¹²⁹⁴, Pedro da Silva¹²⁹⁵, Catarina da Silva,
Isabel da Silva, netos¹²⁹⁶.

¹²⁸⁶ IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁸⁷ IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁸⁸ IDEM, *IBIDEM*; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volumes I, *op. cit.*, p. 21.

¹²⁸⁹ Casa com Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da Fazenda de D. João I; filha de Inês Lopes, legitimada por carta do rei D. Duarte em 1436, cf. *Livro de Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 124; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 353, cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 236.

¹²⁹⁰ Filho de Aires Gomes da Silva; senhor de Vagos, alcaide-mor de Montemor-o-Velho e conselheiro de D. João II; casa com D. Branca Coutinho, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder*, dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2008, p. 528; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 159.

¹²⁹¹ Filho de Aires Gomes da Silva; mordomo-mor da rainha D. Leonor, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder, op. cit.*, p. 528.

¹²⁹² Filha de Aires Gomes da Silva; casa com D. Vasco de Melo conde de Olivença, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 159.

¹²⁹³ Filha de Aires Gomes da Silva, abadessa de Santa Clara de Coimbra, IDEM, *IBIDEM*.

¹²⁹⁴ Filho de D. Teresa da Silva, 1.^o visconde de Vila Nova de Cerveira, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, *op. cit.*, p. 433.

¹²⁹⁵ Filho de Diogo da Silva; alcaide-mor de Porto de Mós; casa com D. Isabel de Albuquerque filha de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vilaverde, cf. cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...*], fl. 161_v.

¹²⁹⁶ IDEM, fls. 158_v-161_v.

2.2.

2.2.1.

Cavaleiro¹²⁹⁷.

2.2.2.

Cavaleiro¹²⁹⁸.

2.2.3.

Nobreza¹²⁹⁹.

2.2.4.

Coutinho¹³⁰⁰ e Meneses¹³⁰¹.

4.

4.2.

1385 – Coimbra, abril, 6 – Nomeado copeiro-mor de D. João I¹³⁰².

¹²⁹⁷ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 45.

¹²⁹⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, P. 130.

¹²⁹⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 51.

¹³⁰⁰ A ligação à família Coutinho faz-se por via materna, pois sua mãe, Leonor Gonçalves era filha de Gonçalo Martinho Coutinho, senhor do couto de Leomil, cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, pp. 23-24.

¹³⁰¹ A ligação à família Meneses estabelece-se pelos segundo casamento de seu filho Aires Gomes da Silva com D. Beatriz de Meneses, que foi aia dos filhos de D. Afonso V e de D. Isabel, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 50 e 52. De qualquer das formas já havia ligações de parentesco colaterais, uma vez que foi necessária a dispensa papal para contraírem matrimónio, pois eram primos em terceiro grau, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Vol. I, *op. cit.*, p. LXI.

¹³⁰² Após a conquista de Ceuta, em 1415, o cargo passou a ser exercido por Gil Vasques da Cunha, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, p. 4; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 548; Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXII, p. 675; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I*, II, *op. cit.*, Cap. CVIII, p. 554; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, Madrid, 2.ª Parte, Melchr Alvarez, y Matteo Llanos, 1685, Livro VIII, Cap. II, p. 229.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1401-1419).

5.4.

Castela e Inglaterra

Castela

1401 – Segóvia, junho – Assinatura de tréguas com Castela¹³⁰³.

1411 – Junho, 14 – Acordada a paz simples com Castela¹³⁰⁴.

1411 – Ayllón, outubro, 31 – Assinatura do tratado de paz¹³⁰⁵.

1418 – Junho – Ratificação do tratado de 1411¹³⁰⁶.

¹³⁰³ Cf. Fernão, *Crónica de D. João I* LOPES, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CLXXXV, pp. 398-400 e CLXXXVI, pp. 400-402; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 658; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 283; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, 1973, p. 380.

¹³⁰⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, 1977, Cap. CXCIV p. 431.

¹³⁰⁵ IDEM, Capítulos CXCII, p. 423 e CXCVI, p. 435; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 661; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, 1992, Cap. V, p. 49; Mestre Mateus de PISANO, “Livro da Guerra de Ceuta”, *op. cit.*, Tomo 1, p. 9; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 288 e 291; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, doc. 152, nota 4 das pp. 350-351 e II, doc. 5, p. 31 e doc. 7, p. 35; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 20; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 231; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Capítulos CLXXXVIII, p. 937 e CXCII, pp. 958-959; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Angell Canellas Lopez (ed.), Tomo 5, *op. cit.*, Cap. LII, p. 441; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, volume 2, *op. cit.*, p. 380; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, I e II, Universidade de Coimbra, 1960, p. 351, nota 4 e documento 5, p. 3; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, pp. 135 e 139.

¹³⁰⁶ Não teve sucesso esta diligência diplomática pois o rei de Castela ainda não tinha atingido os catorze anos de idade, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Capítulos. CLXXXIX, pp. 940-941, CXCII, pp. 958-960; VISCONDE de

1419 – Segóvia, junho, 14 – Ratificação do tratado de 1411¹³⁰⁷.

Inglaterra

1403 – Inquirir o rei inglês sobre a intenção de ser incluído nas pazes com Castela¹³⁰⁸.

1403 – Worcester, setembro, 9 – Salvo-conduto do rei Henrique IV para sair de Inglaterra e regressar a Portugal¹³⁰⁹.

1404 – Londres, fevereiro, 27 – Recepção de cartas enviadas por D. João I a Henrique IV¹³¹⁰.

1405 – Novembro - Casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹³¹¹.

SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 296; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 150, p. 308, nota 1; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 140.

¹³⁰⁷ Ficou acordado que seria enviada a Portugal uma embaixada de Castela com uma resposta a este pedido, o que efectivamente veio a acontecer em finais de 1421, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CXCII, p. 960; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 297; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 158, pp. 318-319; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, pp. 20-21, nota 70. cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.*, doc. 16, pp. 25-26.

¹³⁰⁸ Os embaixadores portugueses [João Gomes da Silva e o Doutor Martim do Sem] propuseram ao rei Henrique IV a inclusão de Inglaterra sobre as tréguas entre Portugal e Castela, por um período de dez anos, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 130.

¹³⁰⁹ Este salvo-conduto incluía a salvaguarda para os seus servidores, familiares, bens, armas e cavalos, cf. *Rymer's Foedera*, Volume 8, *op. cit.*, pp. 312-333; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 142-143.

¹³¹⁰ IDEM, pp. 345-363; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 131.

¹³¹¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 64; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 172.

1405 – Eltham, dezembro, 27 – Informação de Henrique IV sobre a intenção de ser incluído nas pazes com Castela¹³¹².

7.

Alferes-mor de D. João I (1397-1416)¹³¹³.

Alcaide-mor de Montemor-o-Velho¹³¹⁴.

1384 – Sai de Montemor-o-Velho para o Porto¹³¹⁵.

1384 – Integra a armada portuguesa vinda do Porto e que chega a Cascais devido ao cerco de Lisboa feito pelo rei de Castela¹³¹⁶.

1385 – Agosto – Participa na batalha de Aljubarrota ao lado do rei D. João I¹³¹⁷.

¹³¹² O rei Henrique IV refere a presença dos embaixadores portugueses em Inglaterra e reitera a vontade de participar nas tréguas, por terra e mar, entre Portugal e Castela e procederá ao envio de letras autenticadas com o selo real, IDEM, pp. 420-426; IDEM, p. 132.

¹³¹³ Nomeado alferes-mor pois Gil Vaz da Cunha, que o exercia, passou-se para Castela. Depois da conquista de Ceuta regressa a Portugal e cede o ofício de alferes-mor a seu irmão Diogo Gomes da Silva e, depois exerce-o D. Pedro de Meneses Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 130; *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 124; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, Livro I, p. 9 e Livro VIII, Cap. II, pp. 231 e 234.; Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, Tomo 1, *op. cit.*, Discurso II, & IV, 87.

¹³¹⁴ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 695.

¹³¹⁵ Estava em Montemor-o-Velho com seu pai, Gonçalo Gomes da Silva, alcaide-mor do castelo da vila, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1147

¹³¹⁶ Vem na nau Farinheira, IDEM, Cap. CXXXIII, p. 229.

¹³¹⁷ IDEM, 2.ª Parte., Cap. XXXIX, p. 89; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 576; Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 229; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLIII, p. 1234.

- 1386 – Acompanha D. João I numa sortida à Galiza¹³¹⁸.
- 1398 – Monção – Tentativa fracassada de passar o rio Minho para entrar em Galiza¹³¹⁹.
- 1398 – Julho, 24-26 – Participa na tomada da cidade de Tui. Entra com a bandeira real estendida¹³²⁰.
- 1415 – Porto, julho – Armada do infante D. Henrique vem para Lisboa. Capitão de uma das galés¹³²¹.
- 1415 – Lisboa, julho, 25 – Saída da armada portuguesa para a conquista de Ceuta. Capitão de uma das galés da armada do infante D. Henrique¹³²².

8.

Membro do conselho de D. João I (1403-1433)¹³²³ e de D. Duarte¹³²⁴.

¹³¹⁸ Nesta sortida transporta a bandeira do rei, cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, J. A. C. (ed. BUCHON), Librairie Ch. Delagrave, s/d, 2.º Volume, Livro III, Cap. XLI, p.

¹³¹⁹ O fracasso desta operação traduziu-se na morte de cerca de quinhentos homens de armas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXVIII, p. 358; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXVIII, p. 650.

¹³²⁰ Entrou em Tui com a bandeira real estendida, IDEM, Cap. CLXXIV, p. 374; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXIX, p. 655.

¹³²¹ Cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 233; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap., CCXCIV, p. 1445; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 60, p. 148; Oliveira MARTINS, *Os filhos de D. João I*, *op. cit.*, p. 39.

¹³²² Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXXVI, p. 140; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVI, p. 676 e Cap. LXXXVII, p. 680; SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo 5, *op. cit.*, Livro XII, Cap. LII, p. 442.

Conselheiro do reino – Cortes de Torres Novas (1438)¹³²⁵.

9.

1384 – Coimbra – Está com o conde D. Gonçalo quando este não entrega a cidade de Coimbra ao rei de Castela, após a recepção de uma carta da rainha D. Leonor Castela¹³²⁶.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presente na cerimónia de homenagem e de fidelidade ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco pelo rei de Castela¹³²⁷.

1385 – Coimbra, abril, 6 – Presente nas cortes de Coimbra, como elemento da nobreza¹³²⁸.

1386 – Monção/Melgaço – Presente no jantar oferecido pelo duque de Lencastre ao rei D. João I¹³²⁹.

1414 – Torres Vedras, junho – Convocado, por D. João I, para uma

¹³²³ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, *op. cit.*, p. 22; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, P. 130; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 85; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 57.

¹³²⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume II, *op. cit.*, doc. 21, p. 37.

¹³²⁵ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 20.

¹³²⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXIII, p. 125; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XIX, p. 477; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XII, p. 502; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 228.

¹³²⁷ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹³²⁸ IDEM, *Livro XXIII*, Cap. XXIX, p. 646; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, *op. cit.*, p. 12; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 36.

¹³²⁹ Cf. Sire Jean FROISSART, *op. cit.*, Livro III, Cap. XLI, p. 515; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 230.

- reunião sobre os preparativos da empresa de Ceuta¹³³⁰.
- 1416 – Porto, março, 18 – Participa na procissão que sai da Sé para o Carvalho do Monte para a edificação do mosteiro de Santa Clara¹³³¹.
- 1434 – Santarém, julho, 3 – Responsável pelas obras dos muros e das torres da cidade de Braga¹³³².
- 1438 – Torres Novas, novembro, 10 – Cortes de Torres Novas para decidir sobre o regimento do reino. Faz parte do quarto turno de conselheiros¹³³³.
- 1439 – Coimbra – Acompanha o infante D. Pedro em direcção a Lisboa para a realização das Cortes de Lisboa¹³³⁴.
- 10.
- 1415 – Restelo [Lisboa], julho, 24 – Envio de uma missiva ao arcebispo de Santiago, dando-lhe a conhecer a composição e o destino da armada de D. João I¹³³⁵.

¹³³⁰ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 140; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, pp. 232-233; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 60. p. 86; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 234; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXCIII, p. 1426.

¹³³¹ Cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, Livro V, Cap. XXV, p. 573; Oliveira MARTINS, *Os filhos de D. João I*, *op. cit.*, p. 32.

¹³³² Informação expressa na carta de quitação passada por D. Duarte a Pedro Aranha vedor e tesoureiro das obras na cidade de Braga, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 9, p. 17.

¹³³³ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 20.

¹³³⁴ IDEM, pp. 51-52; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” , *op. cit.*, Cap. XLV, pp. 636-637; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol I, *op. cit.*, Cap. XXIX, p. 125.

¹³³⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 68, p. 164.

1415 – Santiago, agosto, 6 – Carta do arcebispo de Santiago ao rei de Aragão a referir as informações recebidas por João Gomes da Silva¹³³⁶.

1425 – Janeiro, 15 – Solicita ao papa dispensa da ilegitimidade e a pluralidade de benefícios para os seus filhos Diogo Gomes, João Gomes e Rodrigues Gomes¹³³⁷.

11.

11.1.

2.º Senhor de Vagos e Unhão¹³³⁸.

1415 – Tavira, setembro – Carta do rei D. João I que atesta a fundação da quinta de S. Silvestre¹³³⁹.

11.2.

1412 – Lisboa, fevereiro, 27 – Jurisdição da terra de Meinedo¹³⁴⁰.

11.6.

1385 – Guimarães, maio, 14 – Carta de doação da dízima da correição de Vagos¹³⁴¹.

1387 – Coimbra, agosto, 20 – Carta de tença de D. João I de todas as dízimas de todas as mercadorias nacionais e estrangeiras que

¹³³⁶ IDEM, doc. 74, pp. 170-171.

¹³³⁷ Cf., António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, Ano Oitavo, 834-835, p. 12.

¹³³⁸ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit.*, Vol. I, Livro I, Cap. XXV, p. 113.

¹³³⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 48.

¹³⁴⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento 875, pp. 39-40; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁴¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, II, Vol. I, documento 723, p. 106; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fl. 94_v.

entrem pela foz de Buarcos¹³⁴².

1392 – Tentúgal, agosto, 26 – Doação, por D. João I, enquanto fosse sua mercê, das terças das igrejas de Santiago do Castelo, Santa M.^a de Caminha e de S. Cibrão de Vila Nova de Cerveira¹³⁴³.

1394 – Porto, junho, 10 – Confirmação da carta de mercê de quitação perpétua do quarto das herdades e do oitavo do vinho nas terras compradas por Gonçalo Gomes da Silva, seu pai, no reguengo de Tentúgal¹³⁴⁴.

11.7.

1384 – Lisboa, abril, 23 – Doação da vila de Vagos, pelo Mestre de Avis, enquanto fosse sua mercê¹³⁴⁵.

1384 – Lisboa, setembro, 23 – Doação da renda da comenda de Valhelhas, pelo Mestre de Avis, a título perpétuo e hereditário¹³⁴⁶.

1385 – Santarém, setembro, 5 – Doação, por D. João I, dos bens pertencentes a Aires Gomes da Silva e a sua mulher, após a tomada de Guimarães¹³⁴⁷.

¹³⁴² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 264, p. 153; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 119v.

¹³⁴³ IDEM, Tomo 2, Vol. II, documento 622, p. 12; IDEM, *IBIDEM*.

¹³⁴⁴ IDEM, documento 833, pp. 122-123; IDEM, *IBIDEM*.

¹³⁴⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Volume I, Tomo 1, op. cit.*, doc. 55, p. 37; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 72v; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume II, op. cit.*, p. 46.

¹³⁴⁶ IDEM, doc. 405, pp. 209-210; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 82; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume II, op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁴⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 628, pp. 58-59; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.^a Parte, op. cit.*, Cap. XIII, p. 27; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. L, p. 544; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fl. 91v; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, 2.^a Parte, op. cit.*, Livro

- 1393 – Lisboa, abril, 8 – Doação do chão do castelo de Valença¹³⁴⁸.
- 1399 – Évora, março, 22 – Doação perpétua, extensível a herdeiros e sucessores, da almuinha régia, a par do chafariz de Aribelas, Montemor-o-Velho¹³⁴⁹.
- 1412 – Lisboa, fevereiro, 9 – Confirmação da doação de todos os bens pertencentes a Aires Gomes da Silva e sua mulher D. Urraca¹³⁵⁰.
- 1412 – Lisboa, fevereiro, 26 – Ratificação da doação da vila de Vagos¹³⁵¹.
- 1412 – Lisboa, fevereiro, 27 – Carta de doação dos bens móveis e de raiz que Aires Gomes da Silva e D. Urraca tinham em Guimarães e no seu termo, e os todos os outros bens patrimoniais que tinham no tempo do rei D. Fernando¹³⁵².
- 1412 – Lisboa, março, 12 – Doação, por D. João I, da terra de Meinedo¹³⁵³.

11.8.

Fundação do convento de S. Marcos da Ordem de S. Jerónimo, na vila de Tentúgal¹³⁵⁴.

VIII, Cap. II, p. 229; Rafael SANCHÉZ SESA, “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”, *op. cit.*, p.319.

¹³⁴⁸ IDEM, *IBIDEM*.

¹³⁴⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1464, pp. 226-227.

¹³⁵⁰ IDEM, documento 876, pp. 40-44; Humberto Baquero MORENO, “A campanha de D. João I contra as fortalezas da Região de Entre-Douro-e-Minho”, *op. cit.*, p. 53.

¹³⁵¹ IDEM, documento 877, pp. 44-45; *As Gavetas da Torre do Tombo*, III (Gav. III-XII), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, 775, III, 2951, XIV, 8-17, p. 788.

¹³⁵² Exceptuam-se os bens que já haviam sido dados a Mem Rodrigues de Vasconcelos e a Lopo Dias de Azevedo, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo3, Vol. III, documento 875, pp. 39-40.

¹³⁵³ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II (Gav. III-XII), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, 775, III, 10-13, p. 53; Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

- 1387 – Porto, fevereiro, 18 – Confirmação de todos os privilégios, coutos e honras e liberdades que as suas terras usufruíam¹³⁵⁵.
- 1391 – Évora, fevereiro, 26 – Carta de feira franca no lugar de Unhão em terra de Sousa¹³⁵⁶.
- 1394 – Junho, 16 – Confirmação da carta de mercê a Gonçalo Gomes da Silva de lhe quitar, a título vitalício, o quarto das herdades e o oitavo do vinhos nas terras por ele adquiridas no reguengo de Tentúgal¹³⁵⁷.
- 1394 – Junho, 25 – Confirmação, por D. João I, dos mesmos privilégios concedidos pelo rei D. Fernando a Aires Gomes da Silva, seu tio, uma vez que em Portugal não ficara herdeiro directo¹³⁵⁸.
- 1415 – Tavira, setembro, 11 – Carta de privilégio a 30 lavradores para o povoamento da quinta de S. Silvestre, no termo de Coimbra¹³⁵⁹.
- 1431 – Almeirim, março, 14 – Carta de privilégio a 15 lavradores na sua quinta de Lanhelas¹³⁶⁰.
- 1425 – Porto, fevereiro, 18 – Confirmação de todos os privilégios, honras e liberdades que as suas terra tiveram¹³⁶¹.

¹³⁵⁴ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 695; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 48; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, p. 234.

¹³⁵⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 263, p. 153; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁵⁶ IDEM, documento 490, p. 258; IDEM, *IBIDEM*.

¹³⁵⁷ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁵⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 835, pp. 123-127; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 47-48.

¹³⁵⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento 930, pp. 82-84; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁶⁰ IDEM, *IBIDEM*.

1433 – Tentúgal, dezembro, 14 – Isenção de aposentadoria para as suas terras de Tentúgal¹³⁶².

1441 – Instituição de uma capela na quinta de S. Marcos, dotada de bens e com a incumbência de rezar, todos os dias, uma missa pela sua alma¹³⁶³.

11.9.

Antes de 1414 – Morador da casa de D. João I com a moradia de 20 000libras¹³⁶⁴

1414 – Morador da casa real com a moradia de 28 400 libras, na qualidade de cavaleiro¹³⁶⁵.

1433 – Morador da casa de D. João I com a moradia de 20 000 libras¹³⁶⁶.

12.

“homem forte e ardido, cujas palavras sempre traziam jogo e sabor”¹³⁶⁷.

¹³⁶¹ Cf. Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fl. 119v; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁶² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 47, nota 2.

¹³⁶³ Esta disposição resulta do testamento que terá sido escrito na quinta de S. Silvestre, no dia 5 de janeiro de 1441, cf. Vergílio CORREIA, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Coimbra – IV*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 66; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 48.

¹³⁶⁴ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 214.

¹³⁶⁵ IDEM, p. 221; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 51.

¹³⁶⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 64, p. 226.

¹³⁶⁷ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 110.

27. João Rodrigues de Sá, “o das galés”¹³⁶⁸

1.

1.1.

(?) – 1417 / 1425 (?)¹³⁶⁹.

2.

2.1.2.

Aldonça Rodrigues de Sá, abadessa de Rio Tinto, irmã¹³⁷⁰.

Martim Afonso de Sousa, sobrinho¹³⁷¹.

2.1.3.

Casa com Isabel Pacheco¹³⁷², filha de Gonçalo Vasques de Castelo

Branco (?)¹³⁷³.

¹³⁶⁸ Assim chamado devido ao esforço militar empreendido com as galés portuguesas na defesa de Lisboa, em 1384, quando as naus castelhanas reforçaram o cerco à cidade, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume II, *op. cit.*, Livro X, Cap. LIII, p. 512; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXIX, p. 1118.

¹³⁶⁹ Por carta de 12 de janeiro de 1417, D. João I nomeia Gonçalo Pereira como alcaide do castelo de Melgaço, o que nos pode indicar que João Rodrigues de Sá já teria morrido nessa altura, uma vez que foi nomeado alcaide em 1388, cf. Chancelaria D. João I, *op. cit.*, 3, fl. 200. Por carta de João I, passada em Montemor-o-Novo a 13 de novembro de 1425, são confirmadas todas as mercês a seu filho, Fernão de Sá, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXIX, p. 1119; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, pp. 211-213.

¹³⁷⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volumes I e II, *op. cit.*, pp. 227 e 289 e p. 252, respetivamente.

¹³⁷¹ Filho da abadessa de Rio Tinto e de Martim Afonso de Sousa; legitimado por carta de 22 de janeiro de 1405, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. III, documento 429, p. 13; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 227.

¹³⁷² Cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder*, dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2008, p. 504.

2.1.4.

Fernão de Sá,¹³⁷⁴ Gonçalo de Sá¹³⁷⁵, Rodrigo Anes de Sá¹³⁷⁶, Inês da Cunha¹³⁷⁷, filhos.

Gomes de Sá, João Anes de Sá, filhos naturais¹³⁷⁸.

João Rodrigues de Sá¹³⁷⁹, Gil Vaz de Cunha, Diogo da Cunha, Isabel da Cunha¹³⁸⁰, Mécia da Cunha, Guiomar de Sá, Filipa de Sá, Rodrigo de

¹³⁷³ Deduz-se esta informação em função da doação da honra de Sobrado feita por Gonçalo Vasques de Castelo Branco a João Rodrigues de Sá “seu genro”, cf. Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, fl. 108.

¹³⁷⁴ Camareiro-mor de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, 2.º alcaide-mor do Porto; senhor de Sever, casa com D. Filipa Vasques da Cunha, filha de Gil Vasques da Cunha e de D. Isabel Pereira; cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 105 e 216; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., pp. 169-170 e 311.

¹³⁷⁵ Conforme informação contida na carta de doação de D. João I a Fernão de Sá do ofícios e terras de seu pai, datada de 13 de Novembro de 1425, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se autorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 212; senhor de Aguiar; casa com Isabel de Magalhães, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder*, op. cit., p. 504.

¹³⁷⁶ Arcediago de Labruge, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder*, op. cit., p. 504.

¹³⁷⁷ Casa com Luís de Brito Nogueira, 9.º senhor dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e S. Lourenço de Lisboa, cf. João Paulo de Abreu e LIMA, “Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé de Lisboa dos séculos XIII e XIV”, op. cit., p. 214.

¹³⁷⁸ Cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder*, op. cit., p. 504.

¹³⁷⁹ Filho de Fernão de Sá; alcaide-mor do Porto; senhor de Sever e de Paiva; Vedor da Fazenda do Porto; fronteiro-mor de Entre-Douro-e-Minho; casa com D. Catarina de Meneses filha de Luís Azevedo Vedor da Fazenda de D. Afonso V, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 34.

Sá, Maria Portocarrero, Pedro de Sá, Guiomar de Sá, netos¹³⁸¹.

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro¹³⁸².

4.

4.2.

1385 – Nomeado camareiro-mor de D. João I¹³⁸³.

5.

5.1.

Embaixador (1386-1390)

5.4.

Galiza, Roma.

Galiza

1386 – Mosteiro de Cela Nova, Galiza, novembro – Procurador de D.

João I junto dos duques de Lencastre para outorgarem as condições do casamento de D. João I com D. Filipa¹³⁸⁴.

¹³⁸⁰ Filha de Fernão da Sá; casa com Luís de Brito senhor dos morgadio de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja, IDEM, *IBIDEM*.

¹³⁸¹ IDEM, *IBIDEM*; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e ordens militares. Relações sociais e de poder, op. cit.*, p. 504.

¹³⁸² Estatuto associado à sua função de alcaide-mor.

¹³⁸³ Nomeado após as Cortes de Coimbra, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte, op. cit.*, Cap. I, p. 4; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 548; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I, II, op. cit.*, Cap. CVIII, p. 554; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal, Volume II, op. cit.*, Livro X, Cap. LIII, p. 512.

¹³⁸⁴ IDEM, Cap. XCIV, p. 206; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXVIII, p. 613; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarquia*

1386 - Mosteiro de Cela Nova, novembro, 11 – Ratificação das condições do casamento de D. João I com D. Filipa assinada pela duquesa de Lencastre e por sua filha¹³⁸⁵.

Roma

1390 – Roma – Papa Bonifácio IX para que este passe, finalmente, as Letras relativas à dispensa de votos de D. João I como Mestre de Avis¹³⁸⁶.

6.

Comendador-mor da ordem de Avis¹³⁸⁷.

7.

Alcaide-mor do Porto¹³⁸⁸.

1384 – Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino¹³⁸⁹

1385 – Acompanha D. João I na tomada da vila de Guimarães¹³⁹⁰.

portuguesa até aos nossos dias, Tomo 1, *op. cit.*, Secção XV, p. 270; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 931.

¹³⁸⁵ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 270; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 119.

¹³⁸⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXIV, p. 254; Domingos MAURÍCIO, “A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre” , *op. cit.*, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, pp. 929-930; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 59.

¹³⁸⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIX, p. 89; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675.

¹³⁸⁸ Este cargo continuou nos seus descendentes, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CVIII, p. 554; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, pp. 211-213.

¹³⁸⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1147.

- Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D. João I¹³⁹¹.
- 1386 – Acompanha D. João I numa sortida à Galiza¹³⁹².
- 1388 – D. João I toma Melgaço e nomeia-o alcaide-mor¹³⁹³.
- Nomeado fronteiro-mor na província do Minho¹³⁹⁴.
- 1415 – Participa na empresa de Ceuta. Capitão de uma das naus¹³⁹⁵.
- 9.
- 1384 – Outubro – Presente em Lisboa na homenagem ao Mestre de Avis após o levantamento do cerco de Lisboa¹³⁹⁶.

¹³⁹⁰ Foi o primeiro a entrar na vila após o cerco, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos XII, p. 23 e XIII, pp. 26-27; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. L, p. 553; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXLVII, p. 1210.

¹³⁹¹ IDEM, Cap. XXXIX, p. 89; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 576; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234.

¹³⁹² Transporta a bandeira real, cf. Sire Jean FROISSART *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d’armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. LXIX, p. 596.

¹³⁹³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXXXVI, p. 280; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXIII, p. 633; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLXXVIII, p. 1361; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 105.

¹³⁹⁴ Cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume II, *op. cit.*, Livro X, Cap. LIII, p. 512.

¹³⁹⁵ Cf. Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, 1676, Cap. V, pp. 372-373; Gomes Eanes ZURARA de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 178; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVI, p. 676; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455.

¹³⁹⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

- 1386 – Novembro – Presente no encontro de Ponte de Mouro entre D. João I e o duque de Lencastre¹³⁹⁷.
Novembro – Acompanha D. Filipa ao Porto para o casamento com D. João I¹³⁹⁸.
- 1387 – Março – Acompanha a rainha D. Filipa a Coimbra¹³⁹⁹.
- 1416 – Porto, março, 18 – Participa na procissão que sai da Sé para o Carvalho do Monte para a edificação do mosteiro de Santa Clara¹⁴⁰⁰.

10.

- 1391 – Março – Obtém autorização do papa para a fundação de uma Capela numa igreja dos franciscanos ou dominicanos¹⁴⁰¹.

11.

11.2.

- 1386 – Chaves, janeiro, 24 – Jurisdição cível e crime da terra de Neiva e de Aguiar de Neiva, por carta de D. João I¹⁴⁰².

¹³⁹⁷ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volumell, *op. cit.*, Livro III, Cap. XLI, p. 515.

¹³⁹⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCIV, p. 206; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 154; Jean FROISSART *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. LVI, p. 557.

¹³⁹⁹ A rainha D. Filipa encontrou-se com seus pais, os duques de Lencastre, em Babe, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCIX, p. 213.

¹⁴⁰⁰ Cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, Livro V, Cap. XXV, p. 573.

¹⁴⁰¹ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 8-9.

11.5.

1388 – Ponte de Lima, março, 26 – Carta de tença de D. João I, enquanto fosse sua mercê, das rendas direitos e foros de Ponte de Lima, Valença e Riba de Minho, pela forma que a tinham Álvaro Gonçalves de Vila Viçosa e João Vasques de Almada¹⁴⁰³

11.6.

1384 – Março, 21 – Carta de doação do Mestre de Avis de bens em Lisboa¹⁴⁰⁴.

1384 – Março, 21 – Carta de doação do Mestre de Avis de bens em Alenquer¹⁴⁰⁵.

1384 – Lisboa, março, 22 – Carta de doação do Mestre de Avis da terra de Barreiro e de Sever¹⁴⁰⁶.

1384 – Agosto, 2 – Carta de doação do Mestre de Avis a título perpétuo de todos os bens móveis e de raiz que Pero Esteves, prior de Alenquer, possuía no dito lugar e seu termo¹⁴⁰⁷.

1385 – Carta de doação de D. João I, a título perpétuo e hereditário, da quinta de Canelas do julgado de Figueiredo com todas as suas rendas, direitos e pertenças¹⁴⁰⁸.

¹⁴⁰² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op.cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1022, pp.34-35.

¹⁴⁰³ IDEM, documento 1340,p.207.

¹⁴⁰⁴ Cf. Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fl. 75v.

¹⁴⁰⁵ IDEM, fl. 76.

¹⁴⁰⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Volume I, Tomo 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, documento 132, pp. 71-72; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis de Portugal começando do conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa* (1 volume) – manuscrito ordenado por o senhor Manoel Severim de Faria e escrito por seu criado servente António Dias, fl. 74v.

¹⁴⁰⁷ IDEM , documento 179, p. 90.

¹⁴⁰⁸ IDEM, Tomo 2, Vol. I, documento 963, p. 259; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 102.

- 1385 – Porto, outubro, 21 – Carta de Doação de D. João I da terra de Castro de Aire de juro e herdade com todas as rendas e direitos¹⁴⁰⁹.
- 1386 – Chaves, janeiro, 24 – Carta de D. João I de doação da terra de Neiva e de Aguiar de Neiva de juro para sempre¹⁴¹⁰.
- 1386 – Chaves, abril, 18 – Carta de prestamo das rendas do mordomado de Santarém, enquanto fosse mercê do rei¹⁴¹¹.
- 1387 – Braga, outubro, 5 – Carta de doação de D. João I das terras de Aires Gomes de Figueiredo, exceto as que havia Afonso Madeira, e dos bens patrimoniais da sua herança com todas as rendas , direitos, tributos, foros e jurisdição, exceto correição e alçadas¹⁴¹².
- 1387 – Vila Real, março, 2 - Carta de doação de D. João I de Melgaço, em préstamo, com todos os direitos e rendas¹⁴¹³.
- Doação de Gonçalo Vasques Castelo Branco da honra de Sobrado¹⁴¹⁴.
- 1389 – Carta de doação a título perpétuo e hereditários de todos os bens

¹⁴⁰⁹ Pertencia esta terra a Gonçalo Nunes de Barros, IDEM, Tomo 3, Vol. I, documento 1070, pp. 59-60; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 105.

¹⁴¹⁰ Estas terras eram pertença do D. Gonçalo Teles de Meneses conde de Neiva por ação de D. Leonor Teles, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op.cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1022, pp.34-35; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Cap. LXV, p. 171; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, pp. 110-111; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...* fl. 104.

¹⁴¹¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op.cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1174, p. 124; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis ...*, fl. 119.

¹⁴¹² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op.cit.*, Tomo 1, Vol. II documento 235, p.139; o motivo da confiscação dos bens de Aires Gonçalves de Figueiredo relaciona-se com um processo crime de que foi alvo; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 119.

¹⁴¹³ IDEM, documento2, p. 12; IDEM, fl. 114.

¹⁴¹⁴ IDEM, fl. 108.

móveis e de raiz de Afonso Gomes de Lira, por este estar ao serviço de Castela¹⁴¹⁵.

1391 – Miranda, julho, 8 - Carta de doação do castelo de Lindoso com suas pertenças, rendas e direitos, a título vitalício e hereditário¹⁴¹⁶.

1398 – Salvaterra, maio, 8 – Carta de mercê de D. João I da terra de Soaz por morte de Pero Gil [do Sem] que a possuía¹⁴¹⁷.

– Carta de doação da alcaidaria do Porto com todas as rendas e direitos¹⁴¹⁸.

– Carta de doação de D. João I e do infante D. Duarte do castelo da Feira¹⁴¹⁹.

28. João Vasques de Almada

1.

1.1.

(?) – 1419 (?)¹⁴²⁰.

¹⁴¹⁵ IDEM, documento 152, p. 95; IDEM, fl. 117.

¹⁴¹⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 525, pp. 277-278; Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 125v.

¹⁴¹⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1139, pp. 57.

¹⁴¹⁸ Cf. Biblioteca Visconde Trindade, *Do registo dos reis...*, fl. 127.

¹⁴¹⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 331.

¹⁴²⁰ A data não é certa, pois segundo Zurara, em setembro de 1419, verifica-se o envio de um reforço militar para Ceuta entre os quais estão os nomes de Pedro Vaz de Almeida e João Vaz de Almeida, filhos de João Vasques de Almeida falecido pouco depois de regressar de Inglaterra, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa BROCARD, (ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, Cap. LXXIII, p. 494.

2.

2.1.1.

João Anes de Almada, avô paterno¹⁴²¹.

D. Urraca Moniz, avó paterna¹⁴²²

Vasco Lourenço de Almada, pai¹⁴²³.

Inês Rodrigues, mãe¹⁴²⁴.

2.1.2.

Antão Vasques de Almada, irmão¹⁴²⁵.

Joana Vaz de Almada¹⁴²⁶, irmã.

Afonso Anes Nogueira¹⁴²⁷, cunhado.

¹⁴²¹ Vedor da Fazenda de D. Fernando, cf. Duarte Nunes de LEÃO, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1610, Cap. LXXXVII, p. 130v.

¹⁴²² Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume III, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 8.

¹⁴²³ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I, Tomo 1, *op. cit.*, doc. 355, p. 187; P. Antonio Carvalho da COSTA *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume 2, *op. cit.*, Tratado I, Cap. XVI, p. 39: informa que Vasco Lourenço instituiu o morgadio dos Almadás e Casa com uma mulher da nobreza, mas não indica o nome; *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 106: vários elementos da família estão associados ao governo da cidade de Lisboa e o primeiro ascendente conhecido exercia o cargo de oficial da Fazenda.

¹⁴²⁴ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 368.

¹⁴²⁵ Alcaide-mor de Lisboa e de Torres Vedras (1385-1388) e alvazil do crime de Lisboa (1383-1384); participa na batalha de Aljubarrota; cf. Miguel Gomes MARTINS, *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s/d, pp. 58 e 107; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, pp. 368 e 370; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume III, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 8.

¹⁴²⁶ Casa com Afonso Anes de Nogueira ou “das Leis”, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, pp. 135-136.

Rui Nogueira¹⁴²⁸, Álvaro Nogueira¹⁴²⁹, Gomes Nogueira¹⁴³⁰, Afonso Nogueira¹⁴³¹, Violante Nogueira¹⁴³², Maria Nogueira¹⁴³³, Teresa Nogueira¹⁴³⁴ e Constança Nogueira¹⁴³⁵, sobrinhos.

2.1.3.

Casa com uma filha de Joane Anes¹⁴³⁶.

¹⁴²⁷ Protegido do rei D. Fernando; foi um dos vassallos do conde de Barcelos D. João Afonso Telo; alcaide de Lisboa; apoiante do Mestre de Avis e membro do seu conselho, cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 135.

¹⁴²⁸ Casa com Aldonça Meneses, filha natural de D. Pedro de Meneses, cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 355. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴²⁹ Cavaleiro da corte de D. João I e embaixador ao concílio de Pisa. Casa com Catarina Gonçalves Malafaia, IDEM, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³⁰ Exerce atividade mercantil em Itália e acompanha o seu irmão ao concílio de Pisa, IDEM, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³¹ Bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa, IDEM, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³² Casa com João Afonso de Brito, homem da corte de D. João I, IDEM, *IBIDEM*; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³³ Casa com Vasco Martins de Albergaria, também ele homem da corte de D. João I, IDEM, *IBIDEM*; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³⁴ Casa com Diogo Fernandes de Almeida, homem da corte de D. João I, IDEM, p. 35; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³⁵ Casa com Duarte Furtado, igualmente homem da corte de D. João I, IDEM, p. 355; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁴³⁶Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, 2 volume, *op. cit.*, Tratado I, Cap. XVI, p. 39.

2.1.4.

Pedro Vaz de Almada¹⁴³⁷ e Álvaro Vaz de Almada¹⁴³⁸ , filhos legítimos.

João Vaz de Almada, filho natural¹⁴³⁹.

2.2.

2.2.1.

Burguesia¹⁴⁴⁰.

2.2.2.

¹⁴³⁷ Armado cavaleiro pelo infante D. Henrique após a conquista de Ceuta; integra um reforço militar enviado a esta praça, após a sua conquista, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, op. cit., Cap. 73, p. 494; *Monumenta Henricina*, Vol. II, op. cit., doc. 161, pp. 263-265, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCCVII, p. 1507.

¹⁴³⁸ Conde de Avranches e cavaleiro da Ordem da Jarreteira por Henrique IV, em 1445; serviu o imperador Sigismundo na luta contra os Turcos; alcaide-mor de Lisboa e capitão do mar, sucedendo no cargo a Afonso Furtado; esteve sempre ao lado do infante D. Pedro e com ele morreu na batalha de Alfarrobeira em 1449; armado cavaleiro pelo infante D. Pedro, após a conquista de Ceuta, IDEM, *IBIDEM*; cf. João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Vol. I, op. cit., 245, pp. 262-263; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, Lisboa, op. cit., Cap.CCCVII, p. 1507; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, op. cit., pp. 41-42; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, op. cit., pp. 259-260.

¹⁴³⁹ Senhor de Pereira; integra um reforço militar enviado a Ceuta pelo infante D. Duarte , em 1419; em 1438, a sua filha é expulsa pela rainha D. Leonor de Aragão de sua casa sob pretexto de transmitir informações ao infante D. Pedro; quando o seu irmão, o conde de Avranches, morreu na batalha de Alfarrobeira providenciou a sua sepultura; Vedor da Fazenda de D. Afonso V; cf. P. Antonio Carvalho da COSTA *Corografia Portuguesa e Descriçãam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, 2 volume, op. cit., Tratado I, Cap. XVI, p. 39; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, op. cit., Cap.LXXI, p. 362; *Monumenta Henricina*, II, op. cit., doc. 161, p. 326., cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, op. cit., Cap. XXIII, p. 611. cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, op. cit., p. 347.

¹⁴⁴⁰ Integra a família dos Almadás nas elites mercantis das cidade, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p.106.

Cavaleiro¹⁴⁴¹.

2.2.3.

Cavaleiro¹⁴⁴².

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1401-1414).

5.4.

Castela e Inglaterra.

Castela

1401/02 – Assinatura de tréguas com Castela por um período de dez anos, após longas negociações¹⁴⁴³.

Inglaterra

1404 – Fevereiro, 16 – Diligencia, como procurador, as negociações para o contrato de casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹⁴⁴⁴.

¹⁴⁴¹ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁴⁴² Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 135, pp. 263-265; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 106: considera a sua nobilitação como uma excepção da mobilidade da elite cidadina mercantil.

¹⁴⁴³ Cf. Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Leg. 47-3; Fernão, LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXV, pp. 399-400; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.* Cap. LXXX, p. 658; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 27; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 283; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Capítulos. CLXXXVII, p. 935 e CXC, p. 954; Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, pp. 28-33.

¹⁴⁴⁴ D. João I formaliza a sua obrigação monetária no valor de seis mil e duzentos e cinquenta marcos quanto ao casamento de sua filha D. Beatriz; João Vaz de Almada encontra-se em Inglaterra; cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 4100, XVII, 2-6, p. 602; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas I, Livro III, *op. cit.*, p. 375; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica

- 1405 – Fevereiro, 7 – Celebração do contrato de casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹⁴⁴⁵.
- 1413 – Junho, 25 – Credencial de D. João I para tratar de certos negócios em Inglaterra¹⁴⁴⁶.
- 1414 – Setembro, 26 – Autorizado, pelo rei inglês, a transportar para Portugal 400 lanças, sem qualquer impedimento¹⁴⁴⁷.

7.

- 1383 - 85 – Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino¹⁴⁴⁸.

Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. CIV, p. 732; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CCIV, pp. 458-459; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XLVI, p. 248 e Tomo II, Cap. CLXXXVIII, p. 935; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, p. 68.

¹⁴⁴⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CCIV, pp. 458-459. Após a celebração deste contrato terá regressado, a Portugal juntamente com o Doutor Martim do Sem e os procuradores do conde de Arundel. Em abril de 1405 fazem-se, em Lisboa, as escrituras públicas, tendo o arcebispo de Lisboa D. João de Azambuja celebrado a cerimónia de casamento por palavras de presente, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, I, *op. cit.*, Capítulos XLVI, p. 249 e CLXXXVIII, p. 935; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 172; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 230.

¹⁴⁴⁶ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1865, p. 164; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, pp. 118-119 refere a existência de uma carta credencial de D. João I, datada de 25 de julho [1413?], dirigida ao rei inglês dando representação a João Vasques de Almada para tratar de assunto relacionados com a exportação de trigo para Portugal.

¹⁴⁴⁷ Cf. *Rymer's Foedera Volume 9*, *op. cit.*, pp. 146-151; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes – documentos para a sua História*, Supl., *op. cit.*, 200, pp. 319-320; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 164; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, do. 36, pp. 94-95.

1384 – Abril, 6 – Participa na batalha dos Atoleiros¹⁴⁴⁹.

1384 – Integra o grupo de 40 fidalgos que auxiliam Nuno Álvares Pereira a reforçar as fronteiras da comarca do Tejo e Guadiana¹⁴⁵⁰.

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota¹⁴⁵¹.

1415 – Participa na conquista de Ceuta. Vai na armada do rei D. João I¹⁴⁵².

1423 – Junho, 23 – Carta de mercê de capitão-mor da frota real¹⁴⁵³

8.

Membro do conselho de Nuno Álvares Pereira¹⁴⁵⁴ e de D. João I¹⁴⁵⁵.

9.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presente na homenagem prestada ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa pelo rei de Castela¹⁴⁵⁶.

¹⁴⁴⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLIX, p. 301; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CCXXXV, p. 1149.

¹⁴⁴⁹ IDEM, Cap. XCV, p. 161.

¹⁴⁵⁰ IDEM, Cap. LXXXVII, p. 146: Nuno Álvares ia como fronteiro à comarca de EntreTejo e Guadiana.

¹⁴⁵¹ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹⁴⁵² Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. LXXXVI, p. 252; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 62, p.153.

¹⁴⁵³ Sucede no cargo a Afonso Furtado, cf. João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Vol. I, *op. cit.*, 245, pp. 262-263.

¹⁴⁵⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCI, p. 151: a escolha dos elementos do conselho de Nuno Álvares Pereira ocorreu em 1384.

¹⁴⁵⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 135, pp. 263-265; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 59.

- 1385 – Agosto – Armado cavaleiro por D. João I, na véspera da batalha de Aljubarrota¹⁴⁵⁷.
- 1402 – Santarém, novembro, 18 – Testemunha da confirmação das tréguas assinadas entre Portugal e Castela¹⁴⁵⁸
- 1405 – Lambeth, novembro, 26 – Presente no casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹⁴⁵⁹.
- 1415 – Lisboa, julho – Incumbido por D. João I, a pedido de D. Filipa de Lencastre, de providenciar o fabrico de três espadas ricamente ornadas, para os infantes serem armados cavaleiros, antes de partirem para Ceuta¹⁴⁶⁰.
- 1415 – Lisboa, julho – Cabo de uma das oito galés que o infante D. Pedro apresenta na barra de Lisboa para receber a armada do infante D. Henrique proveniente do Porto¹⁴⁶¹.

¹⁴⁵⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹⁴⁵⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIX, p. 89; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 579; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap.CCLII, p. 1233.

¹⁴⁵⁸ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 28.

¹⁴⁵⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Livro I, Cap. XLVI, p. 249.

¹⁴⁶⁰ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Caps. XXXVIII, p. 147 e XLI, p. 153; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 236; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. LXXXI, pp. 301 e 303; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 62, p.153; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, pp. 260-261.

¹⁴⁶¹ IDEM, Cap. XXXVI, p. 140; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 2, *op. cit.*, Cap. CCXCIV, p. 1444; *Monumenta Henricina*, Coimbra, II, *op. cit.*, doc. 60, p.150.

1415 – Ceuta, agosto – Hasteia na torre mais alta da cidade de Ceuta a bandeira da cidade de Lisboa, a pedido de D. João I¹⁴⁶².

10.

Desentendimento com Gonçalo Pires Malafaia leva-o a sair do reino e a deslocar-se para Inglaterra com os seus filhos Álvaro e Pedro Vasques de Almada¹⁴⁶³.

Nomeado pelo rei inglês Henrique VI como cavaleiro da Ordem da Jarreteira¹⁴⁶⁴.

11.

11.1.

1384 – Lisboa, outubro, 17 – Confirmação do aforamento de umas casas em Lisboa com o pagamento anual de 40 libras¹⁴⁶⁵.

1415 – Santarém, maio, 17 – Carta de couto de um pinhal no termo de Almada para preservação da madeira, da lenha e da caça¹⁴⁶⁶.

11.6.

1386 – Porto, abril, 8 – Carta de doação de D. João I, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos de Ponte de Lima e seu termo¹⁴⁶⁷

¹⁴⁶² IDEM, Cap. LXXXVI, p. 252; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 2, *op. cit.*, Livro II, Cap. CCCV, p. 1493; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 217; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 95, pp. 202-203.

¹⁴⁶³ Cf. Duarte Nunes de LEÃO, *Descrição do reino de Portugal*, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 130v.; *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 347.

¹⁴⁶⁴ Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA *Corografia Portugueza e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, volume 2, *op. cit.*, Tratado I, Cap. XVI, p. 39.

¹⁴⁶⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Vol. I, Tomo 1, documento 355, p. 187.

¹⁴⁶⁶ IDEM, Tomo 3, Vol. III, documento 1067, p.154.

¹⁴⁶⁷ IDEM, Tomo 3, Vol I, documento 1224, p. 148.

1417 – Abril, 15 – Concessão, por D. João I, das rendas das judiarias do reino¹⁴⁶⁸.

11.9.

Antes de 1414 – Morador da casa de D. João I com a moradia de 12 000 libras¹⁴⁶⁹.

29. João Viegas

5.

5.1.

Embaixador de D. João I

5.4. Inglaterra

1407 – Janeiro – Portador de cartas de D. João I para o rei inglês relativas a queixas sobre o comportamento de ingleses no porto de Lagos¹⁴⁷⁰.

30. João Xira, Mestre (OFM)

1.

1.1. (?) – 1426¹⁴⁷¹.

¹⁴⁶⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 676, p. 110.

¹⁴⁶⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 214.

¹⁴⁷⁰ Esta diligência decorre em resultado dos danos causados por ingleses a um navio castelhano em Lagos, cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, CXI-CXII e pp. 159-160.

2.

2.1.

2.1.1.

Galego/ natural do Porto¹⁴⁷².

2.2.

2.2.2.

Clero.

3.

3.1.

Bacharel em Teologia, com o grau de Mestre nas Escolas Gerais¹⁴⁷³.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1409).

5.4.

Pisa

1409 – Concílio de Pisa¹⁴⁷⁴.

¹⁴⁷¹ Ainda estava vivo em 16 de outubro pois pediu ao bispo do Porto um traslado da bula de Martinho V sobre as constas do Mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios do Porto e já tinha falecido a 22 de outubro de 1427, altura em que as primeiras freiras se mudaram para o referido mosteiro, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CX, p. 562; Cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro XI, Cap. XX, p. 569.

¹⁴⁷² Cf. Fr. Fernando SOLEDADE, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 3.ª Parte, *op. cit.*, Livro I, Cap. XXIV, p. 110: indica como fonte uma memória onde informa da sua origem galega, mas nos livros da cidade do Porto está registado como natural desta cidade.

¹⁴⁷³ IDEM, Cap. XX, p. 567.

¹⁴⁷⁴ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e*

6.

Frade da Ordem Menor¹⁴⁷⁵.

Confessor de D. João I¹⁴⁷⁶.

Visitador das freiras de Santa Clara (1396-1421)¹⁴⁷⁷.

7.

1415 – Participa na conquista de Ceuta¹⁴⁷⁸.

8.

Membro do Conselho Régio D. João I¹⁴⁷⁹.

Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até ao novissimo tridentino, op. cit. 1787, p. 40; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 282.

¹⁴⁷⁵Cf. Fr. Fernando SOLEDADE, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro XI, Cap. XX, p. 568: numa bula de Martinho V relativa a contas do Mosteiro de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios refere-se expressamente a Frei Xira como “ordinis Fratrum Minorum profeßor”.

¹⁴⁷⁶ Cf. João Francisco MARQUES, “Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses nas duas Primeiras Dinastias – Espiritualidade e Política”, *op. cit.*, p. 55; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Livro V, Cap. XXV, p. 572; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit.*, p. 119; Maria Helena da Cruz, COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 186; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CX, p. 562; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concilios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concilios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até ao novissimo tridentino, op. cit.*, p. 40: informa que Frei Xira seria confessor do rei por volta do ano de 1415; Hélène MILLET, “La participation du Portugal au Concile de Pise: 1409” in *Colóquio Internacional "A Igreja e o clero português no contexto europeu"*, *op. cit.*, pp. 244-245.

¹⁴⁷⁷ Regista-se a sua função como visitador a 1 de março de 1396 e durante vinte e cinco anos manteve essa ligação ao mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro XI, Cap. XX, pp. 567-568; Maria Filomena Pimentel de Carvalho ANDRADE, *in oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura a Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs XIII-XIV)*, *op. cit.*, p. 673.

¹⁴⁷⁸ IDEM, Cap. XIX, p. 565.

¹⁴⁷⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CX, p. 562; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 3.ª Parte, Proemio, 28.

9.

1405 – Diligencia, a pedido da rainha D. Filipa, a mudança do convento de S. Francisco de Entre-Ambos-os-Rios para a cidade do Porto através da bula de Inocêncio VII *Sacra Religionis*¹⁴⁸⁰.

1414 – Conselheiro de D. João I sobre a decisão da empresa de Ceuta¹⁴⁸¹.

1415 – Lagos, 28 julho – Sermão em que informa o destino da armada. Apresenta uma bula de cruzada. Absolve os pecados.¹⁴⁸²

1415 – Ceuta, agosto, 25 – Sermão na missa ordenada por D. João I na mesquita de Ceuta, transformada em igreja consagrada à Virgem da Assunção¹⁴⁸³.

1416 – Porto, março, 28 – Procissão da Sé para os Carvalhos para a construção do mosteiro de Santa Clara. Apresenta ao abade de Santo Tirso a bula do papa Inocêncio VII¹⁴⁸⁴

¹⁴⁸⁰ A bula de Inocêncio datada de 12 de março de 1405 possibilita a deslocação do mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios para o Porto, em zona intra-muros, no sítio a que chamavam Carvalho do Monte; porém em 1415, quando D. Filipa faleceu o mosteiro ainda não tinha sido construído, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 1.ª Parte, op. cit., Livro V, Cap. XXV, p. 573; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 290.

¹⁴⁸¹ IDEM, 2.ª Parte, Livro XI, Cap. XIX, p. 565; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 172.

¹⁴⁸² Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CX, p. 562; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 239; *Monumenta Henricina*, II, op. cit., doc. 6, nota 1, p. 34: Dias Dinis salienta a possibilidade de a bula apresentada em Lagos por Frei João Xira ter sido obtida três anos antes, isto é, em finais de 1411, pelo cardeal João de Azambuja, na altura presente em Roma junto do papa João XXIII; e ainda o facto de a luta contra o infiel abranger tanto a conquista de Granada, como Marrocos; *Monumenta Henricina*, II, op. cit., doc. 72, pp. 168-169; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 1.ª Parte, op. cit., Livro XI, Cap. XIX, p. 565; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, op. cit., pp. 363-364; João Luís FONTES, “Cruzada e Expansão: A Bula *Sane Charissimus*”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 7, 1995, p. 40. Disponível em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS_S2_07_JoaoLIFontes.pdf.

¹⁴⁸³ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, op. cit., Cap. XCVI, p. 277; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CCCVII, pp. 1504 e 1506; *Monumenta Henricina*, II, op. cit., doc. 192, nota 5, p. 385.

Reformador, na regular observância, do convento de Leiria¹⁴⁸⁵.

Fundador¹⁴⁸⁶ e vigário provincial do convento de Santiago de Ceuta¹⁴⁸⁷.

11.

11.1.

1391 – Lisboa, outubro, 28 – Morador na cidade de Lisboa¹⁴⁸⁸.

11.8.

1402– Atribuição da quantia de 500 libras para o seu azemell¹⁴⁸⁹.

31. Lançarote Esteves

1.

1.1.

(?) – 1421(?)¹⁴⁹⁰.

¹⁴⁸⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 3, Volume III, documento 1189, pp. 241-242; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Livro V, Cap. XXV, p. 574: a iniciativa parte de Frei João que solicita a D. João I a consecução da construção do mosteiro de freiras de Santa Clara no Porto; D. João I desloca-se ao Porto e pede a D. Fernando da Guerra bispo do Porto que se inicie a construção do mosteiro; a procissão, que parte da Sé do Porto em direcção ao Monte dos Carvalhos, constitui um acontecimento particular, pois reúne o rei D. João I e os infantes, bem como outros dignitários e elementos da Corte régia; na 2.ª Parte, Livro XI, Cap. XX, p. 568 refere que a construção do mosteiro teve início em 1416; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 290.

¹⁴⁸⁵ IDEM, 2.ª Parte, Livro XI, Cap. XX, p. 568.

¹⁴⁸⁶ IDEM, 3.ª Parte, Cap. XXVII, p. 450.

¹⁴⁸⁷ IDEM, 2.ª Parte, Cap. XX, p. 568.

¹⁴⁸⁸ IDEM, Cap. XX, p. 567: informa que Frei Xira se encontrava na situação de morador em S. Francisco de Lisboa, pois é uma das testemunhas de um registo de emprazamento, datado de 28 de outubro de 1391, de uma quinta de Estêvão Leite a favor dos franciscanos.

¹⁴⁸⁹ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, doc. 122, p. 288.

2.

2.1.4.

Casimira¹⁴⁹¹, Heitor¹⁴⁹² e Galaaz¹⁴⁹³, filhos naturais.

2.2.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁴⁹⁴.

1411 - Título de conde Palatino¹⁴⁹⁵.

3.

3.1.

1390 – Reitor da Universidade de Coimbra¹⁴⁹⁶

1406 – Santarém, agosto, 23 – Nomeado professor de Leis na
Universidade de Lisboa, por D. João I¹⁴⁹⁷.

¹⁴⁹⁰ Não há registo da data do seu falecimento, mas deve ser posterior a 1421, data do último documento em que surge como *desembargador dos feitos de el-Rei*, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, p. 352.

¹⁴⁹¹ Filha de Margarida Anes, mulher solteira, legitimada por carta de D. João I datada de Évora a 4 de março de 1409; cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. III, documento 528, p. 89; António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, in *Itinerarium*, III, 1957, p. 213.

¹⁴⁹² Filho de Leonor Afonso, mulher solteira, legitimado por carta de D. João I datada de Évora a 4 de março de 1409; IDEM, documento 529, p. 89; IDEM, *IBIDEM*.

¹⁴⁹³ Filho de Joana Gonçalves, mulher solteira, legitimado por carta de D. João I datada de Évora a 4 de março de 1409; IDEM, documento 530, p. 89; IDEM, *IBIDEM*.

¹⁴⁹⁴ Assim designado num diploma datado de 7 de agosto de 1421, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 446, nota 1275.

¹⁴⁹⁵ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44.

¹⁴⁹⁶ Escolar eleito anualmente entre pares, cf. *Livro Verde da Uiversidade de Coimbra: Cartulário do Século XV*, Facsimile da edição de 1471, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990, p. 9, e fol. LViv.

3.2.

1404 – Grau de Doutor em Direito Civil, na Universidade de Bolonha¹⁴⁹⁸.

4.

4.2.

Escrivão da Câmara de D. João I¹⁴⁹⁹.

Desembargador dos feitos de el-Rei¹⁵⁰⁰.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1409-1410).

5.4.

Pisa

1409 – Embaixador ao concílio de Pisa¹⁵⁰¹.

¹⁴⁹⁷ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 630, pp. 37-38; António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *op. cit.*, 1957, p. 213; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 351.

¹⁴⁹⁸ António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *op. cit.*, p. 203; Virgínia RAU, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, in Separata de *Do Tempo e da História*, V, Lisboa, 1972, p. 31.

¹⁴⁹⁹ Cf. António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *op. cit.*, p. 203.

¹⁵⁰⁰ Cf. António Domingos de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Tomo II, Vol.IV/2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1989, p. 41; António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *op. cit.*, pp. 213-214; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 351; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 50, p. 41.

¹⁵⁰¹ IDEM, p. 44; António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *op. cit.*, p. 214; Armando Luís de

9.

1385 – Coimbra, abril, 6 – Testemunha da publicação das actas das Cortes de Coimbra¹⁵⁰².

1408 – Évora, maio, 21 – Testemunha do contrato que iliba D. Martinho da Charneca¹⁵⁰³.

11.

11.8.

1402 – Morador da casa de D. João I, como oficial da relação, com rendimento de 7000 libras¹⁵⁰⁴.

1406 – Sálario anual de 600 libras como doutor da Universidade de Lisboa¹⁵⁰⁵.

1411 – Provisão de despesas para deslocações a Portugal e à Cúria papal, concedida pelo papa João XXIII¹⁵⁰⁶.

Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 351; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 282.

¹⁵⁰² Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas III, *op. cit.*, p. 19; Joseph Soares da SYLVA,, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 49.

¹⁵⁰³ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 41.

¹⁵⁰⁴ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 36; *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, documento 122, p. 285.

¹⁵⁰⁵ Cf. António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *op. cit.*, p. 213.

¹⁵⁰⁶ Pelo teor das bulas do papa João XXIII, Lançarote Esteves também representa os interesses da Cúria, como embaixador, junto de D. João I o que significa que terá permanecido em Roma após o concílio de Pisa, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 627, pp. 33-34, 629, pp. 35-36 e 630, pp. 37-38; António Domingos de Sousa COSTA, “O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *op. cit.*, pp. 216-220.

32. Lourenço Afonso

2.

2.2.

Clero.

5.

5.1. Embaixador de D. João I (1409).

5.4.

Pisa

1409 – Embaixador ao concílio de Pisa¹⁵⁰⁷.

6.

Eremita de Santo Agostinho¹⁵⁰⁸.

Teólogo; comendatário de Rendufe; bispo de Mégara¹⁵⁰⁹.

9.

1418 – Janeiro, 26 – Encarregue de entregar o pálio arcebispal a D.

Fernando da Guerra, concedido pelo Martinho V pela bula *Cum pallium insigne*¹⁵¹⁰.

¹⁵⁰⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 44; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 282.

¹⁵⁰⁸ IDEM, *IBIDEM.*; Hélène MILLET, “La participation du Portugal au Concile de Pise: 1409” in *Colóquio Internacional “A Igreja e o clero português no contexto europeu”*, *op. cit.*, 244.

¹⁵⁰⁹ IDEM, *IBIDEM.*

¹⁵¹⁰ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 52, nota 2g; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV, op. cit.*, p. 60.

33. Lourenço Anes Fogaça

1.

1.1.

(?) – 1400¹⁵¹¹.

2.1.

2.1.1.

João Fogaça, pai (?)¹⁵¹².

2.1.2

Lourenço Anes Fogaça, parente¹⁵¹³.

2.1.3.

Primeiro casamento com Maria Vasques¹⁵¹⁴.

Segundo casamento com Leonor Rodrigues de Góis de Pedra
Alçada¹⁵¹⁵.

¹⁵¹¹ Por carta de 15 de outubro de 1400, D. João I nomeia alcaide-mor de Lisboa Afonso Anes Nogueira “pela guisa que o era Lourenço Annes Fogaça”, pelo que parece mais viável ser este o ano do seu falecimento, cf. Miguel Gomes MARTINS, *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, op. cit., p. 127; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 354; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 554.

¹⁵¹² Mário Sérgio da Silva FARELO refere como provável a filiação a este cónego de Lisboa, reitor da igreja de Santa Maria Madalena e médico de D. Maria, filha de D. Afonso IV, rainha de Leão e Castela, cf. *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 552; Rita Costa GOMES considera-o como parente, cf. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 138-139.

¹⁵¹³ Médico de D. João I, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 139-140.

¹⁵¹⁴ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 556.

2.1.4.

Pedro Fogaça¹⁵¹⁶, Fernão Fogaça¹⁵¹⁷ e João Fogaça¹⁵¹⁸, filhos.

João Fogaça¹⁵¹⁹, Diogo Fogaça¹⁵²⁰ e Luís Fogaça¹⁵²¹, netos.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁵²².

¹⁵¹⁵ Filha de Álvaro Vasques de Pedra Alçada e Violante Gomes, Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume II, op. cit., p. 620*; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, Cap. XIV, pp. 518-519*; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433), op. cit., p. 556*.

¹⁵¹⁶ Surge como juiz do cível em 1406-1406; sucede a seu pai no senhorio de Odemira; falece em abril de 1416, sem deixar descendentes, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit., p. 139*; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433), op. cit., p. 622*; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 620*.

¹⁵¹⁷ Escudeiro de D. João I e seu embaixador; morador da casa de D. João I, na qualidade de escudeiro, com a quantia de 5 400 libras; chanceler de D. Duarte; cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit., pp. 139-140*; *Monumenta Henricina, I, op. cit. documento 122, p. 282*; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440), op. cit., p. 452*.

¹⁵¹⁸ Escudeiro de D. João I com a moradia de 5 000 libras; oficial régio e da casa do infante D. João; participa na conquista de Ceuta na companhia do conde D. Afonso; cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit., pp. 139-140 e 239, nota 197*; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I, op. cit., p. 222*; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História, Vol. I, op.cit., 232, pp. 240-241*.

¹⁵¹⁹ Comendador de Sesimbra da ordem de Santiago, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 620*; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440), op. cit., pp.452-453*.

¹⁵²⁰ Almoxarife da alfândega de Lisboa, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 621*.

¹⁵²¹ Vereador em Lisboa, IDEM, p. 623.

¹⁵²² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo, VII, op. cit., 4187, XVII, 6-8, p. 186*; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit., pp. 354-355*.

3.

1362-1363 – Escolar de direito canónico no Estudo Geral em
Coimbra¹⁵²³.

4.

4.2.

1366-1367 – Alvazil geral ou do cível da cidade de Lisboa¹⁵²⁴.

1368 -1372 – Ouvidor do rei D. Fernando¹⁵²⁵.

1373 – 1383 – Chanceler-mor de D. Fernando¹⁵²⁶.

1385 – Coimbra, Abril – Nomeado chanceler-mor por D. João I, após as
Cortes de Coimbra¹⁵²⁷.

1387 – Nomeado vedor da fazenda da casa da rainha D. Filipa de

¹⁵²³ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Vol. I, *op. cit.*, p. 417; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 224, Armando Luís de Carvalho HOMEM, Judite Gonçalves de FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados”, *op. cit.*, p. 198; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, pp. 553-554.

¹⁵²⁴ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 553.

¹⁵²⁵ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 225; IDEM, *O Desembargo Régio(1320-1433)*, *op. cit.*, p. 354;

¹⁵²⁶ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 109; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, pp. 46-47; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 119; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 225.

¹⁵²⁷ Como ainda se encontra em Inglaterra em missão diplomática, o cargo é interinamente entregue ao Doutor João das Regras, mas o cargo exerce-o até 1400, cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, p. 4; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 548; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CVIII, p. 555; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 554.

Lencastre¹⁵²⁸.

5.

5.1.

Embaixador de D. Fernando (1374 – 1382), do Mestre de Avis (1384-1385) e de D. João I (1385-1389)

5.4.

França

Roma

Inglaterra

Castela

França

1377/78 – Paris – Enviado como embaixador ao duque de Anjou para confirmar a aliança entre Portugal e França¹⁵²⁹.

Roma

1377 – Anagni, outubro, 12 – Concessão da Bula *Accedit nobis*, do papa Gregório IX, ao rei D. Fernando por súplica dos embaixadores Pedro Cavaleiro, arcediogo de Lisboa e Lourenço Joahnnis Fogaça, cavaleiro e chanceler¹⁵³⁰.

¹⁵²⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCVII, p. 210; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXVII, p. 615; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I*, II, *op. cit.*, Cap. CIX, p. 558; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. Joaõ I*, *op. cit.*, p. 188; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 47; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 231.

¹⁵²⁹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, p. 368; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. XCVII, pp. 263-264; VISCONDE de SANTARÉM, *Noticia dos manuscritos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal*, *op. cit.*, pp. 6-7; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 354-355; IDEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 227.

Inglaterra

- 1381 – Enviado por D. Fernando ao conde de Cambridge para definir os termos do auxílio a Portugal e viabilizar a pretensão do duque de Lencastre ao trono de Castela¹⁵³¹.
- 1382 – Westminster, julho 5 – Salvo-conduto de Ricardo II para regresso a Portugal extensivo à sua comitiva, com a salvaguarda de bens, cavalos e armas¹⁵³².
- 1382 – Setembro – Nova deslocação para informar o duque de Lencastre da delicada situação militar e diplomática do conde de Cambridge¹⁵³³.
- 1384 – Embaixador ao serviço do Mestre de Avis / D. João I com o objectivo de obter ajuda militar na guerra contra Castela (1384-1386)¹⁵³⁴.

¹⁵³⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, Volumes I, *op. cit.* documento 107, p. 254; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 354; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 227.

¹⁵³¹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, p. 380; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXXVIII, p. 357; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, pp. 331-332.

¹⁵³² Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes III e IV, *op. cit.*, p. 140; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 69; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 195; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 228; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 368.

¹⁵³³ Nesta viagem faz-se acompanhar de um escudeiro do condestável do exército inglês, cf. Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, pp. 369-370.

¹⁵³⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, pp. 83-84 e 2ª Parte, Cap. LXIX, pp. 181-182; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XIV, p. 465; CONDE de VILLA FRANCA, *D. João I e a Aliança Inglesa*, *Investigações*

1384

Março – Saída de Lisboa com Fernando Afonso de
Albuquerque¹⁵³⁵.

Abril – Chegada ao porto de Plymouth¹⁵³⁶.

Maior – Apresentação formal das propostas, em nome do Mestre
de Avis, ao rei Ricardo II¹⁵³⁷.

Julho, 28 – Autorização formal de Ricardo II para o recrutamento
militar de 200 homens de armas e arqueiros¹⁵³⁸.

Historico-Sociales, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884, p. 7; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D'Elrey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, op. cit. I, Livro I, p. 92; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, p. 517; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume II, Editorial Franciscana, 1970, p. CCCLXVIII; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1731, Cap. CLXXXVI, pp. 922-923; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 55 e 125; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, op. cit., p. 229; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 355; IDEM, "Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor", op. cit., p. 229; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, op. cit., pp. 88-89.

¹⁵³⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXIX, p. 181; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p.399.

¹⁵³⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. XLVII, p. 83; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., -Cap. CLXXXVI, p. 924; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 95.

¹⁵³⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. XLVII, pp. 84-85. Pela carta que o rei de Inglaterra escreve ao Mestre de Avis, transcrita por Fernão LOPES, percebe-se que o Mestre de Avis é reconhecido como Regedor e dos reinos de Portugal e do Algarve e existe vontade política inglesa em viabilizar o pedido de auxílio militar ao autorizar o recrutamento de "homees darmas e frecheiros por seu solldo, quamtos e quaees lhe proguesse."

¹⁵³⁸ O recrutamento e transporte dos homens para ajudar militarmente o Mestre de Avis será da responsabilidade dos embaixadores portugueses, cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes III e IV, Londres, Georgeii Holmes, 1740, p. 169; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 401. Complementa este autor que, nesta

Agosto, 22 – Emissão de cartas pelo rei inglês de protecção aos homens recrutados pelos embaixadores portugueses¹⁵³⁹.

Outubro – Concretização do recrutamento de homens para auxiliar o Mestre de Avis na guerra com Castela¹⁵⁴⁰.

1385

Janeiro, 8 – Carta de Ricardo II dirigida a William Newport em que lhe dá conhecimento do nome de cinco capitães de navios responsáveis por regimentar os homens de armas e arqueiros que sairão do porto de Plymouth para Portugal¹⁵⁴¹.

Fevereiro, 16 – Carta de Ricardo II dirigida a John de Kentwood e Martin Ferrers para promover o recrutamento de forma pacífica dos homens de armas e arqueiros para Portugal e, em caso de rebelião, devem intervir, prendendo, castigando ou punindo os infratores¹⁵⁴².

Abril, 2 – Chegada a Lisboa de duas naus provenientes do porto de Plymouth¹⁵⁴³.

diligência, recebem os dois embaixadores o auxílio de Lourenço Martins, escudeiro do Mestre de Avis, enviado a Inglaterra com Thomas Daniell, mercador inglês, pelo Mestre de Avis, em dezembro de 1384, p. 398; Fernão LOPES, *Crónica D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 83; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de MIRANDA, “Pour bone alliance et amiste faire” – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, in *Cultura Espaço & Memória* - Revista do CITCEM, n.º 11, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 115.

¹⁵³⁹ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 401.

¹⁵⁴⁰ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica. durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 404. Os homens contratados são de diferentes nacionalidades e não houve critério para a sua selecção. IDEM, p. 406.

¹⁵⁴¹ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, *op. cit.*, p. 176.

¹⁵⁴² Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, *op. cit.*, pp. 179-180.

¹⁵⁴³ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2ª Parte, *op. cit.*, Cap. IV, p. 11; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 75.

Abril, 15 – Envio de instruções por D. João I: informar Ricardo II da sua condição de rei eleito nas Cortes de Coimbra e da renovação da sua adesão ao papa Urbano VI. Reunião com o duque de Lencastre: reiterar o processo de reclamar o trono de Castela¹⁵⁴⁴.

Maior, 26 – Carta de Ricardo II dirigida a John Folymoud prefeito de Southampton e a Rober Beckerton, alferes, sobre o arresto de um navio português por causa das dívidas dos embaixadores portugueses¹⁵⁴⁵.

Agosto – Após vitória na batalha de Aljubarrota, D. João I reforça instruções: informar o duque de Lencastre da conjuntura favorável à sua pretensão ao trono de Castela¹⁵⁴⁶.

Outubro, 20 – Salvo-conduto do rei Ricardo II destinado a proteger os enviados portugueses de uma situação de prisão devido às dívidas por eles contraídas¹⁵⁴⁷.

Dezembro – Infrutífero o recrutamento de mais homens para auxílio ao exército português¹⁵⁴⁸.

1386

Abril, 12 – Início da redação do Tratado de Windsor¹⁵⁴⁹.

¹⁵⁴⁴ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 411; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 96.

¹⁵⁴⁵ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., pp. 183.

¹⁵⁴⁶ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. LXVII, p. 609; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 436.

¹⁵⁴⁷ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, op. cit., p. 186; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 412.

¹⁵⁴⁸ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 412.

Maio, 9 – Assinatura do Tratado de Windsor¹⁵⁵⁰.

Maio, 17 – Formalização do Tratado de Windsor com os selos dos embaixadores portugueses na “Star Chamber” de Westminster¹⁵⁵¹.

Junho (?) – Fowey – Encontro com Afonso Furtado, comandante da esquadra enviada por D. João I para trazer o duque de Lencastre até à Galiza¹⁵⁵².

Julho, 25 – Chegada à Corunha. Está na armada do duque de Lencastre¹⁵⁵³.

Agosto (?) – Chegada ao Porto. Recebido por D. João I¹⁵⁵⁴.

¹⁵⁴⁹ Cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae, op. cit.*, pp. 200-202. Para esta confederação real e perpétua entre Portugal e Inglaterra D. João I enviou uma procuração passada em Coimbra a 15 de abril de 1386 a dar poderes aos embaixadores portugueses para o representar; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, p. 450; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I, op. cit.*, pp. 226-242; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, pp. 127-128.

¹⁵⁵⁰ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae, op. cit.*, p. 202; Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXXXII, pp. 185-186; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944, 48, p. 67; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, 4501, XVIII, 7-28, p.109; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII (Gav. XVIII, Maços 1-6), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, 4282, XVIII, 1-3, p. 9.

¹⁵⁵¹ Cf. Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, p. 450; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 96.

¹⁵⁵² Deste porto da Cornualha seguem depois para Londres, cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXIII, p. 187; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos, op. cit.*, p. 452, nota 47.

¹⁵⁵³ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXIII, p. 188.

¹⁵⁵⁴ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XC, p. 200; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXX, p. 1323; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 130; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre, op. cit.*, p. 111.

Galiza

1386 – Ourense, outubro – Enviado ao duque de Lencastre com Instruções para viabilizar um encontro com D. João I¹⁵⁵⁵.

Castela

1374 – Enviado por D. Fernando a Henrique II para viabilizar auxílio naval a Castela¹⁵⁵⁶.

1389 – Monção, novembro, 29 – Outorgar pazes com Castela por um período de seis anos¹⁵⁵⁷.

6.

1362 – Clérigo da cidade de Lisboa¹⁵⁵⁸.

¹⁵⁵⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. XCI, pp. 200-201; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 267; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Capítulos CLXXXVII, p. 930 e CCLXX, p. 1323; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 116; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 474; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 111.

¹⁵⁵⁶ Em sequência do pedido formulado por Henrique II que pretende entrar em guerra com Aragão, D. Fernando envia cinco galés, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. XCIII, p. 254; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 354; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 227.

¹⁵⁵⁷ Este tratado é ratificado por D. João I a 21 de dezembro de 1389; cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXLI, pp. 289-90; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXV, p. 637; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro III, p. 295; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II , *op. cit.*, Caps. CLXXVII, p. 932 e CXC, p. 948; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 141.

¹⁵⁵⁸ Assim designado na confirmação do papa Urbano VI sobre as perpétuas porções da colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra e da igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Vol. I, *op. cit.*, p. 417; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” *op. cit.*, p. 224;

7.

1384 – Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino¹⁵⁵⁹.

1390 – 1400 – Alcaide-mor de Lisboa¹⁵⁶⁰.

9.

1376 – Testemunha da nomeação de procuradores e embaixadores para o contrato de casamento entre D. Beatriz, filha do rei D. Fernando, e D. Fradique, filho de Henrique IV de Castela¹⁵⁶¹.

1378 – Agosto, 26 – Testamenteiro do rei D. Fernando¹⁵⁶².

1380 – Torres Novas, agosto, 30 – Testemunha no Instrumento de homenagem dos procuradores do concelho do Porto nas Cortes de Torres Novas, por ocasião dos esponsais de D. Beatriz com o infante D. Henrique, filho do rei de Castela¹⁵⁶³.

1383 – Salvaterra de Magos, abril, 2 – Juramento dos capítulos do

Armando Luís de Carvalho HOMEM, Judite Gonçalves de FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados”, *op. cit.*, p. 201; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 554.

¹⁵⁵⁹ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Caps. CCXXXV, p. 1147.

¹⁵⁶⁰ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, *op. cit.*, p. 231; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Caps. CVIII, p. 556; Miguel Gomes MARTINS, *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, *op. cit.*, pp. 41 e 107; Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 554.

¹⁵⁶¹ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4187, XVII, 6-8, p. 186; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 355.

¹⁵⁶² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, Judite Gonçalves de FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XII-XV): da elaboração à exposição de dados”, *op. cit.*, p. 201; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 138.

¹⁵⁶³ Cf. João Pedro RIBEIRO, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a historia e Juirsprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, Tomo V, *op. cit.*, Dissertação XX, pp. 116-117.

casamento de D. Beatriz com o rei de Castela¹⁵⁶⁴.

1383– Lisboa, abril, 30 – Presente, na câmara do rei D. Fernando, na cerimónia do casamento da infanta D. Beatriz com o rei de Castela, por palavras de presente, através do procurador D. João, arcebispo de Santiago¹⁵⁶⁵.

1383 – Lisboa, maio – Permanece com o rei D. Fernando, a pedido deste, que não acompanha D. Leonor a Elvas para entregar a infanta D. Beatriz ao rei de Castela, seu marido¹⁵⁶⁶.

1383 – Dezembro – Mantém-se fiel à rainha D. Leonor e acompanha-a quando esta sai de Lisboa para Alenquer, após a morte do conde de Andeiro ocorrida a 6 de dezembro de 1383¹⁵⁶⁷.

1384 –Santarém, janeiro, 12 – Encontra-se em Santarém quando ali chega o rei de Castela¹⁵⁶⁸.

¹⁵⁶⁴ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, II, *op. cit.*, p. 445.

¹⁵⁶⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLX, p. 446; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4189, XVII, 6-10, p. 212; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 355; Isabel Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, *op. cit.*, p. 146.

¹⁵⁶⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 447; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 355; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 388.

¹⁵⁶⁷ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, cap. IX, p. 19 e cap. XVI, pp.32-33; Duarte Nunes de LEÃO “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, cap. VIII, pp. 83-84; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 145; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. VIII, p. 467; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 395.

¹⁵⁶⁸ O rei de Castela confirma-lhe o cargo de chanceler-mor e pede-lhe que quebre os selos do rei D. Fernando e se façam novos selos com as armas de Castela e Portugal; decide, então, sair de Santarém e coloca-se ao serviço do Mestre de Avis, cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, cap. LXVI, pp. 112-113; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 43; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor

- 1384 – Lisboa – Armado cavaleiro pelo Mestre de Avis na Sé¹⁵⁶⁹.
- 1386 – Coimbra – Presente na recepção dos embaixadores do duque de Lencastre pelo rei D. João I¹⁵⁷⁰.
- 1386 – Coimbra, agosto, 12 – Presente na ratificação do Tratado de Windsor feita por D. João I através Guilherme de Farynge, embaixador do rei inglês Ricardo II¹⁵⁷¹.
- 1388 – Lisboa, junho, 6 – Testemunha da credencial dada por D. João I a Fernão Gonçalves, em missão diplomática a Inglaterra¹⁵⁷².
- 1391 – Lisboa, julho, 9 – Assiste, na Sé, à leitura pública das Bulas do Papa Bonifácio IX¹⁵⁷³.

10.

Natural de Lisboa¹⁵⁷⁴.

Situação de endividamento na sua estada em Inglaterra¹⁵⁷⁵.

(1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 228; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II , *op. cit.*, Caps. CCV, p. 1008.

¹⁵⁶⁹ Cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, cap. XLVII, p. 83.

¹⁵⁷⁰ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d’armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. XL, p. 511.

¹⁵⁷¹ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Volume III, Partes IV, *op. cit.* , p. 15-16.

¹⁵⁷² Cf. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, p. 140.

¹⁵⁷³ As bulas são emitidas a 27 de janeiro de 1391, cf. Fernão LOPES *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, cap. CXXIV, p. 255; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 6; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 930; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 51.

¹⁵⁷⁴ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 554.

11.

11.1.

1390 – Março, 1 – Doação perpétua e hereditária de uma casa e adega em Lisboa, a par de S. Nicolau¹⁵⁷⁶.

1392 – Santarém, outubro, 11 – Carta de couto das quintas de Sacarabotão e de Pedra Alçada¹⁵⁷⁷.

1397 – Proprietário de várias casas em Lisboa; morador num paço¹⁵⁷⁸.

Emprazamento, no Tojal, de metade de uma vinha e herdade, chamada “Junqueira” e uma marinha chamada a Fonte ao mosteiro de S. Vicente de Fora¹⁵⁷⁹.

¹⁵⁷⁵ A questão das dívidas contraídas em Inglaterra constitui um assunto bastante delicado e que chegou mesmo a envolver os reis de Inglaterra Ricardo II e Henrique IV. Segundo RUSSELL, os empréstimos destinaram-se a comprar produtos de luxo. Cf. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, op. cit., p. 405. Ricardo II emitiu, no final do ano de 1385, um salvo-conduto de protecção ao Mestre de Santiago e a Lourenço Anes Fogaça para evitar a humilhação da prisão por dívidas. Henrique IV envia várias cartas a D. João I sobre este assunto, uma de 16 de fevereiro de 1404, outra de 16 de março do mesmo ano e outra de 10 de janeiro de 1405. Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar*, I, p. 69. Também há o registo de uma carta de quitação dada a Tomaz Godim, mercador inglês residente em Londres, relativa a um empréstimo aos embaixadores de Portugal, datada de 22 de agosto de 1404. Cf. João Martins da Silva MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, op. cit., 620, p. 452; Tiago Viúla de FARIA, Flávio de MIRANDA, “Pour bone alliance et amiste faire” – Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, op. cit., p. 124.

¹⁵⁷⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, op. cit., Tomo 1, Vol. 2, p. 41; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, op. cit., p. 237.

¹⁵⁷⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, op. cit., Tomo 2, Vol. II, documento 623, pp. 12-13; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor”, op. cit., p. 237.

¹⁵⁷⁸ Mário Sérgio da Silva FARELO regista esta informação e a impossibilidade de localizar geograficamente o paço, cf. *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 555.

¹⁵⁷⁹ IDEM, *IBIDEM*.

Detentor de bens na Panasqueira, de uma quinta no Varatojo e de uma herdade de pão e ainda do mosteiro de Santo Agostinho em Lisboa¹⁵⁸⁰.

11.2.

1387 -1400 (?)– Fevereiro, 20 – Jurisdição de Odemira¹⁵⁸¹.

11.5.

1387 – Agosto, 26 – Doação em tença, enquanto mercê do rei, das rendas dos tabeliados de Lisboa¹⁵⁸².

11.6.

1372 – Novembro, 10 – Carta de doação do reguengo de Cantanhede, termo de Lisboa¹⁵⁸³.

1375 – Maio, 29 – Carta de doação em préstamo do reguengo de Carnaxide¹⁵⁸⁴.

1387 – Fevereiro, 20 – Carta de doação de Odemira, com suas rendas e direitos¹⁵⁸⁵.

1390 – Abril, 26 –Doação das rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa, enquanto for mercê de D. João I¹⁵⁸⁶.

¹⁵⁸⁰ IDEM, p. 556.

¹⁵⁸¹ Por carta de D. João I, passada em Estremoz a 7 de abril de 1416, a Fernão Fogaça consta a informação de doação e jurisdição de Odemira a Lourenço Anes Fogaça e, posteriormente a seu filho, Pedro Fogaça, Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, *op. cit.* documento 734, pp. 25-26; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 237.

¹⁵⁸² Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 265, p. 153; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 237.

¹⁵⁸³ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁵⁸⁴ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁵⁸⁵ Preserva os mesmos privilégios do almirante Manuel Pessanha, IDEM, *IBIDEM*.

12.

“homem avisado e de boa autoridade”¹⁵⁸⁷;

“un moult sage et discret escuyer, et qui bien et bel savoir parler françois”¹⁵⁸⁸.

34. Luís Fernandes

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1421).

5.4.

Inglaterra

1421 – Junho, 30 – Encarregue de trazer para Portugal sessenta lanças,
cavalos e arneses ¹⁵⁸⁹.

¹⁵⁸⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, Tomo 1, Vol. II, *op. cit.* documento 90, pp. 54-55; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor” , *op. cit.*, p. 237.

¹⁵⁸⁷ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXXVIII, p. 357.

¹⁵⁸⁸ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. XXIX, p. 464.

¹⁵⁸⁹ Informação registada em carta de Henrique V dirigida às autoridades do porto de Southampton, cf. 'Rymer's Foedera with Syllabus: June 1421', Rymer's Foedera Volume 10, pp. 125-134, [<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=115289>]; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1865, p. 166; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento, Lisboa, Edição do Estudo para a Alta Cultura, 1944, 694, p. 474.

35. Luís Gonçalves Malafaia

1.

1.1.

(?) – depois de 1458¹⁵⁹⁰.

2.

2.1.1.

Gonçalo Peres Malafaia, pai¹⁵⁹¹.

Maria Anes, mãe¹⁵⁹².

2.1.2.

Pedro Gonçalves Malafaia¹⁵⁹³, Catarina Gonçalves Malafaia¹⁵⁹⁴, Beatriz Dinis Malafaia¹⁵⁹⁵, Isabel Gonçalves Malafaia¹⁵⁹⁶, Ana Dinis Malafaia¹⁵⁹⁷,

¹⁵⁹⁰ Refere Zurara que, no cerco de Alcácer-Ceguer, Gonçalo Pires Malafaia ficou ferido e daí “a pouco espaço fez sua fim [...] cujaa morte foi aazo de sse encurtarem os dyas de seu pay” Luís Gonçalves Malafaia, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1978, Cap. LXVIII, p. 197.

¹⁵⁹¹ Escrivão da chancelaria de D. Fernando;. está em Santarém com a rainha D. Leonor Teles e dali sai para Lisboa com Lourenço Anes Fogaça; segue o partido do Mestre de Avis; Vedor da Fazenda e, posteriormente, Regedor da Casa da Suplicação, em 1395. Recebe de D. João I, em 1396, a título perpétuo, os bens pertencentes a João Fernandes Pacheco, entre os quais o senhorio de Belas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos, LXVI, pp. 112-113, e CXIX, pp. 204-205; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.* pp. 73-74; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 169; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 49.

¹⁵⁹² Cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume I, *op. cit.*, Tratado VI, Cap. X, p. 343.

¹⁵⁹³ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 73; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 69v.

¹⁵⁹⁴ Casa com Álvaro Nogueira, IDEM, *IBIDEM*.

irmãos.

2.1.3.

Casa com D. Filipa de Azevedo¹⁵⁹⁸.

2.1.4.

D. João de Azevedo¹⁵⁹⁹, D. Joana¹⁶⁰⁰ e D. Filipa de Azevedo¹⁶⁰¹, D. Gonçalo Pires Malafaia¹⁶⁰², filhos.

¹⁵⁹⁵ Casa com Rui Gomes da Grã, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁵⁹⁶ Casa com Nuno Martins do Carvalhal, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁵⁹⁷ Casa com Gonçalves Tavares, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁵⁹⁸ Filha de D. Joana Gomes da Silva e de Lopo Dias de Azevedo, senhor de Aguiar, Pena, Jales e S. João do Rei; manifestou grande devoção pelos franciscanos, particularmente pelo convento de S.^{to} António da Castanheira; morreu a 10 de novembro de 1492, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 74; *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 204; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume III, *op. cit.*, Livro III, Cap. XXII, p. 344.

¹⁵⁹⁹ Bispo do Porto e 4.^o mandatário do mosteiro beneditino de S. João Baptista da Pendorada; deu particular atenção ao convento de S.^{to} António da Castanheira, onde preservou a memória de sua mãe e doou peças para uso da sacristia, altar e enfermaria, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume I, *op. cit.*, Tratado VI, Cap. X, p. 343; Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume III, *op. cit.*, Livro III, Cap. XXII, p. 344; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 75; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 50.

¹⁶⁰⁰ Casa com Afonso Teles de Meneses, 3.^o alcaide de Campo Maior e Ouguela, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 19; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 74.

¹⁶⁰¹ Donzela da casa da infanta D. Catarina; casa em 1457 com D. Martinho de Ataíde, 2.^o conde de Atouguia, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 277; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 74.

D. Pedro de Azevedo, D. António de Azevedo, D. Luís de Azevedo, D. Francisco de Azevedo, D. Manuel de Azevedo¹⁶⁰³, D. Francisca de Ataíde¹⁶⁰⁴, netos¹⁶⁰⁵

2.2.

2.2.2.

Clero¹⁶⁰⁶/ Nobreza¹⁶⁰⁷.

4.

4.2.

Vedor da Fazenda de Lisboa¹⁶⁰⁸.

Tesoureiro de D. João I¹⁶⁰⁹.

Vedor da Fazenda durante a regência do infante D. Pedro¹⁶¹⁰.

¹⁶⁰² D. Gonçalo Pires Malafaia ajudou D. Duarte de Meneses no cerco de Alcácer-Ceguer, foi atingido na coxa durante esta contenda e morreu pouco tempo depois, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses, op. cit.*, Cap. LXVIII, p. 197; *Monumenta Henricina*, XI, *op. cit.* nota 1, p. 169; . Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 74.

¹⁶⁰³ Clérigo e abade de S. João Alpendorada, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 50v.

¹⁶⁰⁴ Priora de N.ª Sr.ª da Rosa em Lisboa, IDEM, fl. 50.

¹⁶⁰⁵ Filhos naturais de D. João de Azevedo, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁰⁶ Cavaleiro da Ordem de Santiago, cf. *Monumenta Henricina XI, op. cit.* nota 1, p. 169.

¹⁶⁰⁷ O papa Nicolau V, a 17 de junho de 1452, através das letras *Tuorum magnitudo*, confirmou-lhe os títulos de nobreza outorgados por D. Afonso V o que lhe permitiu, deste modo, usar o título de barão, apesar da sua condição de cavaleiro da Ordem de Santiago, cf. *Monumenta Henricina*, XI, *op. cit.* nota 1, p. 169.

¹⁶⁰⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume II, *op. cit.*, doc. 65, p. 105; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, *op. cit.*, p. 275; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 74; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 169; OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440), op. cit.*, p. 468.

¹⁶⁰⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 277.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1431) e de D. Afonso V (1452?-1458?)

5.4.

Castela.

1431 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e

Castela.

– Palência – Audiência com o rei de Castela. Nomeados representantes castelhanos para negociar. Não há acordo¹⁶¹¹.

– Medina del Campo, outubro, 30 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela¹⁶¹².

Roma

1452? – Obtenção de favores do papa Nicolau V¹⁶¹³.

¹⁶¹⁰ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 133.

¹⁶¹¹ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, Paris, 1842, p. 311; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 945.

¹⁶¹² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CXVI, p. 436; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.^a Parte, Cap. XXVI, p. 655; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 76; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 4195, XVII, 6-16, p. 293; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 9, pp. 22 e 50; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 312-315; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memórias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 271; Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Férrnan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenço Galindes de caravaglia ...], *op. cit.*, año XXXI, Cap. CCXV, fol. CXXVI; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 142.

- 1452 – Roma, janeiro, 1 - Informa o papa Nicolau V que foi dada sepultura cristã ao corpo do infante D. Pedro¹⁶¹⁴.
- 1452 – Nápoles, abril, 28 – Procura junto do papa a nomeação de cardeal para D. Jaime de Portugal¹⁶¹⁵.
- 1452 – Roma, junho, 17 – Apresenta, em nome do Mestre da Ordem de Santiago, queixas contra entidade eclesiásticas que não respeitam regalias concedidas pelo papa a esta Ordem¹⁶¹⁶
- 1455-1458 – Embaixada de obediência ao papa Calixto III¹⁶¹⁷.

7.

- 139? – Um dos doze cavaleiros que participa num torneio a pedido do duque de Lencastre¹⁶¹⁸.⁹
- 1415 – Participa na conquista de Ceuta¹⁶¹⁹.

¹⁶¹³ A deslocação a Roma tem como objetivo obter favores do papa na luta de Portugal contra os Mouros, cf. Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», in *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, 1958, IV, p. 522.

¹⁶¹⁴ O papa Nicolau V, através das letras *Romani pontificis providentia*, ordena ao bispo de Évora e ao prior de Santa Cruz de Coimbra a reintegração dos benefícios, ofícios, honras e dignidades, honras e bens às pessoas que os haviam perdido e a absolvição das penas eclesiásticas que tivessem cometido, cf. *Monumenta Henricina*, XI, *op.cit.*, doc. 104, pp. 126-128.

¹⁶¹⁵ Esta embaixada ao papa Nicolau V realiza-se a pedido de rei de Aragão D. Afonso V, que escreve uma carta ao papa e Luís Gonçalves Malafaia é o seu portador, cf. *Monumenta Henricina* XI, *op. cit.*, doc. 135, pp. 167-168.

¹⁶¹⁶ Na qualidade de cavaleiro da Ordem de Santiago obtém do papa as letras *Etsi quibuslibet* dirigidas ao bispo de Ceuta, ao abade de Alcobaça e ao prior de Santa Cruz, pelas quais determina o não consentimento destes abusos e a restituição dos bens usurpados, cf. *Monumenta Henricina*, XI, *op. cit.*, doc. 145, pp. 194-197.

¹⁶¹⁷ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XI, Coimbra, Atlântida, 1952, Livro XII, Cap. II, p. 237; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap.I, p. 227.

¹⁶¹⁸ Cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. III, p. 14; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, 1731, Cap. CCC, p. 1456.

1415/ 1419 – Permanece em Ceuta. Ajuda D. Pedro de Meneses na
defesa da praça¹⁶²⁰.

1418 – Cavaleiro da Ordem de Santiago¹⁶²¹.

8.

Membro do conselho do rei de D. João I¹⁶²².

Membro do conselho do infante D. João¹⁶²³.

Apontado como conselheiro do regimento do reino no segundo
quadrimestre jurado nas Cortes de Torres Novas (1438)¹⁶²⁴.

Membro do conselho do rei D. Afonso V¹⁶²⁵.

¹⁶¹⁹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 681 Gomes Eanes de; ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 179; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, p. 74;

¹⁶²⁰ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. LXXIV, p. 499; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.* 731, Cap. CLXXXV, p. 919. Enviado como embaixador a Çala-ben-Çala, juntamente com seu irmão Pedro Gonçalves Malafaia e Rui Gomes da Silva à vila de Arzila com o objetivo de oferecer auxílio na luta contra o rei de Fez, cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. VIII, pp. 557-558.

¹⁶²¹ Ingressou na Ordem de Santiago e foi seu regedor desde 8 de outubro de 1418, Cf. *Monumenta Henricina XI*, *op. cit.* nota 1, p. 169; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores – As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1440)*, *op. cit.*, pp. 467-468.

¹⁶²² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 169; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 59.

¹⁶²³ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 15, p. 86; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 964, pp. 37-38.

¹⁶²⁴ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 110.

¹⁶²⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume II, *op. cit.*, doc. 70, p. 111; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 133.

9.

1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Assina e jura cumprir a ratificação feita por D. João I do Tratado de Paz com Castela de 30 de outubro de 1431¹⁶²⁶.

1432 – Agosto, 12 – Procurador do infante D. João na cerimónia de menagem ao infante D. Duarte, herdeiro de Portugal¹⁶²⁷.

1438 – Torres Novas, novembro, 10 – Cortes de Torres Novas para decidir sobre o regimento do reino. Faz parte do terceiro turno de conselheiros¹⁶²⁸.

11.

11.8.

1431– Castela – 7000 dobras para despesas¹⁶²⁹.

11.9.

1419 – Apresamento de uma carraca no regresso de Ceuta para Portugal¹⁶³⁰.

¹⁶²⁶ Presente como elemento do conselho do infante D. João, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 15, p. 86; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 964, pp. 37-38.

¹⁶²⁷ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III (Gav. XIII-XIV), *op. cit.*, 2703, XIII, 9-25, p. 248.

¹⁶²⁸ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 19; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 229.

¹⁶²⁹ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 65, e nota 5, p. 236: a quantia respeita à deslocação de Luís Gonçalves Malafaia e do Doutor Rui Fernandes: na margem consta o registo “Malafayas” e o quantitativo de 7060 dobras; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 225.

¹⁶³⁰ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.^a Parte, Cap. X, p. 579: os bens apresados deram-lhe grandes rendimentos “de que este cavaleiro levou fundamento de viver sempre abastado”; a prática desta atividade revela-se lucrativa, pois o rei D. Duarte, por carta datada de novembro de 1433, concede ao infante D. Pedro o quinto do que fosse tomado no corso, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 88, p. 281.

36. Martim Afonso de Melo

1.

(?) – 1432 (?)¹⁶³¹

2.

2.1.

2.1.1.

Martim Afonso de Melo, avô¹⁶³².

D. Marinha Vasques, avó¹⁶³³.

Vasco Martins de Melo, pai¹⁶³⁴.

Martim Afonso de Melo¹⁶³⁵, Fernando Afonso de Melo¹⁶³⁶, tios.

2.1.2.

Gonçalo Vasques de Melo¹⁶³⁷, Vasco Martins de Melo, "o moço"¹⁶³⁸, Maria Afonso¹⁶³⁹,
Inês Vasques de Melo¹⁶⁴⁰, Antão Vasques¹⁶⁴¹, irmãos.

¹⁶³¹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 424.

¹⁶³² Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 486.

¹⁶³³ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶³⁴ Guarda-mor de D. Fernando e do conselho de D. João I, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LI, p. 400; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 385, pp. 128-129.

¹⁶³⁵ Senhor de Melo, Linhares, Ceia, Gouveia e Penamacor. Na cidade da Guarda, em 1384, apresenta-se como o primeiro fidalgo a prestar homenagem ao rei de Castela quando este entra em Portugal; está ao seu lado no cerco de Lisboa e na batalha de Aljubarrota, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LVIII, pp. 100-101; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 409-410; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 473.

¹⁶³⁶ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCII, p. 995.

Estêvão Soares de Melo¹⁶⁴², primo.

2.1.3.

1395 – Primeiro casamento com D. Beatriz Pimentel¹⁶⁴³.

¹⁶³⁷ Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino e está presente nas Cortes de Coimbra, em 1385, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CXX e CLXXXII, pp. 205 e 344; morador da casa de D. João I com a moradia de 27 400 libras, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 64, p. 226; cavaleiro e membro do conselho régio recebe os padroados das igrejas de Cheleiros, a título vitalício e hereditário, por carta de D. João I datada de Montemor-o-Novo a 22 de abril de 1402, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. III, documento 176, pp. 85-86; senhor da Castanheira, Povos e Chileiros; casa com Constança Martins, filha de Gil Quaresma, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 487.

¹⁶³⁸ Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino, está presente nas Cortes de Coimbra, em 1385; morre na batalha de Aljubarrota e D. João I manda sepultá-lo no mosteiro de Alcobaça, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CXXIV e CLXXXII, pp. 213 e 344 e 2.ª Parte, Capítulos XLV, p. 109 e XLVI, p. 112; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo III, *op. cit.*, Cap. CCLV, p. 1252;

¹⁶³⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415.

¹⁶⁴⁰ Casa com Martim Afonso Pimentel, vassalo de D. João I, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 487.

¹⁶⁴¹ Em 1385, D. João I nomeia-o alcaide-mor de Lisboa e Torres Vedras, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, *op. cit.*, 1.ª Parte, Cap. CXX, p. 205.

¹⁶⁴² Participa na expedição a Ceuta em 1415 e permanece na defesa da praça após a conquista; morador na casa do rei D. João I na qualidade de escudeiro com a moradia de 4 450 libras; cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 410; *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documentos 122, p. 282.

¹⁶⁴³ Filha de João Afonso Pimentel, senhor de Vinhais e Bragança, cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, Volume III, *op. cit.*, p. 426; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 422; *Livro de Linhagens do século XVI*, *op. cit.*, p. 160; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 8; seu pai, João Afonso Pimentel, senhor de Vinhais e Bragança, vai para Castela em 1398 pelo facto de Martim Afonso de Melo ter assassinado D. Beatriz Pimentel, sua mulher, e D. João I não ter respondido ao seu pedido de justiça, cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, pp. 295-296; César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La pugna*

Segundo casamento com D. Briolanja de Sousa¹⁶⁴⁴.

2.1.4.

Martim Afonso de Melo¹⁶⁴⁵, Isabel de Melo¹⁶⁴⁶, Vasco Martins de Melo¹⁶⁴⁷, João de Melo¹⁶⁴⁸, Diogo de Melo¹⁶⁴⁹, Branca de Melo¹⁶⁵⁰, Beatriz de Sousa¹⁶⁵¹, filhos.

dinástica Avis-Trastámara, op. cit., p. ? ; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit., p. 489.

¹⁶⁴⁴ Filha de Martim Afonso de Sousa, 2.º senhor de Mortágua, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit., p. 424; Livro de Linhagens do século XVI, op. cit., p. 160; Cristóvão Alão de MORAIS, Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal), Vol. I, op. cit., p. 489.*

¹⁶⁴⁵ Senhor de Ferreira das Aves, alcaide-mor de Olivença, meirinho-mor do reino, e guarda-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V; casa com D. Margarida de Vilhena, filha herdeira de Rui Vaz Coutinho, senhor de Ferreira das Aves, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit., p. 425; Livro de Linhagens do século XVI, op. cit., p. 161; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit., p. 490; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...], fl. 230v.*

¹⁶⁴⁶ Casa duas vezes: a primeira com João Rodrigues Coutinho, e a segunda com D. Duarte de Meneses, conde de Viana, IDEM, *IBIDEM*; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 489; Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhagens novas de Damião de Goes ...]*, fl. 230v.

¹⁶⁴⁷ Alcaide-mor de Évora e membro do conselho de D. Afonso V, IDEM, p. 448; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 497.

¹⁶⁴⁸ Cavaleiro andante que, no reino de Castela e em Arras perante o duque de Borgonha, participa num “passo de honra” e em justas; alcaide-mor de Serpa e copeiro-mor de D. Afonso V, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, pp. 450-452; Jacques PAVIOT (ed.), *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482), op. cit.*, pp. 111-112 e 253-254.

¹⁶⁴⁹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 425.

¹⁶⁵⁰ Casa com D. Fernando Henriques, senhor de Alcáçovas, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 425; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 489.

Beatriz de Melo¹⁶⁵², Ausenda de Melo¹⁶⁵³, filhas naturais.

Rodrigo Afonso de Melo¹⁶⁵⁴, Manuel de Melo¹⁶⁵⁵, João de Melo, D. Maria de Vilhena¹⁶⁵⁶, D. Margarida de Vilhena¹⁶⁵⁷, D. Branca de Vilhena¹⁶⁵⁸, D. Leonor de Vilhena¹⁶⁵⁹, netos.

2.2.

2.2.1.

Nobreza¹⁶⁶⁰.

2.2.2.

Nobreza¹⁶⁶¹.

¹⁶⁵¹ Casa em 1441 com Gonçalo Vasco Coutinho e torna-se a 2.ª condessa de Marialva, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 424-425; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, *op. cit.*, p. 123; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 489.

¹⁶⁵² Casa com Pedro Lourenço Ferreira “o mata judeus” senhor de Povolide, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁵³ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Vol. I, *op. cit.*, pp. 489-490.

¹⁶⁵⁴ Guarda-mor de D. Afonso V; 1.º conde de Olivença; casa com D. Isabel de Meneses filha de Aires Gomes da Silva e de D. Beatriz de Meneses, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 490.

¹⁶⁵⁵ Alcaide-mor de Tavira e de Olivença; capitão de Tânger; casa com D. Beatriz da Silva filha de João da Silva, senhor de Vagos, IDEM, p. 491.

¹⁶⁵⁶ Casa com Fernão Teles de Meneses, senhor de Unhão, IDEM, p. 490.

¹⁶⁵⁷ Casa duas vezes: a primeira com Rui Dias Lobo, e a segunda com João Rodrigues de Sá, alcaide-mor e Vedor da Fazenda do Porto, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁵⁸ Casa com Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, e almotacé-mor de D. João II, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁵⁹ Casa com Martim Fernandes de Tovar, fidalgo castelhano, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁶⁰ Vasco Martins de Melo, seu pai, está nas Cortes de Coimbra, em 1385, como membro da nobreza, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344.

5.

5.1. Embaixador de D. João I (1407-1411).

5.4.

Castela

1407 – Março/abril – Negociar tratado de paz¹⁶⁶².

1411 – Julho, 6 – Inquirir e confirmar os termos de Badajoz e Campo
Maior¹⁶⁶³.

7.

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D.
João I¹⁶⁶⁴.

1388 – Novembro, 1 – Tomada de Campo Maior. D. João I entrega-lhe o
castelo¹⁶⁶⁵.

1390 – Janeiro, 15 – Nomeado alcaide-mor de Évora¹⁶⁶⁶.

¹⁶⁶¹ Pela inerência do cargo de alcaide-mor, de doações e mercês herdados de seu pai, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 422.

¹⁶⁶² Não se chega a acordo devido às propostas dos embaixadores castelhanos, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 406; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 660; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 937; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, Paris, 1842, pp. 285-286; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 34.

¹⁶⁶³ Nomeado procurador de D. João I com poderes decisórios, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, 2854, XIV, 5-3, pp. 678-684.

¹⁶⁶⁴ Integra a hoste de D. João I e é incumbido de informar Nuno Álvares Pereira para se juntar as suas gentes para a batalha, cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. I, p. 2

¹⁶⁶⁵ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXIV, p. 635; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 105;

1396 – Maio, 12 – Tomada de Badajoz. D. João I entrega-lhe a praça com a guarnição necessária¹⁶⁶⁷.

1398 – Nomeado guarda-mor de D. João I¹⁶⁶⁸.

1415 – Agosto - Participa na empresa de Ceuta¹⁶⁶⁹.

1415 – Ceuta – Recusa a nomeação de fronteiro da praça de Ceuta¹⁶⁷⁰.

8.

Membro do conselho D. João I¹⁶⁷¹.

9.

¹⁶⁶⁶ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVI, p. 641; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXXIV, p. 1383; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 422; *Livro de Linhagens do século XVI*, *op. cit.*, p. 160.

¹⁶⁶⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CLVIII, pp. 330-333; *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, FARIA, António Machado de (int.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1972, Cap. LXIII, p. 185; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXXII, p. 1379; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXIV, p. 154; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 142.

¹⁶⁶⁸ Substitui no cargo João Fernandes Pacheco, que se passou para Castela, cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, Volume III, Lisboa, 1933, p. 426; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 422-423.

¹⁶⁶⁹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 178; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 680; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro V, pp. 372-373; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 93.

¹⁶⁷⁰ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XCV, p. 706; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. C, p. 238 e *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, Cap. V, pp. 197-198 ; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 242-243.

¹⁶⁷¹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXCIII, p. 1426; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, pp. 60-61.

- 1414 – Torres Vedras, junho – Convocado, por D. João I, para uma reunião sobre os preparativos da empresa de Ceuta¹⁶⁷².
- 1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão¹⁶⁷³.

11.

11.1.

- 1411 – Maio, 9 – Carta de couto de D. João I da quinta de Val da Palma, no termo de Évora¹⁶⁷⁴.

11.2.

- 1398 – Évora – Guarda de D. Álvaro Gonçalves Camelo mandado prender por ordem de D. João I¹⁶⁷⁵.

11.6.

- 1386 – Braga, novembro, 8 – Carta de doação perpétua e hereditária de todos os bens móveis e de raiz pertencentes a Diogo Gomes de Abreu, que foi viver para Castela¹⁶⁷⁶.
- 1388 – Campo Maior, outubro, 22 – Carta de doação perpétua e hereditária do reguengo do termo de Beja com todas as suas

¹⁶⁷² Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 140; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, pp. 232; *Monumenta Henricina*, II, Coimbra, 1960, doc. 60. p. 86; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 234; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Volume 2, *op. cit.*, Cap. CCXCIII, p. 1426.

¹⁶⁷³ D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 227.

¹⁶⁷⁴ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 424.

¹⁶⁷⁵ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXVI, p. 641; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCLXXXIV, p. 1383.

¹⁶⁷⁶ Cf. Chancelarias Portuguesas – D. João I, *op. cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1292, p.181.

rendas, foros e pertenças¹⁶⁷⁷

- 1388 – Campo Maior, novembro, 30 – Carta de tença de D. João I, enquanto fosse sua mercê, do reguengo da Contenda no termo de Arronches¹⁶⁷⁸.
- 1397 – Santarém, agosto, 17 – Carta de doação de D. João I de casas em Campo Maior, a título perpétuo e hereditário, “as quais jaziam em pardieiros e as alçara e fizera el”¹⁶⁷⁹
- 1398 – Porto, agosto, 30 – Carta de doação de D. João I dos bens móveis e de raiz na vila de Santarém e seu termo, confiscados a João Fernandes Pacheco por desserviço e traição ao rei¹⁶⁸⁰.
- 1398 – Porto, agosto, 30 – Carta de doação vitalícia da guarda-mor da cerca velha da cidade de Évora, que está dentro das suas moradas¹⁶⁸¹.
- 1398 – Porto, outubro, 1 – Carta de doação de D. João I dos bens que João Fernandes Pacheco possuía em Leiria e seu termo, e do lugar de Barbacena¹⁶⁸².
- 1399 – Salvaterra Magos, março, 8 – Carta de doação de um casal na Atalaia, a título perpétuo e hereditário, que pertencia a João Fernandes Pacheco¹⁶⁸³.

¹⁶⁷⁷ IDEM, Tomo 3, Vol. I, documento 1348, pp.212-213.

¹⁶⁷⁸ IDEM, Tomo 1, Vol. II, documento 304, p. 170.

¹⁶⁷⁹ IDEM, Tomo 3, Vol II, documento 1231, p.108.

¹⁶⁸⁰ IDEM., Tomo 3, Vol. II, documento 1142 pp. 59-60.

¹⁶⁸¹ IDEM, documento 1161, p. 72; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 430.

¹⁶⁸² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1453, pp. 215-217; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 423.

¹⁶⁸³ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento 1467, p. 230.

1399 – Lisboa, outubro, 27 – Carta de doação, a título perpétuo e hereditário, dos paços de Elvas¹⁶⁸⁴.

1399 – Lisboa, novembro, 3 – Carta de doação, enquanto for mercê do rei, da vila de Ouguela¹⁶⁸⁵

1403 – Lisboa, julho, 18 – Carta de doação da herdade de Machede, a título vitalício e hereditário¹⁶⁸⁶.

11.7.

1415 – Arraiolos, dezembro, 12 – Carta D. João I de privilégios para 20 homens que fossem povoar a quinta de Água de Peixes¹⁶⁸⁷.

1415 – Évora, dezembro, 26 – Carta de D. João I de mercê para 20 povoadores da quinta de Água de Peixes de isenção de encargos e servidões, nomeadamente peitas, talhas e serviços pedidos pelo concelho¹⁶⁸⁸.

12.

Autor do livro *Da Guerra*¹⁶⁸⁹ e de uma crónica de feitos do rei D. Fernando¹⁶⁹⁰.

¹⁶⁸⁴ IDEM Tomo 3, Vol. II, documento 1252, pp. 122-123.

¹⁶⁸⁵ IDEM, documento 1249, p. 122.

¹⁶⁸⁶ IDEM., Tomo 1, Vol. III, documento 49, pp. 39-40.

¹⁶⁸⁷ Quinta herdada de seu pai, IDEM, documento 989, pp. 107-108; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 414; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 260.

¹⁶⁸⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, *op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento 981, pp. 108-110; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 414.

¹⁶⁸⁹ Cf. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 252; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 423; Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, Volume III, Lisboa, 1933, p. 426; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 251.

¹⁶⁹⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 127; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 424.

37. Martim Afonso Dinis

2.2.

2.2.2.

Rico-homem [“um dos Boos homeens]¹⁶⁹¹.

5.1. Embaixador de D. João I

5.4.

Inglaterra

1405 – Outubro (?) – Portador de uma carta credencial de D. João I para tratar com o conde de Arundel questões financeiras relativas ao seu casamento com a infanta D. Beatriz¹⁶⁹².

38. Martim do Sem

1.

1.1.

(?) – 3 de fevereiro de 1431¹⁶⁹³.

2.

2.1.1.

Pero do Sem, bisavô¹⁶⁹⁴.

¹⁶⁹¹ Assim referenciado na carta de recomendação escrita por Afonso de Mendonça endereçada ao rei inglês, cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico, op. cit.*, p. 63; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 152.

¹⁶⁹² É igualmente portador de uma carta da rainha D. Filipa de Lencastre para o seu irmão, Henrique IV, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁶⁹³ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 391; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa, op. cit.*, Vol. 2, Tomo 2, p. 1931.

¹⁶⁹⁴ Chanceler-mor de D. Afonso IV, ouvidor dos feitos do rei e seu embaixador a Roma e Castela. Referido como um dos mais proeminentes oficiais da primeira metade do século XIV, cf. Rita Costa GOMES, A

João do Sem, avô¹⁶⁹⁵.

Gil do Sem, pai¹⁶⁹⁶.

Branca Anes de Nogueira, mãe¹⁶⁹⁷.

Catarina do Sem, tia¹⁶⁹⁸.

2.1.2.

Pedro Gil do Sem, irmão¹⁶⁹⁹.

Catarina do Sem, irmã¹⁷⁰⁰.

Guiomar do Sem, irmã¹⁷⁰¹.

João do Sem, sobrinho¹⁷⁰².

António do Sem, sobrinho-neto¹⁷⁰³.

corte dos reis de Portugal no final da Idade Média, op. cit., pp. 136-137; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 372-373; Frei Rafael de JESUS, *Monarquia Lusitana*, Parte Sétima, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. XVII, p. 423; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, pp. 376-377.

¹⁶⁹⁵ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 374.

¹⁶⁹⁶ Doutor em Leis. Chanceler do rei D. Fernando, Membro dos conselhos régios de D. Fernando e D. João I e embaixador destes monarcas, cf. Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 149; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op.cit.*, Cap. II, p. 8.

¹⁶⁹⁷ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 377; GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 135.

¹⁶⁹⁸ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 137.

¹⁶⁹⁹ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXVI, p. 622.

¹⁷⁰⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op.cit.*, pp.368-369

¹⁷⁰¹ IDEM, pp. 378-379.

¹⁷⁰² Tesoureiro-mor e membro do conselho régio de D. Duarte e D. Afonso V, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, pp. 290-291; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 1099, p. 181 e 1156, p. 239.

2.1.3.

Casa com D. Maria da Cunha¹⁷⁰⁴.

2.1.4.

Sem descendência¹⁷⁰⁵.

2.2.

2.2.1.

Nobre¹⁷⁰⁶.

2.2.2.

Legista, doutor em leis¹⁷⁰⁷.

2.2.3.

Nobre / Cavaleiro¹⁷⁰⁸.

3.

3.2.

¹⁷⁰³ Por carta de D. Afonso V datada de 1 de abril de 1450 é-lhe atribuída “a quantia de 6000 reais brancos para seu mantimento enquanto estivesse a aprender no Estudo”, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, V, *op. cit.*, 1508, p. 148; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 379.

¹⁷⁰⁴ Filha de Gil Vasques da Cunha e de D. Isabel Pereira, irmã de Nuno Álvares Pereira, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 169-170; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, pp. 137-138.

¹⁷⁰⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1998, documento 463, pp. 240-242.

¹⁷⁰⁶ A nobilitação fez-se sobretudo pelos serviços prestados à Coroa através do exercício de cargos no Desembargo régio ou de ofícios muito próximo dos monarcas, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 107.

¹⁷⁰⁷ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 27.

¹⁷⁰⁸ A condição de cavaleiro da família regista-se na tumulária, pois os seus epitáfios assim o referem com a representação das suas espadas, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 143.

1398 - Doutoramento em Pavia¹⁷⁰⁹ ou na Universidade de Bolonha¹⁷¹⁰.

4.

4.2.

Governador da casa do infante D. Duarte¹⁷¹¹ e seu chanceler-mor¹⁷¹².
Tesoureiro-mor do infante D. Duarte¹⁷¹³.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I(1400-1423).

5.4.

Inglaterra e Castela

Inglaterra

1400 – Dezembro, 30 – Ratificação de D. João I a Henrique IV de Inglaterra das tréguas entre Portugal e Castela e em que a Inglaterra também estava incluída¹⁷¹⁴.

1401 – Londres, fevereiro, 27 – Salvo-conduto do rei inglês para o regresso do embaixador a Portugal. Traz cartas de Henrique IV para D. João I¹⁷¹⁵.

¹⁷⁰⁹ Segundo Rita Costa GOMES doutorou-se em Pavia, em 1398, cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 137.

¹⁷¹⁰ Segundo Sousa COSTA, durante a questão cismática, terá estudado na Universidade de Bolonha, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, op. cit., p. 169.

¹⁷¹¹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, op. cit., Cap. V, p. 49.

¹⁷¹² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), op. cit., 3777, XVI, 1-8, p. 8.

¹⁷¹³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, op. cit., 1119, p. 201.

¹⁷¹⁴ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., p. 134.

- 1404 – Fevereiro, 16 – Carta de Henrique IV a D. João I¹⁷¹⁶.
- 1404 – Fevereiro, 27 – Carta de Henrique IV a D. João I¹⁷¹⁷.
- 1404 – Londres, fevereiro, 27 – Recepção de cartas enviadas por D. João I a Henrique IV¹⁷¹⁸.
- 1404 – Fevereiro, 16 – Estabelecimento das condições do contrato de casamento de D. Beatriz, filha natural de D. João I, com Thomas Fitzalan, conde de Arundel¹⁷¹⁹.
- 1405 – Fevereiro, 7 – Celebração do contrato de casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹⁷²⁰.

¹⁷¹⁵ O rei inglês dirige-se aos seus ofícios dos portos de Southampton, Plymouth e Dartmouth a pedir a livre circulação para a comitiva composta por vinte e cinco pessoas, quinze cavalos, bagagens e arneses, cf. *Rymer's Foedera Volume 8, op. cit.*, pp. 170-186; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 136.

¹⁷¹⁶ Nesta carta, o rei inglês menciona o embaixador Martim do Sem e o objetivo da sua missão, isto é, confirmar as alianças feitas com o rei Ricardo II, seu antecessor, e solicitar o anuimento do rei inglês para serem feitas as tréguas com Castela, cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 137; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, pp. 129-130; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo do rei D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 963.

¹⁷¹⁷ Esta carta revela a vontade de o rei Henrique IV ser incluído nas tréguas entre Portugal e Castela conforme havia sido proposto pelos embaixadores Martim do Sem e João Gomes da Silva, cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 141; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 131.

¹⁷¹⁸ Cf. *Rymer's Foedera Volume 8, op. cit.*, pp. 345-363.; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4501, XVIII, 7-28, p. 130; Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catálogo dos Manuscritos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, p. 60.

¹⁷¹⁹ Cf. Fernão, *Crónica de D. João I* LOPES, 2.^a Parte, *op. cit.*, Cap. CCIV, p. 459; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. CIV, p. 732; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lancastre*, *op. cit.*, p. 230.

1405 – Outubro – Carta de D. João I a Henrique IV¹⁷²¹.

1405 – Lambeth, novembro, 26 – Representante de D. João I no casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel¹⁷²².

1405 – Eltham, dezembro, 27 – Carta de Henrique IV sobre a intenção de ser incluído nas pazes com Castela¹⁷²³.

Castela

1401 – Segóvia, junho – Assinatura de tréguas com Castela¹⁷²⁴.

¹⁷²⁰ Após a celebração deste contrato terá regressado, a Portugal juntamente com o João Vasques de Almada e os procuradores do conde de Arundel; em abril de 1405 fazem-se, em Lisboa, as escrituras públicas, tendo o arcebispo de Lisboa D. João de Azambuja celebrado a cerimónia de casamento por palavras de presente, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomos I e II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1730-1731, Capítulos XLVI, p. 249 e CLXXXVIII, p. 935; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 172.

¹⁷²¹ Nesta carta, D. João I informa da chegada e da estada dos embaixadores portugueses e do sucesso da missão relativa ao casamento de sua filha D. Beatriz com o conde de Arundel, cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., pp. 150-151.

¹⁷²² A 7 de novembro são recebidos pelo conde de Arundel em Londres; após a cerimónia de casamento, o doutor Martim do Sem solicitou, em nome de D. João I, cópia notarial deste acto, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), op. cit., 4184, XVII, 6-5, pp. 158-161; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., pp. 154-155; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 129.

¹⁷²³ O rei Henrique IV refere a presença dos embaixadores portugueses em Inglaterra e reitera a vontade de participar nas tréguas, por terra e mar, entre Portugal e Castela e procederá ao envio de letras autenticadas com o selo real, cf. *Rymer's Foedera Volume 8*, op. cit., pp. 420-426; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, op. cit., pp. 131-132; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, op. cit., pp. 156-157.

¹⁷²⁴ Cf. Fernão, *Crónica de D. João I* LOPES, 2.ª Parte, op. cit., Capítulos CLXXXV, pp. 398-400 e CLXXXVI, pp. 400-402; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. LXXX, p. 658; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, op. cit., p. 283;

- 1402 – Abril, 23– Assinatura de tréguas com Castela¹⁷²⁵.
1411 – Ayllón, outubro, 31 – Tratado de paz com Castela¹⁷²⁶.
1418 – Junho – Ratificação do Tratado de 1411¹⁷²⁷.
1419 – Segóvia, junho, 14 – Ratificação do Tratado de 1411¹⁷²⁸.
1423 – Ávila, abril, 30 – Ratificação do tratado de 1411¹⁷²⁹.

¹⁷²⁵ Cf. Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Leg. 47-3; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, 89, p. 27; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1731, Cap. CLXXXVII p. 935

¹⁷²⁶ IDEM, Cap. CXCII, p. 423; *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, *op. cit.*, 4576, XVIII, 11-4, p. 267; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. V, p. 49; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 661; PISANO, Mestre Mateus de, “Livro da Guerra de Ceuta”, *op. cit.*, Tomo 1, p. 49; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 288-291; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 960; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, I e II, *op. cit.*, p. 351, nota 4 e documento 5, p. 3; *Anales de la Corona de Aragón*, Angell Canellas Lopez (ed.), Tomo 5, *op. cit.*, Cap. LII, p. 441.

¹⁷²⁷ Embaixada sem efeito. Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 296; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Capítulos CLXXXIX, pp. 940-941 e CXCII, pp. 958-960; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, II, *op. cit.* documento 150, p. 308; PÉREZ de GUZMAN, Fernan, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Fernan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenço galindes de caravagia ...]. Impressa en... Logroño...: por arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517], año XVIII, Cap. CCLXVII, fol. Liiii.

¹⁷²⁸ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 297; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 940; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, II, *op. cit.* documento 158, p. 318; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 380; PÉREZ de GUZMAN, Fernan, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Fernan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenço galindes de caravagia ...]. *op. cit.*, año XIX, Cap. CCLXXIX. Fol. LViv.

7.

1415 – Agosto, 22 – Participa na conquista de Ceuta¹⁷³⁰.

8.

Membro do conselho de D. João I¹⁷³¹ e do infante D. Duarte¹⁷³².

9.

1402 – Santarém, novembro, 18 – Testemunha na confirmação das pazes com Castela¹⁷³³.

1405 – Lisboa, abril, 20 – Procurador de D. João na legalização da obrigação monetária do rei para o casamento de sua filha D. Beatriz¹⁷³⁴.

1408 – Évora, abril, 7 – Testemunha nas Cortes de Évora da confirmação do estabelecimento das casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique¹⁷³⁵.

1408 – Évora, maio, 21 – Testemunha da confirmação do contrato

¹⁷²⁹ Cf. A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 37, p. 59.

¹⁷³⁰ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 680; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 178; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1456.

¹⁷³¹ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 1119, p. 201; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 3777, XVI, 1-8, p. 8; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, pp. 61-62; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 209.

¹⁷³² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 3777, XVI, 1-8, p. 8.

¹⁷³³ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 28.

¹⁷³⁴ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 4100, XVII, 2-6, p. 602; VISCONDE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, pp. 147-149.

¹⁷³⁵ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 594, p. 322; *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, doc. 134, p. 139; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, I, *op. cit.*, p. 319.

- estabelecido entre D. João I e o cabido da sé do Porto¹⁷³⁶.
- 1428 – Estremoz, setembro, 15 – Testemunha da procuração de D. João I ao infante D. Duarte para que este possa estabelecer arras para o seu casamento com D. Leonor de Aragão¹⁷³⁷.
- 1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha do aditamento ao contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor em que se estabelece o rendimento anual desta infanta¹⁷³⁸.
- 1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha do estabelecimento de arras para D. Leonor, mulher do infante D. Duarte¹⁷³⁹.
- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da confirmação da reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão¹⁷⁴⁰.
- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da confirmação de D. João I do contrato de mantimento feito em Coimbra a 4 de novembro de infante D. Duarte a D. Leonor de Aragão¹⁷⁴¹.
- 1429 – Lisboa, julho, 23 – Testemunha da escritura do contrato de casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha¹⁷⁴².

¹⁷³⁶ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 41.

¹⁷³⁷ Cf. A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 124, p. 255.

¹⁷³⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 4073, XVI, 1-2, p. 466; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 238; J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 128, p. 275.

¹⁷³⁹ IDEM, 4073, XVI, 1-2, pp. 468-469; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, II, *op. cit.* documento 129, p. 279.

¹⁷⁴⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 131, pp. 283-284

¹⁷⁴¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 238; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, II, *op. cit.* documento 132, p. 284.

1429 – Lisboa, julho, 24 – Testemunha dos autos do casamento da infanta D. Isabel com Filipe duque de Borgonha¹⁷⁴³.

10.

1411 – Março, 31 – Bula do papa João XXIII de comutação de votos¹⁷⁴⁴.

1411 – Maio, 30 – Bula do papa João XXIII de indulgência plena¹⁷⁴⁵.

1420 – Dezembro, 5 – Bula do papa Martinho V de concessão de indulto de altar portátil, extensivo a sua mulher¹⁷⁴⁶.

1431 – Agosto, 3 – Nomeia seu testamenteiro o Doutor Fernando Gonçalves Beleáguas¹⁷⁴⁷.

11.

11.1.

1387 – Braga, novembro, 30 – Carta de D. João I de confirmação das doações feitas a seu pai, Gil do Sem, de todas as terras e de umas casas em Lisboa a seu favor¹⁷⁴⁸.

1394 – Porto, maio, 22 – Carta de D. João I de confirmação de terras e

¹⁷⁴² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), *op. cit.*, 4074, XVI, 1-3, p. 480.

¹⁷⁴³ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV (Gav. XV, Maços 1-15), *op. cit.*, 4182, XVII, 6-3, p. 157; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 177; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 908, pp. 376-377; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 189.

¹⁷⁴⁴ Esta bula é dirigida ao bispo de Tui a solicitar a comutação de votos da promessa de visitar os locais santos por outras obras pias, uma vez que D. João I não dera autorização a Martim do Sem para sair do reino, cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 48.

¹⁷⁴⁵ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 621, p. 28.

¹⁷⁴⁶ IDEM, 753, p. 195.

¹⁷⁴⁷ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 1119, p. 201; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 282-283 e 391.

¹⁷⁴⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento 238, p. 140.

- de doação de casas em Lisboa, exceto as que o rei comprou¹⁷⁴⁹
- 1426 – Sintra, outubro, 4 – Testamento de D. João I – Salvaguarda dos seus bens extensível aos herdeiros¹⁷⁵⁰.
- Instituição de um morgadio¹⁷⁵¹.
 - Espólio do seu testamento¹⁷⁵².
- 1434 – Santarém, março, 2 – O rei Duarte compra os bens que este doutor possuía em Montemor-o-Novo, no Azinhal e em seus termos¹⁷⁵³.

11.6.

Doação, por testamento, dos livros a seu sobrinho, João do Sem¹⁷⁵⁴.

11.9.

Morador da casa de D. João I com a moradia de 15 600 libras¹⁷⁵⁵.

¹⁷⁴⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. II, documento 700, pp. 46-47.

¹⁷⁵⁰ Regista D. João I a vontade de que os bens de Martim do Sem, pelos bons serviços prestados, sejam conservados na sua pessoa e nos herdeiros, cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, *op. cit.*, p. 31; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 298; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 157; A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, III, *op. cit.* documento 70, p. 139.

¹⁷⁵¹ A confirmação do vínculo consta de uma carta de D. João II de 17 de maio de 1487, onde se pode saber que Martim do Sem instituíra uma capela no convento de S. Domingos em Santarém e, para o cumprimento de encargos e missas por sua alma e de seus pais, deixou diversos bens fundiários, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 392.

¹⁷⁵² O espólio do seu testamento apresenta-se bastante rico e variado; veja-se a enumeração do seu conteúdo em Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, pp. 384-389.

¹⁷⁵³ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III (Gav. XIII-XIV), *op. cit.*, 2524, XII, 1-23, p. 2.

¹⁷⁵⁴ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 1119, p. 201; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 383.

¹⁷⁵⁵ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, *op. cit.*, 584, p. 306; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 64, p. 227; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 214.

39. Nuno Álvares Pereira

1.

1.1. 1360¹⁷⁵⁶- 1 de novembro de 1431¹⁷⁵⁷.

2.

2.1.

2.1.1.

D. Gonçalo Pereira¹⁷⁵⁸, avô paterno.

Tareja Pires Vilarinho¹⁷⁵⁹, avó paterna.

Pedro Gonçalves do Carvalhal¹⁷⁶⁰, avô materno.

D. Aldonça Rodrigues da Silva, avó materna.

D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira¹⁷⁶¹, pai.

¹⁷⁵⁶ Filho natural de D. Frei Álvaro Gonçalves legitimado por carta passada em Portalegre pelo rei D. Pedro I a 23 de julho de 1361, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. Pedro I*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1984, documento 840, pp. 382-383; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXII, p. 57.

¹⁷⁵⁷ Morre no Convento do Carmo, em Lisboa, cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 303; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 252.

¹⁷⁵⁸ Estudante em Salamanca; bispo de Évora e de Lisboa; arcebispo de Braga; pertence ao círculo régio de D. Dinis e D. Afonso V; cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 16; nomeado arcebispo de Braga pelo papa João XXII a 27 de fevereiro de 1326, Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volumes I, *op. cit.*, p. 144; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXII, p. 57; *Estoria de Dom Nuno Alvez Pereira*, Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, Introdução CALADO, Adelino de Almeida, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, Cap. I, p. 2.

¹⁷⁵⁹ Cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 16; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 309.

¹⁷⁶⁰ Alcaide-mor de Almada, cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 18.

¹⁷⁶¹ Filho natural de D. Gonçalo Pereira; presente em Rodes com um séquito de escudeiros e cavaleiros; nomeado prior do Hospital pelo Grã Mestre; providencia a construção do castelo da Amieira, dos paços de Bonjardim e do mosteiro de Flor da Rosa, onde edificou uma igreja de Santa Maria; movimenta-se

Iria Gonçalves do Carvalho¹⁷⁶², mãe.
Martim Gonçalves de Carvalho¹⁷⁶³, tio.
Rui Gonçalves Pereira¹⁷⁶⁴, tio.

2.1.2.

Pedro Álvares Pereira¹⁷⁶⁵, Diogo Álvares Pereira¹⁷⁶⁶, Rodrigo Álvares Pereira¹⁷⁶⁷, Fernão Pereira¹⁷⁶⁸, Isabel Pereira¹⁷⁶⁹, Rui Pereira¹⁷⁷⁰, D. Leonor

nas cortes régias dos reis D. Afonso V, D. Pedro e D. Fernando,; curador da infanta D. Beatriz; cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XX, pp. 577-578; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXII, p. 57; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. I, p. 2; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 12; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 52; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 28; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*, *op. cit.*, p. 316; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 152.

¹⁷⁶² Natural de Elvas, cuvilheira da infanta D. Beatriz aquando do seu nascimento em 1372; filha do alcaide-mor de Almada, Pedro Gonçalves do Carvalho; inclui-se no séquito da corte do rei D. Fernando; cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXII, p. 57, Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 18; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. L, p. 395 e Livro XXIII, Cap. III, p. 431; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. I, p. 3; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 52; Isabel de Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?* *op. cit.*, p. 120; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 166.

¹⁷⁶³ Escudeiro do rei D. Fernando e depois cavaleiro; aio de Nuno Álvares Pereira quando este vai para a corte do rei D. Fernando; toma o partido do mestre de Avis; alcaide de Arronches em 1384; cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. II, p. 6; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos XXXIII, p. 58, e XCVII, p. 162.

¹⁷⁶⁴ Filho natural de Gonçalo Pereira, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 309; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 52.

¹⁷⁶⁵ Sucede a seu pai no priorado do Hospital; participa nas Guerras Fernandinas; nomeado por D. Fernando fronteiro de Lisboa para defesa da cidade contra a invasão do rei de Castela; toma o partido do rei de Castela; mestre de Calatrava em Castela, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXVII, pp. 329-330; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXII, p. 57; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Capítulos. I, p. 3, XII, p. 25, e XIX, p.45; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 52, 61 e 288; Isabel de Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, *op. cit.*, p. 122; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 28; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 161.

Pereira¹⁷⁷¹, Rodrigo Álvares “Olhinhos”¹⁷⁷², Gonçalo Pereira¹⁷⁷³, João Álvares¹⁷⁷⁴, , irmãos.

¹⁷⁶⁶ Participa nas Guerras Fernandinas contra Castela; integra, em 1383, o séquito de D. Beatriz quando esta se dirige a Elvas para casar com D. João I de Castela; cavaleiro da Ordem do Hospital; combate ao lado do rei de Castela na batalha de Aljubarrota, onde morre, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Capítulos CXXXVIII, p. 383, CLXI, p. 448; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. XXXIII, p. 59; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Capítulos. I, p. 4, e LI ,p. 117; Isabel de Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, op. cit., p. 122; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, op. cit., Volume I, p. 309, nota2, e Volume II, p. 403; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 163.

¹⁷⁶⁷ Segue o partido do Mestre de Avis; presta homenagem ao Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino, em 1384; feito prisioneiro, em 1384, juntamente com Álvaro Gonçalves Camelo, quando procuram, sem êxito, tomar Torres Novas, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, Cap. XXVI, p. 614, Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. CLXX, pp. 319-320

¹⁷⁶⁸ Participa nas Guerras Fernandinas contra Castela; integra o grupo de nobres que, em 1384, acompanha D. Beatriz para o seu casamento com o rei de Castela; presta homenagem ao Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino, em 1384; morre, em 1384, na tentativa de tomada de Vila Viçosa; por carta de doação de João I datada de Abrantes a 30 de julho de 1385, sua mãe, Iria Gonçalves, recebe todos os seus bens móveis e de raiz, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. CXXXVIII, p. 383; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. CLXXI, p. 321; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXII, Cap. L, p. 396, e Livro XXIII, Cap. XXVI, p. 614; *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, op. cit., Tomo 2, Vol. I, documento 680, p. 82.

¹⁷⁶⁹ Casa com Gil Vaz da Cunha, alferes-mor, senhor de Basto e Montelongo; a filha deste casamento, D. Maria da Cunha, casa com Martim do Sem, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, op. cit., Volume I, p. 169, e II, p. 382.

¹⁷⁷⁰ Participação directa na morte do conde de Andeiro, a 6 de dezembro de 1384, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. IX, p. 19; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, op. cit., p. 298.

¹⁷⁷¹ Casa com Joanes Mendes de Vasconcelos, alcaide de Estremoz em 1384, que primeiro está com D. Leonor Teles, mas acaba por seguir o partido de D. João Mestre de Avis, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, op. cit., p. 352.

¹⁷⁷² Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., pp. 79-80.

¹⁷⁷³ Cf. Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, op. cit., p. 79.

Álvaro Pereira¹⁷⁷⁵, Gonçalo Pereira¹⁷⁷⁶, Rui Pereira¹⁷⁷⁷, Fernando Martins do Carvalhal¹⁷⁷⁸, Vasco Martins do Carvalhal¹⁷⁷⁹, Lopo Martins¹⁷⁸⁰, João Rodrigues Pereira¹⁷⁸¹, primos.
Beatriz Pereira, sobrinha¹⁷⁸².

2.1.3.

Casa com D. Leonor de Alvim, em 1376¹⁷⁸³.

2.1.4.

¹⁷⁷⁴ Capitão da armada comandada por D. João Afonso Teles que, em 1381, é vencida pela armada castelhana em Saltes, no contexto da terceira guerra fernandina, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando, op. cit.*, Cap. CXXIV, pp. 347-349; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX” in *Crónicas dos Reis de Portugal, op. cit.*, p. 378.

¹⁷⁷⁵ Filho de Rui Gonçalves Pereira; toma o partido do Mestre de Avis; Marechal da hoste; participa na tomada de Ponte de Lima ao lado de D. João I; primeiro senhor da Feira, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 1.ª Parte, op. cit.*, Capítulos XXXIV, p. 61, e CLXXI, p. 321; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, pp. 309-310.

¹⁷⁷⁶ Filho de Rui Gonçalves Pereira, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 309.

¹⁷⁷⁷ Filho de Rui Gonçalves Pereira; capitão da nau Milheira da armada do Porto que, em julho de 1384, entra em Lisboa no contexto do cerco castelhano e morre nesta contenda, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 310.

¹⁷⁷⁸ Escudeiro da casa do infante D. João, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento III-979, p. 105; *Chancelarias Portuguesas – D. Duarte, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, documento 317, pp. 176-178.

¹⁷⁷⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. III, documento III-1035, p. 127.

¹⁷⁸⁰ IDEM, Tomo 3, Vol. III, documento III-1143, p. 199.

¹⁷⁸¹ IDEM, Tomo 2, Vol. IV, documento IV-544, pp. 82-87.

¹⁷⁸² Casa com Rui de Melo, cavaleiro e senhor da casa de Melo, almirante de D. Afonso V, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 194.

¹⁷⁸³ Filha de João Pires de Alvim e de D. Branca Pires Coelho, e viúva de Vasco Gonçalves de Barroso, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte, op. cit.*, Cap. XXXIV, p. 59; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares, op. cit.*, pp. 38-39; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Capítulos. III, p. 6 e V, pp. 10-11.

D. Beatriz¹⁷⁸⁴, filha.

D. Afonso¹⁷⁸⁵, D. Fernando¹⁷⁸⁶, D. Isabel¹⁷⁸⁷, netos

2.2.

2.2.1.

Clero

2.2.2.

Nobreza

1385 – Nomeado conde de Ourém por D. João I, após a batalha de Aljubarrota¹⁷⁸⁸.

¹⁷⁸⁴ Casa, em 1401, com D. Afonso, conde Barcelos, filho natural de D. João I; como dote recebe de seu pai o condado de Barcelos, a vila de Chaves com suas terras e rendas, o julgado de Montenegro, o castelo e fortaleza de Montalegre, a terra de Barroso, Baltar, Paços e Banzelos, além do padroado das igrejas das terras e quintas de Carvalhosa, Covas de Camelo, Sarrãos, Gondinhães, Sanfins, Temporã e Bustelo; pediu ainda Nuno Álvares Pereira a D. João I que desse o título de conde de Barcelos a seu filho D. Afonso, cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. LXXVI, pp. 191-192; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXV, p. 61; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares, op. cit.*, 279; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 254; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 177; *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento II-1441, pp. 201-205.

¹⁷⁸⁵ Conde de Ourém; recebe em doação de seu avô, Nuno Álvares Pereira, as rendas, direitos e pertenças da judiaria de Lisboa, dos paços do condestável em Lisboa, de todos os reguengos dos termos de Lisboa, Sacavém, Unhos e Frielas, da Ribeira do Sal com suas rendas e direitos; do lugar e reguengo de Colares pertencentes ao Condestável com todos os direitos; das rendas e direitos de Rio Maior; do reguengo do Alviela; do condado e vila de Ourém e de porto de Mós. Estas doações foram confirmadas por carta passada em Borba a 4 de abril de 1422 e confirmada por D. Duarte em 22 de novembro de 1433, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. Duarte, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, documento 31, pp. 27-29; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 256.

¹⁷⁸⁶ Conde de Arraiolos; recebe em doação de seu avô, Nuno Álvares Pereira, a vila de Arraiolos e muitas outras, cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. LXVI, p. 192; *Chancelarias Portuguesas – D. Duarte, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, documento 317, pp. 176-179; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 256.

¹⁷⁸⁷ Casa, em 1424, com o infante D. João, filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre; recebeu de seu avô as terras de Lousada, Paiva, Tendões, a vila de Almada e as rendas de Loulé, cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Capítulos LXVI, p. 192, e LXXX, p. 201; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 177.

1398 – Conde de Barcelos, de Ourém, e de Arraiolos¹⁷⁸⁹.

2.2.3.

Nobreza

2.2.4.

Família Real

4.

4.2.

1373 – Lisboa – Escudeiro de D. Leonor Teles¹⁷⁹⁰.

1385 – Coimbra, abril – Nomeado mordomo-mor por D. João I¹⁷⁹¹.

1387 – Porto, fevereiro – Mestre-sala da boda do casamento
de D. João I com D. Filipa de Lencastre¹⁷⁹²

5.

5.1. Embaixador

Castela

1398/1399 – Olivença – Negociar nova trégua [de nove meses] entre

¹⁷⁸⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LII, p. 129; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 147; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, p. 252; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 115.

¹⁷⁸⁹ Assim se designa Nuno Álvares Pereira em carta enviada ao Mestre de Santiago de Castela, cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXVII, p. 168; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, *op. cit.*, pp. 252-253; Isabel de Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, *op. cit.*, p. 222.

¹⁷⁹⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIII, p. 59; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. I, p. 5.

¹⁷⁹¹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, "Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo" in *Crónicas dos Reis de Portugal*, *op. cit.*, Cap. XLVII p. 547; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. I, pp. 3-4; cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, *op. cit.*, p. 166; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 89.

¹⁷⁹² Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, pp. 155 e 199; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 122.

Portugal e Castela¹⁷⁹³.

6.

1422– Lisboa, Julho – Frade da ordem do Carmelo¹⁷⁹⁴.

7.

1383 – Dezembro (?) – Intervém como negociador na entrega do castelo de Lisboa ao Mestre de Avis¹⁷⁹⁵

1384 – Março – Nomeado pelo Mestre de Avis fronteiro-mor entre Tejo e Guadiana¹⁷⁹⁶.

1384 – Abril, 6 – Vitória na batalha dos Atoleiros¹⁷⁹⁷.

1385 – Abril, 8 – Nomeado Condestável do reino por D. João I¹⁷⁹⁸.

¹⁷⁹³ O rei Henrique III emite salvo-conduto para se negociarem as tréguas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394 . P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 22-23; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 281-282. Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op.cit.*, Cap. LXXX, p. 657; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXXII, pp. 182-184; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p. 274; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, p. 151.

¹⁷⁹⁴ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXXIX, p. 197; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p. 293.

¹⁷⁹⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XLI, pp. 71-72.

¹⁷⁹⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, pp. 146-147; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1 , *op. cit.*, Cap. CXXV, p. 651; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. XXVII, p. 56; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 61.

¹⁷⁹⁷ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. XVIII, pp. 67-69; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, pp. 121-123; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 62.

¹⁷⁹⁸ Cf. P. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da*

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D.

João I¹⁷⁹⁹.

1385 – Maio – Tomada de Ponte de Lima¹⁸⁰⁰

1385 – Outubro – Vitória na batalha de Valverde¹⁸⁰¹.

1386 – Participa ao lado de D. João I no cerco de Chaves¹⁸⁰².

1386 – Maio – Tomada de Almeida e submissão de Cidade Rodrigo¹⁸⁰³.

1396 – Participa na tomada de Badajoz¹⁸⁰⁴

1415– Agosto – Participa na empresa de Ceuta¹⁸⁰⁵.

8.

1385– Coimbra, abril, 10 – Membro do conselho régio de D. João I¹⁸⁰⁶.

natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens, op. cit., Tratado V, Cap. II, p. 264; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXII, Cap. XLVIII, p. 379; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., p. 166.

¹⁷⁹⁹ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, cap. XXXVIII, p. 748; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. LVII, p. 576; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. XXXIX, p. 88; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., pp. 199-202; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 89.

¹⁸⁰⁰Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 98.

¹⁸⁰¹ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Cap. LIV, pp. 125-133; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., pp. 216-223.

¹⁸⁰² Cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., pp. 226-228.

¹⁸⁰³ IDEM, pp. 230-231; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 123.

¹⁸⁰⁴ Cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., p. 264.

¹⁸⁰⁵ Cf. Dom Fernando de MENEZES, *Vida e Acções D'ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, op. cit., Livro Quinto, pp. 372-373; Gomes Eanes de ZURARA a *Crónica da Tomada de Ceuta*, op. cit., Cap. L, pp. 178-179; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Cap. LXXVIII, pp. 193-196; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., p. 291.

¹⁸⁰⁶ Cf. Frei Manuel dos SANTOS *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, cap. XXXII, p. 677; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. XXXVIII, p. 526; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. II, p.8.

9.

1383 – Elvas, maio – Integra o séquito da rainha D. Leonor que acompanha D. Beatriz para o seu casamento com D. João I de Castela¹⁸⁰⁷.

1383 – Lisboa, novembro, 21 – Presente nas exéquias do rei D. Fernando¹⁸⁰⁸.

1383 – Toma o partido do Mestre de Avis¹⁸⁰⁹.

1383 – Aconselha o Mestre de Avis a permanecer no reino e opõe-se à sua ida para Inglaterra¹⁸¹⁰.

1384 – Lisboa, outubro, 6 – Presta homenagem e juramento ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa¹⁸¹¹.

1384 – Outubro, 6 – Presente na homenagem feita pelo Mestre de Avis à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco levado a cabo pelo rei de Castela¹⁸¹².

¹⁸⁰⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., Cap. CLXVI, p. 456; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXII, Cap. L, p. 396; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Cap. XIV, pp. 36-38; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., p. 67.

¹⁸⁰⁸ Apresenta-se com uma escolta de trinta homens e bastantes peões, cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., p. 77; ARNAUT, Salvador Dias, *A crise nacional dos fins do século XIV*, op. cit., p. 173.

¹⁸⁰⁹ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Cap. XVI, p. 41; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., pp. 102-103.

¹⁸¹⁰ Esta tomada de posição tem também como apoiantes o Dr. João das Regras, Álvaro Pais e o Dr. Martim Afonso; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, op. cit., Cap. CXXIII, p. 646; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, op. cit., Livro XXIII, Cap. XIV, p. 516; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, op. cit., Cap. XX, pp. 46-47.

¹⁸¹¹ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. XXXVIII, p. 525; Dom Fernando de MENEZES, *Vida e Acções D'ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, op. cit., Livro Segundo, pp. 179-180; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares*, op. cit., pp. 146-147.

- 1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra¹⁸¹³.
- 1386 – Ponte de Mouro, novembro, 1 – Presente no encontro entre D. João I e o duque de Lencastre¹⁸¹⁴.
- 1386 – Novembro – Acompanha o duque de Lencastre à Galiza¹⁸¹⁵
- 1387 – Porto, fevereiro, 27 – Assiste na Sé do Porto ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre¹⁸¹⁶.
- 1396 – Presente, entre muitos fidalgos, ao chamamento de D. João I que pretendia comprar-lhes terras¹⁸¹⁷.
- 1408 – Novembro – Receptor de uma das cartas de convocação para o concílio de Pisa entregues por D. Nicolau de Perusa, embaixador dos cardeais¹⁸¹⁸.
- 1414 – Torres Vedras, junho – Convocado, por D. João I, para uma reunião sobre os preparativos da empresa de Ceuta¹⁸¹⁹.

¹⁸¹² Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLIV, p. 287; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XXXVIII, p. 526; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

¹⁸¹³ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLIV, p. 538; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, pp. 343-344; cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIX, p. 646; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. XL, p. 111; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p. 157; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 79; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 111.

¹⁸¹⁴ Cf. Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d’armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretaigne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, p. 515; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LVII, p. 140; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, pp. 237-238.

¹⁸¹⁵ Cf. Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p.238.

¹⁸¹⁶ Cf. *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, *op. cit.*, Cap. LVII p. 168.

¹⁸¹⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CLIII, p. 321.

¹⁸¹⁸ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op.cit.*, p. 43.

- 1414 – Novembro, 14 – Mencionado nas instruções da embaixada enviada por D. Fernando rei de Aragão a D. João I e a D. Filipa de Lencastre¹⁸²⁰.
- 1414 – Novembro, 14 – Receptor de uma carta credencial dos embaixadores enviados pelo rei de Aragão D. Fernando¹⁸²¹.
- 1415 – Lisboa, julho – Integra a comitiva que o infante D. Pedro apresenta na barra de Lisboa para receber a armada do infante D. Henrique proveniente do Porto¹⁸²²

10.

- 1384 – Setúbal – Nomeia os do seu conselho. Constitui-se como Senhor¹⁸²³.
- 1385 – Agosto – Romaria a Santa Maria de Ourém, após a batalha de Aljubarrota¹⁸²⁴.
- 1388 – Edificação das igrejas de Santa Maria e de S. Jorge, em Aljubarrota¹⁸²⁵.

¹⁸¹⁹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 140; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Livro VIII, Cap. II, pp. 232-233; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 60. p. 86; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 234; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCXCIII, p. 1426.

¹⁸²⁰ A embaixada enviada pelo rei de Aragão tinha como objetivo perceber qual o destino da armada que D. João I estava a preparar, pois receava que o reino da Sicília fosse o escolhido, Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 41. pp. 106-108

¹⁸²¹ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 44. pp. 110-111.

¹⁸²² IDEM., doc. 40. p. 150.

¹⁸²³ Nomeia homens para o seu conselho, ordena oficiais, escudeiro, alferes de sua bandeira, tesoureiro, capela e pregador, Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos XC, pp. 150-151, e XCII, pp.152-153.

¹⁸²⁴ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 116.

- 1389 - Início da construção do mosteiro de Santa Maria do Carmo em Lisboa¹⁸²⁶
- 1393 – Distribuição das terras doadas por D. João I pelos cavaleiros e escudeiros que consigo estiveram na luta contra Castela pela defesa do reino¹⁸²⁷.
- 1394 – Construção da igreja de Santa Maria em Vila Viçosa, Portel e Sousel; terminou a construção da igreja de Santa Maria dos Mártires em Estremoz; construção da capela de Santo Agostinho em Vila Viçosa¹⁸²⁸
- 1396/97 – Manifesta desagrado pela decisão de D. João I em comprar terras doadas aos fidalgos e ameaça sair do reino¹⁸²⁹.

11.

11.2.

- 1385 – Santarém, agosto, 20 – Jurisdição cível e crime de Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo e Almada¹⁸³⁰.
- 1385 – Porto, abril, 1385 – Jurisdição cível do Castelo de Montalegre, exceto as alçadas e apelações¹⁸³¹.

¹⁸²⁵ IDEM, p. 118.

¹⁸²⁶ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁸²⁷ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. LXI, pp. 148-150; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun'Álvares, op. cit.*, p. 260..

¹⁸²⁸ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. LXXX, pp. 198-199.

¹⁸²⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte, op. cit.*, Capítulos CLIII e CLIV, pp. 320-324; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 295; Humberto Baquero MORENO, "Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. IV, Porto, Faculdade de Letras, 1996, pp. 105-106.

¹⁸³⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 587, pp. 33-34.

- 1388 – Campo Maior, novembro, 15 – Jurisdição da vila de Chaves em escambo com outras vilas a que o D. João I lhe tinha feito mercê¹⁸³².
- 1390 – Santarém, julho, 2 – Jurisdição de Alter do Chão, Vila Formosa, Chancelaria e Assumar¹⁸³³.
- 1391 – Lisboa, abril, 13 – Sentença favorável de D. João I ao concelho de Lisboa em detrimento da pretensão do Condestável requerer a jurisdição dos reguengos de Sacavém, Camarate, Unhos, Frielas e Charneca, no termo de Lisboa¹⁸³⁴
- 1392 – Coimbra, maio, 11 – Jurisdição cível e crime de Vila Nova de Anços, por carta de escambo de D. João I¹⁸³⁵.
- 1399 – Porto, setembro, 1 – Jurisdição cível e crime de Paiva, Tendões e Lousada, exceto correição e alçada¹⁸³⁶

11.6.

- 1385 – Santarém, agosto, 20 – Carta de doação de D. João I de Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo, Almada, Sacavém com seu reguengo, Frielas, Unhos, Camarate, Colares com seus termos e reguengos, do condado de Ourém, e Porto de Mós¹⁸³⁷.

¹⁸³¹ IDEM , documento 736, pp. 114-115.

¹⁸³² Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. I, documento 1362, pp. 220-221.

¹⁸³³ Esta carta confirma a doação feita por D. Fernando, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo I, Vol. II, documento II-443, p. 235.

¹⁸³⁴ Cf. AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 172, f. 155v a 156v; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 310.

¹⁸³⁵ Esta carta de escambo entre D. João I e Nuno Álvares Pereira diz respeito à troca de Baltar pela de Vila Nova de Ança, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. II, documento II-606, p. 311.

¹⁸³⁶ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I, op. cit.*, Tomo 3, Vol. II, documento II-1171, pp. 75-76.

¹⁸³⁷ IDEM, Tomo 2, Vol. I, documento 587, pp. 33-34.

- 1385 – Porto, abril, 28 – Carta de doação de D. João I para Nuno Álvares Pereira e sua mulher, a título hereditário, do castelo de Montalegre com seus termos, direitos, foros e pertenças¹⁸³⁸.
- 1385 – Coimbra, abril, 7 – Carta de doação de D. João I de Sacavém, Camarate, Unhos e Frielas, com todos os direitos¹⁸³⁹.
- 1390 – Santarém, julho, 2 – Carta de confirmação da doação feita .pelo rei D: Fernando das rendas e direitos de Alter do Chão, Vila formosa, Chancelaria e Assumar¹⁸⁴⁰.
- 1399 – Porto, setembro, 1 – Carta de doação de D. João I a título perpétuo e hereditário, por linha directa e legítima, de Paiva, Tendões e Lousada¹⁸⁴¹

11.7.

- 1385 – Santarém, agosto, 20 – Carta de doação de D. João I do serviço real dos judeus de Lisboa e dos direitos e rendas régias da cidade de Silves e Loulé¹⁸⁴².
- 1385 – Santarém, agosto, 22 – Carta de doação, em préstamo, de todas as rendas e direitos régios em Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Vila Real, Chaves, Bragança, Atouguia, com todos os seus termos¹⁸⁴³.
- 1387 – Porto, fevereiro, 5 – Carta de doação de D. João I dos

¹⁸³⁸ IDEM., Tomo 2, Vol. I, documento 736, pp. 114-115.

¹⁸³⁹ IDEM. Tomo 2, Vol. I, documento 800, pp. 151-152.

¹⁸⁴⁰ IDEM, Tomo I, Vol. II, documento II-443, p. 235.

¹⁸⁴¹ IDEM, Tomo 3, Vol. II, documento II-1171, pp. 75-76.

¹⁸⁴² IDEM, Tomo 2, Vol. I, documento 587, pp. 33-34.

¹⁸⁴³ IDEM, Tomo 2, Vol. I, documento 785, p.143.

padroados e apresentações de todas as igrejas que estão nos seus domínios¹⁸⁴⁴.

1399 – Lisboa, março, 30 – Carta de privilégio de D. João I para povoamento de Vila Formosa. Os povoadores estão isentos de servir por terra e mar, e também não servem no concelho¹⁸⁴⁵.

11.9.

1371– Morador da casa do rei D. Fernando¹⁸⁴⁶.

40. Nuno Martins da Silveira

1.

1.1.

(?) – 15 de junho de 1454¹⁸⁴⁷.

2.

2.1.1.

Gonçalo Vasques da Silveira, avô materno¹⁸⁴⁸.

Alda Rodrigues, avó materna¹⁸⁴⁹.

Martim Gil Pestana, pai¹⁸⁵⁰.

¹⁸⁴⁴ IDEM, Tomo 3, Vol. I, documento 1199, p. 136.

¹⁸⁴⁵ IDEM, Tomo 3, Vol. II, documento II-1082, p. 21.

¹⁸⁴⁶ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op. cit.*, Cap. I, p. 6.

¹⁸⁴⁷ Cf. CONDE de TOVAR, “Estudos Históricos – O Escrivão da Puridade”, in *Subsídios para a História Portuguesa*, Volume 6, Tomo III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1961, p. 50.

¹⁸⁴⁸ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit.*, p. 10.

¹⁸⁴⁹ IDEM, *IBIDEM*.

Maria Martins da Silveira, mãe¹⁸⁵¹.

2.1.2.

Fernão da Silveira, Beatriz Martins¹⁸⁵², irmãos.

2.1.3.

Casa com D. Leonor Gonçalves de Abreu¹⁸⁵³.

2.1.4.

Gonçalo da Silveira¹⁸⁵⁴, Vasco da Silveira¹⁸⁵⁵, Diogo da Silveira¹⁸⁵⁶, Fernão da Silveira¹⁸⁵⁷, D. Violante da Silveira¹⁸⁵⁸, D. Mécia da Silveira¹⁸⁵⁹, D. Isabel de Abreu¹⁸⁶⁰, D. Isabel da Silveira¹⁸⁶¹, D. Guiomar, filhos.

¹⁸⁵⁰ Alferes-mor de Évora, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, p. 300; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, I Volume, 2.ª Parte, *op. cit.*, pp. 9-10.

¹⁸⁵¹ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁸⁵² Casa duas vezes: a primeira com João Pires de Castro, e a segunda com Gonçalo Vaz Camelo, desembargador de D. João I, IDEM, p. 10.

¹⁸⁵³ Filha de Gonçalo Annes de Abreu, senhor de Castelo de Vide, cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 300.

¹⁸⁵⁴ Em 1440, fica responsável pela guarda do castelo do Crato e, após a tomada do castelo pelo infante D. Pedro, vai para Castela servir a rainha D. Leonor, cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, p. 816; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979-1980, p. 92; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 11.

¹⁸⁵⁵ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁸⁵⁶ Senhor de Recaredães e Seguachães, Vedor das obras do reino e escrivão da puridade de D. Afonso V; casa com D. Beatriz de Góis; morre numa sortida em África na serra de Benacafu; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*, Volume I, 2.ª Parte, *op. cit.*, p. 12; IDEM, pp. 300-301; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 28v; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, *op. cit.*, Cap. CLV, p. 354.

¹⁸⁵⁷ Senhor das Sarzedas e da Sovereira Formosa sucedeu a seu pai no cargo de coudel-mor; membro do conselho régio de D. Afonso V e seu embaixador a Roma, regedor da Casa da Suplicação de D. João II e seu

Nuno Martins da Silveira¹⁸⁶², Henrique da Silveira e Martim da Silveira, netos¹⁸⁶³, netos.

embaixador a Castela em 1490; casa com D. Isabel Henriques, filha de Fernando Henrique, senhor das Alcáçovas, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *As Sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 14; *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 304; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Braga, Typografia de Domingues Gonçalves Gouvea, Volume II, 1869, Tratado IX, Cap. XII, p. 277; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit.*, p. 22

¹⁸⁵⁸ Casa com Gomes de Miranda, senhor do morgadio de Patameiras, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, *op. cit.*, Tratado VII, Cap. I, p. 181; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit.*, p. 11

¹⁸⁵⁹ Casa com D. Fradique de Castro, “o Tagarote”, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 147; cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit.*, p. 11.

¹⁸⁶⁰ Casa com Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, *op. cit.*, Tratado VII, Cap. I, p. 181; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 448.

¹⁸⁶¹ Casa com João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa e Redondo, filho de Martim Afonso de Melo; donzela da casa da rainha D. Leonor; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, *op. cit.*, Tratado VII, Cap. I, p. 181; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, *op. cit.*, p. 453; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra, op. cit.*, p. 165.

¹⁸⁶² Filho de Diogo da Silveira; senhor do morgadio de seu pai; mordomo-mor da rainha D. Catarina; provedor-mor dos hospitais, capelas e albergarias e Vedor das obras do reino; casa com D. Filipa de Vilhena,

2.2.

2.2.1.

Nobre¹⁸⁶⁴.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁸⁶⁵.

2.2.3.

Nobre¹⁸⁶⁶.

2.2.4.

Bragança e Noronha¹⁸⁶⁷.

4.

4.2.

Escrivão da puridade de D. Duarte¹⁸⁶⁸ e de D. Afonso V¹⁸⁶⁹.

filha de Fernão Teles de Meneses mordomo-mor da rainha D. Leonor, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 29.

¹⁸⁶³ Filhos de Diogo da Silveira e de sua mulher D. Beatriz de Góis, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, 2.ª Parte, op. cit., p. 12; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [Livro das linhages novas de Damião de Goes ...], fl. 29.*

¹⁸⁶⁴ A linhagem dos seus ascendentes remonta à conquista de Évora e à figura de Giraldo Sem Pavor, cf. CONDE de TOVAR, “Estudos Históricos – O Escrivão da Puridade”, *op. cit.*, p. 46; Anselmo Braamcamp FREIRE, *As Sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 13.

¹⁸⁶⁵ Apontado como cavaleiro numa carta de D. Duarte datada de 1434, Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento , 298, p. 156; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. III, p. 58.

¹⁸⁶⁶ Título de dom concedido a D. João I a seus descendentes. D. Afonso V, em carta datada de 1 de junho de 1450, concede o título de Dona a Leonor Gonçalves de Abreu e às filhas Guiomar de Abreu, Leonor da Silveira e Violante de Abreu, A cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume II, *op. cit.*, Tratado VII, Cap. I, p. 181; *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, Lisboa, 1905, p. 141.

¹⁸⁶⁷ O duque de Bragança, o conde de Ourém e o arcebispo de Lisboa representam a influência política junto de D. Afonso V, e surgem como poderosos aliados de Nuno Martins da Silveira, cf. CONDE de TOVAR, “Estudos Históricos – O Escrivão da Puridade”, *op. cit.*, p. 49.

5.1.

Embaixador de D. João I (1429-1430).

5.4.

Aragão e Castela

Aragão

1430 – Tortosa, janeiro, 5 – Propor D. João I como mediador no conflito entre o rei de Aragão e os infantes seus irmãos, D. Pedro e D. Henrique, e o rei de Castela¹⁸⁷⁰.

1430 – Fevereiro, 19 – Consegue que o rei de Aragão prorrogue o prazo de tréguas com Castela de fim de março para 15 de maio de 1430¹⁸⁷¹.

1430 – Março, 8 – Apresenta ao rei de Aragão uma cédula do rei de Castela sobre a outorgação das tréguas¹⁸⁷².

1430 – Abril, 1 – Solicita que o rei de Aragão e os infantes seus irmãos delegassem em D. João I o papel de mediador na resolução das querelas com o rei de Castela¹⁸⁷³.

¹⁸⁶⁸ IDEM, p. 46; João de BARROS, *Da Ásia*, Década Quarta, Parte Primeira, Regia Officina Typografica, 1777, Livro IV, Cap. XI, p. 432; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, *op. cit.*, doc. 983, p. 239.

¹⁸⁶⁹ Desprovido do cargo durante a regência do infante D. Pedro, que o entregou ao Dr. Lopo Afonso. Quando D. Afonso V assume a governação do reino, em 1448, recondu-lo no ofício, cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, *op. cit.*, Vol. I e III, Cap. IX, p. 46 e Cap. VI, pp. 27-28, respetivamente; CONDE de TOVAR, “Estudos Históricos – O Escrivão da Puridade”, *op. cit.*, p. 49; *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, Lisboa, 1905, p. 141.

¹⁸⁷⁰ Cf. Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Angell Canellas LOPEZ (Ed.), Tomo V, Saragoça, Institución “Fernando el Católico”, 1967, Livro XIII, LIX, p. 727; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, Paris, 1842, p. 305.

¹⁸⁷¹ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 305-306.

¹⁸⁷² IDEM, p. 306; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 94.

Castela

1429/1430 – Propor D. João I como mediador do conflito entre o rei de Castela e o rei de Aragão e os infantes seus irmãos¹⁸⁷⁴.

7.

1415 – Participa na empresa de Ceuta¹⁸⁷⁵.

1415 – Armado cavaleiro pelo infante D. Duarte após a conquista de Ceuta¹⁸⁷⁶.

1448 – Nomeado coudel mor por D. Afonso V¹⁸⁷⁷.

1449 – Maio, 20 – Participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V¹⁸⁷⁸.

8.

Membro do conselho de D. Duarte¹⁸⁷⁹ e de D. Afonso V¹⁸⁸⁰.

¹⁸⁷³ Apesar de obter resposta favorável do rei de Aragão e dos seus irmãos, as tréguas com Castela são assinadas em junho de 1430, sem qualquer intervenção por parte de D. João I, IDEM, p. 307.

¹⁸⁷⁴ IDEM, pp. 307-308; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, op. cit., p. 93.

¹⁸⁷⁵ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. LXXXVII, p. 680; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Capítulos L, p. 178; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, pp. 211 e 217; Joseph Soares SYLVA da, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCC, p. 1455.

¹⁸⁷⁶ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, op. cit., Capítulos LXXVI, p. 233 e XCVI, p. 277; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, op. cit., p. 211; Luís Miguel; DUARTE, *D. Duarte*, op. cit., p. 58; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCCIV, 1486.

¹⁸⁷⁷ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 185; *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, op. cit., p. 141.

¹⁸⁷⁸ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, op. cit., p. 542;

Apontado como conselheiro do regimento do reino no segundo quadrimestre jurado nas Cortes de Torres Novas (1438)¹⁸⁸¹.

9.

1431 – Leiria, agosto, 22 - Testemunha da assinatura de uma carta do infante D. Pedro a confirmar Garcia Aznarez como procurador dos reis de Aragão e de Navarra para a assinatura de um acordo entre o rei de Portugal e os seus filhos infantes¹⁸⁸².

1431 – Outubro, 30 – Testemunha da assinatura de uma carta do infante D. Duarte a confirmar Garcia Aznarez como procurador dos reis de Aragão e de Navarra para a assinatura de um acordo entre o rei de Portugal e os seus filhos infantes¹⁸⁸³.

1432 – Acompanha o infante D. Pedro de Aragão ao Algarve¹⁸⁸⁴.

1435 – Santarém, novembro, 25 – Testemunha da ratificação feita por D. Duarte dos Tratados de Paz, Concórdia, Amizade e Confederação que D. João I tinha assinado com os reis de

¹⁸⁷⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 298, pp. 156-158; Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), *op. cit.*, CCXIII, p. 251.

¹⁸⁸⁰ Cf. *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, *op. cit.*, p. 141.

¹⁸⁸¹ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, *op. cit.*, p. 110.

¹⁸⁸² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII (Gav. XVIII, Maços 1-6), *op. cit.*, 4417, XVIII, 4-19, p. 455.

¹⁸⁸³ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁸⁸⁴ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. CII, p. 725; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XXVII, p. 659; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1731, Cap. CLXXXIX, p. 945; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 98.

Inglaterra¹⁸⁸⁵.

1438 – Torres Novas, novembro, 10-18 – Publica, nas Cortes de Torres Novas, a substância da concórdia sobre o regimento do reino, após a morte de D. Duarte¹⁸⁸⁶.

– Torres Novas – Nomeado, nas Cortes de Torres Novas, conselheiro do reino no segundo quadrimestre¹⁸⁸⁷.

1438 – D. Leonor nomeia-o aio de D. Afonso V¹⁸⁸⁸.

1439 – Toma partido pela rainha D. Leonor¹⁸⁸⁹.

11.

11.1.

1416 – Santarém, setembro, 20 – Carta de couto de uma herdade em Terena, para preservação do pasto e proibição de pasto do gado dos moradores do concelho de Terena¹⁸⁹⁰.

1432 – Detentor de uma capela em Évora¹⁸⁹¹.

¹⁸⁸⁵ Cf. *Rymer's Foedera*, Vol. 10, *op. cit.*, pp. 615-629; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, pp. 173-174.

¹⁸⁸⁶ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. IX, p. 42.

¹⁸⁸⁷ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 19; *Monumenta Henricina*, Vol. VI, *op. cit.* documento 96, p. 270; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 229.

¹⁸⁸⁸ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. III, p. 58; Rui de PINA, "Chronica do Senhor Rey D. Afonso V", *op. cit.*, Cap. XIX, p. 607; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 107 e 202.

¹⁸⁸⁹ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 51; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 209.

¹⁸⁹⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 3, Volume III, documento 1183, pp. 235-237.

- 1434 – Almeirim, dezembro, 30 – Carta de confirmação de D. Duarte da administração de todos os bens pertencentes à capela de João Primeiro e sua mulher Constança Domingues, na igreja de Santa Cruz de Lisboa¹⁸⁹².
- 1434 – Almeirim, dezembro, 30 – Carta de confirmação de D. Duarte da doação perpétua e hereditária de um “pedaço de caua e chaão e da cerca uelha” em Évora, junto às casas de Nuno Martins da Silveira¹⁸⁹³.
- 1434 – Santarém, janeiro, 28 – Carta de D. Duarte de couto de uma azenha no termo de Évora¹⁸⁹⁴.
- 1435 – Évora, abril, 26 – Carta de D. Duarte a legitimar a argumentação de D. Álvaro bispo de Évora relativa à administração dos bens de raiz de Catarina Gil, por disposição testamentária¹⁸⁹⁵.
- 1437 – Lisboa, novembro, 11 – Carta de D. Duarte de doação do foro de uma quinta na comarca de Azeitão, termo de Sesimbra, a título perpétuo e hereditário¹⁸⁹⁶.

11.2.

¹⁸⁹¹ Conforme consta numa carta de D. Duarte datada de 15 de abril de 1432 dirigida ao bispo de Évora, D. Álvaro Gonçalves de Abreu, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, Tomo 1, Braga, Editorial Franciscana, 1986, p. 46.

¹⁸⁹² Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 299, pp. 158-159.

¹⁸⁹³ IDEM, documento 300, pp. 159-160.

¹⁸⁹⁴ Este pedido de coutamento da azenha mandada construir por Nuno Martins da Silveira é justificada pelo facto de o gado dos vizinhos danificarem a levada da azenha prejudicando o funcionamento da mesma, IDEM, documento 301, pp. 160-161.

¹⁸⁹⁵ Refere o bispo de Évora que Nuno Martins da Silveira era da linhagem de Catarina Gil por linha directa e, por isso, o único que reunia condições de “reger e amjnstrar os dictos beens e fazer cantar as dictas mjsas e anjuersarios”, IDEM, documento 710, pp. 439-442.

¹⁸⁹⁶ Refere D. Duarte a possibilidade de este foro ser vendido e trocado, tal como se fosse propriedade “própria”, IDEM, Tomo 2, documento 1121, pp. 343-345.

1436 – Estremoz, maio, 26 – Jurisdição da vila de Terena por carta de D. Duarte¹⁸⁹⁷.

11.5.

1434 – Almeirim, dezembro, 29 – Carta de D. Duarte de concessão da encomenda dos mouros de Évora¹⁸⁹⁸.

1438 – Alvará de D. Leonor de mercê dos varejos de Lisboa¹⁸⁹⁹.

11.6.

1418 – Évora, fevereiro, 22 – Carta de doação de D. João I de um chão em Évora para nele fazer um pomar e algumas casas¹⁹⁰⁰.

1434 – Santarém, janeiro, 28 – Carta de confirmação de D. Duarte de couto da herdade de Terena¹⁹⁰¹.

1436 – Estremoz, maio, 26 – Carta de D. Duarte de doação da vila de Terena com todas as rendas e direitos reais¹⁹⁰².

1449 – Doação de bens confiscados aos partidários do infante D.

¹⁸⁹⁷ A jurisdição diz respeito à posse da alcaidaria, da prisão e da guarda de presos e malfeitores, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, doc. 983, p. 240.

¹⁸⁹⁸ Concessão feita após a informação transmitida pelo alcaide e comuna de mouros de Évora sobre a ausência de encomenda por morte de Martim Afonso de Melo, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 485, pp. 345-346.

¹⁸⁹⁹ Esta mercê de D. Leonor causou grande descontentamento entre os mercadores de Lisboa, cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. XVI, pp. 70-73; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, Cap. IV, p. 793; *Monumenta Henricina*, VII, *op. cit.*, documento 31, pp. 43-44, nota 1; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 191.

¹⁹⁰⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, *op. cit.*, Tomo 3, Volume III, documento 1239, pp. 267-268.

¹⁹⁰¹ Confirmação da carta de couto passada por D. João I em Santarém a 20 de setembro de 1415, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 298, pp. 156-158.

¹⁹⁰² A doação da vila de Terena tem apenas efeito durante a vida de Nuno Martins da Silveira, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, doc. 983, pp. 239-241.

Pedro¹⁹⁰³.

1450 – Setembro, 26 – Confirmação por D. Afonso V da doação de uma torre do castelo de Évora doada por D. Duarte¹⁹⁰⁴.

11.7.

1433 – Almeirim, dezembro, 28 – Carta de D. Duarte de protecção aos caseiros e lavradores na herdade no termo da vila de Alenquer, pertença de Nuno Martins da Silveira¹⁹⁰⁵.

1434 – Lisboa, outubro, 19 – Carta de D. Duarte de autorização de porte de armas aos moradores estrangeiros da vila de Lavar¹⁹⁰⁶.

11.8.

1430 – Embaixada a Aragão – 760 coroas para despesas¹⁹⁰⁷.

12.

“fidalgo muito nobre e dotado de grande saber e virtudes, e sobretudo muito paciente”¹⁹⁰⁸.

¹⁹⁰³ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 611.

¹⁹⁰⁴ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *As Sepulturas do Espinheiro*, *op. cit.*, p. 13.

¹⁹⁰⁵ Carta dirigida aos juizes e justiças de Alenquer, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 42, p. 33.

¹⁹⁰⁶ Carta dirigida aos corregedores, juizes e justiça, em que estes não podem confiscar as armas aos moradores estrangeiros desde que apresentem um alvará assinado por Nuno Martins da Silveira, que tem a mercê em vida da dita vila e seu termo; proíbe-se o porte de armas de noite e ainda de dia se fizerem delas uso indevido, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 139, p. 105.

¹⁹⁰⁷ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 75.

¹⁹⁰⁸ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. III, p. 58.

41. Pedro de Noronha

1.

1.1.

(?) – 2 de Agosto de 1452¹⁹⁰⁹.

2.

2.1.1.

D. Afonso, conde de Noronha e Gijon, filho natural de D. Henrique II rei Castela, pai¹⁹¹⁰.

D. Isabel, filha natural do rei D. Fernando, mãe¹⁹¹¹.

2.1.2.

D. João de Noronha¹⁹¹², D. Fernando de Noronha¹⁹¹³, D. Sancho de

¹⁹⁰⁹ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume I, *op. cit.*, p. 113, nota 1.

¹⁹¹⁰ Cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 221. O casamento com D. Isabel, ocorrido em Burgos no ano de 1378, foi uma das cláusulas da paz assinada entre os reis D. Fernando e Henrique, cf. D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933, p. 55.

¹⁹¹¹ Cf. *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 221; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, Oficina Komarekiana, 1728, p. 285.

¹⁹¹² Morre em 1419 quando ajuda D. Pedro de Meneses na defesa da praça de Ceuta. Não deixa descendentes, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 184; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, Cap. LXXVIII, pp. 498-500; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 162, pp. 330-331 e Volume III, doc. 6, pp. 10-12.

¹⁹¹³ Membro do conselho régio entre 1428-1432, camareiro-mor de D. Duarte e 2.º Capitão de Ceuta. Casa com D. Isabel de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses. Auxilia monetariamente a rainha D. Leonor quando esta se refugia em Castela; 2.º conde de Vila Real, cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 51, Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, Livro I, Cap. LVII, p. 180, *Livro Linhagens do Século XVI*, *op. cit.*, p. 226, Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume II, *op. cit.*, Cap. XXIX, p. 138; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op.*

Noronha¹⁹¹⁴, D. Henrique de Noronha¹⁹¹⁵ e D. Constança de Noronha¹⁹¹⁶ e D. Beatriz de Noronha¹⁹¹⁷, irmãos.

2.1.4.

D. João de Noronha¹⁹¹⁸, D. Pedro de Noronha¹⁹¹⁹, D. Fernando de

cit., Livro XXII, p. 184; Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, CCCXXXVI, pp. 382-384.

¹⁹¹⁴ Senhor do Vimieiro, Mortágua e Aveiro e alcaide-mor de Estremoz. Casa com D. Mécia de Sousa, filha de Gonçalo Annes de Sousa, senhor de Mortágua; 1.º conde de Odemira, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA; comendador-mor da Ordem de Santiago; cf. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, Livro I, Cap. LVII, p. 180., cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 231; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *op. cit.* Vol. II, p. 268.

¹⁹¹⁵ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 182.

¹⁹¹⁶ Casa a 29 de julho de 1425 com D. Afonso conde de Barcelos e foram os primeiros duques de Bragança; depois de enviivar professou na Ordem Terceira de S. Francisco, cf. Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Volume I, *op. cit.*, Livro I, Cap. LVII, p. 180; Joseph Soares SYLVA da, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, Lisboa, *op. cit.*, Cap. XLVII, p. 245 e Cap. XLXI, p. 250.

¹⁹¹⁷ Casa com Rui Pereira dos de Riba de Vizela, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, p. 184.

¹⁹¹⁸ Alcaide-mor de Óbidos; casa , em 1443, com D. Filipa de Castro, filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde conde de Atouguia e donzela da casa de D. Afonso V, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 14; *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 221; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 182; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses, op. cit.*, Cap. LXXVIII, pp. 498-500; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 162, pp. 330-331; *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, Lisboa, 1905, p. 402.

¹⁹¹⁹ Senhor do Cadaval, mordomo-mor de D. João II , comendador-mor da Ordem de Santiago e alcaide-mor de Óbidos; embaixador de obediência ao papa Inocêncio VIII, em 1485; casa com D. Catarina de Távora, filha de Martim de Távora, reposteiro-mor de D. Afonso V, Cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 222; D. António Caetano de SOUSA, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal, op. cit.*, p. 56; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988; Livro XXII, Cap. XXV, p. 183; António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *op. cit.* Vol. II, p. 266; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 14v.

Noronha¹⁹²⁰, D. Leão de Noronha¹⁹²¹, D. Isabel de Noronha¹⁹²², D. Inês de Noronha¹⁹²³, D. Leonor de Noronha¹⁹²⁴, filhos naturais.

D. João de Noronha, D. Sancho de Noronha, D. Joana de Noronha¹⁹²⁵, D. Henrique de Noronha, D. Guiomar de Noronha, netos¹⁹²⁶.

2.2.

2.2.1.

Nobre¹⁹²⁷.

¹⁹²⁰ Camareiro-mor do infante D. Duarte; governador da casa da rainha D. Joana e de sua filha; casa com D. Constança de Castro, filha de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, Cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 222; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 183; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra, op. cit.*, p. 87.

¹⁹²¹ Não deixa descendentes, cf. *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 222.

¹⁹²² Casa com D. João marquês de Montemor e Condestável de Portugal, IDEM, p. 221; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 183; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 13v.

¹⁹²³ Casa com D. João de Almeida 2.º conde de Abrantes, IDEM, *IBIDEM*; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 183; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 13v.

¹⁹²⁴ Casa com Lopo de Albuquerque conde de Penamacor, IDEM, *IBIDEM*; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 183; cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 13v.

¹⁹²⁵ Filha de D. João de Noronha; casa com Gonçalo Vaz Coutinho, que a matou e, por isso, morreu por justiça, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 13v.

¹⁹²⁶ Cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, [*Livro das linhages novas de Damião de Goes ...*], fl. 14 e 14v.

¹⁹²⁷ A ascendência nobre apresenta-se indissociável das casas reais de Portugal e Castela, apesar das linhas de bastardia. O rei D. João de Castela, depois da morte do rei D. Fernando, optou por uma atuação política de neutralizar as potenciais ameaças ao trono de Portugal e mandou prender D. Afonso conde de Gijón e Noronha, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XXV, p. 181;

2.2.2.

Clero¹⁹²⁸.

2.2.3.

Nobreza¹⁹²⁹.

2.2.4.

Bragança¹⁹³⁰.

4.

4.2.

Camareiro-mor do infante D. Duarte¹⁹³¹.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I e do infante D. Duarte (1411-1428).

5.4.

Castela

1411 – Tratado de paz com Castela¹⁹³².

Aragão.

Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XIV, pp. 466-468.

¹⁹²⁸ Condição social privilegiada que lhe dá acesso e influência à corte de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, pelos laços familiares que os unem; o seu percurso como eclesiástico permite-lhe ascender de comendador da diocese de Évora ao arcebispado de Lisboa, além de ter na cúria romana um procurador, Lourenço Anes, cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, p. 113, nota 1.

¹⁹²⁹ Os seus descendentes giram em torno das elites cortesãs e da esfera do poder real.

¹⁹³⁰ A ligação à família Bragança estabelece-se por via matrimonial com o casamento de sua irmã D. Constança com D. Afonso conde de Barcelos, mas também pela aliança política e conspiratória que desenvolve durante a regência do infante D. Pedro.

¹⁹³¹ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369.

¹⁹³² Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documento 152, nota 3, p. 350.

- 1427 – Ajustar as cláusulas do casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão, junto do rei D. Afonso VI¹⁹³³.
- 1427 – Teruel, dezembro, 5 – Carta de D. Afonso V de Aragão dirigida a D. João I a comunicar-lhe a partida de D. Leonor no mês seguinte¹⁹³⁴.
- 1428 – Olhos Negros, fevereiro, 7 – Assinatura do contrato de casamento entre o infante D. Duarte e D. Leonor de Aragão¹⁹³⁵.
- 1428 – Olhos Negros, fevereiro, 16 – Celebração do casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão¹⁹³⁶.
- 1428 – Olhos Negros, fevereiro, 16 – Carta de D. Afonso V a comunicar a D. João I que D. Leonor estará em Portugal no prazo de 60 dias¹⁹³⁷.
- 1428 – Olhos Negros, fevereiro, 16 – D. Afonso V de Aragão assina o contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de

¹⁹³³ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. C, p. 717; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, *op. cit.*, p. 299; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, *op. cit.*, 1967, Livro XIII, p. 681; Padre Francisco da, FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, *op. cit.*, p. 285; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D’ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, *op. cit.*, Livro V, pp. 404-405; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 49 e 51.

¹⁹³⁴ Cf. *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 85, pp. 172-173.

¹⁹³⁵ D. Pedro de Noronha surge na qualidade de procurador de D. João I e dos seus filhos infantes. A informação deste acontecimento está referenciada numa carta de D. Afonso V de Aragão dirigida a D. João I a 2 de maio de 1428, Cf. *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 97, p. 204; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 53.

¹⁹³⁶ Cf. *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 91, pp. 180-182; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 174; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 299.

¹⁹³⁷ Cf. *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 92, p. 198.

Aragão. Início da viagem de regresso a Portugal da comitiva real¹⁹³⁸.

1428 – Valhadolid, abril, 29 – A comitiva real portuguesa é recebida pelo rei de Castela¹⁹³⁹.

1428 – Julho – A comitiva real portuguesa segue de Valhadolid para Medina del Campo e entra em Portugal por S. Felix dos Galegos¹⁹⁴⁰.

1428 – Coimbra, setembro, 22 – Casamento do infante D. Duarte com D. Leonor¹⁹⁴¹

6.

1419 – Janeiro, 11 – Administrador da diocese de Évora¹⁹⁴².

1420 – Março, 20 – Nomeado bispo de Évora¹⁹⁴³.

1423 – Março, 10 – Nomeado arcebispo de Lisboa¹⁹⁴⁴.

¹⁹³⁸ D. Leonor inicia a sua viagem para Portugal, na companhia de D. Pedro de Noronha, de D. Sancho e D. Fernando de Noronha, irmãos do arcebispo, e mais 150 cavaleiros, cf. Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 112.

¹⁹³⁹ Cf. Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, Tomo V, *op. cit.*, Livro XIII, p. 681; *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 96, p. 203; Féran PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Féran peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenzo galindes de caravagia ...]. Imprensa en ... Logroño...: por arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517], Año XXVIII, Cap. CI, fol. XCIII; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, Cap. I, pp. 18-19; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragón – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 59.

¹⁹⁴⁰ Quando a comitiva entra em Portugal há uma briga entre os criados de D. Pedro de Noronha e os do arcebispo de Santiago, com mortos e feridos, cf. Frei Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1976, Livro XVI, pp. 65v -66; *Monumenta Henricina III*, *op. cit.*, documentos 110, p. 233 e 111, pp. 223-224; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 131.

¹⁹⁴¹ *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 125, pp. 256-258.

¹⁹⁴² IDEM, p. 11 nota 1.

¹⁹⁴³ IDEM, *IBIDEM*.

1429 – Reformador dos estatutos da Ordem de Santiago, por pedido de D. João I¹⁹⁴⁵.

7.

1449 – Maio, 20 – Participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V¹⁹⁴⁶.

8.

Membro do conselho de D. João I¹⁹⁴⁷.

9.

1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha da atribuição de arras a D. Leonor de Aragão¹⁹⁴⁸.

¹⁹⁴⁴ Arcebispo de Lisboa entre 1423 e 1452, cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume I, *op.cit.*, p. 507; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, p. 113, nota 1; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 169. Durante o exercício desta função houve situações conflituosas entre D. Pedro de Noronha e Câmara de Lisboa, pois em 1439 esta entidade acusa-o de desleal e traidor e formaliza uma queixa ao papa, que não chega a ser apresentada, cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume I, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 110. Em 1439 sai de Portugal e vai para Castela, cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” *op. cit.*, Cap. XL, pp. 629-630. O arcebispado é-lhe restituído, em 1442, por influência de D. Afonso conde de Barcelos, cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume II, *op. cit.*, 1893, Cap. XXII, p. 111; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo”, *op. cit.*, Cap. X I, p.818; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LXXV, p. 679; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, *op. cit.*, p. 285; *Monumenta Henricina* III, *op. cit.*, nota 1, p. 11 e documento 77, p. 157.

¹⁹⁴⁵Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, pp. 383-384.

¹⁹⁴⁶ Cf. Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, *op. cit.*, p. 286; Humberto Baquero. MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, *op. cit.*, p. 564;

¹⁹⁴⁷ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369.

¹⁹⁴⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI (Gav. XVI, Maços 1-3), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, 4073, XVII, 1-2, pp. 468-469; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 237; *Monumenta Henricina* III, *op. cit.* documento 129, pp. 275-279; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com*

- 1428 – Estremoz, dezembro - Acompanha a rainha D. Leonor na entrada em Estremoz para a festa de recepção preparada por D. João I¹⁹⁴⁹.
- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor, aprovado por D. João I¹⁹⁵⁰.
- 1437 – Lisboa, agosto, 14 – Celebração com o rei D. Duarte, na igreja da Graça, da vitória da batalha de Aljubarrota – “milagre da cera”¹⁹⁵¹.
- 1437 – Lisboa – Autentica o traslado de um documento para se fazerem exéquias a D. João I a 14 de agosto todos os anos, por ordem do rei D. Duarte¹⁹⁵².
- 1438 – Tomar – Presente na abertura do testamento do rei D. Duarte¹⁹⁵³.
- 1438 – Outubro – Participante na conjura contra o infante D. Pedro organizada por Vasco Fernandes Coutinho, antes das cortes de Torres Novas¹⁹⁵⁴.

as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias, Tomo 1, *op. cit.*, p. 302.

¹⁹⁴⁹ Cf. Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 76.

¹⁹⁵⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 900, pp. 367-369.

¹⁹⁵¹ Cf. Armindo de SOUSA,, “A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)”, *Lucerna*, (número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), Porto, Centro de Estudo Humanísticos, 1984, p. 459; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, p. 243.

¹⁹⁵² Refere Frei Luís de Sousa que esta vontade surge em sequência do suposto “milagre da cera”, cf. Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, Volume I, *op. cit.*, Cap. XXVI, pp. 672-673.

¹⁹⁵³ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume I, *op. cit.*, Cap. III, pp. 22-24; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo” , *op. cit.*, Cap. I, p. 783; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V, *op. cit.*, Cap. III, p. 590; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, p. 265.

¹⁹⁵⁴ Cf. Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo” *op. cit.*, Cap.II, p. 785; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” , *op. cit.*, Cap. X, pp.

1438 – Opositor ao regimento do reino partilhado pela rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, determinado nos cortes de Torres Novas¹⁹⁵⁵.

10.

1421 – Abril, 4 – Súplica de D. João I e de D. Pedro de Noronha ao papa Martinho V para que este não declare o prelado em pena de excomunhão ou outra pena, pelo facto de não haver recebido a sagração episcopal no prazo estabelecido pelos cânones e do incumprimento das anatas à Câmara apostólica¹⁹⁵⁶.

1426 – Abril, 18 – Súplica a pedir indulto de recitar o ofício divino conforme o costume da cúria romana¹⁹⁵⁷.

1426 – Maio, 18 – Obrigação do mosteiro e convento de Chelas de pagamento da procuração e visitação ao arcebispo de Lisboa¹⁹⁵⁸.

1427 – Julho, 11 – Súplica de Lourenço Anes, procurador de D. Pedro de Noronha na cúria papal, do arcediogo de Vouga da igreja de Coimbra¹⁹⁵⁹.

599-598; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volumes I, *op. cit.*, p. 9; Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, *op. cit.*, p. 286.

¹⁹⁵⁵ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume I, *op. cit.*, Cap. VII, pp. 34-37; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. XIII, p. 600.

¹⁹⁵⁶ O papa Martinho V concedeu-lhe a absolvição, cf. *Monumenta Henricina III*, *op. cit.* documento 6, pp. 10-12.

¹⁹⁵⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, p. 113.

¹⁹⁵⁸ A obrigação deste pagamento decretada pelos vigários de D. Pedro de Noronha é motivo de recurso apresentado pelo convento de Chelas à Igreja e Corte de Roma, cf. João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, *op. cit.*, p. 263.

¹⁹⁵⁹ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume IV, *op. cit.*, p. 242.

1434 – Julho, 4 – Súplica do seu procurador na cúria romana, Lourenço Anes, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa¹⁹⁶⁰.

11.

11.2.

1434 – Santarém, dezembro, 15 – Carta de D. Duarte a conceder alvará ao arcebispo, vigários e visitadores para permitir que as justiças (meirinho, aljubeiro e mais três homens) de Lisboa e Santarém possam andar armados de noite e de dia, de forma a prender os malfeitores¹⁹⁶¹.

11.7.

Tenças graciosas no valor de 62 mil e 500 reis pagas por D. João I¹⁹⁶².

11.8.

Morador da casa de D. João I com a moradia de 27 400 libras¹⁹⁶³.

11.9.

1440 – Maio, 12 – Detentor de uma nau para comércio do trigo na Sicília¹⁹⁶⁴.

¹⁹⁶⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, 995, pp. 69-70.

¹⁹⁶¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 1, *op. cit.* documento 253, pp. 92-93.

¹⁹⁶² Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 105.

¹⁹⁶³ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 64, p. 226.

¹⁹⁶⁴ Este facto depreende-se a partir da leitura de uma carta do infante D. Pedro dirigida aos vereadores e homens bons de Lisboa, cf. João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento, *op. cit.*, p. 136.

42. Pedro Eanes Lobato

2.

2.2.

2.2.2.

Escudeiro do conde D. Afonso Teles de Meneses¹⁹⁶⁵ e de Nuno Álvares
Pereira¹⁹⁶⁶
Cavaleiro¹⁹⁶⁷

3.

3.2.

1392– Regedor da Casa do Cível de Lisboa¹⁹⁶⁸.

5.

5.1. Embaixador de D. João I

5.4.

Castela e Inglaterra

Castela

1398/1399 – Olivença – Negociar nova trégua [de nove meses] entre
Portugal e Castela¹⁹⁶⁹.

¹⁹⁶⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. III, p. 7.

¹⁹⁶⁶ IDEM, Cap. XCIII, p. 154.

¹⁹⁶⁷ Assim identificado no escatocolo da carta credencial de D. Afonso V de Aragão de 23 de fevereiro de 1440 dirigida ao infante D. João e a outras entidades nobres e eclesiásticas de apresentação do bispo de Segorbe que se desloca a Portugal, cf. *Monumenta Henricina*, VIII, *op. cit.* documento 46, pp. 68-69; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas de Rui de Pina*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 239

¹⁹⁶⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. IV, documento IV-791, pp. 206-217; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas de Rui de Pina*, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 239.

Inglaterra

1417 – Southampton, julho, 12 – Carta de Henrique V de autorização de transporte para Portugal de trezentas lanças a entregar ao infante D. Henrique destinadas a combater os infiéis, e ainda três palafreiros e um arnés para o mesmo infante¹⁹⁷⁰.

7.

1383 - 85 – Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino¹⁹⁷¹.

1384 – Acompanha Nuno Álvares Pereira quando este é nomeado fronteiro-mor pelo Mestre de Avis¹⁹⁷².

1384 – Participa na batalha do Atoleiros¹⁹⁷³.

1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota¹⁹⁷⁴.

¹⁹⁶⁹ O rei Henrique III emite salvo-conduto para se negociarem as tréguas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394 . P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 22-23; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 281-282. Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op.cit.*, Cap. LXXX, p. 657; *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LXXII, pp. 182-184; Oliveira MARTINS, *A vida de Nun’Álvares*, *op. cit.*, p. 274.

¹⁹⁷⁰ Estes bens estão isentos de impostos, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte III, *op. cit.*, p. 5; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 165; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* documento 136, p. 266.

¹⁹⁷¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLIX, p. 301; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CCXXXV, p. 1149.

¹⁹⁷² Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereira*, *op.cit.*, cap. XXVII, p. 57; Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, pp. 146-147.

¹⁹⁷³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCVI, p. 161.

1415 – Participa na conquista de Ceuta. Vai na armada do rei D. João I¹⁹⁷⁵.

10.

1384 – Setúbal – nomeado membro do conselho de Nuno Álvares Pereira¹⁹⁷⁶

11.

11.6.

1385 – Santarém, agosto, 22 – Carta de doação de D. João I, em préstamo, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos régios dos mouros e mouras forros da mouraria de Lisboa¹⁹⁷⁷.

1389 – Lisboa, maio, 30 – Carta de doação de D. João I, em préstamo, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos régios dos mouros e mourarias de Setúbal e Alcácer¹⁹⁷⁸.

11.7.

1387 – Braga, dezembro, 13 – Carta de confirmação de D. João I de uns banhos em Lisboa, a que chamam banhos D’el-rei¹⁹⁷⁹.

¹⁹⁷⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXI, p. 89.

¹⁹⁷⁵ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 178; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1455.

¹⁹⁷⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCI, pp. 150-151.

¹⁹⁷⁷ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. João I, Volume I, Tomo 2, *op. cit.* documento 779, p. 140.

¹⁹⁷⁸ IDEM, Volume II, Tomo 1, *op. cit.* documento II-437, p. 231.

¹⁹⁷⁹ IDEM, Volume I, Tomo 3, *op. cit.* documento 1384, p. 236.

1393 – Doação de Nuno Álvares Pereira das rendas de Almada¹⁹⁸⁰.

12.

“homem de grande auctoridade e bom cavaleiro (...) [embora] de grande condição de sangue não fosse”¹⁹⁸¹

43. Pedro Gonçalves Malafaia

1.

1.1.

(?) – 1437¹⁹⁸².

2.

2.1.1.

Gonçalo Peres Malafaia, pai¹⁹⁸³.

Maria Anes, mãe¹⁹⁸⁴.

¹⁹⁸⁰ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, op.cit.*, cap. LXI, p. 149.

¹⁹⁸¹ Cf. Rui de PINA , “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas de Rui de Pina, op. cit.*, Cap. XXV, p. 239.

¹⁹⁸² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p. 63; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 375,

¹⁹⁸³ Escrivão do rei D. Fernando encontrava-se, em Santarém com D. Leonor e o rei de Castela, em 1384; abraçou depois a causa do Mestre de Avis; após as Cortes de Coimbra, D. João I nomeou-o escrivão da chancelaria do rei e Vedor da Fazenda, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XII, p. 502, Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXVI, p. 112, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXII, p. 675; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CIV, p. 555; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, cap. II, pp. 235-236: identifica-o como senhor de Belas, Vedor da Fazenda de Portugal e Regedor da Casa do Cível.

2.1.2.

Luís Gonçalves Malafaia¹⁹⁸⁵, Catarina Gonçalves Malafaia¹⁹⁸⁶, Beatriz Dinis Malafaia¹⁹⁸⁷, Isabel Gonçalves Malafaia¹⁹⁸⁸, Ana Dinis Malafaia¹⁹⁸⁹, irmãos.

2.1.3.

Casa com D. Isabel Gomes da Silva¹⁹⁹⁰.

2.1.4.

D. Beatriz¹⁹⁹¹, D. Leonor¹⁹⁹², D. Maria¹⁹⁹³, e D. Clara da Silva¹⁹⁹⁴,

¹⁹⁸⁴ Cf. SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, cap. II, pp. 235-236.

¹⁹⁸⁵ Cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 73.

¹⁹⁸⁶ Casa com Álvaro Nogueira, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁸⁷ Casa com Rui Gomes da Grã, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁸⁸ Casa com Nuno Martins do Carvalhal, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁸⁹ Casa com Gonçalves Tavares, IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁹⁰ Filha natural de João Gomes da Silva e de Inês Lopes, legitimada pelo rei D. Duarte por carta passada em Sintra a 20 de julho de 1436, cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, *op. cit.*, doc. 1029, p. 292; Luis SALAZAR Y CASTRO de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, pp. 236-237; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume I, op. cit.*, p. 74; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume I, *op. cit.*, Tratado VI, p. 316.

¹⁹⁹¹ Camareira-mor da rainha D. Joana e, depois de viúva, camareira-mor da rainha D. Isabel; Casa, em 1442, com Lopo de Almeida, senhor do Sardoal, alcaide-mor de Abrantes, Punhete e Mação, Vedor da Fazenda de D. Afonso V e 1.º conde de Abrantes, cf. SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva, op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, cap. II, pp. 235-236; P. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Volume I, *op. cit.*, Tratado VI, p. 316; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, Lisboa, Imprensa

filhas¹⁹⁹⁵.

2.2.

2.2.1.

Cavaleiro¹⁹⁹⁶.

2.2.2.

Cavaleiro¹⁹⁹⁷.

2.2.4.

Silva¹⁹⁹⁸.

4.

Nacional – Casa da Moeda, 1973, pp. 351 e 353 e Volume III, p. 322; *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 286.

¹⁹⁹² IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁹³ Casa com Álvaro de Ataíde, cavaleiro da Ordem de Cristo, cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI), op. cit.* Vol. II, p. 30; *Livro Linhagens do Século XVI, op. cit.*, p. 286.

¹⁹⁹⁴ IDEM, *IBIDEM*.

¹⁹⁹⁵ Duas das suas filhas, damas da corte, foram “expulsas” pela rainha D. Leonor, após a morte do rei D. Duarte, na situação política gerada pelo regimento do reino. D. Leonor considera-as suspeitas de transmitirem informações ao infante D. Pedro. Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” , *op. cit.*, Cap. XXIII, p. 611; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo” , *op. cit.*, Cap. IV, p. 791; Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, Cap. XVI, p. 70.

¹⁹⁹⁶ Gonçalo Peres Malafaia foi armado cavaleiro por D. João I em 1385, antes da Batalha de Aljubarrota, cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234.

¹⁹⁹⁷ Esteve ausente do reino e participou na Guerra dos Cem Anos. Veio servir D. João I e participou nas empresas militares no Norte de África, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), *op. cit.*, 4195, XVII, 6-16, p. 293; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. C, p. 284; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 170.

¹⁹⁹⁸ A aliança com a família Silva estabelece-se através do seu casamento com Isabel Gomes da Silva.

4.2.

Vedor da Fazenda de João I¹⁹⁹⁹ e de D. Duarte²⁰⁰⁰.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1431-1432) e de D. Duarte (1434)

5.4.

Castela.

1431 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela.

– Palência, fevereiro (?) – Audiência com o rei de Castela.

Nomeados representantes castelhanos para negociar. Não há acordo²⁰⁰¹.

– Córdova, maio – Encontro com o rei de Castela para reiterar o mesmo assunto. Recusa de D. João II, pois está mais empenhado na luta contra os Mouros de Granada²⁰⁰².

¹⁹⁹⁹ IDEM, p. 293; Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Tomo 1 (1415-1450), *op. cit.*, XIII, p. 19; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo”, *op. cit.*, Cap. II, p. 738; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CIV, p. 555: nomeado por D. João após as Cortes de Coimbra em abril de 1385; Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, pp. 236-237; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 157.

²⁰⁰⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, *op. cit.*, doc. 723, p. 15; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, *op. cit.*, p. 275; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume I, *op. cit.*, p. 74; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, 133; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, *op. cit.*, doc. 723, p. 15.

²⁰⁰¹ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 311; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo , *op. cit.*, Livro II, Cap. CLXXXIX, p. 945; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.*, doc. 163, p. 336; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 96.

– Medina del Campo, outubro, 30 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela²⁰⁰³.

1432 – Julho-dezembro – Mediador nomeado por D. João I e pelos infantes D. Duarte e D. Pedro no conflito entre D. João de Castela e os infantes de Aragão, D. Pedro e D. Henrique²⁰⁰⁴.

– Albuquerque, julho – Encontro com o infante D. Henrique de Aragão para tratar da libertação do seu irmão D. Pedro de Aragão²⁰⁰⁵.

– Salamanca, julho – Embaixada ao rei D. João II de Castela

²⁰⁰² IDEM, p. 312; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 945; PÉREZ de GUZMAN, Férrnan, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...*, *op. cit.*, año XXXI, Cap. CCV, fol. CXXIIIv..

²⁰⁰³ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4195, XVII, 6-16, p. 293; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. CII, pp. 723-725; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XXVI, p. 655; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXVI, pp. 435-437; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CLXXXIX, p. 945 e Cap. CXCII, p. 962; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 271; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 9, pp. 22 e 50 e doc. 14, p. 64; PÉREZ de GUZMAN, Férrnan, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* *op. cit.*, año XXXI, Cap. CCXV, fol. CXXVIv.; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 142.

²⁰⁰⁴ Cf. VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 317-318; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CLXXXIX, p. 945; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, documentos 21, nota 1 da p. 100 e 31, pp. 141-142; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, *op. cit.*, Cap. CXXX, pp. 133-134; PÉREZ de GUZMAN, Férrnan, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* [escrita por ...Férrnan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ...Lorenço galindes de caravaglia ...], *op. cit.*, año XXXII, fol. CXXXIIv.; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 98.

²⁰⁰⁵ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XXVII, p. 658; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc.30, pp. 140-141

para propor auxílio português na conquista de Granada e negociar a libertação do infante D. Pedro de Aragão, preso em Alcântara²⁰⁰⁶.

– Albuquerque – Apresentação ao infante D. Henrique de Aragão das condições de entrega dos castelos e fortalezas, em troca da libertação do seu irmão D. Pedro de Aragão²⁰⁰⁷.

– Ciudad Rodrigo, setembro, 23 – Encontro com o rei de Castela para apresentar as condições de entrega dos castelos e fortalezas que o infante D. Henrique possuía em Castela²⁰⁰⁸.

– Albuquerque, outubro, 2 – Procuração do infante D. Henrique de Aragão para, em seu nome, tratar com o rei de Castela a libertação de seu irmão²⁰⁰⁹.

– Castelo Branco, novembro, 15 – Procuração do infante D. Pedro de Portugal para resolver, junto do rei de Castela, a questão da entrega do castelo de Alconchel²⁰¹⁰.

– Arronches, novembro, 17 – Procuração do infante D. Henrique de Aragão para tratar, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel²⁰¹¹.

– Salamanca, novembro, 28 – Assume-se juridicamente como procurador do rei D. João I, dos seus filhos D. Duarte e D. Pedro e do infante D. Henrique de

²⁰⁰⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc.31, pp. 141-142.

²⁰⁰⁷ IDEM, doc. 44, pp. 174-175; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, *op. cit.*, Cap. CLI e CLII, pp. 144-145.

²⁰⁰⁸ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CLXXXIX, p. 945; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc.39, pp. 162-163.

²⁰⁰⁹ O infante D. Pedro de Aragão sai da prisão, por ordem de D. João II de Castela e, entregue , primeiro, ao cuidado do infante D. Pedro que o vai receber em Segura e posteriormente ao do infante D. Duarte, em Abrantes, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 40, pp. 163-165; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 57, pp. 212-213; . Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XXVII, p. 658; Jerónimo ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, *op. cit.*, Livro XIV, fol. 212.

²⁰¹⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 46, pp. 176-177.

²⁰¹¹ IDEM, doc. 47, pp. 178-180.

Aragão perante o rei de Castela para justificar o impeditivo da entrega do castelo de Alconchel, no prazo previsto²⁰¹².

– Salamanca, novembro, 29 – Prorrogação, por D. João II, do prazo de entrega das fortalezas e castelos que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela, particularmente as de Segura da Serra e Socovos²⁰¹³.

– Nisa, dezembro, 10 – Procuração do infante D. Pedro de Portugal a assumir perante o rei de Castela o compromisso de não dar apoio aos rebeldes do castelo de Alconchel²⁰¹⁴.

– Nisa, dezembro, 10 – Carta do infante D. Pedro a ratificar, a prorrogação feita pelo rei de Castela em 29 de novembro do prazo de entrega de castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela²⁰¹⁵.

– Sardoal, dezembro, 18 – Carta do infante D. Duarte de compromisso perante o rei de Castela de não fornecer auxílio aos detentores do castelo de Alconchel²⁰¹⁶.

– Sardoal, dezembro, 18 – Carta do infante D. Duarte a ratificar, perante o rei de Castela, o acordo sobre a prorrogação do prazo de entrega dos castelos e fortalezas que o infante de Aragão possuía em Castela, particularmente os de Serra Segura e Socovos²⁰¹⁷.

– Alcochete, dezembro, 26 – Carta de D. João I a confirmar a decisão tomada pelos embaixadores portugueses sobre a entrega do castelo de Alconchel²⁰¹⁸.

²⁰¹² *IDEM*, doc. 48, pp. 180, 183 e 185.

²⁰¹³ *IDEM*, doc. 50, pp. 188-189.

²⁰¹⁴ *IDEM*, doc. 51, pp. 192-193.

²⁰¹⁵ *IDEM*, doc. 50, pp. 190-192.

²⁰¹⁶ *IDEM*, doc. 52, pp. 196-197 e 199.

²⁰¹⁷ *IDEM*, doc. 53, pp. 200, 202-204.

²⁰¹⁸ *IDEM*, doc. 54, pp. 205-206.

– Alcochete, dezembro, 26 – Carta de D. João I a confirmar o conteúdo da carta de D. Duarte escrita a 18 de dezembro sobre as condições de adiamento da entrega dos castelos e fortalezas que o do infante D. Henrique de Aragão possuía em Castela²⁰¹⁹.

1434 – Medina del Campo, maio, 12 – Propor ao rei de Castela a possibilidade de D. Duarte poder participar na guerra contra Granada²⁰²⁰.

7.

1415 – Paris, fevereiro, 15 – Participa num torneio com mais dois cavaleiros portugueses, Álvaro Gonçalves Coutinho e Rui Mendes²⁰²¹.

1415 – Agosto – Participa na conquista de Ceuta²⁰²².

1415/ 1419 – Permanece em Ceuta. Ajuda D. Pedro de Meneses na defesa da praça²⁰²³.

²⁰¹⁹ IDEM, doc. 55, pp. 208-209.

²⁰²⁰ Este pedido é rejeitado pelo rei de Castela, cf. Rui de PINA, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914, Cap. XIII, p. 121; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 321; Pedro Carrillo de HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, *op. cit.*, Cap. CLXIV, p. 160; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 1343, nota 1, p. 347.

²⁰²¹ Cf. Jean LEFEBVRE [de Saint-Remy], “Memoires, de 1407 a 1435” (ed.) J. A. C. in BUCHON, in *Choix de Chroniques et Mémoires sur L’Histoire de France*, Paris, Auguste Desrez, 1838, Cap. LIII, p. 385; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, *op. cit.*, pp. 96 e 98; *Journal d’un bourgeois de Paris, 1405-1449*, Alexandre TUETY (ed.), Paris, H. Champion, 1881, pp. 59-60.

²⁰²² Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*, Cap. L, p. 170; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXVII, p. 681; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I*, II, *op. cit.*, Cap. CCC, p. 1456; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc.30, nota 1, p. 140.

²⁰²³ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, Cap. VI, p. 201; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. Joaõ I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXV, p. 919 e Cap. CCCVII, p. 1517; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 101, p. 214; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. Joaõ I”, *op. cit.*, pp. 62-63.

8.

Membro do conselho dos reis D. João I²⁰²⁴ e D. Duarte²⁰²⁵.

9.

1428 – Estremoz, Setembro, 15 – Testemunha da procuração de D. João I para o estabelecimento de arras para a D. Leonor de Aragão, mulher do infante D. Duarte²⁰²⁶.

1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da confirmação da escritura das arras para D. Leonor de Aragão²⁰²⁷.

1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Assina e jura cumprir a ratificação feita por D. João I do Tratado de Paz com Castela de 30 de outubro de 1431²⁰²⁸.

1433 – Outubro, 24-29 – Transporta a bandeira real nas cerimónias de trasladação do corpo de D. João I da Sé de Lisboa para o Mosteiro da Batalha²⁰²⁹.

²⁰²⁴ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4195, XVII, 6-16, p. 293; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Vol. II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CXCII, p. 962; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 209; Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, *op. cit.*, p.63.

²⁰²⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, *op. cit.*, Volumes I, II, doc. 745, p. 37, e III, doc. 1, p. 12; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.* 95, p. 133.

²⁰²⁶ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, *op. cit.*, 4073, XVII, 1-2, p. 466.

²⁰²⁷ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 239; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, *op. cit.*, 4073, XVII, 1-2, p. 469.

²⁰²⁸ Presente na qualidade de Vedor da Fazenda e membro do conselho; o termo original do juramento de Tratado de Paz com Castela é feito por D. João I em Almeirim a 7 de Novembro e o instrumento notarial de ratificação realiza-se no dia 8, em Abrantes, pelos infantes D. Duarte, D. Henrique e no dia 13 de Novembro, no Sardoal, pelo infante D. Pedro; este procedimento justifica-se pelo facto de se verificarem infracções, de ambas as partes, ao dito Tratado, cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, documentos 15, p. 86 e 42, pp. 167-170.

²⁰²⁹ Encabeça um grupo de doze nobres montados a cavalo que segue o féretro, cf. Rui de PINA, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914, Cap. V, p. 92; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 1, *op. cit.*,

11.

11.8.

1431– Castela – 7060 dobras para despesas²⁰³⁰.

44. Pedro João

4.

4.2.

Monteiro da Câmara de D. João I²⁰³¹.

5.2. Embaixador de D. João I

5.4. Inglaterra

1399 – Apresentar a Henrique IV um documento sobre as condições de protecção de comércio e de navegação dos portugueses, em protesto pelos danos causados por corsários ingleses²⁰³².

Livro I, Cap. LIII, p. 274; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 85, p. 275; Duarte Nunes LEÃO, “Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo”, *op. cit.*, Cap. II, p. 738.

²⁰³⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 65, p. 236: a nota 5 informa que, na margem do documento, está escrito “Malafaias” e na nota 6 acrescenta a quantia de 1120 dobras; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 76.

²⁰³¹ Cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, p. 57.

²⁰³² Esta missão apresenta uma vertente puramente comercial; aludindo os tratados de paz e de amizade celebrados entre os dois reinos, apresentam-se queixas sobre a forma como são tratados, por alguns súbditos ingleses, os mercadores portugueses e as suas mercadorias, ao mesmo tempo que se procuram estabelecer regras e direitos a cumprir por ambas as partes, cf. Frederico Francisco de LA FIGANIÉRE, *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico*, *op. cit.*, pp. 57-59; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, XCIII-XCIV e pp. 125-133.

45. Pedro Lopes²⁰³³ do Quintal

2.

2.1.1.

Lopo Afonso do Quintal, pai²⁰³⁴

Isabel Martins, mãe²⁰³⁵.

2.1.3.

Casa com Leonor de Tovar²⁰³⁶

2.2.

2.2.2.

Escudeiro²⁰³⁷

Cavaleiro²⁰³⁸.

4.

4.2.

Oficial da relação de D. João I²⁰³⁹.

²⁰³³ Na bibliografia portuguesa surge o nome de Pedro Lobo do Quintal. Porém na fonte em latim indicada por todos os autores, surge *Petrum Lopi de Quintaal Militem*, cf. Thomas RYMER, (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte IV, *op. cit.*, p. 34. Deste modo, consideramos a designação de Lopes a mais correta.

²⁰³⁴ Partidário do Mestre de Avis, em 1384; identificado como escudeiro e vassalo do rei; juiz do Cível em 1408-1409, cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 536.

²⁰³⁵ IDEM, *IBIDEM*.

²⁰³⁶ IDEM, p. 537.

²⁰³⁷ IDEM, p. 536.

²⁰³⁸ Assim designado em carta do rei Henrique V de Inglaterra datada de 17 de julho de 1412, cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte IV, *op. cit.*, p. 34; cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 536.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1417-1422).

5.4.

Inglaterra e Roma

Inglaterra

1421 – Westminster, junho, 30 – Salvo-conduto de Henrique V para que possa sair de Southampton com dois navios portugueses que transportam sessenta lanças, cavalos e arneses²⁰⁴⁰.

Roma

1422 – Roma, setembro, 16 – Obtenção de carta de trânsito do papa Martinho V²⁰⁴¹.

11.8.

1402 – Morador da casa de D. João I com a moradia de 2 500 libras²⁰⁴².

1433 (?) - Morador da casa de D. João I, com a moradia de 2 000 libras e de 3 500 libras como cavaleiro²⁰⁴³

²⁰³⁹ Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.*, documentos 122, pp. 285-286.

²⁰⁴⁰ Cf. Thomas RYMER (ed.), *Foedera, conventiones, literae*, Vol. IV, Parte IV, *op. cit.*, p. 34; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, *op. cit.*, p. 166; *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.* documento 13, p. 22; João Martins da SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Lisboa, Supl., *op. cit.*, 694, p. 470.

²⁰⁴¹ Cf. *Monumenta Henricina*, III, *op. cit.*, documento 41, p. 75, nota 1; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo IX, *op. cit.*, p. 406.

²⁰⁴² Cf. *Monumenta Henricina*, I, *op. cit.* documento 122, p. 286.

²⁰⁴³ IDEM, IV, *op. cit.* documento 64, pp. 228 e 233.

1415-1433– 6080 dobras para deslocação a França²⁰⁴⁴.

46. Rui Cravo

2.

2.1.1.

Fernão Cravo, pai²⁰⁴⁵

Domingas Lourenço, mãe²⁰⁴⁶.

2.1.3.

Casa com Maria Fernandes²⁰⁴⁷

2.1.4.

João Cravo, filho natural²⁰⁴⁸.

2.2.2.

Escudeiro de D. Fernando²⁰⁴⁹.

Vassalo de D. João I²⁰⁵⁰.

Cavaleiro de D. João I²⁰⁵¹.

²⁰⁴⁴ IDEM, documento 65, p. 236.

²⁰⁴⁵ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 632.

²⁰⁴⁶ IDEM, *IBIDEM*.

²⁰⁴⁷ IDEM, p. 633.

²⁰⁴⁸ Carta de legitimação de D. João I datada de Lisboa a 4 de setembro de 1399, cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, op. cit., Tomo 3, Vol. II, documento II-1283, p. 141; cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, op. cit., p. 633.

²⁰⁴⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de Fernando*, op. cit., Capítulos CXXVIII, p. 357.

²⁰⁵⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, op. cit., Tomo 3, Vol. II, documento II-1283, p. 141.

²⁰⁵¹ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 137.

4.

1412-1413 – Juiz do cível em Lisboa²⁰⁵².

5.

4.1. Embaixador de D. Fernando e de D. João I.

5.4. Inglaterra

Inglaterra

1381 - Enviado por D. Fernando ao conde de Cambridge para definir os termos do auxílio a Portugal e viabilizar a pretensão do duque de Lencastre ao trono de Castela²⁰⁵³.

1383 – Apresentar desculpas perante Ricardo II sobre a anulação do casamento da infanta D. Beatriz com o príncipe D. Duarte, filho do conde de Cambridge²⁰⁵⁴.

1387– Obter a ratificação do Tratado de Windsor por Ricardo II²⁰⁵⁵.

7.

1383 - 85 – Ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino²⁰⁵⁶.

²⁰⁵² Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 631.

²⁰⁵³ A delegação diplomática tem como principal autor Lourenço Anes de Fogaça; o auxílio inglês é transmitido ao rei por Rui Cravo que desembarca em Buarcos e se dirige a Santarém para lhe dar em primeira mão a chegada do reforço inglês, cf. Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, p. 380; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXXVIII, p. 357; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, nota 22, p. 388; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*, *op. cit.*, p. 299;

²⁰⁵⁴ Na sequência das guerras entre D. Fernando e o rei de Castela, o Tratado de Salvaterra de Magos representa o corolário da derrota do monarca português, ao mesmo tempo que estabelece o contrato de casamento da infanta D. Beatriz com D. João de Castela, o que representa a desvinculação do estabelecido com o conde de Cambridge, cf. Fernão LOPES, *Crónica de Fernando*, *op. cit.*, Capítulos CLXII, pp. 449-450; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 69;

²⁰⁵⁵ Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 137; Peter E. RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, *op. cit.*, p. 552; Conde de TOVAR em *A Embaixada do Infante D. Dinis à Corte de Inglaterra em 1388*, *op.cit.*, pp. 19-20.

1384 – Acompanha Nuno Álvares Pereira quando este é nomeado
fronteiro-mor pelo Mestre de Avis²⁰⁵⁷.

9.

1385 – Abril, 6 – Presente nas Cortes de Coimbra²⁰⁵⁸.

10.

Morador em Lisboa²⁰⁵⁹.

11.

11.6.

1399 – Santarém, setembro, 4 – Carta de confirmação de D. João
I da doação de Laveiros, no termo de Lisboa, e dos bens
de Martins Pires²⁰⁶⁰.

47. Rui Fernandes

1.

1.1.

(?) – depois de 1455²⁰⁶¹.

²⁰⁵⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 305; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Livro II, Cap. CCXXXV, p. 1149.

²⁰⁵⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LXXXVII, p. 146.

²⁰⁵⁸ IDEM, Cap. CLXXXII, p. 344; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. XLIV, p. 538; D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, *op. cit.*, p. 12; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 37.

²⁰⁵⁹ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, *op. cit.*, p. 632.

²⁰⁶⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. I, documento 607, p. 47.

2.

2.1.1.

Fernando Álvares, pai²⁰⁶².

Catarina Martins, mãe²⁰⁶³.

2.1.2.

Fernão Álvares e Luís Fernandes, irmãos²⁰⁶⁴.

2.1.4.

João Rodrigues²⁰⁶⁵ e Álvaro Fernandes²⁰⁶⁶, filhos.

2.2.

2.2.2.

Legista/Doutor em Leis²⁰⁶⁷.

3.

3.1.

Escolar em leis²⁰⁶⁸.

²⁰⁶¹ A sua morte terá ocorrido depois de 1455, uma vez que está presente no auto de juramento do príncipe D. João. Cf. Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, op. cit.*, p. 178.

²⁰⁶² Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 1.ª Parte, op. cit.*, Cap. CLXI, p. 306. Informa o cronista que o pai do doutor Rui Fernandes ajudou o Mestre de Avis na defesa do reino; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico, Volume 2, op. cit.*, p. 804; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I, II, op. cit.*, Cap. CCXXXV, p. 1150; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit.*, p. 380. Na p. 459, nota 1668, informa que Fernão Álvares surge textualmente identificado num documento da chancelaria de D. João I como Fernão Álvares da Escada de Pedra.

²⁰⁶³ Cf. Mário Sérgio da Silva FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433), op. cit.*, p. 402.

²⁰⁶⁴ IDEM, *IBIDEM*.

²⁰⁶⁵ D. Afonso V, por carta de 8 de abril de 1451, atribui-lhe uma tença anual de 5140 reais brancos para os estudos, cf. Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, p. 808.

²⁰⁶⁶ D. Afonso V, por carta de 10 de abril de 1451, atribui-lhe, para sustento, um tença anual de 1000 reais brancos, IDEM, *IBIDEM*.

²⁰⁶⁷ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio (1320-1433), op. cit.*, p. 381 Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I, op. cit.*, p. 209.

Professor de Direito²⁰⁶⁹.

4.

4.2.

Ouvidor na corte de D. João I (1416)²⁰⁷⁰ e da rainha D. Leonor (1434)²⁰⁷¹

Juiz dos feitos de D. João I (1417-1425)²⁰⁷².

Desembargador (1426-1432) de D. João I²⁰⁷³ e de D. Duarte²⁰⁷⁴

Chanceler-mor (1432-1433)²⁰⁷⁵.

Compilador das Ordenações Afonsinas (1434-1446)²⁰⁷⁶.

5.

5.1.

²⁰⁶⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 676, p. 110; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *op. cit.*, p. 381; Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, p. 157.

²⁰⁶⁹ Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, IV, doc. 113, p. 228; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 207.

²⁰⁷⁰ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 380. Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, p. 207.

²⁰⁷¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 151, p. 110; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 157.

²⁰⁷² Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 380; Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, p. 157.

²⁰⁷³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, pp. 37-38; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 380; *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, IV, doc. 48, pp. 180-185; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Reis*, I, Lisboa 1957, p. 19.

²⁰⁷⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume III, *op. cit.*, doc. 378, p. 263.

²⁰⁷⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, IV, doc. 50, p. 190; Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, p. 207.

²⁰⁷⁶ Cf. Jozé Anastasio de FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza: desde 1143 até 1603*, I Vol., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790, pp. 33-34; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, *op. cit.*, pp. 172-173. A compilação das Ordenações, iniciada pelo doutor João Mendes foi retomada pelo doutor Rui Fernandes que a concluiu em 1446.

Embaixador de D. João I (1428-1432)

5.3.

1438 – Entrega uma carta da rainha D. Leonor dirigida ao infante D. Pedro sobre o casamento de D. Afonso com a infanta D. Isabel e outra de resposta deste infante a D. Leonor²⁰⁷⁷.

5.4.

Aragão

1428 – Valência, abril, 29 – Entrega a D. Afonso V de Aragão o instrumento público de confirmação e ratificação dos capítulos relativos ao casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão, assinados por D. João I e pelos infantes D. Duarte, D. Henrique e D. João em Almeirim, a 12 de Abril²⁰⁷⁸

Castela.

1431 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela.
– Palência, fevereiro (?) – Audiência com o rei de Castela.
Nomeados representantes castelhanos para negociar. Não há acordo²⁰⁷⁹.

²⁰⁷⁷ Cf. Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Capítulos. VI e VII, pp. 594-595; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, *op. cit.*, p. 807; Luís Miguel DUARTE, *op. cit.*, p. 268.

²⁰⁷⁸ Informação aduzida a partir da leitura da carta enviada a 2 de maio de 1428 por Afonso V a D. João I. Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, III, doc. 97, p. 204.

²⁰⁷⁹ Cf. Férrnan PÉREZ de GUZMAN, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre...* *op. cit.*, año XXXI, Cap. CXCIII, fol. CXXv; HUETE, Pedro Carrillo de, *Crónica del Halcone de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, Cap. LXXI, pp. 87-88; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 944; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 311; *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, III, doc. 163, pp. 335-336 e IV, doc. 7, p. 15; Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 96.

- Medina del Campo, outubro, 30 – Assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela²⁰⁸⁰.
 - Medina del Campo, novembro, 22 – Confirmação do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela feita pelo príncipe D. Henrique, herdeiro do trono de Castela²⁰⁸¹.
- 1432.– Castelo Branco, novembro, 15 – Procuração do infante D. Pedro de Portugal para resolver, junto do rei de Castela, a questão da entrega do castelo de Alconchel²⁰⁸².
- Salamanca, novembro, 28 – Assume-se juridicamente como procurador do rei D. João I, dos seus filhos D. Duarte e D. Pedro e do infante D. Henrique de Aragão perante o rei de Castela para tratar da entrega do castelo de Alconchel²⁰⁸³.
 - Salamanca, novembro, 29 – Prorrogação, por D. João II, do prazo de entrega das fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela, particularmente as de Segura da Serra e Socovos²⁰⁸⁴.

²⁰⁸⁰ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, op. cit.97, Cap. XXVI, 2.ª Parte, p. 654; Joseph Soares da SYLVA, op. cit., II, Livro II, Cap. CXCI, p. 962; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, op. cit., p. 271; *Monumenta Henricina*, op. cit., IV, doc. 9, p. 22; *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII (Gav. XVII, Maços 3-9), op. cit., 4195, 6-16, p. 293; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, op. cit., Cap. CII, p. 723; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte*, op. cit., Cap. CXVI, p. 436; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, op. cit., p. 142.

²⁰⁸¹ Cf. *Monumenta Henricina*, op. cit., IV, doc. 13, pp. 57-59; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, op. cit., p. 315.

²⁰⁸² Cf. *Monumenta Henricina*, op. cit., IV, doc. 46, pp. 176-177.

²⁰⁸³ IDEM, doc. 48, pp. 180 e 185.

²⁰⁸⁴ IDEM, doc. 49, pp. 188-189.

- Nisa, dezembro, 10 – Procuração do infante D. Pedro de Portugal a assumir perante o rei de Castela o compromisso de não dar apoio aos rebeldes do castelo de Alconchel²⁰⁸⁵.
- Nisa, dezembro, 10 – Carta do infante D. Pedro a ratificar, a prorrogação feita pelo rei de Castela em 29 de Novembro do prazo de entrega de castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela²⁰⁸⁶.
- Sardoal, dezembro, 18 – Carta do infante D. Duarte de compromisso perante o rei de Castela de não fornecer auxílio aos detentores do castelo de Alconchel²⁰⁸⁷.
- Sardoal, dezembro, 18 – Carta do infante D. Duarte a ratificar, perante o rei de Castela, o acordo sobre a prorrogação do prazo de entrega dos castelos e fortalezas que o infante de Aragão possuía em Castela, particularmente os de Serra Segura e Socovos²⁰⁸⁸.
- Alcochete, dezembro, 26 – Carta de D. João I a confirmar a decisão tomada pelos embaixadores portugueses sobre a entrega do castelo de Alconchel²⁰⁸⁹.
- Alcochete, dezembro, 26 – Carta de D. João I a confirmar o conteúdo da carta de D. Duarte escrita a 18 de dezembro sobre as condições de adiamento da entrega dos castelos e fortalezas que o do infante D. Henrique de Aragão possuía em Castela²⁰⁹⁰.

²⁰⁸⁵ IDEM, doc. 52, p. 192.

²⁰⁸⁶ IDEM, doc. 50, pp. 190-191.

²⁰⁸⁷ IDEM, doc. 52, p. 199.

²⁰⁸⁸ IDEM, doc. 53, pp. 202 e 204.

²⁰⁸⁹ IDEM, doc. 54, p. 206.

²⁰⁹⁰ IDEM, *IBIDEM*, doc. 55, pp. 206, 208 e 209.

7.

1449 – Participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V²⁰⁹¹.

8.

Membro do conselho dos reis D. Duarte²⁰⁹² e D. Afonso V²⁰⁹³.

Apontado como conselheiro do regimento do reino no primeiro quadrimestre jurado nas Cortes de Torres Novas (1438)²⁰⁹⁴.

9.

1428 – Valença, agosto, 2 – Testemunha do instrumento notarial feito pelo infante D. Pedro a instituir procuradores para tratarem do casamento deste infante²⁰⁹⁵.

1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha da reforma de alguns capítulos do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão²⁰⁹⁶.

1428 – Coimbra, novembro, 4 – Testemunha do estabelecimento dos rendimentos da rainha D. Leonor²⁰⁹⁷.

1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Testemunha da carta de D. João I que confirma o casamento de D. Duarte com D. Leonor²⁰⁹⁸.

²⁰⁹¹ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, op. cit., Volumes I, p. 566 e II, p. 807.

²⁰⁹² Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, op. cit., doc. 982, p. 239.

²⁰⁹³ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, op. cit., Vol. II, p. 807.

²⁰⁹⁴ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, III, op. cit., p. 110; *Monumenta Henricina*, op. cit., VI, doc. 96, pp. 270 e 277.

²⁰⁹⁵ Cf. *Monumenta Henricina*, op. cit., III, doc. 113, pp. 228 e 230.

²⁰⁹⁶ IDEM, doc. 128, pp. 263-264 e 275; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, op. cit., p. 238; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, I, pp. 303-304.

²⁰⁹⁷ Cf. *Monumenta Henricina*, op. cit., III, doc. 129, pp. 275 e 279.

- 1428 – Estremoz, dezembro, 2 – Presente na confirmação, feita por D. João I, do contrato de casamento entre D. Duarte e D. Leonor, particularmente o rendimento anual a atribuir à rainha²⁰⁹⁹.
- 1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de paz perpétua com Castela assinado em 1431, feito pelo rei D. João I e os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique²¹⁰⁰.
- 1432 – Abrantes, novembro, 8 – Testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de paz perpétua com Castela assinado em 1431, feito pelo infante D. Henrique²¹⁰¹.
- 1436 – Évora, abril, 15 – Discurso de abertura nas Cortes de Évora, convocadas por D. Duarte por causa da expedição a Tânger²¹⁰².
- 1437 – Oração pública justificativa da expedição a Tânger²¹⁰³.
- 1438 – 9-19 de novembro – Cortes de Torres Novas
– 17 de novembro – Presente no juramento do regimento da autoria do infante D. Henrique sobre a forma de dividir a governação do reino durante a menoridade de D. Afonso V ²¹⁰⁴.
- 1445 – Novembro, 5 – Testemunha no acordo celebrado entre o regente

²⁰⁹⁸ IDEM, *IBIDEM*, doc. 131, p. 283; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 238.

²⁰⁹⁹ IDEM, *IBIDEM*, doc. 132, p. 284.

²¹⁰⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, *op. cit.*, pp. 37-38; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 15, p. 86; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CXCII, p. 962.

²¹⁰¹ IDEM, p. 42; *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.*, doc. 43, pp. 171-172.

²¹⁰² Cf. Rui de PINA, *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, *op. cit.*, Cap. XIV, p. 124; Luís Miguel DUARTE, *op. cit.*, p. 242.

²¹⁰³ IDEM, *IBIDEM*.

²¹⁰⁴ Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, VI, doc. 96, pp. 278-279; Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, p. 807.

D. Pedro e o rei D. João II de Castela sobre o dote que a sua mulher, a infanta D. Isabel, iria receber²¹⁰⁵.

1455 – Lisboa, junho, 25 – Presente no auto de juramento do príncipe herdeiro D. João, filho de D. Afonso V²¹⁰⁶.

10.

1448 – Dezembro, 30 – Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos a dizer que considera o doutor Rui Fernandes seu “jmigo capital” devido ao facto de grande número dos partidários deste infante, em situação de prisão, serem julgados por este doutor²¹⁰⁷.

11.

11.1.

1436 – Torres Vedras, outubro, 13 – Carta de confirmação de D. Duarte do aforamento de umas casas na Rua Nova de Lisboa, com foro anual de 60 libras²¹⁰⁸

11.7.

1451 – Maio, 10 – D. Afonso V concede-lhe uma tença anual de 5 moios de trigo²¹⁰⁹.

²¹⁰⁵ Cf. *Monumenta Henricina, op. cit.*, IX, doc. 62, pp. 89-90; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, *op. cit.*, p. 807; Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 235.

²¹⁰⁶ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 1.ª parte, *op. cit.*, p. 239; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, *op. cit.*, p. 807.

²¹⁰⁷ Cf. *Monumenta Henricina, op. cit.*, IX, doc. 211, p. 351; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, *op. cit.*, p. 807.

²¹⁰⁸ Cf. *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, *op. cit.*, doc. 1136, pp. 351-352.

²¹⁰⁹ Cf. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, Coimbra Atlândida, 1952, 1.ª parte, p. 105; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, *op. cit.*, p. 808.

11.8.

Reinado de D. João I

1431 – Castela – 7000 dobras para despesas²¹¹⁰.

– Castela – 9062 coroas para despesas²¹¹¹.

Reinado de D. Afonso V

- Castela – 445 dobras para despesas²¹¹².

12.

“prudente e sábio”²¹¹³

48. Rui Galvão

2.

2.1.1.

João Fernandes Galvão, pai²¹¹⁴.

2.1.3.

Casa com Branca Gonçalves²¹¹⁵.

²¹¹⁰ Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, IV, doc. 65, p. 236.

²¹¹¹ Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 76; VISCONDE de SANTARÉM, *op. cit.*, Tomo 1, pp. 311-315.

²¹¹² Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 77.

²¹¹³ Cf. *Monumenta Henricina*, *op. cit.*, IV, doc. 9, p. 22.

²¹¹⁴ Clérigo e prior de Évora, cf. P. Antonio Carvalho da COSTA, *op. cit.*, Volume II, Tratado II, Cap. VI, p. 322; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*, Volume III, *op. cit.*, p. 371.

²¹¹⁵ Filha natural de Pedro Gonçalves, prior de Santa Maria de Óbidos e cónego de Lisboa. Legitimada em 1391 por carta de D. João I. IDEM, *IBIDEM*; Baquero Moreno refere que o pai é prior de Sintra, cf. *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, *op. cit.*, 817; recebe de D. Afonso V

2.1.4.

João Galvão²¹¹⁶, Duarte Galvão²¹¹⁷, Jorge Galvão²¹¹⁸, Manuel Galvão, Pedro Rodrigues Galvão²¹¹⁹, Isabel Galvão, Maria Rodrigues Galvão²¹²⁰, Filipa Rodrigues Galvão, filhos²¹²¹.

João Rodrigues da Costa²¹²², filho natural.

uma tença de 7 mil reis, cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, op. cit., p. 80; Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume III, op. cit., p. 371.*

²¹¹⁶ Bispo de Coimbra, nomeado a 17 de setembro de 1459 e conde de Arganil, título atribuído por D. Afonso V em 1471, que lhe faz a doação do condado de Arganil por carta datada de 25 de setembro de 1472. Faz parte do exército de D. Afonso V que, em 1476, invade Castela para reclamar o trono de D. Joana. Apontado como elemento dos conselhos régios de D. João II e D. Manuel, cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volume II, Monasterii, 1914, p. 132; P. Antonio Carvalho da COSTA, op. cit., Volume II, Tratado I, Cap. VIII, p. 31; Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, op. cit., Capítulos L e LXIII, pp. 117 e 137; VISCONDE de SANTARÉM, *Notícia dos manuscritos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal*, op. cit., p. 55.

²¹¹⁷ Casa duas vezes: a primeira com D. Catarina filha de Fernão de Sousa, alcaide-mor de Leiria, e segunda com D. Catarina filha de João Rodrigues de Vasconcelos, senhor de Figueiredo; alcaide-mor de Leiria e membro dos conselhos régios de D. João II e D. Manuel. Por ordem de D. Manuel escreve as crónicas dos reis de Portugal, e, como seu embaixador, morre, em 1517, no mar da Arábia em missão diplomática à Abissínia, cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, op. cit., Cap. LXIII, p. 137; Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, Volume I, Lisboa, 1931, pp. 711-713; Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 69v.

²¹¹⁸ Casa com D. Antónia de Vasconcelos filha de Francisco Rodrigues de Vasconcelos, cf. Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal, Volume III, op. cit., p. 375.*

²¹¹⁹ Capitão do exército português em Arévalo, quando D. Afonso V invade Castela para reclamar o trono para D. Joana, cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, op. cit., Cap. LXIII, p. 137.

²¹²⁰ Casa com Álvaro de Castro, filho natural de D. Pedro de Castro, senhor das terras de Roriz e Bem Viver, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 122.

²¹²¹ Cf. Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, op. cit., p. 817.

Isabel, Rui Galvão, Jorge Galvão, Manuel Galvão, Simão de Sousa
Guiomar de Meneses, Violante²¹²³, António Galvão, netos²¹²⁴

2.2.

2.2.2. Cavaleiro²¹²⁵.

4.

4.2.

Escrivão da câmara de D. João I e D. Duarte²¹²⁶.

Secretário de D. João I²¹²⁷, de D. Duarte²¹²⁸ e de D. Afonso V²¹²⁹.

5.

5.2.

Secretário de D. João I (1431)

Secretário de D. Afonso V (1453)

²¹²² Por carta datada de 31 de maio de 1450, D. Afonso V atribui-lhe anualmente a quantia de 5000 reais brancos de bolsa de estudo, cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, V, *op. cit.*, 1598, p. 232; Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, *op. cit.*, p. 817.

²¹²³ Casa com João Fogaça Vedor da casa de D. João II, cf. Damião de GÓIS, Diogo de Castilho COUTINHO, *[Livro das linhages novas de Damião de Goes ...]*, fl. 70.

²¹²⁴ Todos filhos de Duarte Galvão, IDEM, *IBIDEM*.

²¹²⁵ Designado como cavaleiro da casa de D. Afonso V em carta datada de 16 de Janeiro de 1450, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, "A Chancelaria de D. Afonso V" in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, Lisboa, 1905, p. 140.

²¹²⁶ Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, *op. cit.*, p. 815.

²¹²⁷ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, *op. cit.*, Cap. LXIII, p. 137.

²¹²⁸ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume I, *op. cit.*, p. XLIV; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, Tomo 2, documento 1315, pp. 476-477.

²¹²⁹ Cf. Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934, p. 4; Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, *op. cit.*, p. 815.

5.4.

Castela

- 1431 – Medina del Campo, outubro 30 - Embaixada para a assinatura das pazes perpétuas entre Portugal e Castela²¹³⁰.
- 1438 – Medina del Campo, maio, 26 – Procurador da rainha D. Leonor para receber, através da rainha de Castela, o legado do testamento de Leonor de Albuquerque²¹³¹
- 1453 – Apresentar proposta de casamento de D. Joana com Henrique IV de Castela²¹³².

7.

- 1449 – Participa ao lado de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira²¹³³.

²¹³⁰ *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4195, XVII, 6-16, p. 293; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, *op. cit.*, 2.ª Parte, Cap. XXVI, p. 654; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 309-311; Joseph Soares da SYLVA, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Capítulos CLXXXIX e CXCII, pp. 944 e 962; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.*, IV, p. 436; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, *op. cit.*, p. 142.

²¹³¹ D. Leonor de Albuquerque, mãe da rainha D. Leonor deixou em testamento um legado de 5000 florins de Aragão para D. Leonor, que foram cobrados através do mercador Payo Gonzalez de Campo, cf. Ana Maria S. A RODRIGUES, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, *op. cit.*, p. 144.

²¹³² Cf. Luís Adão da FONSECA, “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)” in *Revista da Faculdade de Letras Série de História*, Porto, Vol. III, 1972, p. 74; Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 76-77; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 352; Charles Martial de WITTE, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», in *Revue d’histoire ecclésiastique*, Louvain, 1958, IV, p. 436.

²¹³³ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 1, *op. cit.*, p. 532.

8.

Membro do Conselho Régio de D. João I²¹³⁴ e de D. Afonso V²¹³⁵

9.

1432 – Almeirim, janeiro, 27 – Secretário e notário de D. João I na carta de contrato da ratificação do Tratado de Paz de 30 de outubro de 1431 assinado em Medina del Campo, feito pelo rei D. João I e pelos infantes seus filhos²¹³⁶

1439 – Lisboa, dezembro, 10 – Apresentação escrita, como notário, dos atos solenes de nomeação de D. Pedro como regente, nas Cortes de Lisboa²¹³⁷.

1448 – Novembro, 11 – Acompanha D. Fernando “o Cegonho” no propósito de estabelecer, por escrito, a concórdia entre o infante D. Pedro e D. Afonso duque de Bragança²¹³⁸.

1455 – Lisboa, janeiro, 25 – Testemunha da assinatura dos capítulos do casamento de D. Joana com Henrique IV rei de Castela²¹³⁹.

1455 – Lisboa, junho, 25 – Presente no auto de juramento feito em Cortes ao príncipe D. João²¹⁴⁰.

²¹³⁴ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, *op. cit.*, Cap. LXIII, p. 137.

²¹³⁵ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 1.^a parte, *op. cit.*, p. 105.

²¹³⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, IV, *op. cit.* documento 15, pp. 87-88.

²¹³⁷ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume I, Bibliotheca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1892, Cap. XXIX, pp. 125-130; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1977, Cap. XLVI, p. 639.

²¹³⁸ Cf. Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro*, Volume III, *op. cit.*, Cap. VI, pp. 26-28; Rui de PINA, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”, *op. cit.*, Cap. LXCIII, p. 707; Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 1, *op. cit.*, p. 334.

²¹³⁹ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4132, XVII, 3-14, p. 12; D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, *op. cit.*, p. 402.

11.

11.6.

1449 – Julho, 11 – Carta de D. Afonso V de doação de bens confiscados a partidários do infante D. Pedro²¹⁴¹.

11.8.

Despesas de deslocação a Castela:

110 dobras²¹⁴²;

75 500 dobras²¹⁴³;

180 dobras²¹⁴⁴;

118 dobras²¹⁴⁵.

49. Rui Lourenço

1.

1.1. – 1403 (?)²¹⁴⁶

2.1.2.

Pero Lourenço de Távora, irmão²¹⁴⁷.

²¹⁴⁰ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 1.ª parte, *op. cit.*, p. 105.

²¹⁴¹ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume 2, *op. cit.*, p. 817.

²¹⁴² Cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, *op. cit.*, p. 77.

²¹⁴³ IDEM, *IBIDEM*

²¹⁴⁴ IDEM, p. 79.

²¹⁴⁵ IDEM, p. 80.

²¹⁴⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 383.

²¹⁴⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344.

2.2

2.2.2.

Clero.

3.

3.1.

Estudante na Universidade de Bolonha²¹⁴⁸.

Licenciado em degradedos²¹⁴⁹.

4.

4.1.

Desembargador régio (1386-1401)²¹⁵⁰.

5.1.

Embaixador de D. Fernando e de D. João I (1398/99).

5.4.

Castela

1380 – Maio – Nomeado por D. Fernando para tratar do casamento da
infanta D. Beatriz com D. Henrique de Castela²¹⁵¹

²¹⁴⁸ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXVIII.

²¹⁴⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXVIII, p. 384; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, doc. 805, p.79; P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXVIII; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, *op. cit.*, Cap. LIII, p. 151-152.

²¹⁵⁰ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 382; P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 23; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Reis*, I, Lisboa 1957, pp. 188 e 190; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, doc. 805, p.79.

²¹⁵¹ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, *op. cit.*, 4190, XVII, 6-11, pp. 241-278; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXII, p. 315; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 383.

- 1393 – Serra da Atouguia, outubro, 13 – Procuração de D. João I com poderes para obter do rei Henrique III a ratificação das tréguas e cópia do testamento do rei D. João de Castela²¹⁵².
- 1394 – Alcalá de Henares, março, 7 – Acusa recepção de carta de Henrique III datada de 8 de novembro de 1393 a prorrogar por três meses a entrega das confirmações²¹⁵³.
- 1398/1399 – Olivença – Negociar nova trégua entre Portugal e Castela²¹⁵⁴.

6.

- Deão de Coimbra²¹⁵⁵.
Cónego de Coimbra e de Lisboa²¹⁵⁶
Prior de Santa Maria de Guimarães²¹⁵⁷

8.

- 1384 – Membro do conselho do Mestre de Avis²¹⁵⁸.

²¹⁵² Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 47, fol. 30; SUÁREZ FERNANDEZ, Luis, “Castilla (1350-1406)” in MENENDEZ ESPIDAL, Ramón (dir.), *Historia de España*, *op. cit.*, p. 327.

²¹⁵³ Cf. Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, *op. cit.*, pp. 19 e 96-98.

²¹⁵⁴ As negociações duraram nove meses e foram inconclusivas, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, *op. cit.*, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, pp. 281-282. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 934; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXXX, p. 657; Isabel BECEIRO PITA, “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”, *op. cit.*, p. 151.

²¹⁵⁵ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, *op. cit.*, p. 23; IDEM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXVIII; *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte, Volume I, II, doc. 805, p.79.

²¹⁵⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 383.

²¹⁵⁷ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 383.

1385 - Coimbra, abril, 6 – Presente nas cortes de Coimbra²¹⁵⁹.

9.

1382 – Reunião como rei D. Fernando sobre a questão cismática, nomeadamente o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII²¹⁶⁰.

1382 – Óbidos, outubro, 15 – Testemunha da procuração passada pelo rei D. Fernando a João Fernandes de Andeiro conde de Ourém para tratar, em seu nome, das cláusulas do casamento da infanta D. Beatriz com D. João rei de Castela²¹⁶¹.

1393 – Lisboa, maio, 15 – Testemunha da assinatura de tréguas entre Portugal e Castela²¹⁶².

1393 – Lisboa, maio, 16 – Testemunha do ato de recepção dos reféns por parte de Álvaro Gonçalves Camelo²¹⁶³.

1393 – Lisboa, maio, 16 – Testemunha do preito de homenagem

²¹⁵⁸ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXVIII.

²¹⁵⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 79; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 383.

²¹⁶⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLVI, pp. 434-435; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II *op. cit.*, p. 375; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rei D. Fernando dos Reis de Portugal o IX” *i cit.*, p. 398; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. XLII, p. 335; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, CXXXIX-CXL.

²¹⁶¹ Cf. P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, *op. cit.*, p. CCCLXVIII.

²¹⁶² Cf. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, fol. 1.

²¹⁶³ IDEM, Leg. 47, fol. 32.

prestado por Álvaro Gonçalves Camelo sobre os reféns de Portugal e Castela²¹⁶⁴.

1396 – Incumbido por D. João I de tentar demover Nuno Álvares Pereira de sair de Portugal²¹⁶⁵.

11.8.

Atribuição de 200 coroas para despesas de deslocação a Borgonha²¹⁶⁶.

50. Sebastião de Meneses

2.2.

2.2.2.

Clero.

5.1.

Embaixador de D. João I (1410).

5.4.

Roma

1410 – Oração de obediência ao papa João XXIII²¹⁶⁷.

1418 – Oração de obediência ao papa Martinho V²¹⁶⁸.

²¹⁶⁴ IDEM, Leg. 47, fl.31.

²¹⁶⁵ Este propósito decorre do facto de D. João I pretender reaver terras que tinha doado, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLIV, p. 323.

²¹⁶⁶ Não há indicação do ano, apenas a referência ao período de reinado de D. João I, cf. Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 74; Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 27.

²¹⁶⁷ Cf. Charles Martial WITTE de, «Les bulles pontificales et expansion portugaise au XV^e siècle», *op. cit.*, I, p. 687.

6.

Frade da Ordem da Trindade²¹⁶⁹

1414 – Nomeado agente do rei na cúria romana e arcebispo de Cartago
pelo papa João XXIII²¹⁷⁰.

51. Vasco Martins de Melo

1.

(?)– 1388(?)²¹⁷¹

2.

2.1.

2.1.1.

Martim Afonso de Melo, pai²¹⁷².

2.1.2.

Martim Afonso de Melo²¹⁷³, Fernando Afonso de Melo²¹⁷⁴, irmãos.

²¹⁶⁸ IDEM, p. 691.

²¹⁶⁹ IDEM, p. 687.

²¹⁷⁰ IDEM, pp. 687-688.

²¹⁷¹ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 414; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 121.

²¹⁷² Recebe, em doação, enquanto for mercê do rei, muitos casais no termo de Guimarães por carta de D. João I, datada de Guimarães a 24 de maio de 1385, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 952, pp. 252-253; Senhor da vila de Melo, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688.

²¹⁷³ Senhor de Melo, Linhares, Ceia, Gouveia e Penamacor. Na cidade da Guarda, em 1384, apresenta-se como o primeiro fidalgo a prestar homenagem ao rei de Castela quando este entra em Portugal; está ao seu lado no cerco de Lisboa e na batalha de Aljubarrota; os seus bens móveis e de raiz foram doados a seu filho, Pedro Afonso de Melo por carta passada pelo Mestre de Avis em Lisboa, a 1 de outubro de 1384, cf. Fernão

Pedro Afonso de Melo, primo²¹⁷⁵.

Estêvão Soares de Melo, sobrinho²¹⁷⁶.

2.1.3.

Primeiro casamento com D. Teresa Correia²¹⁷⁷.

Segundo casamento com Maria Afonso de Brito²¹⁷⁸.

2.1.4.

Gonçalo Vasques de Melo²¹⁷⁹, Martim Afonso de Melo²¹⁸⁰, Vasco Martins

LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LVIII, pp. 100-101; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 409-410; *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I, doc. 283, p. 147; Isabel Castro PINA, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, n.º 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 15.

²¹⁷⁴ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCII, p. 995.

²¹⁷⁵ Filho de Martim Afonso de Melo recebe os bens de seu pai por este estar ao serviço de Castela, por carta de confirmação de D. João I datada de Guimarães a 29 de maio de 1385, toma depois o partido de Castela e parte dos seus bens são confiscados, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 948, p. 248; Isabel Castro PINA, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, *op. cit.*, p. 22.

²¹⁷⁶ Filho de Martim Afonso e herdeiro do senhorio de Melo; participou na expedição a Ceuta em 1415 e permaneceu na defesa da praça após a conquista; cavaleiro das casas de D. João I e do infante D. Henrique, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 410; Isabel Castro PINA, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, *op. cit.*, pp. 15 e 18-19.

²¹⁷⁷ Filha de Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes-mor de D. Afonso IV na batalha do Salado, cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 114.

²¹⁷⁸ Filha de Martim Afonso de Brito, IDEM, *IBIDEM*.

²¹⁷⁹ Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino e está presente nas Cortes de Coimbra, em 1385, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CXX e CLXXXII, pp. 205 e 344.

de Melo, "o moço"²¹⁸¹, Maria Afonso²¹⁸², Inês Vasques de Melo²¹⁸³, Antão Vasques²¹⁸⁴, filhos.

2.2.

2.2.2.

Nobreza²¹⁸⁵.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1386-1387)

5.4.

Galiza

1386 – Julho – Integra a comitiva de boas vindas ao duque de Lencastre²¹⁸⁶.

²¹⁸⁰ Presente nas Cortes de Coimbra, em 1385, e participa na batalha de Aljubarrota; guarda-mor de D. João I e alcaide-mor de Évora;; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344 e 2.ª Parte, Cap. XXXIX, p. 89; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415.

²¹⁸¹ Auxilia o Mestre de Avis na defesa do reino, está presente nas Cortes de Coimbra, em 1385, e morre na batalha de Aljubarrota, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Capítulos CXXIV e CLXXXII, pp. 213 e 344 e 2.ª Parte, Cap. XLV, p. 109; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLV, p. 1252.

²¹⁸² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415.

²¹⁸³ Casa com Martim Afonso Pimentel, vassalo de D. João I, cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 415.

²¹⁸⁴ Em 1385, D. João I nomeia-o alcaide-mor de Lisboa e Torres Vedras, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, *op. cit.*, 1.ª Parte, Cap. CXX, p. 205.

²¹⁸⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXII, p. 344.

²¹⁸⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCI, pp. 200-201; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 267; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLXX, p. 1323.

- 1386 – Mosteiro de Celanova, novembro, 11 – Procurador de D. João I para D. Constança e D. Filipa de Lencastre outorgarem as capitulações do casamento²¹⁸⁷.
- 1386 – Novembro – Conduz D. Filipa de Lencastre ao Porto para o seu casamento com D. João I²¹⁸⁸.
- 1387 – Encontra-se com a duquesa de Lencastre e a sua filha D. Catarina para as acompanhar na visita a Portugal²¹⁸⁹.

7.

- 1382 – Guarda-mor do rei D. Fernando nos reinos do Algarve²¹⁹⁰.
- 1383 – Elvas / Badajoz, maio, 12 – Como copeiro-mor de D. Beatriz integra o séquito da rainha a Castela²¹⁹¹.
- 1383 – Toledo – Recusa o cargo de alferes-mor de Portugal proposto pelo rei de Castela²¹⁹².

²¹⁸⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCIV, p. 206; Duarte Nunes LEÃO “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXVIII, p. 613; VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, *op. cit.*, p. 270; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo II, *op. cit.*, Cap. CLXXXVIII, p. 931; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 153; Manuela Santos SILVA, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, *op. cit.*, p. 119.

²¹⁸⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CXIV, p. 206.

²¹⁸⁹ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d’armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. LVIII, p. 560.

²¹⁹⁰ Cf. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LI, p. 400; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 411.

²¹⁹¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CLXI, p. 447; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, *op. cit.*, p. 224; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 117.

- 1385 – Coimbra, abril – Tomada do castelo de Coimbra a pedido de D. João I²¹⁹³
- 1385 – Participa na tomada de Ponte de Lima²¹⁹⁴
- 1385 – Julho – Participa na conquista de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém²¹⁹⁵.
- 1385 – Acompanha D. João I nos preparativos da batalha de Aljubarrota²¹⁹⁶.
- 1385 – Agosto, 14 – Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D. João I²¹⁹⁷.
- 1385 – Após a batalha de Aljubarrota, D. João I entrega-lhe o castelo de Santarém²¹⁹⁸.

²¹⁹² A nomeação proposta por D. João de Castela surge nas exéquias celebradas em Toledo por morte do rei D. Fernando e da aclamação de D. Beatriz como rainha de Portugal, Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 95; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CC, p. 989; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 411.

²¹⁹³ O alcaide do castelo era Gonçalo Mendes de Vasconcelos, tio da rainha D. Leonor Teles, cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. V, p. 12; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 97.

²¹⁹⁴ Não se regista informação do momento em que passou a estar ao lado da causa do Mestre de Avis, Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Caps. XVII e XVIII, pp. 31-37.

²¹⁹⁵ IDEM, Cap. XXIII, p. 47.

²¹⁹⁶ Cf. Duarte Nunes LEÃO “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LIII, p. 564; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, *op. cit.*, Cap. CCLII, p. 1234.

²¹⁹⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XXXIX, p. 89; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 121.

²¹⁹⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LII, p. 129; 2.º Visconde de, SANTARÉM, *Opusculos e Esparsos*, FREITAS, João de (Coligidos e Coordenados), Volume I, Lisboa, Imprensa

1386 – Responsável pelo comando de 250 lanças no Alentejo para auxílio ao duque de Lencastre²¹⁹⁹.

1387 – Acompanha D. João numa sortida à Galiza²²⁰⁰.

1388 – Novembro/dezembro – Tomada de Albuquerque. D. João I confia-lhe a guarda do castelo²²⁰¹.

8.

1385 – Coimbra, abril, 10 – Nomeado por D. João I como membro do conselho²²⁰².

9.

1383 – Acompanha D. Beatriz a Castela após o seu casamento com o rei D. João I²²⁰³.

1384 – Entra em Portugal com o rei de Castela²²⁰⁴.

Libanio da Silva, 1910, p. 20; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 121.

²¹⁹⁹ Cf. Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCLXXII, p. 1328.

²²⁰⁰ Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, op. cit., Livro III, Cap. XLIX, p. 596.

²²⁰¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CXXXVIII, p. 282.

²²⁰² Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, 385, pp. 128-129; Armando Luís de Carvalho HOMEM, "Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos "Privados" de D. João I", op. cit., p. 64; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 93; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, op. cit., p. 120.

²²⁰³ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Cap. LIV, p. 95; Dom Fernando de MENEZES, Conde da Ericeyra, *Vida e Acções D'ElRey Dom João I – Offerecida à Memoria Posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, Lisboa, Officina de João Galvão, 1676, Livro II, Cap. II, p. 102.

²²⁰⁴ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, op. cit., Capítulos LVIII e LXVII, pp. 100 e 114; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, op. cit., Cap. CCII, p. 995.

- 1384 –Chega a Santarém com D. João de Castela²²⁰⁵.
- 1385 – Coimbra, abril – Presente nas Cortes de Coimbra²²⁰⁶.
- 1385 – Coimbra, abril, 10 – Testemunha da carta de D. João I à cidade de Lisboa de confirmação dos privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores²²⁰⁷.
- 1386 – Novembro, 1 – Presente no jantar oferecido pelo duque de Lencastre a D. João I, em Ponte de Mouro²²⁰⁸.
- 1386 – Novembro – Acompanha D. Filipa ao Porto para o casamento com D. João I²²⁰⁹.

11.

11.1.

- 1363 – Agosto, 18 – Carta de couto passada pelo rei D. Pedro I de duas

²²⁰⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. LIV, p. 95; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 118.

²²⁰⁶ IDEM, Cap. CLXXXII, p. 344; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXIII, Cap. XXIX, p. 648; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 79; Joseph Soares da SYLVA, *Colleccam dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida Del Rey Joao I*, *op. cit.*, p. 36; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, *op. cit.*, p. 120.

²²⁰⁷ Cf. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, *op. cit.*, doc. 5, p. 32.

²²⁰⁸ Estabelecem-se os acordos de auxílio de D. João I ao duque de Lencastre na luta contra Castela e do casamento de D. Filipa de Lencastre com D. João I, Cf. Sire Jean FROISSART, *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap, XLI, p. 515 ; Duarte Nunes LEÃO, “Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo”, *op. cit.*, Cap. LXVII, p. 611.

²²⁰⁹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, *op. cit.*, Cap. XCIV, p. 206; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 154; Jean FROISSART *Les Chroniques qui traiten des merueilleuses emprises, nobles aventures e faits d'armes advenus de son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portugal et Ès autres parties*, Volume II, *op. cit.*, Livro III, Cap. LVI, p. 557.

partes da quinta de Água de Peixes, no termo de Alvito²²¹⁰.

11.2.

1382 – Évora – Responsável pela guarda do Mestre de Avis, preso por ordem de D. Fernando e D. Leonor Teles²²¹¹.

1385 - Porto, abril, 26 – Jurisdição cível e crime da vila e termo de Aldeia Galega²²¹².

11.6.

1383 – Santarém, fevereiro, 1 – Carta de mercê de D. Fernando de bens e fazendas de pessoas que “andavam em Castela contra seu serviço”²²¹³.

1384 – Carta do Mestre de Avis de doação de todos os bens móveis e de raiz da condessa D. Maria, mulher de D. Álvaro Pires de Castro conde de Arraiolos, de seu filho D. Pedro de Castro e do conde D. Pedro [Nuñes de Lara]²²¹⁴.

1384 – Lisboa, agosto, 22 – Carta de doação do Mestre de Avis de juro e herdade da renda anual dos judeus de Beja, bem como as rendas do pão e do vinho, com o relogo, das terras reguengueiras²²¹⁵.

²²¹⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 414.

²²¹¹ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, Cap. CXLII, pp. 393-395; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 21;

²²¹² Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, p. 412, nota 2.

²²¹³ Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, *op. cit.*, Livro XXII, Cap. LI, p. 400.

²²¹⁴ Confirmada a doação por carta de D. João I datada do Porto, a 1 de maio de 1385, *Chancelarias Portuguesas*, *D. João I*, *op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 729, pp. 111-112; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, *op. cit.*, Cap. CLXXXVIII, p. 336; Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, Tomo 2, *op. cit.*, Cap. CCXXXIX, p. 1168; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, *op. cit.*, pp. 412-413; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, *op. cit.*, p. 77; Isabel Pina BALEIRAS, *D. Leonor Teles, uma mulher de poder?*, *op. cit.*, p. 206.

- 1384 – Setembro, 10 – Carta do Mestre de Avis de doação dos bens expropriados a Violante Afonso por ter colaborado com Castela²²¹⁶
- 1385 – Porto, abril, 26 – Carta de doação de D. João I, válida para os seus sucessores, da vila e lugar de Aldeia Galega; da quinta de Alcanhões; dos reguengos de Tojosa e das Chantas, termo de Santarém; dos reguengos de Polvorais, termo de Óbidos; todos os direitos reais de Rio Maior, termo de Santarém²²¹⁷.
- 1385 – Guimarães, maio, 8 – Carta de doação perpétua e hereditária de todas as casas e bens de raiz de João Azedo, morador de Guimarães²²¹⁸.
- 1385 – Porto, junho, 10 – Carta de doação dos direitos dos judeus de Évora, que pertenciam a Álvaro Pires de Castro²²¹⁹
- 1385 – Santarém, agosto, 22 – Carta de D. João I de confirmação de todas as graças e mercês, bens e privilégios dados pelo rei D. Fernando²²²⁰.
- 1385 – Santarém, agosto, 23 – Carta de doação de D. João I de todos os bens móveis e de raiz de Vasco Martins de Melo, “o Moço”, morto na batalha de Aljubarrota²²²¹.

²²¹⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 1, Vol. I documento 316, pp. 163-164; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 412, nota 2.

²²¹⁶ Cf. Rafael SANCHÉZ SESA,, “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”, *op. cit.* p. 320

²²¹⁷ IDEM, Tomo 2, Vol. I documento 728, pp. 109-110; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 412, nota 2.

²²¹⁸ Refere a carta de doação que João Azedo tinha morrido, mas “somos certos que el ao dicto tempo staua em nosso deserujço”, *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 745, pp. 120-121; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 412, nota 2.

²²¹⁹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 759, p. 128.

²²²⁰ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 612, pp. 50-51; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 412, nota 2.

1385 – Santarém, agosto, 29 – Carta de doação da quinta de Palma, que pertencia a D. Pedro, filho de Álvaro Pires de Castro²²²².

1385 – Santarém, setembro, 4 – Carta de doação de uma quinta no termo de Arraiolos que pertencia a Álvaro Pires, conde de Arraiolos²²²³.

52. Vasco Peres

1.

1.1.

(?) – 1428²²²⁴ / 1429²²²⁵.

2.

2.1.1.

Natural de Elvas²²²⁶.

2.2.

²²²¹ Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 642, pp. 65-66; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, Volume I, op. cit.*, p. 412, nota 2.

²²²² Cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 611, pp. 49-50.

²²²³ A situação da posse da quinta no termo de Arraiolos é esclarecida por D. João I ao propor que D. Beatriz, filha de Álvaro Pires, alegando a posse da propriedade, a entregue a Vasco Martins de Melo recebendo deste o equitativo monetário do valor da dita quinta; se não pretender a propriedade, os juizes e as justiças entregam-na a Vasco Martins de Melo, cf. *Chancelarias Portuguesas, D. João I, op. cit.*, Tomo 2, Vol. I documento 583, pp. 29-30.

Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana* (documentos publicados com introdução e notas), I, Editorial Franciscana, 1968, p. XXI. Indica que Vasco Peres, bispo de Évora, morreu em dezembro de 1428.

²²²⁵ Cf. .Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Vol. I, Monasterii, 1913, p. 236, regista o falecimento no dia 11 de fevereiro de 1429; *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.* nota 2, p. 162.

²²²⁶ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 391.

2.2.2.

Clero²²²⁷.

3.

3.1.

Doutor em ambos os Direitos²²²⁸.

4.

4.2.

Membro do Desembargo Régio (1414)²²²⁹.

“Logoteente” de chanceler-mor (1415)²²³⁰.

5.

5.1.

Embaixador de D. João I (1416-1419).

5.4.

Constança

1416 – 1418 – Concílio de Constança²²³¹.

²²²⁷ IDEM, *IBIDEM*.

²²²⁸ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana, 1960, p. 131; Jacob CARRETANO, “Journal”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in NUNDY, J. H., WOODY, K. M., *The Council of Constance. The Unification of the Church*, op. cit., p. 518.

²²²⁹ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 391.

²²³⁰ IDEM, *IBIDEM*.

²²³¹ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana* (documentos publicados com introdução e notas), Vol. I, op. cit., p. XX. Intercede junto do papa para que D. Fernando Martins Coutinho seja bispo de Coimbra, tendo este conseguido a dignidade de bispo em abril de 1418; António Pereira de FIGUEIREDO, *Portuguezes nos Concílios Geraes: isto he, Relação dos Embaixadores, Prelados e Doutores Portuguezes, que tem assistido nos Concílios Geraes do Occidente, desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, op. cit., pp. 41-42; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, Lisboa, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, n.º 1, 1969, p. 16; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*, op. cit., p. 282;

- 1416 – Estremoz, janeiro, 21 – Carta de D. João I ao rei de Aragão a solicitar salvo-conduto para a embaixada portuguesa ao concílio²²³².
- 1416 – Constança, junho, 1 – Chegada da embaixada²²³³.
- 1416 – Constança, outubro, 15 – Protesto solene contra as concessões feitas aos embaixadores aragoneses²²³⁴.
- 1417 – Constança – Eleitor no conclave que elegeu o papa Martinho V no dia 12 de novembro²²³⁵.
- 1418 – Constança, março, 16 – Súplica sobre canonicato, prebenda e deanado de Braga, vacantes por morte do seu usufrutuário²²³⁶.
- 1418 – Constança, maio, 6 – Solicita a reserva do deanado de Viseu,

COSTA, António Domingues de Sousa, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., 1960, pp. 7-8: presente como subdiácono da diocese de Évora; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 391.

²²³² Cf. *Monumenta Henricina*, op. cit., II, doc. 114, pp. 237-239. Na nota 1 da p. 238, Dias Dinis informa que Vasco Peres era cónego da Sé de Coimbra e representava também os bispos de Coimbra e Viseu; Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, op. cit., 668, pp. 88-89.

²²³³ Cf., Jacob CARRETANO, “Journal”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in, J. H. NUNDY, K. M., WOODY, *The Council of Constance. The Unification of the Church*, op. cit., p. 518.

²²³⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, op. cit., 673, pp. 100-107; Guillaume FILLASTRE, “Diary of the Council of Constance”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in J. H. NUNDY, K. M. WOODY, *The Council of Constance. The Unification of the Church*, op. cit., pp. 298-299. O protesto dizia sobretudo respeito à questão dos votos concedidos aos delegados aragoneses.

²²³⁵ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., p. 8; RICHENTAL, Ulrich, “The Chronicle of the Council of Constance”, tradução inglesa a partir do latim por Louise Loomis, in J. H. NUNDY, K. M. WOODY, *The Council of Constance. The Unification of the Church*, op. cit., pp.167-168.

²²³⁶ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, op. cit., 694, pp. 130-131. Sobre este assunto registam-se mais três súplica, duas datadas de 21 de abril e outra de 6 de maio de 1418. IDEM, *IBIDEM*, 699, 700 e 701, pp. 135-137.; António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., pp. 125-126: pede a conezia de canonicato, prebenda e deanado de Braga, que se encontravam vagas por morte ocorrida em Avinhão de João Abiul, abreviador das letras apostólicas.

que esperava que viesse a vagar pela sagração de D. Fernando, bispo eleito de Coimbra²²³⁷.

1418 – Constança, maio, 6 – O papa Martinho V reserva-lhe o deanado de Viseu, que esperava que viesse a vagar pela sagração de D. Fernando, bispo eleito de Coimbra²²³⁸.

1419 – Mântua, janeiro, 19 – Comparece na câmara apostólica com a promessa de cumprimento da soma devida pelo comum serviço de D. Pedro de Noronha, nomeado administrador da diocese de Évora²²³⁹.

1419 – Mântua, outubro, 9 – Comparece na câmara apostólica com documento comprovativo, em nome de D. Álvaro, bispo de Lamego, de promessa de pagamento da taxa devida pelo serviço comum²²⁴⁰.

6.

Subdiácono da diocese de Évora²²⁴¹.

Deão de Viseu²²⁴².

²²³⁷ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., pp. 126-127; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, op. cit., p. 16.

²²³⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, op. cit., 702, p. 138; António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., pp. 127-130.

²²³⁹ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., pp. 131-132.

²²⁴⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, op. cit., 734, p. 176; António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, op. cit., pp. 132.

²²⁴¹ Cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 391.

²²⁴² IDEM, *IBIDEM*.

1421-1423 – Bispo do Porto²²⁴³.

1423-1429 – Bispo de Évora²²⁴⁴.

9.

1421 – Roma, abril, 14 – Apresenta-se pessoalmente à câmara apostólica com a promessa de pagamento da taxa estabelecida pelo serviço comum à sua igreja²²⁴⁵.

1425 – Roma, fevereiro, 1 – Letras *Personam tua* do papa Martinho V, a pedido de D. João I, a transferir a administração dos bens da diocese de Badajoz em Portugal de Vasco Peres para D. Fr. Lourenço²²⁴⁶.

1427 – Roma, julho, 7 – Letras *Exhibita nobis* do papa Martinho V dirigidas ao bispo de Silves para convocar Vasco Peres, bispo de Évora, a fim de justificar o aumento indevido na quota a pagar pelo cabido eborense ao rei D. João²²⁴⁷.

²²⁴³ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volumes I-II, *op. cit.*, p. 407; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, *op. cit.*, 758, p. 200. A nomeação para bispo do Porto é feita através de uma bula de Martinho V datada de 2 de abril de 1421, onde Vasco Peres é referido como deão de Viseu, subdiácono e Doutor em ambos os Direitos; António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, *op. cit.*, pp. 8 e 134. Encontra-se na cúria papal quando foi designado para este bispado; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 391.

²²⁴⁴ Cf. Conrad EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, Volumes I-II, *op. cit.*, p. 236; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 391.

²²⁴⁵ Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa (do início do reinado de D. Duarte até à morte do infante Santo)*, *op. cit.*, p. 134.

²²⁴⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 52, pp. 97-98. Esta situação decorre da nomeação de Vasco Peres como bispo do Porto em 2 de abril de 1421 e da sua transferência para a diocese de Évora a 10 de março de 1423, pelo que a diocese castelhana ficou vaga e assim entregue a D. Fr. Lourenço, mestre em Teologia, administrador do mosteiro beneditino de S. João de Alpendroada.

²²⁴⁷ Cf. *Monumenta Henricina*, II, *op. cit.*, doc. 79, pp. 161-162.

II– GENEALOGIA DOS EMBAIXADORES

Representantes diplomáticos do Portugal de D. João I – genealogias

As informações recolhidas relativas às ligações familiares permitiu-nos elaborar, sempre que possível, um quadro genealógico dos representantes diplomáticos. Tanto os ascendentes como os descendentes, e mesmo os colaterais desempenharam cargos na administração régia e foram embaixadores, desde o reinado de D. Afonso III até D. João III. A designação relativa à administração régia engloba cargos no Desembargo, no Conselho e na Defesa.

Deste modo, optámos por uma legenda identificativa desses cargos.

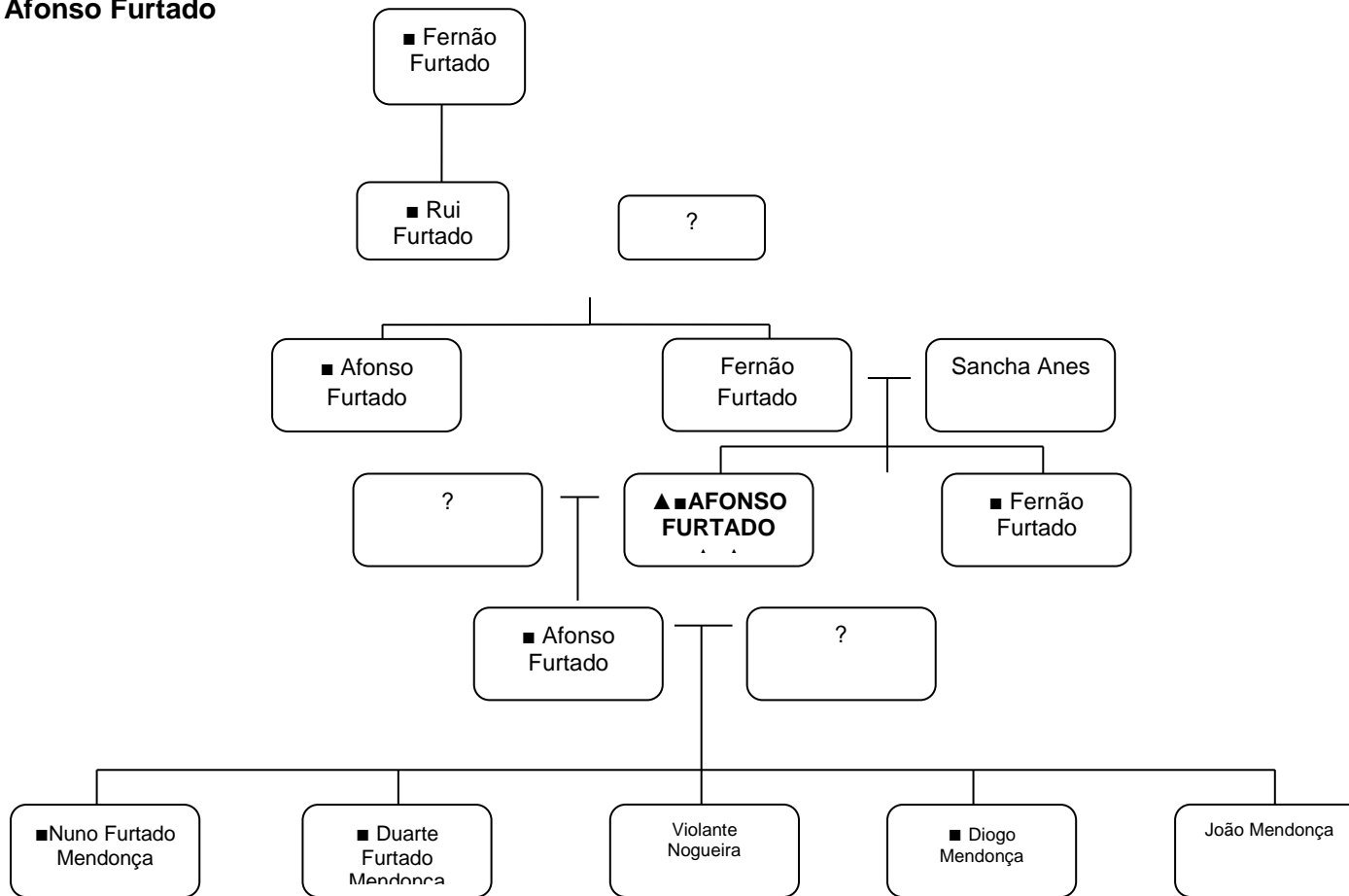
Legenda:

- ▲ – Embaixador
- – Membro da administração régia

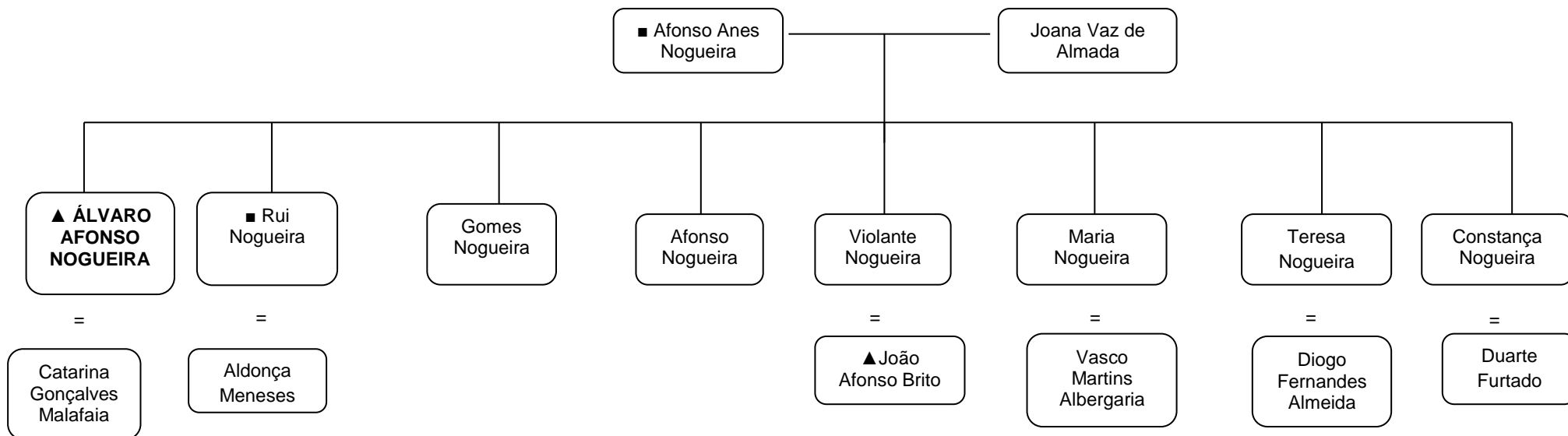
Para as relações de parentesco, optámos pela seguinte tipologia:

- ┌ Casamento e descendência
- = Casamento
- Filhos naturais

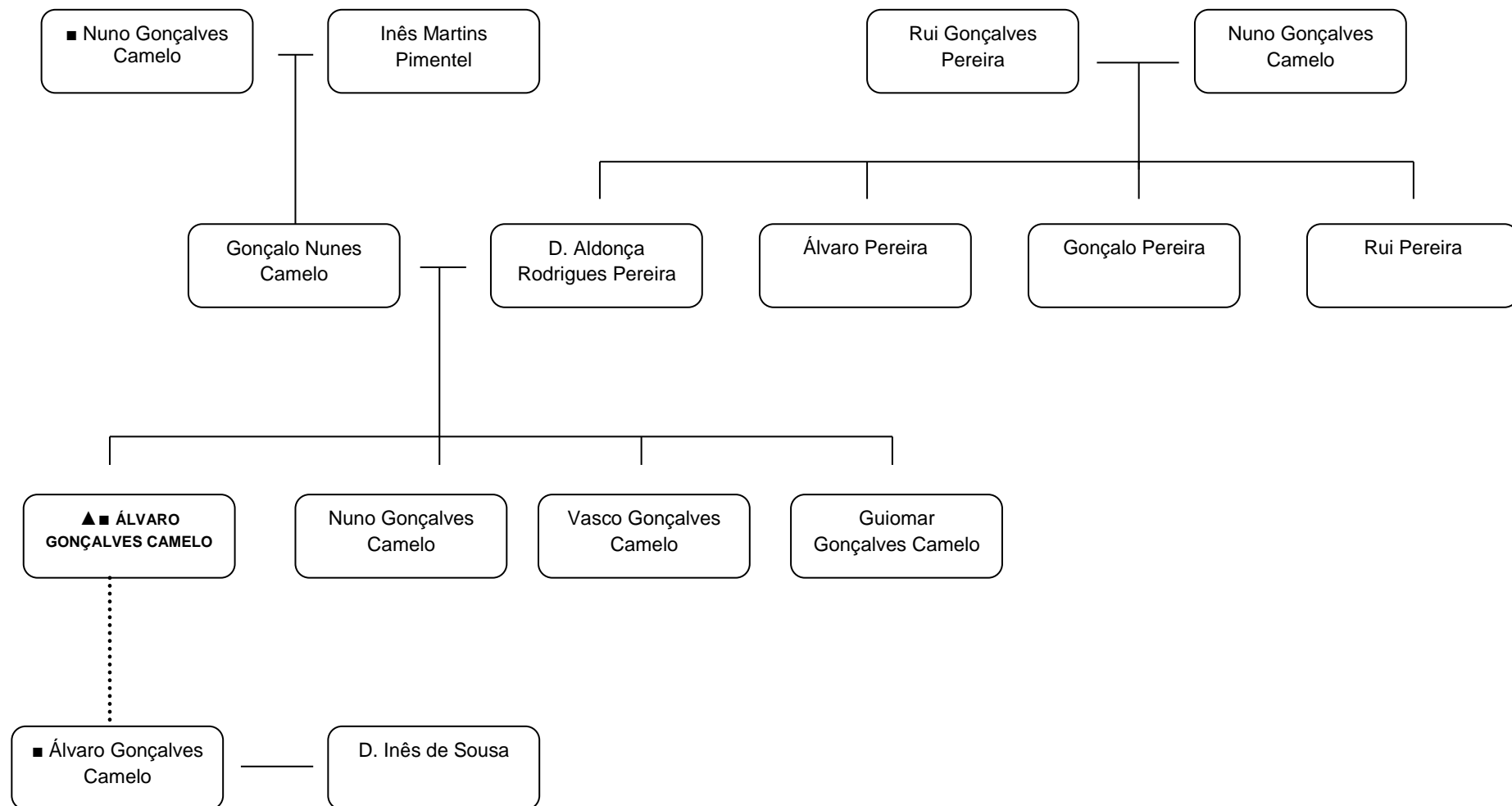
1. Afonso Furtado



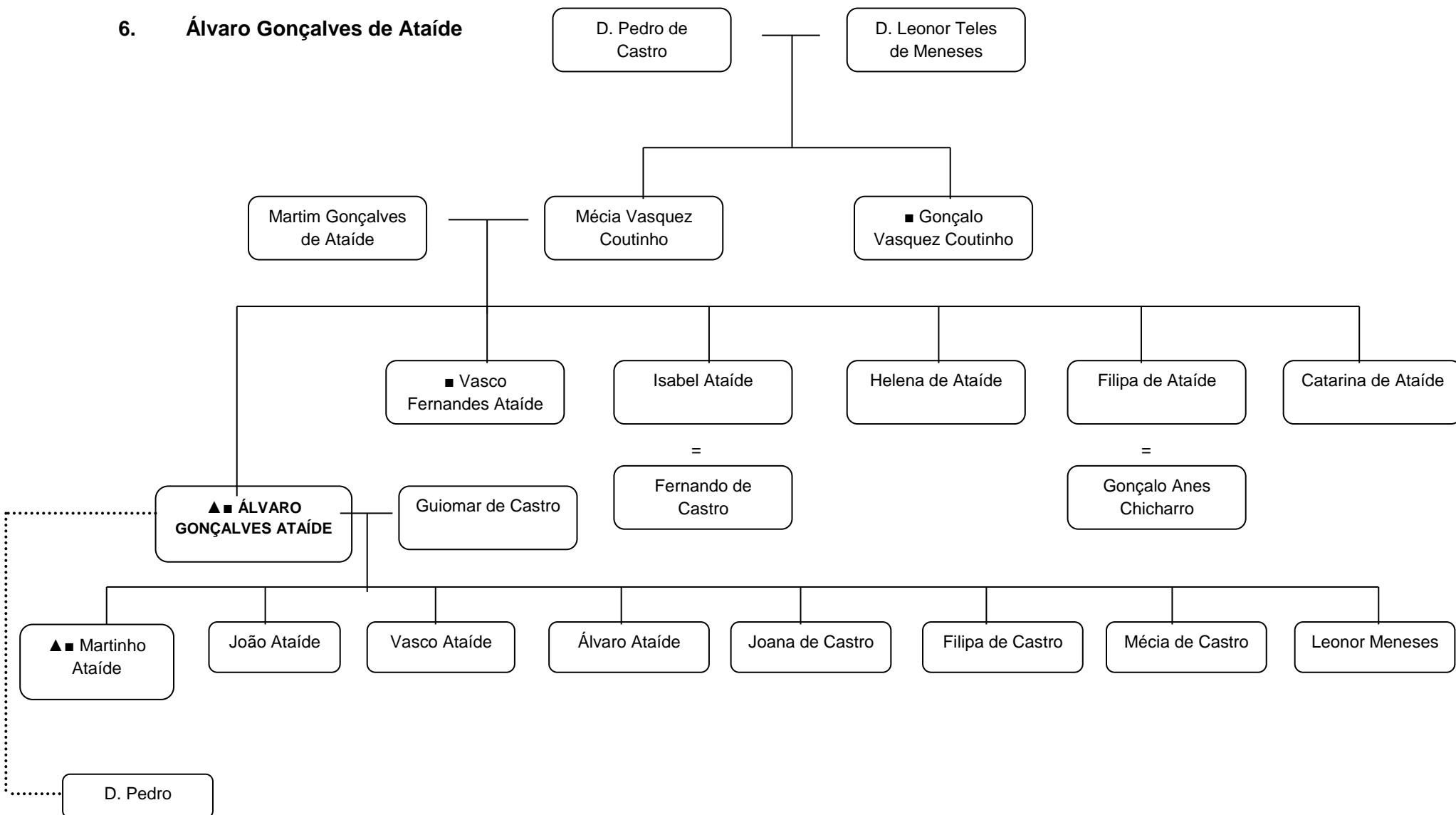
2. Álvaro Afonso Nogueira



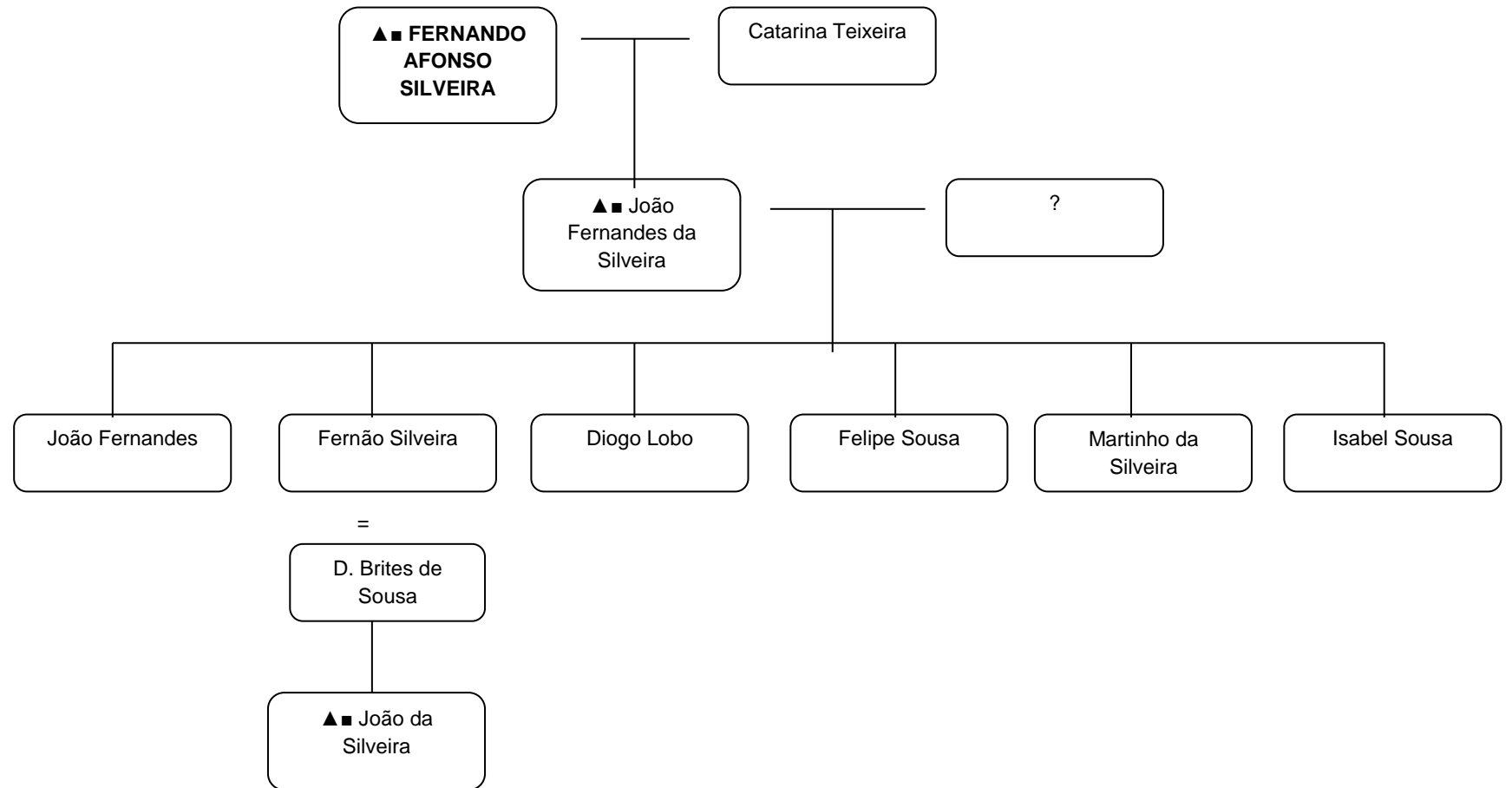
3. Álvaro Gonçalves Camelo



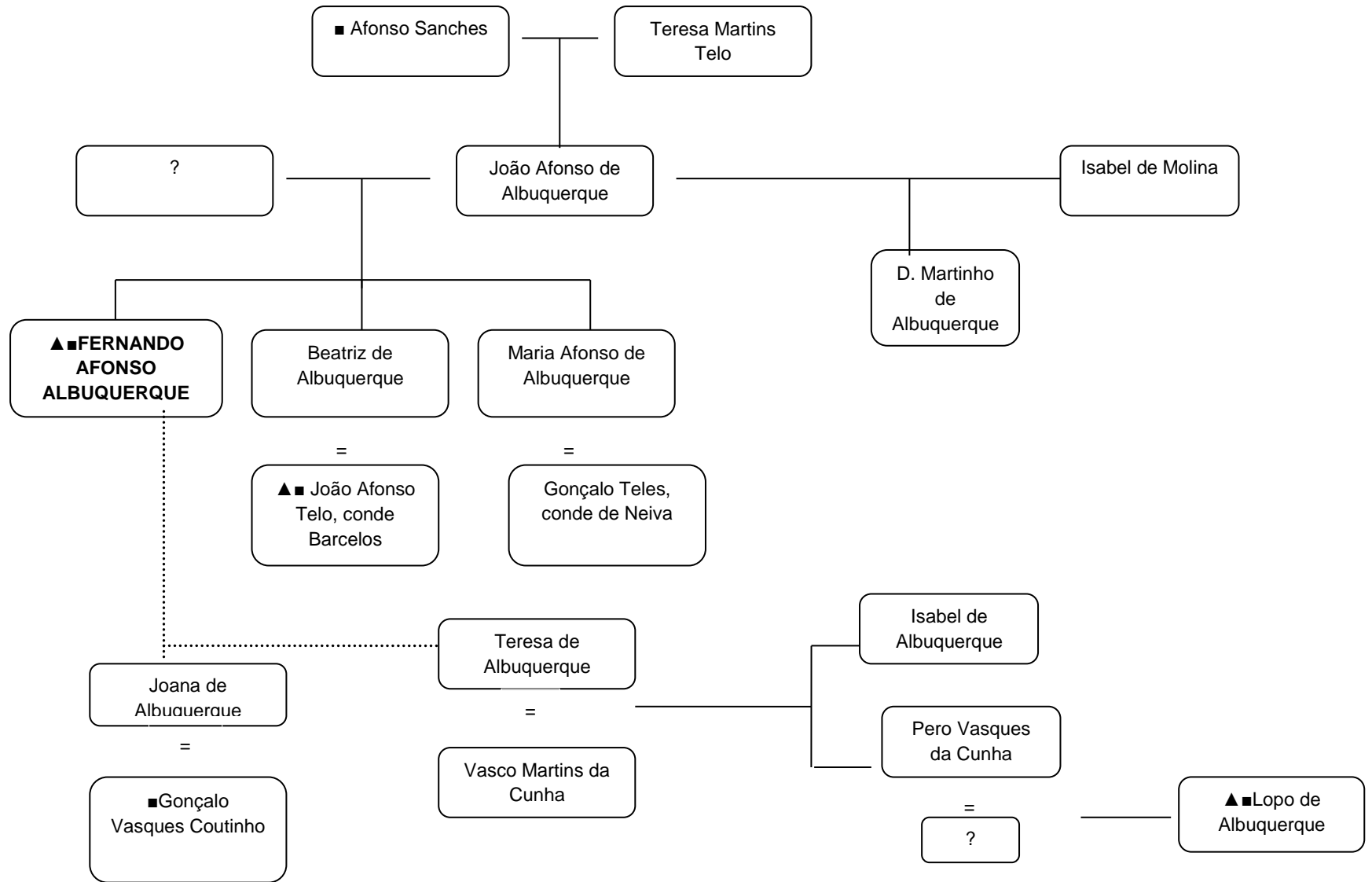
6. Álvaro Gonçalves de Ataíde



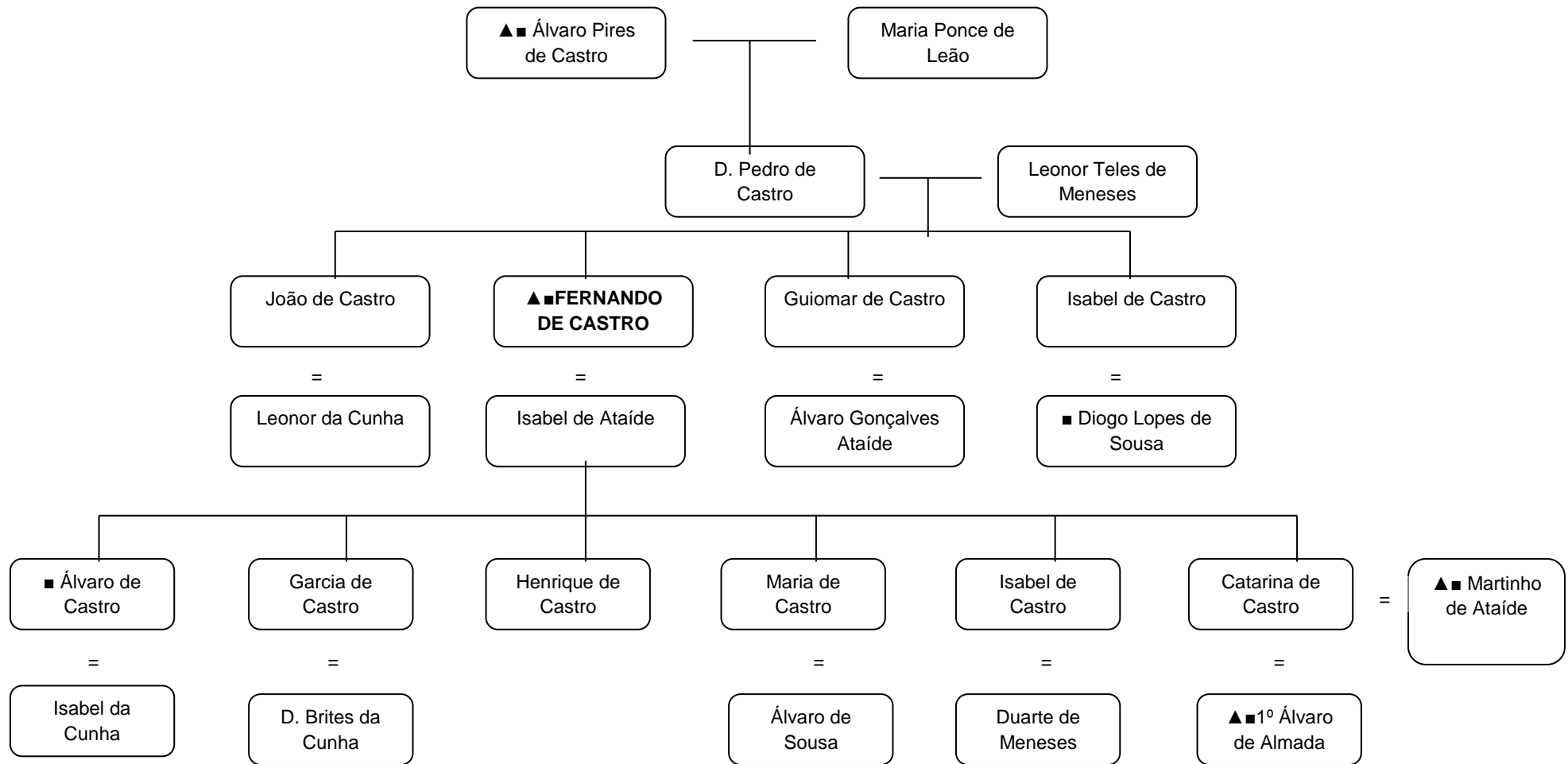
10. Fernando Afonso da Silveira



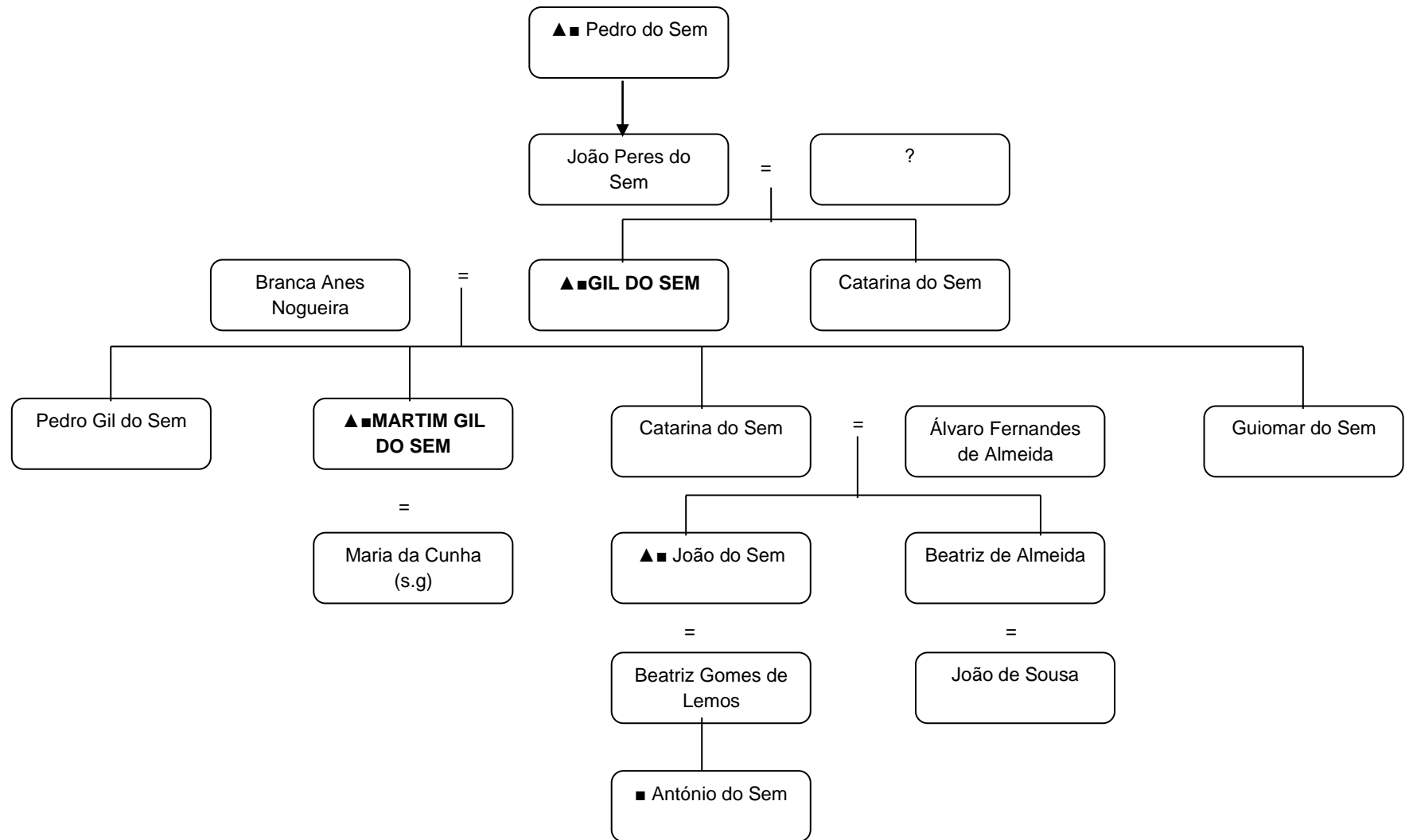
11. Fernando Afonso de Albuquerque



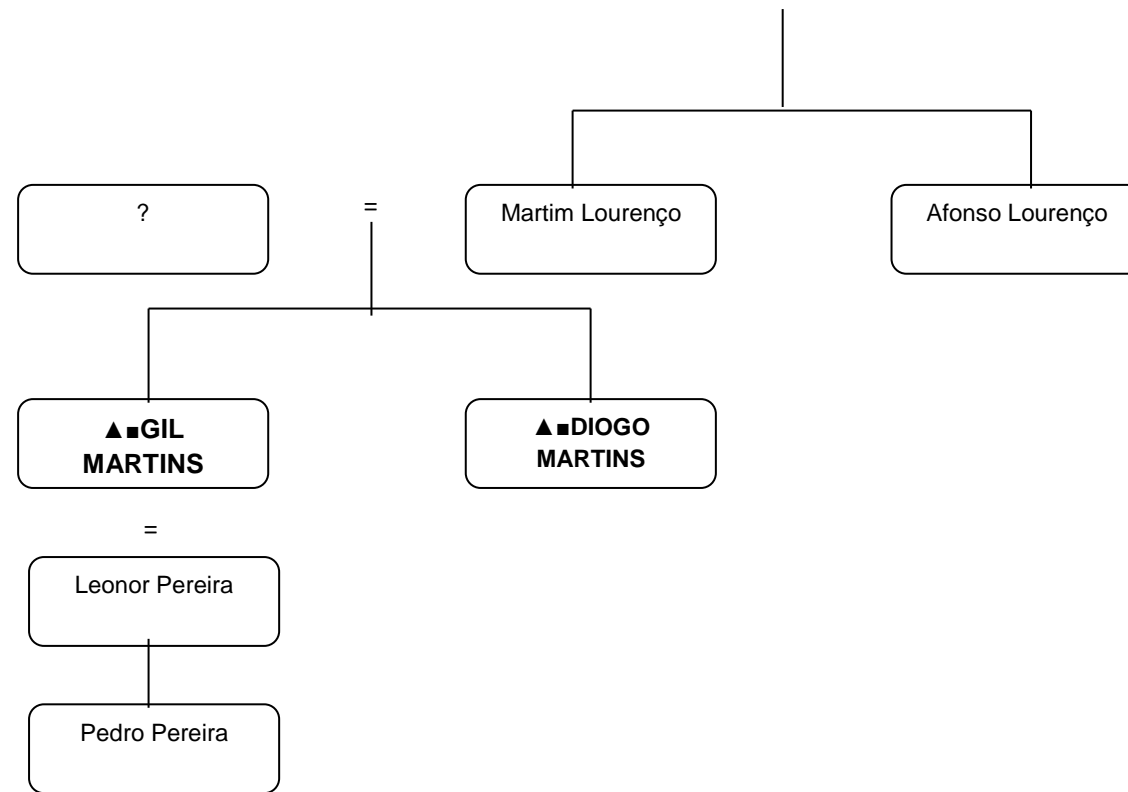
12. Fernando de Castro



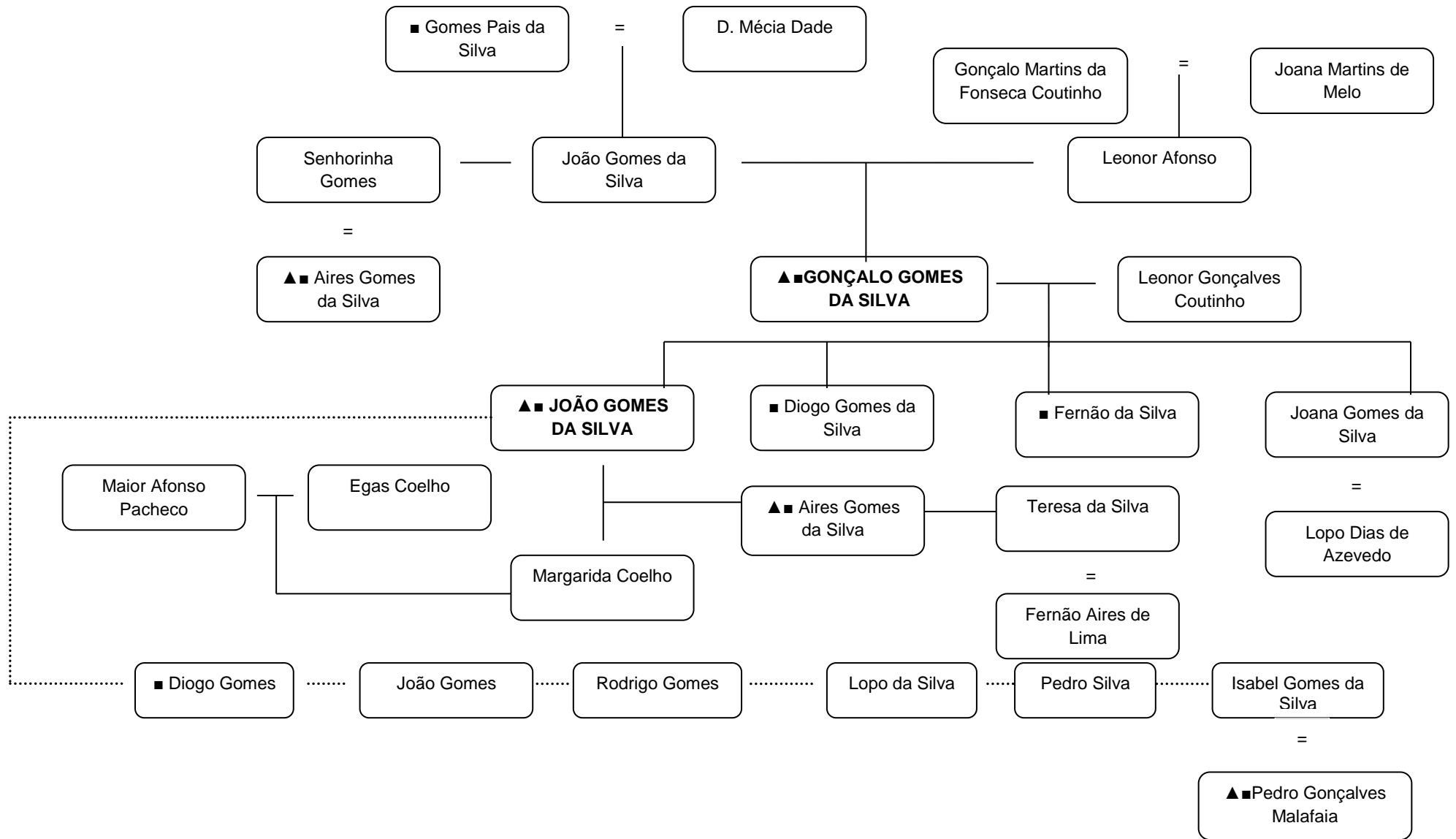
16. Gil do Sem



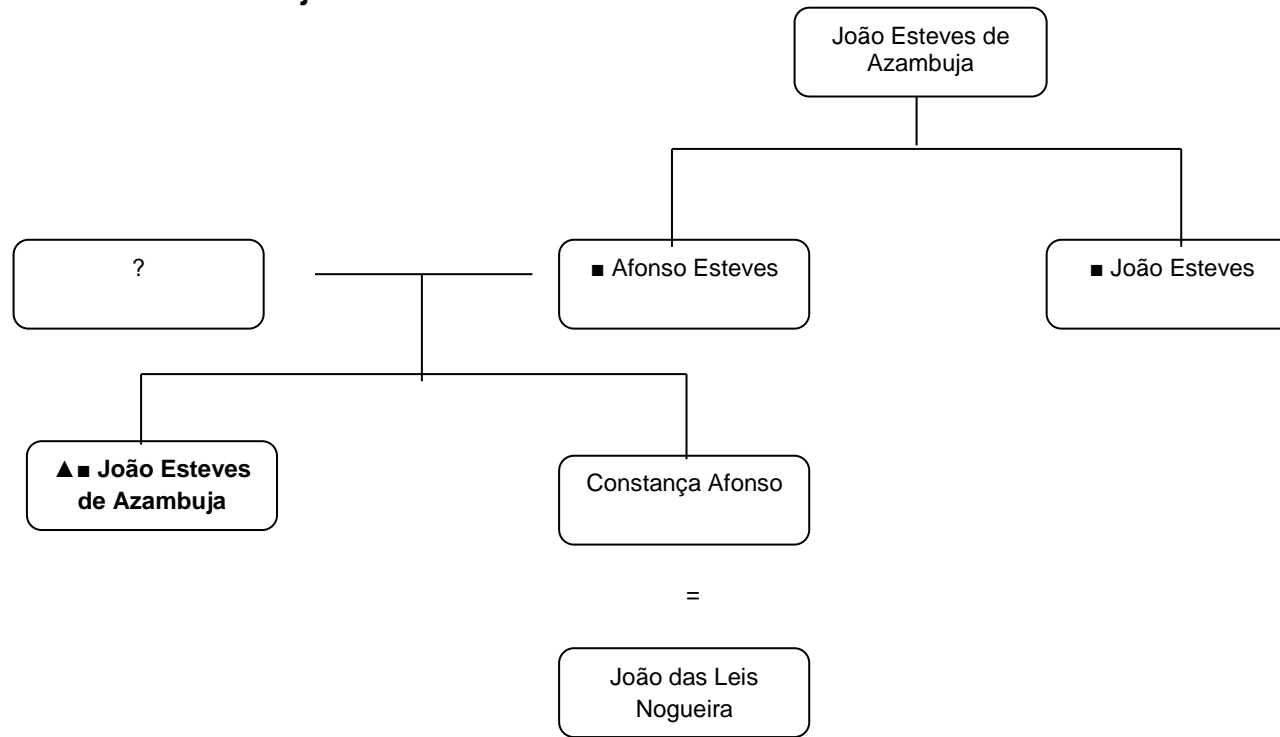
17. Gil Martins



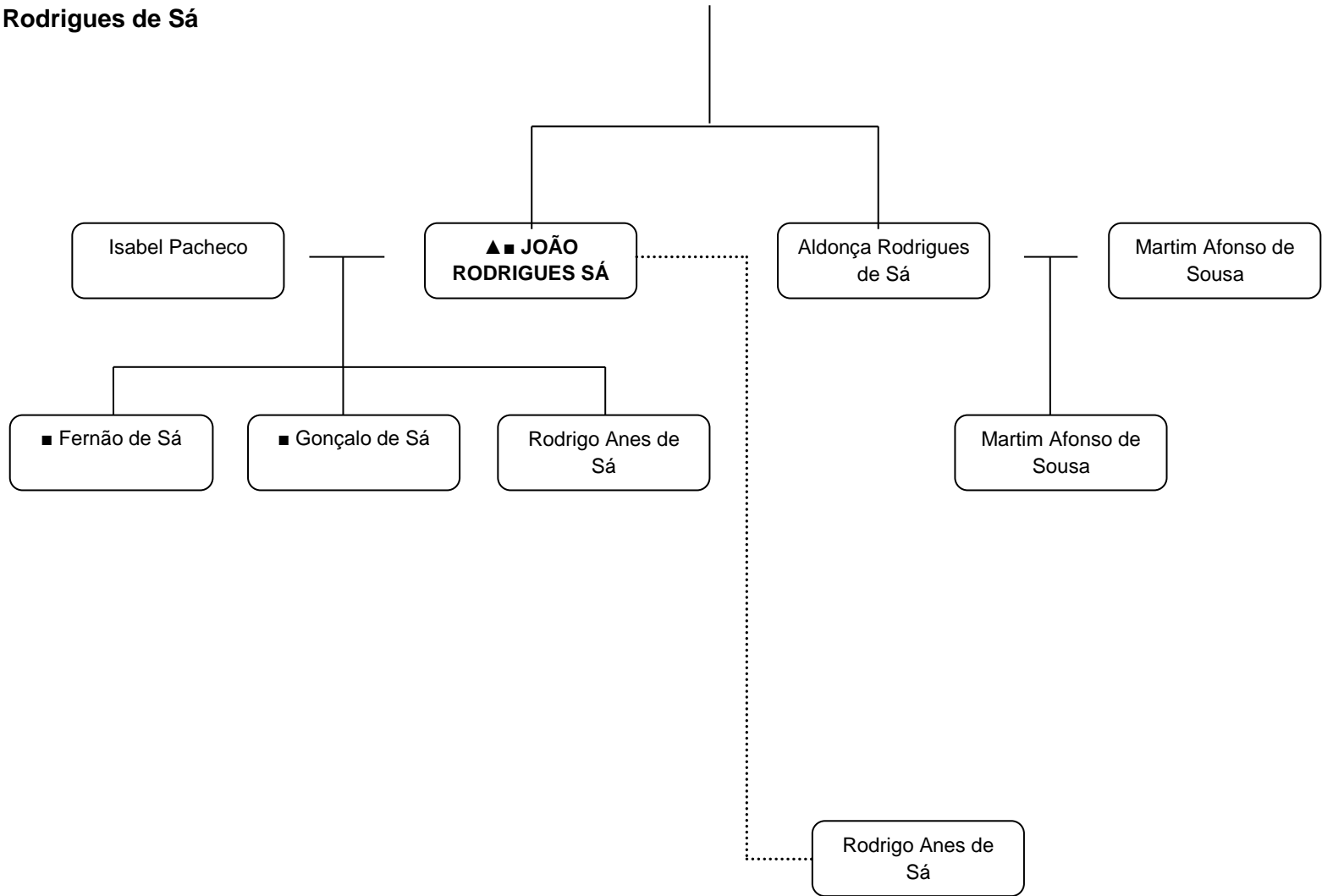
19. Gonçalo Gomes da Silva



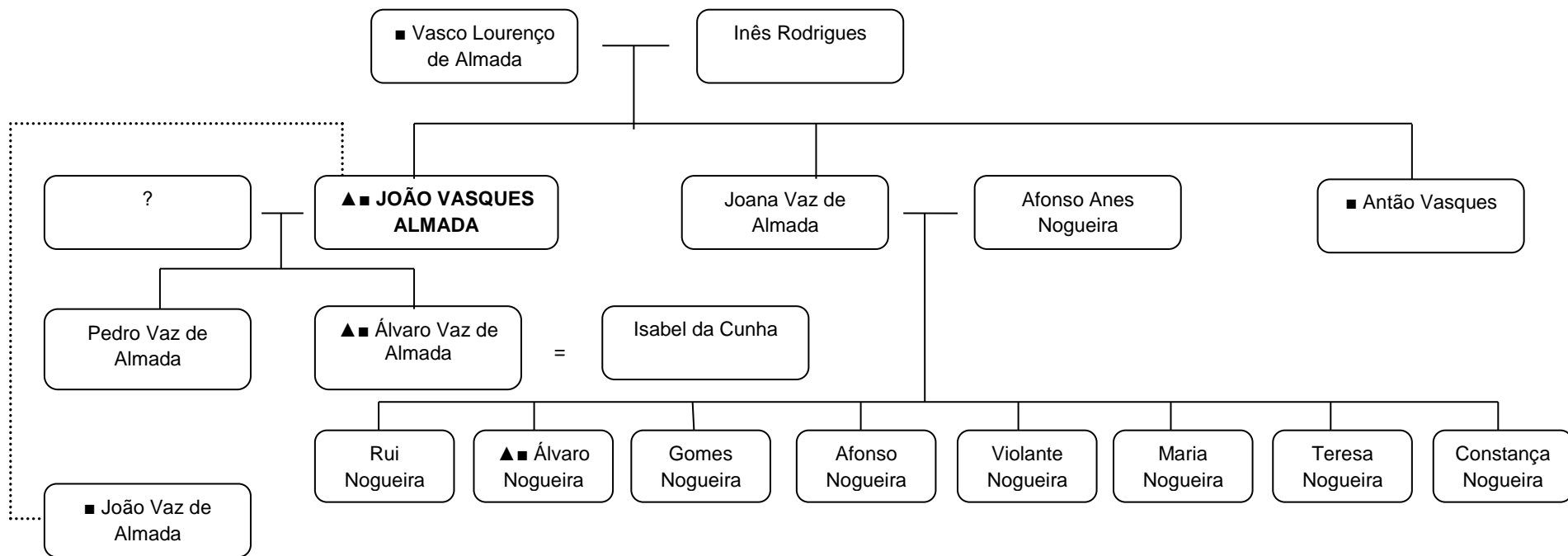
22. João Esteves de Azambuja



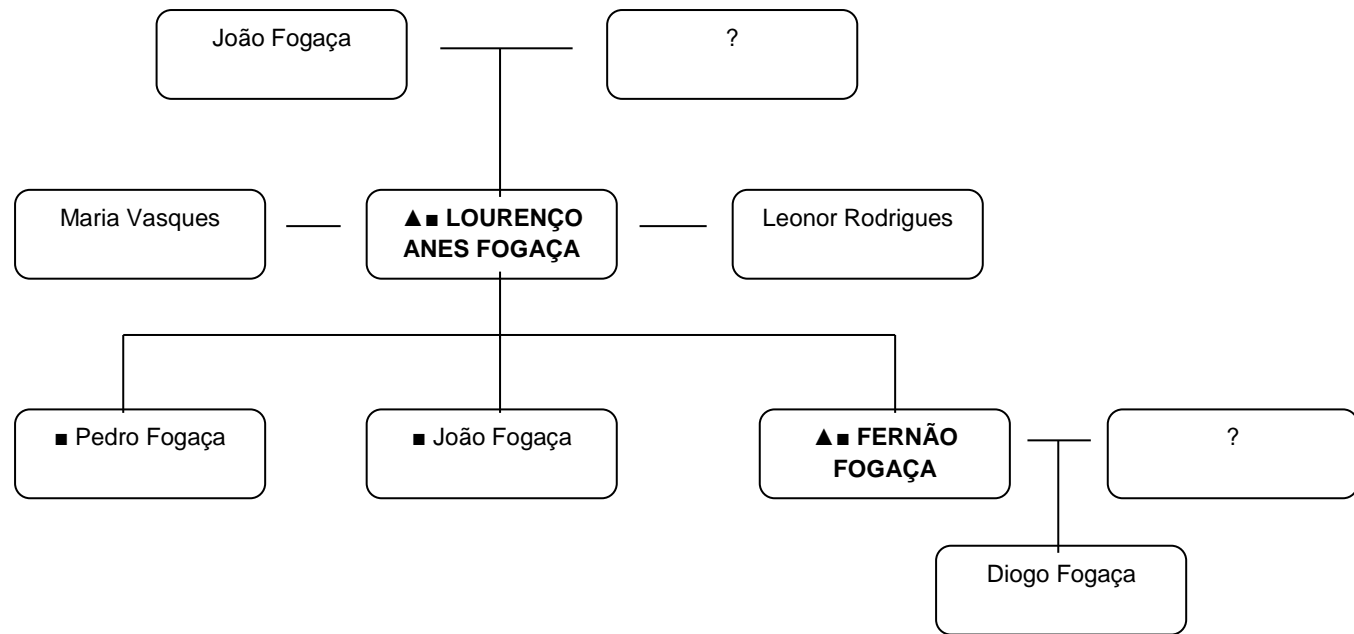
27. João Rodrigues de Sá



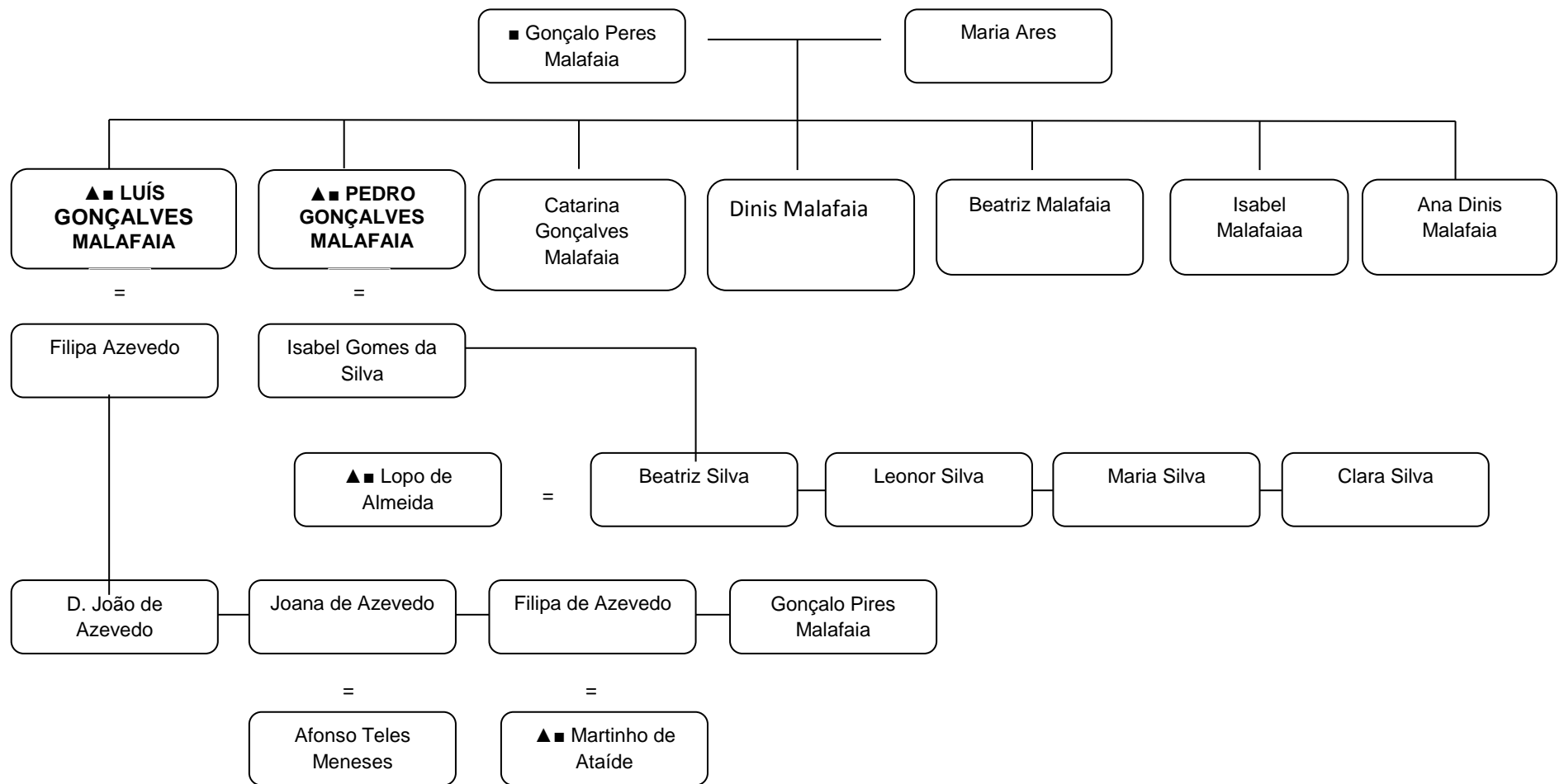
28. João Vasques de Almada



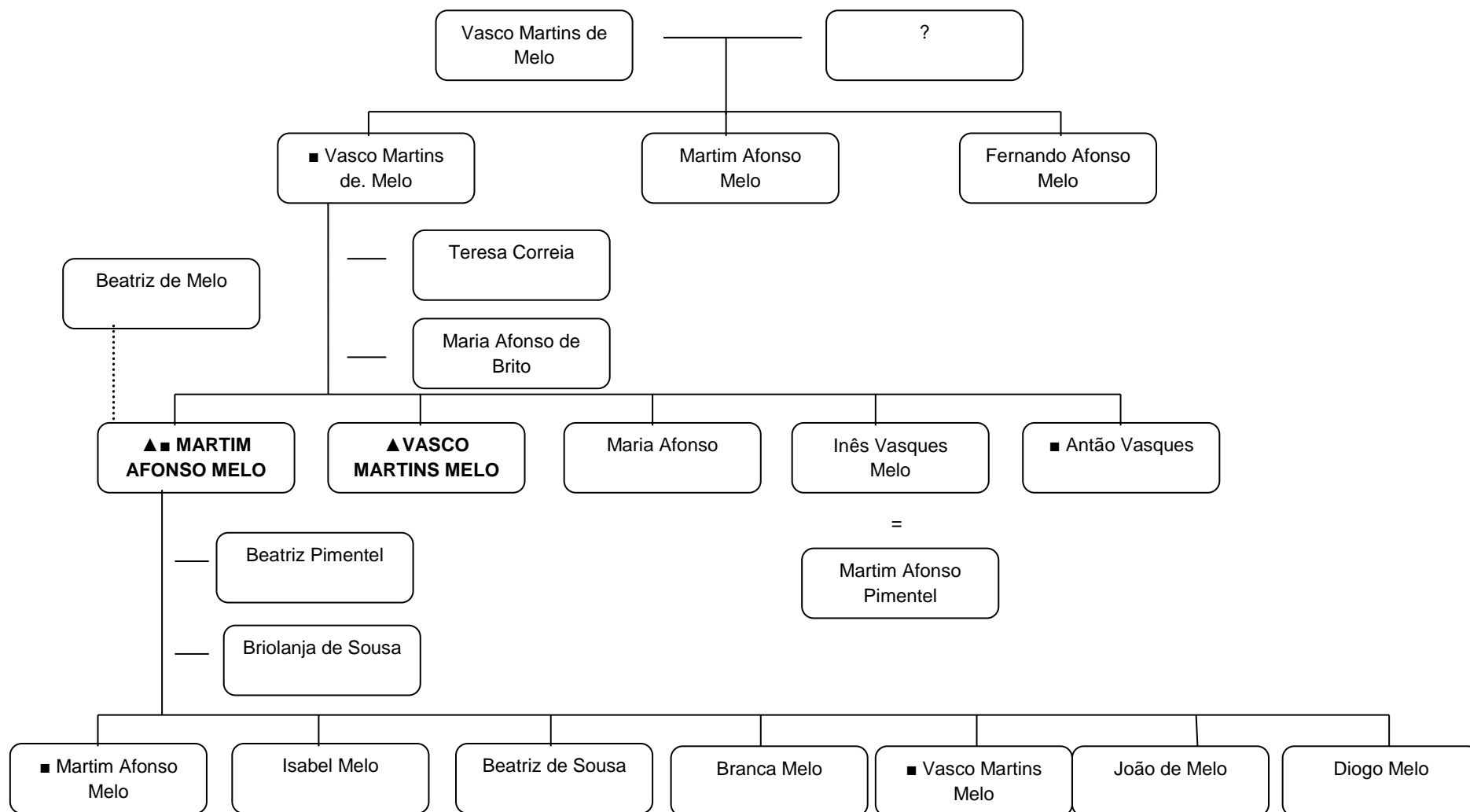
33. Lourenço Anes Fogaça



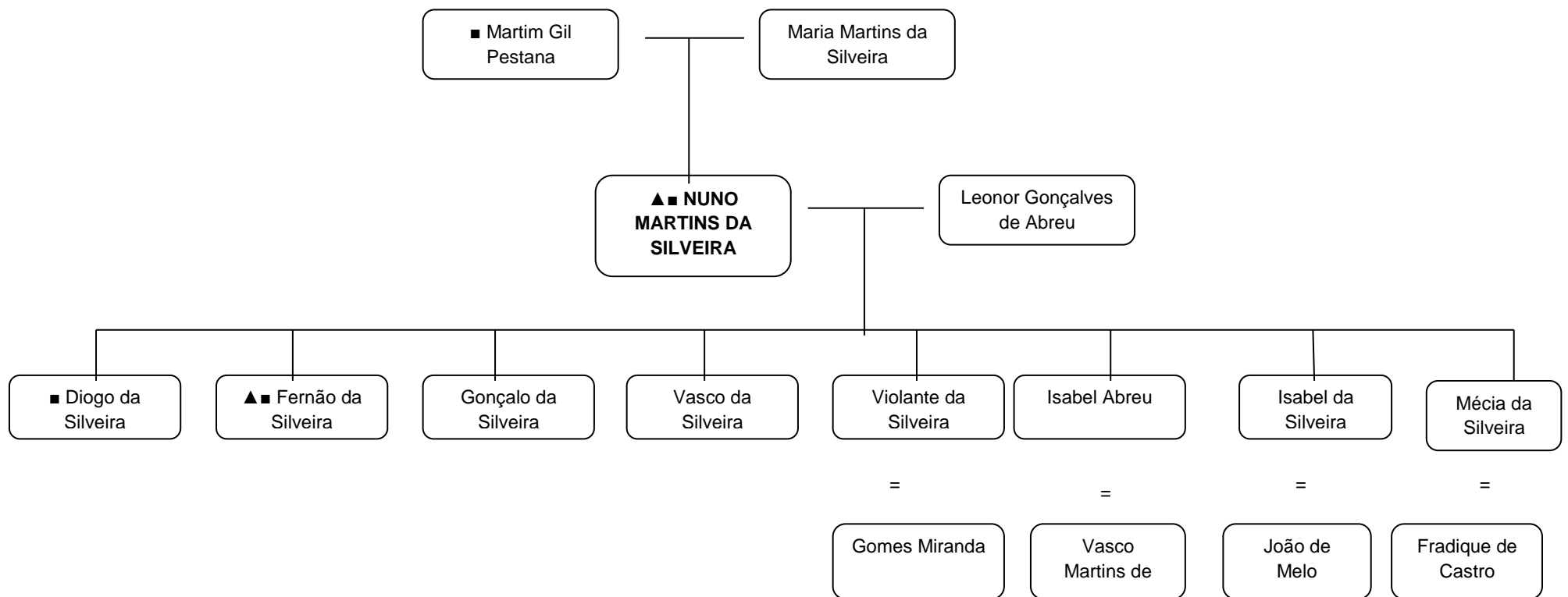
35. Luís Gonçalves Malafaia



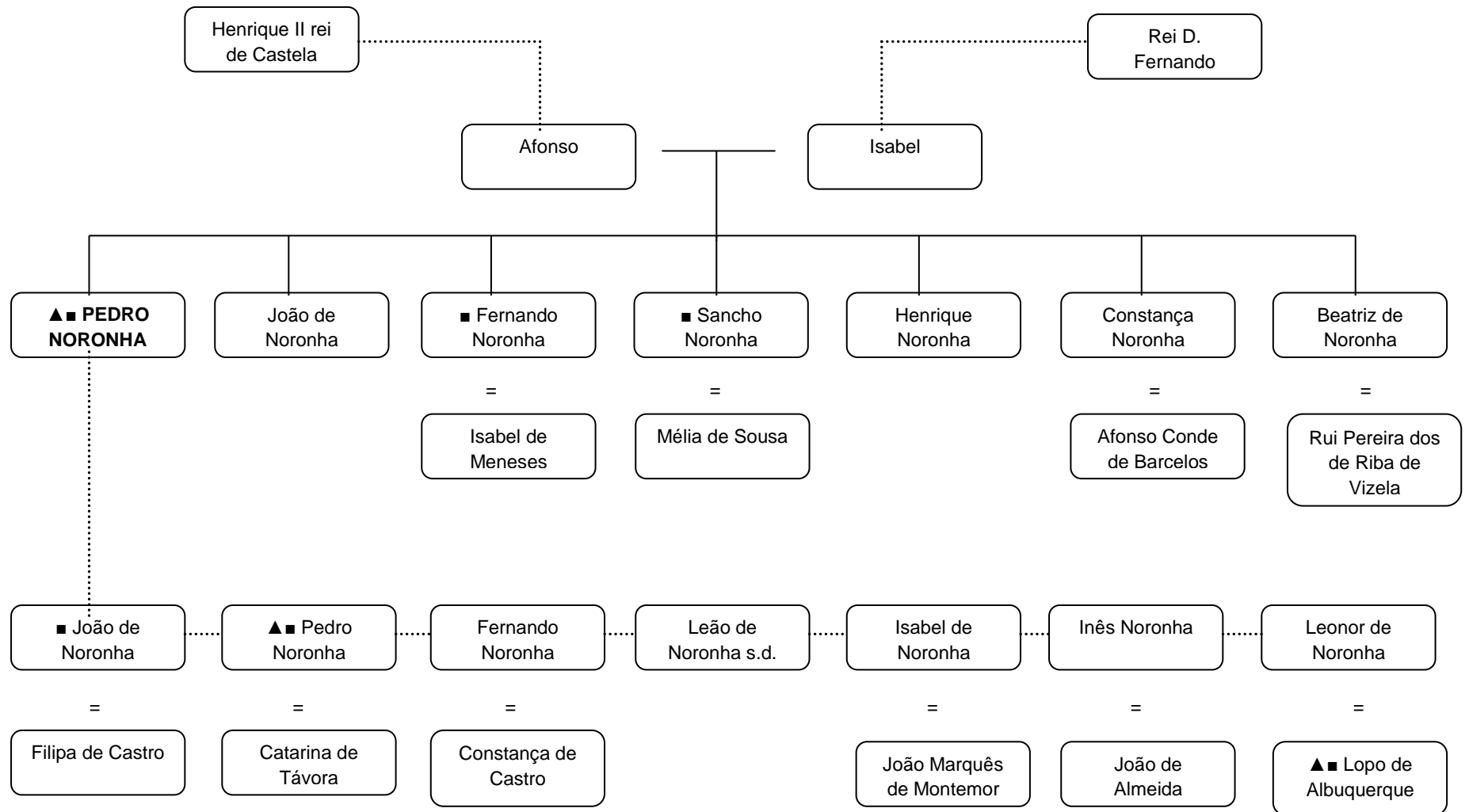
36. Martim Afonso de Melo



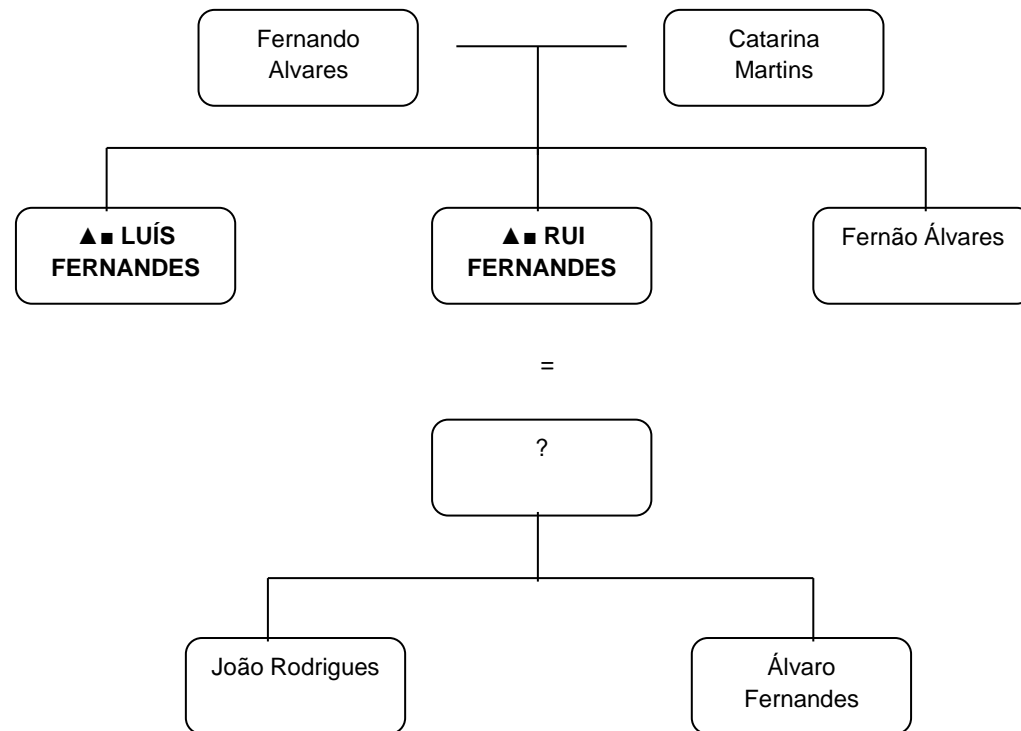
41. Nuno Martins da Silveira



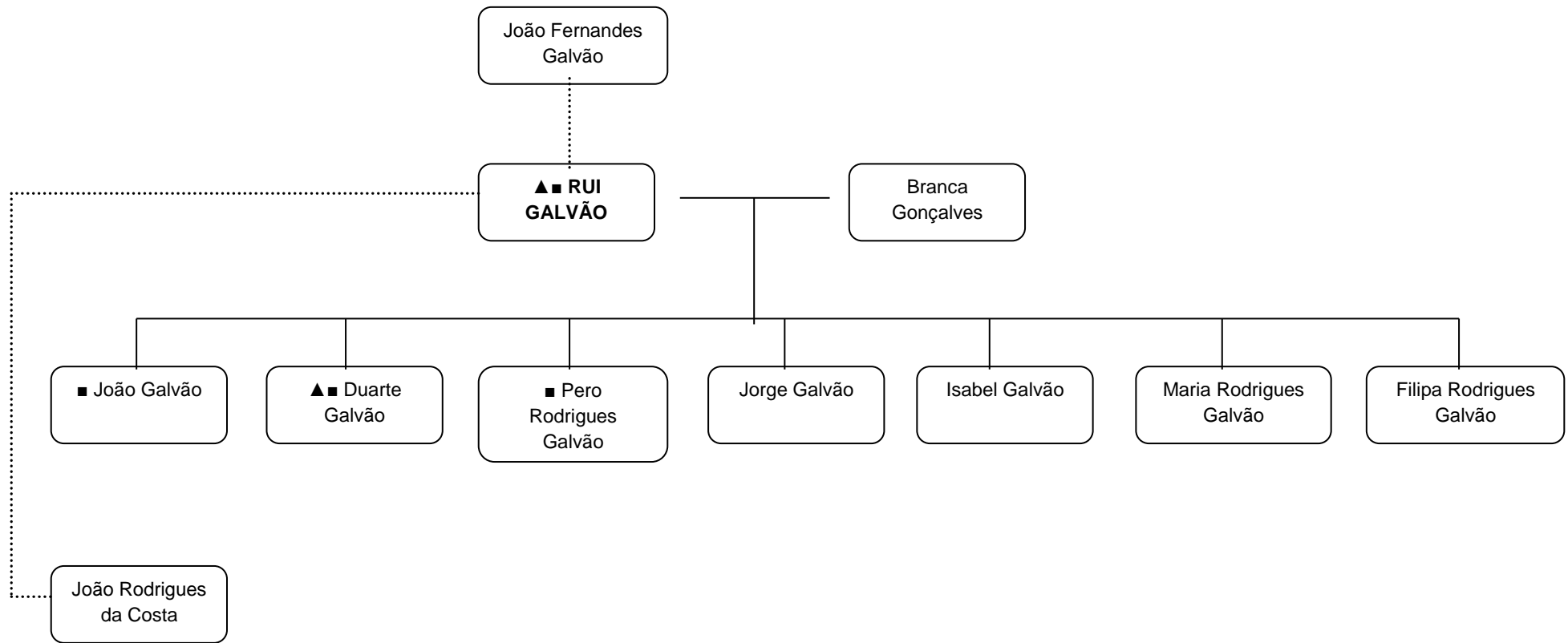
42. Pedro de Noronha



47. Rui Fernandes



48. Rui Galvão



III – LISTAGEM DAS MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA

Ano	Destino	Emissários
1371	Castela	Gil do Sem
1374	Castela	Lourenço Anes Fogaça
1377	Roma	Lourenço Anes Fogaça
1380	Castela	Gil do Sem Rui Lourenço
1381	Inglaterra	Lourenço Anes Fogaça Rui Cravo
1382	Inglaterra	Lourenço Anes Fogaça
1383	Inglaterra	Rui Cravo
1384	Inglaterra	Lourenço Anes Fogaça Fernando Afonso de Albuquerque
1385	Roma	Gonçalo Gomes da Silva João Anes
1386	Roma	Gonçalo Gomes da Silva João Anes
	Galiza	João Rodrigues de Sá Lourenço Anes Fogaça Vasco Martins de Melo
1387	Galiza	Gil do Sem Vasco Martins de Melo
	Inglaterra	Rui Cravo
1388	Inglaterra	Fernão Gonçalves Dinis de Castro
	Borgonha	Fernão Gonçalves
	Roma	João Afonso de Azambuja João Anes
1389	Castela	Lourenço Anes Fogaça Álvaro Gonçalves Camelo

1390	Roma	João Afonso de Azambuja João Rodrigues de Sá
	Castela	Álvaro Gonçalves Camelo
1393	Castela	Álvaro Gonçalves Camelo João das Regras Rui Lourenço
1398	Castela	Rui Lourenço
1399	Castela	Nuno Álvares Pereira João Afonso de Azambuja Gonçalo Vasques de Melo Rui Lourenço Pedro Eanes Lobato Gonçalo Eanes de Abreu Álvaro Peres
	Inglaterra	Pedro João
1400	Inglaterra	Martim do Sem
1401	Castela	João Afonso de Azambuja João Gomes da Silva João Vasques de Almada Martim do Sem
	Inglaterra	Martim do Sem
1402	Castela	João Afonso de Azambuja João Vasques de Almada Martim do Sem
1403	Inglaterra	João Gomes da Silva Martim do Sem
1404	Inglaterra	João Gomes da Silva João Vasques de Almada Martim do Sem

1405	Inglaterra	João Gomes da Silva João Vasques de Almada Martim do Sem Martim Afonso Dinis
1407	Castela	Gil Martins João Afonso de Azambuja Martim Afonso de Melo
	Inglaterra	João Viegas
1408	Borgonha	Fernão Gonçalves
1409	Pisa	Diogo Martins Gonçalo Gonçalves João Afonso de Azambuja João Xira Lançarote Esteves Lourenço Afonso
1410	Pisa	Álvaro Afonso Nogueira João Afonso de Brito
	Roma	Sebastião de Meneses
1411	Castela	Álvaro Gonçalves da Maia Fernando Gonçalves Beleágua Gil Martins João Gomes da Silva Martim Afonso de Melo Martim do Sem Pedro de Noronha
1412	Sicília	Afonso Furtado Álvaro Gonçalves Camelo
1413	Inglaterra	João Vasques de Almada
1414	Borgonha	Fernão Fogaça
	Inglaterra	João Vasques de Almada
	Constança	João Esteves de Azambuja

1415	Aragão	Álvaro Gonçalves da Maia João Escudeiro
	Inglaterra	João Vasques de Almada
1416	Constança	Álvaro Gonçalves de Ataíde Fernando de Castro Gil Martins Vasco Peres
1417	Inglaterra	Pedro Lopes do Quintal
1418	Castela	Fernando Gonçalves Beleágua João Gomes da Silva Martim do Sem
	Roma	Sebastião de Meneses
1419	Castela	Fernando Gonçalves Beleágua João Gomes da Silva Martim do Sem
1421	Inglaterra	Pedro Lopes do Quintal Rui Fernandes
1422	Castela	Fernando Afonso da Silveira Fernando de Castro
	Roma	Pedro Lopes do Quintal
1423	Castela	Fernando Afonso da Silveira Fernando de Castro Martim do Sem
	Borgonha	Fernando Afonso da Silveira Álvaro Gonçalves de Abreu
1427	Aragão	Nuno Martins da Silveira Pedro de Noronha
1428	Aragão	Rui Fernandes
	Borgonha	Álvaro Gonçalves de Abreu
1429	Castela	Álvaro Gonçalves de Ataíde
	Borgonha	Álvaro Gonçalves de Abreu

1430	Castela	Nuno Martins da Silveira
	Aragão	Nuno Martins da Silveira
1431	Castela	Gil Martins Luís Gonçalves Malafaia Pedro Gonçalves Malafaia Rui Fernandes Rui Galvão
1432	Castela	Pedro Gonçalves Malafaia Rui Fernandes
1434	Castela	Pedro Gonçalves Malafaia
1438	Castela	Rui Galvão
1441	Fez	Fernando de Castro
1452?	Roma	Luís Gonçalves Malafaia
1453	Castela	Rui Galvão
1455	Roma	Luís Gonçalves Malafaia

IV – QUADRO GERAL DAS MISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA

REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS	Castela	Inglaterra	Galiza	Aragão	Roma	Pisa	Constança	Sicília	Borgonha
Afonso Furtado †1423 Ofícios de defesa desde 1381 Conquista de Ceuta (1415)								1412	
Álvaro Afonso Nogueira						1410			
Álvaro Gonçalves Camelo †1423 Meirinho-mor de comarcas Marechal da hoste Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I (1383)	1389 1390 1393							1412	
Álvaro Gonçalves da Maia † 1450 Escrivão da câmara do rei (1385-1414) Vedor da fazenda no Porto (1415)	1411			1415					
Álvaro Gonçalves de Abreu †1440 Bispo de Silves (1419) Bispo de Évora (1429) Regedor da Casa da Suplicação (1430-35) Do Conselho de D. Duarte e D. Afonso V (1338-1340)									1423 1428
Álvaro Gonçalves de Ataíde † 1452 Governador casa do infante D. Pedro Mordomo-mor de D. Afonso V	1429						1416		

Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I e D. Afonso V									
Álvaro Peres Desembargo (1388-1405)	1399								
Dinis de Castro †1403		1388							
Diogo Martins Desembargo (1407-1430) Chanceler-mor (1427)						1409			
Fernando Afonso da Silveira Desembargo (1419-1432) Chanceler-mor (1430-1432)	1422 1423								1423 1428
Fernando Afonso de Albuquerque † 1387 Mestre Ordem Santiago (1381)		1384							
Fernando de Castro †1441 Governador casa do infante D. Henrique Regedor Casa do Cível (1441) Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I e D. Duarte (1423-1434)	1422 1423 <hr/> FEZ 1441						1416		
Fernando Gonçalves Beleágua †1442 Chantre e deão de Coimbra Do Conselho de D. João I	1411 1418 1419								

Fernão Fogaça Vedor da casa do infante Duarte Chanceler-mor de D. Duarte (1435) Do Conselho de D. Duarte									1414
Fernão Gonçalves Desembargo (1383-147) Juiz do cível de Lisboa (1387) Chanceler-mor (1407-1414)		1388							1388
Gil do Sem † 1387 Batalha de Aljubarrota (1385) Desembargo (D. Fernando) Do Conselho de D. João I	1371 1380		1387						
Gil Martins Desembargo (1408-1416) Chanceler-mor (1421-1431)	1407 1411 1431						1416		
Gonçalo Eanes de Abreu	1399								
Gonçalo Gomes da Silva †1386 Alcaide mor de vários castelos					1385 1386				

Gonçalo Gonçalves †1419 Clérigo da diocese de Lamego (1387) Deão do cabido da Sé de Lamego Bispo de Lamego (1394-1419)						1409			
Gonçalo Vasques de Melo †1410 Do Conselho de D. João I (1399-1403)	1399								
João Afonso de Azambuja †1415 Batalha de Aljubarrota (1385) Desembargador (1384-1395) Bispo de Silves (1389) Bispo do Porto (1391) Bispo de Coimbra (1399) Arcebispo de Lisboa (1402) Cardeal (1411) Do Conselho de D. João	1399 1401 1402 1407				1388 1390	1409	1414		
João Afonso de Brito †1437 Juiz eleito de Lisboa (1414-1415)						1410			
João Anes †1404 ou 1412 Deão de Viseu Bispo de Évora (1385-1404) Do Conselho de D. João I					1385 1386				

João das Regras †1404 Prior da Colegiada de Guimarães (1383) Chanceler-mor (1383-1404) Batalha de Aljubarrota (1385) Do Conselho de D. João I (1383-1404)	1393								
João Escudeiro				1415					
João Gomes da Silva †1445 Copeiro-mor D. João I (1385) Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415) Alferes-mor (1397-1416) Do Conselho de D. João I (1403-1433) e de D. Duarte	1401 1411 1418 1419	1403 1404 1405							
João Rodrigues de Sá †1417 ou 1425 Camareiro-mor de D. João I (1385) Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415)			1386		1390				
João Vasques de Almada †1419? Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I (1413-1417)	1401 1402	1404 1405 1413 1414							
João Viegas		1407							

João Xira †1426 Confessor de D. João I Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I						1409			
Lançarote Esteves †1421 Escrivão da câmara de D. João I Desembargo						1409			
Lourenço Afonso Eremita de Santo Agostinho						1409			
Lourenço Anes Fogaça †1400 Chanceler-mor de D: Fernando (1373-1383) e de D. João I (1385-1400) Vedor da fazenda da rainha D. Filipa (1387)	1374 1389	1381 1382 1384	1386			1377			
Luís Fernandes		1421							
Luís Gonçalves Malafaia †1458 Conquista de Ceuta (1415) Vedor da fazenda de Lisboa Tesoureiro de D. João I Vedor da fazenda na regência de D. Pedro Do Conselho de D. João I e de D. Afonso V	1431					1452 1455			

Martim Afonso de Melo †1432 Guarda-mor de D. João I Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I (1399-1428)	1407 1411								
Martim Afonso Dinis		1405							
Martim do Sem †1431 Governador da casa do infante D. Duarte Tesoureiro-mor do infante D. Duarte Chanceler-mor de D. Duarte Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I (1406-1428) e do infante D. Duarte	1401 1402 1411 1418 1419 1423	1400 1404 1405							
Nuno Álvares Pereira †1431 Condestável do reino Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415) Do Conselho de D. João I (1385)	1399								
Nuno Martins da Silveira †1454 Conquista de Ceuta (1415) Escrivão da puridade de D. Duarte e D. Afonso V Do Conselho de D. Duarte D. Afonso V	1430			1429					

Pedro de Noronha †1452 Camareiro-mor do infante D. Duarte Bispo de Évora (1420) Arcebispo de Lisboa (1423) Do Conselho de D. João I	1411			1427					
Pedro Eanes Lobato Batalha de Aljubarrota (1385) Conquista de Ceuta (1415) Regedor da Casa do Cível (1392)	1399								
Pedro Gonçalves Malafaia †1437 Conquista de Ceuta (1415) Vedor da fazenda de D. João I e D. Duarte Do conselho de D. João I (1426-1433) e de D. Duarte	1431 1432 1434								
Pedro João Monteiro da câmara de D. João I		1399							
Pedro Lopes do Quintal Oficial da rolaçom de D. João I		1421			1422				
Rui Cravo Juiz do cível de Lisboa (1412-1413)		1381 1383 1387							

Rui Fernandes †1455 Desembargo (1416-1432) Chanceler-mor (1432-1434) Do conselho de D. Duarte e D. Afonso V	1431 1432			1428					
Rui Galvão Escrivão da câmara de D. João I e de D. Duarte Do conselho de D. João I e D. Afonso V	1431 1438 1453								
Rui Lourenço†1403 Desembargo (1386-1403) Deão de Coimbra Cónego de Lisboa Do conselho de D. João I (1384)	1380 1393 1399								
Sebastião de Meneses					1410 1418				
Vasco Martins de Melo †1388 Batalha de Aljubarrota (1385) Do conselho de D. João I (1385)			1386 1387						
Vasco Peres †1428 Desembargo (1414) Deão de Viseu Bispo do Porto (1421-1423) Bispo de Évora (1423-1429)							1416		